



Tribunal Regional do Trabalho
15ª Região

Relatório Anual
2019

Relatório Anual 2019

1 – Composição

2 – Presidência

3 – Vice-Presidência Administrativa

4 – Vice-Presidência Judicial

5 – Corregedoria Regional

6 – Escola Judicial

7 – Ouvidoria



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

PRESIDÊNCIA

INTRODUÇÃO

A Presidência do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região apresenta o Relatório Geral dos trabalhos realizados durante o ano de 2019, nos termos do art. 22, item XLI do Regimento Interno desta Corte.

GISELA RODRIGUES MAGALHÃES DE ARAUJO E MORAES
Desembargadora Presidente do Tribunal

1 - COMPOSIÇÃO

COMPOSIÇÃO DO TRIBUNAL

1.1 - DIREÇÃO

DIREÇÃO (biênio dez/2018 a dez/2020)

PRESIDENTE	DESEMBARGADORA GISELA RODRIGUES MAGALHÃES DE ARAUJO E MORAES
VICE-PRESIDENTE ADMINISTRATIVO	DESEMBARGADORA ANA AMARYLIS VIVACQUA DE OLIVEIRA GULLA
VICE-PRESIDENTE JUDICIAL	DESEMBARGADORA TEREZA APARECIDA ASTA GEMIGNANI
CORREGEDOR REGIONAL	DESEMBARGADOR MANUEL SOARES FERREIRA CARRADITA
VICE-CORREGEDORA REGIONAL	DESEMBARGADORA MARIA MADALENA DE OLIVEIRA

ESCOLA JUDICIAL (biênio dez/2018 a dez/2020)

DIRETORA DA ESCOLA JUDICIAL	DESEMBARGADORA MARIA INÊS CORRÊA DE CERQUEIRA CÉSAR TARGA
VICE-DIRETOR DA ESCOLA JUDICIAL	DESEMBARGADOR CARLOS ALBERTO BOSCO

OUVIDORIA (biênio dez/2018 a dez/2020)

OUVIDOR	DESEMBARGADOR FRANCISCO ALBERTO DA MOTTA PEIXOTO GIORDANI
VICE-OUVIDOR	DESEMBARGADOR HELCIO DANTAS LOBO JUNIOR

1.2 - DESEMBARGADORES FEDERAIS DO TRABALHO

DESEMBARGADORES(AS) DO TRABALHO, por ordem de antiguidade	
1	JOSÉ PEDRO DE CAMARGO RODRIGUES DE SOUZA
2	OLGA AIDA JOAQUIM GOMIERI
3	EDUARDO BENEDITO DE OLIVEIRA ZANELLA
4	LUIZ ANTONIO LAZARIM
5	LUIZ ROBERTO NUNES
6	LORIVAL FERREIRA DOS SANTOS
7	MANUEL SOARES FERREIRA CARRADITA
8	FERNANDO DA SILVA BORGES
9	GERSON LACERDA PISTORI
10	HELENA ROSA MÔNACO DA SILVA LINS COELHO
11	GISELA RODRIGUES MAGALHÃES DE ARAUJO E MORAES
12	EDMUNDO FRAGA LOPES
13	TEREZA APARECIDA ASTA GEMIGNANI
14	ANA AMARYLIS VIVACQUA DE OLIVEIRA GULLA
15	THOMAS MALM
16	SUSANA GRACIELA SANTISO
17	SAMUEL HUGO LIMA
18	MARIA MADALENA DE OLIVEIRA
19	FÁBIO GRASSELLI
20	ERODITE RIBEIRO DOS SANTOS DE BIASI
21	DAGOBERTO NISHINA DE AZEVEDO
22	THELMA HELENA MONTEIRO DE TOLEDO VIEIRA
23	MANOEL CARLOS TOLEDO FILHO
24	ANTONIO FRANCISCO MONTANAGNA
25	RITA DE CÁSSIA PENKAL BERNARDINO DE SOUZA
26	FRANCISCO ALBERTO DA MOTTA PEIXOTO GIORDANI
27	JOÃO ALBERTO ALVES MACHADO
28	CLAUDINEI ZAPATA MARQUES
29	JOSÉ OTÁVIO DE SOUZA FERREIRA

DESEMBARGADORES(AS) DO TRABALHO, por ordem de antiguidade	
30	ANA PAULA PELLEGRINA LOCKMANN
31	ROBERTO NOBREGA DE ALMEIDA FILHO
32	HELICIO DANTAS LOBO JUNIOR
33	EDER SIVERS
34	ANTONIA REGINA TANCINI PESTANA
35	ELEONORA BORDINI COCA
36	CARLOS ALBERTO BOSCO
37	JOÃO BATISTA MARTINS CESAR
38	LUIZ FELIPE PAIM DA LUZ BRUNO LOBO
39	FABIO ALLEGRETTI COOPER
40	MARIA INÊS CORRÊA DE CERQUEIRA CÉSAR TARGA
41	EDISON DOS SANTOS PELEGRINI
42	LUCIANE STOREL
43	RICARDO ANTONIO DE PLATO
44	RICARDO REGIS LARAIA
45	WILTON BORBA CANICOBA
46	JOSÉ CARLOS ÁBILE
47	ROSEMEIRE UEHARA TANAKA
48	LUIS HENRIQUE RAFAEL
49	RENAN RAVEL RODRIGUES FAGUNDES
50	JORGE LUIZ SOUTO MAIOR
51	LARISSA CAROTTA MARTINS DA SILVA SCARABELIM
52	JOÃO BATISTA DA SILVA
53	MARIA DA GRAÇA BONANÇA BARBOSA
54	FÁBIO BUENO DE AGUIAR
55	ORLANDO AMANCIO TAVEIRA

1.2.1 - Desembargadores Oriundos do Quinto - MPT

DESEMBARGADORES(AS) ORIUNDOS(AS) DA VAGA DO QUINTO CONSTITUCIONAL, CLASSE DOS(AS) PROCURADORES(AS) DO TRABALHO – MPT (ordem de antiguidade)	
1	JOSÉ PEDRO DE CAMARGO RODRIGUES DE SOUZA
2	EDER SIVERS
3	ELEONORA BORDINI COCA
4	JOÃO BATISTA MARTINS CÉSAR
5	LUIS HENRIQUE RAFAEL

1.2.2 - Desembargadores Oriundos do Quinto – OAB

DESEMBARGADORES(AS) ORIUNDOS DA VAGA DO QUINTO CONSTITUCIONAL, CLASSE DOS(AS) ADVOGADOS(AS) – OAB (ordem de antiguidade)	
1	EDMUNDO FRAGA LOPES
2	ROBERTO NOBREGA DE ALMEIDA FILHO
3	HELICIO DANTAS LOBO JUNIOR
4	ANTONIA REGINA TANCINI PESTANA
5	CARLOS ALBERTO BOSCO
6	FÁBIO BUENO DE AGUIAR

1.3 - COMPOSIÇÃO DOS ÓRGÃOS JULGADORES

COMPOSIÇÃO DAS TURMAS (situação em 31/12/2019)

PRIMEIRA TURMA

1ª CÂMARA
OLGA AIDA JOAQUIM GOMIERI (Presidente da 1ª Câmara)
TEREZA APARECIDA ASTA GEMIGNANI
RICARDO ANTONIO DE PLATO
JOSÉ CARLOS ÁBILE
FÁBIO BUENO DE AGUIAR
2ª CÂMARA
WILTON BORBA CANICOBA (Presidente da 1ª Turma e da 2ª Câmara)
EDUARDO BENEDITO DE OLIVEIRA ZANELLA
HELENA ROSA MONACO DA SILVA LINS COELHO
SUSANA GRACIELA SANTISO
JOSÉ OTÁVIO DE SOUZA FERREIRA

SEGUNDA TURMA

3ª CÂMARA
ANTONIA REGINA TANCINI PESTANA (Presidente da 3ª Câmara)
EDMUNDO FRAGA LOPES
ANA AMARYLIS VIVACQUA DE OLIVEIRA GULLA
HELICIO DANTAS LOBO JUNIOR
ROSEMEIRE UEHARA TANAKA
4ª CÂMARA
ELEONORA BORDINI COCA (Presidente da 2ª Turma e da 4ª Câmara)
DAGOBERTO NISHINA DE AZEVEDO
MANOEL CARLOS TOLEDO FILHO
RITA DE CÁSSIA PENKAL BERNARDINO DE SOUZA
LARISSA CAROTTA MARTINS DA SILVA SCARABELIM

TERCEIRA TURMA

5ª CÂMARA
ANA PAULA PELLEGRINA LOCKMANN (Presidente da 5ª Câmara)
LORIVAL FERREIRA DOS SANTOS
GISELA RODRIGUES MAGALHÃES DE ARAUJO E MORAES
SAMUEL HUGO LIMA
MARIA MADALENA DE OLIVEIRA
6ª CÂMARA
FRANCISCO ALBERTO DA MOTTA PEIXOTO GIORDANI (Presidente da 3ª Turma e da 6ª Câmara)
FABIO ALLEGRETTI COOPER
JORGE LUIZ SOUTO MAIOR
JOÃO BATISTA DA SILVA
MARIA DA GRAÇA BONANÇA BARBOSA

QUARTA TURMA

7ª CÂMARA
CARLOS ALBERTO BOSCO (Presidente da 4ª Turma e da 7ª Câmara)
MANUEL SOARES FERREIRA CARRADITA
ROBERTO NOBREGA DE ALMEIDA FILHO
LUCIANE STOREL
RENAN RAVEL RODRIGUES FAGUNDES
8ª CÂMARA
LUIZ ROBERTO NUNES (Presidente da 8ª Câmara)
THOMAS MALM
ERODITE RIBEIRO DOS SANTOS DE BIASI
CLAUDINEI ZAPATA MARQUES
ORLANDO AMANCIO TAVEIRA

QUINTA TURMA

9ª CÂMARA
THELMA HELENA MONTEIRO DE TOLEDO VIEIRA (Presidente da 9ª Câmara)
JOSÉ PEDRO DE CAMARGO RODRIGUES DE SOUZA
LUIZ ANTONIO LAZARIM
GERSON LACERDA PISTORI
MARIA INÊS CORRÊA DE CERQUEIRA CÉSAR TARGA
10ª CÂMARA
FÁBIO GRASSELLI (Presidente da 5ª Turma e da 10ª Câmara)
FERNANDO DA SILVA BORGES
JOÃO ALBERTO ALVES MACHADO
EDISON DOS SANTOS PELEGRINI
RICARDO REGIS LARAIA

SEXTA TURMA

11ª CÂMARA
LUIZ FELIPE PAIM DA LUZ BRUNO LOBO (Presidente da 6ª Turma e da 11ª Câmara)
ANTONIO FRANCISCO MONTANAGNA
EDER SIVERS
JOÃO BATISTA MARTINS CÉSAR
LUIS HENRIQUE RAFAEL

COMPOSIÇÃO DAS SESSÕES ESPECIALIZADAS

SEÇÃO DE DISSÍDIOS COLETIVOS (1+14=15 membros) (situação em 31/12/2019)
GISELA RODRIGUES MAGALHÃES DE ARAUJO E MORAES (Presidente Regimental)
Membros:
LORIVAL FERREIRA DOS SANTOS
FERNANDO DA SILVA BORGES
GERSON LACERDA PISTORI
TEREZA APARECIDA ASTA GEMIGNANI (Presidente Regimental Substituta)
SAMUEL HUGO LIMA

ANTONIO FRANCISCO MONTANAGNA
FRANCISCO ALBERTO DA MOTTA PEIXOTO GIORDANI
JOÃO ALBERTO ALVES MACHADO
EDER SIVERS
JOÃO BATISTA MARTINS CÉSAR
WILTON BORBA CANICOBA
ROSEMEIRE UEHARA TANAKA
LUIS HENRIQUE RAFAEL
JORGE LUIZ SOUTO MAIOR
MARIA DA GRAÇA BONANÇA BARBOSA

1ª SEÇÃO DE DISSÍDIOS INDIVIDUAIS (13 membros) (situação em 31/12/2019)
LUIZ ANTONIO LAZARIM (Presidente)
LUIZ ROBERTO NUNES
MANUEL SOARES FERREIRA CARRADITA
GISELA RODRIGUES MAGALHÃES DE ARAUJO E MORAES
ANA AMARYLIS VIVACQUA DE OLIVEIRA GULLA
ERODITE RIBEIRO DOS SANTOS DE BIASI
DAGOBERTO NISHINA DE AZEVEDO
THELMA HELENA MONTEIRO DE TOLEDO VIEIRA
RITA DE CÁSSIA PENKAL BERNARDINO DE SOUZA
CLAUDINEI ZAPATA MARQUES
ANA PAULA PELLEGRINA LOCKMANN
CARLOS ALBERTO BOSCO
FABIO ALLEGRETTI COOPER

2ª SEÇÃO DE DISSÍDIOS INDIVIDUAIS (13 membros) (situação em 31/12/2019)

LUCIANE STOREL (Presidente)

HELENA ROSA MÔNACO DA SILVA LINS COELHO

MANOEL CARLOS TOLEDO FILHO

JOSÉ OTÁVIO DE SOUZA FERREIRA

ROBERTO NOBREGA DE ALMEIDA FILHO

ANTONIA REGINA TANCINI PESTANA

ELEONORA BORDINI COCA

RICARDO ANTONIO DE PLATO

RICARDO REGIS LARAIA

JOSÉ CARLOS ÁBILE

JOÃO BATISTA DA SILVA

FÁBIO BUENO DE AGUIAR

ORLANDO AMANCIO TAVEIRA

3ª SEÇÃO DE DISSÍDIOS INDIVIDUAIS (14 membros) (situação em 31/12/2019)

JOSÉ PEDRO DE CAMARGO RODRIGUES DE SOUZA (Presidente)

OLGA AIDA JOAQUIM GOMIERI

EDUARDO BENEDITO DE OLIVEIRA ZANELLA

EDMUNDO FRAGA LOPES

THOMAS MALM

SUSANA GRACIELA SANTISO

MARIA MADALENA DE OLIVEIRA

FÁBIO GRASSELLI

HELICIO DANTAS LOBO JUNIOR

LUIZ FELIPE PAIM DA LUZ BRUNO LOBO

MARIA INÊS CORREA DE CERQUEIRA CESAR TARGA

EDISON DOS SANTOS PELEGRINI

RENAN RAVEL RODRIGUES FAGUNDES

LARISSA CAROTTA MARTINS DA SILVA SCARABELIM

ÓRGÃO ESPECIAL (01+24=25 membros) (biênio dez/2018 a dez/2020) (situação em 31/12/2019)
GISELA RODRIGUES MAGALHÃES DE ARAUJO E MORAES (Presidente Regimental)
Membros:
JOSÉ PEDRO DE CAMARGO RODRIGUES DE SOUZA
OLGA AIDA JOAQUIM GOMIERI
EDUARDO BENEDITO DE OLIVEIRA ZANELLA
LUIZ ANTONIO LAZARIM
LUIZ ROBERTO NUNES
LORIVAL FERREIRA DOS SANTOS
MANUEL SOARES FERREIRA CARRADITA
FERNANDO DA SILVA BORGES
GERSON LACERDA PISTORI
HELENA ROSA MÔNACO DA SILVA LINS COELHO
EDMUNDO FRAGA LOPES
TEREZA APARECIDA ASTA GEMIGNANI
ANA AMARYLIS VIVACQUA DE OLIVEIRA GULLA
SAMUEL HUGO LIMA
MARIA MADALENA DE OLIVEIRA
THELMA HELENA MONTEIRO DE TOLEDO VIEIRA
JOÃO ALBERTO ALVES MACHADO
CLAUDINEI ZAPATA MARQUES
HELICIO DANTAS LOBO JUNIOR
ANTONIA REGINA TANCINI PESTANA
MARIA INÊS CORREA DE CERQUEIRA CESAR TARGA
LUCIANE STOREL
WILTON BORBA CANICOBA
VAGA

1.4 - JUÍZES AUXILIARES NO BIÊNIO 2018/2020

PRESIDÊNCIA	CRISTIANE MONTENEGRO RONDELLI e ALVARO DOS SANTOS
VICE-PRESIDÊNCIA ADMINISTRATIVA	RENATO HENRY SANT'ANNA
VICE-PRESIDÊNCIA JUDICIAL	DANIELA MACIA FERRAZ GIANNINI
CORREGEDORIA REGIONAL	FLÁVIO LANDI e LÚCIA ZIMMERMANN

1.5 - COMISSÕES PERMANENTES – 2018/2020

Eleitas na Sessão Administrativa de 08/11/2018 – ATA TP Nº 10/2018 (alteradas na Sessão Administrativa de 21/02/2019 – ATA TP Nº 01/2019)

1.5.1 - Regimento Interno

Presidente: Ana Amarylis Vivacqua de Oliveira Gulla
Eduardo Benedito de Oliveira Zanella
Lorival Ferreira dos Santos
Fernando da Silva Borges
Edmundo Fraga Lopes
Samuel Hugo Lima
Edison dos Santos Pelegrini
Wilton Borba Canicoba

1.5.2 - Jurisprudência

Presidente: Tereza Aparecida Asta Gemignani
1ª Câmara: Olga Aida Joaquim Gomieri
2ª Câmara: Wilton Borba Canicoba
3ª Câmara: Antonia Regina Tancini Pestana
4ª Câmara: Rita de Cássia Penkal Bernardino de Souza
5ª Câmara: Ana Paula Pellegrina Lockmann
6ª Câmara: Jorge Luiz Souto Maior
7ª Câmara: Renan Ravel Rodrigues Fagundes
8ª Câmara: Erodite Ribeiro dos Santos De Biasi
9ª Câmara: Maria Inês Corrêa de Cerqueira César Targa
10ª Câmara: Fabio Grasseli
11ª Câmara: Luiz Felipe Paim da Luz Bruno Lobo

1.5.3 - Vitaliciamento

Presidente: Eduardo Benedito de Oliveira Zanella
Lorival Ferreira dos Santos
Fernando da Silva Borges
Samuel Hugo Lima
Claudinei Zapata Marques
José Otávio de Souza Ferreira
Maria Inês Corrêa de Cerqueira César Targa

1.5.4 - Informática

Presidente: Claudinei Zapata Marques
Samuel Hugo Lima
José Otávio de Souza Ferreira
Luciane Storel
Wilton Borba Canicoba

1.5.5 - Gerenciamento de Fluxo Processual

Presidente: Tereza Aparecida Asta Gemignani
Edmundo Fraga Lopes
Francisco Alberto da Motta Peixoto Giordani
Helcio Dantas Lobo Junior

1.5.6 - Orçamento e Finanças

Presidente: Ana Amarylis Vivacqua de Oliveira Gulla
José Otávio de Souza Ferreira
Edison dos Santos Pelegrini
Representante da magistratura do 1º grau - César Reinaldo Offa Basile*
Representante dos servidores - José Aristéia Pereira

1.5.7 - Assuntos Administrativos

Presidente: Ana Amarylis Vivacqua de Oliveira Gulla
Samuel Hugo Lima
Fabio Grasselli
Luciane Storel
Wilton Borba Canicoba

1.5.8 - Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho

Presidente: Ana Amarylis Vivacqua de Oliveira Gulla
Lorival Ferreira dos Santos
Maria Madalena de Oliveira
Rita de Cássia Penkal Bernardino de Souza
Claudinei Zapata Marques
Ana Paula Pellegrina Lockmann
Helcio Dantas Lobo Júnior

1.5.9 - Preservação da Memória da Justiça do Trabalho

Presidente: Tereza Aparecida Asta Gemignani
Edmundo Fraga Lopes
Maria Madalena de Oliveira
Francisco Alberto da Motta Peixoto Giordani
Helcio Dantas Lobo Junior
José Carlos Ábile

1.5.10 - Segurança

Presidente: Gisela Rodrigues Magalhães de Araújo e Moraes
Manuel Soares Ferreira Carradita – Corregedor Regional
Lorival Ferreira dos Santos
Helcio Dantas Lobo Junior
Luciane Storel
Wilton Borba Canicoba
José Carlos Ábile
Representante da magistratura do 1º grau - Breno Ortiz Tavares Costa*
Representante dos servidores - Marcelo Amorim de Menezes

1.5.11 - Responsabilidade Socioambiental e do Meio Ambiente do Trabalho

Presidente: Edmundo Fraga Lopes
Maria Madalena de Oliveira
Fabio Grasselli
Edison dos Santos Pelegrini
Luciane Storel
José Carlos Ábile
Representante da magistratura do 1º grau - Ana Cláudia Torres Vianna*
Representante dos servidores - Ivan Bagini

1.6 - COMISSÕES TEMPORÁRIAS E COMITÊS

1.6.1 - Comitê de Erradicação do Trabalho Infantil

- I – Desembargador João Batista Martins César, Gestor Regional do Programa da Justiça do Trabalho de Combate ao Trabalho Infantil, que o presidirá;
- II – Desembargadora Tereza Aparecida Asta Gemignani;
- III – Desembargador Luis Henrique Rafael;
- IV – Desembargadora Maria da Graça Bonança Barbosa
- V – Juíza Eliana dos Santos Alves Nogueira;
- VI – Juíza Camila Ceroni Scarabelli.

1.6.2 - Programa Nacional de Prevenção de Acidentes do Trabalho – Programa Trabalho Seguro

- Gestor Regional de 2º Grau - Desembargador Lorival Ferreira dos Santos.
- Gestor Regional de 1º Grau - Juiz Firmino Alves Lima, Titular da 1ª Vara do Trabalho de Piracicaba.

1.6.3 - Comitê Multidisciplinar de Priorização de Demandas de Tecnologia da Informação e Comunicações (CPDTIC)

- I – Juiz Auxiliar da Presidência;
- II – Diretor-Geral;
- III – Secretário-Geral Judiciário;
- IV – Secretário-Geral da Presidência;
- V – Secretário da Corregedoria;
- VI – Secretário de Tecnologia da Informação e Comunicações;
- VII – Assessor da Escola Judicial;
- VIII – Assessor de Gestão Estratégica;
- IX – Assessor de Apoio aos Magistrados;
- X – Representante das Secretarias de Turmas.

1.6.4 - Comitê de Governança de Tecnologia de Informação

- I – Claudinei Zapata Marques (Desembargador Presidente da Comissão de Informática);
- II – Cristiane Montenegro Rondelli (Juíza Auxiliar da Presidência indicada como titular) e Alvaro dos Santos (Juiz Auxiliar da Presidência indicado como suplente);
- III – Adlei Cristian Carvalho Pereira Schlosser (Diretor-Geral);
- IV – Herbert Wittmann (Secretário da Tecnologia da Informação e Comunicações);
- V – Adriana Martorano Amaral Corsetti (Secretária-Geral da Presidência);
- VI – Paulo Eduardo de Almeida (Secretário-Geral Judiciário);
- VII – Ana Sílvia Damasceno Cardoso Buson (Secretária da Administração);
- VIII – Vlademir Nei Suato (Secretário da Corregedoria);
- IX – Iara Cristina Gomes (Assessora de Gestão Estratégica);

- X – Lúcia Zimmermann (Juíza de Primeiro Grau);
- XI – Paulo Sergio Salvador (Diretor de Vara do Trabalho);
- XII – Lara de Paula Jorge (representante da Escola Judicial);
- XIII – Rodrigo Goncalves Dias Agostineto (servidor).

1.6.5 - Comitê de Segurança da Informação

- I – Juiz Auxiliar da Presidência;
- II – Diretor-Geral;
- III – Secretário Judiciário;
- IV – Secretário-Geral da Presidência;
- V – Secretário de Tecnologia da Informação e Comunicações;
- VI – Secretário da Corregedoria;
- VII – Assessor de Gestão Estratégica;
- VIII – Assessor de Segurança;
- IX – Assessor de Controle Interno.

1.6.6 - Comitê Regional do SIGEP - Sistema Integrado de Gestão de Pessoas

- I – Gustavo Fachim (Secretário de Gestão de Pessoas, como Coordenador e interlocutor com o Comitê Gestor do Sistema de Gestão de Pessoas da Justiça do Trabalho – cgSIGEP);
- II – Herbert Wittmann (Secretário de Tecnologia da Informação e Comunicações, como membro representante da área técnica);
- III – Luiz Henrique de Freitas Pereira (Coordenador de Pagamento, como membro representante da área de negócio);
- IV – Maurício Rodrigues de Moraes (Coordenador de Desenvolvimento de Sistemasc, como suplente), e Giuliana Pardo Policastro La Guardia (Coordenadora de Informações Funcionais de Servidores, como suplente).

1.6.7 - Comitê Regional de Erradicação do Trabalho Escravo, Tráfico de Pessoas e Discriminação (Antigo Comitê de Erradicação do Trabalho Escravo e do Tráfico de Pessoas)

- I – Desembargador Eduardo Benedito de Oliveira Zanella, que o presidirá;
- II – Desembargador Lorival Ferreira dos Santos;
- III – Desembargadora Helena Rosa Mônaco da Silva Lins Coelho;
- IV – Desembargadora Susana Graciela Santiso;
- V – Desembargadora Eleonora Bordini Coca;
- VI – Juiz Renato Cesar Trevisani;
- VII – Juiz Marcus Menezes Barberino Mendes.

1.6.8 - Comitê e Grupo Gestor Regional Das Tabelas Processuais Unificadas

Titulares:

I – Paulo Eduardo de Almeida - Secretário-Geral Judiciário

II – Herbert Wittmann - Secretário de Tecnologia da Informação e Comunicações

III – Cintia Boteon Freitas - Secretária da 1ª Turma

IV – Edson Lacir Donadon - Secretário da Judiciária

V – Univer Cristiano Nogueira da Silva - Diretor da 1ª Vara do Trabalho de Campinas

VI – Antonio Carlos Betanho - Coordenador de Estatística e Pesquisa

Suplentes:

I – Mauricio Rodrigues de Moraes - Coordenador de Desenvolvimento de Sistemas

II – Leila Amaral Mazzini - Coordenadora de Cadastramento Processual

III – Eliana Cordeiro Nassif - Diretora da Secretaria da 4ª Vara do Trabalho de Jundiaí

1.6.9 - Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação

I – Secretário de Tecnologia da Informação e Comunicações, responsável pela Coordenação;

II – Coordenador de Desenvolvimento de Sistemas;

III – Coordenador de Atendimento ao Usuário;

IV – Coordenador de Administração de Recursos de Tecnologia da Informação e Comunicações;

V – Coordenador de Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicações;

VI – Coordenador de Apoio à Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicações.

1.6.10 - Comitê Gestor Regional do PJE-JT

I – Desembargador Luiz Antonio Lazarim;

II – Desembargador Claudinei Zapata Marques;

III – Desembargador José Otávio de Souza Ferreira;

IV – Desembargadora Luciane Storel;

V – Desembargador Renan Ravel Rodrigues Fagundes;

VI – Fábio Messias Vieira, Procurador Regional do Trabalho;

VII – Cristiane Montenegro Rondelli, Juíza Auxiliar da Presidência;

VIII – Lúcia Zimmermann, Juíza Auxiliar da Corregedoria Regional;

IX – Renato Henry Sant'Anna, Juiz Auxiliar da Vice-Presidência Administrativa;

X – Levi Rosa Tomé, Juiz Titular de Vara do Trabalho;

XI – Daniel Blikstein, Presidente da Subseção da OAB em Campinas;

XII – Paulo Eduardo de Almeida, Secretário-Geral Judiciário;

- XIII – Edson Lacir Donadon, Secretário Judiciário;
XIV – Herbert Wittmann, Secretário de Tecnologia da Informação e Comunicações;
XV – Paulo Sergio Salvador, Diretor da Vara do Trabalho de Santa Bárbara d' Oeste;
XVI – Vlademir Nei Suato, Secretário da Corregedoria Regional.

1.6.11 - Comitê Gestor Regional de Precatórios

- I – Gisela Rodrigues Magalhães de Araújo e Moraes (Desembargadora Presidente do Tribunal);
II – Ana Paula Pellegrina Lockmann (Desembargadora membro do Comitê Estadual de Precatórios);
III – Alvaro dos Santos (membro do Comitê Gestor Estadual de Precatórios e Juiz Auxiliar da Presidência);
IV – Evandro Luiz Michelin (Assessor de Precatórios).

1.6.12 - Comitê Gestor Local de Atenção Integral À Saúde de Magistrados e Servidores

- I – Desembargadora Ana Amarylis Vivacqua de Oliveira Gulla (Magistrado de Segundo Grau);
II – Juíza Rita de Cássia Scagliusi do Carmo (Magistrado de Primeiro Grau);
III – Pericles Nazima (Gestor da Área de Saúde);
IV – Gustavo Fachim (Gestor da Área de Gestão de Pessoas).

1.6.13 - Comitê Gestor Regional da Política Nacional de Atenção Prioritária Ao Primeiro Grau de Jurisdição

- I – Desembargador Manuel Soares Ferreira Carradita;
II – Juiz Alvaro dos Santos;
III – Desembargadora Maria Inês Corrêa de Cerqueira César Targa;
IV – Juíza Ana Cláudia Torres Vianna (titular) e Juiz José Antônio Gomes de Oliveira (suplente);
V – Juiz Gustavo Zabeu Vasen (titular) e Juiz Rinaldo Soldan Joazeiro (suplente);
VI – Adlei Cristian Carvalho Pereira Schlosser;
VII – Renata Monteiro Gomes de Oliveira (titular) e César Torres Seisdedos (suplente);
VIII – André Arreguy Cardozo (titular) e Norton Luiz Bechtluft (suplente);
IX – Juiz César Reinaldo Offa Basile, Presidente da AMATRA XV;
X – José Aristéia Pereira.

1.6.14 - Comitê Orçamentário de Primeiro Grau

- I – Desembargador Corregedor Regional (Coordenador);
- II – 1 (um) Juiz Auxiliar da Presidência;
- III – 1 (um) Magistrado indicado pelo Tribunal;
- IV – 1 (um) Magistrado escolhido pelo Tribunal a partir de lista de inscritos aberta a todos os interessados;
- V – 1 (um) Magistrado eleito por votação direta entre os Magistrados do primeiro grau da 15ª Região, a partir de lista de inscrição;
- VI – Diretor-Geral do Tribunal;
- VII – 1 (um) Servidor escolhido pelo Tribunal a partir de lista de inscritos aberta a todos os interessados;
- VIII – 1 (um) Servidor eleito por votação direta entre os servidores, a partir de lista de inscrição;
- IX – 1 (um) Magistrado indicado pela Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 15ª Região – AMATRA XV;
- X – 1 (um) Servidor indicado pelo Sindicato dos Servidores Públicos Federais da Justiça do Trabalho da 15ª Região – SINDIQUINZE.

1.6.15 - Comitê de Grupos e-Gestão e E-Gestão-PJE 1º e 2º Graus

- I – Gestora Sênior: Desembargadora Luciane Storel;
- II – Coordenador Executivo: Juiz Auxiliar da Presidência Alvaro dos Santos, podendo eventualmente ser substituído pela Juíza Auxiliar da Presidência Cristiane Montenegro Rondelli;
- III – Servidores:
 - Paulo Eduardo Almeida, Secretário-Geral Judiciário;
 - Adlei Cristian Carvalho Pereira Schlosser, Diretor-Geral;
 - Herbert Wittmann, Secretário de Tecnologia da Informação e Comunicações;
 - Maurício Rodrigues de Moraes, Coordenador de Desenvolvimento de Sistemas;
- Edson Lacir Donadon, Diretor do Núcleo de Apoio do Processo Eletrônico da Justiça do Trabalho;
- Ednamara Aparecida Gonçalves Câmara, Secretária do Tribunal;
- Vlademir Nei Suato, Secretário da Corregedoria Regional;
- Adilson Sergio Bertoldo Junior, Secretaria da Corregedoria;
- Eduardo Sodré Júnior, Secretaria da Corregedoria;
- Antonio Carlos Betanho, Coordenador de Estatística e Pesquisa;
- Vania Maria de Figueiredo Barbosa, Seção Técnica de Estatística;
- Arlene Andrade Rebolla, Seção Técnica de Estatística;
- Mariana Caldas Nogueira, Seção Técnica de Estatística;
- Elci Ribeiro da Silva, Seção Técnica de Estatística;
- José Maria Rondão, Secretaria da 1ª Turma;
- Elaine da Costa Neto Maccori Kozma, Secretaria da 2ª Turma;
- Fatima Alessandra Ferreira Rodrigues, Secretaria da 3ª Turma;
- Marta Lucila Martins Ferreira Bozola, Secretaria da 4ª Turma;
- Lucineia Aparecida Cordeiro Rospowowski, Secretaria da 5ª Turma;
- Ana Carolina Marques de Rangel Moreira, Secretaria da 6ª Turma.

1.6.16 - Comitê Gestor Local de Gestão de Pessoas

- I – Desembargadora Luciane Storel, que o coordenará;
- II – Desembargadora Eleonora Bordini Coca;
- III – Desembargador Renan Ravel Rodrigues Fagundes;
- IV – Juíza Antonia Sant'anna;
- V – Juíza Márcia Cristina Sampaio Mendes;
- VI – Juiz Alvaro dos Santos (suplente);
- VII – Lara de Paula Jorge;
- VIII – Carlos Eduardo Buzan Larica;
- IX – Univer Cristiano Nogueira da Silva;
- X – Rodrigo Garcia Carniel;
- XI – Secretário de Gestão de Pessoas Gustavo Fachim;
- XII – Assessora de Gestão Estratégica Iara Cristina Gomes;
- XIII – Helen da Silva Paes de Souza (suplente da Assessoria de Gestão Estratégica);
- XIV – Juiz Rafael de Almeida Martins – titular indicado pela Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 15ª Região – AMATRA XV;
- XV – Juiz César Reinaldo Offa Basile (suplente indicado pela Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 15ª Região – AMATRA XV);
- XVI – José Aristéia Pereira – titular indicado pelo Sindicato dos Servidores Públicos Federais da Justiça do Trabalho da 15ª Região – SINDIQUINZE;
- XVII – Ivan Bagini (suplente indicado pelo Sindicato dos Servidores Públicos Federais da Justiça do Trabalho da 15ª Região – SINDIQUINZE).

1.6.17 - Comitê de Gestão Participativa No Âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região

- I – Desembargador Presidente do Tribunal;
- II – Desembargador Vice-Presidente Administrativo;
- III – Desembargador Vice-Presidente Judicial;
- IV – Desembargador Corregedor Regional;
- V – Desembargador Vice-Corregedor Regional;
- VI – Juiz Auxiliar da Presidência;
- VII – Juiz Auxiliar da Corregedoria;
- VIII – Diretor-Geral;
- IX – Secretário-Geral da Presidência;
- X – Secretário-Geral Judiciário;
- XI – Assessor da Gestão Estratégica;
- XII – Magistrado indicado pela AMATRA XV;
- XIII – Representante do Sindicato dos Servidores – SINDIQUINZE;
- XIV – Representante da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB – 3ª Subseção
Campinas.

1.6.18 - Comitê de Gestão de Riscos da Área Administrativa do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região

- I – Secretário-Geral da Presidência;
- II – Secretário-Geral Judiciário;
- III – Diretor-Geral;
- IV – Secretário de Administração;
- V – Secretário de Tecnologia da Informação e Comunicações;
- VI – Secretário de Gestão de Pessoas; e
- VII – Assessor de Gestão Estratégica.

1.6.19 - Comitê de Governança Institucional

- I – Desembargador Presidente do Tribunal;
- II – Desembargador Vice-Presidente Administrativo;
- III – Desembargador Vice-Presidente Judicial;
- IV – Desembargador Corregedor Regional;
- V – Desembargador Vice-Corregedor Regional;
- VI – Diretor-Geral;
- VII – Secretário-Geral da Presidência;
- VIII – Secretário-Geral Judiciário;
- IX – Assessor de Gestão Estratégica;
- X – Secretário de Tecnologia da Informação e Comunicações;
- XI – Secretário de Gestão de Pessoas;
- XII – Secretário da Administração.

1.6.20 - Comissão Temporária de Avaliação de Documentos

- I – Secretário(A)-Geral Judiciário, que a presidirá;
- II – Secretário(A) Judiciário(A);
- III – Coordenador(A) de Gestão Documental;
- IV – Assistente-Chefe da Seção de Arquivo Intermediário;
- V – Secretário(A) da Corregedoria.

1.6.21 - Comissão Temporária Gestora da Política de Responsabilidade Socioambiental

- I – Iara Cristina Gomes (Presidente da Comissão e representante da Assessoria de Gestão Estratégica);
- II – Helen da Silva Paes de Souza (representante da Área de Gestão Socioambiental);
- III – Ana Sílvia Damasceno Cardoso Buson (representante da Secretaria da Administração);
- IV – Renato de Aranha Frattaruolo (representante da Área de Aquisições);
- V – João Santos Marinho Junior (representante da Área de Logística);
- VI – Lara de Paula Jorge (representante da Área de Capacitação);
- VII – Roberto Torres Babini (representante da Área de Comunicação Social);

VIII – Thais Martins Lepesteur (representante da Área de Gestão Documental).

1.6.22 - Comissão Temporária de Gestão de Teletrabalho

I – Desembargador do Trabalho Wilton Borba Canicoba (Coordenador da Comissão);
II – Juiz Auxiliar da Presidência;
III – Pericles Nazima (Secretário de Saúde);
IV – Gustavo Fachim (Secretário de Gestão de Pessoas);
V – Marcelo Mantey Balensiefer (Diretor de Secretaria de Vara do Trabalho);
VI – Ivan Bagini (representante da entidade sindical).

1.6.23 - Comissão Temporária de Cadastro de Peritos e Órgãos Técnicos Ou Científicos

I – Desembargadora Maria Madalena de Oliveira (Vice-Corregedora Regional, e Presidente);
II – Cristiane Montenegro Rondelli e Alvaro dos Santos (Juizes Auxiliares da Presidência);
III – Hamilton Luiz Scarabelim e Lúcia Zimmermann (Juizas Auxiliares da Corregedoria Regional);
IV – Paulo Eduardo de Almeida (Secretário-Geral Judiciário);
V – Herbert Wittmann (Secretário de Tecnologia da Informação e Comunicações).

1.6.24 - Comissão Temporária de Acessibilidade e Inclusão

Titulares:
I – Alvaro dos Santos (Juiz Auxiliar da Presidência deste Tribunal, para exercer a Presidência da Comissão);
II – Rafael de Almeida Martins (Juiz Substituto);
III – Sisenando Gomes Calixto de Sousa (Técnico Judiciário, área Administrativa);
IV – Ana Paola Corsi Moreira (Analista Judiciário, área Administrativa);
V – João Augusto Germer Britto (Analista Judiciário, área Administrativa);
VI – Flávio Roberto Opúsculo Cabral (Técnico Judiciário, área Administrativa);
VII – Fauzi El Kadri Filho (Analista Judiciário, área de Fisioterapia).

Suplentes:
I – Jairo Maurano Machado (Técnico Judiciário, área Administrativa);
II – Marcos Geraldo de Castro Justino (Técnico Judiciário, área Tecnologia da Informação);
III – Cristhiane Bolognesi Saraiva Tokarski (Analista Judiciário, área Judiciária).

1.6.25 - Comissão Temporária Provisória de Credenciamento de Leiloeiros

- I – Lilian Maria de Camargo, servidora do Núcleo de Pesquisa Patrimonial;
- II – João Edson Floriano, servidor da Assessoria Jurídica;
- III – Renata Chaib Beltramelli, servidora da Assessoria Jurídica, como suplente do segundo membro e;
- IV – Claudio Luis Gil, servidor da Diretoria-Geral.

1.6.26 - Comissão Temporária Elaboração do Plano de Comunicação Social

- I – Desembargador Roberto Nóbrega de Almeida Filho;
- II – Desembargadora Antonia Regina Tancini Pestana;
- III – Juiz Auxiliar da Presidência Alvaro dos Santos;
- IV – Adriana Martorano Amaral Corsetti, Secretária-Geral da Presidência;
- V – Roberto Torres Babini, Coordenador de Comunicação Social; e
- VI – Ana Cláudia de Siqueira, Assessora de Imprensa.

1.7 - JUÍZES DO TRABALHO

1.7.1 - Juizes Titulares

ORDEM ANTIG.	JUIZ(ÍZA) TITULAR	VARA DO TRABALHO	POSSE E EXERCÍCIO COMO TITULAR DE VT
1	PAULO AUGUSTO FERREIRA	BATATAIS	18/07/1994
2	KEILA NOGUEIRA SILVA	2ª MARÍLIA	29/08/1994
3	MARI ANGELA PELEGRINI	SANTA BÁRBARA D'OESTE	17/03/1995
4	ANDREA GUELFY CUNHA	4ª JUNDIAÍ	17/03/1995
5	REGINA DIRCE GAGO DE FARIA MONEGATTO	ATIBAIA	04/08/1995
6	HELIO GRASSELLI	1ª SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	31/08/1995
7	MARCELO GARCIA NUNES	5ª SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	29/02/1996
8	MARCOS DA SILVA PORTO	9ª CAMPINAS	29/02/1996
9	RITA DE CASSIA SCAGLIUSI DO CARMO	10ª CAMPINAS	29/02/1996
10	ADRIENE SIDNEI DE MOURA DAVID	2ª PIRACICABA	29/02/1996
11	MARCELO MAGALHÃES RUFINO	3ª SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	25/10/1996
12	MARGARETE APARECIDA GULMANELI SOLCIA	2ª CATANDUVA	11/04/1997

ORDEM ANTIG.	JUIZ(ÍZA) TITULAR	VARA DO TRABALHO	POSSE E EXERCÍCIO COMO TITULAR DE VT
13	ANTONIA SANT'ANA	3ª SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	11/04/1997
14	ANA CLÁUDIA TORRES VIANNA	6ª CAMPINAS	08/05/1997
15	SCYNTHIA MARIA SISTI TRISTÃO	TANABI	10/06/1997
16	CINTHIA MARIA DA FONSECA ESPADA	GARÇA	10/06/1997
17	RENATO HENRY SANT'ANNA	1ª RIBEIRÃO PRETO	10/06/1997
18	CARLOS EDUARDO OLIVEIRA DIAS	1ª CAMPINAS	21/10/1997
19	REGIANE CECILIA LIZI	PEDERNEIRAS	19/12/1997
20	CLAUDIA CUNHA MARCHETTI	2ª PAULÍNIA	06/03/1998
21	OLGA REGIANE PILEGIS	11ª CAMPINAS	06/03/1998
22	JORGE ANTONIO DOS SANTOS COTA	ITATIBA	11/05/1998
23	OSÉAS PEREIRA LOPES JUNIOR	1ª PAULÍNIA	11/03/1999
24	RONALDO OLIVEIRA SIANDELA	PIEDADE	05/04/1999
25	LEVI ROSA TOMÉ	ITU	19/04/1999
26	MARCO ANTÔNIO DE SOUZA BRANCO	1ª ASSIS	03/05/1999
27	LUIS FERNANDO LUPATO	UBATUBA	10/01/2000
28	WELLINGTON CÉSAR PATERLINI	2ª SERTÃOZINHO	24/03/2000
29	ANDRÉ DA CRUZ E SOUZA WENZEL	APARECIDA	24/03/2000
30	SÉRGIO MILITO BARÊA	TAQUARITINGA	17/04/2000
31	MARCELO CARLOS FERREIRA	SALTO	03/12/2001
32	RENE JEAN MARCHI FILHO	1ª SERTÃOZINHO	08/03/2002
33	WAGNER RAMOS DE QUADROS	1ª CATANDUVA	03/05/2002
34	ANDRÉ AUGUSTO ULPiano RIZZARDO	12ª CAMPINAS	19/07/2002
35	LUIZ ANTONIO ZANQUETA	LINS	29/10/2002
36	ROBERTA JACOPETTI BONEMER	3ª RIBEIRÃO PRETO	05/12/2002
37	ROBSON ADILSON DE MORAES	5ª CAMPINAS	22/07/2003
38	DORA ROSSI GÓES SANCHES	2ª JACAREÍ	09/10/2003
39	JOSÉ ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA SILVA	6ª RIBEIRÃO PRETO	09/10/2003

ORDEM ANTIG.	JUIZ(ÍZA) TITULAR	VARA DO TRABALHO	POSSE E EXERCÍCIO COMO TITULAR DE VT
40	FLÁVIO LANDI	2ª CAMPINAS	26/11/2003
41	MARINA DE SIQUEIRA FERREIRA ZERBINATTI	3ª CAMPINAS	26/11/2003
42	MARCO ANTONIO MACEDO ANDRÉ	ANDRADINA	03/05/1999 (**)
43	FIRMINO ALVES LIMA	1ª PIRACICABA	24/06/2004
44	ELIANA DOS SANTOS ALVES NOGUEIRA	2ª FRANCA	19/10/2004
45	GUILHERME GUIMARÃES FELICIANO	1ª TAUBATÉ	21/03/2005
46	RENATA DOS REIS D'AVILLA CALIL	CAPIVARI	18/04/2005
47	JULIANA BENATTI	8ª CAMPINAS	16/09/2005
48	LUCIANA NASR	4ª CAMPINAS	21/10/2005
49	ANA CLAUDIA PIRES FERREIRA DE LIMA	1ª BAURU	21/10/2005
50	ALEXANDRE VIEIRA DOS ANJOS	CAJURU	19/12/2005
51	MARCELO SCHMIDT SIMÕES	ITAPEVA	21/02/2006
52	FERNANDA CAVALCANTI VARZIM GAETANO	BEBEDOURO	10/04/2006
53	MAURO CÉSAR LUNA ROSSI	CAPÃO BONITO	10/04/2006
54	JOSÉ GUIDO TEIXEIRA JÚNIOR	ITARARÉ	10/04/2006
55	KÁTIA LIRIAM PASQUINI BRAIANI	2ª PRESIDENTE PRUDENTE	10/04/2006
56	CRISTIANE MONTENEGRO RONDELLI	7ª CAMPINAS	10/04/2006
57	ANDRÉ LUIZ ALVES	3ª BAURU	07/06/2006
58	LEANDRA DA SILVA GUIMARÃES	AMPARO	07/06/2006
59	PATRICIA GLUGOVSKIS PENNA MARTINS	MOGI MIRIM	07/06/2006
60	LÚCIA ZIMMERMANN	1ª JUNDIAÍ	28/08/2006
61	LUÍS RODRIGO FERNANDES BRAGA	ARARAS	27/09/2006
62	LAURA BITTENCOURT FERREIRA RODRIGUES	2ª AMERICANA	27/09/2006
63	ADRIANA FONSECA PERIN	2ª SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	30/03/2007
64	ANA PAULA ALVARENGA MARTINS	1ª AMERICANA	13/07/2007
65	EVANDRO EDUARDO MAGLIO	MOCOCA	06/09/2007

ORDEM ANTIG.	JUIZ(ÍZA) TITULAR	VARA DO TRABALHO	POSSE E EXERCÍCIO COMO TITULAR DE VT
66	JÚLIO CÉSAR TREVISAN RODRIGUES	4ª SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	29/10/2007
67	PEDRO MARCOS OLIVIER SANZOVO	TUPÃ	29/10/2007
68	ALEXANDRE GARCIA MULLER	1ª MARÍLIA	11/12/2007
69	ARILDA CRISTIANE SILVA DE PAULA CALIXTO	CRAVINHOS	15/12/2008
70	CÁSSIA REGINA RAMOS FERNANDES	1ª SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	31/03/2009
71	JÚLIO CÉSAR MARIN DO CARMO	2ª LENÇÓIS PAULISTA	25/01/2010
72	DENISE FERREIRA BARTOLOMUCCI	2ª SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	29/06/2010
73	ANDREIA DE OLIVEIRA	2ª TAUBATÉ	11/04/2011
74	ALZENI APARECIDA DE OLIVEIRA FURLAN	INDAIATUBA	11/04/2011
75	ALESSANDRO TRISTÃO	FERNANDÓPOLIS	11/04/2011
76	ALVARO DOS SANTOS	HORTOLÂNDIA	27/06/2011
77	SANDRO VALÉRIO BODO	2ª BAURU	27/06/2011
78	NELMA PEDROSA GODOY SANT'ANNA FERREIRA	1ª PRESIDENTE PRUDENTE	27/06/2011
79	MARCUS MENEZES BARBERINO MENDES	SÃO ROQUE	27/06/2011
80	GISLENE APARECIDA SANCHES	4ª SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	27/06/2011
81	ADHEMAR PRISCO DA CUNHA NETO	CAÇAPAVA	27/06/2011
82	TÂNIA APARECIDA CLARO	GUARATINGUETÁ	27/06/2011
83	PEDRO EDMILSON PILON	SÃO JOSÉ DO RIO PARDO	27/06/2011
84	VALDIR RINALDI SILVA	4ª SOROCABA	27/06/2011
85	ISABELA TÓFANO DE CAMPOS LEITE PEREIRA	3ª PIRACICABA	27/06/2011 (*)
86	RENATO DA FONSECA JANON	1ª LENÇÓIS PAULISTA	27/06/2011
87	MARCIA CRISTINA SAMPAIO MENDES	5ª RIBEIRÃO PRETO	27/06/2011
88	KATHLEEN MECCHI ZARINS STAMATO	3ª JUNDIAÍ	27/06/2011
89	ANDRÉIA ALVES DE OLIVEIRA GOMIDE	1ª FRANCA	30/08/2011
90	JOSÉ ANTÔNIO GOMES DE OLIVEIRA	JALES	01/03/2012
91	VALÉRIA CÂNDIDO PERES	CARAGUATATUBA	01/03/2012

ORDEM ANTIG.	JUIZ(ÍZA) TITULAR	VARA DO TRABALHO	POSSE E EXERCÍCIO COMO TITULAR DE VT
92	DANIELA RENATA REZENDE FERREIRA BORGES	OLÍMPIA	12/09/2012
93	ALAN CEZAR RUNHO	MATÃO	12/09/2012
94	EUCYMARA MACIEL OLIVETO RUIZ	ADAMANTINA	12/09/2012
95	FERNANDA CRISTINA DE MORAES FONSECA	ITAPIRA	12/09/2012
96	DANIELA MACIA FERRAZ GIANNINI	RIO CLARO	12/09/2012
97	MARCELO BUENO PALLONE	CAMPO LIMPO PAULISTA	12/09/2012
98	RENATO CESAR TREVISANI	ITUVERAVA	03/12/2012
99	HENRIQUE MACEDO HINZ	2ª LIMEIRA	20/05/2013
100	WILSON CANDIDO DA SILVA	LORENA	03/11/2014
101	DECIO UMBERTO MATOSO RODOVALHO	SUMARÉ	03/11/2014
102	AZAEL MOURA JUNIOR	BRAGANÇA PAULISTA	03/11/2014
103	CLEBER ANTONIO GRAVA PINTO	PENÁPOLIS	03/11/2014
104	ROSANA ALVES	PORTO FERREIRA	03/11/2014
105	ANA PAULA SILVA CAMPOS MISKULIN	JOSÉ BONIFÁCIO	03/11/2014
106	RODARTE RIBEIRO	BARRETOS	03/11/2014
107	MAURICIO DE ALMEIDA	2ª JAÚ	03/11/2014
108	ANA LUCIA COGO CASARI CASTANHO FERREIRA	1ª ARARAQUARA	03/11/2014
109	ALEXANDRE ALLIPRANDINO MEDEIROS	SÃO JOAQUIM DA BARRA	03/11/2014
110	JOÃO BAPTISTA CILLI FILHO	4ª RIBEIRÃO PRETO	09/03/2015
111	RODRIGO PENHA MACHADO	ORLÂNDIA	11/05/2015
112	MARCELO SIQUEIRA DE OLIVEIRA	OURINHOS	11/05/2015
113	CANDY FLORENCIO THOMÉ	1ª SOROCABA	11/05/2015
114	SANDRA MARIA ZIRONDI	VOTUPORANGA	11/05/2015
115	CONCEIÇÃO APARECIDA ROCHA DE PETRIBÚ FARIA	2ª ARARAQUARA	29/02/2016
116	CECY YARA TRICCA DE OLIVEIRA	3ª SOROCABA	29/02/2016
117	LUCINEIDE ALMEIDA DE LIMA MARQUES	1ª JAÚ	14/06/2016

ORDEM ANTIG.	JUIZ(ÍZA) TITULAR	VARA DO TRABALHO	POSSE E EXERCÍCIO COMO TITULAR DE VT
118	ELEN ZORAIDE MÓDOLO JUCÁ	BIRIGUI	19/08/2016
119	TERESA CRISTINA PEDRASI	ITAPETININGA	19/08/2016
120	MANOEL LUIZ COSTA PENIDO	2ª JUNDIAÍ	19/12/2016
121	PAULO BUENO CORDEIRO DE ALMEIDA PRADO BAUER	4ª BAURU	13/03/2017
122	FLAVIO HENRIQUE GARCIA COELHO	2ª ASSIS	29/05/2017
123	SUZELINE LONGHI NUNES DE OLIVEIRA	2ª ARAÇATUBA	19/12/2017
124	ANDRÉA MARIA PFRIMER FALCÃO	1ª JABOTICABAL	19/12/2017
125	DÉBORA WUST DE PROENÇA	SÃO SEBASTIÃO	19/12/2017
126	VINICIUS MAGALHÃES CASAGRANDE	ITANHAÉM	19/12/2017
127	CLÓVIS VICTÓRIO JÚNIOR	1ª ARAÇATUBA	11/06/2018
128	FERNANDO LUCAS ULIANI MARTINS DOS SANTOS	1ª SÃO CARLOS	14/11/2018
129	PRISCILA DE FREITAS CASSIANO NUNES	CRUZEIRO	14/11/2018
130	JOSÉ ANTONIO DOSUALDO	2ª JABOTICABAL	14/11/2018
131	MARIA FLAVIA RONCEL DE OLIVEIRA ALAITE	1ª LIMEIRA	14/11/2018
132	ANDRÉ LUIZ TAVARES DE CASTRO PEREIRA	PIRASSUNUNGA	14/11/2018
133	ROGÉRIO PRINCIVALLI DA COSTA CAMPOS	PINDAMONHANGABA	14/11/2018
134	ANA MARIA EDUARDO DA SILVA	2ª SOROCABA	11/03/2019
135	REGINA RODRIGUES URBANO	LEME	11/03/2019
136	JOÃO BATISTA DE ABREU	MOGI GUAÇU	11/03/2019
137	ANTONIO CARLOS CAVALCANTE DE OLIVEIRA	3ª ARAÇATUBA	11/03/2019
138	CARLOS EDUARDO VIANNA MENDES	BOTUCATU	12/08/2019
139	DIOVANA BETHANIA ORTOLAN INOCENCIO FABRETI	TIETÊ	12/08/2019
140	SOLANGE DENISE BELCHIOR SANTAELLA	TATUÍ	12/08/2019
141	MÉRCIO HIDEYOSHI SATO	PRESIDENTE VENCESLAU	12/08/2019
142	WELLINGTON AMADEU	SANTA CRUZ DO RIO PARDO	30/09/2019

ORDEM ANTIG.	JUIZ(ÍZA) TITULAR	VARA DO TRABALHO	POSSE E EXERCÍCIO COMO TITULAR DE VT
143	RICARDO LUIS VALENTINI	2ª SÃO CARLOS	30/09/2019
144	THIAGO HENRIQUE AMENT	REGISTRO	17/12/2019
145	VAGO	---	---
146	VAGO	---	---
147	VAGO	---	---
148	VAGO	---	---
149	VAGO	---	---
150	VAGO	---	---
151	VAGO	---	---
152	VAGO	---	---
153	VAGO	---	---

(*) Posse e exercício em 30/08/2011. Efeitos da antiguidade retroativos a 27/06/2011 conforme deliberação do Egrégio Órgão Especial de 25/08/2011.

(**) Conforme Ato nº 003/2019-GP/AAM, publicado no DOU - página 280 de 01/02/2019 e disponibilizado no dia 31/01/2019, no DEJT - Caderno Administrativo do TRT 15ª Região - página 01.

1.7.2 - Juízes Substitutos

ORDEM ANTIG	JUIZ(ÍZA) SUBSTITUTO(A)	CIRCUNSCRIÇÃO	POSSE E EXERCÍCIO (TRT15)
1	PAULO CESAR DOS SANTOS	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	05/07/1994
2	MARCOS ROBERTO WOLFGANG	BAURU	06/10/2000
3	SIDNEY PONTES BRAGA	SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	26/07/2002
4	CLÁUDIO ISSAO YONEMOTO	PRESIDENTE PRUDENTE	26/07/2002
5	ANA FLAVIA DE MORAES GARCIA CUESTA	CAMPINAS	29/03/2004
6	ALEXANDRE CHEDID ROSSI	SOROCABA	25/06/2004
7	DENISE SANTOS SALES DE LIMA	RIBEIRÃO PRETO	25/06/2004
8	SIDNEY XAVIER ROVIDA	ARAÇATUBA	01/08/2005
9	JOÃO DIONISIO VIVEIROS TEIXEIRA	CAMPINAS	10/02/2006
10	MARCO ANTONIO FOLEGATTI DE	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	10/02/2006

ORDEM ANTIG	JUIZ(ÍZA) SUBSTITUTO(A)	CIRCUNSCRIÇÃO	POSSE E EXERCÍCIO (TRT15)
	REZENDE		
11	CARMEN LUCIA COUTO TAUBE	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	10/02/2006
12	ANDRÉ LUIZ MENEZES AZEVEDO SETTE	CAMPINAS	06/09/2006
13	ARTUR RIBEIRO GUDWIN	CAMPINAS	06/09/2006
14	CRISTIANE KAWANAKA DE PONTES	CAMPINAS	06/09/2006
15	CHRISTINA FEUERHARMEL VELLOZA	CAMPINAS	06/09/2006
16	MAURICIO MATSUSHIMA TEIXEIRA	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	09/09/2006
17	RONALDO CAPELARI	CAMPINAS	17/01/2007
18	MAURICIO BEARZOTTI DE SOUZA	CAMPINAS	17/01/2007
19	SALETE YOSHIE HONMA BARREIRA	CAMPINAS	17/01/2007
20	APARECIDO BATISTA DE OLIVEIRA	CAMPINAS	17/01/2007
21	LETICIA GOUVEIA ANTONIOLI	CAMPINAS	17/01/2007
22	MAURO CÉSAR MORELI	SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	28/05/2007
23	PAULO EDUARDO BELLOTI	SOROCABA	08/06/2007
24	ROBERTO DOS SANTOS SOARES	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	08/06/2007
25	SÉRGIO POLASTRO RIBEIRO	BAURU	29/10/2007
26	ROSANA NUBIATO LEÃO	ARAÇATUBA	03/12/2007
27	TONY EVERSON SIMÃO CARMONA	SOROCABA	11/01/2008
28	RODRIGO ADELIO ABRAHÃO LINARES	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	11/01/2008
29	PAULO HENRIQUE COIADO MARTINEZ	RIBEIRÃO PRETO	11/01/2008
30	EDUARDO SOUZA BRAGA	RIBEIRÃO PRETO	11/01/2008
31	CAMILA MOURA DE CARVALHO	CAMPINAS	11/01/2008
32	ALEXANDRE KLIMAS	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	11/01/2008
33	SIUMARA JUNQUEIRA DE OLIVEIRA	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	11/01/2008
34	CARLOS ALBERTO FRIGIERI	RIBEIRÃO PRETO	13/03/2008

ORDEM ANTIG	JUIZ(ÍZA) SUBSTITUTO(A)	CIRCUNSCRIÇÃO	POSSE E EXERCÍCIO (TRT15)
35	MILENA CASACIO FERREIRA BERALDO	CAMPINAS	03/07/2008
36	CAMILA CERONI SCARABELLI	CAMPINAS	17/11/2008
37	FABIO NATALI COSTA	RIBEIRÃO PRETO	17/11/2008
38	NEWTON CUNHA DE SENA	CAMPINAS	17/11/2008
39	POLYANNA SAMPAIO CANDIDO DA SILVA SANTOS	RIBEIRÃO PRETO	17/11/2008
40	AMANDA BARBOSA	RIBEIRÃO PRETO	17/11/2008
41	MARIA TERESA DE OLIVEIRA SANTOS	RIBEIRÃO PRETO	17/11/2008
42	ARTHUR ALBERTIN NETO	ARAÇATUBA	31/03/2009
43	MARCELO CHAIM CHOEFI	CAMPINAS	24/04/2009
44	PATRICIA MAEDA	CAMPINAS	28/04/2009
45	EDSON DA SILVA JUNIOR	BAURU	02/06/2009
46	RENATO FERREIRA FRANCO	SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	31/08/2009
47	MARIÂNGELA FONSECA	BAURU	31/08/2009
48	LUCIANO BRISOLA	SOROCABA	31/08/2009
49	ROGÉRIO JOSÉ PERRUD	PRESIDENTE PRUDENTE	31/08/2009
50	JOSUÉ CECATO	BAURU	31/08/200
51	RAFAEL MARQUES DE SETTA	CAMPINAS	31/08/2009
52	ÉRICA ESCARASSATTE	CAMPINAS	23/11/2009
53	LUÍS AUGUSTO FORTUNA	RIBEIRÃO PRETO	30/11/2009
54	RICARDO LUÍS DA SILVA	SOROCABA	16/12/2009
55	ESTEFÂNIA KELLY REAMI FERNANDES	CAMPINAS	16/12/2009
56	MARCELO LUÍS DE SOUZA FERREIRA	CAMPINAS	01/03/2010
57	ANDRÉIA NOGUEIRA ROSSILHO DE LIMA	PRESIDENTE PRUDENTE	22/04/2010
58	ANA MISSIATO DE BARROS PIMENTEL	CAMPINAS	02/07/2010

ORDEM ANTIG	JUIZ(ÍZA) SUBSTITUTO(A)	CIRCUNSCRIÇÃO	POSSE E EXERCÍCIO (TRT15)
59	LUIS FURIAN ZORZETTO	SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	28/10/2010
60	PATRICIA JULIANA MARCHI ALVES	CAMPINAS	08/11/2010
61	CRISTIANE SOUZA DE CASTRO TOLEDO	CAMPINAS	24/11/2010
62	LUIZ ROBERTO LACERDA DOS SANTOS FILHO	RIBEIRÃO PRETO	24/11/2010
63	LAYS CRISTINA DE CUNTO	CAMPINAS	24/11/2010
64	VANESSA CRISTINA PEREIRA SALOMÃO	CAMPINAS	24/11/2010
65	MARIA LUCIA RIBEIRO MORANDO	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	26/11/2010
66	VANESSA MARIA SAMPAIO VILLANOVA MATOS	PRESIDENTE PRUDENTE	26/11/2010
67	CAIO RODRIGUES MARTINS PASSOS	CAMPINAS	26/11/2010
68	ROBERTA CONFETTI GATSIOS AMSTALDEN	RIBEIRÃO PRETO	26/11/2010
69	FERNANDA AMABILE MARINHO DE SOUZA GOMES	SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	26/11/2010
70	NATÁLIA SCASSIOTTA NEVES ANTONIASSI	CAMPINAS	26/11/2010
71	FRANCIELI PISSOLI MENDONÇA	RIBEIRÃO PRETO	26/11/2010
72	ZILAH RAMIRES FERREIRA	BAURU	26/11/2010
73	ANDRESSA VENTURI DA CUNHA WEBER	RIBEIRÃO PRETO	26/11/2010
74	ELIAS TERUKIYO KUBO	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	26/11/2010
75	SOFIA LIMA DUTRA	CAMPINAS	26/11/2010
76	GOTHARDO RODRIGUES BACKX VAN BUGGENHOUT	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	26/11/2010
77	LUCIENE PEREIRA SCANDIUCI RIDOLFO	CAMPINAS	07/01/2011
78	ALESSANDRA REGINA TREVISAN LAMBERT	CAMPINAS	10/01/2011
79	BRENO ORTIZ TAVARES COSTA	BAURU	07/07/2011

ORDEM ANTIG	JUIZ(ÍZA) SUBSTITUTO(A)	CIRCUNSCRIÇÃO	POSSE E EXERCÍCIO (TRT15)
80	CLÁUDIA BUENO ROCHA CHIUZULI	RIBEIRÃO PRETO	29/07/2011
81	DANIELLE GUERRA FLORENTINO LOPES	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	09/11/2011
82	ERIKA FERRARI ZANELLA	CAMPINAS	11/11/2011
83	LUCIANE CRISTINA MURARO DE FREITAS	CAMPINAS	01/12/2011
84	PABLO SOUZA ROCHA	CAMPINAS	02/12/2011
85	KARINE VAZ DE MELO MATTOS ABREU	CAMPINAS	02/12/2011
86	REGINALDO LOURENÇO PIERROTTI JUNIOR	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	02/12/2011
87	DANIELE COMIN MARTINS	BAURU	02/12/2011
88	GUSTAVO TRIANDAFELIDES BALTHAZAR	CAMPINAS	02/12/2011
89	ANDERSON RELVA ROSA	CAMPINAS	02/12/2011
90	RÉGIS ANTÔNIO BERSANIN NIEDDU	PRESIDENTE PRUDENTE	02/12/2011
91	BÁRBARA BALDANI FERNANDES NUNES	PRESIDENTE PRUDENTE	02/12/2011
92	ROSILENE DA SILVA NASCIMENTO	RIBEIRÃO PRETO	02/12/2011
93	KARINE DA JUSTA TEIXEIRA ROCHA	CAMPINAS	02/12/2011
94	ELIETE THOMAZINI PALA	SOROCABA	02/12/2011
95	ADRIEL PONTES DE OLIVEIRA	RIBEIRÃO PRETO	12/03/2012
96	MÔNICA RODRIGUES CARVALHO ROSSI	RIBEIRÃO PRETO	14/06/2012
97	VINÍCIUS DE MIRANDA TAVEIRA	CAMPINAS	06/07/2012
98	CAMILA XIMENES COIMBRA	CAMPINAS	06/07/2012
99	RENATO CLEMENTE PEREIRA	BAURU	06/07/2012
100	VERANICI APARECIDA FERREIRA	CAMPINAS	29/10/2012
101	LEANDRO RENATO CATELAN ENCINAS	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	29/10/2012
102	KARINA SUEMI KASHIMA	RIBEIRÃO PRETO	29/11/2012
103	CAROLINA SFERRA CROFFI HEINEMANN	CAMPINAS	29/11/2012

ORDEM ANTIG	JUIZ(ÍZA) SUBSTITUTO(A)	CIRCUNSCRIÇÃO	POSSE E EXERCÍCIO (TRT15)
104	RENATA CAROLINA CARBONE STAMPONI	BAURU	29/11/2012
105	JOSÉ AUGUSTO DE ALMEIDA PRADO FERREIRA DE CASTILHO	BAURU	29/11/2012
106	BRUNA MÜLLER STRAVINSKI	CAMPINAS	29/11/2012
107	GUSTAVO ZABEU VASEN	CAMPINAS	29/11/2012
108	ADRIANE DA SILVA MARTINS	SOROCABA	29/11/2012
109	CHRISTOPHE GOMES DE OLIVEIRA	SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	29/11/2012
110	AMANDA SARMENTO GAKIYA	RIBEIRÃO PRETO	29/11/2012
111	RENATA MENDES CARDOSO DE CASTRO PEREIRA	CAMPINAS	27/05/2013
112	CAUÊ BRAMBILLA DA SILVA	BAURU	11/07/2013
113	ANA PAULA SARTORELLI BRANCACCIO	SOROCABA	11/07/2013
114	PAULA RODRIGUES DE ARAUJO LENZA	RIBEIRÃO PRETO	07/10/2013
115	DANIELE FERNANDES DOS SANTOS	CAMPINAS	10/10/2013
116	RAFAEL DE ALMEIDA MARTINS	CAMPINAS	10/10/2013
117	FÁBIO CAMERA CAPONE	CAMPINAS	10/10/2013
118	CÉSAR REINALDO OFFA BASILE	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	10/10/2013
119	LADY ANE DE PAULA SANTOS DELLA ROCCA	RIBEIRÃO PRETO	10/10/2013
120	GUSTAVO NAVES GUIMARÃES	SOROCABA	10/10/2013
121	GUILHERME CAMURÇA FILGUEIRA	SOROCABA	10/10/2013
122	BERNARDO MORÉ FRIGERI	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	10/10/2013
123	FRED MORALES LIMA	RIBEIRÃO PRETO	10/10/2013
124	RODRIGO DE MATTOS TAKAYASSU	RIBEIRÃO PRETO	10/10/2013
125	FERNANDA FRARE RIBEIRO	CAMPINAS	10/10/2013
126	MARIANA CAVARRA BORTOLON VAREJÃO	CAMPINAS	10/10/2013

ORDEM ANTIG	JUIZ(ÍZA) SUBSTITUTO(A)	CIRCUNSCRIÇÃO	POSSE E EXERCÍCIO (TRT15)
127	CAROLINA POPOFF FERREIRA DA COSTA	SOROCABA	10/10/2013
128	MICHELE DO AMARAL	CAMPINAS	10/10/2013
129	MARCEL DE AVILA SOARES MARQUES	SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	10/10/2013
130	MAURÍCIO BRANDÃO DE ANDRADE	SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	10/10/2013
131	PEDRO HENRIQUE BARBOSA SALGADO DE OLIVEIRA	RIBEIRÃO PRETO	21/10/2013
132	MOUZART LUIS SILVA BRENES	PRESIDENTE PRUDENTE	23/10/2013
133	EDUARDO COSTA GONZALES	ARAÇATUBA	11/03/2014
134	ERIKA DE FRANCESCHI	CAMPINAS	14/04/2014
135	ÉRIKA RODRIGUES PEDREUS MORETE	PRESIDENTE PRUDENTE	30/05/2014
136	JOSÉ RODRIGUES DA SILVA NETO	SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	30/05/2014
137	LETÍCIA HELENA JUIZ DE SOUZA	RIBEIRÃO PRETO	30/06/2014
138	RODRIGO FERNANDO SANITÁ	SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	04/08/2014
139	RICARDO PHILIFE DOS SANTOS	SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	04/08/2014
140	EDMA ALVES MOREIRA	BAURU	04/08/2014
141	OTÁVIO LUCAS DE ARAUJO RANGEL	RIBEIRÃO PRETO	04/08/2014
142	MÁRCIO CAVALCANTI CAMELO	RIBEIRÃO PRETO	04/08/2014
143	VIRGILIO DE PAULA BASSANELLI	SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	24/10/2014
144	EDUARDO ALEXANDRE DA SILVA	CAMPINAS	03/11/2014
145	TAISA MAGALHÃES DE OLIVEIRA SANTANA MENDES	CAMPINAS	03/11/2014
146	FLAVIA FARIAS DE ARRUDA CORSEUIL	CAMPINAS	03/11/2014
147	BRUNO DA COSTA RODRIGUES	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	03/11/2014
148	FRANCINA NUNES DA COSTA	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	03/11/2014
149	RÔMULO TOZZO TECHIO	BAURU	03/11/2014

ORDEM ANTIG	JUIZ(ÍZA) SUBSTITUTO(A)	CIRCUNSCRIÇÃO	POSSE E EXERCÍCIO (TRT15)
150	JEFERSON PEYERL	BAURU	03/11/2014
151	VILSON ANTONIO PREVIDE	CAMPINAS	12/02/2015
152	PAULA ARAÚJO OLIVEIRA LEVY	CAMPINAS	09/03/2015
153	DANIEL REZENDE FARIA	RIBEIRÃO PRETO	09/03/2015
154	TABATA GOMES MACEDO DE LEITÃO	ARAÇATUBA	30/03/2015
155	FERNANDA CONSTANTINO DE CAMPOS	CAMPINAS	04/05/2015
156	FABIO TRIFIATIS VITALE	CAMPINAS	04/05/2015
157	CRISTIANE HELENA PONTES	CAMPINAS	03/06/2015
158	RINALDO SOLDAN JOAZEIRO	SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	04/04/2016
159	FRANCISCO DUARTE CONTE	SOROCABA	04/04/2016
160	GILVANDRO DE LELIS OLIVEIRA	RIBEIRÃO PRETO	02/05/2016
161	RICARDO HENRIQUE BOTEGA DE MESQUITA	RIBEIRÃO PRETO	02/05/2016
162	PRISCILA PIVI DE ALMEIDA	CAMPINAS	04/10/2016
163	ELISE GASPAROTTO DE LIMA	ARAÇATUBA	04/10/2016
164	LUCIENE TAVARES TEIXEIRA	CAMPINAS	04/10/2016
165	CRISTIANE BARBOSA KUNZ	PRESIDENTE PRUDENTE	04/10/2016
166	ANANDA TOSTES ISONI	BAURU	04/10/2016
167	LUCAS FREITAS DOS SANTOS	RIBEIRÃO PRETO	04/10/2016
168	CAMILA TRINDADE VALIO MACHADO	RIBEIRÃO PRETO	04/10/2016
169	GABRIEL CALVET DE ALMEIDA	BAURU	04/10/2016
170	EVERTON VINÍCIUS DA SILVA	BAURU	04/10/2016
171	PAULA CRISTINA CAETANO DA SILVA	CAMPINAS	04/10/2016
172	LUCAS FALASQUI CORDEIRO	CAMPINAS	17/11/2016
173	SANDRO MATUCCI	SOROCABA	17/11/2016

ORDEM ANTIG	JUIZ(ÍZA) SUBSTITUTO(A)	CIRCUNSCRIÇÃO	POSSE E EXERCÍCIO (TRT15)
174	BRUNO FURTADO SILVEIRA	CAMPINAS	17/11/2016
175	THIAGO NOGUEIRA PAZ	RIBEIRÃO PRETO	13/03/2017
176	LUIZA HELENA ROSON	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	28/04/2017
177	BIANCA CABRAL DORICCI	RIBEIRÃO PRETO	02/05/2017
178	ADÉLIA WEBER LEONE ALMEIDA FARIA	RIBEIRÃO PRETO	17/07/2017
179	FÁBIO CÉSAR VICENTINI	RIBEIRÃO PRETO	17/07/2017
180	ANGELA NAIRA BELINSKI	SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	19/12/2017
181	CLÉA RIBEIRO	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	11/06/2018
182	ALEXANDRE SILVA DE LORENZI DINON	SOROCABA	16/07/2018
183	PRISCILA GIL DE SOUZA MURAD	SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	16/07/2018
184	SAMANTHA IANSEN FALLEIROS	SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	13/08/2018
185	ALUÍSIO TEODORO FALLEIROS	SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	13/08/2018
186	FERNANDO RODRIGUES CARVALHO	SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	03/09/2018
187	WALKIRIA APARECIDA RIBEIRO	ARAÇATUBA	31/10/2018
188	LARISSA RABELLO SOUTO TAVARES COSTA	À DISPOSIÇÃO DO TRIBUNAL	24/09/2019
189	AFRÂNIO ROBERTO PINTO ALVES SEIXAS	À DISPOSIÇÃO DO TRIBUNAL	25/10/2019
190	ELAINE PEREIRA DA SILVA	À DISPOSIÇÃO DO TRIBUNAL	25/10/2019
191	JOSÉ AGUIAR LINHARES LIMA NETO	À DISPOSIÇÃO DO TRIBUNAL	25/10/2019
192	VAGA RESERVADA POR DECISÃO JUDICIAL		
193	VAGA RESERVADA POR DECISÃO LIMINAR DO CNJ		
194	GABRIEL BORASQUE DE PAULA	À DISPOSIÇÃO DO TRIBUNAL	25/10/2019

ORDEM ANTIG	JUIZ(ÍZA) SUBSTITUTO(A)	CIRCUNSCRIÇÃO	POSSE E EXERCÍCIO (TRT15)
195	VAGA	---	---
196	VAGA	---	---
197	VAGA	---	---
198	VAGA	---	---
199	VAGA	---	---
200	VAGA	---	---
201	VAGA	---	---
202	VAGA	---	---
203	VAGA	---	---
204	VAGA	---	---
205	VAGA	---	---
206	VAGA	---	---
207	VAGA	---	---
208	VAGA	---	---
209	VAGA	---	---
210	VAGA	---	---
211	VAGA	---	---
212	VAGA	---	---
213	VAGA	---	---
214	VAGA	---	---
215	VAGA	---	---
216	VAGA	---	---
217	VAGA	---	---
218	VAGA	---	---

1.8 - ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA
Adriana Martorano Amaral Corsetti

DIRETORIA-GERAL
Adlei Cristian Carvalho Pereira Schlosser

SECRETARIA-GERAL JUDICIÁRIA
Paulo Eduardo de Almeida

SECRETARIA DO TRIBUNAL
Ana Laura Grimm da Silva
Ednamara Aparecida Gonçalves Câmara

SECRETARIA DA CORREGEDORIA REGIONAL
Vladimir Nei Suato

ASSESSORIA DA ESCOLA JUDICIAL
Lara de Paula Jorge

NÚCLEO DE APOIO DO PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO DA
JUSTIÇA DO TRABALHO
Yuri Leskow

1.8.1 - Secretarias de Turmas

1ª TURMA
Cíntia Boteon Freitas

2ª TURMA
Marta Maria Lunardi Caruso Pieragnoli

3ª TURMA
Magali de Fatima Menon Bortolotto

4ª TURMA
Ana Amélia Birchal Borges Martins

5ª TURMA
Lucineia Aparecida Cordeiro Rospendowski

6ª TURMA
Silvana Teixeira Drumond

1.8.2 - Secretarias

SECRETARIA-JUDICIÁRIA

Edson Lacir Donadon

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

Ana Sílvia Damasceno Cardoso Buson

SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E
COMUNICAÇÕES

Herbert Wittmann

SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS

Gustavo Fachim

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

Marco Antonio Fernandes

SECRETARIA DE SAÚDE

Pericles Nazima

1.8.3 - Assessores

PRESIDÊNCIA

Apoio aos Magistrados

Itamir Carlos Barcellos Junior

Precatórios

Evandro Luiz Michelin

Gestão Estratégica

Iara Cristina Gomes

SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA

Jurídica

João Edson Floriano

Segurança e Transporte

Carlos de Carvalho Junior

VICE-PRESIDÊNCIA JUDICIAL

Recurso de Revista

Vinicius Campos Barnabe

1.8.4 - Coordenadorias

Coordenadoria de Controle Interno

Sinval Alves Fernandes

SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA

Coordenadoria de Comunicação Social

Roberto Torres Babini

Coordenadoria de Estatística e Pesquisa

Antonio Carlos Betanho

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Coordenadoria de Contratos

Vera Lucia de Oliveira Ramires

Coordenadoria de Compras

Mônica Laterza Lopes

Coordenadoria de Licitações

Renato de Aranha Frattaruolo

Coordenadoria de Manutenção

Maria Aparecida Gruli Deboni Leoncini

Coordenadoria de Projetos e Obras

Flávio Roberto Opúsculo Cabral

Coordenadoria de Material e Logística

João Santos Marinho Junior

SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS

Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoas

Izabel Cristina Braga Arroyo

Coordenadoria de Pagamento

Luiz Henrique de Freitas Pereira

Coordenadoria de Provimento e Vacância

João Augusto Germer Britto

Coordenadoria de Informações Funcionais de Servidores

Giuliana Pardo Policastro La Guardia

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

Coordenadoria de Planejamento Orçamentário e Financeiro

Maria Cristina Mauad

Coordenadoria de Execução Orçamentária e Financeira

Marina Yoko Miura de Paula

Coordenadoria de Contabilidade

Luiz Alexandre de Oliveira

SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E
COMUNICAÇÕES

Coordenadoria de Desenvolvimento de Sistemas

Maurício Rodrigues de Moraes

Coordenadoria de Atendimento ao Usuário

Marcio Henrique Zuchini

Coordenadoria de Apoio à Gestão de TIC

Aderbal Rogério Bergamaschi

Coordenadoria de Administração de Recursos de TIC

Andre Pires Ferreira Bertoldi

Coordenadoria de Infraestrutura de TIC

Bruno Tobias Stella

SECRETARIA-JUDICIÁRIA

Coordenadoria de Cadastramento Processual

Leila Amaral Mazzini

Coordenadoria de Distribuição dos Feitos de 2ª Instância

Cristina Paula Pera

2 - PRESIDÊNCIA

PRESIDÊNCIA

A Presidência do Tribunal foi exercida Excelentíssima Desembargadora Gisela Rodrigues Magalhães de Araujo e Moraes, assessorada diretamente pelos Juízes Auxiliares, Doutores Alvaro dos Santos e Cristiane Montenegro Rondelli, bem como pela Secretária-Geral da Presidência, Adriana Martorano Amaral Corsetti.

Colaboraram, também, os Assessores e Coordenadores: Carlos de Carvalho Junior (Assessoria de Segurança e Transportes), João Edson Floriano (Assessoria Jurídica), Evandro Luiz Michelon (Assessoria de Precatórios), Itamir Carlos Barcellos Júnior (Assessoria de Apoio a Magistrados), Iara Cristina Gomes (Assessoria de Gestão Estratégica), Roberto Torres Babini (Coordenadoria de Comunicação Social), Sinval Alves Fernandes (Coordenadoria de Controle Interno) e Antonio Carlos Betanho (Coordenadoria de Estatística e Pesquisa), além dos demais servidores lotados na Presidência.

2.1 - ATIVIDADES E EVENTOS

Abertura do Ano Judiciário do Trabalho e Ordem do Mérito da Justiça do Trabalho da 15ª Região

A Sessão Solene de Abertura do Ano Judiciário foi realizada em 14/03, lotando mais uma vez o Plenário Ministro Coqueijo Costa, na sede do Regional, em Campinas.

Impossibilitados de comparecer ao evento, a Ministra Maria Thereza Rocha de Assis Moura, Vice-Presidente do Superior Tribunal de Justiça e Corregedora-Geral do Conselho da Justiça Federal, e o Corregedor-Geral da União, Gilberto Waller Júnior, agraciados com o Grande Colar, receberão a comenda numa outra ocasião.

Já o Desembargador Walter Roberto Paro, do TRT-8 (Pará e Amapá) recebeu o Grande Colar em cerimônia realizada no dia 08/11, no Salão Nobre do Tribunal, por também não poder comparecer à solenidade de abertura do ano judiciário de 2019.

Os agraciados com o Grande Colar:

ALEXANDRE LUIZ RAMOS – Ministro do Tribunal Superior do Trabalho;

ELINEY BEZERRA VELOSO - Desembargadora Presidente do TRT-23 (MT) e do Colégio de Presidentes e Corregedores dos Tribunais Regionais do Trabalho (Coleprecor);

FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA - Juiz Titular da 3ª Vara do Trabalho de Brasília e Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ);

MARIA DE LOURDES LINHARES LIMA DE OLIVEIRA - Desembargadora Presidente do TRT-5 (BA);

PLAUTO CARNEIRO PORTO - Desembargador Presidente do TRT-7 (CE);

PAULO SÉRGIO PIMENTA - Desembargador Presidente do TRT-18 (GO);

DALILA NASCIMENTO ANDRADE - Desembargadora Corregedora do TRT-5;

ROSANA DE ALMEIDA BUONO - Desembargadora Vice-Ouvidora do TRT-2 (Região Metropolitana de São Paulo e parte da Baixada Santista).

Também foram agraciadas com a maior honraria concedida pelo TRT-15 três entidades sem fins lucrativos e uma empresa:

INSTITUTO PADRE HAROLDO - fundada pelo Padre jesuíta Haroldo Rahm em 1978, em Campinas, mantém, entre outras iniciativas, programas de prevenção e

recuperação da dependência química, incluindo abrigo para os dependentes, e de geração de trabalho e renda;

ASSOCIAÇÃO E FRATERNIDADE SÃO FRANCISCO DE ASSIS NA PROVIDÊNCIA DE DEUS - com sede em Jaci, no interior de São Paulo, atua na gestão de hospitais, ambulatorios médicos, prontos-socorros e outros serviços na área de saúde, incluindo duas farmácias (em São José do Rio Preto e Presidente Prudente) para distribuição gratuita de remédios de alto custo a usuários do Sistema Único de Saúde, dentre outros serviços;

FUNDAÇÃO GRANDE HARMONIA - coordena as Creches Comunitárias Paraíso I e II, em Atibaia, no interior de São Paulo, numa parceria com a Secretaria Municipal de Educação. As unidades atendem gratuitamente mais de 100 crianças, com idade que vai dos seis meses aos três anos;

REAL ALIMENTOS (Padaria Real) - com quatro unidades e cerca de 700 funcionários, foi uma das 33 empresas em todo o mundo, incluindo 12 do Brasil, a receber da Organização das Nações Unidas (ONU) o prêmio "Boas Práticas de Empregabilidade para Trabalhadores com Deficiência", na categoria Gestão.

Os agraciados com a Medalha Ouro:

PATRÍCIA MAEDA - Juíza Presidente da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 15ª Região (Amatra XV);

RONALDO JOSÉ DE LIRA - Procurador do Trabalho e Vice-Coordenador da Coordenadoria Nacional de Combate à Exploração do Trabalho da Criança e do Adolescente (Coordinfância) - órgão do Ministério Público do Trabalho;

JOSÉ DARI KREIN - Professor do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (Cesit) da Unicamp;

PAULO VÍBRIO JÚNIOR - Delegado, Diretor da Polícia Federal em Campinas;

GUSTAVO FACHIM, Secretário de Gestão de Pessoas do TRT-15;

VLADEMIR NEI SUATO, Secretário da Corregedoria Regional do TRT-15;

RODRIGO MARQUES DE REZENDE - Assessor de Desembargador do TRT-15;

MARCELO ADRIANO BONANI, Diretor de Secretaria da Vara do Trabalho de São José do Rio Pardo (SP);

KÁTIA DOS SANTOS SILVA, Secretária de Orçamento e Finanças do Conselho Superior da Justiça do Trabalho;

MARCIA LOVANE SOTT, Secretária-Geral do Conselho Superior da Justiça do Trabalho;

CLÁUDIO DE GUIMARÃES ROCHA, Servidor do TRT-24 (MS);

ROLANDO BOLDRIN - Ator, Cantor e Compositor, criador e apresentador do Programa Sr. Brasil, exibido pela TV Cultura;

DÉBORA ARAÚJO SEABRA DE MOURA - primeira pessoa portadora de síndrome de Down a se formar professora no país e autora do livro "Débora conta histórias" (editora Alfaguara, 2013). Impossibilitada de comparecer à cerimônia, a professora foi representada pela colega Maria Teresa Eglér Mantoan, mestre e doutora pela Faculdade de Educação da Unicamp, onde leciona no Programa de Pós-Graduação.

Acordos, Convênios, Contratos e Termos de Cooperação

A Presidente do TRT-15 e o Vice-Presidente Jurídico e de Relações Institucionais da CPFL Energia S.A. assinaram em 07/05, no gabinete da Presidência da Corte, o Convênio de Cooperação 04/2019, que tem por objetivo conjugar esforços das duas instituições para combater o trabalho infantil. O documento foi assinado também pelo Presidente do Comitê de Erradicação do Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem no Âmbito do TRT da 15ª Região e pelos Diretores Presidente da CPFL Energia e de Operações Reguladas da companhia. Dentre os compromissos assumidos pela CPFL, está o de fixar cartazes fornecidos pelo TRT-15 para divulgação da campanha em todas as agências de atendimento ao público da companhia, além da inserção de mensagens referentes ao programa nas contas de energia enviadas por e-mail e de posts na fanpage no Facebook e no perfil no Twitter do grupo, bem como de banner do programa no site da empresa. Já o Tribunal se compromete a participar de eventos organizados pela CPFL com a finalidade de esclarecer a comunidade sobre os malefícios do trabalho infantil, além de fornecer material gráfico (folhetos e cartazes).

O TRT-15 e a Federação Paulista de Futebol (FPF) firmaram um convênio inédito no País para incentivar a mediação e a conciliação de conflitos trabalhistas entre atletas e clubes paulistas. Com duração de um ano e prorrogável por sucessivos e iguais períodos, o convênio foi formalizado em 02/07, em Campinas (SP), pela Desembargadora Presidente do Tribunal e pela Desembargadora Coordenadora do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Disputas (Nupemec), pelo Presidente da FPF e pela Vice-Presidente de Administração e Finanças da instituição. Ao TRT-15 caberá atender as demandas por meio de uma equipe qualificada de Servidores formados em mediação pela Escola Judicial e coordenada por Magistrados especializados na solução negociada de conflitos, nos moldes determinados pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT). O Tribunal, por intermédio dos Centros Judiciários de Métodos Consensuais de Solução de Disputas da Justiça do Trabalho da 15ª Região (Cejuscs-JT), deverá também elaborar pautas especiais e temáticas, favoráveis à gestão global das ações, com designação de audiências para uma mesma data, em várias mesas, inclusive de Varas do Trabalho distintas, otimizando o tempo e o deslocamento dos Advogados, representantes dos clubes e atletas. O convênio com o TRT-15 prevê que a FPF deve orientar os clubes de futebol filiados a adotarem e priorizarem a mediação e a conciliação como meio célere e eficaz de solução de disputas trabalhistas, sugerindo a gestão e a formação de listas de processos para serem encaminhadas aos Cejuscs-JT.

No dia 07/08, a Presidente do TRT-15 e a Procuradora-Chefe do Ministério Público do Trabalho em Campinas protagonizaram, no salão nobre da Presidência da Corte, a assinatura de Acordo de Cooperação que tem por objeto o fomento da comunicação e realização de audiências por videoconferência entre as unidades do TRT-15 e da Procuradoria Regional do Trabalho da 15ª Região. Uma das principais justificativas do projeto é que o uso intensivo das ferramentas tecnológicas otimizará a utilização dos recursos públicos, especialmente quando se considera o contexto econômico vivenciado pelo país nos últimos anos, marcado pelo baixo crescimento econômico e por severas restrições orçamentárias. O estudo realizado para verificar a viabilidade do projeto detectou que, das 163 unidades do TRT-15, 69 estão situadas fora da região metropolitana, aglomeração urbana e microrregião da respectiva PTM (Procuradoria do Trabalho no Município), projetando um significativo

potencial de economia, considerando que a tecnologia adotada é de fácil acesso e de aplicação em curto prazo.

Em 13/08, a Presidente do TRT-15 e o Diretor-Presidente da Concessionária Aeroportos Brasil Viracopos, administradora do Aeroporto Internacional de Viracopos, em Campinas (SP), assinaram, nas dependências do terminal, um convênio de cooperação no sentido de conjugar esforços para a erradicação do trabalho infantil. Também foram signatários do documento o Presidente do Comitê Regional do Programa de Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem do TRT-15, o Diretor Administrativo e Financeiro de Viracopos e o assessor de Relações Trabalhistas e Sindicais do aeroporto. A parceria prevê a realização de projetos educativos, ações de sensibilização, de formação e de capacitação de agentes para atuação no combate ao trabalho infantil e a toda e qualquer forma de exploração do trabalho. Pelo acordo, Viracopos deverá disponibilizar espaço nos equipamentos digitais de comunicação e gestão do aeroporto para exibição de campanhas audiovisuais do Programa de Combate ao Trabalho Infantil e promover a distribuição de folders no Balcão de Informações, além de divulgar as ações nas redes sociais da empresa.

O TRT-15 e a Instituição Toledo de Ensino (ITE) inauguraram no dia 08/11, em Botucatu (SP), o primeiro Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Disputas da Justiça do Trabalho (Cejusc-JT) em uma faculdade de Direito. A assinatura do convênio e a inauguração do espaço no campus do centro universitário da ITE foram prestigiadas pelo Vice-Presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), Ministro Renato de Lacerda Paiva, Coordenador da Comissão Nacional de Promoção à Conciliação e Gestor de Políticas Judiciárias e Solução Adequada de Conflitos da Justiça do Trabalho. Com duração de cinco anos, o convênio une esforços para a instalação e funcionamento do Cejusc de Botucatu. A ITE cedeu o espaço, a infraestrutura e os estagiários, que poderão acompanhar as audiências de mediação e conciliação. Ao TRT coube disponibilizar um Juiz Coordenador, além de capacitar, selecionar e cadastrar os mediadores e instalar equipamentos e softwares para a utilização da rede do Tribunal.

Inaugurações de novas instalações

Foram inauguradas em 2019:

- em 13/05, uma sala para mediação na Vara do Trabalho de Itararé, com o objetivo de agilizar os processos trabalhistas. A sala está equipada com uma mesa redonda propícia para o diálogo e aproximação das partes, além de computador e impressora. Dois Servidores e o Magistrado foram capacitados em mediação pela Escola Judicial do TRT-15, e as sessões serão realizadas de acordo com as diretrizes de mediação traçadas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

- em 13/05, as novas instalações do Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Disputas da Justiça do Trabalho (Cejusc-JT) de Sorocaba, localizadas no Fórum Trabalhista do município. Com melhorias estruturais e duas mesas extras, o Cejusc está preparado para a realização de um grande número de audiências.

- em 03/06, a sala que hoje abriga os 11 Juízes vinculados à "Cadeira Auxílio", dos 33 Magistrados convocados para atuar na segunda instância e para a convocação extraordinária, conforme disposição da Resolução Administrativa 6/2019. As instalações, no segundo andar do edifício-sede judicial da Corte, contemplam 11 espaços individualizados para os Juízes Convocados, cada um deles com uma estação de trabalho completa. Também

foi criada uma sala anexa para uso dos 11 assistentes dos Magistrados, com uma estação de trabalho para cada um. Além da sala, na copa do andar foram disponibilizados dois conjuntos de mesas e cadeiras e uma geladeira para as refeições no local. No sétimo andar do prédio, foi instalada uma sala para os outros 22 Magistrados convocados da área ordinária, e nesse espaço foram instaladas mais três estações de trabalho completas, complementando o que já existia no local.

- em 20/08, as novas instalações da Vara do Trabalho de Itapetininga. Próximo ao centro da cidade, à Câmara Municipal, à Comarca do Tribunal de Justiça e à sede local da Ordem dos Advogados do Brasil, o prédio conta, em seu entorno, com ampla oferta de transporte público. Além disso, foi construído priorizando acessibilidade total, sanitários para pessoas com deficiência, pisos podotáteis e placas em braile. Duas salas de audiência ficarão disponíveis para atender a população.

- em 04/09, as novas instalações da Vara do Trabalho de Dracena. Essas novas instalações se concentram num prédio comercial com 782,20m² de área construída, em terreno de 1.210m², localizado próximo ao centro da cidade, com acesso fácil via transporte público. Com duas salas para a realização de audiências, a nova sede é aproximadamente 10% maior do que a anterior, e destaca-se pela construção horizontalizada, o que garante acessibilidade total, com sanitários (masculino e feminino) para pessoas com deficiência, pisos táteis, placas em braile, entre outros destaques.

- em 10/12, o Presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) inaugurou o Plenário Eletrônico do TRT-15. O sistema, voltado a Desembargadores e Juizes que atuam na segunda instância, permite o exame antecipado dos votos, a realização de sessão presencial com ações em lote e a funcionalidade de discussão e debate. O TRT-15 é o primeiro Tribunal Regional Trabalhista do País a fazer uso da ferramenta.

- em 10/12, a Presidente e a Vice-Presidente Judicial da Corte inauguraram no Centro de Memória, Arquivo e Cultura do TRT-15 (CMAC), a "Mostra dos Comitês de Trabalho Infantil e Estímulo à Aprendizagem, Erradicação do Trabalho Escravo e Trabalho Seguro".

- em 18/12, o novo espaço da Galeria dos Presidentes do TRT-15. O Desembargador Fernando da Silva Borges, 17º presidente da Corte, foi o homenageado da solenidade e teve sua foto incluída na galeria.

19º Congresso Nacional de Direito do Trabalho e Processual do Trabalho

Com mais de 1.100 inscritos no evento, o TRT-15 promoveu nos dias 06 e 07/06, no Theatro Municipal de Paulínia, a 19ª edição do Congresso Nacional de Direito do Trabalho e Processual do Trabalho, trazendo como tema central o futuro do trabalho em tempos de indústria 4.0. Organizado pela Escola Judicial da Corte (Ejud), o evento reuniu renomados especialistas do Brasil e do exterior para refletir sobre os possíveis impactos dessa nova Revolução Industrial, caracterizada pela junção de tecnologias capazes de integrar os mundos físico, digital e biológico, como a inteligência artificial robótica, a manufatura aditiva (impressão 3D), a internet das coisas e os sistemas ciberfísicos, que anunciam grandes transformações, sobretudo nas relações entre capital e trabalho.

Programação completa do Congresso:

6 de junho, quinta-feira

8 h – Credenciamento – café de boas-vindas

9 h – Solenidade de abertura

11 h – Conferência de Abertura

“REVOLUÇÃO 4.0”

Teresa Coelho Moreira

Professora Auxiliar da Escola de Direito da Universidade do Minho, Portugal

Apresentação: **Gisela Rodrigues Magalhães de Araujo e Moraes**

Desembargadora Presidente do TRT da 15ª Região

12 h 30 – Intervalo para almoço

14 h 30 – 1º Painel:

“O TRABALHO DO FUTURO E O IMPACTO NA SAÚDE MENTAL”

Marcia Bandini

Professora da Área de Saúde do Trabalhador do Departamento de Saúde Coletiva da Faculdade de Ciências Médicas da Unicamp

Ricardo Baccarelli Carvalho

Médico Psiquiatra Ocupacional do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP

Apresentação: **Ana Amarylis Vivacqua de Oliveira Gulla**

Desembargadora Vice-Presidente Administrativa do TRT da 15ª Região

16 h 30 – 2º Painel:

“SINDICATOS: HAVERÁ AMANHÃ?”

Luiz Carlos Amorim Robortella

Membro Titular da Academia Iberoamericana de Direito do Trabalho e Seguridade Social

Ricardo Antunes

Professor Titular de Sociologia do Trabalho da Unicamp

Apresentação: **Francisco Alberto da Motta Peixoto Giordani**

Desembargador Ouvidor do TRT da 15ª Região

18 h 30 – Happy Hour

7 de junho, sexta-feira

8 h 30 – 3º Painel:

“ A ADVOCACIA DO FUTURO: NOVAS FORMAS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS”

Júlio Cesar Beltrão

Diretor Jurídico e de Compliance, Brasil e América Latina da Unilever

Amanda Barbosa

Juíza Coordenadora do Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Disputas da Justiça do Trabalho na Circunscrição de Ribeirão Preto

Apresentação: **Ana Paula Pellegrina Lockmann**

Desembargadora Coordenadora do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Disputas do TRT da 15ª Região

10 h – Coffee break

10 h 30 – Call for Papers

11 h – 4º Painel:

“PERSPECTIVAS DO TRABALHO RURAL NO SÉCULO XXI”

Roberto Funes Abrahão

Professor Associado da Faculdade de Engenharia Agrícola da Unicamp

Ricardo Tadeu Marques da Fonseca

Desembargador do TRT da 9ª Região, PR

Apresentação: **Tereza Aparecida Asta Gemignani**

Desembargadora Vice-Presidente Judicial do TRT da 15ª Região

12 h 30 – Intervalo para almoço

14 h 30 – 5º Painel:

“ O FUTURO DO CONTRATO DE TRABALHO”

Nelson Mannrich

Livre-Docente em Direito pela USP

José Francisco Siqueira Neto

Professor Titular do Programa de Pós-Graduação em Direito Político e Econômico da Faculdade de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie

João Leal Amado

Professor Associado da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Portugal

Apresentação: **Luiz José Dezena da Silva**

Ministro do Tribunal Superior do Trabalho

17 h – Conferência de Encerramento:
“A TRANSCENDÊNCIA NA VISÃO DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO”
Alexandre de Souza Agra Belmonte
Ministro do Tribunal Superior do Trabalho

Apresentação: **Maria Inês Corrêa de Cerqueira César Targa**
Desembargadora Diretora da Escola Judicial do TRT da 15ª Região

18 h – Cerimônia de Encerramento

Posse de Juízes de 1ª Instância

Tomaram posse no TRT-15, durante o ano de 2019:

- em 11/03, os Juízes Titulares Ana Maria Eduardo da Silva (2ª Vara do Trabalho de Sorocaba), Regina Rodrigues Urbano (Vara do Trabalho de Tatuí), João Batista de Abreu (Vara do Trabalho de Mogi Guaçu) e Antonio Carlos Cavalcante de Oliveira (2ª Vara do Trabalho de São Carlos).

- em 12/08, os Juízes Titulares Mércio Hideyoshi Sato (Vara do Trabalho de Presidente Venceslau), Carlos Eduardo Vianna Mendes (Vara do Trabalho de Botucatu), Solange Denise Belchior Santaella (3ª Vara do Trabalho de Araraquara) e Diovana Bethania Ortolan Inocencio Fabreti (Vara do Trabalho de Tietê).

- em 24/09, a Juíza Substituta Larissa Rabello Souto Tavares Costa, oriunda do TRT-2 (SP), em vaga decorrente de permuta com a Juíza Rosilene Aparecida Taveira.

- em 30/9, os Juízes Titulares Ricardo Luis Valentini (Vara do Trabalho de Dracena) e Wellington Amadeu (Santa Cruz do Rio Pardo).

- em 25/10, os Juízes do Trabalho Afrânio Roberto Pinto Alves Seixas, Elaine Pereira da Silva, José Aguiar Linhares Lima Neto e Gabriel Borasque de Paula, em posse decorrente de habilitação em concurso de remoção nacional.

- em 17/12, o Juiz Titular Thiago Henrique Ament (Vara do Trabalho de Registro).

Posse em 2ª Instância

Tomou posse em 16/01 a Desembargadora Larissa Carotta Martins da Silva Scarabelim, em solenidade realizada no Salão Nobre da Presidência. Promovida pelo critério de merecimento, a Magistrada assumiu vaga decorrente da aposentadoria do Desembargador Henrique Damiano.

Em 16/04, foi realizada, no Salão Nobre da Presidência, a cerimônia de posse do Desembargador João Batista da Silva. Promovido por antiguidade, o Desembargador ocupou a vaga deixada pelo ex-Desembargador Luiz José Dezena da Silva, agora Ministro do Tribunal Superior do Trabalho.

A Desembargadora Maria da Graça Bonança Barbosa tomou posse em 02/09, no Salão Nobre da Presidência. A Magistrada ocupou, por merecimento, a vaga decorrente da aposentadoria do Desembargador Jorge Luiz Costa.

Dois Desembargadores tomaram posse em 04/12: o Advogado Fábio Bueno de Aguiar, pelo Quinto Constitucional, em vaga decorrente da aposentadoria do Desembargador Flávio Nunes Campos e o Juiz Orlando Amâncio Taveira, pela Magistratura, ocupou a vaga

decorrente da aposentadoria do Desembargador José Pitas. Os Desembargadores assumiram o 54º e o 55º cargos da Corte, preenchendo as duas últimas cadeiras vagas no Plenário do Tribunal.

Posse no Coleprecor

O Colégio de Presidentes e Corregedores dos Tribunais Regionais do Trabalho (Coleprecor) empossou os seus novos dirigentes para o ano de 2020 no dia 21/11, no auditório dos Ministros do Tribunal Superior do Trabalho (TST). A Presidente do TRT-15 é a nova Secretária-Geral da entidade e foi representada no ato de posse pelo Corregedor Regional da 15ª Região. A Presidência do Coleprecor é exercida pelo Desembargador Paulo Pimenta, Presidente do TRT-18 (Goiás), e a Vice-Presidência ocupada pelo Desembargador Leonardo José Trajano, Corregedor do TRT-13 (Paraíba).

Aposentadoria em 2ª Instância

Foi publicado no Diário Oficial da União do dia 12/04, o Decreto da Presidência da República concedendo aposentadoria ao Desembargador Jorge Luiz Costa, a partir de 11/03.

O Desembargador José Pitas aposentou-se em 26/09, conforme Decreto da Presidência da República publicado no Diário Oficial da União.

Falecimento

Faleceu em 04/09, em Campinas, o Desembargador aposentado Eurico Cruz Neto, Vice-Presidente do TRT-15 no biênio 1994-1996 e Presidente da Corte na gestão 1998-2000. O Magistrado se aposentou em 17/12/2010, após quase 50 anos de carreira.

Cursos

Alguns cursos do ano de 2019:

Em 07/03, o Desembargador Claudinei Zapata Marques apresentou o curso "Construir o gabinete ideal" à primeira de sete turmas de Desembargadores e Servidores de seus respectivos gabinetes. Nas quatro horas de curso, oferecido pela Escola Judicial do TRT-15, foram abordados temas relacionados à gestão em diferentes aspectos (gabinete, processos e pessoas, processos de trabalho e desempenho).

O curso "Gestão e governança" foi realizado de 19/03 a 26/11, nos auditórios 3 e 4 da Escola Judicial, e reuniu cinco Magistrados e 22 Servidores. Criado em parceria entre as Faculdades de Campinas (Facamp) e a Escola Judicial do TRT-15, atendeu a uma expectativa de gestores estratégicos das Unidades Administrativas da 15ª que apontaram o tema "gestão e governança" como de significativa relevância.

Nos dias 09 e 10/05 foi realizado o curso de "Desenvolvimento de gestores" do Tribunal, no anfiteatro da Universidade Presbiteriana Mackenzie, em Campinas. A atividade de capacitação foi ministrada aos cerca de 130 Servidores que exercem cargo ou função de natureza gerencial na esfera administrativa ou judicial em 2º grau de jurisdição da Corte.

Teve início em 13/05 o curso "Atualização profissional para agentes de segurança (2019)", organizado pela Escola Judicial do TRT-15 e que reuniu, nos auditórios 3 e 4 da Escola, no edifício-sede da Corte, 41 Agentes que integraram a primeira turma do curso deste ano. O curso teve duração de 30 horas/aula e abordou, a cada dia, uma atividade dirigida.

Uma turma de 80 Magistrados e Servidores iniciou, na manhã de 10/06, na Escola Judicial do TRT-15 (EJud-15), a etapa presencial do 9º Curso de Formação de

Mediadores (para Servidores) e o 4º Curso de Formação de Formadores em Mediação e Supervisores de Estágio (para Magistrados). Os dois cursos, ministrados ao mesmo tempo na Escola, se estenderam até o dia 12/06.

Em 17 e 18/06, nos Auditórios 3 e 4 da Escola Judicial do TRT-15, ocorreu o curso "Perícia oficial administrativa em saúde no serviço público", ministrado pelo médico do trabalho Marcos Henrique Mendanha, especialista em medicina legal e perícias médicas. A turma foi formada por 14 Servidores da Secretaria de Saúde do Tribunal, entre médicos, psicólogos, assistentes sociais e fisioterapeuta.

No dia 08/08, ocorreu a cerimônia de abertura do "Encontro de Magistrados Vitalícios e Gestores de unidades da 1ª instância – Traçando caminhos para a gestão na 1ª instância: execução, saúde e relações no trabalho". O evento, organizado pela Escola Judicial da 15ª Região (Ejud), é pioneiro no Tribunal e reuniu no auditório da Universidade Presbiteriana Mackenzie, em Campinas, uma primeira turma formada por 170 Magistrados e Servidores.

Teve início na manhã de 19/8, o curso "PJe-2.4.0 – 2º Grau – Abordagem Teórica", promovido pela Escola Judicial do TRT-15 e pelo Comitê Gestor Regional do PJe-JT da 15ª, e que reuniu no auditório do Plenário Ministro Coqueijo Costa, no edifício-sede da Corte, cerca de 300 pessoas entre Desembargadores, Juízes e Servidores.

A Assessoria de Segurança e Transporte do TRT-15 ministrou, entre os dias 09 e 13/12, no Comando de Policiamento do Interior 2 (CPI-2), em Campinas/SP, o curso para habilitação em pistola Taurus .40, destinado à segunda turma de agentes de Segurança Judiciária, composta por sete Servidores.

Espaço Cultural

Foi aberta na tarde de 19/03, no Espaço Cultural do TRT-15, no 3º andar do edifício-sede da Corte, em Campinas, a exposição "Palimpsesto Mágico", com esboços do artista Egas Francisco. O vernissage incluiu o lançamento do livro homônimo do psiquiatra Isac Karniol e da psicóloga Patrícia Karniol, que idealizaram o projeto da exposição.

Conforme os terapeutas, no Egito antigo, pintura e escrita eram feitas em papiros. As linguagens neles contidas muitas vezes eram raspadas e os papiros usados para novas produções, os chamados palimpsestos. O casal disse imaginar, para traduzir o que ocorria na produção dos esboços, a existência de um "palimpsesto mágico", no qual "as imagens raspadas eram rapidamente substituídas por outras". "Imaginamos para traduzir o que ocorria na produção dos esboços de Egas a existência de um 'palimpsesto mágico', onde imagens raspadas eram rapidamente substituídas por outras; concomitantemente as primeiras retornavam, sem que as últimas desaparecessem".

Visita de estudantes

Na tarde de 27/03, o TRT-15 recebeu a visita de 43 estudantes de Direito da Universidade Estácio de Sá, de Ribeirão Preto, e do Centro Universitário da Fundação Octávio Bastos (Unifeob), de São João da Boa Vista. A Juíza Titular da 5ª Vara do Trabalho de Ribeirão Preto e Professora da Estácio, Márcia Cristina Sampaio Mendes, acompanhou a visita junto com os Professores da Unifeob, Odenir Donizete Martelo, Paula Bueno Ravena e Alexandre Barbosa Nogueira.

Trinta e três alunos de Direito do Centro Universitário Max Planck, de Indaiatuba, acompanhados da Professora Lana Biletsky, e 40 da Faculdade Anhanguera de Campinas (Unidade John Boyd Dunlop), que vieram com as Professoras Viviane Corrá Alves e Mary Lúcia Ferraz Abrantes, visitaram a sede judicial do TRT-15, em 03/04.

O TRT-15 recebeu, em 22/05, a visita de 75 estudantes de Direito, acompanhados de seus Professores. Representando a Faculdade Anhanguera de Osasco vieram os Professores Vagner Francisco Olegário e Catarina Ribeiro Franco. Já os Professores das Faculdades Integradas de Bauru (FIB) foram Mônica Martins e Tales Manoel Lima Vialôgo.

Em 26/06, aproximadamente 60 estudantes do curso de Direito do Instituto Municipal de Ensino Superior de Catanduva (Imes) e da Universidade São Francisco (USF) de Itatiba visitaram a sede judicial do TRT-15. Os alunos do Imes foram acompanhados pelo Professor Bráulio Monti Junior. Já os da USF tiveram o acompanhamento da Professora Sabrina Moschini.

Um grupo de 35 alunos de Direito da Faculdade Dr. Francisco Maeda (Fafra) de Ituverava visitou, em 26/08, a sede do TRT-15, acompanhados da Professora do Direito Tributário.

Vinte estudantes da Faculdade de Direito de Sorocaba (Fadi) visitaram a sede do TRT-15 em 28/08, conduzidos pelo Desembargador João Batista Martins César, que leciona na Faculdade, e pela Professora Karen Cristina Moron Betti Mendes.

No dia 10/09, dezesseis jovens e adolescentes do programa Aprendiz da Boa Vontade participaram de uma visita monitorada pelo Centro de Memória, Arquivo e Cultura (CMAC) do TRT-15, localizado no 4º andar do edifício-sede judicial da Corte. Também acompanharam a visita Luciana Andrade e Talita Calushi, respectivamente, a instrutora e a coordenadora do programa, que tem por objetivo capacitar jovens e adolescentes para uma inserção segura no mercado de trabalho por meio da aquisição de conhecimentos e desenvolvimento de habilidades e competências.

Cerca de 80 estudantes de Direito visitaram, na tarde de 25/09, a sede do TRT-15, em Campinas. Os alunos da Faculdade de Direito de Itu (Faditu) vieram acompanhados pelo Professor Romeu Gonçalves Bicalho, já os estudantes da Faculdade de Direito da Universidade do Vale do Paraíba (Univap) vieram com o Juiz do Trabalho do TRT-15 Marco Antônio Folegatti Resende e com os Professores Luiz Fernando Faria de Souza e Clélio Marcondes Filho.

Em 23/10, o TRT-15 recebeu a visita de 110 alunos da Universidade Paulista (Unip) de Limeira, do Centro Universitário de Itapira (Uniesi), e da Universidade Presbiteriana Mackenzie de Campinas. Os alunos foram recepcionados no auditório do Pleno pelo Desembargador José Pedro de Camargo Rodrigues de Souza, que explicou, em linhas gerais, o funcionamento do Tribunal, as competências recursais e os graus de jurisdição.

O TRT-15 recebeu na quarta-feira, 27/11, em sua sede, em Campinas, a visita de aproximadamente 50 alunos de Direito do Instituto Itapetiningano de Ensino Superior (IIES) e da Faculdade de Direito de Americana (FAM). Os estudantes vieram acompanhados pelos Professores Paula Prado de Souza Campos (IIES), Waldomiro Antônio Rizato Júnior e a Cláudia Milo Melchert (FAM).

Ações sociais

A parceria entre a Justiça do Trabalho da 15ª Região e o Ministério Público do Trabalho resultou no repasse de R\$ 2 milhões a entidades assistenciais de Araçatuba e Valparaíso, em 31/01. Em Araçatuba foram beneficiadas a Santa Casa de Misericórdia (R\$ 732 mil), a União Espírita Paz e Caridade - Abrigo Ismael (R\$ 78 mil), a Fundação Educacional de Araçatuba (R\$ 81 mil), o Instituto para Cegos Santa Luzia (R\$ 10 mil) e a Associação de Amparo ao Excepcional Ritinha Prates (R\$ 6 mil). Já em Valparaíso foram contempladas a Santa Casa de Misericórdia (R\$ 500 mil), a Associação de Pais e Amigos dos

Excepcionais (R\$ 250 mil), o Asilo São Vicente de Paula (R\$ 198 mil) e o Lar da Criança Santo Antônio (R\$ 151 mil). Os recursos têm origem na execução da multa por descumprimento do Termo de Ajuste de Conduta (TAC) firmado pelo MPT e a empresa Raízen Energia.

A Coordenadoria de Gestão Documental do TRT-15 doou um lote de 16,8 toneladas de papel, fruto de descarte de 24.013 processos judiciais findos, à Cooperativa de Profissionais da Área de Reciclagem do Brasil (Cooperlínia Ambiental do Brasil), sociedade de pessoas sem objetivo de lucro, e que possui convênio com a Fundação de Amparo ao Preso (Funap) "Prof. Dr. Manoel Pimentel". Realizada no dia 21/02, a doação somou R\$ 11.760.

A Justiça do Trabalho de Araçatuba entregou, em 03/04, um trator e uma roçadeira, orçados em R\$ 95.500,00, ao Programa Lobato - Sítio da Criança, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS). Também foram contemplados o Fundo Social de Solidariedade (FSS), com a quantia de R\$ 284.020,72, que será utilizada na ampliação da unidade, e o Lar da Velhice, com R\$52.250,00, disponibilizados para realização de reformas. As verbas decorreram de um acordo trabalhista em ação ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho.

A Presidente do TRT-15 deu início em 27/05, à distribuição de 4.400 canecas reutilizáveis na Corte. As primeiras unidades foram entregues aos Desembargadores presentes à sessão do Pleno do Tribunal. Numa segunda etapa da iniciativa, os demais Magistrados da 15ª Região e os Servidores, além de Estagiários e trabalhadores terceirizados, também receberam uma caneca igual.

A Presidente do TRT-15, a Procuradora-Chefe do Ministério Público do Trabalho em Campinas e o Desembargador Edison dos Santos Pelegrini, representando a Comissão de Análise dos Projetos, realizaram, em 28/05, no Salão Nobre da Corte, a entrega simbólica dos valores destinados ao Grupo de Assistência à Criança com Câncer (GACC), de São José dos Campos, à Fundação Faculdade Regional de Medicina de São José do Rio Preto (Funfarne) e à Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Assistência do Hospital das Clínicas de Ribeirão Preto (Faepa). Os recursos destinados às três entidades têm como origem uma conciliação mediada pelo Desembargador Pelegrini no TRT-15, entre a construtora Norberto Odebrecht, duas de suas subsidiárias e o MPT, envolvendo dano moral coletivo.

Em solenidade realizada no dia 10/06, no Fórum Trabalhista de Araraquara, foi formalizada a destinação, definida pelo MPT, de quatro entidades beneficentes daquela cidade para receberem valores referentes a uma indenização trabalhista no importe de R\$ 15,2 milhões. A indenização decorreu de um acordo firmado entre o Ministério Público do Trabalho (MPT) e o Grupo Odebrecht. A Santa Casa de Misericórdia de Araraquara recebeu R\$ 8,5 milhões para investir em um projeto de ampliação de leitos de sua Unidade de Terapia Intensiva (UTI) e de sua Clínica Médica. À Associação Procordis Araraquara foram entregues R\$ 4,263 milhões, para a primeira fase da construção de um hospital do coração, incluindo um ambulatório médico e um centro de exames. Já o Centro Cultural e Assistencial Oficina das Meninas recebeu R\$ 339.377,00 para a construção de salas de aula. Por fim, a Fundação Toque fez jus a R\$ 2,104 milhões, destinados à ampliação da estrutura física e à aquisição de equipamentos dentro do "Projeto Liberdade".

Em mais uma ação de caráter social e de responsabilidade ambiental, o TRT-15 doou em 27/06, à Creche Escola Irmã Maria Ângela (Ceima), na Vila Georgina, em Campinas, milhares de folhas de papel coloridas que ficaram sem uso no Tribunal com o advento do Processo Judicial Eletrônico, o PJe. Também foram doados materiais de escritório igualmente classificados como inservíveis no Regional. Todo o conteúdo da doação derivou da Semana de Responsabilidade Social, iniciativa que a Corte promoveu de 08 a 12/04, por

intermédio de sua Comissão de Responsabilidade Socioambiental e Meio Ambiente do Trabalho. Durante aquele período, um grande volume de material já tido como inservível foi coletado nos mais diversos setores do TRT.

Em 26/09, no salão nobre da Presidência da Corte, ocorreu a cerimônia de doação de um total de R\$ 1,375 milhão, distribuídos entre nove projetos de entidades beneficentes nas cidades de Campinas, Marília, Avaré, Jaú, Santa Bárbara D'Oeste e Manduri, que atendem a população com serviços gratuitos de saúde e assistência social. Os recursos têm origem no acordo realizado entre o Ministério Público do Trabalho em Campinas e a Odebrecht na Ação Civil Pública que tramitou na Justiça do Trabalho da 15ª Região, na qual a empresa se comprometeu a pagar R\$ 30 milhões a título de indenização por danos morais coletivos.

A Vara do Trabalho de Itanhaém promoveu no dia 17/10, na Casa do Advogado de Peruíbe, a entrega oficial de recursos no valor de R\$ 219.369,25 para três instituições sociais: APAE de Itanhaém (R\$ 100 mil), APAE de Peruíbe (R\$ 100 mil) e Lar Espírita da Criança José de Anchieta (R\$ 19.369,25). Os recursos foram provenientes da Ação Civil Pública nº 0019000-73.2005.5.15.0064, ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho em face da Associação Educação Homem do Amanhã - Guarda Mirim de Peruíbe, que foi finalizada mediante acordo entre as partes, estabelecendo a destinação de valores para projetos sociais.

Cerca de 135 mil processos judiciais findos que tramitaram no TRT-15 e passaram por uma triagem criteriosa com base em análise documental e histórica foram doados para a Cooperativa de Profissionais da Área de Reciclagem do Brasil (Cooperlândia Ambiental do Brasil). A retirada ocorreu na manhã de 29/10, no Arquivo Central do Tribunal, em Paulínia/SP. Essa ação de responsabilidade socioambiental gerou um fruto. Representantes da Associação dos Amigos Unidos por Amor Contra o Câncer (Aupacc), daquele município, receberam na tarde de 27/11, no salão nobre da Presidência da Corte, uma doação de R\$ 4.100. O valor representou parte do total arrecadado pela Cooperativa de Profissionais da Área de Reciclagem do Brasil (Cooperlândia) com a venda das cerca de 80 toneladas de papel.

Anualmente, no final de novembro, cartões com nomes e idades dos filhos dos funcionários terceirizados do TRT-15 são disponibilizados em varais nas entradas das sedes administrativa e judicial. A proposta é que Magistrados e Servidores contribuam com o Natal das crianças. No dia 12/12, 350 pessoas, entre Desembargadores, Juízes, Servidores, empregados terceirizados e estagiários, se reuniram para confraternizar e promover a entrega simbólica de presentes. Ao todo, 130 crianças foram "adotadas" e receberam um kit natalino, composto por brinquedos, livros e roupas.

Semana Nacional da Execução Trabalhista

O TRT-15 foi o campeão em valores arrecadados na 9ª Semana Nacional de Execução Trabalhista, realizada de 16 a 20/09, pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST) e pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT). O TRT-15 movimentou R\$ 502.168.627,89, sendo R\$ 127.909.975,51 decorrentes de 2.193 acordos homologados. O Desembargador Corregedor Regional recebeu das mãos do Ministro Presidente do TST um certificado de premiação pelos resultados obtidos. A cerimônia de entrega ocorreu no dia 20/11, em Brasília (DF), durante a 9ª Reunião Ordinária do Colégio de Presidentes e Corregedores dos Tribunais Regionais do Trabalho (Coleprec). A partir da edição de 2019, passaram a ser contabilizadas transações como créditos e ativos financeiros bloqueados, dos quais o TRT-15 foi responsável por 90,4% do total arrecadado no País, com R\$ 100.369.444,89. O Tribunal também foi a região judiciária que obteve a maior arrecadação decorrente dos valores liberados por meio de 3.829 alvarás: R\$ 103.744.355,18 (28,5% do

total). Ainda foram considerados desta vez, na somatória, a liberação de recursos financeiros para quitação de precatórios das Fazendas Municipal, Estadual e Federal – liderada pelo TRT-15 com R\$ 11.244.697,92 pagos aos reclamantes -, e valores quitados, dos quais o Tribunal garantiu R\$ 33.673.129,18.

A 15ª Região liderou o ranking de leilões, arrecadando R\$ 80.561.712,00, o que representa 58,9% do total no País. Também foi a primeira em recolhimentos previdenciário e fiscal, com R\$ 10.932.276,94 destinados aos cofres públicos. O TRT-15 arrecadou ainda o valor de R\$ 25.393.209,22 em bloqueios do Bacenjud durante a semana. Outros R\$ 8.339.827,05 foram contabilizados, totalizando a somatória de R\$ 502 milhões obtida pela 15ª Região.

Projeto Conexão

A Presidente do TRT-15 e a Coordenadora do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Disputas (Nupemec), promoveram, na manhã de 20/02, no segundo andar do edifício-sede Administrativo, a abertura do primeiro encontro do “Projeto Conexão – Interligando Interesses para Solução de Conflitos”. O objetivo é estimular a mediação e a conciliação como métodos de solução de conflitos, incentivando a participação de empregadores, trabalhadores e Advogados. O evento reuniu representantes de mais de 40 empresas de Campinas e região.

Em 03/04 foi realizado o segundo encontro do “Projeto Conexão – Interligando Interesses para Solução de Conflitos”, desta vez reunindo Advogados e membros de Sindicatos que representam os trabalhadores. O evento reuniu cerca de 40 escritórios, associações e sindicatos de Campinas e região, com mais de 100 participantes.

Semanas Nacionais da Conciliação

As inovações e os esforços de Magistrados e Servidores do TRT-15 durante a 5ª Semana Nacional da Conciliação Trabalhista beneficiaram diretamente 10.294 famílias do interior de São Paulo. De 27 a 31/05, as Unidades de primeira e segunda instâncias da Corte asseguraram o pagamento de R\$ 223,2 milhões. Foram 4.357 acordos firmados entre trabalhadores e empregadores, o que representa 15,21% do total de 28.636 conciliações realizadas no País. Ao todo, a Semana Nacional da Conciliação Trabalhista alcançou R\$ 1.181.656.702,55, um novo recorde em valores homologados.

Como atividade da 5ª Semana Nacional da Conciliação Trabalhista, a primeira experiência do TRT Truck, de levar a Justiça do Trabalho à praça pública para dialogar com a população, confirmou as expectativas do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Disputas (Nupemec) do Tribunal. Ao todo foram cerca de 70 atendimentos, ao longo do dia 28/05, no Largo do Rosário, no Centro de Campinas, onde foi instalado o posto de atendimento móvel. Um grupo de 16 Servidores e Estagiários esteve a postos durante todo o dia, das 10h às 17h, tirando dúvidas e orientando as pessoas que possuem alguma ação na Justiça do Trabalho.

O TRT-15 homologou R\$165.232.003,53 em créditos aos trabalhadores, nos cinco dias da XIV Semana Nacional da Conciliação, realizada entre 04 e 08/11. Em 7.412 audiências concretizadas, a 15ª Região celebrou 3.895 acordos, o que representa um índice de conciliação de 52,6%. No total, 16.633 pessoas foram atendidas, entre trabalhadores e empregadores.

Prêmio Conciliar é Legal

A Coordenadora do Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Disputas da Justiça do Trabalho (Cejusc-JT) da 15ª Região em Presidente Prudente, Juíza Vanessa Maria Sampaio Villanova Matos, foi a vencedora da 9ª edição do Prêmio Conciliar é Legal, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), na categoria Juiz Individual na Justiça do Trabalho. Nomeada "Triando a Conciliação", a prática vencedora monitora as novas ações ajuizadas no Fórum de Presidente Prudente em busca de processos repetidos contra uma mesma empresa, para que seja feito um mutirão específico de audiências ou reuniões buscando soluções negociadas. O prêmio foi entregue em 05/02, em Brasília, pelo Desembargador Valtércio Ronaldo de Oliveira, do TRT-5 (BA).

Prêmio CNJ de Qualidade

O TRT-15 foi considerado a melhor Corte Trabalhista do ano pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O Prêmio CNJ de Qualidade de Melhor do Ano em 2019 foi entregue em 25/11, durante o XIII Encontro Nacional do Poder Judiciário. O TRT-15 ainda recebeu o Prêmio CNJ de Qualidade na categoria Diamante. O evento reuniu no Centro Cultural e de Exposições Ruth Cardoso, em Maceió/AL, Presidentes dos Tribunais, Corregedores, membros de Associações, representantes da Rede de Governança Colaborativa do Poder Judiciário e responsáveis pela área de gestão estratégica e estatística. O desempenho dos Tribunais foi avaliado com base em critérios distribuídos em três eixos temáticos: Governança, Produtividade, e Transparência e Informação.

4ª Semana da Criança em Aparecida – Erradicação do Trabalho Infantil

Realizada pela quarta vez consecutiva, a Semana da Criança buscou conscientizar a sociedade sobre a necessidade de erradicação do trabalho infantil. A iniciativa é do Programa de Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem do Tribunal Superior do Trabalho e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (TST-CSJT), por intermédio do Comitê de Erradicação do Trabalho Infantil do TRT-15, em parceria com o Santuário Nacional, o Ministério Público do Trabalho, por meio da Procuradoria Regional do Trabalho da 15ª Região, a Coordenadoria Nacional de Combate à Exploração do Trabalho da Criança e do Adolescente (COORDINFÂNCIA) e o Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI).

Diante de milhares de fiéis presentes na Basílica e também de telespectadores da TV Aparecida, a Desembargadora Presidente leu o conteúdo da Carta de Aparecida Contra o Trabalho Infantil e Pela Educação de Qualidade de Crianças e Adolescentes. O documento informou, com base nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a existência de 2,516 milhões de trabalhadores infantis no País em 2016. "Quem ama cuida, protege. Não estamos amando, cuidando ou protegendo, como deveríamos, os que ainda são vítimas do trabalho precoce", diz a Carta de Aparecida. Durante a Missa de Encerramento da Semana da Criança, realizada na manhã de 18/10, na Basílica Nacional de Nossa Senhora da Conceição Aparecida, sob coordenação do reitor do Santuário, Padre Carlos Eduardo Catalfo.

3ª Semana do Servidor do TRT-15

Entre 22 e 25/10, a Feira da Saúde atraiu um número expressivo de Servidores, disponibilizando serviços como avaliação de estresse, orientações de ergonomia, exames rápidos de colesterol e de glicemia e orientação nutricional esportiva. Houve também oficinas de arteterapia e dança, consultoria financeira e divulgação de ações e formas de apoiar a

Associação dos Amigos da Criança de Campinas e organizações de proteção animal. Com uma ampla programação, o evento contou ainda com palestra sobre Educação Financeira, uma mesa-redonda sobre Acessibilidade e Inclusão. Houve atividades, também, em todas as circunscrições.

Com o objetivo de fortalecer vínculos, valorizar o trabalho dos Servidores e divulgar as iniciativas do Programa de Gestão Documental do TRT-15, o Centro de Memória, Arquivo e Cultura (CMAC) do TRT-15 também montou um estande na feira e promoveu visitas guiadas ao espaço, localizado no 4º andar do edifício da sede judicial da Corte e projetado para preservar a história da Justiça do Trabalho. Por meio de recursos audiovisuais, painéis fotográficos e totens interativos (maxpads), os Servidores puderam conhecer um pouco mais sobre a história do trabalho e as conquistas dos direitos sociais do século XX.

Reunião de Acompanhamento da Estratégia – RAE

A 1ª Reunião de Análise da Estratégica (RAE) de 2019 do TRT-15 ocorreu no dia 04/04. A Assessoria de Gestão Estratégica mostrou que o TRT-15 ultrapassou a maioria das metas estabelecidas para o ano de 2018. Entre os objetivos estratégicos estipulados pelo CNJ (Conselho Nacional de Justiça), destacou a marca do Regional de 126,83% no atingimento da meta 1, que estipula julgar mais processos que os distribuídos no ano. As metas 2, 5 e 7, relativas ao julgamento dos processos mais antigos, impulsionamento da execução e priorização de julgamento dos processos dos maiores litigantes e recursos repetitivos também foram atingidas, com índices de 101,68%, 112,28% e 135,50%, respectivamente. A Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações deu sequência aos trabalhos apresentando os números da Setic. Afirmou que, no conjunto, "o resultado de 2018 é positivo". Entre os principais dados apontados está o atingimento de 83,5% na satisfação dos usuários externos de TIC, considerando um objetivo de 70%, e o controle da indisponibilidade programada do PJe (Processo Judicial eletrônico), que ficou com um índice de indisponibilidade de 1,37%, bem abaixo do limite de 4% para o ano.

O TRT-15 garantiu no primeiro quadrimestre o cumprimento total ou parcial das cinco metas do Conselho Superior da Justiça do Trabalho e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) relacionadas ao julgamento de processos no primeiro e segundo graus. Esses e outros dados foram apresentados na Reunião de Acompanhamento da Estratégia (RAE) realizada em 05/08, no auditório 1 da Escola Judicial, sob a coordenação das equipes da Assessoria de Gestão Estratégica e Secretaria de Tecnologia de Informação e Comunicação (STIC).

Na Meta 1 do CNJ, que fixa o objetivo de julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente, o TRT-15 atingiu a marca de 114,30%. Já para a Meta 2 do CNJ, que prevê a identificação e o julgamento, até 31/12, de pelo menos 92% dos processos distribuídos até 2017, a 15ª Região alcançou 82,68% nos quatro primeiros meses do ano, muito superior à média de 23% esperada para o período.

Também mereceram destaque os resultados positivos obtidos pelo TRT-15 nas metas 5, 6 e 7 do CNJ, que tratam da baixa de quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente (101,42%), do julgamento das ações coletivas e da redução do acervo de processos dos dez maiores litigantes durante o ano passado (109,84%). Na seara administrativa, o TRT-15 já cumpriu antecipadamente as metas relacionadas ao número de iniciativas compartilhadas com outras instituições (22) e de ações relacionadas ao Pacto Global da ONU (30), revisão de 100% dos processos de trabalho, números de matérias administrativas relacionadas ao 1º grau submetidas ao Comitê Gestor do Regional (4), entre outras.

A Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC) deu continuidade à apresentação dos números do TRT-15. Entre outros destaques, apontou o índice de satisfação dos usuários internos de serviços de TIC, que de maio até agosto de 2019 atingiu 90,56%, diante da meta estabelecida de 83% para o ano de 2019, projetando a superação do índice ao final dos 12 meses.

2.1.1 - Coordenadoria de Comunicação Social

2.1.1.1 Seção de Cerimonial

MÊS	EVENTO
JANEIRO	16 – Posse da Juíza LARISSA CAROTTA MARTINS DA SILVA SCARABELIM como Desembargadora do TRT/15ª Região
FEVEREIRO	1º - início da “Exposição Itinerante: Um Mundo Sem Trabalho Infantil”, na cidade de Sorocaba 20 – “Projeto Conexão – Interligando Interesses para Solução de Conflitos” 22 – Palestra “Ética e Direitos Sociais” coordenada pelo Des. Eduardo Zanella
MARÇO	11 – Posse dos Juízes Titulares ANTONIO CARLOS CAVALCANTE DE OLIVEIRA, ANA MARIA EDUARDO DA SILVA, JOÃO BATISTA DE ABREU e REGINA RODRIGUES URBANO 14 – Solenidades de Abertura do Ano Judiciário e Outorga da Ordem do Mérito Judiciário da Justiça do Trabalho da 15ª Região 19 – Exposição e lançamento do livro Palimpsesto Mágico com esboços do artista plástico EGAS FRANCISCO 29 – Solenidade de posse da nova Direção da Amatra XV e Esmat 15
ABRIL	3 - “Projeto Conexão – Interligando Interesses para Solução de Conflitos” 3 – Inauguração do relógio na sede administrativa 15 – término da “Exposição Itinerante: Um Mundo Sem Trabalho Infantil”, na cidade de Sorocaba 15 – início da “Exposição Itinerante: Um Mundo Sem Trabalho Infantil”, na cidade de Bauru que não ocorreu devido as peças estarem avariadas 16 – Posse do Juiz João Batista da Silva como Desembargador do TRT/15ª Região 26 – Seminário de Proteção à Criança e ao Adolescente
MAIO	13 – reinauguração do CEJUSC Sorocaba 21 a 24 – Concilia Sorocaba 24 – a exposição foi transportada para Araçatuba onde as peças foram restauradas 27 – Abertura da V Semana Nacional de Conciliação Trabalhista 28 – Entrega simbólica de valores do acordo entre o MPT e a Odebrecht

JUNHO	<p>6 e 7 – 19º Congresso Nacional de Direito do Trabalho e Processual do Trabalho da 15ª Região</p> <p>17 - término da “Exposição Itinerante: Um Mundo Sem Trabalho Infantil”, na cidade de Araçatuba – Shopping Praça Nova Araçatuba</p> <p>18 a 23 – início da “Exposição Itinerante: Um Mundo Sem Trabalho Infantil”, na cidade de Fernandópolis</p> <p>24 - início da “Exposição Itinerante: Um Mundo Sem Trabalho Infantil”, na cidade de Sumaré</p> <p>28 – Seminário “Racismo Estrutural”</p>
JULHO	<p>2 – Cerimônia de Assinatura de Convênio entre Federação Paulista de Futebol e TRT15</p> <p>5 – Fórum “Sindicatos Brasileiros – Um Nova Realidade, Enfrentamentos e Futuro Incerto”</p> <p>17 - término da “Exposição Itinerante: Um Mundo Sem Trabalho Infantil”, na cidade de Sumaré</p> <p>17 a 26 - “Exposição Itinerante: Um Mundo Sem Trabalho Infantil”, na cidade de Piracicaba</p> <p>26 - início da “Exposição Itinerante: Um Mundo Sem Trabalho Infantil”, na cidade de Paulínia</p>
AGOSTO	<p>2 – Seminário “As Grandes Contaminações e suas Repercussões: As Lições Extraídas do Caso de Paulínia”</p> <p>5 – Inauguração do “Espaço Materno” no Fórum Trabalhista de Americana”</p> <p>7 - término da “Exposição Itinerante: Um Mundo Sem Trabalho Infantil”, na cidade de Paulínia</p> <p>7 a 19 - “Exposição Itinerante: Um Mundo Sem Trabalho Infantil”, na cidade de Americana</p> <p>12 – Posse dos Juízes Titulares MÉRCIO HIDEYOSHI SATO, CARLOS EDUARDO VIANNA MENDES, SOLANGE DENISE BELCHIOR SANTAELLA e DIOVANA BETHÂNIA ORTOLAN INOCÊNCIO FABRETI</p> <p>19 - início da “Exposição Itinerante: Um Mundo Sem Trabalho Infantil”, na cidade de Sumaré</p> <p>20 – Inauguração das novas instalações, com sede própria, da VT de Itapetininga .</p> <p>22 e 23 – VII Simpósio Nacional de Direito do Trabalho Desportivo</p> <p>23 – 100 OIT – Justiça Social – Trabalho Decente – Seminário “Pensando o Futuro do Direito do Trabalho</p>
SETEMBRO	<p>02 – posse da Juíza MARIA DA GRAÇA BONANÇA BARBOSA como Desembargadora do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região</p> <p>04 – Inauguração das novas instalações da VT Dracena</p> <p>23 - Término da “Exposição Itinerante: Um Mundo Sem Trabalho Infantil”, na cidade de Sumaré</p> <p>24 – Posse da juíza substituta LARISSA RABELLO SOUTO TAVARES COSTA</p> <p>26 – Cerimônia de entrega de valores do acordo firmado com a Odebrecht</p> <p>30 – Posse de titularidade dos juízes RICARDO LUIS VALENTINI e WELLINGTON AMADEU</p>

OUTUBRO	<p>11 – Simpósio Trabalho Escravo Contemporâneo</p> <p>12 – Missa das Crianças no Santuário Nacional de Aparecida</p> <p>16 – abertura da “Exposição Itinerante: Um Mundo Sem Trabalho Infantil”, no Fórum Trabalhista de Ribeirão Preto</p> <p>18 – Leitura da Carta de Aparecida no Santuário Nacional de Aparecida</p> <p>21 – Abertura da Semana do Servidor 2019</p> <p>25 – Encerramento da Semana do Servidor</p> <p>25 – posse de juízes Substitutos AFRÂNIO ROBERTO PINTO ALVES SEIXAS, ELAINE PEREIRA DA SILVA, JOSÉ AGUIAR LINHARES LIMA NETO e GABRIEL BORASQUE DE PAULA, nomeados em virtude de habilitação em concurso de remoção nacional, oriundos de outros TRT's</p>
NOVEMBRO	<p>8 – Inauguração do Espaço do CEJUSC-JT da Circunscrição de Bauru na Instituição Toledo de Ensino de Botucatu</p> <p>8 – Homenagem a desembargadora Ana Paula Pellegrina Lockmann pela Câmara Municipal de Campinas</p> <p>12 – Inauguração do novo espaço de Conciliação e Mediação em Recurso de Revista do Tribunal</p> <p>22 – Seminário Trabalho Seguro em Piracicaba</p>
DEZEMBRO	<p>4 - posse do juiz ORLANDO AMÂNCIO TAVEIRA e do Dr. FABIO BUENO DE AGUIAR como Desembargadores deste Tribunal</p> <p>6 -Seminário do Comitê de Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem Trabalho Infantil</p> <p>10.Inauguração do Plenário Eletrônico</p> <p>12 – Festa de confraternização entre servidores e desembargadores deste TRT</p> <p>12 – Entrega dos presentes da Campanha de Natal dos terceirizados deste TRT</p> <p>17 - Posse de THIAGO HENRIQUE AMENT, no cargo de Juiz Titular de VT de Registro.</p> <p>18 – Inauguração da nova Galeria de Presidentes no 17º andar</p>
GERAL	600 passagens aéreas emitidas

2.1.1.2 Seção de Multimídia

<i>Mês</i>	<i>Dia</i>	<i>Descrição</i>
JAN		
	7	Criação e render do menu da Posse da Nova Administração 2018/2020
		Criação DVD VOL I Hermenêutica 14/09/2017
	8	Gravação de DVD Matriz da Posse da Nova Administração 2018/2020 e teste
		Início da criação do selo DVD para Posse da Nova Administração 2018/2020
		Cópia de arquivos renderizados da Posse da Nova Administração 2018/2020 para Storage S04
		Render do vídeo TJC Aparecida
		Criação Selo VOL I Hermenêutica 14/09/2017
		Codificação VOL I Hermenêutica 14/09/2017
		Upload para Youtube Hermenêutica 14/09/2017
	9	Menu e DVD e Selo VOL II e III Hermenêutica 15/09/2017
	10	Início Edição Hermêutica 10/11/2017
		Upload para Youtube Hermenêutica 15/09/2017
	14	Final da edição do Fórum Adolescentes, Trabalho Seguro e Aprendizagem – USP
		Ribeirão Preto (28/09/18), revisão da edição e render da Cerimônia de Abertura (1/5)
		Render do vídeo Seminário do Trabalho Infantil Presidente Prudente
	15	Revisão do render da cerimônia de abertura do Fórum Trabalho Seguro
		Render e revisão do render da abertura, palestra 1, palestra 2 e palestra 3 +
		Encerramento Fórum Trabalho Seguro
		Upload para YouTube da cerimônia de abertura Fórum Trabalho Seguro
		Upload para YouTube da abertura Fórum Trabalho Seguro
		Cópia 09 DVD's da Posse da Nova Administração 2018/2020
		Revisão do sistema de áudio e vídeo das salas de sessões das turmas 1 e 4
		Criação de menu para o vídeo TJC Aparecida
	16	Upload para YouTube da palestra 1 (3/5), palestra 2 (4/5) e palestra 3 + encerramento (5/5) - Fórum Trabalho Seguro. Disponibilização pública de todo o conteúdo e publicação da cerimônia de abertura na página do TRT. Cópia de arquivos renderizados para storage S04. Início da criação do menu Fórum Trabalho Seguro
		Revisão do sistema de áudio e vídeo das salas de sessões das turmas 2 e 3

		Criação de menu para o vídeo Seminário do Trabalho Infantil Presidente Prudente
	17	Final da criação do menu Fórum Trabalho Seguro, render, gravação em DVD Matriz e teste
		Criação do selo DVD Fórum Trabalho Seguro e impressão
		Revisão do sistema de áudio e vídeo da sala de sessões da turma 5
		Criação de selo para o DVD Seminário do Trabalho Infantil Presidente Prudente
		Impressões coloridas solicitadas
		Envio de Certificados
		Impressão de carteiras de Juiz
		Colar do Mérito - atualização
		Suporte em videoconferência Adm
		Início de Edição Recurso de Revista 20/04/2018
	18	Disponibilização da abertura do Fórum Trabalho Seguro – Ribeirão Preto na página do TRT
		Cópia dos arquivos da palestra, "Análise de Laudos Periciais" da Dra. Maria Maeno do storage S04 para PC 01 para edição (25/10/18) – início edição - Ricardo
		Impressão de selo DVD e capa para box DVD para as 09 cópias da Posse da Nova Administração 2018/2020
		Revisão do sistema de áudio e vídeo da sala de sessões da turma 6
		Montagem e Impressão de cartões de visitas
		Colar do Mérito - atualizações
	21	Revisão do equipamento de áudio do auditório 1 da escola judicial, referente ao chamado 268/2019.
		Render do vídeo e selo do DVD da Posse Solene do Desemb. Souto Maior
		Envio de certificados
		Impressões coloridas solicitadas
		Colar do Mérito - atualizações
		Render Recurso de Revista 20/04/2018
		Codificação Recurso de Revista 20/04/2018
	22	Disponibilização da palestra 1 (Des. Lorival Ferreira dos Santos) do Fórum Trabalho Seguro – Ribeirão Preto na página do TRT
		Codificação e upload do vídeo da Posse Solene do Desemb. Souto Maior para Youtube

		Colar do Mérito - atualizações - convite virtual
		Montagem e Impressão de cartões de visitas
		Envio de certificado
		Estudos sobre o convite da Exposição Egas Francisco
		Sugestão para a Capa da Revista de Estudantes da EJUD
		Codificação Hermêutica 10/11/2017
		Upload para Youtube Hermêutica 10/11/2017
		Menu e DVD e Selo Hermêutica 10/11/2017
	23	Elaboração de arquivos para Cartões de visitas destinado ao envio para gráfica
		Apresentação de sugestão para o convite Exposição Egas Francisco
		Início de Configuração de Máquina Padrão para as Turmas (Eventos HangOut)
	24	Convite EF - atualizações
		Upload Recurso de Revista 20/04/2018
		Menu Recurso de Revista 20/04/2018
	25	Finalização do envelope/convite - Colar do Mérito
		Impressões coloridas
		Montagem e Preparação Equipamentos no Estúdio
		DVD / Selo Recurso de Revista 20/04/2018
	28	Emissão de certificado
		Ajustes no arquivo para cartões de visitas
		Atualizações no convite EF
		Confecção de cartões de visitas - ajustes
		Montagem e Preparação Equipamentos para JADI 1ª Turma
		Teste de conexão para JADI 1ª Turma (Dr. Evandro)
		Gravação Estúdio Dicas da Corregedoria - Silvio
	29	Disponibilização da palestra 2 (Des. João Batista Martins César) do Fórum Trabalho Seguro – Ribeirão Preto na página do TRT
		Ajustes cartões de visitas
		Layout para banner em lona - EF
		JADI 1ª Turma (Dr. Evandro)
		Refazer DVD e Selo Recurso de Revista 20/04/2018
		Início Edição Seminário Violência nas Rel. de Trabalho Enfrentamento e Superação – Abertura 26/11/2018
		Montagem e Preparação Equipamentos para JADI 3ª Turma

	30	Manutenção em microfone da 3ª Turma
		Suporte à videoconferência ADM
		JADI 3ª Turma (Dra. Adriene)
		Layout cartão de visitas - Des. Tereza Ap. Asta Gemignani
		Layout cartão de visitas - Des. Carlos Alberto Bosco
		Layout cartão de visitas - Des. Edmundo Fraga Lopes
		Layout cartão de visitas - Des. Manuel Soares Ferreira Carradita
		Layout cartão de visitas - Des. Manoel Carlos Toledo Filho
		Layout cartão de visitas - Des. Maria Madalena de Oliveira
		Layout cartão de visitas - Des. Francisco Alberto da Motta P. Giordani
		Layout cartão de visitas - Des. Helcio Dantas Lobo Junior
		Layout cartão de visitas - Des. Maria Inês Corrêa de Cerqueira César Targa
		Layout cartão de visitas - Des. Samuel Hugo Lima
		Layout cartão de visitas - Des. Fernando da Silva Borges
		Layout cartão de visitas - Des. José Otávio de Souza Ferreira
		Layout cartão de visitas - Des. Helena Rosa Monaco da Silva Lins Coelho
	31	Ajustes no convite Egas Francisco
		Ajustes no bloco de anotações - Ana Amarylis Vivacqua de Oliveira Gulla
		publicação de comunicados da Administração - 24
FEV		
	1	Ajustes no convite Egas Francisco
		Estudos sobre a capa da Revista EJUD - Universitários
	4	Início da atualização (reedição) do vídeo institucional para nova administração 2018/2020 – dados imagens
		Cópia de 2 CD's de Segredo de Justiça para Ednamara (Ricardo)
		Render Seminário Violência nas Rel. de Trabalho Enfrentamento e Superação – Abertura 26/11/2018
		Pausa edição da palestra Dra. Maeno para reedição do vídeo institucional – atualização 2019
	5	Disponibilização da palestra 3 (juiz Tercio Vidotti) do Fórum Trabalho Seguro – Ribeirão Preto na página do TRT
		Codificação Seminário Violência nas Rel. de Trabalho Enfrentamento e Superação – Abertura 26/11/2018
		Gravação Estúdio Dicas da Corregedoria (Dra. Lucia Zimmermann) - Silvio
		JADI 2ª Turma - Dra. Rosana Alves Siscari

		Render do vídeo 30 Anos da Constituição Federal
		Gravação de imagens no CMAC para composição do vídeo institucional atualizado 2019
		Finalização do layout para capa de Revista EJUD - Universitários
	6	Sessão 1ª SDI (Silvio/Ricardo)
		Codificação dos vídeos do evento Seminário 30 Anos da Constituição Federal para Youtube
		Emissão de certificados
	7	Menu Simpósio Ref. Trabalhista e Justiça do Trabalho-Desafios e Perspectivas Vol I
		Feito upload dos vídeos do evento Seminário 30 Anos da Constituição Federal no Youtube
		Menu Simpósio Ref. Trabalhista e Justiça do Trabalho-Desafios e Perspectivas Vol II
		Edição Seminário Violência nas Rel. de Trabalho Enfrentamento e Superação – 1º Painel 26/11/2018
		Gravação de imagens na sala de reuniões da presidência (prêmios) para composição do vídeo institucional atualizado 2019
		Finalização do convite virtual EF
		Layout para camisetas - #Chega de Trabalho Infantil
		Layout para cadernos - #Chega de Trabalho Infantil
		Montagem de logotipos solicitados
	8	DVD Simpósio Ref. Trabalhista e Justiça do Trabalho-Desafios e Perspectivas Vol I
		DVD Simpósio Ref. Trabalhista e Justiça do Trabalho-Desafios e Perspectivas Vol II
		SELO Simpósio Ref. Trabalhista e Justiça do Trabalho-Desafios e Perspectivas Vol I
		SELO Simpósio Ref. Trabalhista e Justiça do Trabalho-Desafios e Perspectivas Vol II
		Render Seminário Violência nas Rel. de Trabalho Enfrentamento e Superação – 1º Painel 26/11/2018
		Final da reedição do vídeo Institucional – atualização 2019, revisão, render e revisão do render
		Upload para YouTube do vídeo Institucional – atualização 2019 (link enviado para Adriana – presidência para aprovação)
		Suporte na videoconferência da TI com CSJT
		Início da reedição do vídeo Institucional legendado – atualização 2019

	11	Suporte técnico na 4ª câmara (câmara com problemas – não resolvido) Silvio/Ricardo
		Final da reedição do vídeo institucional legendado - atualização 2019, revisão, render e revisão do render.
		Criação do menu, render, gravação em DVD Matriz e teste (vídeo institucional legendado – 2019)
		Criação do selo DVD do vídeo institucional legendado - atualização 2019 e impressão
		Upload para YouTube do vídeo Institucional legendado – atualização 2019
		Edição do vídeo Institucional – atualização 2019 em formato 4x3 para ser usado na tricaster do plenário, revisão, render e revisão do render
		Estudos sobre layout para folder e cartaz do 19º Congresso, em Paulínia
		Cópia da pasta de edições do vídeo institucional 2019 atualizado para Storage S03
	12	JADI – 1ª Turma (Dra. Adelina VT Avaré) – Ricardo/Silvio
		Continuação da edição da palestra Dra. Maeno
		Estudos sobre layout para folder e cartaz do 19º Congresso, em Paulínia
		Final da edição da palestra Dra. Maeno, revisão e render
	13	Suporte Multimídia – Configuração de Microfone para Curso a Distância (Saúde)
		Sessão SDC (AC/Eliézer + Silvio/Pedro)
		Estudos sobre layout para folder e cartaz do 19º Congresso, em Paulínia
	14	Revisão do render da palestra Dra. Maeno, codificação para YouTube, revisão da codificação, upload para YouTube e envio do link para Escola Judicial.
		Cópia dos arquivos do storage S04 para PC 01 para edição da 3ª jornada de capacitação da equipe da VP Judicial (Min. do TST Alexandre Luiz Ramos) e início da edição
		Estudos sobre layout para folder e cartaz do 19º Congresso, em Paulínia
	15	Gravação Estúdio Dicas da Corregedoria - Silvio
		Layout de folder/cartaz para o 19º Congresso - três modelos
		Layout para capa do Plano de Estratégia Sustentável
		Codificação Seminário Violência nas Rel. de Trabalho Enfrentamento e Superação – 1º Painel 26/11/2018
	18	Instalação e configuração de Equipamentos para JADI na 2ª e 4ª Turma
		Gravação Estúdio Dicas da Corregedoria (Denise) - Silvio
		Estudos sobre o layout do 19º Congresso, em Paulínia
		Ajustes no layout capa Relatório Sustentável

19	JADI 2ª Turma (Dr. Ronaldo Siandela e Dr. José Antônio)
	Instalação e configuração de Equipamentos para JADI para 2ª SDI
	Layout para páginas internas do Relatório Sustentável
	Layout para o 19º Congresso
	Emissão de Certificado
20	2ª SDI (Sílvio/Ricardo) + JADI Dra. Márcia C. Mendes
	Instalação e configuração de Equipamentos para Transmissão Durante Pleno ADM
	Layout e impressão de cartazes para a Exposição Egas Francisco
	Edição Seminário Violência nas Rel. de Trabalho Enfrentamento e Superação – 2º e 3º Painel 26/11/2018
21	Sessão Pleno Administrativo + Pleno Judicial (Sílvio/Ricardo)
	Sessão Org. Especial Administrativo + Org. Especial Judicial (Sílvio/AC)
	Instalação e configuração de equipamentos no plenário para gravação e transmissão de evento da Escola judicial em 22/02/19
22	Gravação e transmissão de evento da Escola Judicial no plenário (Pedro/Sílvio/Ricardo)
	Layout para o banner do Colar do Mérito
25	Instalação e Configuração equipamentos para JADI 6ª Turma
	Gravação Estúdio Dicas da Corregedoria - Sílvio
	Final edição palestra min. Alexandre Ramos, revisão da edição, codificação para YouTube
	Emissão e envio de certificado
	Layout para o 19º Congresso
	Render Seminário Violência nas Rel. de Trabalho Enfrentamento e Superação – 2º e 3º Painel 26/11/2018
26	JADI 6ª Turma (Dras. Olga e Ana Lúcia) - Ricardo/Sílvio
	Revisão da codificação da palestra min. Alexandre Ramos, upload para Youtube, disponibilização do link para a Escola Judicial, lançamento do evento em planilha e arquivo renderizado para Storage S04.
	Layout para o 19º Congresso
	Atualização do site para o 19º Congresso
	Feito upload de vídeo 30 Anos da CF no site do Tribunal
27	Organização de arquivos de eventos gravados nos Storages 01 a 04
	Emissão e envio de certificado
	Ajustes no layout do 19º Congresso

		Atualização do site para o 19º Congresso
		Codificação Seminário Violência nas Rel. de Trabalho Enfrentamento e Superação – 2º e 3º Painel 26/11/2018
	28	Atualização e layout do site para o 19º Congresso
		Gravação DVD Seminário Trabalho Infantil Pres Prud p/ AMATRA , Dr. Fernando Borges e Dr. Oliva
		Gravação DVD TJC Aparecida p/ AMATRA
		Gravação DVD TJC Sorocaba p/ AMATRA
		Gravação DVD Posse Dr. Souto Maior para o Desembargador
		Layout chamada "Call for Papers"
		Layout topo do site Congresso 19
		publicação de comunicados da Administração - 42
MAR		
	6	Criado Menu para DVD – TJC Campinas
		Codificação para youtube – TJC Campinas
		Codificação para youtube – TJC Sorocaba
		Atualização do site do 19º Congresso / programação / palestrantes / valores
		Upload dos vídeos TJC Campinas para o Youtube
		Upload dos vídeos TJC Sorocaba para o Youtube
		Emissão de certificado
	7	Criado Menu TJC Campinas
		Criado Menu Seminário 30 Anos da Constituição Federal
		Criado Selo 30 Anos da Constituição Federal e gravação do DVD Master
		Criado Selo TJC Campinas e gravação do DVD Master e cópia para AMATRA
		Atualização do site Congresso 19/fotos palestrantes e texto
		Menu / DVD / Selo Seminário Violência nas Rel. de Trabalho Enfrentamento e Superação 26/11/2018
		Apoio a Videoconferência da TI do TRT15 com CSJT – Chamado 1769/2019
	8	Atualização do site e folder do Congresso 19/fotos palestrantes e texto
		Montagem do layout para Reserve esta data - congresso 19
		Upload Seminário Violência nas Rel. de Trabalho Enfrentamento e Superação 26/11/2018
		Ajustes na chamada Call for papers
		Criação do banner para internet - Dia Internacional da Mulher
	11	Início Edição Abertura Semana do Servidor - 22/10/2018

		Codificação Abertura Semana do Servidor - 22/10/2018
		banner Redes Sociais - para call for papers
		layout crachá - congresso 19
		estudos sobre a capa do Relatório de Gestão - TCU - Gestão Estratégica
		Montagem do menu - Semana do Servidor
	12	Menu Abertura Semana do Servidor - 22/10/2018
		Montagem e impressão de prismas para mesa
		Montagem e impressão de cartões de visitas - Seção Segurança
		Montagem e impressão de cartões de visitas - Juíza Kathleen Mecchi
		Impressões coloridas
	13	Sessão SDC (Silvio/Ricardo/Ac/Eliézer)
		Separação de Equipamentos para Gravação Entrega de Comendas dia 14/03/19
		Upload Abertura Semana do Servidor - 22/10/2018
		Layout fundo do congresso 19; ajustes no folder e cartaz; ajustes na página
		Layout fundo do caderno
	14	DVD / Selo Abertura Semana do Servidor - 22/10/2018
		Montagem de equipamentos para gravação da entrega de comendas
		Teste de equipamentos para gravação da entrega de comendas
		Gravação da entrega de comendas no plenário
		Elaboração, layout e impressão do roteiro da Entrega de Comendas
		Ajustes no banner internet - Comendas
		Ajustes no carômetro - Comendas
	15	Captura dos arquivos dos cartões do evento entrega de comendas para o Storage S04
		Finalização de capa e folhas internas dos modelos para o Relatório de Gestão TCU
		layout cordão congresso 19; carômetro montagem; ajustes na pág congresso
		Edição 7ª Mostra de Boas Práticas 23-11-2018
	18	Edição Lançamento WIKI 7ª Mostra de Boas Práticas 23-11-2018
		Render Lançamento WIKI 7ª Mostra de Boas Práticas 23-11-2018
		Ajustes no banner da EJUD e externo - call for papers
	19	Gravação Estúdio - Dicas da Corregedoria (Adilson) - Silvio
		Montagem PC para Transmissão de Sessões via Youtube na 5ª Turma
		Layout folha de pesquisa, folha de sorteio; banner itinerários layout fundo;

		Logos do Congresso 19; crachá e cordão congresso 19
	20	Captura de cartões das câmeras Abertura do Ano Judiciário – Entrega de Comendas, arquivos de áudio, vídeo e início da edição
		2ª SDI (Ricardo/Eliezer/AC)
		JADI 2ª SDI - Des. Roberto Nóbrega de Almeida Filho (TST)
		JADI 2ª SDI – Juiz Orlando Amâncio Taveira (1ª VT Jacareí)
		Ajustes crachá e cordão; layout para banner entrevista e carpete - congresso 19
	21	Sessão Pleno Administrativo e Judicial (Silvio/Ricardo + AC/Eliézer)
		Layout adesivação de fachada, superior, direita e esquerda
	22	Gravação Externa ADM - Manual de Teletrabalho (Fauzi El Kadri Filho)
		Banner área exclusiva, ajustes na adesivação fachada, ajuste no crachá, montagem do fundo das flâmulas hall
	25	congresso19 - backdrop direito palco, mega banner palco, banner itinerários, banner magistrados, banner área exclusiva, flâmulas do palco
		Edição demais blocos da 7ª Mostra de Boas Práticas 23-11-2018 (total 9)
	26	Suporte 3ª turma (uma das 4 câmeras estava com mal contato)
		Final edição Abertura Ano Judiciário – Comendas, revisão da edição e render com áudio prejudicado
		Julgamento a Distância – Dr. Firmino Alves Lima com 3ª Turma
		congresso 19, EJUD adesivação de vidros, carenagem do púlpito: centro, direito e esquerdo, placas sinalizadoras
	27	Revisão da edição com áudio ruim da Abertura Ano Judiciário – Comendas
		Reedição com áudio tratado da Abertura Ano Judiciário – Comendas (devido a gravidade da qualidade de captura do áudio, não foi possível melhorá-lo plenamente), revisão da edição e render
		Codificação para Youtube da edição com áudio ruim e tratado, e revisão da codificação da Abertura Ano Judiciário – Comendas
		Apoio na sessão da 3ª SDI - Plenário
	28	Criação do menu, revisão e render – Comendas, upload para YouTube e disponibilização na página do Tribunal
		Render demais blocos da 7ª Mostra de Boas Práticas 23-11-2018 (total 9)
		Gravação em Estúdio Dicas da Corregedoria - Silvio
		impressão de cartões de visitas
		impressão de cartazes - Gestão Estratégica
		Carimbo para e-mail ou folha do Combate ao Trabalho Infantil

		Layout e diagramação do folder eletrônico do 1º Seminário de Proteção à Criança e Adolescente.
	29	Gravação Comendas em DVD Matriz, teste, cópia de arquivos no storage S04 e lançamento de evento na planilha
		Montagem e teste de equipamentos para gravação/filmagem da Posse da Nova Administração da AMATRA XV no plenário (Evento será editado pela Amatra XV. TRT fornecerá os arquivos gravados)
		Gravação/filmagem da Posse da Nova Administração da AMATRA XV no plenário
		Menu / DVD da 7ª Mostra de Boas Práticas 23-11-2018
		congresso 19 - backdropp esquerdo, montagem do layout do palco
		Novo Layout e ajustes do folder eletrônico com link para inscrição do 1º Seminário de Proteção à Criança e Adolescente
		Emissão de certificado
		publicação de comunicados da Administração - 29
ABR		
	1	Montagem de equipamentos no estúdio para gravação Dra. Amanda Barbosa (Silvio/Ricardo)
		Gravação em estúdio Dra. Amanda Barbosa
		Captura de cartões (total de 03 – 01 por câmera) da posse nova administração da Amatra XV e arquivada no Storage S04
		Ajustes no logo de Gestão Estratégica
	2	Criação de selo DVD, impressão no DVD matriz da Abertura Ano Judiciário – Comendas
		Duplicação para Des. Gisela, Des. Ana Amarylis, CMAC e biblioteca com impressão de selo e capa para box DVD da Abertura Ano Judiciário – Comendas, limpeza de arquivos no storage S04 e no H.
		Início Edição EAD Noções de Direito do Trabalho – Dra. Amanda Barbosa
		Julgamento a Distância na 4ª Turma com Dr. Roberto Nóbrega
		Ajustes no Seminário de Proteção à Criança, ajustes nos layouts do congresso 19
	3	Cópia de arquivos dos cartões capturados (ergonomia Fauzi) do Storage S04 para PC 01 e início da edição (Ricardo)
		1ª SDI e visita de estudantes (Silvio/Ricardo)
		Ajustes no folder eletrônico do Seminário de Proteção, ajustes nos layouts do congresso 19 - banners para divulgação do congresso 19, banner para Seminário de Proteção.

	4	Gravação depoimentos para vídeo sobre responsabilidade social Des. Samuel Hugo Lima (gabinete), Des. Edmundo (gabinete) e funcionária gabinete Dra. Luciana Storel (Silvio/Ricardo)
		Apoio pleninho (Silvio)
		Ajustes no layouts do congresso 19
	8	Feito Upload no Youtube dos vídeos do Seminário Trabalho Decente
		Ajustes no layout do congresso 19 - inscrições abertas
		Início de Configuração de PC Padrão para Transmissão de Sessão da 6ª Turma
	9	Julgamento à Distância – Dra. Márcia Cristina Sampaio Mendes / 2ª Turma
		Corte de vídeo (sessão da 1ª turma – 1ª Câmara de 06/11/18) – sustentação oral dr. Marcelo Martins (Pedro)
		Ajustes no Seminário de Proteção à Criança
		Ajustes nas canecas de Gestão de Estratégica, ajustes no congresso 19
	10	Corte de vídeo (sessão da 1ª turma – 1ª Câmara de 06/11/18) – sustentação oral dr. Marcelo Martins gravado em CD e impressão de selo
		SDC (Silvio e Ricardo/AC e Eliezer)
		Reserva da Sala de Videoconferência ADM
		Encaminha certificado para o congresso 19
		Ajustes nos banners, fontes e cores do congresso 19
	11	Suporte Multimídia no Pleninho
		Julgamento a Distância - Dra. Adelina Maria do Prado Ferreira – 1ª Turma
		Cópia de CD de Atas da 2ª Turma com selo
		Render EAD Noções de Direito do Trabalho – Dra. Amanda Barbosa
		Reserva da sala de videoconferência ADM
		Ajustes nos logos e padrões de cores nos trabalhos do congresso 19
		Finalização dos cartões de visitas e blocos de desembargadores,
	12	Upload EAD Noções de Dir. do Trabalho – Dra. Amanda Barbosa (Canal ESCJUD)
		Ajustes nos banners em lona e logotipos e aplicação para o congresso 19
		Encaminhamento de logos
	16	Sonorização da Posse do Desembargador João Batista da Silva
		Finalização de painel PJe, slides, painel led, atualização de logos, ajustes nas cores e textos e rasterização de logo do catavento
		Configuração de Equipamentos para Transmissão da Assembleia ABAS15
		Estudos para a 24ª Reunião do Coleouv

22	Instalação e Testes de Equipamentos para Transmissão da Assembleia ABAS15
	Estudos da 24ª Reunião de Coleouv - crachá, certificado, cartão de boas vindas, programação virtual, prismas
	Gravação em DVD (2 cópias) de trecho da sessão da 8ª Câmara, ocorrida em 12/06/18 (Chamado 2929/2019)
23	Julgamento a Distância 4ª Turma Dr. José Antônio de Oliveira (Silvio)
	Preparativos dos Equipamentos do Estúdio para Gravação Dicas da Corregedoria
	Apoio na videoconferência com a Coord. de Contratos
	Emissão e preenchimento de carteiras de juízes
	Enviado para aprovação os layouts da 24ª Reunião Coleouv
	Gravação Estúdio Dicas da Corregedoria (Silvio)
24	Editado trecho da sessão da 4ª Turma e gravado em 2 mídias – Chamado 2929/2019
	Apoio na Sessão da 3ª SDI - Plenário
	Videoconferência no prédio ADM
	Ajustes nos logos de participação no 19º Congresso; inserção em trabalhos e site do congresso
	Ajustes na cor do logo para canetas - congresso 19
25	Finalização do painel PJe - enviado para aprovação, ajustes no painel PJe
	Videconferência Ejud - grupo de Trabalho de Gestão Documental (Eliezer)
26	Gravação e Transmissão da Assembleia ABAS15 do (Auditório 1 ESCJUD)
	Ajustes de imagem para Gestão Estratégica
	Estudos sobre o painel CMAC para o 19º Congresso
	Gravação 1º Seminário de Proteção à Criança e ao Adolescente (Plenário)
29	Ajustes no painel CMAC para o congresso 19
	Ajustes e envio de painel para conferência na TES
	Ajustes na 24ª Reunião Coleouv
	Inserção do logo TRT15 em cartaz da V Semana de Conciliação e impressão do cartaz em 100 unidades de A3.
	Ajustes nos logos do congresso 19
30	Julgamento a Distância 2ª Turma Dra. Márcia Cristina Sampaio Mendes (Eliezer)
	Julgamento a Distância 2ª Turma Dr. Ronaldo Oliveira Siandela (Eliezer)
	Julgamento a Distância 2ª Turma Dr. Carlos Eduardo Oliveira Dias (Eliezer)
	Ajustes no Coleouv

		Ajustes no CMAC - congresso 19
		publicação de comunicados da Administração - 30
MAI		
	2	Início gravação das locuções para criação de 03 vídeos para CMAC
		1ª SDI (Silvio/Ricardo)
		Ajustes no layout Gestão Estratégica
		Ajustes no congresso 19
		Ajustes no Coleouv
		Início Edição 1º SEMINÁRIO DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE
	3	Ajustes nos logos congresso 19
		Ajustes no certificado do congresso 19
		Ajustes no Coleouv
		Encaminhamento de modelos de cartões de visitas - Des. João B. da Silva
		Layout de inscrições para o congresso 19
		Ajustes no Cartaz congresso 19
		Ajustes na programação Coleouv
	6	Início edição vídeos para CMAC – Trabalho Escravo, Trabalho Infantil.....
		Ajustes na programação Coleouv
	7	Atualização do painel CMAC
	8	SDC – Ricardo/AC e AC/Eliezer
		Criação de cinco banners em lona para eventos diversos, ajustes no congresso 19
	9	Gravação de vídeo aula (Esc. Jud.) Dr Edison da Silva Junior
		Cópia dos arquivos da tricaster e dos cartões para Storage S04
		Atualização da programação Coleouv
	14	Feitas 02 cópias de DVD para o Gab. Dr. Zanella – Chamado 3387/2019
		Criação convite virtual do Seminário Dia Mundial de Combate Trab. Infantil
		Emissão de certificados
	15	2ª SDI – Eliezer/Ricardo
		Finalização do painel PJe
	16	Apoio na reunião da sala da Presidência com o projetor , tela e presenter – Chamado 3416/19

		Coleouv: prisma, prisma plenário, crachás, certificados participantes, magistrados e palestrantes, banner em lona, impressão da programação, vales-refeição, cartão de boas-vindas servidor e magistrados.
	17	Transmissão Simultânea para Varas do Trabalho da Palestra "História do Direito do Trabalho na Argentina - Reformas e Efeitos -Escola Judicial
	21	Videoconferência com Dr José Antonio G. de Oliveira – 4ª Turma e VT Jales
		Ajustes painéis CMAC e EJUD
		Emissão de certificado
		Finalização dos trabalhos para o congresso 19 - TES
	22	Visita de Estudantes - Plenário
		Sessão 3ª SDI
		Finalização dos folhetos para o congresso 19
		Finalização de placas sinalizadoras - congresso 19 e windbanners
		Apoio audiovisual para visita dos estudantes
		Apoio à 3ª SDI
	23	Reunião do COLEOUV - Plenário
		Início de Edição da vídeo aula (Esc. Jud.) Dr Edison da Silva Junior
		Render da vídeo aula (Esc. Jud.) Dr Edison da Silva Junior
		Emissão de carteira de juiz
		Finalização dos trabalhos Coleouv
		Impressão colorida
		Atualização das Placas Sinalizadoras congresso 19
	24	Reunião do COLEOUV - Plenário
		Finalização do folder CMAC - congresso 19
		Layout Justiça do Trabalho na Praça
		Finalização Slides e ajustes no painel de Led
		Atualização e inserção do carimbo Combate ao Trabalho Infantil em folha .odt com figura em marca d'água
	27	Sessão Pleno Administrativo/Judicial e Orgão Especial ADM/Judicial
		Sonorização e Gravação de Matéria da Abertura da Semana de Conciliação (ADM)
	28	Cópia do DVD “Carne e Osso” para Gabinete do Dr. Zanella
		Julgamento a Distância 2ª Turma Dra. Márcia Sampaio Mendes – 5ª VT Rib. Preto (Eliezer)
		Sonorização Sala Nobre Presidência

	29	Gravação em Estúdio Dicas da Corregedoria (Silvio)
		Apoio Multimídia – Sala Videoconferência ADM – Reunião SOF
		Finalização e envio de artes para TES - congresso19
		Montagem e envio do layout para totem de celular
		Finalização do banner em lona Call For Papers
		Emissão de certificado do congresso 19
		Apoio da Multimídia na Sala de Videoconferência da ADM
	30	Gravação em Estúdio Dicas da Corregedoria (Silvio)
		Ajustes no certificado do congresso 19
		Ajustes no folder divulgação do CMAC
		publicação de comunicados da Administração - 41
	31	Montagem de sistema de som e projeção para o SARAU no prédio ADM (Eliezer)
JUN		
	3	Teste de conexão para JADI da 4ª Turma
		Apoio da Multimídia na passagem de cabo de áudio nas salas 3 e 4 da EJud
	4	JADI 4ª Turma com Dra. Scynthia
		Julgamento à Distância – Dra. Candy Florêncio Tomé – 1ª VT Sorocaba
		Substituição de cabo HDMI na sala 3 e 4 da EJud
		Início das gravações em DVDs dos trabalhos relacionados ao 19º Congresso
	5	Montagem de equipamentos no teatro de Paulínia para 19º Congresso Nacional
		Acompanhamento das instalações da Tes no teatro de Paulínia
	6	Gravação/filmagem 19º Congresso Nacional em Paulínia
		Atendimento no Credenciamento de Juizes no 19º Congresso, em Paulínia
	7	Gravação/filmagem 19º Congresso Nacional em Paulínia
		Desmontagem dos equipamentos no teatro de Paulínia para 19º Congresso Nacional
		Atendimento no Credenciamento de Juizes e na Secretaria do Congresso, retirada dos banners e suportes do 19º Congresso, em Paulínia
	10	Cópia de arquivos do 19º Congresso Nacional do HD externo para PC 01 e início da edição da cerimônia abertura do evento (Ricardo)
		Cópia de arquivos do 19º Congresso Nacional do HD externo para PC 06 e início da edição do 3º painel (½) Júlio César Beltrão (Eliezer)
		Apoio com sistema de áudio para 9º Curso de Formação de Mediadores (Eliezer)

		Finalização das gravações em DVDs dos trabalhos relacionados ao 19º Congresso
	11	Emissão de certificado
		Apoio no auditório Pleninho para reunião do Paulo Almeida (Eliezer)
		Apoio com sistema de áudio para 9º Curso de Formação de Mediadores (Eliezer)
		Limpeza de arquivos excedentes
	12	Sessão SDC – Silvio/Ricardo e AC/Eliezer
		Apoio com sistema de áudio para 9º Curso de Formação de Mediadores (Eliezer)
		Impressões coloridas
		Organização de arquivos excedentes
		Emissão de 07 certificados - congresso 19
	13	Apoio Seminário de Atualização de Mediadores Escola Judicial no Plenário – Ricardo/Eliezer e Silvio/AC (dia todo)
		Final edição da cerimônia abertura 19º Congresso, revisão e render
		Final da edição da palestra do 3º painel (½) Júlio César Beltrão 19º Congresso, revisão e render (Eliezer)
		Disponibilização do vídeo melhores momentos do 19º congresso na página do TRT
		Emissão de 09 certificados - congresso 19
		Limpeza de arquivos excedentes
	14	Revisão do render da cerimônia de abertura 19º Congresso, upload para YouTube e início da edição da conferência de abertura 19º Congresso. Agendada a cerimônia de abertura do 19º Congresso no site do TRT para disponibilização automática na página em 18/06/19
		Emissão de 06 certificados - congresso 19
		Revisão do render da palestra do 3º painel (½) Júlio César Beltrão 19º Congresso (Eliezer)
		Cópia de arquivos do 19º Congresso Nacional do HD externo para PC 06 e início da edição do 3º painel (2/2) Amanda Barbosa (Eliezer)
		Edição 1º Painel 19º Congresso (1/2)
	17	Final edição da conferência de abertura 19º Congresso, revisão e render. Revisão do render e upload para YouTube. Cópia de arquivos renderizados para Storage S04
		Cópia de arquivos do 19º Congresso Nacional do HD externo para PC 01 e início da edição do 2º painel (½) Luiz Carlos Robortela (Ricardo)
		Emissão de 06 certificados - congresso 19

	Emissão e impressão de 30 unidades cartões de visitas - Juiz Álvaro dos Santos - Auxiliar da Presidência
	Render 1º Painei 19º Congresso (1/2)
	Edição 1º Painei 19º Congresso (2/2)
18	Criação da contracapa do Boletim Informativo
	Disponibilização da solenidade de abertura do 19º congresso na página do TRT
	Render 1º Painei 19º Congresso (2/2)
19	2ª SDI + 2 JADIs (Silvio/Ricardo)
21	Disponibilização da conferência de de abertura do 19º congresso na página do TRT por meio de agendamento
	Emissão de 51 certificados - congresso 19
24	Revisados os microfones da sala de audiência da SDC, foram substituídas as espumas dos microfones
	Final da edição do 2º painei (1/2) - Luiz Carlos Robortela, revisão, render, revisão do render e upload para YouTube (Ricardo)
	Final da edição da palestra do 3º painei (2/2) Amanda Barbosa 19º Congresso, revisão e render (Eliezer)
	Início da edição do 2º painei (2/2) – Ricardo Antunes (Ricardo)
	Emissão de 02 certificados - congresso 19
	Upload 1º Painei 19º Congresso (1/2) e (2/2)
	Edição 4º Painei 19º Congresso (1/2)
	Encaminhado quatro sugestões de layout para o ícone da Coordenadoria de Manutecão
	Atualização do carômetro plenário TRT15
25	Julgamento a distância 2ª turma Dra. Regina A Dra Regina Dirce G. Monegatto
	Revisão do render da palestra do 3º painei (2/2) Amanda Barbosa 19º Congresso (Eliezer)
	Render 4º Painei 19º Congresso (1/2)
	Cópia de arquivos do 19º Congresso Nacional do HD externo para PC 06 e início da edição do painei "Call for Papers" (Eliezer)
	Emissão de dois certificados - congresso 19
	Estudos para o folder eletrônico Call for Papers - 100 anos da OIT - Escola Judicial
	Levantamento e criação de planilha do número de comunicados emitidos em 2019
	Final da edição do painei "Call For Papers" 19º Congresso, revisão e render (Eliezer)

	26	Final da edição do 2º painel (2/2) - Ricardo Antunes, revisão, render, revisão do render e upload para YouTube (Ricardo)
		Suporte da Multimídia em sessão da 3ª SDI (Eliezer/AC)
		Suporte da Multimídia em visita dos estudantes (Eliezer/AC)
		Arquivos renderizados do 2º painel gravados no Storage S04 e lançados na planilha de edições (Ricardo)
		Visita de Estudantes e 3ª SDI
		Estudos sobre cartaz Call for Papers - 100 anos da OIT - Escola Judicial - dois modelos criados e diagramados
		Revisão do render da painel "Call For Papers" 19º Congresso (Eliezer)
		Estudos sobre o Seminário Caso Paulínia - shell basf - um modelo criado e diagramado
	27	Sessão Administrativa (Silvio/Ricardo e AC/Eliezer)
		Videconferência Ejud - grupo de Trabalho de Gestão Documental (Eliezer)
		Emissão de dois certificado - congresso 19
		Ajustes no layout (substituição de imagens, correção no texto e substituição da cor de fundo, gerando dois novos layouts) do folder eletrônico para o Seminário Caso Paulínia - Shell/Basf
		Montagem e teste de equipamentos de som no plenário para evento da Escola Judicial em 28/06/18, Seminário Racismo Estrutural (Eliezer/AC)
		Edição 4º Painel 19º Congresso (2/2)
	28	Filmagem/gravação com câmeras internas do plenário e com transmissão pela internet do evento Seminário Racismo Estrutural.
		Apoio com Teleprompter Presidencial no Seminário Racismo Estrutural (Eliezer)
		Ajustes no layout (atualização e inserção de texto, substituição da cor de fundo) do folder eletrônico para o Seminário Caso Paulínia - Shell / Basf
		publicação de comunicados da Administração - 31
		Render 4º Painel 19º Congresso (2/2)
		Seminário Racismo Estrutural – Plenário (Gravação e Transmissão)
		Preparaçã do Manual de Transmissão das Sessões das Turmas com Programa OBS Studio (Silvio)
JUL		
	1	criação de cinco novos banners para o site do TRT em substituição aos anteriores - meta2, trabalho seguro, julgados x recebidos, julgados mais antigos, cndt
		Ajustes nos dois layouts/modelos do SEMinário Caso de Paulínia - alteração no texto e na diagramação

		Arquivos renderizados do 3º painel gravados no Storage S04 e lançados na planilha de edições (Eliezer)
		Cópia de arquivos do 19º Congresso Nacional do HD externo para PC 06 e início da edição do 5º painel (1/3) Nelson Mannrich (Eliezer)
	2	Emissão de carteira de juiz - aposentada - n. 1486
		Criação do banner extranet a partir do layout do Call for Papers - 100 anos da OIT - tamanho 486x288
		Arquivos renderizados do painel "Call For Papers" gravados no Storage S04 e lançados na planilha de edições (Eliezer)
		Sonorização do salão nobre da Presidência (Eliezer)
		Upload 4º Painel 19º Congresso (1/2) e (2/2)
	3	Preenchimento da planilha com os dados da NE 1591 para cartões de visitas e blocos de anotações personalizados
		Encaminhamento dos arquivos para impressão conforme NE 1591 - cartões de visitas e blocos de anotações
		Atualização de imagem e textos do programa virtual para o Seminário Caso de Paulínia - Shell / Basf
		Suporte à sessão da 1ª SDI (Eliezer/AC)
		Final da edição da palestra do 5º painel (1/3) Nelson Mannrich 19º Congresso, revisão e render (Eliezer)
		Upload para YouTube da palestra do 3º painel (½) Júlio César Beltrão 19º Congresso (Eliezer)
		Suporte Multimídia 1ª SDI
	4	Apoio multimídia 5ª turma, retirada de placa de captura de vídeo de computador
		Filtros aplicados a marca JT para edição, redimensionamento e novo design para inserção em página da Gestão de Estratégia na internet
		Impressões coloridas solicitadas pela Seção de Segurança
		Revisão do render da palestra do 5º painel (1/3) Nelson Mannrich 19º Congresso (Eliezer)
		Busca e substituição de imagem para compor o programa virtual do Seminário Trabalho Seguro - Caso de Paulínia Shell / Basf
		Upload para YouTube da palestra do 3º painel (2/2) Amanda Barbosa 19º Congresso (Eliezer)
		Cópia de arquivos do 19º Congresso Nacional do HD externo para PC 06 e início da edição do 5º painel (2/3) José Francisco Siqueira Neto (Eliezer)
		Edição Ergonomia Fauzi
	5	Novo layout para o Seminário Shell - Basf

		Estudos sobre layout para backdropp - Seminário Shell - Basf
		Ajustes no mapa para inserção em página de word - Gestão de Estratégia
		Upload para YouTube da palestra do painel "Call for Papers" 19º Congresso (Eliezer)
		Render Ergonomia Fauzi
		Final da edição da palestra do 5º painel (2/3) José Francisco Siqueira Neto 19º Congresso, revisão e render (Eliezer)
		Fórum Sindicatos Brasileiros – Plenário (Gravação e Transmissão)
	8	Upload Ergonomia Fauzi
	10	Emissão de certificado do 19º Congresso - Robinson F. Vicente
		Criação de banner 486x288 - Seminário Trabalho Seguro - Caso Shell / Basf
		Criação de banner em lona - 1m20x1m80 - Seminário Trabalho Seguro - Caso Shell / Basf
		Ajustes e finalização do layout para backdropp - Seminário Shell - Basf
		Revisão do render da palestra do 5º painel (2/3) José Francisco Siqueira Neto 19º Congresso (Eliezer)
		Suporte Multimídia Sessão SDC
		Cópia de arquivos do 19º Congresso Nacional do HD externo para PC 06 e início da edição do 5º painel (3/3) João Leal Amado (Eliezer)
		Início da Configuração de PC para transmissão de Sessões da 6ª Turma I
	11	Emissão de carteira de juiz Aposentado - Juiz titular de VT - n. 1487
		Ajustes na programação virtual do Seminário Shell / Basf - correção de nome de palestrante, link, exportar em .pdf, encaminhar por e-mail.
		Ajustes nos banners em lona - Seminário Shell / Basf - inserção de imagens e textos para diagramação
		Suporte Multimídia 3ª Turma
		Suporte Multimídia Pleninho
	12	Final da edição da palestra do 5º painel (3/3) João Leal Amado 19º Congresso, revisão e render (Eliezer)
		Arquivos renderizados do 5º painel gravados no Storage S04 e lançados na planilha de edições (Eliezer)
		Revisão do render da palestra do 5º painel (3/3) João Leal Amado 19º Congresso (Eliezer)
		Upload para YouTube da palestra do 5º painel (1/3) Nelson Mannrich 19º Congresso (Eliezer)
		Upload para YouTube da palestra do 5º painel (2/3) José Francisco Siqueira Neto 19º Congresso (Eliezer)

		Upload para YouTube da palestra do 5º painel (3/3) João Leal Amado 19º Congresso (Eliezer)
		Suporte Multimídia Pleninho
		Ajustes nos banners em lona - Seminário Shell / Basf - transformar dois banners em uma peça, diagramação de textos e imagens
		Disponibilização do 2º painel (1/2) do 19º congresso na página do TRT por meio de agendamento
	15	
	16	Diagramação da programação do folder eletrônico para o Seminário 100 anos da OIT
		Layout para slide - Seminário Shell / Basf
		Emissão de certificados do 18º e 19º Congresso Nacional de Direito do Trabalho em Paulínia - Tiago Mattoso Sacilotto
		Cópia de arquivos do storage S04 para PC 01 e início da edição da Conferência de Encerramento do 19º Congresso Nacional de Direito do Trabalho
		Configuração PC C820 para transmissão de Sessões da 6ª Turma
	17	Final da edição da Conferência de Encerramento do 19º Congresso Nacional de Direito do Trabalho, revisão, render e revisão do render e upload para YouTube
		2ª SDI plenário (Silvio/Ricardo)
		Emissão de certificado do 19º Congresso - Jenniffer Nunes Silva
		Emissão de certificado Coleouv - Dra. Denise Ferreira de Souza Barros Pacheco
		Exportar imagens (18) para .jpg e encaminhá-las por e-mail
		Nova diagramação para a Programação OIT
		Banner em 800x800 do Sem. Shell / Basf
		Menu (arte) para vídeo do 19º Congresso
		Inserção dos ramais no carômetro do TRT15
		Finalização do certificado do Sem. Shell / Basf
		Layout para cartaz do Sem OIT
		Ajustes na programação do Sem OIT
		Instalação PC C820 para transmissão de Sessões da 6ª Turma
	18	Criação do menu volume 1 do 19º Congresso Nacional de Direito do Trabalho, revisão, render, gravação em DVD matriz e teste.
		Criação do selo DVD do volume 1 do 19º Congresso Nacional de Direito do Trabalho e impressão
		Curso de transmissão de Sessões para servidores da 6ª Turma

		Ajustes no texto do folder e cartaz do Sem OIT
		Layout do certificado Sem OIT
		Ajustes no certificado Sem Shell
		Ajustes na diagramação e imagens dos banners em lona (total de 6 unidades) do Sem Shell
		Orientações básicas de transmissão de Sessões para servidores da 6ª Turma
		Seleção de fotos para o vídeo institucional Shell/Basf (Eliezer)
	19	Criação dos menus dos volumes 2 e 3 do 19º Congresso Nacional de Direito do Trabalho, revisão, render, gravação em DVD matriz e teste.
		Criação do selo DVD dos volumes 2 e 3 do 19º Congresso Nacional de Direito do Trabalho e impressão
		Disponibilização do 2º painel (2/2) do 19º congresso na página do TRT
		Edição de fotos para o vídeo institucional Shell / Basf (Eliezer)
		Emissão de certificados - Endia de Aquino, Giovanna Milan Facchini e Tais Milanez
		Ajustes na programação (inserção de mais um palestrante na programação, inserção dos novos logos do TRT15 e CSJT) do Sem. Shell / Basf
		Ajustes no certificado (inserção de logos e assinatura da Des. Maria Inês Targa) do Sem. Shell / Basf
		Ajustes nos banner em lona (alteração de texto e inserção de logos) do Sem. Shell / Basf
		Edição Seminario de Protecao à Crianca e ao Adolescente
	22	Criação dos menus dos volumes 4 e 5 do 19º Congresso Nacional de Direito do Trabalho, revisão, render, gravação em DVD matriz e teste.
		Criação do selo DVD dos volumes 4 e 5 do 19º Congresso Nacional de Direito do Trabalho e impressão
		Atualização do conteúdo da capa para DVD do 19º Congresso
		Finalização do ícone solicitado pela Coordenadoria de Manutenção
		Render Seminario de Protecao à Crianca e ao Adolescente
		Disposição de imagens em folha A3 para impressão - Gestão Estratégica
		Gravação de áudio "off" para vídeo institucional Shell/Basf (Eliezer)
		Edição de fotos para vídeo institucional Shell/Basf (Eliezer)
	23	Criação do menu do volumes 6 do 19º Congresso Nacional de Direito do Trabalho, revisão, render, gravação em DVD matriz e teste.
		Criação do selo DVD do volume 6 do 19º Congresso Nacional de Direito do Trabalho e impressão

		Cópia de projetos e arquivos renderizados dos volumes de 1 a 6 do 19º Congresso Nacional de Direito do Trabalho para Storage S04
		JADI 2ª Turma - Dr. José Antônio Ribeiro de O. Silva (6ª VT Ribeirão Preto) - Ricardo
		Upload 4 Painéis do Seminário de Proteção à Criança e ao Adolescente
		JADI 1ª Turma - Dra. Eliana dos Santos A. Nogueira - Silvio
		Correções inseridas no cartaz e folder eletrônico do Sem. OIT substituição do logo do TRT15 para o novo padrão
		Correções inseridas no cartaz, folder eletrônico e banners em lona (6 banners) do Sem. Shell / Basf substituição do logo do TRT15 para o novo padrão
		Exportar imagem em RGB destinada ao topo do site - novo padrão
		Atualização do controle de materiais para blocos e cartões de visitas e para banners em lona
		Criação de parallax no Adobe After Effects com as fotos já editadas para o vídeo institucional Shell / Basf (Eliezer)
	24	Novo layout para a Elevação Quatro do CMAC
		Suporte Multimídia para Videoconferência na ESCJUD (Secretaria de Gestão de Pessoas)
		Início Configurações do PC C820 para padrão de transmissão das sessões de 4ª Turma
		Elaboração do bloco de anotações para o Gabinete do Desembargador José Pedro de Camargo Rodrigues de Souza
		Atualização do folder eletrônico (alteração no texto) do Sem. OIT
		3ª SDI plenário (Ricardo/Pedro/Eliezer)
		Criação de parallax no Adobe After Effects com as fotos já editadas para o vídeo institucional Shell / Basf (Eliezer)
	25	Inserção do link na programação virtual e no cartaz para o Seminário OIT
		Gravação de mensagens da Des. Maria Inês em estúdio (Silvio/Ricardo)
		Criação de parallax no Adobe After Effects com as fotos já editadas para o vídeo institucional Shell / Basf (Eliezer)
		Início Edição mensagens da Des. Maria Inês em estúdio (Caso Shell Basf e Seminário Mackenzie)
	26	Início da edição do vídeo institucional Shell / Basf no Adobe Premiere (Eliezer)
	29	Disponibilização do 3º painel (1/2) do 19º congresso na página do TRT (Eliezer)
		Edição do vídeo institucional Shell / Basf no Adobe Premiere (Eliezer)
		Gravação de áudio "off" para o vídeo institucional Shell / Basf (Eliezer)

		Render mensagens da Des. Maria Inês em estúdio (Caso Shell Basf e Seminário Mackenzie)
	30	JADI 2ª Turma - Dra. Ana Cláudia Pires F. de Lima (1ª VT Bauru) - Ricardo
		Cópia de 06 DVDs do Vídeo Institucional do TRT e impressão de selo DVD (Ricardo)
		Ajuste no texto e layout do mapa estratégico para Gestão Estratégica
		Emissão de certificado
		Emissão de carteira de juiz aposentado
		Estudos sobre a divulgação em painéis destinados ao Aeroporto de Campinas - Viracopos
		Encaminha arquivo para confecção de blocos de anotações do Des. José Pedro de Camargo Rodrigues de Souza
		Fim da edição do vídeo institucional Shell / Basf no Adobe Premiere (Eliezer)
		Upload da 1ª versão do vídeo institucional Shell / Basf no Youtube (Eliezer)
	31	Emissão de certificado
		Ajustes nos logotipos do banner para backdropp destinado ao Seminário Caso de Paulínia
		Ajustes nos layouts dos painéis - Viracopos
		Ajuste em arquivo destinado á confecção de placa para Itapetininga
		Encaminhamento de arquivo para confecção de camisetas
		Publicação de comunicados da Administração - 33
		Reedição do vídeo institucional Shell / Basf (Eliezer)
AGO		
	1	Finalização da edição e exportação da versão final do vídeo institucional Shell/ Basf (Eliezer)
		Retomada edição dos vídeos do CMAC (Ricardo)
		Ajustes no panfleto de divulgação para a Saúde
	2	Gravação Seminário Shell/Basf com câmeras internas do plenário (Pedro/Silvio/Ricardo/AC e Eliezer)
		Disponibilização do 3º painel (2/2) do 19º congresso na página do TRT (Eliezer)
		Impressão dos panfletos de divulgação da Saúde
	5	Gravação em Estúdio - Dicas da Corregedoria
	6	Solicitação de apoio da 4ª turma (câmera que enquadra mesa do presidente não funciona)Silvio/Ricardo

		Agendamento do painel "Call For Papers" do 19º congresso na página do TRT (Eliezer)
		Upload da Versão Final do vídeo Institucional Shell/Basf no Youtube (Eliezer)
		Criação e impressão de selo DVD Matriz do Seminário Shell/Basf de 02/08/19 (Ricardo)
		Lançamento do evento Seminário Shell/Basf de 02/08/19 no Trello
		Ajustes no projeto Aeroporto - recorte de imagem
		Encaminhamento do pedido de solicitação de cartões personalizados do Gabinete Edmundo Fraga Lopes
		Ajustes na programação da OIT - alteração de painel
		Emissão de certificados do Seminário Shell / Basf
		Alteração nas cores e formato do ícone para a Coordenadoria de Manutenção
	7	Preparação de equipamentos a serem usados para gravação da abertura do evento na Universidade Mackenzie em 08/08/19
		1ª SDI (Silvio/Ricardo)
		Cópia Seminário Shell/Basf da Tricaster para HD Externo para Início de Edição
		Gravação/filmagem da abertura do evento na Universidade Mackenzie em 08/08/19 (Ricardo/Eliezer)
		Finalização dos certificados emitidos para o Seminário Shell / Basf
		Ajustes no projeto Aeroporto
		Suporte multimídia no sistema de som da 3ª Turma (Eliezer)
	8	Gravação em Estúdio - Dicas da Corregedoria
		Edição Seminário Caso Shell / Basf de 02/08/2019 Solenidade de Abertura
		início da reprodução do banner de SJRPreto
		impressões coloridas - Gab. Des. Zanella
		banner para extranet - OIT 100 anos
		montagem do folder PPA 2019
	9	finalização do banner (reprodução) - modelo um - conciliação de São José do Rio Preto
		impressões coloridas - Secretaria de Saúde
		Render Edição Seminário Caso Shell / Basf de 02/08/2019 Solenidade de Abertura
		Vinheta para programa "TRT15 Em Foco" (Eliezer)
		Estudos sobre o painel CMAC
		Final da edição do vídeo 1/3 do CMAC (Ricardo)

12	Sonorização no salão nobre da presidência da posse de 04 novos juízes (Ricardo/Eliezer)
	Montagem e teste de equipamentos para JADI na 1ª Turma em 13/08/19 (Dr. Wellington Cesar) - Ricardo
	Edição Seminário Caso Shell / Basf de 02/08/2019 1º Painel
	Render Seminário Caso Shell / Basf de 02/08/2019 1º Painel
	Edição Seminário Caso Shell / Basf de 02/08/2019 2º Painel
	Render Seminário Caso Shell / Basf de 02/08/2019 2º Painel
	Vinheta para programa "TRT15 Em Foco" (Eliezer)
	Estudos sobre o painel CMAC
	Emissão de certificados
13	JADI na 1ª Turma (Dr. Wellington Cesar) - Ricardo
	Edição do programa "TRT15 Em Foco" (Eliezer)
	Estudos dos painéis CMAC - impressão e encaminhamento para aprovação
	Emissão de certificados
14	SDC (Cancelada) - transferida para dia 28/08/19 às 09h00 - (Silvio/Ricardo)
	Apresentação dos painéis CMAC
	Finalização do banner reprodução de São José do Rio Preto número dois
	Emissão de certificados
	Final da edição do vídeo 2/3 do CMAC (Ricardo)
	Edição Seminário Caso Shell / Basf de 02/08/2019 3º Painel
	Render Seminário Caso Shell / Basf de 02/08/2019 3º Painel
15	Suporte Multimídia em evento da Secretaria de Saúde (Auditório Prédio ADM)
	Gravação da locução em estúdio (Thaís CMAC) do vídeo 3 de 3.
16	Início da edição do vídeo 3/3 do CMAC
	Emissão de carteiras de juízes - 1489, 1490, 1491 e 1492
	Montagem e impressão de 45 folderes e crachás para o PPA
	Projeto Portal – Início da implantação da nova identidade da Justiça do Trabalho
19	Filmagem do curso PJe no plenário com transmissão pela internet (Silvio/Ricardo/Pedro - manhã)
	Finalização do primeiro projeto Aeroporto (cor vermelho)
	Finalização dos banners de reprodução de São José do Rio Preto - fechado para encaminhar

	Filmagem do curso PJe no plenário com transmissão pela internet (AC/Eliezer/Pedro - tarde)
	Estudos sobre painéis digitais - Aeroporto Viracopos
20	Emissão de carteira de juiz - 1493
	Ajustes nos comunicados
	Ajustes e impressão de 100 unidades de cartões de visitas para o Gabinete da Vice-Presidência Judicial
	Edição Seminário Caso Shell / Basf de 02/08/2019 4º Painel
	Render Seminário Caso Shell / Basf de 02/08/2019 4º Painel
	Upload Seminário Caso Shell / Basf de 02/08/2019 4º Painel
	Filmagem do curso PJe no plenário com transmissão pela internet (Silvio/Pedro - manhã)
	Filmagem do curso PJe no plenário com transmissão pela internet (AC/Eliezer/Pedro - tarde)
	Sonorização da inauguração nova VT de Itapetininga (Ricardo)
	Estudos e montagem de arquivos para painel digital - Aeroporto Viracopos
21	Sessão da 2ª SDI (Silvio/Ricardo)
	Suporte plenário para teste de equipamentos para votação na sessão pleno administrativo de 5ª feira (Ricardo)
	Ajustes e impressão dos painéis do CMAC - 19º Congresso
22	Sessão pleno administrativo (com votação e transmissão pela internet) - Silvio/Ricardo
	Videconferência Ejud - grupo de Trabalho de Gestão Documental (Eliezer)
	Reunião - Projeto Portal (em continuidade)
23	Filmagem do seminário de 100 anos da OIT com câmeras internas do plenário e transmissão (Pedro/Silvio/Ricardo) - Manhã
	Filmagem do seminário de 100 anos da OIT com câmeras internas do plenário e transmissão (Pedro/AC/Eliézer) - Tarde
	Configuração e Testes de Transmissão para Youtube com uso de Hangout para 4ª Turma
	Edição e Render Fala Ministro Brito Pereira durante Seminário Caso Shell / Basf de 02/08/2019
27	Edição do vídeo Quarta Revolução Industrial (Eliezer)
	Gravação Estúdio Dra. Gisela - TRT em Foco (Silvio/Pedro/Eliezer)
	Reunião Projeto Portal (Pedro/Silvio)
	Edição TRT15 Em Foco (Eliezer)

		Pesquisa de imagens para o varal de Natal 2019
		Projeto Portal – Videoconferência com TRT8
	26	Emissão de certificados
		Pesquisa e Montagem dos cartões de Natal 2019 - varal de Natal
		Impressão dos painéis CMAC - parede adesivada
		Estudos sobre o Seminário Trabalho Escravo Contemporâneo
	28	Sessão SDC (Silvio/Ricardo) - transferida do dia 14/08/19
		Apoio na sessão da 3ª SDI (Eliezer/AC)
		Videoconferência Sala Prédio Administrativo (Eliezer)
		Apoio na visita dos Estudantes (Eliezer/AC)
		Ajustes e finalização sobre o Seminário Trabalho Escravo Contemporâneo
	29	Edição e Render PJe 1Grau de 20/08/2019 Parte Tarde (Silvio)
		Envio arquivos Fala Ministro Brito Pereira via WeTransfer
		Reunião Projeto Portal (Pedro/Silvio)
		Edição e Render PJe 1Grau de 20/08/2019 Parte Manhã (Eliezer)
		Upload Youtube vídeos PJe 1Grau de 20/08/2019 Parte Manhã (Eliezer)
		Estudos sobre a adesivação no espaço Precatórios Conciliação
		Finalização da montagem dos layouts (120 unidades) dos cartões de Natall - varal de Natal
		Reunião Projeto Portal -Tratar da estratégia de trabalho e atividades para o mapeamento e migração do conteúdo das páginas. O objetivo é desenvolver essa parte do cronograma.
	30	Estudos sobre a capa da Revista Eletrônica - OIT
		Emissão de carteira de juiz - 1494
		Estudos sobre a adesivação no espaço Precatórios Conciliação
		Edição Audio da 3SDI de 28/08/2019 para Ednamara
		Codificação de Video da dra Kathleen
		Upload Arquivos PJe 1 Grau de 20/08/2019 Manhã e Tarde
		Configuração PC padrão para Turmas transmitirem sessões para Youtube (usando duas placas de captura)
		Edição da Sessão da 5ª Turma do dia 27/08/2019 para Hércio
		Publicação de comunicados da Administração - 33
		Finalização parcial do vídeo 03 do CMAC (Trabalho Seguro) - Ricardo
SET		

	2	Contato com Juiz Dr. José Antonio Ribeiro (6ª VT Ribeirão Preto) para teste JADI (2ª Turma) dia 03/09/19 (Ricardo)
		Ajustes na capa de revista eletrônica da OIT
		Ajustes no painel CMAC - comissões
	3	JADI 2ª Turma Dr. José Antonio Ribeiro (6ª VT Ribeirão Preto) - Ricardo
		Ajustes no painel CMAC
		Estudos sobre a adesivação do Espaço Precatórios
		Emissão de certificado
	4	1ª SDI (Silvio e Ricardo)
		Estudos sobre a adesivação do Espaço Precatórios
		Ajustes nos painéis CMAC - comissões
	5	Emissão de certificado
		Ajustes no painel CMAC - comissões
		Contato com VT de Tanabi para teste da JADI com Dra. Scyntia Tristão
	6	Suporte Multimídia para Gustavo Fachim na Presidência
		Ajustes no layout da I Jornada de Saúde Mental - Secretaria de Saúde
		Impressão de 40 cartazes em A4 - I Jornada de Saúde Mental - Secretaria de Saúde
		Ajustes no layout dos painéis CMAC - impressão em folha A3
		Ajustes e finalização do layout Precatórios
	9	Final da edição do vídeo do CMAC sobre Trabalho Seguro (render de todos os vídeos, Trab. Escravo, Trab. Infantil e Trab. Seguro para posterior aprovação)
		Teste JADI com Norberto da VT de Tanabi na 4ª Turma para dia 10/09/19 (com a Dra. Scyntia Tristão) - Ricardo
		Impressão de 170 unidades de cartaz em A4 e ajustes no cartaz da 9ª Execução
		Finalização dos arquivos de adesivação do espaço Precatórios - coluna e adesivação
	10	JADI com Dra. Syntia Tristão na 4ª Turma - Ricardo
		JADI com Dr. Eder Sivers na 6ª Turma
		Estudos sobre uma das Campanhas de Combate ao Trabalho Infantil
	11	SDC (Silvio/Ricardo)
		Finalização de uma das Campanhas sobre Combate ao Trabalho Infantil (camiseta, squeeze, caderno, caneta e sacochila)
		Início dos estudos sobre a segunda Campanha Combate ao Trabalho Infantil
		Reunião Portal - Gestores - Auditório 1 - Ejud

12	Finalização dos layouts para a Campanha Combate ao Trabalho Infantil - apresentado dois layouts contendo: camiseta, squeeze (frente/verso), caderno (frente/verso), caneta (pendente na cor) e sacochila - impressão dos layouts
	Gravação vídeo em estúdio Dr. Lorival e Dr Rodrigo, em homenagem ao Dr. Firmino
	Edição vídeo gravado em estúdio Dr. Lorival em homenagem ao Dr. Firmino
13	Montagem equipamentos e gravação/filmagem palestra Escola Judicial Alysso Mascaro (Ricardo/AC)
	Criação de banner para Setembro Amarelo CEJUSC
	Edição vídeo gravado em estúdio Dr. Rodrigo, em homenagem ao Dr. Firmino
16	Configuração de Equipamento para Transmissão de Sessão da 4ª Turma para Youtube
	Mini Curso de utilização do novo Sistema de Transmissão de Sessões das Turmas para Youtube
	Emissão de Carteiras de Juízes: 1495, 1496 e 1497
	Ajustes do Setembro Amarelo CEJUSC para cartaz A4
	Impressão de 60 unidades de cartazes Setembro Amarelo CEJUSC em A4.
	Início Edição PJe 2Grau de 19/08/2019 Parte 1/4 (Silvio)
17	Testes com juízes Carlos Eduardo Oliveira Dias e Scyntia Maria Sisti Tristão para JADI na 2ª SDI no dia 18/09/19 às 10h30 (Silvio/Ricardo)
	Slide e banner para o Simpósio Trabalho Escravo Contemporâneo - 1280x720 e 486x288
	Gravação vídeo em estúdio Dra. Adriene (Silvio/Ricardo)
	Edição vídeo gravado em estúdio Dra. Adriene (Ricardo)
	Estudos diversos com imagem e diagramação
	Configuração de Equipamento para Transmissão de Sessão da 4ª Turma para Youtube
18	2ª SDI com JADI (juízes Carlos Eduardo Oliveira Dias e Scyntia Maria Sisti Tristão - não foi possível julgar processos através de vídeo conferência devido problemas técnicos no TRT) - Silvio/Ricardo
	Estudos diversos com imagens e diagramação
19	Sessão Pleno Adm. e Pleno Judicial (Silvio/Ricardo)
	Estudos diversos com imagens e diagramação
	Emissão de carteira de magistrados - 1498
20	Finalização e envio para confecção do painel Comissões CMAC
	Estudos diversos com imagens e diagramação
	Render PJe 2Grau de 19/08/2019 Parte 1/4 (Silvio)

		Início edição da palestra do Alysson Mascaro ocorrida em 13/09/19 na Escola Judicial (blocos 1 e 2) - Ricardo
		Ajustes no varal de Natal - imagens e textos
		Reunião SETIC - Portal Drupal
	23	Início Edição PJe 2Grau de 19/08/2019 Parte 2/4 (Silvio)
		Upload PJe 2Grau de 19/08/2019 Parte 1/4 (Silvio)
		Agendado para dia 30/09/19 a exibição no site do TRT da Conferência de Encerramento do 19º Congresso Nacional - Ricardo
		Ajustes no varal de Natal - imagens e textos
		Edição do vídeo da palestra da Filósofa Viviane Mosé (Eliezer)
	24	Render Edição PJe 2Grau de 19/08/2019 Parte 2/4 (Silvio)
		Reedição, revisão da edição, render e revisão do render do vídeo Trabalho Seguro - CMAC conforme solicitação do Paulo (criadas mais duas versões) - Ricardo
		Montagem e teste de equipamentos de som no auditório da presidência (Ricardo/Eliezer)
		Ajustes no varal de Natal - imagens e textos
		Ajustes em carteira de juiz e impressão - 1498
		Upload PJe 2Grau de 19/08/2019 Parte 2/4 (Silvio)
		Render do vídeo da palestra da Filósofa Viviane Mosé (Eliezer)
	25	Filmagem/gravação curso de Interligação Banco do Brasil e PJe no auditório 2 da Escola Judicial (Ricardo e Silvio) - Parte 1
		Ajustes nas imagens e textos do varal de Natal - 126 lâminas com imagens diferentes
		Apoio no áudio e câmeras na sessão da 3ª SDI (Eliezer/AC)
		Apoio no Plenário para visita dos estudantes (Eliezer/AC)
		Gravação em Estúdio Dicas da Corregedoria (Denise)
		Reunião - Projeto Portal : Pauta: - Capacitação: evento presencial. - Avaliação sobre o preenchimento da planilha de mapeamento. - Consulta ao CSJT sobre a consulta processual: - Tem algum padrão pra página de retorno da consulta? - Consulta unificada (PJe de 1º, PJe de 2º e sistemas legados)? - Identificar e consultar o gestor do serviço. - Escalar as informações para o demandante do projeto. - Avaliação de tudo o que é novo na página principal; - Análise das páginas secundárias. O modelo único será suficiente?
	26	Vídeo Trabalho Seguro CMAC (versões 2 e 3) disponibilizados para aprovação (Ricardo)

		Final da edição da palestra do Alysson Mascaro ocorrida em 13/09/19 na Escola Judicial (blocos 1 e 2), revisão da edição, render do bloco 1 e revisão do render do bloco 1 - Ricardo
		Edição e Render PJe 2Grau de 19/08/2019 Parte 3/4 (Silvio)
		Upload PJe 2Grau de 19/08/2019 Parte 3/4 (Silvio)
		Gravação em Computador das Telas usadas curso de integração Banco do Brasil, CEF e PJe (Hangout Meet)
		Gravação do episódio 03 do programa TRT EM FOCO (Pedro/Eliezer)
		Edição do episódio 03 do programa TRT EM FOCO (Eliezer)
		Render do episódio 03 do programa TRT EM FOCO (Eliezer)
		Upload do episódio 03 do programa TRT EM FOCO (Eliezer)
		Filmagem/gravação curso de Interligação CEF e PJe no auditório 1 da Escola Judicial (Silvio)
	27	Filmagem/gravação evento plenário (Esc. Jud) - palestra Prof. Cicero Galli Coimbra (Silvio/Ricardo)
		Apoio técnico no Teleprompter para a Dra. Maria Inês no Plenário (Eliezer)
		Revisão da edição bloco 2, render e revisão do render da palestra do Alysson Mascaro ocorrida em 13/09/19 na Escola Judicial - Ricardo
		Gravação em Estúdio Interligação BB e PJe (Silvio/Pedro)
	30	Codificação para YouTube dos blocos 1 e 2 da palestra do Alysson Mascaro ocorrida em 13/09/19 na Escola Judicial - Ricardo
		Suporte Multimídia Pleninho Curso para Terceirizados
		Curso Iluminação Cênica (Pedro, Silvio, Ricardo, AC, Eliezeer e Marisa)
		Montagem de equipamentos na 1ª Turma para JADI no dia 01/10/19 e testes com a Dra. Márcia Mendes - 5ª VT de Ribeirão Preto
		Publicação de comunicados da Administração - 30
		Edição e Render PJe 2Grau de 19/08/2019 Parte 4/4 (Silvio)
OUT		
	1	Upload para YouTube (canal da Escola Judicial) dos blocos 1 e 2 da palestra do Alysson Mascaro ocorrida em 13/09/19 na Escola Judicial - Ricardo
		Cópia dos arquivos renderizados da palestra do Alysson Mascaro ocorrida em 13/09/19 na Escola Judicial para Sorage S04 - Ricardo
		JADI na 1ª Turma com a Dra. Márcia Mendes - 5ª VT de Ribeirão Preto - Ricardo
		Captura de Cartões e Videos gravados - curso de integração Banco do Brasil, CEF e PJe no auditório 2 da Escola Judicial 25 e 26/09/2019
		Captura de Cartões e Videos da Gravação em Estúdio Interligação CEF e PJe

	JADI na 2ª Turma com a Dr. José Antonio O. Silva - 6ª VT de Ribeirão Preto (Eliezer/AC)
	Emissão e impressão de carteira de juizes: 1500, 1501 e 1502
	Criação do topo da página do portal - outubro rosa
2	Upload PJe 2Grau de 19/08/2019 Parte 4/4 (Silvio)
	Início Edição Curso de integração Banco do Brasil e PJe de 25/09/2019 ESCJUD - Parte 1
	Apoio 1ª SDI (Eliezer/AC)
	Emissão de certificado - 17º Congresso Nacional de Direito do Trabalho
	Ajustes no topo do portal - outubro rosa
	Ajustes na capa da Revista Eletrônica - OIT
	Curso Iluminação Cênica (Pedro, Silvio, Ricardo, AC, Eliezer e Marisa)
3	Emissão de certificado - 19º Congresso
	Ajustes no material - folder e cartaz - Semana do Servidor
	Ajustes no vídeo sobre Trabalho Escravo do CMAC conforme solicitação do Des. Zanella
4	Ajustes na Capa do Livro Eletrônico - OIT
	Ajustes no Certificado de Honra ao Mérito - PPA 2019
	Ajustes no folder Outubro Rosa
	Ajustes no folder Novembro Azul
	Impressão colorida - precatórios
7	Curso Iluminação Cênica (Ricardo e AC)
	Curso Drupal (Eliezer/Silvio/Marisa/Pedro)
8	Regravação de parte da locução do vídeo sobre Trabalho Escravo do CMAC em estúdio (Ovídio)
	Reedição do vídeo sobre Trabalho Escravo do CMAC (Ricardo)
	Cópia de arquivos das aulas de iluminação cênica do notebook do estúdio para HD externo (Ricardo)
	Curso Drupal (Eliezer/Silvio/Marisa/Pedro)
9	Gravação/filmagem com transmissão para VTs da palestra na Esc. Jud. - "A Reforma da Previdência: Linhas e Pontos Polêmicos" - Ricardo/AC
	SDC (Ricardo/AC/Lucas)
	Curso Drupal (Eliezer/Silvio/Marisa/Pedro)
10	Curso Iluminação Cênica (Ricardo, AC e Marisa)
	Projeto Portal – Curso Drupal com Reinaldo do TRT8 (Eliezer/Silvio/Marisa/Pedro)

		Videconferência Ejud - grupo de Trabalho de Gestão Documental (Eliezer)
		Cópia de arquivos (cartões, áudio e PPT) para Storage S04 (Ricardo)
		Reedição do vídeo sobre Trabalho Escravo do CMAC (Ricardo) + revisão, render, revisão do render e envio de cópia para Des. Zanella e presidência para aprovação das alterações
		Emissão de certificado - XVII Congresso Rural
		Emissão e impressão de carteira de juiz (urgente) - 1503 e 1504
		Criação do cartaz - Campanha para doação de óculos
	11	Gravação/filmagem do simpósio "Trabalho Escravo Contemporâneo" no plenário do TRT com câmeras internas (Pedro/Silvio/Ricardo/AC e Eliezer)
		Projeto Portal – Curso Drupal com Reinaldo do TRT8 (Eliezer/Silvio/Marisa/Pedro)
		Cópia dos arquivos do simpósio para Storage S04
		Nova montagem da elevação quatro do CMAC - inserção de texto e fotos - diagramação
		Ajuste na Campanha Combate ao Trabalho Infantil
		Elaboração do banner extranet - Outubro Rosa
	12	Projeto Portal – Curso Drupal com Reinaldo do TRT8
	13	Projeto Portal – Curso Drupal com Reinaldo do TRT8
	14	Curso Iluminação Cênica (Ricardo)
		Projeto Portal – Curso Drupal com Reinaldo do TRT8
	15	Impressão de 64 unidades de crachás destinados à Semana do Servidor
		Varal de Natal - atualização da lista
		Banners roll on - 20 unidades - baixa de arquivos
		Agrupamento dos logotipos - Semana do Servidor
		Reunião do Projeto Portal: andamento do projeto e reavaliação de proposta de atividades para o cronograma.
	16	2ª SDI + JADI (Dr. Carlos Alberto) - Silvio/Ricardo
		Inserção de legendas no vídeo Shell/Basf
	17	Curso Iluminação Cênica (Ricardo)
		Preparação e Configuração equipamentos para Transmissão da Assembleia ABAS15 (Plenininho)
		Transferência do vídeo Simpósio Trabalho Escravo da Tricaster para Micro Sala de Edição e para Storage 04 (Eliezer)

18	Gravação/filmagem palestra "A Jurisprudência do TST e a Reforma Trabalhista" - Min. Walmir Oliveira da Costa no auditório 01 da Esc. Jud. com transmissão (Ricardo/Eliezer)
	Teste de cabo HDMI na sala de reuniões da presidência (Ricardo)
	Transmissão da Assembleia ABAS15 (Pleninho)
	Arquivos de áudio e vídeo da palestra do min. Walmir copiados para Storage S04 (Ricardo)
	Transformar em imagens divulgação onde constem os patrocinadores da Semana do Servidor
	Impressão de 40 unidades de cartão de Vacinação - Semana do Servidor
	Ajustes e finalização da capa do Livro Eletrônico OIT - 100 anos
	Montagem e impressão de dois cartazes divulgando Sorteios - Semana do Servidor
	Ajuste no texto dos modelos de cartazes para a Campanha de Doação dos Óculos
	Edição e Renderização da Assembleia ABAS15 (Pleninho)
22	Videokonferência para julgamento à distância com a Dra. Olga - 6ª Turma (Eliezer)
	Conversão do vídeo 1 Simpósio Trabalho Escravo (Eliezer)
	Criação de modelos de sacochila para Trabalho Seguro
23	Apoio na Sessão da 3ª SDI - Plenário (Eliezer/AC)
	Apoio na Visita dos Estudantes (Eliezer/AC)
	Gravação do Debate de Portadores de Necessidades Especiais no Prédio Adm (Eliezer/AC)
	Conversão do vídeo 2 Simpósio Trabalho Escravo (Eliezer)
	Baixar, adequar ao tamanho e criar fundo para 20 lâminas de Combate ao Trabalho Infantil
24	Sessão Pleno Adm. e Pleno Judicial (Ricardo/Eliezer)
	Sessão Órgão Especial Adm e Judicial (AC/Eliezer)
	Conserto do microfone 56 do Plenário (AC/Eliezer)
	Arquivos de áudio e vídeo do Debate de Acessibilidade copiados para Storage S04 e Limpado e Guardado os cartões (Eliezer)
	Certificados do 19º Congresso - 92 unidades gerados em .pdf
	Atualização dos Gabinetes de Desembargadores no Organograma
	Baixar, adequar ao tamanho e criar fundo para 20 lâminas de Combate ao Trabalho Infantil

25	Montagem de equipamentos para posse de juizes no Salão Nobre (Eliezer/Ricardo/Paola)
	Suporte durante a posse (Eliezer/Paola)
	Desmontagem dos equipamentos (Eliezer / Paola / Lucas)
	Atendimento ao chamado 6409/2019 (urgente) - Gravação de áudio SDC em CD (Ricardo)
	Montagem de TP no estúdio e gravação de mensagem Des. Gisela (Roberto/Ricardo/Eliezer)
	Baixar, adequar ao tamanho e criar fundo para 20 lâminas de Combate ao Trabalho Infantil
	Ajuste no cartaz Campanha de Doação de Óculos para as Varas do Trabalho
28	Upload da Assembleia ABAS15 (Plenininho) para Thamara via WeTransfer
	Arquivos de áudio e vídeo do quarteto de cordas que se apresentou no dia 23/08/19 - 100 Anos OIT para Storage S04 e Limpados e Guardados os cartões (Eliezer)
	Atendimento ao chamado 6415/2019 (urgente) - Gravação de trecho de sessão da 5ª Câmara em DVD (Eliezer)
	Gravação do programa TRT 15 EM FOCO (Eliezer/AC)
	Edição do programa TRT15 EM FOCO (Eliezer)
	Gravação Externa do Arquivo Central do Tribunal (Centro de Memória) - Processo que serão triturados
	Baixar, adequar ao tamanho e criar fundo para 20 lâminas de Combate ao Trabalho Infantil
	Edição curso de Interligação Banco do Brasil e PJe - Parte 1
	Render e Upload curso de Interligação Banco do Brasil e PJe - Parte 1
29	Apoio no áudio da sessão da 4ª Turma (Eliezer)
	Captção de imagens e depoimentos sobre a doação de processos findos (CMAC) destinados à reciclagem (Paulínia) - Ricardo
	Capura de imagens sobre a doação de processos findos (CMAC) destinados à reciclagem (Paulínia) - Ricardo (PC 01)
	Baixar, adequar ao tamanho e criar fundo para 20 lâminas de Combate ao Trabalho Infantil
	Emissão de carteira de juiz: 1505, 1506, 1507 e 1508
	Edição e Render curso de Interligação CEF e PJe
30	Captção de imagens e depoimentos no TRT sobre processos doados para reciclagem (CMAC) - Ricardo
	Impressão de carômetro plenário

		Upload curso de Interligação CEF e PJe
		Edição do curso Interligação BB e PJe - Parte 2 Bloco 1/3
		Edição do curso Interligação BB e PJe - Parte 2 Bloco 2/3
		Edição do curso Interligação BB e PJe - Parte 2 Bloco 3/3
		Render do curso Interligação BB e PJe - Parte 2 Bloco 1/3
		Publicação de comunicados da Administração - 23
NOV	4	Gravação de depoimento Evania CMAC para compor vídeo sobre processos doados para reciclagem (CMAC) - Ricardo
		Render do curso Interligação BB e PJe - Parte 2 Bloco 2/3
		Render do curso Interligação BB e PJe - Parte 2 Bloco 3/3
		Upload do curso Interligação BB e PJe - Parte 2 (3 Blocos)
		criação do banner novembro azul
		Varal de Natal - montagem
		Reunião – Projeto Portal - Gravação em Estúdio - Dicas da Corregedoria (Silvio)
		Reunião – Projeto Portal Pauta: 1) Andamento das atividades do projeto 2) Revisar planilha de mapeamento de conteúdo e TOP 100 3) Estratégia para migração 4) Testar o plano B 5) Papeis e acessos dos usuários 6) Fluxo de aprovação e publicação 7) Ambientes de desenvolvimento e produção 8) Capacitação dos usuários
	5	Gravação teste de locução em estúdio - vídeo sobre processos doados para reciclagem (CMAC) - Ricardo
		Varal de Natal - montagem
		Finalização do layout para adesivação da Sala de Conciliação Precatórios
		Finalização do layout para impressão em squeeze na Campanha de Combate ao Trabalho Infantil
		Finalização do layout para impressão em camisetas na Campanha de Combate ao Trabalho Infantil
		Finalização do layout para impressão em canetas na Campanha de Combate ao Trabalho Infantil
		Reunião – Projeto Portal
	6	Atualização Manual de Transmissão das Sessões das Turmas com Programa OBS Studio (Silvio)

		Varal de Natal - montagem
		Suporte Multimídia 1ª SDI (Silvio/AC)
		Apoio em Videoconferência para CMAC (EscJud)
		JADI 1ª Turma Dra. Olga (Silvio)
		Edição e Render Lower Third para ESCJUD (After Effects)
		Edição "A Jurisprudência do TST e a Reforma Trabalhista" - Min. Waldir Oliveira da Costa (Estagiária Paola)
		Reunião – Projeto Portal
	7	Campanha Combate ao Trabalho Infantil - camiseta finalizado
		Campanha Combate ao Trabalho Infantil - squeeze finalizado
		Campanha Combate ao Trabalho Infantil - sacochila finalizado
		Campanha Combate ao Trabalho Infantil - caderno finalizado
		Campanha Combate ao Trabalho Infantil - cartilha finalizado
		Campanha Combate ao Trabalho Infantil - manual finalizado
		Gravação de passagens e locuções no TRT para vídeo sobre processos doados para reciclagem (CMAC) - Ricardo
		Reunião – Projeto Portal
	8	Reedição curso de Interligação CEF e PJe
		Confecção de cartões de visitas do Des. José Pedro de Camargo R. de Souza
		Início da edição do vídeo sobre processos doados para reciclagem (CMAC) - Ricardo
		Montagem de Equipamentos para sonorização de abertura 10º Curso de Formação de Mediadores - ESCJUD (Silvio/AC)
		Edição em After Effects das artes de abertura e crédito para Ensino a distância da ESCJUD (para Smart 3 Consultoria e Treinamento)
		Reunião – Projeto Portal
	11	Sonorização de abertura 10º Curso de Formação de Mediadores - ESCJUD (Silvio)
		Upload Reedição curso de Interligação CEF e PJe (em blocos)
		Emissão de certificado do 19º Congresso Nacional de Direito do Trabalho e Processual do Trabalho
		Reunião – Projeto Portal
	12	Reedição curso de Interligação BB e PJe
	13	impressão de 100 unidades do cartão de visitas do Desembargador José Pedro de Camargo Rodrigues de Souza
		impressão de 13 cartazes, em A4, reciclável, Campanha de Doação dos Óculos

		impressão de carteira de juiz substituta - 1509
		Finalização e inserção de link para inscrições na Programação do Seminário Infância Perdida de 6 de dezembro
		Encaminhamento dos banners em lona fosca destinados à VT de SJRPreto
		Encaminhamento da imagem de carteira de servidor solicitada por Marisa Pugliesi
		Encaminhamento de novo arquivo para impressão em squeeze
		SDC (Silvio/Ricardo) e (Silvio/AC)
	14	Final da edição do vídeo sobre processos doados para reciclagem (CMAC), revisão da edição, render, revisão do render e disponibilização para aprovação - Ricardo
		Upload curso de Interligação BB e PJe (em blocos)
		Comunicados da Diretoria Geral
		Comunicados da Secretaria Geral de Pessoas
		Edição créditos de encerramento padrão no after effects
		Finalização da programação virtual do Seminário Infância Perdida
	18	Gravação em Estúdio Alunos Curso de Libras (Cláudia Delgadinho e Maurício Bonilha) - Seção de Classificação de Processos e Diligências Internas
		Início Edição Alunos Curso de Libras
		Render Alunos Curso de Libras
		Render "A Jurisprudência do TST e a Reforma Trabalhista" - Min. Waldir Oliveira da Costa (Estagiária Paola)
	19	Acertos/modificações na edição do vídeo sobre processos doados para reciclagem (CMAC), revisão da edição, render, revisão do render e disponibilização para aprovação - Ricardo
	21	2ª SDI + JADI Dra. Scynthia Tristão (Silvio/Ricardo)
		Edição de trecho de Sessão da 2ª Turma
	22	Cópia para Storage S04 dos arquivos do vídeo sobre processos doados para reciclagem (CMAC)
		Upload "A Jurisprudência do TST e a Reforma Trabalhista" - Min. Waldir Oliveira da Costa (Estagiária Paola)
		Gravação Dra. Targa em Estúdio (Eliezer/Silvio)
		Edição de vídeo Dra. Targa (Eliezer)
		Videoconferência ESCJUD
		Montagem e teste de projetor, tela e notebook no Gab. Dr. Lazarim (Eliezer)
	25	Regravação em estúdio da locução dos vídeos sobre trabalho infantil e trabalho escravo (CMAC) - Ricardo

		Preparação de Equipamentos do Plenário para Transmissão da Sessão da 6ª Turma
		Cópia de Arquivos gravados na Tricaster do Plenário para HD Externo
		Retomada Configuração de CPU para Transmissão das Sessões da 4ª Turma para Youtube
		Apoio com projetor, tela e notebook no Gab. Dr. Lazarim (Eliezer)
		Teste de videoconferência com Dra. Scynthia e Dr. Firmino na 3ª Turma (Eliezer)
	26	Reedição dos vídeos sobre trabalho infantil e escravo (CMAC) - Ricardo
		Sessão da 6ª turma no plenário - transmissão e gravação (Silvio/Ricardo/Eliezer)
	27	3ª SDI Plenário + visita estudantes (Silvio/Ricardo/Eliezer)
		JADI - Dr. Firmino Alves Lima na 3ª Turma (Eliezer)
		JADI - Dra. Scynthia na 3ª Turma (Eliezer)
		Apoio e desmontagem de equipamentos - Sonorização no Salão Nobre da Presidência (Eliezer)
		Início da reforma das salas de sessão das turmas (acompanhamento multimídia das obras de áudio e vídeo)
	29	Upload para YouTube vídeo CMAC sobre sustentabilidade para concurso do 8º Premio A3P Verde de Sustentabilidade
		Publicação de comunicados da Administração - 29
DEZ	2	Final da reedição dos vídeos sobre trabalho infantil e escravo, revisão da edição, render, revisão do render e disponibilização para exibição no CMAC
		Apoio na videoconferência da Gestão Estratégica no Ejud (Eliezer)
		Suporte com som e projeção no Pleninho (Eliezer)
		Apoio ao Cléber (gab. Dr. Fernando Borges) com o aparelho de videoconferência da Ejud (Eliezer)
		Montagem equipamentos da 4ª Turma na 2ª Turma para Sessão de Julgamento
	3	Sessão da 6ª turma no plenário - transmissão e gravação (Silvio/Ricardo de manhã - Eliezer/Paola a tarde)
		Videoconferência Dra. Ana Cláudia - 3ª Turma (Eliezer)
		Videoconferência Dra. Scynthia Tristão - 3ª Turma (Eliezer)
		Apoio na mudança das Turmas - Desmontagem e montagem do sistema de transmissão da 3ª Turma (Eliezer/Silvio)
		Reunião – Projeto Portal
	4	Montagem som no auditório da presidência (Ricardo/Lucas)
		1ª SDI (Ricardo/Eliezer)

		Edição Libras para Alunos do TRT
		Codificação Libras para Alunos do TRT
		Apoio na sonorização do salão nobre da Presidência (AC)
		Desmontagem dos equipamentos no salão nobre da Presidência (AC/Eliezer)
	5	Filmagem/gravação com 2 câmeras do Projeto Plenário Eletrônico no auditório 01 da Esc. Jud. (Pedro/Ricardo) - todos os arquivos copiados para Storage S04
		Edição de vídeo para Dr. Marcelo Nunes (captura do DVD, edição e render) - Ricardo
	6	Filmagem/gravação/transmissão e sonorização do Seminário Trabalho Infantil no plenário do TRT com câmeras internas (Pedro/Ricardo - parte da manhã)
		Filmagem/gravação/transmissão e sonorização do Seminário Trabalho Infantil no plenário do TRT com câmeras internas (Eliezer/AC - parte da tarde)
		Substituição e teste de distribuidor VGA da SDC (Eliezer)
	9	Suporte multimídia pleninho (presidência) - Ricardo
		Atendimento ao chamado 6882/2019 Des. Maria Inês Targa - vídeo - Ricardo
		Início da edição Evento Projeto Plenário Eletrônico - Ricardo
		Impressão de três carteiras de Magistrados: 1503, 1510 e 1511
		Impressão de cinquenta cartões de visitas do Desembargador Luiz Paim Lobo
		Retirada dos comunicados vencidos da extranet
		Emissão de certificado do 19º Congresso Nacional de Direito do Trabalho e Processual do Trabalho
		Montagem dos equipamentos do sistema audiovisual da sala de sessão da 6ª Turma (Eliezer / AC)
		Montagem dos equipamentos do sistema audiovisual da sala de sessão da 4ª Turma (Eliezer / AC)
		Início dos estudos para folder Engajamento Social
	10	JADI 6ª Turma dr. Valdir Rinaldi (Pedro/Ricardo) - Duas câmeras laterais estão com problemas de imagens e o áudio nas caixas de som estão com interferência de uma rádio
		Ajustes no livro-ponto ano 2020
		Criação e impressão de 224 unidades em adesivo para brindes de Natal
		Plenário Virtual (Eliezer / AC)
		Gravação em estúdio do programa TRT em Foco (Pedro / Eliezer)
		Edição do programa TRT em Foco (Eliezer)
		Seleção e envio de logotipos do TRT15 e manual
		seleção e envio de logotipos do TRT15 e manual

		Montagem do folder Engajamento Social
		Montagem de seis cartões de Natal - Gabinete Desembargador José Otávio de Souza Ferreira
	11	Apoio na sessão da SDC (AC / Eliezer)
		Apoio na videoconferência no Ejud (Pedro / AC)
		Alterações no Cartão de Natal do Gabinete Desemb. José Otávio
		Ajustes no folder Engajamento Social
		Reunião – Projeto Portal
	12	Final da edição evento Projeto Plenário Eletrônico, revisão, render, revisão do render - Ricardo
		2ª SDI - Pedro/Ricardo
		Montagem de Equipamentos para Sonorização na Festa de Confraternização no Prédio ADM (Eliezer / AC / Lucas)
		Suporte na Sonorização na Festa de Confraternização no Prédio ADM (AC / Eliezer)
		Finalização do folder Engajamento Social
		Ajustes no cartão de Natal - Gab. Desemb. José Otávio
	13	Codificação, revisão da codificação, upload para YouTube no canal da Escola Judicial do evento Projeto Plenário Eletrônico - Ricardo
		Cópia de arquivos renderizados e codificados para StorageS04 (Ricardo)
		Impressão do folder Engajamento Social
		Criação de novos modelos cartões de Natal - Gab. Desemb. José Otávio
		Montagem de modelos de cartões de Natal - Secretaria Judiciária
		Montagem de modelos de cartões de Natal - Gab. Desembargador Hugo Lima
		Reunião : Projeto Portal com Adriana Amaral
	16	Ajustes no cartão de Natal - Secretaria Judiciária
		Upload para YouTube da Escola Judicial dos minicursos Alysson Barbate dos dias 30/08/19 e 27/09/19 - Ricardo
		Montagem do banner para o Natal - portal
		JADI - Dra. Scynthia Maria Sisti Tristão - 3ª Turma (Eliezer)
	17	Montagem dos equipamentos no salão nobre da Presidência (Lucas / AC / Eliezer)
		Apoio no evento do Salão Nobre da Presidência (Eliezer)
		Seleção e montagem de seis de cartões de Natal - Gab. Desembargadora Maria Inês Targa

		Desmontagem de equipamentos do Salão Nobre da Presidência (AC/ Lucas / Eliezer)
		Ajustes no cartão de Natal - Secretaria Judiciária
		Montagem de seis modelos de cartão de Natal - Gabinete Desembargadora Maria Inês Targa
		Ajustes no banner da Mensagem de Natal
	18	Emissão e impressão de carteira de Juiz - n. 1512
	19	Ajustes no cartão de Natal - Gabinete Desembargadora Maria Inês Targa
		Montagem do cartão virtual de Natal - Comunicação Social
		Criação de uma sugestão para a capa do caderno Trabalho Seguro
		Publicação de comunicados da Administração - 17

2.1.1.3 Seção de Imprensa

Atividades

1 - Assessoria de imprensa

1.1 Atendimento a diversos veículos de comunicação sobre decisões judiciais na 1ª e na 2ª instância, tentativas de conciliação e assuntos administrativos da Justiça do Trabalho. Foram 320 solicitações de imprensa durante o ano, provenientes da grande mídia, mídia especializada e mídia regional;

1.2 Acompanhamento das equipes de reportagem durante a produção de matérias com magistrados do Tribunal ou da 1ª Instância;

1.3 Monitoramento de notícias de interesse do TRT na mídia, repassado para a Presidência.

1.4 Interlocução com os veículos de imprensa para publicação de notícias sobre o Tribunal;

1.5 Produção e distribuição de releases para veículos de comunicação impressa, rádio, TV e Internet, com o objetivo de viabilizar a publicação de notícias positivas sobre a instituição;

1.6 Preparação de coletivas de imprensa em eventos: abertura do Ano Judiciário e posse de novos dirigentes

1.7 Interlocução com as assessorias de Comunicação dos órgãos superiores (CSJT, TST e CNJ) a fim de promover a divulgação de campanhas institucionais da Justiça do Trabalho, como os mutirões conciliatórios e os programas: Trabalho Seguro; de Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem; e o de Combate ao Trabalho Escravo, Tráfico de Pessoas e Discriminação;

1.8 Participação no III Encontro Nacional de Comunicação do Poder Judiciário, de 05 a 06 de dezembro de 2019.

2 - Produção de matérias jornalísticas

A atividade tem como objetivo o acompanhamento diário e a divulgação das ações institucionais e de decisões judiciais realizadas na 15ª Região. Para realizá-la, é feita a apuração, redação, edição e inserção de matérias jornalísticas no site do TRT que abordam, entre outros temas, ações relacionadas à Presidência do Tribunal, à Escola Judicial, às Seções

de Dissídios Individual e Coletivo, aos Centros Judiciários de Métodos Consensuais de Solução de Disputas da Justiça do Trabalho (Cejuscs-JT) do TRT-15 de 1º e de 2º Grau, à Justiça do Trabalho da 15ª Região em geral, além das decisões proferidas pelas Câmaras e Seções do TRT. Em algumas ocasiões, notícias são transformadas em boletins de áudio para envio ao TST e à Rádio Justiça.

Durante o ano de 2019 foram produzidas e divulgadas 534 notícias, um acréscimo de mais de 137% em relação ao ano de 2018, no qual foram elaboradas 388 matérias.

3 - Redes sociais

Além do relacionamento com os meios de comunicação e da divulgação de notícias no site, a Seção de Imprensa é responsável pela publicação de mensagens e peças em quatro redes sociais: Twitter, Facebook, Flickr e Instagram. A quinta rede social do Tribunal, Youtube, é administrada pela Seção de Multimídia.

No **Twitter**, a 15ª Região possuía, em 15 de janeiro de 2020, 9.394 seguidores e 4.388 tweets publicados. Desse total, de janeiro a dezembro de 2019, foram publicados 200 tweets e 445 novas pessoas passaram a seguir o Tribunal.

No **Facebook**, o TRT-15 terminou o ano de 2018 com 21.594 seguidores e, em 15 de janeiro de 2019, passou a ter 22.384 pessoas seguindo a instituição na rede social, contabilizando 790 novos seguidores.

A conta do TRT-15 na rede social **Instagram** foi criada no segundo semestre de 2018, finalizando aquele ano com 33 publicações, 2.135 seguidores, e 3.377 interações (curtidas ou comentários). Em 2019, foram realizadas 173 publicações na rede social, um incremento que sinaliza a diversificação dos canais de comunicação do Tribunal com seus jurisdicionados e com a sociedade de uma forma geral. O aumento no número de seguidores também foi expressivo, com 2.083 novos seguidores, totalizando 4.218 seguidores.

4 - Fotografia

Durante o ano de 2019, cerca de 360 ações ou eventos realizados pelo TRT-15 ou com a participação de membros do Regional tiveram cobertura fotográfica realizada pela Seção de Imprensa. Foram feitas mais de 100 mil imagens, arquivadas nas respectivas pastas dentro do diretório de fotos do nosso servidor. Além do site do Tribunal, as fotos também são publicadas, em maior quantidade, na rede social **Flickr**.

5 - Outras atividades

Também estão sob a responsabilidade da Seção de Imprensa a atualização, sob demanda, dos currículos de Desembargadores e do histórico do Tribunal. Eventualmente, a seção produz e edita vídeos especiais com conteúdo jornalístico como, por exemplo, a elaboração do roteiro do vídeo de contextualização do chamado caso Shell-Basf e uma animação sobre os procedimentos da Assessoria de Precatórios do TRT-15, ambos realizados no ano de 2019.

2.2 - ASSESSORIA DE APOIO AOS MAGISTRADOS

COMPOSIÇÃO DO TRT DA 15ª REGIÃO DIREÇÃO (biênio dez/2018 a dez/2020)

PRESIDENTE	DESEMBARGADORA GISELA RODRIGUES MAGALHÃES DE ARAUJO E MORAES
VICE-PRESIDENTE ADMINISTRATIVO	DESEMBARGADORA ANA AMARYLIS VIVACQUA DE OLIVEIRA GULLA
VICE-PRESIDENTE JUDICIAL	DESEMBARGADORA TEREZA APARECIDA ASTA GEMIGNANI
CORREGEDOR REGIONAL	DESEMBARGADOR MANUEL SOARES FERREIRA CARRADITA
VICE-CORREGEDORA REGIONAL	DESEMBARGADORA MARIA MADALENA DE OLIVEIRA

ESCOLA JUDICIAL (biênio dez/2018 a dez/2020)

DIRETORA DA ESCOLA JUDICIAL	DESEMBARGADORA MARIA INÊS CORRÊA DE CERQUEIRA CÉSAR TARGA
VICE-DIRETOR DA ESCOLA JUDICIAL	DESEMBARGADOR CARLOS ALBERTO BOSCO

OUVIDORIA (biênio dez/2018 a dez/2020)

OUVIDOR	DESEMBARGADOR FRANCISCO ALBERTO DA MOTTA PEIXOTO GIORDANI
VICE-OUVIDOR	DESEMBARGADOR HELCIO DANTAS LOBO JUNIOR

DESEMBARGADORES(AS) DO TRABALHO, por ordem de antiguidade	
1	JOSÉ PEDRO DE CAMARGO RODRIGUES DE SOUZA
2	OLGA AIDA JOAQUIM GOMIERI
3	EDUARDO BENEDITO DE OLIVEIRA ZANELLA
4	LUIZ ANTONIO LAZARIM
5	LUIZ ROBERTO NUNES
6	LORIVAL FERREIRA DOS SANTOS

DESEMBARGADORES(AS) DO TRABALHO, por ordem de antiguidade	
7	MANUEL SOARES FERREIRA CARRADITA
8	FERNANDO DA SILVA BORGES
9	GERSON LACERDA PISTORI
10	HELENA ROSA MÔNACO DA SILVA LINS COELHO
11	GISELA RODRIGUES MAGALHÃES DE ARAUJO E MORAES
12	EDMUNDO FRAGA LOPES
13	TEREZA APARECIDA ASTA GEMIGNANI
14	ANA AMARYLIS VIVACQUA DE OLIVEIRA GULLA
15	THOMAS MALM
16	SUSANA GRACIELA SANTISO
17	SAMUEL HUGO LIMA
18	MARIA MADALENA DE OLIVEIRA
19	FÁBIO GRASSELLI
20	ERODITE RIBEIRO DOS SANTOS DE BIASI
21	DAGOBERTO NISHINA DE AZEVEDO
22	THELMA HELENA MONTEIRO DE TOLEDO VIEIRA
23	MANOEL CARLOS TOLEDO FILHO
24	ANTONIO FRANCISCO MONTANAGNA
25	RITA DE CÁSSIA PENKAL BERNARDINO DE SOUZA
26	FRANCISCO ALBERTO DA MOTTA PEIXOTO GIORDANI
27	JOÃO ALBERTO ALVES MACHADO
28	CLAUDINEI ZAPATA MARQUES
29	JOSÉ OTÁVIO DE SOUZA FERREIRA
30	ANA PAULA PELLEGRINA LOCKMANN
31	ROBERTO NOBREGA DE ALMEIDA FILHO
32	HELICIO DANTAS LOBO JUNIOR
33	EDER SIVERS
34	ANTONIA REGINA TANCINI PESTANA
35	ELEONORA BORDINI COCA
36	CARLOS ALBERTO BOSCO
37	JOÃO BATISTA MARTINS CESAR

DESEMBARGADORES(AS) DO TRABALHO, por ordem de antiguidade	
38	LUIZ FELIPE PAIM DA LUZ BRUNO LOBO
39	FABIO ALLEGRETTI COOPER
40	MARIA INÊS CORRÊA DE CERQUEIRA CÉSAR TARGA
41	EDISON DOS SANTOS PELEGRINI
42	LUCIANE STOREL
43	RICARDO ANTONIO DE PLATO
44	RICARDO REGIS LARAIA
45	WILTON BORBA CANICOBA
46	JOSÉ CARLOS ÁBILE
47	ROSEMEIRE UEHARA TANAKA
48	LUIS HENRIQUE RAFAEL
49	RENAN RAVEL RODRIGUES FAGUNDES
50	JORGE LUIZ SOUTO MAIOR
51	LARISSA CAROTTA MARTINS DA SILVA SCARABELIM
52	JOÃO BATISTA DA SILVA
53	MARIA DA GRAÇA BONANÇA BARBOSA
54	FÁBIO BUENO DE AGUIAR
55	ORLANDO AMANCIO TAVEIRA

DESEMBARGADORES(AS) ORIUNDOS(AS) DA VAGA DO QUINTO CONSTITUCIONAL, CLASSE DOS(AS) PROCURADORES(AS) DO TRABALHO – MPT (ordem de antiguidade)	
1	JOSÉ PEDRO DE CAMARGO RODRIGUES DE SOUZA
2	EDER SIVERS
3	ELEONORA BORDINI COCA
4	JOÃO BATISTA MARTINS CÉSAR
5	LUIS HENRIQUE RAFAEL

DESEMBARGADORES(AS) ORIUNDOS DA VAGA DO QUINTO CONSTITUCIONAL, CLASSE DOS(AS) ADVOGADOS(AS) – OAB (ordem de antiguidade)	
1	EDMUNDO FRAGA LOPES
2	ROBERTO NOBREGA DE ALMEIDA FILHO
3	HELICIO DANTAS LOBO JUNIOR
4	ANTONIA REGINA TANCINI PESTANA
5	CARLOS ALBERTO BOSCO
6	FÁBIO BUENO DE AGUIAR

ÓRGÃO ESPECIAL (01+24=25 membros) (biênio dez/2018 a dez/2020) (situação em 31/12/2019)	
GISELA RODRIGUES MAGALHÃES DE ARAUJO E MORAES (Presidente Regimental)	
Membros:	
JOSÉ PEDRO DE CAMARGO RODRIGUES DE SOUZA	
OLGA AIDA JOAQUIM GOMIERI	
EDUARDO BENEDITO DE OLIVEIRA ZANELLA	
LUIZ ANTONIO LAZARIM	
LUIZ ROBERTO NUNES	
LORIVAL FERREIRA DOS SANTOS	
MANUEL SOARES FERREIRA CARRADITA	
FERNANDO DA SILVA BORGES	
GERSON LACERDA PISTORI	
HELENA ROSA MÔNACO DA SILVA LINS COELHO	
EDMUNDO FRAGA LOPES	
TEREZA APARECIDA ASTA GEMIGNANI	
ANA AMARYLIS VIVACQUA DE OLIVEIRA GULLA	
SAMUEL HUGO LIMA	
MARIA MADALENA DE OLIVEIRA	
THELMA HELENA MONTEIRO DE TOLEDO VIEIRA	
JOÃO ALBERTO ALVES MACHADO	
CLAUDINEI ZAPATA MARQUES	
HELICIO DANTAS LOBO JUNIOR	

ÓRGÃO ESPECIAL (01+24=25 membros) (biênio dez/2018 a dez/2020) (situação em 31/12/2019)
ANTONIA REGINA TANCINI PESTANA
MARIA INÊS CORREA DE CERQUEIRA CESAR TARGA
LUCIANE STOREL
WILTON BORBA CANICOBA
VAGA

COMPOSIÇÃO DAS SESSÕES ESPECIALIZADAS

SEÇÃO DE DISSÍDIOS COLETIVOS (1+14=15 membros) (situação em 31/12/2019)
GISELA RODRIGUES MAGALHÃES DE ARAUJO E MORAES (Presidente Regimental)
Membros:
LORIVAL FERREIRA DOS SANTOS
FERNANDO DA SILVA BORGES
GERSON LACERDA PISTORI
TEREZA APARECIDA ASTA GEMIGNANI (Presidente Regimental Substituta) (após término da gestão 2018/2020, retornará à SDC, consoante artigo 14 c/c art. 42, § único, ambos do RI TRT15)
SAMUEL HUGO LIMA
ANTONIO FRANCISCO MONTANAGNA
FRANCISCO ALBERTO DA MOTTA PEIXOTO GIORDANI
JOÃO ALBERTO ALVES MACHADO
EDER SIVERS
JOÃO BATISTA MARTINS CÉSAR
WILTON BORBA CANICOBA
ROSEMEIRE UEHARA TANAKA
LUIS HENRIQUE RAFAEL
JORGE LUIZ SOUTO MAIOR
MARIA DA GRAÇA BONANÇA BARBOSA

1ª SEÇÃO DE DISSÍDIOS INDIVIDUAIS (13 membros) (situação em 31/12/2019)
LUIZ ANTONIO LAZARIM (Presidente - eleito em novembro/2018, conforme artigos 15 e 336-B, ambos do RI TRT15)
LUIZ ROBERTO NUNES
MANUEL SOARES FERREIRA CARRADITA - (após término da gestão 2018/2020, retornará à 1ª SDI, consoante artigo 14 c/c art. 42, § único, ambos do RI TRT15)
GISELA RODRIGUES MAGALHÃES DE ARAUJO E MORAES (após término da gestão 2018/2020, retornará à 1ª SDI, consoante artigo 14 c/c art. 42, § único, ambos do RI TRT15)
ANA AMARYLIS VIVACQUA DE OLIVEIRA GULLA (após término da gestão 2018/2020, retornará à 1ª SDI, consoante artigo 14 c/c art. 42, § único, ambos do RI TRT15)
ERODITE RIBEIRO DOS SANTOS DE BIASI
DAGOBERTO NISHINA DE AZEVEDO
THELMA HELENA MONTEIRO DE TOLEDO VIEIRA
RITA DE CÁSSIA PENKAL BERNARDINO DE SOUZA
CLAUDINEI ZAPATA MARQUES
ANA PAULA PELLEGRINA LOCKMANN
CARLOS ALBERTO BOSCO
FABIO ALLEGRETTI COOPER

2ª SEÇÃO DE DISSÍDIOS INDIVIDUAIS (13 membros) (situação em 31/12/2019)
LUCIANE STOREL (Presidente - eleita em novembro/2018, conforme artigos 15 e 336-B, ambos do RI TRT15)
HELENA ROSA MÔNACO DA SILVA LINS COELHO
MANOEL CARLOS TOLEDO FILHO
JOSÉ OTÁVIO DE SOUZA FERREIRA
ROBERTO NOBREGA DE ALMEIDA FILHO
ANTONIA REGINA TANCINI PESTANA
ELEONORA BORDINI COCA
RICARDO ANTONIO DE PLATO
RICARDO REGIS LARAIA
JOSÉ CARLOS ÁBILE

JOÃO BATISTA DA SILVA
FÁBIO BUENO DE AGUIAR
ORLANDO AMANCIO TAVEIRA

3ª SEÇÃO DE DISSÍDIOS INDIVIDUAIS (14 membros) (situação em 31/12/2019)
JOSÉ PEDRO DE CAMARGO RODRIGUES DE SOUZA (Presidente - Eleito em novembro/2018, conforme artigos 15 e 336-B, ambos do RI TRT15)
OLGA AIDA JOAQUIM GOMIERI
EDUARDO BENEDITO DE OLIVEIRA ZANELLA
EDMUNDO FRAGA LOPES
THOMAS MALM
SUSANA GRACIELA SANTISO
MARIA MADALENA DE OLIVEIRA (após término da gestão 2018/2020, retornará à 3ª SDI, consoante artigo 14 c/c art. 42, § único, ambos do RI TRT15)
FÁBIO GRASSELLI
HELICIO DANTAS LOBO JUNIOR
LUIZ FELIPE PAIM DA LUZ BRUNO LOBO
MARIA INÊS CORREA DE CERQUEIRA CESAR TARGA
EDISON DOS SANTOS PELEGRINI
RENAN RAVEL RODRIGUES FAGUNDES
LARISSA CAROTTA MARTINS DA SILVA SCARABELIM

COMPOSIÇÃO DAS TURMAS (situação em 31/12/2019)

PRIMEIRA TURMA

1ª CÂMARA
OLGA AIDA JOAQUIM GOMIERI (Presidente da 1ª Câmara)
TEREZA APARECIDA ASTA GEMIGNANI
RICARDO ANTONIO DE PLATO
JOSÉ CARLOS ÁBILE
FÁBIO BUENO DE AGUIAR
2ª CÂMARA
WILTON BORBA CANICOBA (Presidente da 1ª Turma e da 2ª Câmara)
EDUARDO BENEDITO DE OLIVEIRA ZANELLA
HELENA ROSA MONACO DA SILVA LINS COELHO
SUSANA GRACIELA SANTISO
JOSÉ OTÁVIO DE SOUZA FERREIRA

SEGUNDA TURMA

3ª CÂMARA
ANTONIA REGINA TANCINI PESTANA (Presidente da 3ª Câmara)
EDMUNDO FRAGA LOPES
ANA AMARYLIS VIVACQUA DE OLIVEIRA GULLA
HELICIO DANTAS LOBO JUNIOR
ROSEMEIRE UEHARA TANAKA
4ª CÂMARA
ELEONORA BORDINI COCA (Presidente da 2ª Turma e da 4ª Câmara)
DAGOBERTO NISHINA DE AZEVEDO
MANOEL CARLOS TOLEDO FILHO
RITA DE CÁSSIA PENKAL BERNARDINO DE SOUZA
LARISSA CAROTTA MARTINS DA SILVA SCARABELIM

TERCEIRA TURMA

5ª CÂMARA
ANA PAULA PELLEGRINA LOCKMANN (Presidente da 5ª Câmara)
LORIVAL FERREIRA DOS SANTOS
GISELA RODRIGUES MAGALHÃES DE ARAUJO E MORAES
SAMUEL HUGO LIMA
MARIA MADALENA DE OLIVEIRA
6ª CÂMARA
FRANCISCO ALBERTO DA MOTTA PEIXOTO GIORDANI (Presidente da 3ª Turma e da 6ª Câmara)
FABIO ALLEGRETTI COOPER
JORGE LUIZ SOUTO MAIOR
JOÃO BATISTA DA SILVA
MARIA DA GRAÇA BONANÇA BARBOSA

QUARTA TURMA

7ª CÂMARA
CARLOS ALBERTO BOSCO (Presidente da 4ª Turma e da 7ª Câmara)
MANUEL SOARES FERREIRA CARRADITA
ROBERTO NOBREGA DE ALMEIDA FILHO
LUCIANE STOREL
RENAN RAVEL RODRIGUES FAGUNDES
8ª CÂMARA
LUIZ ROBERTO NUNES (Presidente da 8ª Câmara)
THOMAS MALM
ERODITE RIBEIRO DOS SANTOS DE BIASI
CLAUDINEI ZAPATA MARQUES
ORLANDO AMANCIO TAVEIRA

QUINTA TURMA

9ª CÂMARA
THELMA HELENA MONTEIRO DE TOLEDO VIEIRA (Presidente da 9ª Câmara)
JOSÉ PEDRO DE CAMARGO RODRIGUES DE SOUZA
LUIZ ANTONIO LAZARIM
GERSON LACERDA PISTORI
MARIA INÊS CORRÊA DE CERQUEIRA CÉSAR TARGA
10ª CÂMARA
FÁBIO GRASSELLI (Presidente da 5ª Turma e da 10ª Câmara)
FERNANDO DA SILVA BORGES
JOÃO ALBERTO ALVES MACHADO
EDISON DOS SANTOS PELEGRINI
RICARDO REGIS LARAIA

SEXTA TURMA

11ª CÂMARA
LUIZ FELIPE PAIM DA LUZ BRUNO LOBO (Presidente da 6ª Turma e da 11ª Câmara)
ANTONIO FRANCISCO MONTANAGNA
EDER SIVERS
JOÃO BATISTA MARTINS CÉSAR
LUIS HENRIQUE RAFAEL

NOVOS(AS) DESEMBARGADORES(AS) DO TRABALHO NO ANO DE 2019

Acesso ao cargo de Desembargador do Trabalho (carreira)
LARISSA CAROTTA MARTINS DA SILVA SCARABELIM Posse e exercício no cargo de Juíza do Trabalho Substituta: 08/10/1993. Posse e exercício no cargo de Juíza Titular de Vara do Trabalho: 29/08/1994. Promoção/Acesso ao cargo de Desembargadora do Trabalho, pelo critério de merecimento, tendo tomado posse e entrado em exercício em 16/01/2019 , na vaga decorrente da aposentadoria do Excelentíssimo Desembargador Henrique Damiano (Decreto de nomeação publicado na Seção 2, página 02, do Diário Oficial da União de 27/12/2018).

JOÃO BATISTA DA SILVA

Posse e exercício no cargo de Juiz do Trabalho Substituto: 10/05/1993.

Posse e exercício no cargo de Juiz Titular de Vara do Trabalho: 05/08/1994.

Promoção/Acesso ao cargo de Desembargador do Trabalho, pelo critério de antiguidade, tendo tomado posse e entrado em **exercício em 16/04/2019**, na vaga decorrente do acesso do Excelentíssimo Desembargador Luiz José Dezena da Silva para o TST (Decreto de nomeação publicado na Seção 2, página 01, do Diário Oficial da União de 08/04/2019).

MARIA DA GRAÇA BONANÇA BARBOSA

Posse e exercício no cargo de Juíza do Trabalho Substituta: 08/10/1993.

Posse e exercício no cargo de Juiz Titular de Vara do Trabalho: 17/03/1995.

Promoção/Acesso ao cargo de Desembargadora do Trabalho, pelo critério de merecimento, tendo tomado posse e entrado em **exercício em 02/09/2019**, na vaga decorrente da aposentadoria do Excelentíssimo Desembargador Jorge Luiz Costa (Decreto de nomeação publicado na Seção 2, página 01, do Diário Oficial da União de 20/08/2019).

ORLANDO AMÂNCIO TAVEIRA

Posse e exercício no cargo de Juiz Titular do Trabalho Substituto no TRT da 5ª Região, de 15/08/1989 até 06/11/1989, e no TRT da 3ª Região, de 07/11/1989 até 18/08/1994. Transferido por permuta, no cargo de Juiz Titular de Vara do Trabalho, do TRT da 3ª Região para o TRT da 15ª Região, em 19/08/1994.

Promoção/Acesso ao cargo de Desembargador do Trabalho, pelo critério de antiguidade, tendo tomado posse e entrado em **exercício em 04/12/2019**, na vaga decorrente da aposentadoria do Excelentíssimo Desembargador José Pitas (Decreto de nomeação publicado na Seção 2, página 01, do Diário Oficial da União de 26/11/2019).

Desembargador do Trabalho oriundo do quinto constitucional (OAB)**FÁBIO BUENO DE AGUIAR**

Posse e exercício em 04/12/2019, na vaga decorrente da aposentadoria do Excelentíssimo Desembargador Flávio Nunes Campos (Decreto de nomeação publicado na Seção 2, página 02, do Diário Oficial da União de 20/11/2019), que ocupava vaga destinada ao quinto constitucional, classe dos procuradores do trabalho, que, por rodízio na vaga ímpar, foi direcionada à classe dos advogados.

PROMOÇÕES DE JUÍZES DO TRABALHO OCORRIDAS EM 2019**Do cargo de Juiz do Trabalho Substituto para o de Juiz Titular de Vara do Trabalho
(ordem alfabética)****1 ANA MARIA EDUARDO DA SILVA**

Posse e exercício como Juíza do Trabalho Substituta (TRT da 15ª Região): 26/07/2002.
Promoção ao cargo de Juíza Titular de VT, para assumir a titularidade da 2ª VT de Sorocaba.

Critério: Antiguidade.

Posse e exercício: **11/03/2019**.

Publicado no DEJT do TRT 15ª Região em 11/03/2019 – página 2.

Do cargo de Juiz do Trabalho Substituto para o de Juiz Titular de Vara do Trabalho (ordem alfabética)	
2	<p>ANTONIO CARLOS CAVALCANTE DE OLIVEIRA Posse e exercício como Juiz do Trabalho Substituto: em 08/08/2005, no TRT da 2ª Região, e, em razão de transferência por permuta, em 18/05/2007, no TRT da 15ª Região. Promoção ao cargo de Juiz Titular de VT, para assumir a titularidade da 2ª VT de São Carlos. Critério: Merecimento. Posse e exercício: 11/03/2019. Publicado no DEJT do TRT 15ª Região em 11/03/2019 – página 1.</p>
3	<p>CARLOS EDUARDO VIANNA MENDES Posse e exercício como Juiz do Trabalho Substituto (TRT da 15ª Região): 06/10/2000. Promoção ao cargo de Juiz Titular de VT, para assumir a titularidade da VT de Botucatu. Critério: Antiguidade. Posse e exercício: 12/08/2019. Publicado no DEJT do TRT 15ª Região em 12/08/2019 – página 1.</p>
4	<p>DIOVANA BETHANIA ORTOLAN INOCENCIO FABRETI Posse e exercício como Juíza do Trabalho Substituta (TRT da 15ª Região): 18/06/2003. Promoção ao cargo de Juíza Titular de VT, para assumir a titularidade da VT de Tietê. Critério: Antiguidade. Posse e exercício: 12/08/2019. Publicado no DEJT do TRT 15ª Região em 12/08/2019 – página 2.</p>
5	<p>JOÃO BATISTA DE ABREU Posse e exercício como Juiz do Trabalho Substituto (TRT da 15ª Região): 10/02/2006. Promoção ao cargo de Juiz Titular de VT, para assumir a titularidade da VT de Mogi Guaçu. Critério: Merecimento. Posse e exercício: 11/03/2019. Publicado no DEJT do TRT 15ª Região em 11/03/2019 – página 2.</p>
6	<p>MÉRCIO HIDEYOSHI SATO Posse e exercício como Juiz do Trabalho Substituto (TRT da 15ª Região): 11/01/2008. Promoção ao cargo de Juiz Titular de VT, para assumir a titularidade da VT de Presidente Venceslau. Critério: Merecimento. Posse e exercício: 12/08/2019. Publicado no DEJT do TRT 15ª Região em 12/08/2019 – página 1.</p>
7	<p>REGINA RODRIGUES URBANO Posse e exercício como Juíza do Trabalho Substituta (TRT da 15ª Região): 14/10/2002 Promoção ao cargo de Juíza Titular de VT, para assumir a titularidade da VT de Tatuí. Critério: Antiguidade. Posse e exercício: 11/03/2019. Publicado no DEJT do TRT 15ª Região em 11/03/2019 – página 1.</p>

Do cargo de Juiz do Trabalho Substituto para o de Juiz Titular de Vara do Trabalho (ordem alfabética)	
8	<p>RICARDO LUÍS VALENTINI Posse e exercício como Juiz do Trabalho Substituto: em 03/10/2003, no TRT da 2ª Região, e, em razão de remoção nacional, em 08/06/2007, no TRT da 15ª Região. Promoção ao cargo de Juiz Titular de VT, para assumir a titularidade da VT de Dracena. Critério: Merecimento. Posse e exercício: 30/09/2019 Publicado no DEJT do TRT 15ª Região em 30/09/2019 – página 1.</p>
9	<p>SOLANGE DENISE BELCHIOR SANTAELLA Posse e exercício como Juíza do Trabalho Substituta: em 02/12/2005, no TRT da 24ª Região, e, em razão de transferência por permuta, em 06/12/2006, no TRT da 15ª Região. Promoção ao cargo de Juíza Titular de VT, para assumir a titularidade da 3ª VT de Araraquara. Critério: Merecimento. Posse e exercício: 12/08/2019. Publicado no DEJT do TRT 15ª Região em 12/08/2019 – página 2.</p>
10	<p>THIAGO HENRIQUE AMENT Posse e exercício como Juiz Substituto (TRT da 15ª Região): 17/11/2008 Promoção ao cargo de Juiz Titular de VT, para assumir a titularidade da VT de Registro. Critério: Merecimento. Posse e exercício: 17/12/2019. Publicado no DEJT do TRT 15ª Região em 17/12/2019 – página 1.</p>
11	<p>WELLINGTON AMADEU Posse e exercício como Juiz do Trabalho Substituto: em 04/11/2004, no TRT da 1ª Região, e, em razão de transferência por permuta, em 21/10/2005, no TRT da 15ª Região. Promoção ao cargo de Juiz Titular de VT, para assumir a titularidade da VT de Santa Cruz do Rio Pardo. Critério: Antiquidade. Posse e exercício: 30/09/2019. Publicado no DEJT do TRT 15ª Região em 30/09/2019 – páginas 1 e 2.</p>

**CANDIDATOS APROVADOS EM CONCURSO PARA INGRESSO NA
 MAGISTRATURA DA JUSTIÇA DO TRABALHO QUE TOMARAM POSSE E
 ENTRARAM EM EXERCÍCIO COMO JUÍZES DO TRABALHO SUBSTITUTOS
 NO TRT DA 15ª REGIÃO, NO ANO DE 2019.**

NÃO HOUVE

APOSENTADORIAS DE MAGISTRADOS(AS) NO ANO DE 2019

Aposentadorias na 2ª Instância (ordem alfabética)	
1	<p>JORGE LUIZ COSTA Desembargador do Trabalho - Carreira Posse e exercício neste Regional: 08/10/1993 (como Juiz do Trabalho Substituto). Aposentadoria: a partir de 11/03/2019. Publicação DOU – Seção 2 – pág. 01 – de 12/04/2019.</p>
2	<p>JOSÉ PITAS Desembargador do Trabalho - Carreira Posse e exercício neste Regional: 28/01/1985 (como Juiz do Trabalho Substituto). Aposentadoria: a partir de 26/09/2019. Publicação DOU – Seção 2 – pág. 01 – de 01/08/2019.</p>

Aposentadorias na 1ª Instância (ordem alfabética)	
1	<p>ADELINA MARIA DO PRADO FERREIRA Juíza Titular da VT de Avaré. Posse e exercício neste Regional: 05/07/1994 (como Juíza do Trabalho Substituta). Aposentadoria a partir de 05/07/2019. Publicação DOU – Seção 2 – pág. 60 – de 05/07/2019.</p>
2	<p>ANTONIA RITA BONARDO Juíza Titular da VT de São João da Boa Vista. Posse e exercício neste Regional: 06/10/2000 (como Juíza do Trabalho Substituta). Aposentadoria a partir de 28/06/2019. Publicação DOU – Seção 2 – pág. 97 – de 28/06/2019.</p>
3	<p>CARLOS ROBERTO FERRAZ DE OLIVEIRA SILVA Juiz do Trabalho Substituto. Posse e exercício neste Regional: 10/02/2006 (como Juiz do Trabalho Substituto). Aposentadoria a partir de 06/05/2019. Publicação DOU – Seção 2 – pág. 78 – de 06/05/2019.</p>
4	<p>EDNA PEDROSO ROMANINI Juíza Titular da 2ª VT de Jundiáí. Posse e exercício neste Regional: 08/10/1993 (como Juíza do Trabalho Substituta). Aposentadoria a partir de 12/06/2019. Publicação DOU – Seção 2 – pág. 62 – de 12/06/2019.</p>
5	<p>HAMILTON LUIZ SCARABELIM Juiz Titular da 2ª Vara do Trabalho de Jundiáí. Posse e exercício no TRT da 3ª Região, em 26/11/1993, e no TRT da 15ª Região, em 19/08/1994 (ambos como Juiz do Trabalho Substituto). Aposentadoria a partir de 09/09/2019. Publicação DOU – Seção 2 – pág. 72 – de 09/09/2019.</p>

Aposentadorias na 1ª Instância (ordem alfabética)	
6	<p>JOSÉ BISPO DOS SANTOS Juiz do Trabalho Substituto. Posse e exercício neste Regional: 10/10/2013 (como Juiz do Trabalho Substituto). Aposentadoria (por invalidez permanente tipificada) a partir de 19/12/2019. Publicação DOU – Seção 2 – pág. 70 – de 19/12/2019.</p>
7	<p>LENITA APARECIDA PEREIRA CORBANEZI Juíza do Trabalho Substituta. Posse e exercício neste Regional: 06/09/2006 (como Juíza do Trabalho Substituta). Aposentadoria a partir de 15/07/2019. Publicação DOU – Seção 2 – pág. 83 – de 15/07/2019.</p>
8	<p>MAURÍCIO TAKAO FUZITA Juiz Titular da VT de Dracena. Posse e exercício no TRT da 2ª Região, em 29/01/1993, e no TRT da 15ª Região, em 08/02/1995 (ambos como Juiz do Trabalho Substituto). Aposentadoria a partir de 23/04/2019. Publicação DOU – Seção 2 – pág. 55 – de 23/04/2019.</p>
9	<p>RENATO DE CARVALHO GUEDES Juiz Titular da 1ª VT de Limeira. Posse e exercício neste Regional: 22/11/1996 (como Juiz do Trabalho Substituto). Aposentadoria a partir de 28/06/2019. Publicação DOU – Seção 2 – pág. 97 – de 28/06/2019.</p>
10	<p>TÁRCIO JOSÉ VIDOTTI Juiz Titular da VT de Cajuru. Posse e exercício neste Regional: 10/03/1995 (como Juiz do Trabalho Substituto). Aposentadoria a partir de 04/09/2019. Publicação DOU – Seção 2 – pág. 62 – de 04/09/2019.</p>
11	<p>WALNEY QUADROS COSTA Juiz Titular da 2ª VT de Ribeirão Preto. Posse e exercício neste Regional: 10/03/1995 (como Juiz do Trabalho Substituto). Aposentadoria a partir de 15/07/2019. Publicação DOU – Seção 2 – pág. 83 – de 15/07/2019.</p>

EXONERAÇÕES/VACÂNCIAS DE MAGISTRADOS(AS) NO ANO DE 2019

Exoneração/Vacância na 2ª Instância
<u>NÃO HOUVE</u>

Exoneração/Vacância na 1ª Instância**AMAURI VIEIRA BARBOSA**

Juiz Titular da VT de Cajuru.

Posse e exercício neste Regional: 10/03/1995 (como Juiz do Trabalho Substituto).

Promoção para o cargo de Juiz Titular de Vara do Trabalho: 10/01/2000.

Critério de antiguidade.

Vacância do cargo de Juiz Titular de Vara do Trabalho: a partir de 03/01/2019, em razão de falecimento.

REMOÇÕES DE MAGISTRADOS(AS) EM 2019**REMOÇÕES DE JUÍZES TITULARES DE VARA DO TRABALHO (ordem alfabética)**

1	ADHEMAR PRISCO DA CUNHA NETO Remoção para Caçapava. Assumiu exercício em: 19/12/2019. Vara anterior: 1ª Araçatuba. Disponibilização no DEJT em 18/12/2019 – Publicação em 19/12/2019.
2	ALEXANDRE VIEIRA DOS ANJOS Remoção para Cajuru. Assumiu exercício em: 19/12/2019. Vara anterior: São José do Rio Pardo. Disponibilização no DEJT em 18/12/2019 – Publicação em 19/12/2019.
3	ANDRÉ LUIZ TAVARES DE CASTRO PEREIRA Remoção para Pirassununga. Assumiu exercício em: 21/01/2019. Vara anterior: Andradina. Disponibilização no DEJT em 18/01/2019 – Publicação em 21/01/2019
4	ANDREIA DE OLIVEIRA Remoção para 2ª de Taubaté. Assumiu exercício em: 12/06/2019. Vara anterior: Caçapava. Disponibilização no DEJT em 11/06/2019 – Publicação em 12/06/2019
5	ANTONIO CARLOS CAVALCANTE DE OLIVEIRA Remoção para 3ª Araçatuba. Assumiu exercício em: 19/12/2019. Vara anterior: 2ª São Carlos. Disponibilização no DEJT em 18/12/2019 – Publicação em 19/12/2019.

REMOÇÕES DE JUÍZES TITULARES DE VARA DO TRABALHO (ordem alfabética)	
6	CLÓVIS VICTÓRIO JÚNIOR Remoção para 1ª Araçatuba. Assumiu exercício em: 19/12/2019. Vara anterior: 3ª Araçatuba. Disponibilização no DEJT em 18/12/2019 – Publicação em 19/12/2019.
7	DÉBORA WUST DE PROENÇA Remoção para São Sebastião. Assumiu exercício em: 19/12/2019. Vara anterior: Teodoro Sampaio. Disponibilização no DEJT em 18/12/2019 – Publicação em 19/12/2019.
8	GISLENE APARECIDA SANCHES Remoção para Caçapava. Assumiu exercício em: 12/06/2019. Vara anterior: Pindamonhangaba. Disponibilização no DEJT em 11/06/2019 – Publicação em 12/06/2019.
9	GISLENE APARECIDA SANCHES Remoção para 4ª São José dos Campos. Assumiu exercício em: 19/12/2019. Vara anterior: Caçapava. Disponibilização no DEJT em 18/12/2019 – Publicação em 19/12/2019.
10	HAMILTON LUIZ SCARABELLIN Remoção para 2ª Jundiaí. Assumiu exercício em: 14/08/2019. Vara anterior: 1ª Jundiaí. Disponibilização no DEJT em 13/08/2019 – Publicação em 14/08/2019.
11	JOÃO BAPTISTA CILLI FILHO Remoção para 4ª Ribeirão Preto. Assumiu exercício em: 11/03/2019. Vara anterior: 3ª Araraquara. Disponibilização no DEJT em 08/03/2019 – Publicação em 11/03/2019.
12	LÚCIA ZIMERMANN Remoção para 1ª Jundiaí. Assumiu exercício em: 14/08/2019. Vara anterior: São Sebastião. Disponibilização no DEJT em 13/08/2019 – Publicação em 14/08/2019.
13	MANOEL LUIZ COSTA PENIDO Remoção para Registro. Assumiu exercício em: 11/03/2019. Vara anterior: Tietê. Disponibilização no DEJT em 08/03/2019 – Publicação em 11/03/2019.

REMOÇÕES DE JUÍZES TITULARES DE VARA DO TRABALHO (ordem alfabética)

14	MANOEL LUIZ COSTA PENIDO Remoção para São Sebastião. Assumiu exercício em: 14/08/2019. Vara anterior: Registro. Disponibilização no DEJT em 13/08/2019 – Publicação em 14/08/2019.
15	MANOEL LUIZ COSTA PENIDO Remoção para 2ª Jundiáí. Assumiu exercício em: 19/12/2019. Vara anterior: São Sebastião. Disponibilização no DEJT em 18/12/2019 – Publicação em 19/12/2019.
16	MARCELO BUENO PALLONE Remoção para Campo Limpo Paulista. Assumiu exercício em: 11/03/2019. Vara anterior: Registro. Disponibilização no DEJT em 08/03/2019 – Publicação em 11/03/2019.
17	MARCELO GARCIA NUNES Remoção para 5ª São José dos Campos. Assumiu exercício em: 19/12/2019. Vara anterior: 4ª São José dos Campos. Disponibilização no DEJT em 18/12/2019 – Publicação em 19/12/2019.
18	MARIA FLAVIA RONCEL DE OLIVEIRA ALAITE Remoção para 1ª Limeira. Assumiu exercício em: 30/09/2019. Vara anterior: Itápolis. Disponibilização no DEJT em 27/09/2019 – Publicação em 30/09/2019.
19	PEDRO EDMILSON PILON Remoção para São José do Rio Pardo. Assumiu exercício em: 19/12/2019. Vara anterior: Leme. Disponibilização no DEJT em 18/12/2019 – Publicação em 19/12/2019.
20	REGINA RODRIGUES URBANO Remoção para Leme. Assumiu exercício em: 19/12/2019. Vara anterior: Tatuí. Disponibilização no DEJT em 18/12/2019 – Publicação em 19/12/2019.
21	RICARDO LUIS VALENTINI Remoção para 2ª São Carlos. Assumiu exercício em: 19/12/2019. Vara anterior: Dracena. Disponibilização no DEJT em 18/12/2019 – Publicação em 19/12/2019.

REMOÇÕES DE JUÍZES TITULARES DE VARA DO TRABALHO (ordem alfabética)	
22	<p>ROGÉRIO PRINCIVALLI DA COSTA CAMPOS Remoção para Pindamonhangaba. Assumiu exercício em: 12/06/2019. Vara anterior: Santa Cruz do Rio Pardo. Disponibilização no DEJT em 11/06/2019 – Publicação em 12/06/2019.</p>
23	<p>SANDRO VALÉRIO BODO Remoção para 2ª Bauru. Assumiu exercício em: 21/01/2019. Vara anterior: Botucatu. Disponibilização no DEJT em 18/01/2019 – Publicação em 21/01/2019.</p>
24	<p>SOLANGE DENISE BELCHIOR SANTAELLA Remoção para São João da Boa Vista. Assumiu exercício em: 30/09/2019. Vara anterior: 3ª Araraquara. Disponibilização no DEJT em 27/09/2019 – Publicação em 30/09/2019.</p>
25	<p>SOLANGE DENISE BELCHIOR SANTAELLA Remoção para Tatuí. Assumiu exercício em: 19/12/2019. Vara anterior: São João da Boa Vista. Disponibilização no DEJT em 18/12/2019 – Publicação em 19/12/2019.</p>
26	<p>TARCIO JOSÉ VIDOTTI Remoção para Cajuru. Assumiu exercício em: 11/03/2019. Vara anterior: 4ª Ribeirão Preto. Disponibilização no DEJT em 08/03/2019 – Publicação em 11/03/2019</p>

REMOÇÃO NACIONAL DE JUÍZES DO TRABALHO SUBSTITUTOS DE OUTROS REGIONAIS TRABALHISTAS PARA A 15ª REGIÃO (ordem alfabética)	
1	<p>AFRANIO ROBERTO PINTO ALVES SEIXAS Juiz do Trabalho Substituto. Posse e exercício na 15ª Região: 25/10/2019. Oriundo da 11ª Região (AM). DEJT: disponibilizado no DEJT da 15ª Região – Caderno Administrativo - em 24/10/2019, página 2, publicado em 25/10/2019, e no DOU 25/10/2019, Seção 2 - página 67.</p>
2	<p>ELAINE PEREIRA DA SILVA Juíza do Trabalho Substituta. Posse e exercício na 15ª Região: 25/10/2019. Oriunda da 11ª Região (AM). DEJT: disponibilizado no DEJT da 15ª Região – Caderno Administrativo – em 24/10/2019, página 2, publicado em 25/10/2019, e no DOU 25/10/2019, Seção 2 - página 67.</p>

**REMOÇÃO NACIONAL DE JUÍZES DO TRABALHO SUBSTITUTOS
DE OUTROS REGIONAIS TRABALHISTAS PARA A 15ª REGIÃO (ordem alfabética)**

3	<p>GABRIEL BORASQUE DE PAULA Juiz do Trabalho Substituto. Posse e exercício na 15ª Região: 25/10/2019. Oriundo da 2ª Região (SP). DEJT: disponibilizado no DEJT da 15ª Região – Caderno Administrativo - em 24/10/2019, página 2, publicado em 25/10/2019, e no DOU 25/10/2019, Seção 2 - página 67.</p>
4	<p>JOSÉ AGUIAR LINHARES LIMA NETO Juiz do Trabalho Substituto. Posse e exercício na 15ª Região: 25/10/2019. Oriundo da 2ª Região (SP). DEJT: disponibilizado no DEJT da 15ª Região – Caderno Administrativo – em 24/10/2019, página 2, publicado em 25/10/2019 e no DOU 25/10/2019, Seção 2 - página 67.</p>

**REMOÇÃO NACIONAL DE JUÍZES DO TRABALHO SUBSTITUTOS
DA 15ª REGIÃO PARA OUTROS REGIONAIS TRABALHISTAS**

1	<p>ALEXANDRE FRANCO VIEIRA Juiz do Trabalho Substituto. Posse e exercício na 15ª Região: 10/10/2013. Remoção Nacional para o TRT 6ª Região a partir de 25/10/2019. DEJT: disponibilizado no DEJT da 15ª Região – Caderno Administrativo - em 24/10/2019, página 1, e no DOU – Seção 2 de 25/10/2019, página 66.</p>
2	<p>MILA MALUCELLI ARAUJO Juíza do Trabalho Substituta. Posse e exercício na 15ª Região: 10/10/2013. Remoção Nacional para o TRT 9ª Região a partir de 25/10/2019. DEJT: disponibilizado no DEJT da 15ª Região – Caderno Administrativo - em 24/10/2019, páginas 1/2 e no DOU – Seção 2 de 25/10/2019, página 67.</p>

PERMUTAS OCORRIDAS NO ANO DE 2019

<p>PERMUTA (interna) Entre Juízes Titulares de Vara do Trabalho desta 15ª Região</p>
<p><u>NÃO HOUVE</u></p>

PERMUTA (externa) Entre Juizes Substitutos desta 15ª Região e de outros Regionais Trabalhistas	
1	<p>Entre 15ª Região e 2ª Região Nome: Roselene Aparecida Taveira (15ª Região) Posse e exercício na 15ª Região: 03/11/2014. Data da permuta da 15ª Região para 2ª Região (São Paulo/SP): a partir de 24/09/2019. Juíza que veio para a 15ª Região: Larissa Rabello Souto Tavares Costa (2ª Região). Disponibilizado no DEJT 15ª Região – Caderno Administrativo – em 23/09/2019 - página 01, e Seção 2, do DOU de 24/09/2019 – página 51.</p>

2.3 - ASSESSORIA DE PRECATÓRIOS

A Assessoria de Precatórios é a área responsável no Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região pelos processos em que figuram como executados os órgãos da administração direta e indireta da administração federal, estadual e municipal, autarquias e fundações e seus desdobramentos, além das requisições de pequeno valor no âmbito federal.

Os trabalhos desenvolvidos neste setor tem como diretrizes, preponderantemente, a Emenda Constitucional 62/2009, Emenda Constitucional 94/2016, Emenda Constitucional nº 99/2017, Resolução CNJ n.º 115/2010, a Instrução Normativa n.º 32/2007 do C. Tribunal Superior do Trabalho, a Portaria n.º GP-CR 19/2008 deste E. Tribunal, Portaria GP nº 26/2008 que instituiu o Juízo Auxiliar de Conciliação de Precatórios no âmbito deste Regional, Provimento GP-CR 01/2013, que disciplina o procedimento relativo ao encaminhamento de precatórios federais, parametriza a liquidação de sentenças que darão origem a precatórios e disponibiliza acesso, para o público em geral, das informações referentes a eles no âmbito da 15ª Região, Portaria GP-CR 23/2014 que regulamenta os procedimentos para execução previdenciária contra as fazendas públicas, entre outras providências, além dos dispositivos constitucionais e legais atinentes à matéria, relativos as regras processuais.

A Resolução n.º 115, de 29/6/2010, alterada pela Resolução n.º 123, de 9/11/2010, dispõe sobre o Sistema de Gestão de Precatórios e fixa normas gerais regulamentadoras das disposições constitucionais relativas a precatórios e ao regime especial de pagamento de precatórios criado pelo artigo 97 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, preceito acrescido a este ato, pela Emenda Constitucional n.º 62/2009.

A Instrução Normativa n.º 32/2007, de 19/12/2007, do Colendo Tribunal Superior do Trabalho, traz as regras sobre os procedimentos para a expedição de precatórios e requisições de pequeno valor (RPVs) e com previsões sobre a tramitação de pedidos de sequestro e de intervenção. Já a Portaria GP-CR n.º 19/2008, de 13/6/2008, Portaria nº 26/2008, Portaria GP nº 21/2012, Portaria GP nº 12/2013, Provimento GP-CR nº 01/2013 de 20/2/2013. Portaria GP-CR nº 23/20014 e Portaria GP nº 44/2014 trazem regras específicas e com um maior nível de detalhamento, complementares à referida instrução normativa e adequadas às particularidades da 15ª Região.

A aplicação combinada dessas normas, portanto, orienta a tramitação de precatórios, das requisições de pequeno valor, de pedidos de sequestro e de pedidos de intervenção decorrentes de precatórios.

Com a promulgação da Emenda Constitucional nº 94/2016 de 15 de dezembro de 2016, o artigo 100, da Constituição Federal sofreu alteração, a saber: “Altera o art. 100 da

Constituição Federal, para dispor sobre o regime de pagamento de débitos públicos decorrentes de condenações judiciais; e acrescenta dispositivos ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir regime especial de pagamento para os casos em mora.”

O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passou a vigorar acrescido dos arts. 101 a 105.

Com a publicação da Emenda Constitucional nº 99/2017, de 14 de dezembro de 2017, os arts. 101, 102, 103 e 105 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, sofrem alteração e novo regime especial de pagamento de precatórios é instituído.

TRABALHOS DESENVOLVIDOS NA ASSESSORIA DE PRECATÓRIOS

1. Recebimento e Expedição

Foram protocolizados, em 2019, **14.649** expedientes recebidos por malote, correio, além de 1595 e-Docs, totalizando **16.244** protocolos.

Foram expedidas **2104** guias de malote físicas e **6417** malotes digitais, além de **149** relações de correio. Foram preparados e expedidos **2379** ofícios diversos via Sistema SAP2G e **123** ofícios via Sistema PROAD, além da expedição de **11.077** Ofícios Requisitórios aos entes públicos.

2. Autuação de precatórios e requisições de pequeno valor

A partir dos expedientes enviados pelas Varas do Trabalho, foram autuados e em seguida cadastrados no Sistema de Acompanhamento Processual deste Regional, **11.062** precatórios. Deste total **101** são relativos a precatórios em face da administração federal, **10.961** em face do Estado de São Paulo e Municípios.

Foram autuadas **275** requisições de pequeno valor (**127** da administração direta e **148** da administração indireta) específicas para débitos da administração federal, uma vez que a execução de obrigações de pequena monta das administrações estadual e municipais seguem o rito da Instrução Normativa nº 32/2007 do TST, ou seja, nas respectivas Varas do Trabalho.

3. Análise de cálculos

Tendo em vista as previsões constantes da Lei n.º 9.494/1997 (art. 1º-E), da Instrução Normativa n.º 32/2007 do TST (art. 5º, “b”) e as decisões do Supremo Tribunal Federal, bem como a modulação das ADI's 4357 e 4425, além do julgamento do Recurso Extraordinário 579.431 que por unanimidade apreciou o tema 96 da repercussão geral, fixando a seguinte tese: “Incidem os juros da mora no período compreendido entre a data da realização dos cálculos e a da requisição ou do precatório”, os servidores especializados em cálculos trabalhistas lotados nesta Assessoria de Precatórios, analisam os autos de reclamações trabalhistas cujos precatórios apresentem valores superiores a quinhentos mil reais, para precatórios estaduais e municipais, e todos os precatórios e RPV's no âmbito federal.

4. Ofícios requisitórios e procedimentos equivalentes

4.1- Ofícios requisitórios expedidos

Após a análise e conferência dos ofícios precatórios, foram expedidos 10.961 ofícios requisitórios, para a devida inclusão orçamentária.

4.2- Determinação de inclusão orçamentária

O Presidente deste E. Tribunal, autorizou, por despacho, a inclusão na proposta orçamentária do exercício de 2019, de 95 precatórios da administração direta e indireta federal. O despacho que determina a inclusão na proposta orçamentária, é equivalente ao ofício requisitório encaminhado aos demais entes públicos devedores.

4.3- Evolução de precatórios autuados e requisitórios expedidos

	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Precatórios Autuados	2030	3683	3582	4993	8738	8725	11.062
Requisitórios Expedidos	3105	3447	3789	4429	8967	8547	11.077

5. Pagamento de RPVs federais

No ano de 2019, foram encaminhadas à Diretoria de Orçamento e Finanças deste Regional, 275 requisições de pequeno valor de responsabilidade da União.

6. Pedidos de sequestro

Demais disso protocolados 46 pedidos de sequestro. Após analisados, somente 2 foram deferidos.

Abaixo quadro evolutivo das decisões nos últimos anos.

	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Deferidos	06	16	00	10	03	03	02
Indeferidos	03	01	65	114	30	28	44
Extintos	06	25	00	00	00	00	00
Total	15	42	65	124	33	31	46

7. Pedidos de Intervenção

Abaixo quadro evolutivo das decisões nos últimos anos.

Ano	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Pedidos de Intervenção	00	00	00	00	00	00	00

8. Agravos Regimentais

Em 2019, houve a elaboração de minutas de voto em agravo regimental.

Abaixo quadro evolutivo das decisões terminativas nos últimos anos.

Ano	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Agravos Regimentais	03	02	01	04	00	02	06

9. Publicidade

No que concerne a publicação dos atos processuais em sede de precatórios temos a informar que foram elaborados **119** editais contendo cerca de **3500** despachos e decisões, os quais tiveram sua divulgação no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho.

10. Pagamentos da União

Os procedimentos relativos ao pagamento dos precatórios da União e de RPVs da administração federal, exceto Correios e Imbel, obedecem rotina diferenciada, uma vez que dependem de créditos orçamentários e respectivos repasses financeiros periódicos a este Regional, integrado com os Serviços de Contabilidade e de Execução Orçamentária e Financeira ambos ligados à Diretoria de Orçamento e Finanças.

Por essa sistemática, este Tribunal quitou 28 precatórios, com repasses que totalizaram cerca de R\$ **17,3 milhões**, e **275** requisições de pequeno valor, com repasses que superaram **R\$ 8,8 milhões**.

11. Deferimento das Preferências por doença grave, idade e deficiência

Em 2019, foram protocolizados e analisados **1455** pedidos de preferência para pagamento de precatório, com fundamento no art. 100 § 2º da Constituição Federal.

12. Acompanhamento das Quitações

Até o dia 31/12/2018, foram quitados de **4230** precatórios municipais/estaduais, além dos depósitos efetuados pela Secretaria de Orçamento e Finanças relativos a **28** precatórios federais.

Foram quitadas 275 de requisições de pequeno valor contra órgãos da administração federal.

12.1- Evolução das quitações

A tabela abaixo indica a evolução das quitações de execuções contra a fazenda pública (municipal, estadual e federal) nos últimos anos.

Ano	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Precatórios/ RPVs Quitados	2470	3283	2250	2334	2311	3218	4258

13. Controle de precatórios pendentes de pagamento

Atualmente, encontram-se aguardando pagamento, no âmbito deste Tribunal Regional, de acordo com o Sistema e-Gestão do Tribunal Superior do Trabalho (dados até 31/12/2019), **30.978** precatórios, sendo que **16.671** estão com prazo vencido e **14.307** dentro do prazo para pagamento.

14. Precatórios expedidos:

Quadro a seguir indica a evolução nos últimos anos.

I- MUNICIPAL / ESTADUAL

PERÍODO	N.º DE PRECATÓRIOS
02/07/2011 a 01/07/2012	2138
02/07/2012 a 01/07/2013	3185
02/07/2013 a 01/07/2014	2876
02/07/2014 a 01/07/2015	3107
02/07/2015 a 01/07/2016	3977
01/07/2016 a 01/07/2017	7529
02/07/2017 a 01/07/2018	7737
02/07/2018 a 31/12/2018	10974
02/07/2019 a 31/12/2019	3744

II- FEDERAL

PERÍODO	N.º DE PRECATÓRIOS
Inclusos em 07/2012	38 + 10 da ECT+ 01 da IMBEL+ 01 do CRCSP
Inclusos em 07/2013	46 + 23 da ECT+ 01 do CREA
Inclusos em 07/2014	46 + 21 da ECT+ 05 da Imbel+02 do INSS+ 1 do IBAMA
Inclusos em 07/2015	45+ 27 da ECT+ 08 da Imbel+ 03 do INSS+ 02 da UFSCAR
Inclusos em 07/2016	49 +03 UFSCAR+ 22 ECT+ 06 IMBEL+01 do CREA
Inclusos em 07/2017	34 ADF+ 02 INSS+ 01DNIT+ 01UFSCAR+ 21ECT+ 06 IMBEL
Inclusos em 07/2018	20 ADF+ 06 INSS+ 02 IFSP + 52 ECT+ 06 IMBEL
Inclusos em 07/2019	27 ADF+ 5 DNIT+ 9 IFSP+ 1 ANP+ 3 INSS+ 1 ICMBIO +2 UFSCAR+ 66 EBCT+ 1 IMBEL

III- REQUISIÇÕES DE PEQUENO VALOR DA UNIÃO EXPEDIDAS

No que diz respeito às requisições de pequeno valor, a Assessoria de Precatórios deste Tribunal dispõe apenas de dados relativos àquelas que envolvam órgãos da esfera federal, tendo sido expedidas, neste caso, 208 requisições de pequeno valor por meio da Assessoria de Precatórios.

As execuções de pequena monta em que figuram como devedores órgãos da administração estadual e municipais, tramitam exclusivamente na 1ª Instância, com expedição de ofício requisitório dos valores exequendos, diretamente dos respectivos Juízos da execução aos órgãos executados (art. 6º da Instrução Normativa n.º 32/2007 do C. TST).

15. Regime Especial

Foram pagos valores superiores a R\$ 310 milhões em precatórios no ano de 2019, sendo que foram recebidos do E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo mais de R\$ 177 milhões para pagamento do regime especial.

16. Realização de acordos em precatórios

Em 2019 foram realizadas audiências de conciliação em precatórios presididas pelo Juiz Auxiliar da Presidência, Dr. Álvaro dos Santos e pela Exma Desembargadora Ana Paula Pellegrine Lockmann, homologações de acordos realizados entre as partes e encaminhadas para análise diretamente à Assessoria de Precatórios e, ainda, parcelamentos relativos ao art. 100, § 20 da Constituição Federal, conforme tabela abaixo:

Ente Público	Valor	Número de Processos com acordos realizados
Adolfo	77180	5
FREA – Fundação Regional Educacional de Avaré	405000	11
Ubirajara	670000	1
CONSAÚDE	5000000	50
Santa Cruz das Palmeiras	3000000	101
FESP	0	6
Fundação Educacional de Araçatuba (FEA)	2096340,27	1
Analândia	2080000	26
Cordeirópolis	3618172,64	1
Miracatu	523222,04	6
Alvinlândia	240000	7
Urupês	2300000	18
Rosana	1600000	1
Taiacu	181000	1
Lafaiete Coutinho	151901	1
Consórcio Vale do Mogi	117000	1
Bento de Abreu	600000	9
Nhandeara	750000	5
Flórida Paulista	1100000	216
Santa Cruz da Conceição	1000000	1
CEPROSOM- Limeira	33901866,2	1
Amparo	3174972,05	1
Porangaba	51628,51	1
Getulina	730000	14
Porangaba	147197,97	1

17. Quadro Comparativo de Precatórios por TRT (Fonte e-Gestão)

PRECATÓRIOS POR TRT

Período de Referência: 01/01/19 a 31/12/19

TRT-UF	Data da última remessa	Recebidos			Cancelados	Expedidos	Pendentes de Expedição em 31/12/19	Quitados			Pendentes de Quitação em 31/12/19				
		Administração		Total				Administração		Total	Administração				Total
		Direta	Indireta					Direta	Indireta		No prazo	Prazo vencido	No prazo	Prazo vencido	
		Qtd (A)	Qtd (B)	Qtd (C)				Qtd (D)	Qtd (E)	Qtd (F)	Qtd (G)	Qtd (H)	Qtd (I)	Qtd (J)	Qtd (K)
01a - RJ	14/01/20	1.659	335	1.994	54	104	651	176	198	374	1.061	2.168	256	455	3.940
02a - SP	09/01/20	1.358	1.296	2.654	91	2.627	276	949	626	1.575	2.886	2.610	3.214	3.794	12.504
03a - MG	13/12/19	1.386	212	1.598	431	1.164	N/I	437	115	552	N/I	N/I	N/I	N/I	N/I
04a - RS	09/01/20	1.371	788	2.159	56	2.212	710	558	516	1.074	2.460	3.898	1.104	1.761	9.223
05a - BA	09/01/20	357	83	440	141	513	996	2.043	125	2.168	1.675	5.900	160	276	8.011
06a - PE	10/01/20	75	21	96	13	38	0	76	11	87	44	102	12	43	201
07a - CE	14/01/20	2.081	17	2.098	17	268	44	775	14	789	2.311	2.678	22	76	5.087
08a - PA e AP	10/01/20	2	1	3	18	0	0	133	6	139	5	1.130	1	23	1.159
09a - PR	08/01/20	1.631	174	1.805	245	1.739	112	1.160	93	1.253	3.629	3.176	333	683	7.821
10a - DF e TO	10/01/20	245	186	431	39	281	258	55	107	162	239	436	167	308	1.150
11a - AM e RR	14/01/20	280	58	338	13	270	23	96	28	124	687	47	84	1	819
12a - SC	13/01/20	339	79	418	19	385	9	631	41	672	0	0	0	0	0
13a - PB	07/01/20	39	24	63	58	757	143	526	58	584	1.656	1.173	262	998	4.089
14a - RO e AC	08/01/20	386	126	512	74	452	129	116	15	131	983	714	286	51	2.034
15a - Campinas/SP	09/01/20	9.465	1.597	11.062	278	11.077	543	3.639	719	4.258	12.155	12.624	2.152	4.047	30.978
16a - MA	13/01/20	931	58	989	4	1.012	2	486	9	495	916	801	61	8	1.786
17a - ES	01/01/20	322	135	457	20	425	160	406	182	588	616	543	193	31	1.383
18a - GO	10/01/20	138	74	212	0	208	34	45	48	93	353	408	271	2.901	3.933
19a - AL	12/01/20	820	28	848	24	589	507	475	9	484	1.063	101	42	0	1.206
20a - SE	08/01/20	210	152	362	12	340	52	129	34	163	324	522	232	94	1.172

2.4 - ASSESSORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA

Atividades desenvolvidas em 2019

1. Acompanhamento das Metas estabelecidas no Plano Estratégico Institucional.

2. Acompanhamento da execução das ações estratégicas e das metas do Conselho Nacional de Justiça e do CSJT.

3. Participação nos Comitês de Segurança da Informação, Gestor Local de Gestão de Pessoas, Priorização de Demandas, Governança de TIC e na Comissão de Responsabilidade Socioambiental e Meio Ambiente do Trabalho.

4. Elaboração de Relatórios de Acompanhamento da Estratégia, bem como, sua explanação nas RAES – Reuniões de Análise da Estratégia, cujo escopo é apresentar à Administração e aos demais gestores o resultado da Instituição em relação ao cumprimento das Metas Nacionais e Institucionais, bem ainda, as ações desenvolvidas.

5. Lançamento mensal das metas no sistema do CNJ;

6. Acompanhamento da pesquisa sobre as metas nacionais do Poder Judiciário, com a participação na reunião da PIME junto aos TRTs de grande porte.

7. Elaboração da Pesquisa de Satisfação Anual e publicação no site, bem como, a compilação dos resultados e o encaminhamento às áreas correspondentes quando respondidos os quesitos.

8. Preenchimento de planilha relativa aos questionamentos do iGovTIC-JUD 2019 - Levantamento de Governança, Gestão e Infraestrutura de TIC do Poder Judiciário – CNJ.

9. Preenchimento de planilha relativa aos questionamentos da Auditoria na área de Gestão Administrativa - Coordenadoria de Controle e Auditoria do CCAUD – CSJT.

10. Manutenção do site do TRT com as informações relativas à Gestão Estratégica.

11. Coleta de informações e preenchimento da planilha “Reúne JT” relativa às Metas do CSJT e inserção do arquivo no sistema da Gestão Estratégica – SIGEST (2018 e 1º e 2º trimestre de 2019).

12. Inserção do Formulário de Acompanhamento das Iniciativas – Plano de Contribuição de Gestão de Pessoas no sistema da Gestão Estratégica – SIGEST.

13. Preenchimento de diagnóstico da Estratégia Nacional do Poder Judiciário: Ofício Circular nº 122/SEP-CNJ/2019. Protocolo Administrativo 2336/2016-DG.

14. Reunião em 18/06/2019 para tratar sobre o Prêmio CNJ de Qualidade. A reunião contou com a presença dos responsáveis pelas áreas envolvidas, onde foram discutidas a divisão das tarefas, bem ainda, as possíveis ações para melhorar a atuação do TRT15, visando o alcance de uma posição/pontuação de destaque e obtenção do Selo Diamante.

15. Atividades relacionadas ao Prêmio CNJ de Qualidade 2019:

- Realização da pesquisa on-line sobre as metas com público-alvo composto por Magistrados, Servidores e Público externo;

- Realização de Audiência Pública com convite estendidos à AMATRA, SINDIQUINZE, OAB Campinas, OAB São Paulo, Magistrados, Servidores e Público em geral;

- Acompanhamento e compilação dos dados encaminhados pelas áreas envolvidas e

- Pesquisa e levantamento de atividades desenvolvidas pelo Regional que estavam atreladas ao Prêmio CNJ de Qualidade.

16. Auditoria realizada pela Coordenadoria de Controle e Auditoria – CCAUD do Conselho Superior da Justiça do Trabalho - CSJT reunião e preparo do material solicitado.

17. Resposta aos apontamentos da auditoria realizada pela CCAUD, em maio do ano corrente, com as devidas explicações dos Achados, bem como, dos projetos já em andamento das ações, a fim de corrigir os equívocos e as faltas apontados.

18. Início das atividades recomendadas pela Auditoria da CCAUD: Revisão do Plano Estratégico, do Plano de Logística Sustentável e o estabelecimento da Gestão de Riscos.

19. Banner e pesquisa sobre as metas nacionais do Poder Judiciário, constantes do art. 6ºVIII da Portaria 88/2019 do CNJ.

20. Palestra ministrada na Escola Judicial do TRT-15 (Curso de Formação de Mediadores), com tema Mediação para Magistrados e Servidores.

21. Estudo e elaboração da Minuta da Portaria referente à Gestão Participativa, que também é requisito para pontuação do Selo..

22. Estudo referente à elaboração do Comitê de Governança Institucional e a respectiva Política.

23. Estudo referente à elaboração do Comitê de Gestão de Riscos, a respectiva Política e Planos de Ação.

24. Participação mensal nas videoconferências realizadas pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho - CSJT com a finalidade de discutir e elaborar o Plano Estratégico da Justiça do trabalho para o período de 2021-2026.

25. Apoio na revisão do Plano Estratégico da Secretaria de Gestão de Pessoas e da Secretaria de Saúde para alinhamento ao Plano Estratégico Institucional e aos Planos Nacionais (CSJT/CNJ);

26. Participação na 1ª e na 2ª Reunião Preparatória para o XIII Encontro Nacional do Poder Judiciário, em Brasília-DF, nos meses de maio e agosto de 2019;

27. Participação no XIII Encontro Nacional do Judiciário, organizado pelo Conselho Nacional de Justiça, na cidade de Maceió-AL, com a presença dos Presidentes e Corregedores dos 91 Tribunais do país e Ministros Presidentes dos Conselhos, objetivando a definição da Estratégia Nacional do Poder Judiciário para 2020.

28. Atualização do novo Portal;

29. Participação da assessora de gestão estratégica Iara Cristina Gomes nos seguintes cursos e/ou palestras no ano de 2019:

- “Implantação de Indicadores de Desempenho na Prática”, em São Paulo-SP;

- “Governança e Gestão de Riscos”, em Brasília-DF;

- “Design Thinking junto a Rede Colaborativa em Gestão Socioambiental”, em São Paulo-SP;

- “Comemoração ao Dia Mundial do Meio Ambiente”, em São Paulo-SP;

- “1º Seminário de Atualização de Mediadores e Formadores em Mediação” – 1º Semestre de 2019 no TRT-15, em Campinas-SP;

- “IV Seminário de Planejamento Estratégico Sustentável do Poder Judiciário-STJ”, em Brasília-DF;

- “Nivelamento dos Servidores do Poder Judiciário”, on-line;

- “Encontro Ibero-Americano da Agenda 2030 do Poder Judiciário”, em Curitiba-PR

- “Gestão e Execução da Estratégia com o BSC”, em São Paulo-SP;

- Palestra: “O aumento da expectativa de vida é a real causa da crise da previdência?”, em Campinas-SP

- “4º Encontro de Gestão da Responsabilidade Socioambiental da Justiça do Trabalho”, em Cuiabá-MT;

- “Metas Estratégicas da Justiça do Trabalho”, on-line e

- Gestão de Resíduos Sólidos, on-line.

- Palestra on-line ministrada pelo Tribunal de Contas da União – TCU sobre a elaboração do Relato Integrado para prestação de contas do ano de 2019.

- Participação no Congresso Internacional de Direitos Humanos em Coimbra-Portugal, como ouvinte e palestrante sobre o trabalho desenvolvido na Vara do Trabalho de Araras: “Mediação na Vara do Trabalho de Araras: Uma experiência de Sucesso”.

ESCRITÓRIO DE GESTÃO DE PROCESSOS:

1. Mapeamento de processo e atuação como consultor para otimização dos processos de trabalho junto ao Comitê Multidisciplinar de Priorização de Demandas de Tecnologia da Informação e Comunicações (CPDTIC), abrangendo os critérios do Ato Regulamentar GP nº 11/2019 do TRT15.

2. Mapeamento do processo e atuação como consultor para otimização dos processos de trabalho do Plano de Contratação de Soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação junto ao Comitê de Governança, abrangendo os critérios da Resolução nº 182/2013 do CNJ.

3. Revisão da Metodologia BPM da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação.

4. Revisão dos mapeamentos e otimização dos processos de trabalho das Unidades:

- Secretaria de Saúde,
- Coordenadoria de Contratos,
- Coordenadoria de Comunicação Social,
- Assessoria de Apoio aos Magistrados,
- Coordenadoria de Estatística e Pesquisa,
- Núcleo de Apoio do Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho,
- Assessoria Jurídica,
- Escola Judicial,
- Assessoria de Gestão Estratégica,
- Assessoria de Segurança e Transportes,
- Coordenadoria de Manutenção,
- Coordenadoria de Licitações,
- Coordenadoria de Compras,
- Coordenadoria de Material e Logística,
- Coordenadoria de Projetos e Obras.

5. Realização do mapeamento dos processos de trabalho da Seção de Ouvidoria.

6. Mapeamento do processo e atuação como consultor para otimização dos processos de trabalho de Diárias Eventuais junto à Coordenadoria de Execução Orçamentária e Financeira, da Secretaria de Orçamento e Finanças.

7. Mapeamento o processo e atuação como consultor para otimização dos processos de trabalho de Planejamento Orçamentário Anual junto à Coordenadoria de Planejamento Orçamentário, da Secretaria de Orçamento e Finanças.

8. Participação do servidor Fábio Gomes Amorim de Souza nos seguintes cursos no ano de 2019:

- “Sistema Integrado de Gestão Estratégica - SIGEST”, promovido pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, no período de 5 a 6 de agosto de 2019, em Brasília-DF.

- “Sistema e-Gestão”, promovido pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, no período de 7 a 8 de agosto de 2019, em Brasília-DF.

- “Educação Ambiental na Gestão de Resíduos Sólidos” - EDUCARES, promovido pelo Ministério do Meio Ambiente, on-line.

- “Nivelamento dos Servidores do Poder Judiciário”, on-line.

ESCRITÓRIO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

1. Elaboração do Relatório de Desempenho do Plano de Logística Sustentável do Poder Judiciário e remessa ao Conselho Nacional de Justiça.

2. Cadastramento e lançamento MENSAL de dados no sistema eletrônico de coleta de dados do PLS do Conselho Nacional de Justiça. (plástico, combustível, energia, papel, etc.).

3. Realização do projeto “Semana da Responsabilidade Social” ocorrida de 8 a 12 de abril, com propagandas (banner, vídeo e e-mail) de arrecadação de itens não mais utilizados para encaminhamento às entidades beneficentes.

4. Criação e publicação de propagandas (banner e texto) na Semana da Responsabilidade Social (1 por dia) para o consumo consciente de copo plástico, energia elétrica, água, papel e uso do telefone (8 a 12 de abril).

5. Elaboração do Relatório de Responsabilidade Socioambiental da Justiça do Trabalho de 2018 e remessa ao CSJT.

6. Reuniões mensais com a Comissão de Responsabilidade Socioambiental e do Meio Ambiente do Trabalho composta por Magistrados para diretrizes das ações Socioambientais a serem empreendidas neste Regional.

7. Reuniões bimestrais com a Comissão Gestora de Políticas de Responsabilidade Socioambiental composta por servidores para diretrizes das ações Socioambientais a serem empreendidas neste Regional.

8. Preenchimento e remessa da planilha de controle dos 17 ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável), conforme solicitado pelo CNJ.

9. Verificação das informações lançadas no Questionário Socioambiental do CNJ referentes ao Plano de Logística Sustentável – PLS. Foram checados os dados do ano de 2015 até 2018.

10. Participação de Reuniões mensais da Comissão de Responsabilidade Socioambiental e Meio Ambiente do Trabalho, feitas na Sala de Reunião da Corregedoria, Edifício da Sede Judicial – 16º andar.

11. Estudo para elaboração das metas relacionadas aos indicadores do PLS: água, energia, copo, telefonia fixa e papel (só resmas).

12. Estudo e elaboração da minuta da Política de Responsabilidade Socioambiental do TRT-15.

13. Banners para exposição no Congresso de Direito e Processo do Trabalho sobre o Pacto Global e o compromisso firmado com o TRT, bem ainda, sobre a ação de entrega das canecas.

14. Preparo do discurso da Presidente na entrega das canecas aos Desembargadores na sessão do dia 27.5.19.

15. Reunião e preparo do material a ser apresentado à Auditoria do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

16. Pesquisa e estudo sobre o uso e instalação dos bebedouros nas Varas, visando a redução da utilização dos copos plásticos, com o encaminhamento dos resultados para a Coordenadoria de Material e Logística.

17. Estudo sobre a necessidade de manutenção da utilização da máquina envelopadora e os holerites impressos (custos, materiais, tempo e número de servidores envolvidos, bem como, propostas para substituição e mudança no procedimento adotado).

18. Estudo sobre a compra de água envasada (custos, materiais e servidores envolvidos), bem como, propostas para mudanças no procedimento.

19. Elaboração do relatório de Desempenho do PLS – 1º Semestre de 2019;

20. Elaboração das Metas para os indicadores do Plano de Logística Sustentável - PLS. As metas foram discutidas com os integrantes da comissão de Magistrados e com a comissão de Servidores.

21. Campanha com banners e divulgação de textos para conscientização, conforme Calendário Socioambiental 2019:

- Dia Mundial da Água 22/3;

- Dia Mundial da Reciclagem 17/5;
- Dia Internacional da Biodiversidade 22/5;
- Dia Mundial do Meio ambiente 5/6;
- Dia da Sobrecarga da Terra 01/08;
- Dia do Combate à Poluição 14/08;
- Dia Nacional do Voluntariado 28/08;
- Dia da árvore 21/09;
- Dia Nacional da Natureza 04/10 e
- Dia Universal dos Direitos Humanos 10/12.

22. Elaboração do “Plano de Ação” do TRT-15 para o ano de 2019, com os indicadores, ações e evolução desde 2015 do consumo dos itens: água, papel, copos plásticos e energia elétrica.

23. Revisão do Plano de Logística Sustentável com inserção dos itens apontados pela Auditoria do CSJT: objetivos, responsabilidades, ações, metas, prazos de execução, mecanismos de monitoramento e avaliação de resultados;

24. Elaboração do Relatório referente à iniciativa “Papel Social”. Essa ação foi desenvolvida pela Coordenadoria de Gestão Documental, o que gerou a eliminação de cerca de 160.000 autos findos, resultando na destinação de mais de 80 toneladas de papel.

25. Elaboração do Relatório referente à entrega das canecas de louça. A iniciativa foi intitulada “Canecas Sustentáveis” e teve por objetivo a substituição dos copos plásticos. Foram entregues aos Magistrados, Servidores e Terceirizados um total 4.368 unidades.

26. Inscrição das iniciativas: “Papel Social” e “Canecas Sustentáveis” no 8º Prêmio da Agenda Ambiental da Administração Pública - A3P do Ministério do Meio Ambiente;

27. Minuta inicial do Relatório de Desempenho do Plano de Logística Sustentável do Poder Judiciário-2019 para posterior remessa ao Conselho Nacional de Justiça.

28. Consolidação dos indicadores e das ações do Plano de Gestão Socioambiental do TRT da 15ª Região.

29. Participação da servidora Helen da Silva Paes de Souza nos seguintes cursos e/ou palestras no ano de 2019:

- “Gestão do Conhecimento”;
- “Nivelamento dos servidores do Poder Judiciário”;
- “Criatividade e Novas tecnologias no serviço Público”;
- “Desenvolvimento de Equipes de Alta Performance”;
- “Comunicação Social, Judiciário, Gênero e Diversidade”;
- “Metas Estratégicas da Justiça do Trabalho” e
- Palestra on-line ministrada pelo Tribunal de Contas da União – TCU sobre a “Elaboração do Relato Integrado para prestação de contas do ano de 2019”.

2.5 - ASSESSORIA DE SEGURANÇA E TRANSPORTES

A Assessoria de Segurança e Transporte atua com base em três áreas distintas e integradas entre si: Seção de Segurança, Seção de Transporte e Seção de Inteligência.

SEÇÃO DE SEGURANÇA

- Presença e apoio de Agentes de Segurança reservados/táticos do TRT15 no 19º Congresso Nacional de Direito do Trabalho e Processual de Trabalho, realizado em Paulínia;
- Patrulhamento ostensivo dos Agentes de Segurança focando os arredores do anfiteatro de Paulínia, durante os eventos havidos com participação do TRT15;
- Escoltas de Ministros do STF, STJ e TST, em visita a cidade de Campinas;
- Parcerias com organizações policiais (Polícia Militar e Polícia Civil) visando a diminuição de custos referente ao Programa de Reciclagem Anual para Agentes de Segurança (PRA);
- Atualização do conteúdo ministrado no PRA em 2019 (Inteligência e Contrainteligência, Direitos Humanos, Técnicas de Abordagem e Trabalho em Equipe), conforme disposto em Resolução do CNJ;
- Participação/acompanhamento de dois Agentes de Segurança no evento “Curso de Formação de Agentes de Segurança – Concurso 2018”, desenvolvido no Centro de Treinamento do TRT2, em São Paulo;
- Apoio a Escola Judicial nos diversos eventos a ela atribuídos, com a presença de Agentes de Segurança (ASJ’s);
- AMATRA XV – Presença e apoio de Agentes de Segurança no evento “Capacitação do Programa Trabalho e Cidadania” realizado no Teatro SESI Amoreiras em Campinas;
- AMATRA XV – Presença e apoio de Agentes de Segurança no evento “Capacitação do Programa Trabalho e Cidadania” realizado no Centro de Referência em Educação de Sorocaba;
- Curso para Capacitação Técnica em manuseio de arma de fogo (Pistola .40) aplicado a 06 Agentes de Segurança (ASJ’s), contando com Instrutores da Polícia Militar em Campinas e participação de Instrutor ASJ pertencente ao Quadro do TRT15;
- Contratação de empresas especializadas em recarga, pintura e peças de reposição de extintores de incêndio (incluindo testes hidrostáticos) e mangueiras para as diversas Unidades do TRT15;
- Escoltas armada para o transporte de equipamentos de informática deste E. Tribunal;
- Contratação dos serviços de vigilância armada para toda a 15º Região;
- Contratação de empresa especializada para atualização (upgrade), manutenção preventiva e corretiva do atual sistema de controle de acesso (crachás) na Sede Judicial e implantação do sistema na Sede Administrativa (CATRACAS);
- Aquisição de cartuchos para dispositivos incapacitante (SPARK);
- Acompanhamento da manutenção dos sistemas de CFTV em diversas Unidades;
- Instalação de portas automáticas no Edifício-Sede (Glicério) e adequação das entradas para portadores de necessidades especiais.

SEÇÃO DE TRANSPORTE

- Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Gerenciamento e Administração de despesas de manutenção automotiva (preventiva e corretiva), por meio de sistema informatizado, em rede de oficinas e centros automotivos credenciados para atender os veículos do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região;

- Licenciamento de toda frota oficial fixada para o mês de janeiro, permitindo a otimização da mão de obra na Seção de Transporte;
- Contratação de empresa especializada para prestação de seguro para todos os veículos que compõe a frota oficial do TRT 15, inclusive para os novos veículos que passaram a compor a frota oficial do TRT por aquisição realizada no ano anterior;
- Fracionamento das férias dos motoristas terceirizados durante o recesso forense, gerando economia ao TRT 15;
- Contratação de empresa especializada em gerenciamento de abastecimento de combustível para a frota do Tribunal;
- Cancelamento de linha telefônica de pouca utilização na Seção de Transporte;
- Renegociação com os lava rápidos cadastrados para os serviços de lavar e limpar os veículos oficiais, obtendo-se uma redução de 20 (vinte)% na prestação dos serviços.

SEÇÃO DE INTELIGÊNCIA

- Elaboração do Calendário Gestão de Risco 2019;
- Planejamento da segurança para o deslocamento de Ministros em visita a cidade de Campinas/TRT15 ;
- Participação de um Agente da Seção de Inteligência no Curso ‘Introdução à Atividade de Inteligência’ ministrado pelo SENASP no Distrito Federal – Brasília;
- Elaboração de 05 (cinco) Relatórios de Inteligência (RELINT) com conteúdo reservado;
- Visita Técnica a VT de Lençóis Paulista, VT de Itapetininga, VT de Cruzeiro, VT de São Carlos, VT de Presidente Prudente;
- Vitorias nos CFTV’s das VT de Jacareí e Paulínia, para adequações/atualizações;
- Ofício (minuta) ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ), solicitando chave de acesso ao Banco de Dados de Mandados de Prisão;
- Ofício (minuta) a Delegacia da Receita Federal com solicitação de doação de equipamentos apreendidos/disponibilizados;
- Reprogramação do Sistema Aqua na unidade Barão Geraldo;
- Participação no evento Encontro de Gestores realizado no TRT12 (Assessor de Segurança e Agente da Seção de Inteligência);
- Estágio na EsIMEEx (Escola de Inteligência Militar);
- Elaboração do Plano de Segurança de Magistrados sob risco de morte;
- Participação no ‘III Encontro de Inteligência do Poder Judiciário’, realizado em 2019 no Estado do Maranhão.

2.6 - SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS

2.6.1 - Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoas

Competência:

Coordenação, controle e orientação das atividades das seções que compõem esta Coordenadoria, relacionadas com o quadro de servidores e candidatos em Concursos Públicos, inclusive os da Magistratura.

Composição:

Seção de Legislação de Pessoal

Seção de Programas Assistenciais

Área de Concursos e Avaliação de Desempenho de Pessoas

Área de Controle de Estágio e Voluntariado

2.6.1.1 Seção de Legislação de Pessoal**Principais responsabilidades**

- Elaboração de pareceres interpretando e/ou aplicando leis, normativos e jurisprudências, com vistas ao atendimento de solicitações de servidores, magistrados, pensionistas e demais interessados;
- Prestação do devido atendimento a servidores, magistrados e demais interessados, por telefone, meio eletrônico e/ou pessoalmente, visando fornecer informações sobre legislação de pessoal e/ou procedimentos a serem adotados para solução de demandas;
- Leitura diária on line de Diário Oficial da União (Seções 1 e 2), Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho – caderno Administrativo (TRT da 15ª Região e CSJT) e Diário de Justiça Eletrônico (CNJ);
- Acompanhamento e registro de decisões administrativas deste Tribunal e de decisões judiciais e/ou administrativas proferidas pelo Conselho Nacional de Justiça, Conselho Superior da Justiça do Trabalho, Tribunal de Contas da União, Supremo Tribunal Federal, Tribunal Superior do Trabalho e outros;
- Registro das recentes e relevantes alterações na legislação e jurisprudência vinculadas à área de pessoal, visando à atualização dos conhecimentos da equipe;
- Processamento dos pedidos de concessão de aposentadoria e pensão, desde a análise dos documentos e/ou declarações constantes dos seus autos, elaboração de parecer, preparo da minuta do ato e sua publicação, acompanhamento dos registros atinentes aos julgamentos de legalidade ou ilegalidade pelo TCU, expedição de ofícios a outros Órgãos previdenciários e demais providências;
- Remessa de dados informatizados sobre aposentadorias e pensões ao Sistema de Atos de Pessoal e-Pessoal, com consequente acompanhamento dos julgamentos de legalidade;
- Atualizações cadastrais no sistema Fênix e SIGEP – Sistema Integrado de Gestão Pública;
- Atendimento a diligências do Tribunal de Contas da União;
- Cumprimento de Notas de Providências e prestação de informações em RDIs (Requisição de Informações) à Coordenadoria de Controle Interno;
- Elaboração de Relatório de Estrutura do Quadro de Pessoal do Tribunal ao Conselho Nacional de Justiça, Conselho Superior da Justiça do Trabalho e Tribunal de Contas da União, constando dados de inativos, pensionistas e instituidores de pensão de servidores/magistrados/classistas, além de emissão de relatório com indicação dos fundamentos legais e constitucionais das aposentadorias e pensões;
- Prestação de informação sobre quantitativo de inativos, pensionistas e instituidores de pensão de servidores/magistrados/classistas para subsidiar RAIS e SIPREV;
- Intercâmbio com outros Tribunais Regionais do Trabalho objetivando subsidiar a elaboração de decisões administrativas;

- Supervisão e acompanhamento de estagiário lotado nesta unidade – até metade do ano de 2019 -, com transmissão permanente de instruções e ensinamentos teóricos e práticos, destinado à complementação educacional e ao desenvolvimento da prática profissional na sua formação escolar;

- Apoio jurídico às demais unidades da Secretaria de Gestão de Pessoas; e
- Apresentação de informações preliminares para instrução de defesa da União solicitadas pela AGU e Justiça Federal sobre contendas do funcionalismo.

Atividades de destaque

- Elaboração de 667 informações sobre matérias relacionadas a servidores e magistrados;

- Elaboração de aproximadamente 1.189 minutas de informações, despachos e atos de aposentadoria e pensão ao Secretário de Gestão de Pessoas, ao Diretor-Geral e ao Desembargador(a) Presidente do Tribunal, bem como 275 ofícios;

- Estudo aprofundado sobre a Reforma da Previdência introduzida pela Emenda Constitucional nº 103/2019;

- Participação na migração de dados/implantação do Sistema SIGEP neste Tribunal.

2.6.1.2 Seção de Programas Assistenciais

Principais responsabilidades

- Atualização de dados cadastrais de titulares/dependentes para fins de Inclusão/ Alteração/Exclusão nos Programas de Auxílio-Alimentação, Auxílio-Transporte, Assistência Pré-Escolar e Custeio Parcial de Assistência à Saúde;

- Atualização de dados cadastrais de dependentes para fins de Inclusão/ Alteração/Exclusão na dependência familiar, Imposto de Renda, Salário-família e Pensão Alimentícia;

- Recadastramento periódico, uma vez ao ano, para os beneficiários do Programa Auxílio-Transporte;

- Renovação da comprovação de vínculo a Plano de Saúde pelos titulares de convênio sem consignação em folha de pagamento, nos meses de maio e novembro, com análise de dados informados pelos beneficiários para sanear possíveis incorreções;

- Recebimento de 1.353 Protocolos do sistema Proad para fins de gestão dentro dos programas de benefícios deste Tribunal;

- Controle sistemático dos créditos/débitos enviados para folha de pagamento no que tange aos Programas Assistenciais;

- Orientação verbal e individual aos Magistrados e Servidores quando do ingresso nesta Corte, referente aos benefícios; e

- Preparação de arquivo próprio com valores do benefício Auxílio Farmácia para envio a Coordenadoria de Pagamento.

Atividades de destaque

- Disponibilização na Extranet de legislação, e orientações pertinentes;
- Gerenciamento da adequação dos Programas Assistenciais às novas Resoluções, Atos e Portarias;

- Atendimento ao público interno, com orientações pertinentes para um melhor aproveitamento das características de cada benefício;
- Acompanhamento das situações cadastrais sobre posse e exercício, vacância, exoneração, demissão, aposentadorias no controle de pagamento e cobrança sobre os benefícios;
- Participação na migração de dados/implantação do Sistema SIGEP neste Tribunal:
- Orientação, via telefone, e-mails e pessoal aos Magistrados e Servidores sobre os questionamentos relativos ao novo sistema de protocolo administrativo- PROAD; e
- Acompanhamento do orçamento destinado aos benefícios e operacionalização de usuários, conforme tabela abaixo:

Benefícios	Beneficiário/mês	Despesa anual
Custeio Parcial de Assistência à Saúde	4896	43.440.706,23
Programa de Auxílio-Alimentação	3819	41.526.216,53
Programa de Auxílio-Transporte	73	290.940,48
Programa de Assistência Pré-Escolar	756	6.565.061,21
Programa Auxílio Farmácia	248	680.875,47

2.6.1.3 Área de Concursos e Avaliação de Desempenho de Pessoas

Principais responsabilidades

- Planejamento, controle, organização e execução do Programa de Avaliação de Desempenho Funcional, visando à progressão e promoção de servidores, bem como a avaliação de servidores em estágio probatório;
- Cadastramento dos comprovantes de participação em cursos, palestras, congressos dos servidores do Tribunal, principalmente tendo em vista o processamento das promoções que eventualmente tais servidores tenham direito; e
- Cadastramento e verificação da validade dos documentos apresentados pelos servidores e o gerenciamento dos dados a ensejar o pagamento do adicional de qualificação;

Atividades de destaque

- Geração, conferência e envio de Avaliações de Desempenho Funcional de servidores estáveis e em estágio probatório, totalizando 1536 fichas.
- Confecção de Portarias de Progressão/Promoção Funcional para 1172 (um mil, cento e setenta e dois) servidores estáveis;
- Confecção Portarias de Progressão Funcional para 228 (duzentos e vinte e oito) servidores em Estágio Probatório;
- Homologação do Estágio Probatório de 113 (cento e treze) servidores;
- Confecção de 02 (dois) Pareceres CAD em resposta a recurso em face de Avaliação de Desempenho de servidores;
- Cadastramento de 9.084 (nove mil e oitenta e quatro) certificados de conclusão de cursos;

- Geração de 75 (setenta e cinco) Adicionais de Qualificação decorrentes da conclusão de curso de Graduação/Pós-Graduação/Mestrado/Doutorado (5% - 7,5% - 10% - 12,5%);
- Geração de 1.587 (um mil quinhentos e oitenta e sete) Adicionais de qualificação decorrentes de ações de Treinamento (1%);
- Confecção de 86 (oitenta e seis) Portarias de reposicionamento na carreira, estabilidade e estágio probatório.
- Publicação do resultado final do Concurso Público para provimento e formação de cadastro reserva de 12 (doze) cargos do Quadro Permanente de Pessoal desse Regional:
- Participação na migração de dados/implantação do Sistema SIGEP neste Tribunal.

2.6.1.4 Área de Controle de Estágio e Voluntariado

Principais responsabilidades

- Administração, supervisão e acompanhamento das atividades relacionadas aos estagiários, especialmente inclusões, exclusões e controle de frequência;
- Prestação do devido atendimento a supervisores, estagiários e demais interessados, por telefone, meio eletrônico e/ou pessoalmente, visando fornecer informações sobre direitos, deveres e procedimentos necessários ao desenvolvimento do estágio;
- Controle dos períodos de recesso dos estagiários, bem como das prorrogações e términos dos termos de compromisso de estágio;
- Controle dos Contratos firmados com Prefeituras e Instituições de Ensino para a cessão de estagiários para as Unidades deste Regional, e;
- Acompanhamento do orçamento destinado ao Programa de Estágio.

Atividades de destaque

- Inclusão de 315 (trezentos e quinze) novos estagiários durante o ano, totalizando 425 (quatrocentos e vinte cinco) postos preenchidos no mês de dezembro de 2019.
- Participação nos estudos acerca da implantação do Programa Adolescente Aprendiz no âmbito deste Regional, em conformidade com a Resolução Administrativa nº 005/2018 de 23 de abril de 2018.
- Atualização do sistema de gerenciamento dos estagiários (cadastro de estagiários, frequência, folha de pagamento e relatórios) na plataforma Java;
- Participação na migração de dados/implantação do Sistema SIGEP neste Tribunal;
- Instrução de Protocolos do sistema Proad relacionados à gestão do Programa de Estágio;
- Elaboração do edital e das tratativas para a contratação do agente de integração CIEE – Centro de Integração Empresa Escola - para a realização do V Concurso de Estagiários do TRT 15ª para o ano de 2019.
- Elaboração do edital e tratativas para a contratação do agente de integração CIEE – Centro de Integração Empresa Escola - para a realização do V Concurso de Estagiários do TRT 15ª a divulgação do resultado final e as convocações ocorreram em setembro de 2019.

- Operacionalização de Concurso Público para Estagiários: a) Elaborar minuta de informação objetivando a abertura de Concurso Público para preenchimento de vagas de estágio no âmbito desta Justiça do Trabalho. b) Elaborar minuta de Edital do Concurso de Estagiários para submeter à apreciação superior de acordo com as normas vigentes. c) Monitorar os resultados do Concurso para o regular preenchimento das vagas de estágio.

- Monitoramento do contrato com o agente integrador: a) acompanhar o cumprimento do contrato com o agente integrador. b) resoluções de problemas administrativos e contratuais com o agente integrador.

- Alocação de Estagiários: a) Operacionalizar junto ao agente de integração de estágio a convocação dos candidatos aprovados para o preenchimento das vagas existentes. b) Controlar a designação de estagiários de acordo com o quantitativo de vagas de estágio existentes para cada unidade. c) Inserir os dados funcionais e documentos no sistema específico de controle do programa de estágio para monitoramento dos termos de compromisso de estágio e demais dados a serem fornecidos para outras unidades. d) Consultar os supervisores e estagiários quanto ao interesse na continuidade do estágio para providenciar o Termo Aditivo a fim de dar continuidade no estágio.

- Processamento da Folha de Pagamento dos Estagiários: a) Liberar a frequência para o supervisor do estagiário efetuar o lançamento das horas estagiadas de acordo com o cronograma previamente estabelecido. b) Monitorar o lançamento da frequência dos estagiários efetuada pelos gestores das unidades as quais estão subordinados para assegurar o registro da informação para todos os estagiários. c) Gerar a folha de pagamento de acordo com a frequência informada pelo supervisor de estágio e os valores vigentes em norma específica. d) Remeter a folha de pagamento dos estagiários e as certidões negativas de débitos junto aos Órgãos Públicos para a unidade administrativa responsável pela liberação das ordens bancárias ao agente de integração. e) Identificar os valores creditados indevidamente aos estagiários para fins de devolução aos cofres públicos por meio de GRU. f) Manter atualizada a listagem dos estagiários que efetuaram a devolução de verbas relativas ao programa de estágio para fins de controle orçamentário.

- Monitoramento do Convênio para cessão de estagiários pelas Prefeituras e Instituições de Ensino: a) Verificar a vigência e a regularidade dos convênios celebrados entre o TRT, Municipalidade e Instituições de Ensino a fim de não exceder o prazo celebrado. b) Inserir no banco de dados específico as informações relativas aos estagiários, uma vez celebrado o convênio entre este Regional e o órgão cedente para a liberação do login/senha e disponibilização do curso de ambientação. c) Monitorar os quantitativos dos estagiários (não remunerados) de convênios com Instituições de Ensino e Prefeituras a fim de não exceder os padrões estabelecidos para cada unidade através de normativo interno. d) Verificar a regularidade e a vigência dos Termos de Compromisso de Estágio para que não ocorra o exercício do estágio sem o devido contrato formalizado.

- Prestar informações e pareceres à Administração do Tribunal, Ouvidoria, estagiários e público externo, conforme as normas internas e legislação de estágio e voluntariado.

- Fornecimento de certidões para os estagiários.

Além das atividades descritas pelas unidades acima mencionadas, são responsabilidades desta Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoas também as atividades inerentes à Gestão por Competências, conforme detalhado abaixo.

2.6.1.5 Gestão Por Competência

Principais responsabilidades

- Elaboração de projeto referente ao Ciclo de Avaliação a ser iniciado;
- Revisão e/ou criação de mapeamento de funções estratégicas, táticas e operacionais;
- Envio das planilhas de dados de Alteração, Inclusão e Exclusão à Leme consultoria para geração das avaliações;
- Procedimentos referentes à avaliação: revisão do e-mail geral de convocação para avaliação; revisão e envio de e-mails distintos para gestores e Desembargadores, assim como para avaliados; auxílio ao público-alvo envolvido para acessar o Sistema de avaliações e fornecer informações sobre o processo avaliativo; revisão e envio de e-mails de lembrete distintos para gestores e Desembargadores, assim como para avaliados; consulta a relatórios para saber o andamento das avaliações e, após o período definido, entrar em contato com os gestores que não fizeram as mesmas;
- Após o processamento das avaliações pela Leme consultoria, cabe a esta unidade a geração manual do resultado de cada avaliação técnica e comportamental do ciclo avaliativo e criação das pastas correspondentes por lotação;
- Elaboração de material de apoio, incluindo a Biblioteca de Recursos, a ser enviado junto com os e-mails contendo os resultados das avaliações, para o gestor e para o avaliado elaborarem o Plano de Desenvolvimento Individual (PDI) em conjunto;
- Orientações sobre o PDI e acompanhamento do envio do mesmo pelos gestores;
- Encaminhamento do resultado das avaliações e dos gaps (lacunas de aprendizagem) para a Escola Judicial a fim de subsidiar as ações de capacitação a serem promovidas;
- Elaboração de Informação para a Administração referente aos resultados apurados no ciclo avaliativo anterior.

Atividades de destaque

- Avaliação dos servidores lotados nos Gabinetes dos Desembargadores, nos papéis-função de Secretário de Gabinete de Desembargador, e Minutista de Voto e/ou Coordenador de Gabinete de Desembargador, de modo que, como os Assessores de Desembargador já tinham sido avaliados nos anos anteriores, todos os papéis-função dos referidos Gabinetes tiveram a oportunidade de participar deste Programa; nas Secretarias das Varas do Trabalho, foi avaliado o papel-função de Secretário de Audiência;
- Criação dos seguintes mapas: a) Chefe de Divisão de Execução, b) Minutista de voto e/ou Coordenador de Gabinete de Desembargador, c) Secretário de Gabinete de Desembargador, d) Chefe de CEJUSC 1º grau, e) Chefe de CEJUSC 2º grau; f) Assistente-Chefe da Seção de Processos Estratégicos; g) Assistente-Chefe da Seção de Projetos Estratégicos; h) Assistente-Chefe do Escritório Socioambiental; i) Assistente da Seção de Biblioteca; j) Servidor da Seção de Biblioteca; l) Coordenador do Núcleo de Pesquisa Patrimonial, m) Assistente da Seção Acompanhamento de Magistrados, n) Assistente-Chefe da Seção Acompanhamento de Magistrados, o) Assistente-Chefe da Seção de Primeira Instância, p) Assistente-Chefe da Seção de Procedimentos Adm, q) Assistente-Especializado do Núcleo de Pesquisa Patrimonial, r) Servidor da Seção Acompanhamento de Magistrados, s) Servidor da Seção de Primeira Instância, t) Servidor da Seção de Procedimentos Adm, u) Servidor do Núcleo de Pesquisa Patrimonial.

- Revisão dos seguintes mapas: a) Secretário de Audiência; b) Assessor de Gestão Estratégica; c) Assistente-Chefe da Seção de Biblioteca; d) Secretário da Corregedoria Regional, abrangendo um total aproximado de 600 servidores considerando a criação e a revisão.

- Inserção dos papéis-função, das competências técnicas, aptidões, competências comportamentais, tarefas e responsabilidades relativos aos mapas referentes aos Gabinetes de Desembargadores citados no item anterior, bem como o de Secretário de Audiência, no Sistema GCA da Leme consultoria;

- Procedimentos relativos à geração, abertura e manutenção (como por exemplo, alteração dos participantes da relação gestor-avaliado, alteração de papel-função, exclusão de participantes, reabertura em caso pontual e justificado da avaliação, etc) durante o período avaliativo da Avaliação;

- Revisão do material de apoio, com a inclusão da Biblioteca de Recursos (bem como análise e revisão do seu conteúdo), com sugestões de cursos e/ou livros e/ou artigos para subsidiar a elaboração do PDI;

- Envio de 464 e-mails para gestores (incluindo 15 para ciência), com cópia para os avaliados, para fins de realização do feedback e elaborar o Plano de Desenvolvimento Individual - PDI;

- Recebimento e arquivo dos PDIs.

- Leitura do Glossário e do Manual do Sistema Unificado de Gestão de Pessoas por Competências da Justiça do Trabalho (PROGECOM) com vistas à aquisição de conhecimentos para permitir a utilização do PROGECOM, em substituição ao Sistema GCA, além de necessário treinamento à distância a ser disponibilizado pelo CSJT.

2.6.2 - Coordenadoria de Informações Funcionais de Servidores

Atividades de destaque no ano de 2019:

1. Participação na implantação do Sistema Nacional SIGEP, junto à Secretaria de Gestão de Pessoas

1.1) DED-AA-499 - Migração Dados Fênix/SIGEP: Sprint 33 Módulo Gestão – Cadastro/Servidor/Magistrado – Dados residenciais – Tipo Logradouro e Logradouro para o eSocial; Módulo Comissionamento – Cadastro – Ocupação – Designação /Nomeação; Sprint 34 – Migração do Sistema Chronos para o SIGEP – somente Banco de Horas; Sprint 35– Módulo Autoatendimento Externo – Cadastro; Módulo Autoatendimento Externo – Históricos; Módulo Autoatendimento Externo – Requerimentos; Módulo Autoatendimento Externo – E-mails; Módulo Autoatendimento Externo; Sprint 36 – Módulo Afastamento – Carga de novos afastamentos/modalidades; Sprint 37 – Migração Completa e Incremental; Sprint 38 - Migração Férias – Parcelas de Férias Canceladas – Incremental de Férias alteradas “Pode gerar acerto de valor (1/3 de férias)” - Requerimentos das parcelas do mesmo ano civil; Sprint 38 – Migração – E-mails Órgãos Externos – Alteração de Férias “Pode gerar acerto de valor (1/3 de férias)””; Sprint 40 – Férias de Ofício correção;

1.2) DED-AA-850 - Homologação Autoatendimento: Sprint 10 – Parâmetros – Cadastrar Requerimentos - Filtros; Sprint 11 – Compensação de Horas – Retificação de Frequência – Saldos – Períodos de Greve – Informações Complementares; Sprint 12 – Marcação de Férias; Substituição de Encargos; Fechamento de Frequência – Boletim de Frequência – Relatório Frequência Pendente; Sprint 14 – Alteração de Férias – Férias de Ofício – Licença Gala e Luto; Sprint 15 – Interrupção de Férias – Afastamentos Licença Saúde – Acúmulo de Férias – Entradas e Saídas não abonadas – Compensação de Greve –

Regras de concomitância de Requerimentos; Sprint 16 – Fruição de Férias Interrompidas – Alteração de Entradas e Saídas não abonadas - Saldos por tipos de Banco de Horas – Relatório de Saldos de Compensação de Greve; Sprint 18 – Parâmetros de Informações de Frequências – Configuração de Informações Complementares – Parâmetros Gerais do Sistema; Sprint 19 – Opção “Pode gerar acerto de valor de 1/3 de férias” – Ações de Informações Complementares – Parâmetros Gerais do Sistema; Sprint 21 – Detalhamento Relatório de Retificações – Saldo por tipo de hora – Detalhamento Relatório de Greve – Relatório de Saldos;

2. Suporte e gestão de demandas nacionais relativas à área de negócio do Módulo Autoatendimento no Sistema Redmine-SIGEP;

3. Participação efetiva na elaboração da tabela padronizada de afastamentos para ser utilizada no sistema SIGEP;

4. Autorização de alteração de nome e outros dados relativos à vida funcional do servidor; autorização de averbação de elogios, consignados aos servidores; abono de ausências em virtude de alistamento como eleitor, participação em júri, casamento e falecimento de pessoa da família; autorização de afastamento de servidores para participar de curso de formação decorrente de aprovação em concurso para outro cargo, para participação em tribunal do júri e outros serviços obrigatórios por lei; apreciação de pedido de servidores de contagem em dobro de licença-prêmio; concessão aos servidores de prêmio por assiduidade e licença para o serviço militar; promoção do recadastramento de servidores e juízes classistas inativos e pensionistas; autorização para interrupção de férias de servidores, tudo nos termos da Portaria SEGP nº 01/2019.

5. Participação nos estudos de elaboração do Plano de Contribuição com objetivo estratégico de “Promover a Melhoria da gestão de pessoas e qualidade de vida”, junto à Secretaria de Gestão de Pessoas, consoante disposto na Resolução CSJT nº 229/2018;

6. Participação nos estudos sobre o novo sistema constitucional previdenciário e condições de aplicabilidade das regras de aposentadoria vigentes a partir da publicação da Emenda Constitucional nº 103/2019;

7. Participação nos estudos feitos pela Secretaria de Gestão de Pessoas em decorrência de normativos deste Regional, tais como: Teletrabalho, Recesso, Férias e outros;

8. Participação nas seguintes rotinas pertinentes à Secretaria de Gestão de Pessoas: Levantamento bimestral e anual solicitado pelo CSJT, levantamento para RAIS e SIPREV;

9. Participação no Grupo de Negócios para implantação/evolução do Processo Administrativo Eletrônico, PROAD, desenvolvido pelo TRT da 12ª Região;

10. Participação presencial de servidores desta Coordenadoria em outros Regionais para trabalhos de conhecimento, avaliação e suporte negocial do SIGEP, visando à implantação do Autoatendimento em âmbito nacional;

11. Registro de esclarecimentos dos indícios apontados pelo TCU;

2.6.2.1 Seção de Averbação de Servidores

Atividades e/ou Documentos Emitidos	Quantidade
1. Averbação de tempo de serviço/contribuição (a contar de maio/2019)	195

2. Emissão de certidão de tempo de contribuição no TRT-15 para ex-servidor (a contar de maio/2019)	30
3. Desentranhamento de certidão de tempo de serviço/contribuição	32
4. Emissão de carteira de identidade funcional	205
5. Emissão de declaração de situação funcional	170
6. Emissão de declaração de dados para fim de redistribuição de cargos efetivos	81
7. Informação para instruir processos de indicação de cargos de direção	2
8. Informação para instruir processo de solicitação de atuação em teletrabalho	141
9. Informação para instruir processo de vacância/exoneração	14
10. Recebimento e registro da autorização de acesso aos dados de bens e rendas – TCU	92
11. Recebimento e registro da declaração anual de imposto de renda de pessoa física – DIRPF	11
12. Informação para instruir processo de verificação da regularidade da entrega dos documentos mencionados nos itens 10 e 11	2
13. Solicitação e recebimento da certidão de quitação eleitoral	176
14. Informação para instruir processo de verificação da regularidade da situação eleitoral, mediante convênio com o TSE	4
15. Atualização de estado civil e nome	24
16. Averbação de elogio	21
17. Remessa e recebimento de documentos funcionais de servidores com cargos efetivos redistribuídos	14
18. Recebimento de documentos funcionais de servidores com cargos efetivos redistribuídos	12
19. Registro de atualizações de dados pessoais e documentos de servidor, feitas via sistema de manutenção cadastral	89
20. Registro de penalidades disciplinares aplicadas a servidor	2
21. Emissão de informações solicitadas pelas comissões permanentes de disciplina, referentes a servidor	-

2.6.2.2 Seção de Frequência de Servidores

- Apuração da frequência mensal dos servidores em exercício e dos extra-quadro, com prévia consulta às unidades de lotação ou coordenadorias pertinentes, quando couber, e posterior elaboração de relatórios para desconto e reposição de faltas;
- Análise das retificações de frequência efetuadas dentro do sistema de requerimentos online Chronos Web, procedendo ao seu registro, nos casos devidos, no Autoatendimento e no sistema Sigep.
- Verificação dos relatórios de frequências pendentes dos servidores em exercício e dos extra-quadro, gerados na data da confirmação de frequência, verificando após referida data, os casos já deferidos, procedendo à sua devida baixa do relatório, mantendo as situações ainda pendentes, para posterior análise e consulta às Unidades de lotação ou Coordenadorias pertinentes;
- Apuração da compensação efetuada pelos servidores em exercício que participaram da greve deflagrada em 2015, cujo prazo de compensação encerrou-se em 30/06/2017;
- Levantamento e confecção de relatório mensal dos substitutos dos Ordenadores de Despesa, Diretor-Geral, Secretário de Gestão de Pessoas, Coordenador de Material e Logística, Encarregado do Setor Financeiro, responsáveis pela Conformidade Contábil e Conformidade dos Registros de Gestão;
- Recepção de processos (PROAD) de conversão de licença-prêmio não usufruída em pecúnia. Após verificação da existência de saldo de licença-prêmio não usufruído, tampouco contado em dobro para fim de aposentadoria, é emitida informação à Secretaria de Gestão de Pessoas, para apreciação;
- Recepção de processos (PROAD) de desconsideração de contagem em dobro de licença-prêmio não usufruída. Após verificação de sua utilização ou não para abono de permanência e/ou aposentadoria, é emitida informação à Secretaria de Gestão de Pessoas, para apreciação;
- Recepção de processos (PROAD) de contagem em dobro de licença-prêmio não usufruída, para fim aposentadoria. Inclusão dos dados respectivos no sistema de frequência Chronos, de acordo com deferimento do Sr. Secretário de Gestão de Pessoas;
- Recepção de processos (PROAD) de alteração do regime previdenciário. As Certidões de Tempo de Contribuição e a Relação de Remuneração de Contribuição do servidor averbadas no Tribunal são digitalizadas e anexadas no Proad, antes do envio para a Coordenadoria de Pagamento.
- Recepção de processos (PROAD) de redistribuição. São realizadas conferências dos históricos funcionais e de frequência do servidor redistribuído para outro órgão, bem como das certidões de tempo de contribuição porventura existentes, anteriores ao seu ingresso neste Órgão. No caso do servidor redistribuído de outro órgão, seu prontuário é analisado, para apuração de eventuais providências a serem tomadas por esta seção;
- Recepção de processos (PROAD) de vacância/exoneração. São realizadas conferências dos históricos funcionais e de frequência do servidor, após publicação do seu desligamento, bem como das certidões de tempo de contribuição porventura existentes, anteriores ao seu ingresso neste Órgão.
- Recepção de processos (PROAD) de mapas de função comissionada e cargo em comissão para fins de aposentadoria (art. 193 da Lei nº 8.112/90). São realizadas conferências das funções comissionadas/cargos em comissão exercidos, na qualidade de titular e substituto, até 18/01/1995.

- RAIS – No início do ano, efetuamos diversos testes pertinentes a esta seção, para verificação quanto à exatidão dos dados relativos aos afastamentos de servidores de 2018 gerados pelo sistema, para posterior remessa ao Ministério do Trabalho;
- Análise e registro de saldos de férias, decorrentes de deferimento de averbação para tal fim, de certidões ou declarações expedidas por outros órgãos;
- Análise e registro de alteração de férias, requerida pelo próprio servidor (suspensão e interrupção);
- Emissão de relatório dos servidores (em exercício, em exercício provisório, requisitados e removidos de) que apresentam a ocorrência licença para tratamento da própria saúde após de 720 dias;
- Emissão de relatórios de afastamentos de servidores, cujas unidades de lotação passaram por correição, segundo edital encaminhado pela Corregedoria.
- Pesquisa dos Diários Oficiais, D.E.J.T. e D.O.U., leitura, verificação e procedimentos de incumbência da Seção, de acordo com as publicações.

SEÇÃO DE FREQUÊNCIA DE SERVIDORES - Exercício 2019	
Documentos Emitidos	Quantidade
1. Certidões	12
2. Certidões/Declarações de Tempo de Contribuição	32
3. Declarações	11
3. Folhas de Descontos	13
5. Folhas de Reposições	01
6. Formulários Eletrônicos e-Pessoal – aposentadoria/pensão	195
7. Guias de Correio	54
8. Informações	455
9. Mapas de Contagem (controle próprio)	191
10. Mapas de Contagem (aposentadoria)	165
11. Ofícios	46

2.6.2.3 Seção de Frequência de Pessoal Externo e Prontuários de Inativos

- Atualização de dados cadastrais, tais como, estado civil, endereço, telefone e também de documentos, registrando-os nos Sistemas Fênix e Sigep, inserindo as imagens comprobatórias no prontuário eletrônico dos servidores de outros órgãos em exercício neste Tribunal, bem como dos servidores deste Regional, lotados em outros órgãos.
- Confecção de Apostilas de Nome em Atos de Aposentadoria (de servidores e juízes classistas) e consequente atualização de dados nos Sistemas Fênix e Sigep.

- Registro e controle dos prazos de cessão/requisição de servidores.
- Registro da ocorrência Auxílio-Doença (RGPS), benefício concedido pelo INSS e de suas possíveis prorrogações e, também, da ocorrência Trânsito deferido no Órgão de Origem dos servidores “requisitados”/ “removidos de”/ “em exercício provisório neste TRT”, no Autoatendimento Interno para, dessa forma, fazer com que tais informações integrem o Relatório de Comunicação de Frequência Mensal que é enviado aos órgãos externos.
- Registro no Autoatendimento Interno das informações decorrentes da apuração e do controle de participação em greve, no que se refere a servidores “requisitados”/ “removidos de”/ “em exercício provisório neste TRT”, assim como dos servidores “cedidos”/ “removidos para”/ “em exercício provisório em outros órgãos”, para fins de instrução dos respectivos Processos Administrativos e consequentes descontos em folha de pagamento, quando assim determinado.
- Apuração da frequência mensal dos servidores “requisitados”, “removidos de” e “em exercício provisório neste TRT”, consideradas as retificações, para registrá-las no Autoatendimento Interno e no Sigep, visando à emissão do Relatório de Comunicação de Frequência Mensal (foram apuradas, emitidas e encaminhadas aos Órgãos de origem as frequências de **DEZEMBRO/2018 a NOVEMBRO/2019**).
- Apuração, registro e conferência no Autoatendimento Interno e no Sigep das frequências/retificações de frequências mensais recebidas de outros Órgãos, correspondentes aos servidores “cedidos”/ “removidos para”/ “em exercício provisório em outros órgãos”, relativas ao período de **OUTUBRO/2018 a OUTUBRO/2019**.
- Instrução de Processo de Pensão concedida por motivo de falecimento de Juiz Classista aposentado, bem como registro dos dados no Sistema do TCU para concessão de benefícios.
- **Preparação** (emissão de Ofícios para todos os aposentados e pensionistas e, quando necessário, aos respectivos representantes legais; emissão dos Formulários de Atualização Cadastral e envio de correspondência eletrônica aos diretores de 1ª Instância, com as instruções a serem observadas durante o Recadastramento); **realização/atendimento**, propriamente ditos; **apurção e informação conclusiva** da atualização cadastral anual dos aposentados (servidores e juízes classistas) e dos pensionistas deste Tribunal. E, ao longo do processo de recadastramento, o **registro** no Fênix/Sigep das alterações eventualmente solicitadas pelos interessados.
- Apuração e controle de informações sobre o efetivo exercício das atribuições do cargo de Analista Judiciário, Área Judiciária, especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal, dos servidores que se encontram na situação de “cedidos”, “em exercício provisório” ou “removidos para outros órgãos”, em atendimento ao Ato Regulamentar GP nº 008/2007 deste Tribunal.
- Leitura sistemática do Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho – DEJT (Caderno Administrativo – Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região) e do Diário Oficial da União – DOU (Seção 2) para verificação das providências a serem tomadas pela Seção quanto às publicações de Remoção/Cessão/Exercício Provisório e Redistribuição de servidores.

SEÇÃO DE FREQUÊNCIA DE PESSOAL EXTERNO E PRONTUÁRIOS DE INATIVOS - Exercício 2019	
Documentos Emitidos	Quantidade
1. Apostila de Nome	003
2. Chamado para requisição de Prontuário arquivado na Seção de Gestão de Arquivo Intermediário	014
3. Relação de Correio	049
4. Guia de Malote	005
5. Malote Digital	054
6. Ofício	098
7. Ofício Circular	005
8. Memorando	005
9. Memorando Circular	----
10. Folha de Descontos	014
11. Folha de Reposições	004
12. Relatório de Comunicação de Frequência Mensal (“Requisitados”/ “Removidos de”/ “Exercício Provisório”)	1.962
13. Certidão	010
14. Certidão de Tempo de Contribuição – CTC (Juízes Classistas)	007
15. Declaração	035
16. Informação	045
17. Formulário de Atualização Cadastral	1.260
18. Guia de Remessa	027
19. Mapa	----

20. Formulário Eletrônico e-Pessoal – Concessão de Benefícios	005
---	-----

2.6.3 - Coordenadoria de Provimento e Vacância

I- ATENDIMENTOS VIA CENTRAL DE CHAMADOS	
ASSUNTO	Qtd.
Convênios - DEJT	40
Convênios – MALOTE DIGITAL	110
Convênios - E-REMESSA - Cadastramento/Senha	25
TOTAL	175

2.6.3.1 Seção de Controle de Encargos e Portarias

I- ATENDIMENTOS VIA CENTRAL DE CHAMADOS	
ASSUNTO	Qtd.
Convênios - DEJT	40
Convênios – MALOTE DIGITAL	110
Convênios - E-REMESSA - Cadastramento/Senha	25
TOTAL	175

II - PORTARIAS SCEP	
	Qtd.
Exercícios	120
Remoções internas	22
Prestação de Serviços	20
Substituições	285
Canceladas/Substituídas	10
TOTAL	457

III- OUTROS DOCUMENTOS	
	Qtd.
Laudas (DOU/DEJT)	368
Informações	9
Portarias CPD	10
Solicitação Termo Nepotismo	649
Solicitação Declaração Resolução 156	520
Solicitação Certidões Resolução 156	390
Solicitação Certidões Requisitados/Removidos	9
Validação Certidões Resolução 156	3000
Históricos solicitados pela Coordenadoria de Informações Funcionais de Servidores	148
TOTAL	5103

2.6.3.2 Seção de Controle de Cargos e Nomeações

I- ATOS CPV	Qtd.
Nomeações de Cargos Efetivos	2
Nomeações de Cargos em Comissão	46
Tornando Sem Efeito	0
Exoneração de Cargos Efetivos	4
Exoneração de Cargos em Comissão	40
Vacância de Cargos Efetivos	8
Redistribuição	26
Reintegração	0
Demissão	1
Falecimentos	2
Cancelamentos	0
TOTAL	129

II- OUTROS DOCUMENTOS – PROCEDIMENTOS	Qtd.
Convocações	2
Laudas	94
Informações	44
Memorandos	2
Inclusão/Alteração Cadastral	377
Certificação Digital - Emissões	1608
Comunicação de Convocação Via E-Mail	2
Comunicação de Nomeação Via E-Mail	2
Inclusão no Sisac (e-Pessoal) de Formulário de Admissão	2
Inclusão no Sisac (e-Pessoal) de Formulário de Desligamento	1
Regime de Previdência	141
Formulário Funpresp	107
Prontuário eletrônico	2
Solicitação Termo Nepotismo	46
Solicitação Declaração Resolução 156	46
Solicitação Certidões Resolução 156	46
Validação Certidões Resolução 156	460
Validação Certidões Novos Servidores	10
TOTAL	2992

III- TERMOS DE POSSE E EXERCÍCIO	Qtd.
Cargos Efetivos	12
Cargos em Comissão	46
TOTAL	58

2.6.3.3 Seção de Controle de Remoções

I – CORRESPONDÊNCIAS	Qtd.
Informações	66
TOTAL	66

II – REMOÇÕES CONCRETIZADAS	Qtd.
Remoções no âmbito da 15ª Região	26
Remoções por permuta com outros Regionais	26
Remoções por saúde/acompanhamento de cônjuge/de ofício/cessão	18
Remoções encerradas	3
Cessões para outros órgãos iniciadas	3
Cessões encerradas	4
TOTAL	80

III – REDISTRIBUIÇÕES CONCRETIZADAS	
TOTAL	21

IV – CONVÊNIOS COM PREFEITURAS/ADITAMENTOS	Qtd.
Novos convênios firmados / novas requisições/ regularizações	8
Solicitação e acompanhamento de normas autorizativas para reembolso / Termo Aditivo	76
TOTAL	84

V – FORNECIMENTO DE DADOS	Qtd.
Correição	16
Ouvidoria	9
Outros	50
Ranking	6
TOTAL	81

VI – PROCEDIMENTOS DIVERSOS	Qtd.
-----------------------------	------

Análise de documentos iniciais dos servidores municipais / removidos / etc	7
Cadastramento de servidores no Fênix	54
Cadastramento de Regime de Previdência	30
Inclusão no Prontuário Eletrônico	93
Controle de assistentes de Juízes (designações e dispensas)	48
TOTAL	232

VII – TELETRABALHO	Qtd.
Análise de processos	471
Deferimentos	312
TOTAL	783

2.6.4 - Coordenadoria de Pagamento

DATA	AÇÃO ADMINISTRATIVA	DOCUMENTO	OBJETIVOS
20/12/18 a 02/01/19	Geração da folha de férias 2019, adiantamento de gratificação de natal de 2019 e diárias de magistrados.	Arquivos: 2019-01-60, 2019-01-80, e 2019-01-90.	Efetivar o crédito do Terço Constitucional de férias e adiantamento de gratificação de natal em conta-corrente dos magistrados e servidores (ativos e pessoal vinculado ao RGPS) e crédito de antecipação de diárias (magistrados).
01/jan a 31/dez	Geração de arquivos relativos aos pagamentos efetuados aos magistrados e carregamento no portal de Remuneração de Magistrados do CNJ	Protocolo 5646/2017-DG	Cumprimento da Portaria CNJ nº 63, de 17/08/2017
01/jan a 31/dez	Geração de arquivos relativos ao Portal Transparência acerca de informações remuneratórias de servidores e magistrados deste Tribunal.	Arquivos em formato .csv e .pdf	Cumprimento da Resolução CNJ nº 102/2009.
02/jan a 31/dez	Realização de testes e de diversas ações no Sistema de Folha WEB	Redmine/SM	Adequação do Sistema de Folha WEB às necessidades da folha de pagamento deste Tribunal.
02/jan a 12/nov	Simulação de cálculos de aposentadorias	Diversos	Atendimento aos requerimentos protocolados por magistrados e servidores.

DATA	AÇÃO ADMINISTRATIVA	DOCUMENTO	OBJETIVOS
02/jan a 29/mar	Simulação de cálculos de Benefício Especial (prorrogação)	Diversos	Atendimento aos requerimentos protocolados por magistrados e servidores.
02/jan a 31/dez	Elaboração de cálculos definitivos de Benefício Especial com as respectivas publicações	Diversos	Atendimento aos requerimentos de migrações magistrados e servidores.
02/jan a 31/dez	Inserção de Justificativas relativas aos indícios apontados pelo TCU em relação aos relatórios de folhas de pagamento.	Portal e_Pessoal do TCU	Respostas aos indícios apontados.
02 a 11/jan	Geração da folha de adiantamento de gratificação de natal a magistrados e servidores.	Arquivo: 2019-01-91	Efetivar o crédito de adiantamento de gratificação de natal a magistrados e servidores.
02 a 11/jan	Geração da folha de pagamento janeiro/2019.	Arquivos: 2019-01-50 e 2019-01-52.	Efetivar o crédito da remuneração mensal em conta-corrente dos servidores e magistrados (ativos, inativos, pensionistas estatutários e pessoal vinculado ao RGPS) e juízes classistas de 1º grau (inativos e pensionistas estatutários), e adiantamento de gratificação de natal a servidores (ativos, inativos e pensionistas).
01 a 25/jan	Geração das OSI's para o pagamento do reembolso aos órgãos cedentes de servidores para este TRT.	OSI CPAG SPPSVE nº 001-2019.	Providenciar o reembolso em conformidade com a resolução 143/2014 do CSJT.
01 a 07/jan	Geração e transmissão da GFIP do mês 12/2018.	201812.zip e 201813.zip	Prestar informações relacionadas aos fatos geradores de contribuição previdenciária e outros dados de interesse do INSS – Instituto Nacional do Seguro Social – conforme Lei nº 9.528, de 10/12/1997.

DATA	AÇÃO ADMINISTRATIVA	DOCUMENTO	OBJETIVOS
03 a 24/jan	Geração de folhas de pagamento de diferenças diversas relativas a exercícios anteriores. (quitação de passivos).	Arquivos: 2019-01-61, 2019-01-62, 2019-01-63, 2019-01-64, 2019-01-65, 2019-01-66, 2019-01-67, 2019-01-68, 2019-01-69, 2019-01-70, 2019-01-71, 2019-01-72, 2019-01-73, 2019-01-74, 2019-01-95 e 2019-01-96.	Efetivar o crédito em conta-corrente dos servidores e magistrados (ativos, inativos, pensionistas estatutários e pessoal vinculado ao RGPS) e juizes classistas de 1º grau (inativos e pensionistas estatutários). de eventuais verbas relativas a passivos de exercícios anteriores (diferença de benefícios 2018, pagamentos com base nos arts. 12 e 13 da Res. CSJT 137/2014, indenização de transporte do exercício de 2018).
01 a 22/jan	Geração das OSI's para o pagamento do reembolso aos órgãos cedentes de servidores para este TRT.	OSI CPAG SPPSVE nº 12019.	Providenciar o reembolso em conformidade com a Resolução 143/2014 do CSJT.
08 a 17/jan	Envio dos arquivos mapas de contribuições a título de Funpresp-JUD referentes ao ano de 2018.	Ofício Circular 01/PRESI-DE.	Encaminhamento de documentos à Funpresp-JUD para possibilitar a realização de auditoria, em observância ao disposto no art 25 da Lei Complementar nº 108/2001 e parágrafo primeiro do art 20 da Lei 12618/2012.
08/jan a 15/mar	Processamento da RAIS.	Portaria nº 39, de 14/02/2019, do Ministério do Trabalho e Emprego.	Encaminhamento ao Ministério do Trabalho e Emprego de informações relativas às verbas creditadas por este Órgão.
08/jan a 26/fev	Processamento da DIRF e Informes de Rendimentos.	Instrução Normativa RFB nº 1836 de 03/10/2018 e Ato Declaratório Executivo COFIS nº 71 de 05/10/2018.	Encaminhamento à Receita Federal de informações relativas às verbas creditadas por este Órgão (Pessoa Física e Jurídica).
08 a 29/jan	Expedição de Informações à Assessoria Jurídica atendendo às solicitações judiciais de informações pertinentes às atividades laborais desenvolvidas por este Serviço a título de URV 11,98. Total do mês: 2 informações.	Solicitações oriundas da Advocacia-Geral da União e da Justiça Federal.	Fornecer subsídios para a defesa da AGU.

DATA	AÇÃO ADMINISTRATIVA	DOCUMENTO	OBJETIVOS
14 a 24/jan	Geração da folha de pagamento dos acertos efetivados após o fechamento da folha normal, folha de diárias de magistrados.	Arquivos: 2019-01-51, 2019-01-81, 2019-01-82 e 2019-01-83.	Efetivar, dentro do próprio mês, a servidores e magistrados (ativos, inativos e pensionistas estatutários) e juízes classistas de 1º grau (inativos e pensionistas estatutários), o crédito de diferenças remuneratórias decorrentes de alterações cadastrais e funcionais, ocorridas após o fechamento da folha normal.
01 a 12/fev	Geração da folha de pagamento – fevereiro/2019	Arquivos: 2019-02-50.	Efetivar o crédito da remuneração mensal e em conta-corrente dos servidores e magistrados (ativos, inativos, pensionistas estatutários e pessoal vinculado ao RGPS) e juízes classistas de 1º grau (inativos e pensionistas estatutários).
01 a 22/fev	Geração das OSI's para o pagamento do reembolso aos órgãos cedentes de servidores para este TRT.	OSI CPAG SPPSVE nºs 10 e 35/2019.	Providenciar o reembolso em conformidade com a Resolução 143/2014 do CSJT.
01 a 07/fev	Geração e transmissão da GFIP do mês 01/2019.	201901.zip	Prestar informações relacionadas aos fatos geradores de contribuição previdenciária e outros dados de interesse do INSS – Instituto Nacional do Seguro Social – conforme Lei nº 9.528, de 10/12/1997.
21 de fev a 29 de mar	Expedição de informações ao Conselho Superior da Justiça do Trabalho acerca dos passivos administrativos 2018 a favor de servidores e magistrados deste Tribunal.	Mensagem SEOFI/CSJT 007/2019.	Fornecimento de dados para análise do CSJT.

DATA	AÇÃO ADMINISTRATIVA	DOCUMENTO	OBJETIVOS
14 a 21/fev	Geração da folha de pagamento dos acertos efetivados após o fechamento da folha normal, folhas de GECJ e de diárias de magistrados.	Arquivos: 2019-02-51, 2019-02-55 e 2019-02-80	Efetivar, dentro do próprio mês, a servidores e magistrados (ativos, inativos e pensionistas estatutários) e juízes classistas de 1º grau (inativos e pensionistas estatutários), o crédito de diferenças remuneratórias decorrentes de alterações cadastrais e funcionais, ocorridas após o fechamento da folha normal e créditos de GECJ e de diárias de magistrados.
14 a 21/fev	Geração de folhas de pagamento de dias trabalhados durante o recesso em 2019.	Arquivos: 2019-02-52	Folha extra de pagamentos por trabalho em recesso 2019.
14 a 21/fev	Geração de folhas de pagamento de diferenças diversas relativas a exercícios anteriores.	Arquivos: 2019-02-61, 2019-02-62, 2019-02-63, 2019-02-64, 2019-02-65, 2019-02-66, 2019-02-67, 2019-02-68, 2019-02-71, 2019-02-81 e 2019-02-82.	Efetivar o crédito em conta-corrente dos servidores e magistrados (ativos, inativos, pensionistas estatutários e pessoal vinculado ao RGPS) e juízes classistas de 1º grau (inativos e pensionistas estatutários). de eventuais verbas relativas a passivos de exercícios anteriores (diferença de benefícios 2018, pagamentos com base nos arts. 12 e 13 da Res. CSJT 137/2014).
06/02/2019	Ajuste de Rotina de cálculo de substituição e GN para pagamento de magistrados.	DED 861	Alterar a rotina de cálculo das substituições dos magistrados, com a inclusão das rubricas 2602, 2702, 68604 e 95105 nas regras de cálculo, bem como com a substituição da rubrica 74300 pela rubrica 74116.
26 de fev	Entrega da DIRF2018/2019.	Instrução Normativa RFB nº 1836 de 03/10/2018 e Ato Declaratório Executivo COFIS nº 71 de 05/10/2018.	Efetivar a transmissão da DIRF2018/2019 à Receita Federal do Brasil.

DATA	AÇÃO ADMINISTRATIVA	DOCUMENTO	OBJETIVOS
26 de fev	Liberação dos Informes de Rendimentos através da Extranet.	Instrução Normativa RFB nº 1836 de 03/10/2018 e Ato Declaratório Executivo COFIS nº 71 de 05/10/2018.	Possibilitar aos servidores, magistrados e juízes classistas de 1º grau a emissão dos informes de rendimentos através da Internet.
01 a 12/ mar	Geração da folha de pagamento - março/2019.	Arquivo: 2019-03-50	Efetivar o crédito da remuneração mensal em conta-corrente dos servidores e magistrados (ativos, inativos, pensionistas estatutários e pessoal vinculado ao RGPS) e juízes classistas de 1º grau (inativos e pensionistas estatutários).
01 a 25/ mar	Geração das OSI's para o pagamento do reembolso aos órgãos cedentes de servidores para este TRT.	OSI CPAG SPPSVE nºs 038 e 049/2019	Providenciar o reembolso em conformidade com a Resolução 143/2014 do CSJT.
01 a 07/ mar	Geração e transmissão da GFIP do mês 02/2019.	201902.zip	Prestar informações relacionadas aos fatos geradores de contribuição previdenciária e outros dados de interesse do INSS – Instituto Nacional do Seguro Social – conforme Lei nº 9.528, de 10/12/1997.
08 a 29/ mar	Expedição de Informações à Assessoria Jurídica atendendo às solicitações judiciais de informações pertinentes às atividades laborais desenvolvidas por este Serviço a título de URV 11,98. Total do mês: 1 informação.	Solicitações oriundas da Advocacia-Geral da União e da Justiça Federal.	Fornecer subsídios para a defesa da AGU.
15 de mar	Entrega da RAIS 2018/2019.	Portaria nº 39, de 14/02/2019, do Ministério do Trabalho e Emprego.	Efetivar a transmissão da RAIS 2018/2019 ao Ministério do Trabalho e Emprego.

DATA	AÇÃO ADMINISTRATIVA	DOCUMENTO	OBJETIVOS
14 a 26/ mar	Geração da folha de pagamento dos acertos efetivados após o fechamento da folha normal, folhas de GECJ, de diárias de magistrados.	Arquivos: 2019-03-51, 2019-03-55 e 2019-03-80	Efetivar, dentro do próprio mês, a servidores e magistrados (ativos, inativos e pensionistas estatutários) e juízes classistas de 1º grau (inativos e pensionistas estatutários), o crédito de diferenças remuneratórias decorrentes de alterações cadastrais e funcionais, ocorridas após o fechamento da folha normal e créditos de GECJ, de diárias de magistrados.
14 a 26/ mar	Geração de folhas de pagamento de diferenças diversas relativas a exercícios anteriores.	Arquivos: 2019-03-61, 2019-03-62, 2019-03-63, 2019-03-64, 2019-03-65, 2019-03-66, 2019-03-71, 2019-03-73.	Efetivar o crédito em corrente dos servidores e magistrados (ativos, inativos, pensionistas estatutários e pessoal vinculado ao RGPS) e juízes classistas de 1º grau (inativos e pensionistas estatutários). de eventuais verbas relativas a passivos de exercícios anteriores (diferença de benefícios 2017, PAE 98-99, pagamentos com base nos arts. 12 e 13 da Res. CSJT 137/2014, e folha extra de pagamentos por trabalho em recesso 2019/2019).
07/jan a 29 de mar	Geração de cálculos estimados do valor do Benefício Especial para servidores/magistrados interessados em eventual migração, através do levantamento de base contributiva destes, tanto referentes ao período laborado neste órgão quanto em outros órgãos, caso tenha havido averbação de tempo de serviço sob regime próprio de previdência. Emissão de aproximadamente 450 cálculos.	Protocolos diversos.	Fornecer Informações a servidores a magistrados deste Tribunal acerca do cálculo estimado do Benefício Especial.

DATA	AÇÃO ADMINISTRATIVA	DOCUMENTO	OBJETIVOS
01 a 10/abril	Geração da folha de pagamento.	Arquivo: 2019-04-50.	Efetivar o crédito da remuneração mensal em conta-corrente dos servidores e magistrados (ativos, inativos, pensionistas estatutários e pessoal vinculado ao RGPS) e juízes classistas de 1º grau (inativos e pensionistas estatutários).
01 a 24/abr	Geração das OSI's para o pagamento do reembolso aos órgãos cedentes de servidores para este TRT.	OSI SPPSVE CPAG nº 061/2019.	Providenciar o reembolso em conformidade com a Resolução 143/2014 do CSJT.
01 a 08/abr	Geração e transmissão da GFIP do mês 03/2019.	201903.zip	Prestar informações relacionadas aos fatos geradores de contribuição previdenciária e outros dados de interesse do INSS – Instituto Nacional do Seguro Social – conforme Lei nº 9.528, de 10/12/1997.
11 a 23/abr	Geração da folha de pagamento dos acertos efetivados após o fechamento da folha normal, folhas de GECJ, de diárias de magistrados, de folha extra de benefícios e de restituição de Funpresp/2019.	Arquivos: 2019-04-51, 2019-04-52, 2019-04-53, 2019-04-55 e 2019-04-80.	Efetivar, dentro do próprio mês, a servidores e magistrados (ativos, inativos e pensionistas estatutários) e juízes classistas de 1º grau (inativos e pensionistas estatutários), o crédito de diferenças remuneratórias decorrentes de alterações cadastrais e funcionais, ocorridas após o fechamento da folha normal e créditos de GECJ, de diárias de magistrados e de folha extra de benefícios.
01 a 22/abr	Geração das OSI's para o pagamento do reembolso aos órgãos cedentes de servidores para este TRT.	OSI SPPSVE CPAG nº 61/2019.	Providenciar o reembolso em conformidade com a Resolução 143/2014 do CSJT.
23 a 26 de abr	Prestação de informações acerca de Regime de Previdência Complementar de magistrados.	Informação CPAG/SPM nº 412/2019	Prestação de Informações à AMATRA XV quanto a questionamentos sobre verbas de incidência para cálculo do benefício especial.
12 de abr	Rotina de cálculo de IR Tributação Exclusiva.	DED 879	Alteração na rotina de cálculo do Imposto de Renda Tributação Exclusiva.

DATA	AÇÃO ADMINISTRATIVA	DOCUMENTO	OBJETIVOS
02 a 10/ mai	Geração da folha de pagamento -maio/2019.	Arquivos: 2019-05-50	Efetivar o crédito da remuneração mensal em conta-corrente dos servidores e magistrados (ativos, inativos, pensionistas estatutários e pessoal vinculado ao RGPS) e juízes classistas de 1º grau (inativos e pensionistas estatutários).
01 a 07/ mai	Geração e transmissão da GFIP do mês 04/2019.	201904.zip	Prestar informações relacionadas aos fatos geradores de contribuição previdenciária e outros dados de interesse do INSS – Instituto Nacional do Seguro Social – conforme Lei nº 9.528, de 10/12/1997.
13/mai	Processamento de retificação de DIRF's dos anos-calendário 2015, 2016, 2017 e 2018.	Despacho do Presidente em resposta à Consulta protocolada sob nº 2249/2011.	Processar e retificar DIRF's dos anos-calendário 2015, 2016, 2017 e 2018, e transmiti-las à Receita Federal do Brasil.
07 a 31/ mai	Expedição de Informações à Assessoria Jurídica atendendo às solicitações judiciais de informações pertinentes às atividades laborais desenvolvidas por este Serviço a título de URV 11,98. Total do mês: 1 informação.	Solicitações oriundas da Advocacia-Geral da União e da Justiça Federal.	Fornecer subsídios para a defesa da AGU.
13 a 24/ mai	Geração da folha de pagamento dos acertos efetivados após o fechamento da folha normal, folhas de GECJ e de diárias de magistrados.	Arquivos: 2019-05-51, 2019-05-55 e 2019-05-80.	Efetivar, dentro do próprio mês, a servidores e magistrados (ativos, inativos e pensionistas estatutários) e juízes classistas de 1º grau (inativos e pensionistas estatutários), o crédito de diferenças remuneratórias decorrentes de alterações cadastrais e funcionais, ocorridas após o fechamento da folha normal e créditos de GECJ e de diárias de magistrados.

DATA	AÇÃO ADMINISTRATIVA	DOCUMENTO	OBJETIVOS
16/mai	Informação Cpag/SPM nº 553/2019	Processo Administrativo nº 000317-94.2017.5.15.0895 PA	Prestação de informações relativas à auditoria acerca de diárias de Juízes em substituição CCIN.
28/mai	Informação sobre diárias pagas aos magistrados 2012 a 2019.	Processo Administrativo nº 0000042-77.2019.5.15.0895 PA	Atender ao Grupo de Trabalho para adequação de despesas com diárias e passagens aéreas.
01 a 21/ mai	Geração das OSI's para o pagamento do reembolso aos órgãos cedentes de servidores para este TRT.	OSI CPAG SPPSVE nº 072/2019	Providenciar o reembolso em conformidade com a Resolução 143/2014 do CSJT.
01/jan a 31/dez	Geração mensal de informações cadastrais e respectivas fichas financeiras de todos os magistrados e servidores, incluindo comissionados, aposentados, instituidores de pensão e pensionistas deste TRT15, a partir do janeiro de 2019, na forma de layouts solicitados pelo TCU.	Ofício TCU/SEFIP 2014/2018 - Protocolo nº 2994/2018	Prestar informações ao TCU.
04 a 12/jun	Geração da folha de pagamento - junho/2019.	Arquivos: 2019-06-50.	Efetivar o crédito da remuneração mensal em conta-corrente dos servidores e magistrados (ativos, inativos, pensionistas estatutários e pessoal vinculado ao RGPS) e juízes classistas de 1º grau (inativos e pensionistas estatutários).
01 a 07/jun	Geração e transmissão da GFIP do mês 05/2019.	201905.zip	Prestar informações relacionadas aos fatos geradores de contribuição previdenciária e outros dados de interesse do INSS – Instituto Nacional do Seguro Social – conforme Lei nº 9.528, de 10/12/1997.

DATA	AÇÃO ADMINISTRATIVA	DOCUMENTO	OBJETIVOS
04 a 12/jun	Geração da folha de adiantamento de gratificação de natal.	Arquivo: 2019-06-90	Efetivar o crédito de adiantamento de gratificação de natal a magistrados, juízes classistas e servidores.
13//jun	Informação sobre conferência de cálculos elaborados pela Amatra ref. diárias de magistrados e indenização de combustíveis.	Processo Administrativo nº 0000127-72.2010.5.15.0897 PA	Atender à solicitação da Procuradoria-Seccional da União em Campinas.
13 a 28/jun	Expedição de Informações à Assessoria Jurídica atendendo às solicitações judiciais de informações pertinentes às atividades laborais desenvolvidas por este Serviço a título de URV 11,98. Total do mês: 1 informação.	Solicitações oriundas da Advocacia-Geral da União e da Justiça Federal.	Fornecer subsídios para a defesa da AGU.
13 a 25/jun	Geração da folha de pagamento dos acertos efetivados após o fechamento da folha normal e folhas de GECJ, de diárias de magistrados.	Arquivos: 2019-06-52, 2019-06-55 e 2019-06-80.	Efetivar, dentro do próprio mês, a servidores e magistrados (ativos, inativos e pensionistas estatutários) e juízes classistas de 1º grau (inativos e pensionistas estatutários), o crédito de diferenças remuneratórias decorrentes de alterações cadastrais e funcionais, ocorridas após o fechamento da folha normal, e créditos de GECJ, de diárias de magistrados.
01 a 21/jun	Geração das OSI's para o pagamento do reembolso aos órgãos cedentes de servidores para este TRT.	OSI CPAG SPPSVE nº 100/2019	Providenciar o reembolso em conformidade com a Resolução 143/2014 do CSJT.
02 a 12/jul	Geração da folha de pagamento - julho/2019.	Arquivos: 2019-07-50.	Efetivar o crédito da remuneração mensal em conta-corrente dos servidores e magistrados (ativos, inativos, pensionistas estatutários e pessoal vinculado ao RGPS) e juízes classistas de 1º grau (inativos e pensionistas estatutários).

DATA	AÇÃO ADMINISTRATIVA	DOCUMENTO	OBJETIVOS
01 a 21/jul	Geração das OSI's para o pagamento do reembolso aos órgãos cedentes de servidores para este TRT.	OSI CPAG SPPSVE n° 116/2019	Providenciar o reembolso em conformidade com a Resolução 143/2014 do CSJT.
01 a 07/jul	Geração e transmissão da GFIP do mês 06/2019.	201906.zip	Prestar informações relacionadas aos fatos geradores de contribuição previdenciária e outros dados de interesse do INSS – Instituto Nacional do Seguro Social – conforme Lei n° 9.528, de 10/12/1997.
22/jul	Informação Cpag/SPM n° 873/2019	Memorando SOF/CEOF 008/2019	Devolução de diárias eventuais – auditoria CCIN.
10 a 31/jul	Expedição de Informações à Assessoria Jurídica atendendo às solicitações judiciais de informações pertinentes às atividades laborais desenvolvidas por este Serviço a título de URV 11,98. Total do mês: 2 informações.	Solicitações oriundas da Advocacia-Geral da União e da Justiça Federal.	Fornecer subsídios para a defesa da AGU.
15 a 26/jul	Geração da folha de pagamento dos acertos efetivados após o fechamento da folha normal e folhas de GECJ, de diárias de magistrados.	Arquivos: 2019-07-51, 2019-07-55, 2019-07-59 e 2019-07-80	Efetivar, dentro do próprio mês, a servidores e magistrados (ativos, inativos e pensionistas estatutários) e juízes classistas de 1º grau (inativos e pensionistas estatutários), o crédito de diferenças remuneratórias decorrentes de alterações cadastrais e funcionais, ocorridas após o fechamento da folha normal e créditos de GECJ, de diárias, auxílio-funeral.
02 a 12/ago	Geração da folha de Pagamento - agosto/2019	Arquivos: 2019-08-50	Efetivar o crédito da remuneração mensal em conta-corrente dos servidores e magistrados (ativos, inativos, pensionistas estatutários e pessoal vinculado ao RGPS) e juízes classistas de 1º grau (inativos e pensionistas estatutários).

DATA	AÇÃO ADMINISTRATIVA	DOCUMENTO	OBJETIVOS
01 a 21/ago	Geração das OSI's para o pagamento do reembolso aos órgãos cedentes de servidores para este TRT.	OSI CPAG SPPSVE n° 132/2019	Providenciar o reembolso em conformidade com a Resolução 143/2014 do CSJT.
01 a 07/ago	Geração e transmissão da GFIP do mês 07/2019.	201907.zip	Prestar informações relacionadas aos fatos geradores de contribuição previdenciária e outros dados de interesse do INSS – Instituto Nacional do Seguro Social – conforme Lei n° 9.528, de 10/12/1997.
13 a 27/ago	Geração da folha de pagamento dos acertos efetivados após o fechamento da folha normal e folhas de GECJ.	Arquivos: 2019-08-51, 2019-08-55 e 2019-08-80.	Efetivar, dentro do próprio mês, a servidores e magistrados (ativos, inativos e pensionistas estatutários) e juízes classistas de 1º grau (inativos e pensionistas estatutários), o crédito de diferenças remuneratórias decorrentes de alterações cadastrais e funcionais, ocorridas após o fechamento da folha normal e créditos de GECJ de diárias de magistrados.
16/ago	Informação Cpag/SPM n° 909/2019	Protocolo Administrativos 1500/2019 e requerimentos diversos	Prestação de esclarecimentos relativos aos recolhimentos efetuados por este Regional ao RPPS e às bases utilizadas no cálculo dos Benefícios Especiais dos senhores magistrados, tendo em vista requerimento da AMATRA XV e de outros Magistrados desta Corte.
02 a 11/set	Geração da folha de pagamento - setembro/2019	Arquivos: 2019-09-50	Efetivar o crédito da remuneração mensal em conta-corrente dos servidores e magistrados (ativos, inativos, pensionistas estatutários e pessoal vinculado ao RGPS) e juízes classistas de 1º grau (inativos e pensionistas estatutários).
01 a 21/set	Geração das OSI's para o pagamento do reembolso aos órgãos cedentes de servidores para este TRT.	OSI CPAG SPPSVE n° 156/2019	Providenciar o reembolso em conformidade com a Resolução 143/2014 do CSJT.

DATA	AÇÃO ADMINISTRATIVA	DOCUMENTO	OBJETIVOS
01 a 07/set	Geração e transmissão da GFIP do mês 08/2019.	201908.zip	Prestar informações relacionadas aos fatos geradores de contribuição previdenciária e outros dados de interesse do INSS – Instituto Nacional do Seguro Social – conforme Lei nº 9.528, de 10/12/1997.
16 a 25/set	Geração da folha de pagamento dos acertos efetivados após o fechamento da folha normal, folhas de GECJ, férias indenizadas, de diárias de magistrados.	Arquivos: 2019-09-51, 2019-09-55, 2019-09-60 e 2019-09-80	Efetivar, dentro do próprio mês, a servidores e magistrados (ativos, inativos e pensionistas estatutários) e juízes classistas de 1º grau (inativos e pensionistas estatutários), o crédito de diferenças remuneratórias decorrentes de alterações cadastrais e funcionais, ocorridas após o fechamento da folha normal, e créditos de GECJ, diárias de magistrados.
04 a 18/set	Expedição de Informações à Assessoria Jurídica atendendo às solicitações judiciais de informações pertinentes às atividades laborais desenvolvidas por este Serviço a título de URV 11,98. Total do mês: 1 informação.	Solicitações oriundas da Advocacia-Geral da União e da Justiça Federal.	Fornecer subsídios para a defesa da AGU.
18/set	Inserção das informações relativas à remuneração de magistrados, dos meses de setembro e outubro/2017, no portal do CNJ.	Ofício nº 1368- SG (0728591), de 30/08/2019, do CNJ	Regularização das informações relativas à remuneração de magistrados deste Tribunal, do portal do CNJ - Portaria nº 63/CNJ.
01 a 10 out	Geração da folha de pagamento – outubro/2019.	Arquivos: 2019-10-50	Efetivar o crédito da remuneração mensal em conta-corrente dos servidores e magistrados (ativos, inativos, pensionistas estatutários e pessoal vinculado ao RGPS) e juízes classistas de 1º grau (inativos e pensionistas estatutários).

DATA	AÇÃO ADMINISTRATIVA	DOCUMENTO	OBJETIVOS
01 a 07/out	Geração e transmissão da GFIP do mês 09/2019.	201909.zip	Prestar informações relacionadas aos fatos geradores de contribuição previdenciária e outros dados de interesse do INSS – Instituto Nacional do Seguro Social – conforme Lei nº 9.528, de 10/12/1997.
01 a 21/out	Geração das OSI's para o pagamento do reembolso aos órgãos cedentes de servidores para este TRT.	OSI CPAG SPPSVE n° 183/2019	Providenciar o reembolso em conformidade com a Resolução 143/2014 do CSJT.
18 de out	Atualização dos passivos da PAE 94/97 e 98/99.	DEDs 921 e 922.	Atualização de valores para levantamento a órgãos externos a este Regional.
01 a 30/out	SIPREV – Avaliação atuarial 2019.	DED-890	Encaminhar informações ao SIPREV.
14 a 25./out	Geração da folha de pagamento dos acertos efetivados após o fechamento da folha normal e folhas de GECJ, diárias de magistrados, e acertos de restituição da Funpresp.	Arquivos: 2019-10-51, 2019-10-55, 2019-10-80 e 2019-10-96.	Efetivar, dentro do próprio mês, a servidores e magistrados (ativos, inativos e pensionistas estatutários) e juízes classistas de 1º grau (inativos e pensionistas estatutários), o crédito de diferenças remuneratórias decorrentes de alterações cadastrais e funcionais, ocorridas após o fechamento da folha normal, e créditos de GECJ e diárias de magistrados.
14 a 30/out	Expedição de informações ao Conselho Superior da Justiça do Trabalho acerca dos passivos administrativos a favor de servidores e magistrados deste Tribunal.	Mensagem SEOFI/CSJT nºs 038/2019.	Fornecimento de dados para análise do CSJT.
04/nov a 06/dez	Expedição de Informações à Assessoria Jurídica relativas à conferência de cálculos elaborados pela Amatra ref. diárias de magistrados e indenização de combustível.	Solicitações oriundas da Advocacia-Geral da União e da Justiça Federal.	Fornecer subsídios para a defesa da AGU.

DATA	AÇÃO ADMINISTRATIVA	DOCUMENTO	OBJETIVOS
04 a 11/nov	Geração da folha de pagamento - novembro/2019.	Arquivos: 2019-11-50	Efetivar o crédito da remuneração mensal em conta-corrente dos servidores e magistrados (ativos, inativos, pensionistas estatutários e pessoal vinculado ao RGPS) e juízes classistas de 1º grau (inativos e pensionistas estatutários).
01 a 07/nov	Geração e transmissão da GFIP do mês 10/2019.	201910.zip	Prestar informações relacionadas aos fatos geradores de contribuição previdenciária e outros dados de interesse do INSS – Instituto Nacional do Seguro Social – conforme Lei nº 9.528, de 10/12/1997.
13 a 26/nov	Geração da folha de pagamento dos acertos efetivados após o fechamento da folha normal, folhas de GECJ, diárias de magistrados e restituição de valores referentes à Funpresp-JUD.	Arquivos: 2019-11-51, 2019-11-55, 2019-11-80 e 2019-11-96.	Efetivar, dentro do próprio mês, a servidores e magistrados (ativos, inativos e pensionistas estatutários) e juízes classistas de 1º grau (inativos e pensionistas estatutários), o crédito de diferenças remuneratórias decorrentes de alterações cadastrais e funcionais, ocorridas após o fechamento da folha normal, e créditos de GECJ e diárias de magistrados.
19 a 27/nov	Geração da folha de pagamento de gratificação de natal relativa ao exercício de 2019.	Arquivo: 2019-12-90	Efetivar o crédito da Gratificação de Natal em conta-corrente dos servidores e magistrados (ativos, inativos, pensionistas estatutários e pessoal vinculado ao RGPS) e juízes classistas de 1º grau (inativos e pensionistas estatutários).
01 a 21/nov	Geração das OSI's para o pagamento do reembolso aos órgãos cedentes de servidores para este TRT.	OSI CPAG SPPSVE nº 197/2019	Providenciar o reembolso em conformidade com a Resolução 143/2014 do CSJT.
03/12/2019	Processamento de retificação de DIRF's dos anos-calendário 2015, 2016, 2017 e 2018.	Despacho do Presidente em resposta à Consulta protocolada sob nº 2249/2011.	Processar e retificar DIRF's dos anos-calendário 2015, 2016, 2017 e 2018, e transmiti-las à Receita Federal do Brasil.

DATA	AÇÃO ADMINISTRATIVA	DOCUMENTO	OBJETIVOS
02 a 06/dez	Expedição de informações sobre despesas da folha do mês de dezembro e do adiantamento de 1/3 constitucional de férias relativo ao mês de janeiro de 2020.	Mensagens SEOFI/CSJT n°s 048 e 049/2019.	Fornecimento de dados ao CSJT sobre fechamento de exercício.
03 a 12/dez	Geração da folha de Pagamento dezembro/2019.	Arquivos: 2019-12-50	Efetivar o crédito da remuneração mensal em conta-corrente dos servidores e magistrados (ativos, inativos, pensionistas estatutários e pessoal vinculado ao RGPS) e juízes classistas de 1º grau (inativos e pensionistas estatutários).
01 a 07/dez	Geração e transmissão da GFIP do mês 11/2019.	201911.zip	Prestar informações relacionadas aos fatos geradores de contribuição previdenciária e outros dados de interesse do INSS – Instituto Nacional do Seguro Social – conforme Lei nº 9.528, de 10/12/1997.
01 a 19/dez	Processamento de folha de pagamento de diferenças diversas relativas a exercícios anteriores.	Arquivos: 2019-12-59, 2019-12-60, 2019-12-61, 2019-12-62, 2019-12-63, 2019-12-64, 2019-12-65, 2019-12-72, 2019-12-73.	Efetivar o crédito em conta-corrente dos magistrados ativos, inativos, pensionistas e herdeiros, de eventuais verbas relativas a exercícios anteriores a título de diferenças de ajuda de custo, escalonamento da PAE 95-97, diferenças enquadradas no art. 12 da Resolução 137/2014.
02 dez	Informações acerca da diferença de diárias de magistrados à Advocacia Geral da União (AGU).	Informação CPAG/SPM 1550/2019	Fornecer subsídios para a defesa da AGU.
01 a 20/dez	Geração das OSI's para o pagamento do reembolso aos órgãos cedentes de servidores para este TRT.	OSI CPAG SPPSVE n°s 214 e 236/2019	Providenciar o reembolso em conformidade com a Resolução 143/2014 do CSJT.
13 a 17 dez	Informações acerca da diferença de diárias à Advocacia-Geral da União (AGU).	Informação CPAG/SPM 1601/2019 (prot 3737/2019)	Fornecer subsídios para a defesa da AGU.

DATA	AÇÃO ADMINISTRATIVA	DOCUMENTO	OBJETIVOS
03 a 30/dez	Informações sobre pagamentos e saldos de passivos de magistrados e servidores.	Diversos	Regularização de Registros Contábeis junto ao SIAFI.
02 a 19/dez	Geração da folha de pagamento dos acertos efetivados após o fechamento da folha normal, de gratificação de natal, de GECJ, de progressão, ajuda de custo e diárias de magistrados.	Arquivos: 2019-12-51, 2019-12-52, 2019-12-53, 2019-12-54, 2019-12-55, 2019-12-56, 2019-12-57, 2019-12-58, 2019-12-70, 2019-12-71, 2019-12-74, 2019-12-75, 2019-12-80, 2019-12-81, 2019-12-91, 2019-12-96.	Efetivar, dentro do próprio mês, a servidores e magistrados (ativos, inativos e pensionistas estatutários) e juizes classistas de 1º grau (inativos e pensionistas estatutários), o crédito de diferenças remuneratórias decorrentes de alterações cadastrais e funcionais, ocorridas após o fechamento da folha normal, créditos de GECJ e diárias de magistrados, além de acertos de gratificação de natal e previsões de pagamentos a título de indenização de transporte, substituição e adicional noturno.
16 a 23/dez	Processamento de créditos relativos às diferenças decorrentes do Escalonamento da PAE 95-97, Remanescentes da PAE 94-97 e PAE 98-99.	OSI's nº 222 a 248/2019;	Efetivar o crédito de diferenças decorrentes dos passivos decorrentes do Escalonamento da PAE 95-97, Remanescentes da PAE 94-97 e PAE 98-99.
26 a 28/dez	Geração de arquivo para ajuste DIRF.	Arquivos: 2019-12-97	Ajustes relativos ao crédito de diferenças decorrentes do Escalonamento da PAE 95-97, Remanescentes da PAE 94-97 e PAE 98-99, para DIRF 2019.

2.7 - SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES

2.7.1 - Coordenadoria de Apoio À Gestão de TIC

2.7.1.1 Seção de Projetos Setoriais de TIC

DED 753 - [PDTIC-2018/2019] - Revisar a metodologia BPM e otimizar o processo de trabalho de Gerenciamento de Processos de Trabalho.

Demanda tratada como projeto e concluída em 28/01/2019. Acompanhamos a execução do projeto.

DED 870 - Eliminação do item “Informática (Tecnologia da Informação)” do menu administrativo na Extranet.

Demanda concluída em 10/04/2019. Gerenciamento da execução dos trabalhos.

DED 857 - Mapear e desenhar o processo de trabalho de 'Gerenciamento de Demandas de TIC' e

DED 755 - Formalizar proposta de processo de Cadastramento e Atualização de Demandas no âmbito da SETIC. [proposta plano diretor 2018-2019]

Demandas tratadas como projeto e concluídas em 12/04/2019. Gerenciamento do projeto e execução de atividades de mapeamento do processo de trabalho relacionado com o Comitê Multidisciplinar de Priorização de Demandas de TIC - CPDTIC.

DED 878 - Histórico de Processos de Trabalho

Demanda concluída em 07/05/2019. Participação no trabalho de melhoria da página de processos para estruturar, permitir o registro e consulta do histórico de melhorias nos processos.

DED 763 - [PDTIC-2018/2019] - Implantar a 'Norma de Gestor de Serviço de TIC', sugerida para aprovação pelo Comitê de Segurança da Informação, componente do Capítulo VI (Diretriz para Gestão de Segurança da Informação para Segurança em Tecnologia da Informação e Comunicações) das Diretrizes para Gestão de Segurança da Informação (DGSI-TRT)

Demanda tratada como projeto e concluída em 06/08/2019. Gerenciamento do projeto e outras atividades com objetivo de implantar o que determina a norma, ou seja, identificar as ofertas de serviços e os gestores, encaminhar para aprovação e dar publicidade na Extranet.

DED 905 - Implantação da Gestão de Riscos em Soluções Nacionais Críticas de TIC

Demanda tratada como projeto e concluída em 21/10/2019. Gerenciamento do projeto para implantar a gestão de riscos nas Soluções Nacionais Críticas de TIC. Identificação das soluções nacionais críticas de TIC publicadas no PETIC vigente (PJe, PJe Calc e satélite Consulta Processual).

DED 856 - Remover privilégios de administrador dos desktops do TRT

Demanda tratada como projeto e em andamento. Iniciada em 16/01/2019. Gerenciamento do projeto cujo objetivo é apoiar a implantação da “Norma do padrão de software em estações de trabalho” relacionado com a Segurança da Informação.

DED 874 - Implantação de Acordo de Nível de Serviço (ANS) para Catálogo Técnico

Demanda tratada como projeto e em andamento. Iniciada em 28/03/2019. Gerenciamento do projeto com objetivo de atender ao determinado na “Norma de Acordo de Nível de Serviço de TIC” relacionado com a Governança de TIC.

DED 886 - Implantação de Acordo de Nível de Serviço (ANS) para Catálogo Negócio

Demanda tratada como projeto e em andamento. Iniciada em 18/07/2019. Gerenciamento do projeto com objetivo de atender ao determinado na “Norma de Acordo de Nível de Serviço de TIC” relacionado com a Governança de TIC.

DED 902 - Reestruturação do Portal

Demanda tratada como projeto e em andamento. Iniciada em 23/08/2019. Trabalhamos no gerenciamento do projeto denominado “Projeto Portal” que tem como escopo a substituição da ferramenta Liferay pela ferramenta Drupal, a reestruturação da página inicial conforme determinação do CSJT (Resolução 243/2019) e migração total do conteúdo do portal para a nova plataforma. Primeira fase (Internet) em andamento com previsão de conclusão em janeiro de 2020. Segunda fase (Extranet/Intranet) será iniciada na sequência.

Outras atividades

a) Operações de inclusão e manutenção demandas na página do Portfólio de Demandas e Projetos da SETIC na Extranet. Considerando inclusões e alterações temos: 256 chamados atendidos;

b) Operações de avaliação, inclusão e manutenção de documentos de projetos no Portfólio de Demandas e Projetos da SETIC na Extranet. Considerando inclusões e alterações temos: 118 chamados atendidos.

Resumindo, em contagem na Central de Serviços de TIC relativo ao período entre janeiro a dezembro de 2019, atendemos 374 solicitações.

2.7.1.2 Seção de Segurança da Informação e Apoio à Governança de TIC

1. Planejamento Estratégico e Tático

a) Revisão do PDTIC

Foi elaborada uma proposta de revisão do Planejamento Diretor de TIC (PDTIC), bem como estabeleceu um mecanismo que permite às Coordenadorias trabalharem simultaneamente na consolidação do documento. O Planejamento proposto engloba os anos de 2019 a 2020, sendo objeto de análise pelo Comitê Gestor de TIC e posterior encaminhamento ao Comitê de Governança de TI para sua validação visando sua aprovação pela Administração.

b) Indicadores Estratégicos

Foram coletados e consolidados os indicadores do PETIC, viabilizando a realização das Reuniões de Acompanhamento da Estratégia (RAE).

Reunião de Análise da Estratégia (RAE) com Presidência e Administração

Preparação de materiais para que o Secretário de TIC realizasse a Reunião de Análise Estratégica – RAE com a Presidência e Administração.

- Preparação com dados de 2019 até o mês de abril;

- Preparação com dados de 2019 até o mês de agosto.

Reunião de Análise da Estratégia (RAE) interna com SETIC

Preparação de materiais para que o Secretário de TIC realizasse a Reunião de Análise Estratégica – RAE aos servidores de TIC.

- Preparação com dados de 2019 até o mês de abril;

- Preparação com dados de 2019 até o mês de agosto.

2. Processos de trabalho

a) Apoio para mapeamento, otimização e uso de processos de trabalho;

Consultoria para os processos de trabalhos, a fim de auxiliá-las na aplicabilidade da Metodologia de Gestão de Processos de Trabalho da SETIC;

b) Apoio na publicidade da Norma de Acordo de Nível de Serviço de TIC;

c) Apoio para mapeamento, otimização e uso de processos de trabalho;

d) Manutenção dos indicadores de desempenho dos processos das Coordenadorias na página do escritório de processos;

e) Apoio na publicidade dos sistemas informatizados estratégicos do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região.

3. Segurança da Informação e Normas

a) Implantação e apoio para Gestão de Riscos na SETIC;

Apoio na disseminação dos conceitos de Gestão de Riscos;
Apoio no projeto de Gestão de Riscos dos PJe das soluções nacionais de TIC consideradas críticas implantadas no Tribunal, a saber: PJe e satélite Consulta Processual, PJe Calc;

b) Apoio para disseminação de normas

Apoio para a publicação e publicidade das normas de Norma de Gestor de Serviço de TIC, Norma de acesso à internet, Norma do padrão de software em estações de trabalho, Norma de tratamento de incidentes de segurança da informação de TIC, Norma de utilização e seguridade de logins, dispositivos de identificação e senhas, Norma do serviço de correio eletrônico Institucional.

c) Apoio para publicação e publicidade da Política Institucional de Segurança da Informação (PISI)

Apoio na publicação e publicidade da PISI na extranet.

4. Compliance e Auditorias

Análise e apoio para resposta às auditorias diversas pelo Secretário de TIC.

a) Análise do questionário iGovTIC-JUD 2019 - CNJ

A CGTIC elaborou o mecanismo para coleta das respostas referentes ao Levantamento de Governança, Gestão e Infraestrutura de TIC do Poder Judiciário iGovTIC-JUD 2019 emitidas pelas outras áreas da Instituição e atuou na busca de respostas com responsabilidade da Secretária de TIC. Acompanha-se a coleta das respostas, a fim de identificar itens faltantes ou respostas inconsistentes. Analisa-se as respostas conferindo uma previsão inicial de valor para o indicador.

5. Aquisição e Orçamento

a) Plano de Contratações de Soluções de TIC 2019

Apoio na construção do documento do Plano de Contratações de Soluções de TIC de 2019e suporte em dúvidas, na conferência e preparação para aprovação.

b) Apoio a Contratações de Soluções de TIC de outras unidades da SETIC

Apoio na realização de documentos de contratações.

c) Suporte ao processo de Contratações de Soluções de TIC

Conferência de Documentos de Oficialização de Demanda (DOD) emitidos pelas diversas áreas da Instituição e apoio ao cadastramento dos mesmos no sistema PROAD.

6. Apoio à Gestão

a) Apoio ao Comitê de Governança de TI

A Coordenadoria atuou de diferentes formas como parceira do Comitê de Governança de TI, na promoção e melhoria contínua do tema foco do referido Comitê no âmbito da Instituição.

b) Apoio ao Comitê Gestor de TIC

A Coordenadoria apoiou o referido Comitê, atuando em trabalhos abordados no Comitê Gestor de TIC.

2.7.2 - Coordenadoria de Administração de Recursos de TIC

2.7.2.1 Seção de Redes de Dados:

Contratações:

- Sistemas Autônomos (AS): finalização dos estudos técnicos preliminares e elaboração do Termo de Referência. Acompanhamento da entrega dos equipamentos e serviços de acordo com as especificações. Os serviços incluíram novos links de Internet providos por Operadoras distintas e entregues através de abordagens físicas separadas no prédio Administrativo do Tribunal.

Segurança das Redes de Dados:

- Planejamento, aplicação de configurações e início de projeto piloto envolvendo a nova solução de filtro de conteúdo Checkpoint. Evolução dos testes com uso inicial de Captive Portal para autenticação de usuários e posterior migração para Agente Desktop próprio do fabricante, instalado em microcomputadores com sistema operacional Windows.

- Elaboração e apresentação das características e desafios da migração do proxy legado para a nova solução de filtragem de conteúdo Checkpoint.

- Atualização de versão da solução Checkpoint, que opera como Firewall para toda rede do TRT15, para alcançar novos recursos e maior estabilidade de operação.

- Planejamento e aplicação de novas políticas na solução Checkpoint, relacionada a conjunto de regras de filtragem de conteúdo, mantendo as correlações com a solução atualmente em produção e considerando os diferentes recursos presentes em cada caso.

- Operação do ambiente de produção envolvendo configuração de regras de acesso e bloqueio nas soluções de Firewall e Filtro de Conteúdo do Tribunal, NATs, backup de logs, assim como fiscalização técnica do Contrato de cada uma das soluções.

Redes de Dados:

- Planejamento e implantação de switch CORE Redundante do Datacenter principal do TRT15, com modo de operação ativo-ativo, promovendo distribuição de carga e aumento da disponibilidade operacional do ambiente.

- Planejamento e reconfiguração do serviço DHCP do Fórum Campinas em estrutura redundante já existente e utilizada para atendimento deste serviço nas Sedes Administrativa e Judicial do Tribunal.

- Planejamento e aplicação de configurações do serviço DHCP em switches das unidades de 1º Grau, como solução de contorno em caso de falha em equipamentos principais utilizados para este fim.

- Estudo e aplicação de melhorias da cobertura de sinal da rede WI-FI, existente nas Sedes Administrativa e Judicial, utilizando de forma mais otimizada recursos já disponíveis na solução implantada, além de implementação de mecanismo para monitoração da cobertura.

- Criação de views e automação de replicação no serviço de DNS interno para atender demandas de resolução customizada de nomes.

RedeJT (VPN Regional):

- Finalização do acompanhamento de instalação da nova Rede JT, provida pela operadora Claro.
- Planejamento e conclusão da migração dos links de comunicação das 110 localidades atendidas pela nova estrutura da operadora Claro, envolvendo também os concentradores de comunicação no data center do Tribunal, do antigo provedor Vivo para o novo provedor Claro.
- Mapeamento de Processos de Fiscalização Rede JT - Claro, utilizando a ferramenta Modelio.
- Automação de processos envolvendo monitoração de links da Claro e relatórios de fiscalização, resultando em integração automática entre Portal GRC da Operadora Claro (Sistema de Proatividade) com o sistema de monitoração Zabbix do Tribunal.
- Elaboração de planilha com processamento automático de cálculo de indicadores, baseados em entradas obtidas nos sistemas de monitoração e proatividade.
- Execução de fluxo mensal de fiscalização técnica do serviço prestado pela operadora Claro para garantir os níveis de disponibilidade dos links de comunicação para as unidades de 1ª instância, de acordo com os parâmetros contratados e apuração de descontos nos casos de descumprimentos de indicadores.

SAN (Storage Area Network):

- Planejamento e finalização de migração de toda estrutura da rede SAN para novos switches em garantia. Trabalho conduzido conjuntamente com a CITIC.
- Padronização de nomenclaturas, envolvendo alias e zoneamentos, de toda a rede SAN.
- Planejamento e acompanhamento da atualização de firmware nos switches Cisco da rede SAN, garantindo padronização de versão entre todos os equipamentos do ambiente de produção.
- Execução das ações relacionadas a ativação lógica de dois novos equipamentos Storages, contratados pelo Tribunal, na estrutura da rede SAN de produção.

Link Internet:

- Identificação proativa de alteração de padrão de utilização dos links de Internet, utilizando ferramentas de monitoração (Zabbix - Sflow), relacionada ao uso do sistema PJE. Implementação de ação de contorno com direcionamento de tráfego para link de Internet backup. Esta ação proativa serviu de base para tomada de decisão para contratação de novos links de Internet com maior capacidade.
- Aquisições das concessões de IP's públicos versões 4 e 6 e Autonomous System Number (ASN) junto à NIC.br para implantação do Sistema Autônomo.
- Implementação em ambiente provisório de estrutura do Sistema Autônomo - AS, utilizando bloco de endereçamento IP próprio do TRT15. Este ambiente permitiu execução de ação provisória de remanejamento de tráfego da rede WI-FI para o link de Internet backup e consequente possibilidade de não renovação do link Internet que era utilizado de forma exclusiva pela rede WI-FI. Ambiente provisório de estrutura de Sistema Autônomo possibilitou também diversos testes no ambiente de redes do Tribunal, auxiliando no planejamento da migração para a nova infraestrutura, que inclui duas provedoras de Internet distintas e dois roteadores com suporte ao protocolo BGP.

- Atualização de versão do serviço de DNS Autoritativo do TRT15 (Externo) e adequação de configurações como etapa de preparação para implantação do Sistema Autônomo, utilizando novo Bloco IP próprio do TRT15.

- Planejamento do fluxo de atividades e execução de migração do acesso do TRT15 para uso de novos links de Internet de maior capacidade e utilizando IPs próprios do Tribunal, envolvendo a administração em modelo de Sistema Autônomo (AS).

- Fiscalização técnica mensal dos serviços prestados.

Outras atividades:

- Criação de novas redes (subnets) para atendimento do ambiente de containers (nova estrutura para suportar o sistema PJE) e políticas de acesso, conforme requisitos definidos pela CITIC.

- Estudo dos recursos disponíveis, planejamento e aplicação de configurações relacionadas ao VOIP em equipamentos PABX instalados em 90 cidades, permitindo que sejam efetuadas ligação entre as localidades envolvidas através da rede de dados existente.

- Estudo e elaboração de métrica para monitoração de uso dos links de comunicação para garantir adequação à resolução CNJ 211/2015, conforme PDTIC 22 Demanda: 769, referente máxima ocupação recomendada.

- Participação em grupo designado para elaborar documento de gestão de riscos relacionados ao sistema PJE e seus satélites.

- Atualização de ferramentas de monitoração, utilizando aplicações gratuitas, para permitir acompanhamento adequado de uso dos novos links de Internet, através do protocolo Netflow.

- Centralização de monitoração de parque de switches HP em ferramenta de monitoração - IMC, permitindo melhor gestão dos ativos, envolvendo controle de backup, logs e registro de alarmes.

- Estabelecimento de uma VPN entre o Tribunal e a Prodesp, sendo este um dos pré requisitos para a realização de videoconferências com a Justiça Estadual.

- Realização de testes e validações de algumas soluções possíveis para utilização em videoconferência. Estes estudos poderão servir como base para futuras demandas relacionadas a este assunto.

- Aplicação de atualização de versão da ferramenta de monitoração Zabbix.

- Atendimento de chamados da Central de Serviços de TIC (falhas em conexões, ajuste de VLANs, configuração de proxy, regras de firewall, zoneamentos SAN, DNS, DHCP, Atualização de perfil ONU - GPON, Resolução de incidentes da solução WI-FI);

- Criação de roteiros, instruções, diagramas e documentação de assuntos pertinentes à Seção na Wiki;

- Avaliação de servidores (em estágio e estáveis); Integração do novo servidor Jean Toledo na Seção de Redes de Dados;

2.7.2.2 Seção de Manutenção de Equipamentos de TIC

1. Manutenção:

- Nas dependências do TRT de Impressoras, no-breaks, scanners, multifuncionais, computadores e notebooks para reparos e fornecimento a todas as localidades do TRT da 15ª Região.

- Corretiva emergencial de impressoras, computadores e multifuncionais diretamente nas dependências das Varas e Fóruns do TRT da 15ª região nas viagens a serviço.
- Recondicionamento e adaptação de peças e ferramentas para a manutenção de equipamentos.
- Acompanhamento e controle de atendimentos técnicos para equipamentos diversos em garantia e realização de testes finais de aprovação do serviço.
- Manutenção e recondicionamento de Computadores, Notebooks e Impressoras para processos de doação.

2. Suporte:

- Elaboração de manuais técnicos para facilitar os diagnósticos de problemas pelos administradores de recursos de informática.
- Atendimento on-line de equipamentos de impressão para atualizações de firmware e solução de problemas técnicos que envolvam desmontagens parciais de módulos de equipamentos.
- Suporte Técnico aos profissionais da CAU (Coordenadoria de Atendimento ao Usuário) sobre atendimento de impressoras, multifuncionais e computadores.

3. Contratações:

- Participação efetiva nos planejamentos das contratações de equipamentos de microinformática, inclusive fazendo análise de questionamento, dando suporte às áreas administrativas, realizando levantamento de preços e soluções, e indicando lista de possíveis fornecedores para esses processos de compras.
- Análises, acompanhamentos e realização de testes em amostras, nos processos de aquisições de material de consumo, toners e cilindros fotocondutores, para todos os modelos de impressoras e multifuncionais executados pela Coordenadoria de Material e Logística (CML).
- Elaboração, acompanhamento e controle completo dos contratos de fornecimento de energia condicionada.

4. Apoio Administrativo e Logística:

- Administração do estoque de peças de reposição.
- Administração do estoque de equipamentos revisados para substituições e fornecimentos no atendimento aos chamados técnicos.
- Acompanhamento e controle de atendimentos técnicos para equipamentos diversos em garantia e realização de testes finais de aprovação do serviço.
- Registro e controle de garantia dos equipamentos de microinformática (microcomputador, notebook, monitor de vídeo, nobreaks), com o acionamento das prestadoras de serviços de assistência técnica para conserto de equipamentos; monitoramento dos serviços prestados pela garantia; e emissão de relatórios mensais sobre as não conformidades.
- Realocação, fornecimento e coleta de equipamentos e acessórios de microinformática, com registro e informe para Coordenadoria de Material de Logística.
- Elaboração e controle de rotas de viagens para atender a logística de equipamentos de microinformática.
- Preparo de equipamentos de microinformática para o desfazimento de bens. E classificação conforme decreto 9.373 (2018).
- Elaboração de relatórios referentes aos ativos de microinformática.

2.7.2.3 Seção de Infraestrutura Física de TIC

1. Atendimento de requisições e incidentes:

Foram atendidos chamados referentes à reconfiguração de racks de rede, conectorização e certificação de cabos de rede no edifício sede e administrativo do Tribunal. Foram realizadas configuração e atualização de firmwares de switches, atendimento de usuários para solução de problemas físicos de rede em seus respectivos locais de trabalho. Solução de problemas físicos nas unidades de fita, switches e servidores das Varas do Trabalho, sob demanda dos usuários ou em trabalho em conjunto com as Seções de Operações e Sistemas Básicos da CITIC.

2. Solicitações, monitoria, melhorias e acompanhamento das manutenções corretivas e preventivas no ambiente da Sala Cofre:

Realizado acompanhamento da empresa contratada para manutenção do ambiente da sala cofre, nas 12 manutenções preventivas, nos chamados de manutenção corretiva e melhorias implantadas: manutenções preventivas mensais; Re-configuração do sistema de monitoria dos subsistemas essenciais; Solicitação de curso de treinamento para pessoal no ambiente do DC1 e subsistemas; Implantação de melhorias no sistema de refrigeração do DC1, com a implementação do rodízio de equipamentos de clima; Construção do corredor frio, com a implantação do confinamento do ar; Solicitação de melhoria do conjunto de chave de comutação dos quadros ATS para a implantação da lógica de revezamento das máquinas e melhoria nos equipamentos trocadores (condensadoras), com a implementação da monitoria do grupo motobombas e quadros de revezamento de máquinas de clima e sua inclusão no sistema de monitoria (ZABBIX); acompanhamento de empresa especializada no serviço de troca preventiva das 80 baterias dos nobreaks que sustentam a sala cofre; e Manutenção de partida dos geradores, com frequência semanal, sem carga, a fim de garantir funcionamento dos geradores nos finais de semana, e detecção precoce de falhas.

3. Planejamento de Contratações:

- Renovação do contrato de manutenção corretiva e preventiva da Sala Cofre e seus subsistemas (Março a Julho/2019).
- Contratação de Solução para o fim da garantia dos Servidores de Rede das VT's (Janeiro a Julho/2019).
- Contratação de Solução de interligação do Link Físico dos Datacenters(Janeiro a Abril/2019).
- Aquisição ou renovação de storages para acomodarem dados PJe em garantia - Aquisição dos Storages IBM 5030 e Huawei (Janeiro a Abril/2019);
- Compra de Insumos, Ferramentas e Materiais Consumíveis para Rede de Dados FTTx (Março a Agosto/2019); - Sobrestado para 2020.
- Processo de aquisição de No-Break para o DC2 em substituição ao equipamento existente (Janeiro a Março/2019);
- Recebimento de Fitas LTO7 para a Tape Libraries HP (Julho /2019);
- Aquisição de servidores Blade da marca HP (Fevereiro a Abril/2019).
- Aquisição de Baterias para o No-Break EATON do DC1 (Março a Abril/2019).
- Contratação de Treinamento para Redes Cabeadas e Ópticas (Janeiro a Março/2019).

4. Montagem de rack, conectorização de rede, certificação e identificação da infraestrutura de rede das Varas e Fóruns do Trabalho:

Pedreira (Fevereiro/19); Piracicaba (Fevereiro/19); São José dos Campos (Abril/19); Jundiai (Abril/19); Dracena (Agosto/19); FT Campinas (Agosto/19); Penápolis (04/19); Ribeirão Preto (03/19); Sorocaba (04/19); Jundiai (04/19); Franca (05/19); Barretos (05/19); Itapetininga (08/19); Itararé (11/19); Araraquara (09/19).

5. Manutenção, substituição e configuração do servidor das Varas no local:

Ribeirão Preto (Março/19); Orlândia (Março/19); Ituverava (Março/19); Bebedouro (Março/19); Lorena (07/19);

6. Retirada, Manutenção, Substituição e Configuração de Switches e Unidades de Fitas Backup das VT's no local e remoto:

Realizada a manutenção, troca e/ou retirada das unidades de fitas e/ou Switches: Mogi-Mirim (Janeiro/19); Pirassununga (Janeiro/19); Porto Ferreira (Janeiro/19); São Carlos (Janeiro/19); Sorocaba (Janeiro/19); Campo Limpo Paulista (Outubro/19); Campinas (01/19).

7. Retirada de Racks de Rede DC1 (Liberação de Espaço):

Realizado os procedimentos de retirada de 2 racks do DC1 - Desembalagem, com remanejamento para reserva técnica do Estoque do 5o. Andar da Sede Judicial, e trâmites internos.

8. Atendimento de incidentes nas redes das Varas (on site) e remoto:

Realizada o atendimento de rede (on site) nas VT's e PA's do Interior, Sede Administrativa, Sede Judicial e FT de Campinas. Acompanhamento realizado pelo sistema de chamados do Assyst.

9. Acompanhamento de manutenção corretiva e preventiva dos No-Breaks do DC2 (APC/Schneider) e do gerador:

Realizado o acompanhamento das manutenções preventivas e corretivas, em dias não úteis, às unidades de No-Break do DC2 no prédio da Sede Judicial. Foi realizada 1 (uma) preventiva. Realizado acompanhamento da manutenção do gerador do DC2.

10. Gerenciamento, Separação, Formatação, Expurgo e Catalogação do estoque de material de consumo da SIF no estoque do 5o. Andar (Edif. Sede Adm) e (Edif. Barão 945) para uso em Infraestrutura:

Realizados procedimentos de organização dos estoques a fim de catalogar material (Periodicidade Anual) de uso da SIF.

11. Acompanhamento de manutenção e instalações de Empresas Terceirizadas no ambiente dos DataCenters (DC1 e DC2):

Acompanhamento de técnicos de empresas terceirizadas responsáveis na instalação, manutenção e configuração de equipamentos nos data centers;

12. Monitoria, manutenção e troca de peças dos servidores de rede (fora de garantia) das VT's presencialmente ou com envio de peças:

Monitoramento dos servidores de rede (fora de garantia) das VT's, dando suporte do equipamento, realizado troca de discos, memória, ventoinhas ou próprio equipamento em 45 localidades, listadas através de chamados pelo Assyst.

13. Monitoria, manutenção, suporte e troca de peças dos servidores (Físicos – Standalone) que encontram-se fora de garantia nos Datacenters (DC1 e DC2):

Monitoramento dos servidores de rede (fora de garantia) das VT's, dando suporte do equipamento, realizado troca de discos, memória, ventoinhas ou próprio equipamento em 45 localidades, listadas através de chamados pelo Assyst.

14. Monitoria, manutenção, suporte e troca de peças dos servidores (Blades) que encontram-se fora de garantia nos Datacenters (DC1 e DC2):

Monitoramento dos servidores (Blades) que encontram-se fora de garantia nos Datacenters DC1 e DC2, dando suporte do equipamento, realizando troca de discos, memória, ventoinhas, substituição do equipamento e atualizações de firmware durante o ano.

15. Monitoria, manutenção, suporte e troca de peças dos Storages que encontram-se fora de garantia nos Datacenters (DC1 e DC2):

Monitoramento dos Storages (EMC e IBM) que encontram-se fora de garantia nos Datacenters DC1 e DC2, dando suporte do equipamento, realizando troca de discos, memória, ventoinhas, substituição do equipamento e atualizações de firmware durante o ano.

16. Monitoria, acompanhamento de suporte e logística de troca de peças junto a fornecedor em garantia dos servidores (Físicos - Standalone) que encontram-se (em garantia) nos Datacenters (DC1 e DC2):

Monitoramento dos servidores (Físicos - Standalone) que encontram-se em garantia nos Datacenters DC1 e DC2, dando acompanhamento de suporte do equipamento, realizando logística de troca de peças junto ao fornecedor, executando procedimentos de diagnósticos e atualizações de firmware durante o ano.

17. Monitoria, acompanhamento de suporte e logística de troca de peças junto a fornecedor em garantia dos servidores (Blades) que encontram-se (em garantia) nos Datacenters (DC1 e DC2):

Monitoramento dos servidores (Blades) que encontram-se em garantia nos Datacenters DC1 e DC2, dando acompanhamento de suporte do equipamento, realizando logística de troca de peças junto ao fornecedor, executando procedimentos de diagnósticos e atualizações de firmware durante o ano.

18. Inventário de ativos físicos de Infraestrutura Física de TIC no âmbito da CARTIC (Repasso CITIC): Realizado levantamento em (Outubro/19) – Inventário dos seguintes:

Equipamentos da Sala Cofre DC1; equipamento do Datacenter DC2; equipamentos do estoque do 5o. Andar; equipamentos do estoque do prédio do anexo 945; equipamentos na sala da CARTIC. realizado outro levantamento a título de conferência nos mesmos locais em (Maio, Julho/18) a título de conferência e transferência de materiais oriundos da CITIC para responsabilidade da CARTIC.

19. Revisão do Cadastramento de Usuários da Planilha de Controle de Acesso – DC1:

Revisão do cadastramento biométrico de servidores/usuários da CARTIC no subsistema de controle de acesso da Sala Cofre, compreendendo criação de níveis de acesso, usuários, coleta de biometria, etc.

20. Apoio nas paradas programadas agendadas pela instituição ou pela CARTIC nos ativos físicos de infraestrutura de rede:

No DC2, tendo sido realizada uma parada no decorrer do ano, com a paralisação de parte do equipamento do DC2 para realização de procedimentos diversos.

21. Criação de roteiros para a nova Wiki da SIF no âmbito da CARTIC:

Realizados trabalhos de criação de roteiros, procedimentos e documentação de assuntos pertinentes à SIF na nova Wiki da CARTIC durante o decorrer do ano.

22. Atualização do monitoramento e controle de acesso remoto para o grupo de geradores (GMG's) da SC1 (WEG/Cummings) – Websupervisor 4.0:

Realizados procedimentos de atualização do software de controle dos dois geradores no sistema de monitoramento/controle, atualizando a infraestrutura lógica para recebimento de comandos via internet para controle e monitoramento do equipamento remotamente, somente atualização.

23. Realocação das baterias dos no-breaks da SC1 (APC/Schneider) em roteiro de rodízio, no no-break da Sede Judicial DC2:

Continuidade dos procedimentos de catalogação, remoção e instalação das baterias no No-Break (antigo) SC1 no No-Break do DC2 a fim de realizar aproveitamento das baterias com boas condições, evitando problemas de sucateamento das mesmas por falta de uso. Realizado também procedimento de checagem das condições de todas as baterias (periódico) e atualização das informações técnicas da documentação criada, haja vista a disponibilização de sistema de controle remoto dos no-breaks via supervisorio proprietário.

24. Migração de equipamentos de rede pela Rede SAN, dos Switches FC Antigos para os Fabricis dos Switches Novos:

Continuidade da re-adequação e remanejamento das interconexões de fibras ópticas de grande parte dos ativos envolvidos (Tape Libraries e Servidores Dataguard).

25. Melhoria dos procedimentos internos da SIF, na gestão de contratações:

Atualização de ferramenta de controle andamento de contratações, com API junto ao Xwiki para fornecimento de andamento e status atualizado das contratações.

26. Organização e Participação de Treinamento de Reciclagem Anual de Técnicos da SIF e da Instituição no Subsistemas de apoio da Sala Cofre (SC1):

Organização do treinamento junto a empresa ACECO e Treinamento de 4 servidores da SIF e 6 Servidores/Terceirizados da instituição, nos subsistemas de contenção de falhas e sistema de combate a incêndio da Sala Cofre e seus agregados.

27. Suporte à execução do contrato de implementação da Rede GPON na Sede Administrativa:

Suporte à execução do contrato de implementação da Rede GPON na Sede Administrativa, fiscalizando, prestando informações, monitorando cronograma de obra, auxiliando os técnicos da empresa na implementação das unidades concentradoras (OLT) e das unidades de distribuição (ONU's).

28. Execução, Adequação e Suporte do contrato de aquisição das novas Tapes Libraries LTO7 da IBM:

Acompanhamento da Execução, Adequação e Suporte do contrato de aquisição das novas Tapes Libraries LTO7 da IBM, conforme cronograma de implantação definido no cenário de contratações da Secretaria (Janeiro/19).

29. Solicitações, monitoria, melhorias e acompanhamento das manutenções corretivas e preventivas no ambiente da Sala Cofre 1:

Realizado acompanhamento da empresa contratada para manutenção do ambiente da sala cofre, nas 12 manutenções preventivas, nos chamados de manutenção corretiva e melhorias implantadas.

30. Manutenção corretiva das bombas das máquinas de clima da Sala Cofre 1:

Acompanhamento de manutenção corretiva das bombas das máquinas de clima da Sala Cofre 1, e levantamento dos problemas, cobrança de prazos, fiscalização dos resultados.

31. Implantação de abafadores de ruído nas bombas de água do sistema de máquinas de clima do DC1:

Instalação de abafadores de ruídos nas bombas do sistema das máquinas de clima do DC1, tendo sido necessário solicitar e acompanhar a instalação dos abafadores para as bombas e consequentemente o acompanhamento da instalação.

32. Retirada de cabeamento obsoleto e preparação do cabeamento do DC1 para o recebimento de novos Storages (IBM 5030 e HUAWEI):

Realizada a preparação e execução da retirada do cabeamento obsoleto, tendo sido feito também o levantamento das conexões existentes, re-etiquetagem das conexões, mapeamento das trocas de conexões, manobra das conexões, retirada de cabos sem função, preparação e remanejamento dos cabos remanescentes.

33. Preparação, Suporte e Execução da Instalação Física dos Storages IBM 5030 e HUAWEI (novos) na Sala Cofre (SC1):

Realizada a preparação, suporte e execução da instalação dos Storages IBM 5030 e HUAWEI (novos), tendo sido feito também o levantamento das conexões existentes, re-etiquetagem das conexões, mapeamento das trocas de conexões, manobra das conexões existentes, adequação aos requisitos para alimentação dos storages, retirada de cabos dos storage antigo sem função, preparação e remanejamento dos cabos remanescentes.

34. Desligamento e Remoção do Storage EMC 5400 e IBM 5000, para preparação de ambiente para instalação Física do Storage HUAWEI e IBM 5030 (novos) na Sala Cofre (SC1):

Realizada a remoção dos Storages EMC 5400 e IBM 5000, com a liberação de espaço físico interno ao SC1, implicando na retirada dos racks antigos e destinação ao Estoque do 5o. andar (CARTIC).

35. Implantação do Switch CISCO Core 2 e Remoção do Switch HP (antigo) e preparação de ambiente para instalação Física dos equipamentos em rede na Sala Cofre (SC1):

Realizada a remoção dos Switch HP Core (Antigo), com a liberação de espaço físico interno ao SC1, implicando na retirada do equipamento antigo e destinação para doação.

36. Preparação, Suporte e Execução da Instalação Física do Switch Core CISCO 2 (novo) na Sala Cofre (SC1):

Realizada a preparação, suporte e execução da instalação do Switch Core CISCO 2 (novo), tendo sido feito também o levantamento das conexões existentes, re-etiquetagem das conexões, mapeamento das trocas de conexões, manobra das conexões existentes, adequação aos requisitos para alimentação do firewall, retirada de cabos do firewall antigo sem função, e preparação e remanejamento dos cabos remanescentes.

37. Participação em treinamento de todos os Servidores da SIF, conforme plano de capacitação de TIC:

Participação de todos os integrantes da SIF, em treinamento não presencial através da plataforma ALURA, preenchendo o requisito de 40 horas-aula para treinamento técnico e 25 horas-aula para treinamento gerencial ao Assistente-Chefe.

38. Preparação, Suporte e Remanejamento de Lâminas na Blade DELL (Antigos) na Sala Cofre (SC1):

Realizada a preparação, suporte e execução da instalação de Lâmina (Antigas), tendo sido feito também o levantamento das conexões existentes.

39. Participação em evento (Feira) de 2 servidores da SIF, a fim de levantar novas tecnologias de infraestrutura de rede e soluções em Redes FTTx:

Participação em feira de 2 servidores da SIF, no intuito de analisar novas tecnologias de rede cabeada e realizar prospecção de novas soluções para redes ópticas FTTx.

40. Participação em treinamento de capacitação de Servidor da SIF ao novo Storage HUAWEI adquirido:

Treinamento funcional da nova solução adquirida.

41. Fiscalização e acompanhamento de contratos dos Servidores Físicos e Blades:

Fiscalização e acompanhamento técnico dos contratos para servidores Dell R730 (193/2016), Blades M1000e (187/2016), Blades HP (11/2018) e Servidores HP (12/2018).

42. Treinamento de Técnicos em em redes cabeadas e ópticas , para suporte, identificação e implementação de ativos de redes de dados e ópticos:

Participação em treinamento oficial Furukawa - Externo de 6 servidores da SIF.

43. Elaboração plano de Desenvolvimento Individual de cada membro da equipe da Seção de Infraestrutura Física:

Elaborado plano de desenvolvimento individual para cada Servidor da SIF, concatenado de forma subsequente a cursos rápidos e não presenciais para melhoria de desempenho de cada servidor.

44. Análise de atendimento de requisitos Pós-Edital das Contratações realizadas durante o ano de 2019:

Verificações nas propostas de cada licitação realizada para avaliá-las em momento pós-edital com checklists para verificar se os requisitos solicitados foram atendidos. Análises dos recursos administrativos interpostos e suas respectivas contrarrazões.

45. Análise, desenvolvimento, atualização e correções de bugs para o sistema de geração de memorandos da SME:

Durante o ano foram realizados empenhos no sentido de manter e dar continuidade ao sistema de elaboração de memorandos em uso pela SME, realizando diversas intervenções, levantando problemas, desenvolvendo soluções de continuidade para o sistema.

46. Participação de cursos de gestão do Assistente-Chefe da Seção:

Participação de curso de treinamento à gestão do assistente-chefe da Seção em (Maio/19).

47. Apoio e parecer técnico aos relatórios de baixa de equipamentos, realizados pela SME no decorrer do ano:

Foram realizados ao menos 3 intervenções no decorrer do ano, a fim de realizar análise técnica em lista de baixa de equipamentos elaborados pela SME, dando parecer para baixa dos equipamentos.

2.7.3 - Coordenadoria de Atendimento Ao Usuário

1. Tratamento de incidentes e requisições de serviços

Recebimento, análise e tratamento de 18.395 tíquetes, compostos por incidentes e requisições de serviços pela ferramenta Assyst (Central de Serviços de TIC), com suporte à distância (via VNC e console LanDesk) nas Varas e com suporte presencial nas Sedes Judicial e Administrativa. Encontram-se assim distribuídos:

Mês	Tíquetes
Janeiro	1404
Fevereiro	1965
Março	1810
Abril	1766
Maio	1894

Junho	1178
Julho	1461
Agosto	1551
Setembro	1606;
Outubro	1544
Novembro	1220
Dezembro	996
Total	18.395

2. Ligações telefônicas de entrada

Recebimento de uma média diária de 36 chamadas telefônicas de servidores que visam uma orientação rápida, ou fornecer informações adicionais a um chamado já em atendimento, ou relatar uma solicitação, que se transforma em um chamado (incidente ou requisição).

3. Processo Judicial Eletrônico – PJe (Projeto Nacional CNJ):

- a) Suporte e acompanhamento às unidades onde o PJe foi implantado, administrando chamados relacionados e pendências na ferramenta Jira;
- b) Parametrização e configuração de fluxos de novas versões do sistema, de acordo com orientações encaminhadas pelo CSJT, em trabalho conjunto com a CITIC;
- c) Apoio à implantação e atualização de sistemas satélites disponibilizados pelo CSJT.

4. Central de Serviços de TIC (ferramenta Assyst):

- a) Suporte interno da ferramenta da Central de Serviços (Assyst): 109 chamados resolvidos;
- b) Customização dos fluxos de atendimento;
- c) Mudanças no catálogo de serviços: 58 chamados resolvidos;
- d) Acompanhamento de desempenho da operação através de relatórios. Customizados 26 relatórios;
- e) Acompanhamento do suporte prestado pelo fornecedor externo (Active/Axios): 38 chamados;
- f) Capacitação em operação do Assyst para os atendentes da Coordenadoria de Provimento e Vacância e da Vice-Presidência Administrativa.

5. Plantão presencial durante todas as sessões do Tribunal Pleno e sessões do Dissídios Coletivos para auxílio aos possíveis problemas de informática.

6. Plantão presencial em todas as Sessões nas Turmas para auxílio aos possíveis problemas de informática.

7. Atividades de Suporte e Apoio aos usuários dos Sistemas de 1º Grau:

- a) Orientações e soluções de falhas ocorridas nos sistemas ao E-Gestão, BNDD e Sistema AUD-PJE e SAP;

- b) Elaboração de comunicados e disponibilização de informações na Extranet e por e-mail com orientações aos usuários referentes a alterações no sistema;
- c) Atendimento às demandas de usuários (servidores) recebidas através de telefone e, conseqüentemente, chamados;
- d) Realização de plano de visitas preventivas nos Gabinetes da Sede Judicial.

8. SIABI: suporte à atualização do sistema que trata do acervo da Biblioteca e Centro de Memória.

9. Antivírus McAfee: gerenciamento em todas as estações de trabalho:

- a) Manutenção do servidor TIE-Server (base de dados local de ameaças que consolida as informações de malware detectadas no TRT-15 com as informações obtidas da base de dados do McAfee, garantindo maior cobertura);
- b) Manutenção de Agent Handler adicional (servidor "Muta", localizado na DMZ), possibilitando que as estações em teletrabalho obtenham atualizações de módulos e políticas de segurança do McAfee em uso no TRT-15;
- c) Atualização dos módulos do Endpoint Security da versão 10.6 para a 10.7;
- d) Manutenção do produto Rogue System Detection, que tem a função de detectar na rede as estações que não tenham agente McAfee instalado ou que o agente tenha parado de se comunicar com o servidor;
- e) Distribuição e disponibilização de ferramentas McAfee utilizadas em eventuais correções de falhas de antivírus em estações;
- f) Cerca de 4.100 detecções, bloqueios e/ou limpeza de malwares;
- g) Atualização diária de arquivos de proteção e módulos do McAfee em 110 servidores distribuídos pela rede do TRT-15;
- h) Atualização de cerca de 7.000 agentes McAfee para versão 5.6.2, junto com os módulos do Endpoint Security v10.7.

10. Manutenção e ampliação da WIKI interna como forma de disseminação e registro do conhecimento.

11. Imagens de restauração do Windows (padrão de software):

- a) Atualização de softwares dos padrões para micros Itautec AMD, Itautec I5, Lenovo, Positivo e Notebooks HP, Ultrabooks HP, tablets dos Desembargadores;
- b) Atualização e adequação dos padrões com Sistemas Operacionais Windows 7 e 10, através de estudos e pesquisas das modificações implementadas pela MicroSoft.
- c) Distribuição, disponibilização e instalação em cerca de 6.000 micros pelos próprios usuário de padrões dos micros Itautec AUD, Itautec I5, Lenovo, Positivo e notebooks HP e DELL em todas as VTs e PAs e Sedes.

12. Revisão e criação de manuais de orientação para os usuários do TRT15 para configuração de máquinas, inclusive particulares, para acesso ao PJE.

- a) Revisão periódica de todos os manuais;
 - Atualizados 81 manuais durante todo o ano de 2019.
- b) Ampliação do conjunto de orientações localizadas no link "*Dicas de Informática*" (<http://www.trt15.jus.br/dicas>) da Extranet.
 - Criação da página "1ª Instância" com informativos, manuais e links contendo orientações relacionadas a 1ª Instância.

- Criação da página "2ª Instância" com informativos, manuais e links contendo orientações relacionadas a 2ª Instância.
- Elaboração do manual "Lexmark MX421" com as instruções de instalação e configuração da impressora.
- Elaboração do manual "PJe - Acesso negado" com as instruções necessárias para correção do erro de acesso negado ao PJe.
- Criação da página "Segurança da Informação Corporativa" com informativos e manuais contendo orientações relacionadas a melhorias na segurança das informações corporativas.
- Elaboração do manual "Dúvidas Gerais" com informações sobre o aperfeiçoamento da segurança em micros corporativos.
- Elaboração do documento "Softwares Homologados - 1ª Instância" com informações relacionadas à definição dos softwares autorizados para uso na primeira instância do TRT da 15ª Região.
- Elaboração do manual "Solução de filtro de conteúdo corporativo - Proxy" contendo informações e orientações sobre a solução de filtro de conteúdo corporativo.
- Elaboração do manual "Procedimentos para o domínio TRT15-DOM" com instruções para remoção e inserção de equipamentos no domínio corporativo TRT15-DOM.
- Elaboração do manual "Gerenciador do Portal" com as instruções de como utilizar a ferramenta em sua versão atualizada.
- Elaboração do manual "Cadastro de senha - PJe" com as instruções necessárias para cadastro da senha no PJe.
- Elaboração do manual "Google Drive File Stream" com as instruções para instalação, configuração e uso do produto.
- Elaboração do manual "Conversor de PDF para PDF-A" com as instruções necessárias para uso da ferramenta.
- Elaboração do manual "Preparação do computador HP EliteDesk 800 G4" com as instruções para montagem e instalação dos equipamentos (micro e monitor).
- Elaboração do manual "HP EliteDesk 800 G4 - Baixar padrão" com as instruções necessárias para baixar padrão nos micros.
- Elaboração do manual "Procedimentos de Instalação do Gerenciador ePass 2003" com as instruções para a instalação e configuração do gerenciador.
- Elaboração do manual "Desbloqueio e alteração do PIN e PUK para certificação digital ePass" com as instruções necessárias para desbloquear e alterar o PIN e PUK da mídia.
- Elaboração do manual "Modem 4G Wi-Fi Vivo" com as instruções para instalação, configuração e uso do modem.

13. Instaladores de Softwares:

- a) Atualização de instaladores automáticos já desenvolvidos como Java, Adobe Reader, Firefox, Chrome, Extrator do eGestão, PDF-SAM, KLite, etc.;
- b) Suporte às modificações implementadas nos softwares de Convênios, como: Juris Síntese, Bacenjud, Renajud, DEJT, Serasa, CEF, Jucesp e outros;
- c) Aproximadamente 800 imagens padrão do Windows instaladas pelo próprio usuário, sem necessidade de intervenção da CAU, sendo cerca de 100 referentes a novos micros. Também foram restauradas imagens em cerca de 1.500 equipamentos na SETIC.
- d) Aproximadamente 27.000 instalações de softwares pelo próprio usuário através do Portal Landesk, sem necessidade de intervenção da CAU, além de 205.000

instalações forçadas de software e 330.000 ajustes em configurações dos sistemas operacionais ou em softwares em uso, sem necessidade de participação direta dos usuários.

14. Novas metodologias e técnicas:

- a) Melhorias no processo de compilação de pacotes de instalação, padronizados através de “scripts”, o que permite melhores documentações e versionamento;
- b) Melhorias na geração de “log” detalhado a cada instalação de softwares ou restauração de imagens, com possibilidade de acompanhamento remoto pela CAU;
- c) Empoderamento do Usuário através da melhoria de distribuição de imagens e softwares para utilização e resolução de problemas pelo próprio usuário.

15. Landesk:

- a) Levantamento de softwares fora do padrão TRT15 instalados em VTs;
- b) Suporte na resolução de problemas relacionados ao uso das ferramentas Landesk, como acesso remoto, gerenciador de desktop, etc.

16. Contratações:

Elaboração do DOD e Estudos Técnicos Preliminares das seguintes demandas:

- a) Renovação do contrato de suporte do Assyst.
- b) Renovação/atualização de 08 licenças Autocad.
- c) Assinatura para acesso ao produto Revista dos Tribunais Online – RT Online.
- d) Aquisição de Smartphones e assinatura de serviço de telefonia móvel.
- e) Aquisição de microcomputadores e monitores.
- f) Aquisição de Notebooks para magistrados.
- g) Aquisição de Certificados Digitais, visitas técnicas e tokens USB.
- h) Aquisição, por Registro de Preços para emissão de Certificados Digitais, padrão ICP Brasil, para pessoas físicas, tipo A-3 (incluindo fornecimento de tokens USB para armazenamento); visitas para validação e emissão dos certificados.
- i) Aquisição de Certificado digital tipo A-3, Pessoa Jurídica (e-CNPJ), padrão ICP-Brasil.

17. DEDs e Projetos executados:

688 Atualização do Landesk 9.5 para Landesk 10 (v2016)

Instalar o Landesk 10.3 (2016), com o objetivo de substituir a ferramenta na versão 9.5 SP3. A finalidade dessa ação é manter o sistema utilizado pela SASE mais atualizado, corrigir bugs, incluir novas features e permitir que o Landesk atenda melhor os clientes.

730 Acoplamento dos mecanismos atuais de Deploy e Provisionamento ao Landesk 10

Pesquisar e desenvolver meios de acoplar os mecanismos atuais de deploy e provisionamento à nova versão do Landesk.

834 Atualização da Plataforma Moodle para a versão mais atual

Atualizar a versão da Plataforma Moodle da 3.3.3+ para a última versão disponível do Moodle 3.5.x (Moodle 3.5.5+) com o menor impacto possível nos conteúdos e funcionalidades atualmente disponíveis. Aproveitando a mudança de versão testar novos plugins: gravação de áudio e vídeo (RecordRTC) e custom certificate. Também será feita uma atualização do visual da plataforma instalando um novo tema com eventuais novas funcionalidades.

842 Divisão dos serviços existentes no servidor Itamambuca

Dividir serviços e outros artefatos do servidor Itamambuca em 2 servidores, a fim de melhorar a performance dos serviços.

848 Instalação da versão Community do software OpenProject

Instalação do software Open Project, versão Community (ttt.openproject.org), para utilização pela Corregedoria Regional na gestão de seus projetos.

858 Mapeamento de softwares na unidade administrativa

Mapear softwares necessários à plena operação de todas as lotações da unidade administrativa visando a criação de perfis personalizados para padrões de máquinas, retirada de privilégios administrativos das estações e disponibilização de todos os softwares necessários no portal Landesk.

863 Atualização de todas imagens Windows 7 e Windows 10 de todos os hardwares em uso no TRT-15.

Atualizar as imagens dos hardwares com Windows 7 e Windows 10 em uso no TRT-15.

864 Elaboração do Padrão CDS em hardware novo adquirido pelo TRT-15

Disponibilizar aos servidores da CDS (Coordenadoria de Desenvolvimento de Sistemas) imagem padrão para os novos equipamentos adquiridos pelo Tribunal (DATEN) tendo como base a imagem padrão “Desktop Básico” já existente, porém com o Windows 10 original deste hardware e adicionando os softwares relacionados pela CDS.

866 Melhorias na categorização de estações perante o WSUS e atualização de patches Windows de todo o parque do TRT-15.

Aprimorar categorização de estações perante WSUS de modo a não considerar como “Críticas” as que possuem o AUD-PJe instalado, mas que não os tenham utilizado nos últimos 60 dias e atualizar todas as estações DESKTOP do TRT-15 com os patches de atualização do Windows 7 e Windows 10, respeitando a categorização da estação.

867 Melhorias no ITcomm de modo a permitir seu uso efetivo no TRT-15

Implementar e disponibilizar recursos necessários ao novo sistema de comunicação (ITcomm) de forma que possa ser disponibilizado e utilizado pela SETIC em todo o Tribunal.

868 Substituição dos servidores CAU por servidores CITIC em Postos

Avançados

Substituir nos Postos Avançados os atuais servidores CAU (Itamambuca/Windows 7) por servidores CITIC (Itamambuca/Linux, como mesmos serviços e configurações existentes em Varas do Trabalho).

873 Revisão do Catálogo de Serviços de TIC

Revisão do atual Catálogo visando melhorias no acesso aos usuários.

877 Transferência do atendimento da Coordenadoria de Manutenção da Central de Chamados para a Central de Serviços (Assyst)

Implantação do atendimento dos chamados da Coordenadoria de Manutenção na ferramenta Assyst, criando 103 novas ofertas de serviço e 19 relatórios, além de realização de treinamento de operação aos atendentes.

883 Criação e configuração de um ambiente de homologação de imagens

Criação e configuração de um ambiente de homologação de imagens e instaladores de softwares que seja similar ao de um Posto Avançado e próximo ao de uma VT.

898 Elaboração do padrão Windows 10 versão 1903

Preparar imagem do Windows 10, versão 1903 para micros do TRT. Fazer testes e implementar a imagem única padrão 1903.

899 Criação Ferramenta Agente CAU

Criação de ferramenta (“AgenteCAU”) que verifique a versão das ferramentas CAU em uso nas estações e, em caso de necessidade, execute sua atualização.

900 Agente para acesso ao Proxy Checkpoint

Criar uma ferramenta que permita fazer login no proxy Checkpoint e que mantenha essa tela aberta e minimizada. Em seguida, efetuar testes da ferramenta e disponibilizar a ferramenta no Portal Landesk.

901 Configuração de Acordos de Nível de Serviço no Assyst

Implementação de uma solução para configuração e publicação de Acordos de Nível de Serviço na ferramenta Assyst.

904 Atualização das imagens W7 e W10 dos hardwares em uso no TRT-15

Atualizar as imagens dos hardwares com Windows 7 e Windows 10 em uso no TRT-15.

906 Disponibilização de dados de conexão de micros NT à CARTIC

Disponibilização de VIEW para a obtenção e criação de tabela em banco de dados de uso da CARTIC, contendo dados cadastrais básicos das estações e data/local de sua última conexão.

Conversor de arquivos tipo pdf para arquivos tipo pdf-A compatíveis com PJE e PROAD.

Criar ferramenta que permita a conversão de arquivos em lotes, com qualquer quantidade de arquivos, para o padrão PDF/A aceito tanto pelo PJE quanto pelo PROAD.

918 Investigar Lentidão Máquinas Windows 7

Investigar a lentidão nas máquinas com padrão Windows 7, que aparentemente ocorrem após atualizações de patches Microsoft.

903 Criação de ferramenta que verifique a versão dos principais softwares do padrão

Criação de ferramenta que verifique a versão dos principais softwares do padrão na estação e sinalize a necessidade de sua atualização pelo usuário.

908 Melhorias no processo da Central de Serviços de TIC.

Ter os procedimentos da Central de Serviços melhorados, documentados, padronizados e validados na prática em algumas ofertas de serviço selecionadas como prova de conceito.

912 Transferência do atendimento de chamados da Coordenadoria de Provimento de Vacância da Central de Chamados para a Central de Serviços (Assyst)

Implantação do atendimento de chamados atribuídos à Coordenadoria de Provimento e Vacância na ferramenta Assyst.

Iniciadas em 2018 (em andamento em 2019)

812 Implantação SIGEP - Assyst

Homologação da integração SIGEP-Assyst.

859 Atualização do Assyst para versão 11

Upgrade e homologação da versão 11 da ferramenta Assyst.

894 Viabilizar a distribuição automática de software pelo usuário através do ASSYST-ITOM

Estudar os softwares ASSYST-ITOM, Implementar a distribuição de software através de abertura de ticket no Assyst pelos usuários.

911 Transferência do atendimento de chamados da Coordenadoria de Comunicação Social da Central de Chamados para a Central de Serviços (Assyst)

Implantação do atendimento de chamados da Coordenadoria de Comunicação Social na ferramenta Assyst.

TI-914 Transferência do atendimento de chamados da Vice-Presidência Administrativa da Central de Chamados para a Central de Serviços (Assyst)

Implantação do atendimento de chamados PROAD atribuídos à Vice-Presidência Administrativa na ferramenta Assyst.

TI-915 Transferência do atendimento de chamados da Coordenadoria de Gestão Documental da Central de Chamados para a Central de Serviços (Assyst)

Implantação do atendimento de chamados atribuídos às Seções de Arquivo Intermediário e Arquivo Permanente na ferramenta Assyst.

TI-916 Atualização da Plataforma Moodle para versão mais atual.

Atualizar a versão da Plataforma Moodle da 3.5.3+ para a última versão disponível do Moodle 3.6.x com o menor impacto possível nos conteúdos e funcionalidades atualmente disponíveis.

2.7.4 - Coordenadoria de Desenvolvimento de Sistemas

[DED-656 e DED-671] E-gestão - Ajustes nas tabelas de mapeamento para inclusão de CEJUSCs e Pas

- Esforço: 29 Pontos de Função

- Status: Projeto concluído

- Descrição: Preenchimento de valores referentes aos Postos Avançados e outros que são cadastrados como Postos Avançados na tabela de mapeamento das Varas no e-Gestão. Preenchimento da coluna NUM_GABINETE - Tabela EGT_INFO_PROCESSO com dados dos gabinetes que estão no banco do PJE.

[DED-681] Alteração Competência Auxílio Alimentação

-Esforço: 14 Pontos de Função

-Status: Projeto concluído

-Descrição: Conforme Art. 1º, Parágrafo único da Resolução CSJT N.º 198, o auxílio-alimentação deverá ser creditado ao magistrado ou servidor, na folha de pagamento do mês anterior ao de competência do benefício, tendo por base o valor mensal estabelecido.

[DED-700, DED-822 e DED-896] Ajustes CEAT (RES e TipoPessoa) e E-gestão: Correção Contagem de Itens de Processos Pendentes de Baixa

-Esforço: 14 Pontos de Função

-Status: Projeto concluído

-Descrição: Alterar a regra de negócios para emissão de certidão eletrônica – CEAT para deixar de exibir processos extraviados, já restaurados. Alterar a regra de negócios para emissão de certidão eletrônica – CEAT para que além de não constar na lista de “TipoParte” o ADVOGADO, CURADOR, PROCURADOR E TERCEIRO INTERESSADO, também não conste ADMINISTRADOR, ASSISTENTE, ASSISTENTE TÉCNICO, INVENTARIANTE, REPRESENTANTE e TUTOR. Adequar a regra de contagem dos itens pendentes de baixa no SAP-Sistema de Acompanhamento Processual.

[DED-812] SIGEP Implantação (Sistemas Satélites)

-Esforço: 1904 Pontos de Função. Para a apuração do esforço, foi considerada a quantidade total de pontos de função dos sistemas que foram integrados.

-Status: Projeto em andamento

-Descrição: O objetivo desse projeto é integrar parte dos sistemas do TRT-15 ao SIGEP, uma vez que o Fênix (sistema de RH do TRT-15 e com o qual os sistemas estão

integrados atualmente) será desativado em 2020. Tal projeto deve ser executado de forma que os sistemas mais relevantes (apontados pela administração) estejam integrados ao SIGEP até Março de 2020.

[DED-823] Escala de férias de Magistrados

-Esforço: 150 Pontos de Função

-Status: Projeto concluído

-Descrição: Racionalizar o processo de solicitação, análise e deferimento de férias para magistrados (casos ordinários e, eventualmente, extraordinários), automatizando tarefas hoje realizadas manualmente, que demandam muito tempo de análise da área técnica, de modo a permitir, segundo regras a serem fornecidas pela área de negócios, o cruzamento dos dados e a geração de resultados (análise e deferimentos). Outrossim, a implantação para os magistrados dos saldos concentrados num único local.

[DED-824] Alterações e melhorias no Chronos Web para magistrados

-Esforço: 135 Pontos de Função

-Status: Projeto suspenso

-Descrição: Correção de problemas hoje existentes em requerimentos de magistrados feitos por meio do Chronos Web, que exigem soluções de contorno não intuitivas e que demandam mais tempo de solução, assim como a implantação para os magistrados das melhorias realizadas no Chronos Web para os servidores (saldos concentrados num único local, alteração de período de férias numa única ação etc). Criação de novas funcionalidades no Chronos Web (parâmetros de e-mails, acesso etc) e reordenação e melhoria dos relatórios de férias que facilitarão o uso pela área técnica responsável.

[DED-828] SIGEP - Adaptação das rotinas ligadas à LDAP

-Esforço: 550 Pontos de Função

-Status: Projeto concluído

-Descrição: Considerando a adoção do SIGEP como sistema nacional e a consequente desativação do sistema Fênix de Recursos Humanos do TRT-15, é necessário que as rotinas que atualizam a LDAP e o Portal (tanto as automáticas quanto as manuais), hoje integradas ao Fênix, sejam alteradas para que fiquem integradas ao SIGEP, assim como as interfaces que definem as permissões de acesso aos usuários às aplicações na Extranet.

[DED-829] Gerenciamento de Grupos de Emails

-Esforço: 146 Pontos de Função

-Status: Projeto concluído

-Descrição: Substituir o atual mecanismo de atualização e controle dos grupos de e-mail atualmente existente no Tribunal por um novo que disponha dos mesmos recursos quando estiver em produção associado ao novo sistema de recursos humanos conhecido como SIGEP.

[DED-845] Alteração do relatório de distribuição de processos PJE – 2º

grau

-Esforço: 17 Pontos de Função

-Status: Projeto concluído

-Descrição: Adequar o “Relatório de Distribuição de Processos de 2º Grau”, desenvolvido em KZ, às regras do e-Gestão, inserindo a contagem dos prazos de processos pendentes com relator existentes para considerar apenas o tempo em que o processo se encontra no gabinete.

[DED-847] EXE15 - Banco de Penhoras, Hasta Pública e Pesquisa Patrimonial Avançada

-Esforço: 574 Pontos de Função

-Status: Projeto em andamento

-Descrição: O objetivo do desenvolvimento do projeto é criar base de dados referentes à fase de execução do processo judicial comum a cada Regional, permitindo o alcance das informações úteis a quem necessitar, com a finalidade de reduzir significativamente a quantidade de atos repetitivos e o tempo utilizado em medidas executórias. Pontualmente:

- Reescrever o sistema EXE15 em linguagem tecnológica compatível com Processo Judicial Eletrônico, com a finalidade de transformá-lo em sistema satélite, ou micro serviço, que viabilize a utilização de procedimentos otimizados no fluxo de trabalho na fase de execução;

- Melhoria geral na Justiça do Trabalho dos índices de efetividade nas execuções, como taxa de congestionamento na fase de execução, Índice de Execução e a Meta 5 do CNJ, relacionada à baixa de processos na execução;

- Possibilitar a redução no número de tarefas executórias praticadas em multiplicidade desnecessariamente;

- Apresentar sistema que possibilite a utilização de fluxo otimizado na fase de execução, oportunizando a dedicação, por parte das equipes das Varas do Trabalho, à melhoria dos índices de produtividade nas demais fases iniciais do processo, às tentativas de conciliação e à consequente redução de seus prazos médios.

[DED-850] SIGEP - Autoatendimento 2.0

-Esforço: 1083 Pontos de Função

-Status: Projeto em andamento

-Descrição: Disponibilizar os módulos do Autoatendimento sob um novo Portal, que inclui os módulos do SGRH-Online, utilizando a facilidade de single sign-on, bem como adaptá-los para funcionar exclusivamente com a base de dados do SGRH.

[DED-851] Atualização de parâmetros para o SICOND

-Esforço: 53 Pontos de Função

-Status: Projeto concluído

-Descrição: Desenvolvimento de relatório que, partindo das datas de conclusão para julgamento lançadas no sistema e-Gestão, efetue a contagem de prazo para prolação de sentença e aponte seu vencimento levando em conta os feriados, fins de semana e afastamentos individuais dos Magistrados, tanto durante os primeiros 30 dias úteis de contagem (art. 226, III do CPC) quanto nos 30 ou 60 dias corridos depois do vencimento do prazo legal referido.

[DED-853] Publicação dos processos aptos a julgamento

-Esforço: 32 Pontos de Função

-Status: Projeto concluído

-Descrição: O objetivo deste projeto é disponibilizar uma solução para atendimento do Provimento CGJT nº 4 de 12/09/2018, que dispõe sobre a publicação dos processos aptos a julgamento, nos termos do art. 12, §1º do CPC.

[DED-854] eGestão - Adequação ao CCLE

-Esforço: 6 Pontos de Função

-Status: Projeto concluído

-Descrição: Ajustar contagens de itens do e-gestão físico de modo que a migração dos processos do SAP para o Sistema PJE não acarrete contagens com erro ou em duplicidade, com a geração e carregamento das cargas do E-Gestão sem duplicidades de processos nem erros.

[DED-872] Sistema de Votação em Sessões Administrativas

-Esforço: 314 Pontos de Função

-Status: Projeto concluído

-Descrição: Elaborar uma solução informatizada que possibilite a alimentação de valores pelos Desembargadores do Tribunal em processos de votação, tendo sua apuração de forma rápida, preservando a confidencialidade da relação votante-nota e garantindo a transparência e publicidade dos resultados alcançados.

[DED-887 e DED-889] Prêmio CNJ de Qualidade 2019

-Esforço: 28 Pontos de Função

-Status: Projeto concluído

-Descrição: Promover ajustes na geração dos arquivos XML do Selo Justiça em Números para que as informações de Classes e Assuntos processuais que estão sendo tratados como “inválidos” pelo Modelo Nacional de Interoperabilidade (MNI) do CNJ passem a fornecer informações consideradas válidas, conforme disciplinado na Portaria 88 do CNJ. Possibilitar a criação ou ajuste nas variáveis do sistema “Justiça em Números Semestral e Anual” para calcular o Tempo médio de tramitação dos processos pendentes (TpCm), no âmbito do 1º e 2º Grau, conforme disciplinado na Portaria 88 do CNJ.

[DED-890] SIPREV - Avaliação Atuarial 2019

-Esforço: 46 Pontos de Função

-Status: Projeto concluído

-Descrição: Envio de base de dados para Avaliação Atuarial do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS dos servidores públicos da união do exercício de 2020, conforme solicitado pelo Ofício SEI nº 223/2019/SPREV/SEPRT-ME (Protocolo 2784/2019-DG), com base na competência setembro/2019 e prazo para envio até 31/10/2019.

[DED-892] Melhorias Inscrição Sustentação Oral PJE

-Esforço: 45 Pontos de Função

-Status: Projeto concluído

-Descrição: Aprimorar o sistema de Sustentação Oral do PJe - 2º grau, utilizado para que os advogados possam fazer a sua inscrição para sustentação oral em sessões de julgamento de processos eletrônicos de 2º Grau.

[DED-897] Adaptações e melhorias do sistema Auxílio Farmácia

-Esforço: 40 Pontos de Função

-Status: Projeto concluído

-Descrição: Viabilizar os ajustes no sistema Auxílio Farmácia que sejam essenciais ao pagamento dos valores em folha de pagamento quando o sistema SIGEP substituir o atual sistema de RH, o Fênix.

[DED-917] Melhorias no sistema de votações administrativas

-Esforço: 96 Pontos de Função

-Status: Projeto concluído

-Descrição: Efetuar melhorias no Sistema de Votações Administrativas, incluindo a funcionalidade de se apresentar as notas individuais por critério de seleção em função do tipo de votação realizada. O sistema deverá, então, totalizar as notas por votante/candidato. Dessa forma espera-se, além de minimizar a possibilidade de falha na operação, tornar mais intuitiva e menos trabalhosa a atividade de votar.

[DED-921] PAE 94-97 – ATUALIZAÇÃO 10_2019

-Esforço: 7 Pontos de Função

-Status: Projeto em andamento

-Descrição: Atualizar o passivo coletivo referente ao PAE 94-97, nos mesmos moldes do cálculo realizado no DED-AA-217, e gerar arquivos para carga em folha de pagamento com o objetivo de efetivar a quitação.

[DED-922] PAE-98-99 ATUALIZAÇÃO 10_2019

-Esforço: 7 Pontos de Função

-Status: Projeto em andamento

-Descrição: Atualizar monetariamente e calcular juros do passivo coletivo referente ao PAE 1998-1999, nos mesmos moldes do processamento realizado no DED839, e gerar arquivos para carga em folha de pagamento com o objetivo de efetivar a quitação.

[DED-925] Rotina de cálculo de PSSS - Inativos e Pensionistas

-Esforço: 6 Pontos de Função

-Status: Projeto concluído

-Descrição: Alterar a rotina de cálculo do PSSS de magistrados inativos, servidores inativos e pensionistas estatutários isentos de imposto de renda de modo que seja abatido o valor do teto da previdência apenas última vez da base de cálculo do PSSS.

[DED-AA-361] Ajuste Folha - Margem Consignável 5%

- Esforço: 38 Pontos de Função

- Status: Projeto concluído

- Descrição: O projeto tem por objetivo realizar ajustes no sistema de Folha de Pagamento para que possa disponibilizar uma margem consignável de 5%. É necessário possibilitar o cálculo desta margem, bem como seu controle e atualização no sistema E-Consig.

[DED-AA-499] Implantação SIGEP - Migração de Dados

-Esforço: 409 Pontos de Função

-Status: Em andamento

-Descrição: Realizar a migração de dados disponibilizados pela Secretaria de Gestão de Pessoas, para o SIGEP – sistema nacional que será adotado em 2020 em toda a Justiça Trabalhista.

Instalação do Sistema Garimpo

Esforço: 52 Pontos de Função

Status: Projeto concluído

Descrição: Disponibilizar a solução do Projeto Garimpo - Saneamento de Depósitos Judiciais para a área negocial do TRT15, permitindo que o sistema possa ser utilizado no âmbito deste regional.

[CDS-001] Definição de Requisitos e Testes padrão para a tecnologia Kz

-Esforço: 80 homens-hora

• Este projeto foi realizado pelos servidores da Coordenadoria que atuam em regime de teletrabalho, conforme estabelecido em seus planos individuais de trabalho, a título de meta de desempenho adicional.

• Para a apuração do esforço, foi utilizada a quantidade de homens-hora despendida, pois a métrica de pontos de função não se aplicaria às entregas, por tratar-se somente de documentação, e não produção de código.

-Status: Projeto concluído

-Descrição: Institucionalizar, até 12/2019, a documentação de requisitos de referência, a ser seguida pelos sistemas desenvolvidos com as tecnologias do PJe KZ na Coordenadoria de Desenvolvimento de Sistemas (CDS). Como parte da institucionalização, será criado um plano de teste padrão, utilizando a ferramenta TestLink, para verificação da implementação dos requisitos do documento de referência nos sistemas.

Atendimento de Incidentes e Requisições de Serviços (Assyst)

-Atendimentos: 368 incidentes e 96 requisições de serviço.

-Descrição: Atendimento da Manutenção de Sistemas para registros encaminhados pelo Assyst no período solicitado.

Atendimento de Issues (PJe – Jira)

-Atendimentos: 3529 issues

-Descrição: Atendimento da Sustentação do Processo Judicial Eletrônico (PJe) no período solicitado.

2.7.5 - Coordenadoria de Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicações

1. Sistema PJe

a) Atualização de versões: o cronograma de atualizações do CSJT demandou que fossem executados os procedimentos de migração para as versões principais disponibilizadas, 2.3 e 2.4, e suas versões de correções (exemplo, 2.4.6). Além dos ambientes de homologação e produção, todas as atualizações são implantadas também nos ambientes de incidentes, treinamento e bugfix.

b) Instalação de novos sistemas satélites:

- Plenário e Secretaria Eletrônica
- SiscondJ (integração com o Banco do Brasil)
- SIF2 - Sistema de Interoperabilidade Financeira versão 2 (integração com

a Caixa Econômica Federal)

- GPrec (em homologação)

c) Atualização de versões dos sistemas satélites disponibilizados pelo CSJT:

- Shodo
- PJe-Calc
- E-recurso
- JTe Mobile
- Extrator de Dados
- NUGEP
- SAO
- Sustentação Oral

d) Nova arquitetura de infraestrutura do PJe

◦ integrante do projeto nacional do CSJT para a definição e implementação da arquitetura do PJe em containers;

◦ primeiro Tribunal de grande porte a migrar o ambiente de produção para a nova infraestrutura em container;

◦ atualização de versão das tecnologias da nova infraestrutura do PJe após 8 meses de operação em produção, elaborando procedimento nacional para os outros Tribunais.

e) Atividades de Manutenção e Operação, destacando:

◦ ajustes de configurações e paradas programadas relacionadas ao ambiente do TRT15;

◦ resolução de incidentes quando ocorre lentidão ou indisponibilidade do sistema e análises de desempenho do sistema nos momentos de crise;

◦ ajustes da cópia de segurança (backup) por conta do crescimento da base de dados;

- rotina periódica de limpeza de logs, tabelas JBPM e procedimentos de vacuum;
 - adaptações e otimização nos scripts de atualização dos bancos de dados dos ambientes homologação, incidentes, treinamento e bugfix por meio do recurso de snapshot (“fotos”) do storage;
 - criação de novos ambientes do PJe para viabilizar desenvolvimento de módulos do PJe (EXE-hml e EXE-dev) pela Coordenadoria de Desenvolvimento de Sistemas da SETIC;
 - criação de novos ambientes de banco de dados do PJe para correção de falhas da homologação (Homologação para Sustentação);
 - tarefas de segurança de dados e atualização de armazenamento de ambientes de banco de dados durante atualização de versão do sistema PJe.
- f) Ajustes relacionados à disponibilidade e ao desempenho:
- migração do sistema gerenciador de banco de dados PostgreSQL, da versão 9.6 para a versão 11.5 em ambiente de testes, solicitados pelo CSJT, e de homologação para a versão 2.5 do PJe;
 - adequação de capacidade da infraestrutura (memória, CPU), tanto para os servidores do cluster kubernetes (container), quanto para os bancos de dados PostgreSQL.
- g) Armazenamento de dados:
- estudo e acompanhamento do crescimento da base de dados do PJe, permitindo a previsão de saturação dos equipamentos e consequente necessidade de novas aquisições;
 - estudo, testes e proposta de meios de armazenamento de dados de forma distribuída para cluster de containers com tecnologia kubernetes;
 - migração de dados do PJe entre storages distintos.
- h) Monitoria da infraestrutura do PJe:
- ajustes da ferramenta de monitoria de infraestrutura do PJe (Zabbix);
 - otimização da solução de coleta de logs e monitoramento da infraestrutura em container;
 - elaboração de painéis de monitoramento do PJe customizados para o TRT15.
- i) Três apresentações no Encontro de Infraestrutura e Desenvolvimento do PJe do CSJT, em Brasília, dos seguintes assuntos:
- experiências da migração, como primeiro Tribunal de grande porte, para a nova infraestrutura do PJe (container);
 - monitoramento da nova infraestrutura do PJe;
 - infraestrutura como código na administração do PJE.

2. SIGEP

Foram realizadas instalações e atualizações dos módulos que compõem o SIGEP, criando e mantendo três ambientes para testes e homologações. Dentre os módulos, estão: SGRH, SGRH OnLine, FolhaWEB, Ejud-JT, PROGECOM, Integração PROAD e Autoatendimento.

Ainda, para os três ambientes SIGEP foram criadas a infraestrutura dos serviços de autenticação keycloak e LDAP, com ações de atualização e réplicas de bases de dados, alteração de código-fonte de rotinas de atualização de dados de autenticação de usuários, criação de servidores LDAP e infraestrutura de containers para keycloak.

3. Novo portal (site) do TRT15 – Drupal

Participação do projeto do novo portal do TRT15, com responsabilidade das questões técnicas de infraestrutura do novo serviço, que passará a utilizar o software livre Drupal.

4. Google Suite

- atendimento de requisições de manutenção de grupos de e-mail, por exemplo, para inclusões e exclusões de pessoas dos grupos;
- trabalho investigativo nos recursos de auditoria disponibilizados pelo Google, atendendo a diversos tipos de requisições, como por exemplo, para esclarecer porque um e-mail foi enviado e não foi recebido pelo destinatário;
- diversas atividades administrativas, como conceder direito de acesso ao recurso "Google Sites" a usuários devidamente autorizados, ou remover usuários que saíram do TRT15, ou controlar a quantidade de usuários considerando o máximo de 6.000 licenças contratadas, entre outros.

5. SICOND

Pelo grande uso computacional desse sistema, foram realizadas ações no ambiente de produção, como análise da fila de relatórios, ajustes em configurações e fornecimento de mais recursos de processamento, memória e espaço em disco.

Em ambiente de homologação, foi instalada a nova versão do sistema e realizado mais ajustes em configurações para melhorar o desempenho do sistema.

6. PROAD

Por conta do aumento do uso desse sistema, em ambiente de produção foi necessário realizar ajustes de configurações e fornecer mais recursos computacionais para suportar a nova demanda.

Também foram realizadas atualizações de versão no ambiente de homologação, conforme solicitações da área de negócio.

7. Certidão Eletrônica de Ações Trabalhistas - CEAT

Atendimento de incidentes de lentidão no sistema, tanto ocasionados por falha de comunicação com serviços externos (como da Receita Federal), quanto de consulta pesadas ao banco de dados.

8. SIG

Integrante do projeto nacional do Sistema Integrado de Gerenciamento - SIG, com forte participação técnica, em que foi desenvolvida a primeira versão do sistema que implanta na Justiça do Trabalho o serviço de Business Intelligence – BI.

9. Go-Global

Instalação de três servidores Go-Global no datacenter da Sede em Campinas, os quais substituíram os servidores Go-Global remotos (um para cada Posto Avançado que estavam instalados nas respectivas “Varas mães”), atendendo a necessidade de acesso ao SAPIG por parte dos Postos Avançados, centralizando esse serviço, facilitando a manutenção e o gerenciamento.

10. Sistema Juriscalc

Execução mensal das rotinas de atualizações dos índices de valores do sistema.

11. Sistema SILC

Instalação, em ambiente de homologação, da nova versão do sistema SILC, relacionado com Licitações, Compras e Contratos.

12. Sistema Garimpo

Implantação em homologação, em conjunto com a Coordenadoria de Desenvolvimento de Sistemas, desse sistema nacional, que está previsto para entrar em produção no início de fevereiro de 2020.

13. Sistema piloto Gemini

Criada a infraestrutura dos ambientes de homologação e produção desse sistema piloto, incluindo toda a carga de documentos a serem analisados pelo próprio sistema em software específico chamado SOLR, sendo necessária customização por conta do grande volume de dados da base do TRT15.

14. Projetos internos da SETIC

Atuação como demandante, gerente de projeto e equipe de projeto das seguintes demandas:

a) [PDTIC-2018/2019] - Implementar tecnologia que permita escalar dinamicamente os recursos e aplicações computacionais de acordo com a demanda. (DED-789): Implantar na infraestrutura de TIC do TRT15 a arquitetura de containers pelo menos um sistema web.

b) [PDTIC-2018/2019] - Padronizar a versão dos bancos de dados Oracle (UNA). (DED-791): Atualizar a versão do sistema gerenciador de banco de dados Oracle dos servidores (em especial, servidor una), padronizando para a mesma versão já consolidada no TRT15.

c) [PDTIC-2018/2019] - Proposta do processo de trabalho de Gerenciamento da Capacidade (DED-787): O Processo de Gerenciamento da Capacidade, uma vez mapeado e otimizado, possibilitará às áreas técnicas do TRT15 obter uma melhor adequação da sua capacidade de infraestrutura computacional, a um custo justificado e alinhado com as necessidades atuais e futuras do negócio.

d) [PDTIC-2018/2019] - Formalizar proposta do processo de trabalho de Gerenciamento da Disponibilidade. (DED-786): O Processo de Gerenciamento da Disponibilidade, uma vez mapeado e otimizado, possibilitará que os níveis de disponibilidade dos sistemas, conforme definições do próprio processo, sejam atingidos.

15. Migração de serviços dos equipamentos servidores das Varas para a Sede

Durante 2019 foi concluída a migração de serviços suportados pelos equipamentos servidores das Varas e dos Fóruns do Trabalho para o datacenter da Sede Administrativa, destacando o banco de dados do Sistema de Acompanhamento Processual de 1º Grau – SAP1G e cópia dos arquivos armazenados na rede de cada localidade remota.

Foram migradas todas as 100 cidades, sendo as seguintes 34 cidades em 2019: Lins, Tatuí, Rio Claro, Sumaré, Araçatuba, Catanduva, Franca, Jacaré, Paulínia, Jaú, Piracicaba, Araraquara, Presidente Prudente, Jaboticabal, Sertãozinho, São José do Rio Preto,

São Carlos, Indaiatuba, São Roque, Andradina, Atibaia, Itanhaém, Bauru, Pindamonhangaba, Marília, Barretos, Sorocaba, Taubaté, Limeira, Jundiaí, Campinas, Mogi Guaçu, Ribeirão Preto e São José dos Campos.

16. Armazenamento de dados centralizados

a) Unidades de armazenamento de dados (Storages)

- Homologação (acompanhamento de instalação, demonstração de novas features, configuração e testes do equipamento provisionando espaço para servidores) de novos storages adquiridos (Hitachi G400, Huawei OceanStor Dorado 5000 V6 e IBM v5030).

- Gerenciamento e monitoração da alocação de espaço em áreas de storage (unidades de armazenamento) por meio das ferramentas STOR2RRD e LPAR2RRD, além de monitoramento SNMP para detectar falha de discos.

- Estudo e acompanhamento do crescimento da utilização dos storages, permitindo a previsão de saturação dos equipamentos e consequente necessidade de realocações e novas aquisições.

- Atualização de software embutido (firmware) dos storages IBM.

b) Armazenamento de dados definido por software

- Alta disponibilidade, armazenamento de dados de aplicações de containers em espaços de armazenamento de dados Ceph e GlusterFS, que trabalham em cluster, mantendo aplicações intactas mesmo com indisponibilidade de parte de seus nós.

- Implantação de solução de Ceph RGW para armazenamento de imagens (similar ao armazenamento Amazon S3 em nuvem).

- Expansão do uso de armazenamento CephFS e Ceph RBD para aplicações em cluster de containers.

- Atualização de todo cluster Ceph para a versão Nautilus (14.2.1).

17. Servidores Linux

Criação e adaptação de padrões de máquina virtual para novas versões do sistema operacional Oracle Linux Server, bem como a instalação e o upgrade de versões de sistema operacional em servidores físicos.

18. Servidores Microsoft Windows

a) Criação de padrões de máquina virtual para novas versões do sistema operacional Windows Server.

b) Implantação de novas licenças de Windows DataCenter e Remote Desktop.

c) Testes com servidor de Active Directory (AD) para futuras implementações desta tecnologia de autenticação.

d) Automatização da alteração de senha para servidores Windows 2008 (descontinuados pela Microsoft).

19. Solução de Cópia de Segurança (backup)

a) Migração de toda a infraestrutura de backup para:

- o software Bacula Enterprise, substituindo o software Bacula Community e o software TSM (este, utilizado anteriormente para backups dos bancos de dados Oracle);

- os robôs de fita LTO7 adquiridos no fim do ano anterior.

b) Implantação de backup da solução de armazenamento Ceph (CephFS e RBD) no ambiente Kubernetes.

20. Gestão de Riscos do PJe

Participação do projeto da SETIC de implantação da Gestão de Riscos em Soluções Nacionais Críticas de TIC (DED-905).

21. Emissão de Certificados Digitais para Aplicação

Aquisição de certificado digital A1 do tipo e-CNPJ por meio de processo de compra e posterior instalação nos sistemas hospedadas nos servidores de rede do Tribunal, como por exemplo, PJe e SIGEP.

22. Auditoria Oracle

Foi realizada pela empresa Oracle auditoria na infraestrutura tecnológica do TRT15, de acordo com cláusula contratual de uso de seus softwares, analisando a conformidade do uso dos softwares Oracle licenciados e utilizados pelo TRT15.

23. Melhoria e automação de procedimentos internos da CITIC

a) Expansão e melhorias da infraestrutura para execução de aplicações (SIG, PJe, OpenLDAP, Keycloak, entre outras) em cluster de containers com tecnologia Kubernetes e Docker Swarm, de modo a mantê-las em funcionamento mesmo com falhas de parte de seus nós (alta disponibilidade).

b) Atualização do cluster FreeIpa para autenticação segura dentro da servidores da infraestrutura, evitando indisponibilidades.

c) Criação de novos repositórios de pacotes de sistema operacional, evitando sobrecarga da rede corporativa.

d) Implementação em homologação de solução de atualização da base de dados OpenLDAP via tecnologia Rest API , em substituição à tecnologia RMI, aumentando o nível de segurança para consulta e atualização da base de dados de autenticação de usuários.

e) Atualização de firmware de servidores VMware e Kubernetes

f) Novas implementações de scripts de automatização de tarefas baseadas em Ansible.

g) Expansão do versionamento de artefatos usando ferramenta GitLab.

24. Chamados (tickets) do tipo Incidente ou Requisição de Serviço resolvidos pela CITIC

Apenas os chamados registrados na Central de Serviços (Assyst) e que foram resolvidos (concluídos) pela equipe da CITIC, não contabilizando aqueles em que a equipe atuou, porém, repassou para outra Coordenadoria também atuar e concluir o chamado:

a) Seção de Administração de Banco de Dados: 1043 chamados (4,4 por dia útil)

b) Seção de Sistemas Básicos: 421 chamados (1,8 por dia útil)

c) Seção de Sistemas Corporativos: 586 chamados (2,5 por dia útil)

d) Seção de Operações de Infraestrutura: 6253 chamados (26,6 por dia útil)

e) Total da Coordenadoria de Infraestrutura: 8303 chamados (35,3 por dia útil)

25. Capacitação

a) Planejamento, contratação e participação dos seguintes cursos externos (PAI) para servidores da CITIC:

◦ Curso “Kubernetes: Orquestração de Ambientes Escaláveis - CKA”.

◦ Curso "Red Hat Ceph Storage Architecture and Administration (CEPH125)".

b) Conclusão de diversos cursos nas plataformas EAD da Escola Judicial do TRT15 e da empresa Alura, todos em conformidade com o Plano de Capacitações de 2019.

26. Planejamento de Contratação de TIC conforme Resolução CNJ 182

a) Planejamento da contratação e aquisição de fitas de armazenamento de dados LTO-7 para realização de cópias de segurança (backup), CP0221/2019.

b) Planejamento da contratação e aquisição de licenças perpétuas Windows Server Remote Desktop, PROAD 10411/2019.

c) Prorrogação do Contrato nº 150/2016, de serviços de suporte técnico e garantia de atualização de versões de licenças de Banco de Dados Oracle.

d) Prorrogação do Contrato nº 190/2017, de serviços de suporte ao Banco de Dados PostgreSQL do PJe.

e) Prorrogação do Contrato nº 194/2017, de serviços de suporte técnico e garantia de atualização de versões de licenças de Banco de Dados Oracle.

f) Prorrogação do Contrato nº 23/2018, para fornecimento de subscrições de serviços de suporte técnico, atualização e suporte técnico especializado para servidores de aplicação java para o PJe.

g) Prorrogação do Contrato nº 186/2018, de serviços de suporte técnico e garantia de atualização de versões de licenças de Banco de Dados Oracle.

h) Participação no planejamento da aquisição/expansão de storages junto à Coordenadoria de Administração de Recursos de TIC da SETIC.

i) Participação no planejamento da contratação nacional de suporte a tecnologias de infraestrutura opensources, coordenado pelo TRT da 12ª Região.

27. Fiscalização Técnica e Gestão de contratos

a) Contrato nº 8/2016: Serviço especializado em suporte ao Sistema Operacional Linux, para Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho.

b) Contrato nº 150/2016: Serviços de suporte técnico e garantia de atualização de versões de licenças de Banco de Dados Oracle.

c) Contrato nº 187/2017: Solução integrada de colaboração e comunicação corporativa em computação em nuvem (Google Suite).

d) Contrato nº 190/2017: Serviços de suporte técnico ao Banco de Dados PostgreSQL.

e) Contrato nº 194/2017: Serviços de suporte técnico e garantia de atualização de versões de licenças de Banco de Dados Oracle.

f) Contrato nº 23/2018: Fornecimento de subscrições de serviços de suporte técnico, atualização e suporte técnico especializado para servidores de aplicação java.

g) Contrato nº 29/2018: Suporte, manutenção e atualização de versões das licenças do software Go-Global.

h) Contrato nº 178/2018: Serviços de subscrição com suporte técnico para o sistema de virtualização VMware.

i) Contrato nº 186/2018: Serviços de suporte técnico e garantia de atualização de versões de licenças de Banco de Dados Oracle.

j) Contrato nº 192/2018: Aquisição de licenças perpétuas do software Bacula Enterprise, com suporte técnico de 36 meses.

2.7.6 - Gabinete da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações

1. Consultas diversas através de contato telefônico

Atendimento a contatos telefônicos diários, com o intento de viabilizar às solicitações quanto às dúvidas relacionadas à TI, de Usuários do TRT 15a. Região e eventualmente público externo.

2. Central de Serviços de TIC (Assyst)

Consulta diária aos incidentes transferidos para o gabinete para autorização ou consulta sobre solicitações realizadas.

3. Expedientes

Recebimento, elaboração e expedição de inúmeros expedientes relacionados a esta área técnica, Certidões, Memorandos, Ofícios, Informações, Pareceres e Malotes Digitais como também de notas fiscais e os respectivos Termos de Recebimento Provisório e Definitivo, mediante o devido controle da tramitação dos mesmos, de acordo com os dados dispostos em cada Contrato vigente no âmbito deste Regional, com incremento considerável. Tramitação e controle de envio de documentos pelo PROAD.

4. Acompanhamento de Contratos da área de TIC

Atividades de recebimento e acompanhamento dos diversos contratos com fornecedores na área de tecnologia da informação, realizando as verificações necessárias e liberando as remunerações devidas de cada contrato;

5. Gerenciamento de demandas de TIC

Agendamento de reuniões realizadas com Servidores desta área técnica e de outras, tanto na área administrativa como judicial, com o objetivo de atender às demandas de Tecnologia da Informação e Comunicações, incluindo as definidas como prioritárias pela Administração desta 15ª Região, tudo de acordo com as normas estabelecidas pelos órgãos superiores e as diretrizes estipuladas pela Administração desta Corte.

2.8 - SECRETARIA DE SAÚDE

Atividades realizadas durante o ano de 2019:

Emissão de parecer sobre solicitação de afastamento de servidor	4121
Emissão de parecer sobre solicitação de afastamento de magistrado	200
Atendimentos (médico + enfermagem) na Sede	3796
Atendimentos (médico + enfermagem) nos Postos Avançados	5364
Avaliações médicas para admissão de candidatos aprovados no último concurso	0
Atendimentos odontológicos	3393
Avaliações periciais	1768

Atendimentos de assistência social	2194
Atendimentos de Psicologia	2033
Atendimentos de Fisioterapia (incluindo aplicação da ginástica laboral)	12427

A Secretaria de Saúde realizou e/ou participou, ainda, de diversas ações, conforme segue:

- Programa “Promoção de Saúde no Trabalho: Qualidade de Vida e Clima Organizacional” (Proc. 0001031-64.2011.5.15.0895-PA):

- 1ª VT São José do Rio Preto, por demanda da Presidência: 01 a 02/04: Foram realizadas 10 entrevistas individuais com servidores e 05 com estagiários, uma reunião com Juíza Substituta, visita hospitalar e 03 atendimentos individuais com familiares do juiz titular.

- 2ª VT Assis, por demanda da Presidência: 14 a 15/05: Participaram 07 servidores e 05 estagiários.

- VT Andradina, por demanda da Comissão Multidisciplinar de Magistrados: 09/05: Participaram 18 servidores (inclusive do P.A. Pereira Barreto), 12 a 14/11: Participaram 11 servidores e o Juiz Titular.

- 1ª VT São José dos Campos, por demanda da Corregedoria Regional: 04/06: Participaram 07 servidores e 03 estagiários.

- Divisão de Execução / Central de Mandados de Campinas, por demanda da Corregedoria Regional, por meio do PROAD 4538/2016: 09/09 a 11/11: Foram realizadas duas reuniões com o Juiz Responsável e a Chefe da Divisão, 2 trabalhos em grupo com Oficiais de Justiça, 18 entrevistas individuais, contemplando 19 participantes no total;

- 2ª VT Taubaté, por demanda da Presidência, por meio do PROAD 15886/2019: 25/11: Participaram 8 servidores.

- VT Caraguatatuba, por demanda da Corregedoria Regional: 18 e 19/11: Participaram 9 servidores.

- Programa de Preparação para Aposentadoria – PPA Servidores (Proc. 00010130-79.2011.5.15.0895-PA):

- EAD (02/04 a 16/08), I Encontro Presencial (22 e 23/08) e II Encontro Presencial (18/10): 57 inscritos, 33 concluintes.

- Grupo Psicoeducativo em Saúde Mental:

- Rodas de Conversa para grupos específicos de servidores e as áreas de Psicologia e de Serviço Social.

- 26/06 e 05/07: Roda de Conversa com Agentes de Segurança de Campinas, por demanda da Assessoria de Segurança e Transporte e da Secretaria-Geral da Presidência. Participaram 12 servidores no total.

- Elaboração do Manual do Teletrabalho:

- O Manual de Orientações Ergonômicas Aplicadas ao Teletrabalho, elaborado pela área de Fisioterapia da Secretaria de Saúde, foi disponibilizado na página intranet do TRT da 15ª Região em 16/07/201, com orientações de ordem ergonômica, incluindo vídeos sobre ginástica laboral, mobiliário e orientações posturais, dentre outras informações voltadas aos servidores em regime de teletrabalho e de interesse geral.

- Realização de atividade denominada “Pausa Ergonômica”
• Atividade ergonômica desenvolvida pela área de Fisioterapia, em cursos da Escola Judicial, a partir de novembro de 2019.

- Ação de sensibilização sobre deficiência visual e a importância dos cães-guia

• Em parceria com o Instituto Magnus, realizada no Fórum Trabalhista de Sorocaba no dia 24 de setembro de 2019.

- Organização da Mesa Redonda “Acessibilidade e Inclusão: Barreiras e Enfrentamentos”

• Realizada na programação da 3ª Semana do Servidor do TRT 15, no dia 24 de outubro de 2019 na Sede Administrativa, em Campinas.

- “Ação de Sensibilização sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência”

• Realizada na Sede Judicial, na cidade de Campinas, no dia 03 de dezembro de 2019.

- Atualização do cadastro de pessoas com deficiência do quadro do TRT 15

• De acordo com o disposto no Art. 21 da Resolução 230, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), tendo em vista o início do “Programa de Acompanhamento de Pessoas com Deficiência do Quadro do TRT 15”.

- Grupo de Gestantes – Grupo anual com a realização de 6 encontros cada grupo, totalizando 5 participantes.

- I Jornada de Saúde Mental - 11 e 12/09: 50 participantes.

• I Jornada de Saúde Mental do TRT 15º da Região: conhecer para prevenir”: Ação de 2 (dois) dias, por ocasião do mês “Setembro Amarelo” e do Dia Mundial do Combate ao Estresse. Realizadas 4 (quatro) palestras sobre temas relacionados às principais doenças psiquiátricas que lideram os índices de absenteísmo (depressão, ansiedade, estresse), com orientações técnicas para prevenção em saúde mental.

- Vacinação contra a gripe - Participação de 82 Magistrados, 940 servidores e 135 terceirizados/estagiários, totalizando 1157 doses aplicadas.

- Grupo de Ginástica Laboral

• Diariamente, em sessões de aproximadamente 10 minutos por grupo.

Local: Sede Judicial e Sede Administrativa.

• Terças e Quintas, em sessões de aproximadamente 10 minutos por unidade.

Local: Fórum Trabalhista de Campinas

- Grupo de Meditação – 750 participações durante o ano

• A partir de 05/2019, das 14h30 às 18h00, no Fórum Trabalhista de Campinas, semanalmente.

• A partir de 06/2019, das 15h30 às 15h45, às sextas-feiras, no Auditório da Sede Administrativa do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região.

- **Projeto de Gerenciamento do Stress – Avaliação e orientação para controle de stress: 130 participantes.**

- **Programa de Controle Médico e de Saúde Ocupacional – Foram realizados 198 exames periódicos de servidores.**

- **Semana do Servidor – Elaboração, coordenação e operacionalização, em parceria a Secretaria de Gestão de Pessoas. Total: 1000 participantes (servidores, magistrados, estagiários e colaboradores terceirizados).**

- **Campanhas de Saúde:**

- Campanha de Prevenção do Câncer de Mama - Outubro Rosa;
- Campanha de Prevenção do Câncer de Próstata - Novembro Azul;
- Campanha “Previna-se”: 12 a 16/08/2019: campanha de caráter preventivo, com o intuito de identificar eventuais alterações nos níveis de colesterol, triglicérides, glicemia e pressão arterial de magistrados e servidores

- **Espaço Saúde - Espaço virtual**, na página intranet, onde estão disponibilizadas orientações e campanhas de saúde preventiva, módulos de ginástica laboral e palestra: Prevenção e Ergonomia, dentre outras informações de caráter geral relacionadas à Saúde.

2.9 - SECRETARIA-GERAL JUDICIÁRIA

2.9.1 - TRIBUNAL PLENO E ÓRGÃO ESPECIAL

No decorrer do ano de 2019, a Secretaria-Geral Judiciária, no âmbito de sua competência, executou várias ações voltadas ao planejamento, coordenação, orientação, direção e controle da execução dos serviços judiciais deste Tribunal, em especial os relativos às pautas e sessões de julgamento realizadas pelas Seções de Ações de Competência do Tribunal Pleno e Órgão Especial, em matéria administrativa e judiciária, e pelas Seções Especializadas em Dissídios Individuais e Coletivos e, ainda, às atividades voltadas ao planejamento, supervisão, orientação e controle de apoio relativas aos trabalhos judiciais em segunda instância, desenvolvidos pela Secretaria Judiciária.

A Secretaria-Geral também se fez presente no acompanhamento dos processos PJe de interesse do Tribunal e que tramitam no Conselho Nacional de Justiça – CNJ.

As atividades desenvolvidas para realização dos pagamentos de Honorários Periciais – Assistência Judiciária Gratuita consistiram na coordenação, controle e confecção de planilhas relativas ao pagamento, que são submetidas à Presidência do Tribunal para aprovação e, em seguida, são encaminhadas à Secretaria de Orçamento e Finanças para efetiva liberação e quitação dos créditos orçamentários aos peritos credores, assim como no atendimento das demandas de informações dos senhores peritos e dos servidores das Varas do Trabalho.

Nos trabalhos desenvolvidos pelo Comitê Gestor Regional do Sistema de Gerenciamento de Informações Administrativas e Judiciárias da Justiça do Trabalho – e-Gestão, a Secretaria-Geral Judiciária participou no âmbito do 2º grau de jurisdição deste Regional. O Sistema disponibiliza aos Corregedores Regionais e ao Corregedor-Geral da

Justiça do Trabalho, informações para o aprimoramento da coleta de dados e produção de informações estatísticas, capazes de revelar os verdadeiros entraves que impedem a existência de um processo judicial mais célere e eficiente.

De forma constante, a Secretaria-Geral Judiciária participou ou atuou nas atividades relacionadas ao sistema do Processo Judicial Eletrônico com representantes no Comitê Gestor Regional do Processo Judicial Eletrônico (PJe-JT), desenvolvido de acordo com a Lei 11.419, de 2006, colaborando dessa forma na implantação de novos módulos e versões do sistema. Subordinado à Secretaria, o Núcleo de Apoio ao Processo Judicial Eletrônico – PJe, criado pelo Ato Regulamentar 24/2014 de 05/12/2014, atuou em atividades que consistiram no atendimento do público externo e interno em relação a dúvidas e problemas envolvendo as rotinas dessa ferramenta eletrônica, por intermédio de linha telefônica gratuita, além de ter validado e parametrizado todas as atualizações do sistema. Finalmente coube à Secretaria-Geral Judiciária atuar diretamente na assessoria da Presidência, Vice-Presidência Judicial, Vice-Presidência Administrativa, Corregedoria Regional, Vice-Corregedoria Regional, Gabinetes dos Desembargadores e Secretarias das Turmas, auxiliando na capacitação dos servidores e esclarecendo novos procedimentos nas rotinas que servem de apoio para o aprimoramento da instalação das novas versões do sistema do PJe no âmbito deste Tribunal.

A Secretaria-Geral Judiciária também integrou nesse exercício: o Comitê Gestor Regional do Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, sendo responsável por atividades de manutenção de sua estrutura de publicação, tais como, criação e cancelamento de unidades publicadoras, da atualização de usuários (quando solicitado) e do calendário de publicação do DEJT, recebimento e retransmitindo às unidades usuárias de primeiro e segundo graus comunicados oriundos do Comitê Gestor Nacional desse sistema, sendo também responsável pelo gerenciamento da ferramenta “Fale Conosco”, que atende ao público externo em suas dúvidas, críticas e sugestões; e o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Disputas – NUPEMEC-JT, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, atuando diretamente nas políticas e nos trabalhos dos Centros Judiciários de Métodos Consensuais de Solução de Disputas e na coordenação das atividades a eles relacionadas.

Atenta às dinâmicas adotadas pela administração deste Egrégio Tribunal, a Secretaria-Geral Judiciária deu continuidade ao desenvolvimento, otimização e adequação das ações conjuntas com as demais Diretorias, Secretarias, Assessorias e Coordenadorias do Tribunal, a fim de que se alcançassem os objetivos já propostos, priorizando seus esforços para atingir as Metas do Planejamento Estratégico deste Regional e das Metas Nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para 2019, tanto as gerais quanto as traçadas especificamente para a Justiça do Trabalho.

Em acréscimo às atividades já citadas, cumpre destacar que a Secretaria-Geral Judiciária executou várias ações referentes a rotinas diárias, tais como: atendimento individualizado ao público em geral e aos senhores advogados; prestação de informações e esclarecimentos dos demais assuntos às Diretorias pertinentes; submissão aos Excelentíssimos Senhores Desembargadores do Trabalho Presidente do Tribunal, Vice-Presidente Administrativo, Vice-Presidente Judicial, Corregedor Regional e Vice-Corregedor Regional, dos expedientes de suas respectivas competências; na esfera da competência da Secretaria, prestou assessoramento à Presidência do Tribunal, aos Excelentíssimos Senhores Desembargadores e aos Excelentíssimos Senhores Juízes Titulares de Vara do Trabalho, assim como, às Varas do Trabalho; colaborou, sempre que solicitada pelo Comitê de Implantação do Sistema Processo Administrativo Eletrônico (PROAD), nos testes e apresentação de sugestões

de melhorias desse sistema; fez o controle das alterações das composições das Comissões Permanentes do Tribunal; manteve atualizadas, no site do Tribunal, as áreas referentes às Sessões Administrativas, Pautas de Julgamento das Seções Especializadas e Jurisprudência (Súmulas, Teses Prevalentes, Precedentes Normativos da SDC, Orientações Jurisprudenciais da 1ª SDI, Orientações Jurisprudenciais da 2ª SDI, Orientações Jurisprudenciais da 3ª SDI, Orientações Jurisprudenciais da SDC, Incidentes de Uniformização de Jurisprudência, Arguições de Inconstitucionalidade e Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas); e ainda executou procedimentos no controle do envio e recebimento de processos através da ferramenta “E-Remessa”; no encaminhamento de Cartas Rogatórias ao Ministério da Justiça; atuou, até a publicação da Resolução Administrativa nº 22/2019, em todos os plantões judiciários e no recesso forense, inclusive na confecção de planilha de servidores para atuação no Plantão Judicial.

TRIBUNAL PLENO ADMINISTRATIVO DECISÕES E EVENTOS DE DESTAQUE NO EXERCÍCIO DE 2019

SESSÃO ADMINISTRATIVA ORDINÁRIA DO EGRÉGIO TRIBUNAL PLENO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO REALIZADA EM 21/02/2019

Apresentado o Projeto da Gestão Documental, colocado no ar em 08/02, juntamente com a versão 3.2.1 do PJE. Em síntese, foi incluído no sistema, para os processos em andamento, uma chancela/selo que identifica aqueles que possuem relevância histórica. O modo de operação consiste em utilizar a opção existente no painel da KZ. Basta selecionar o processo e executar o menu “Atribuir valor histórico”. O processo passa a apresentar ao lado do número a imagem de um selo.

A Excelentíssima Senhora Desembargadora Luciane Storel da Silva abre mão da participação na Comissão da Ordem do Mérito e passa a integrar a Comissão de Assuntos Administrativos.

18440/2018 PROAD - Interessado: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Assunto: Proposta de assento regimental para alteração do § 2º do artigo 22 do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Decisão: APROVAR a proposta de assento regimental que altera a redação do § 2º do artigo 22 do Regimento Interno, nos termos e consoante fundamentação, parte integrante deste dispositivo. Vencidos os Excelentíssimos Senhores Desembargadores Manoel Carlos Toledo Filho e Eleonora Bordini Coca, que estabeleciam em 90 (noventa) dias o prazo previsto no § 2º do artigo 22 do Regimento Interno, e os Excelentíssimos Senhores Desembargadores Eder Sivers, João Batista Martins César, Luiz Felipe Paim da Luz Bruno Lobo, Luciane Storel da Silva e Renan Ravel Rodrigues Fagundes, que estabeleciam em 60 (sessenta) dias, prorrogáveis por igual período, o prazo previsto no § 2º do artigo 22 do Regimento Interno, devendo ser motivada a prorrogação.

“ASSENTO REGIMENTAL Nº/2019

de ___ de _____ de 2019

Altera o § 2º do artigo 22 do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região.

A DESEMBARGADORA DO TRABALHO PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a necessidade de prazo mais elástico e hábil para validação de atos praticados pelo Presidente do Tribunal ad referendum do Tribunal Pleno ou Órgão Especial,

CONSIDERANDO que há períodos mais críticos, em que o prazo de 60 (sessenta) dias para validação de eventual normativo publicado torna-se extremamente exíguo, como naqueles em que não há agendamento de sessão desses Órgãos Colegiados,

CONSIDERANDO que a observância da legalidade formal para a validade do ato administrativo deve ser a regra, de forma a garantir a segurança jurídica e sob pena de tornar inócua a previsão regimental,

CONSIDERANDO, por fim, o decidido no Processo Administrativo nº 18.440/2018 PROAD, na Sessão Administrativa do Tribunal Pleno realizada em 21/2/2019,

RESOLVE:

Art. 1º O § 2º do artigo 22 do Regimento Interno passa a vigorar com a seguinte redação:

‘Art. 22. Compete ao Presidente do Tribunal:

.....
§ 2º Os atos praticados ad referendum do Tribunal Pleno ou Órgão Especial perdem a sua validade e eficácia, vedada a sua renovação se, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, improrrogáveis, não forem submetidos à apreciação do colegiado competente.’

Art. 2º Este Assento Regimental entra em vigor na data de sua publicação.

GISELA RODRIGUES MAGALHÃES DE ARAUJO E MORAES

Desembargadora Presidente do Tribunal”

21235/2018 PROAD - Interessado: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Assunto: Concurso de acesso, por promoção, ao cargo de Desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, pelo critério de antiguidade - Decisão: APROVAR, por unanimidade de votos, o nome do Excelentíssimo Juiz do Trabalho João Batista da Silva, para acesso, pelo critério de antiguidade, ao cargo de Desembargador do Trabalho do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, nos termos da fundamentação.

SESSÃO ESPECIAL DE ABERTURA DO ANO JUDICIÁRIO DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO DE 2019 E SOLENIDADE DE ENTREGA DE COMENDAS DA ORDEM DO MÉRITO JUDICIÁRIO DA JUSTIÇA DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO REALIZADA EM 14 DE MARÇO DE 2019

Outorgadas as Comendas do Mérito Judiciário da Justiça do Trabalho da 15ª Região. A Excelentíssima Senhora Vice-Presidente Judicial, Desembargadora TEREZA APARECIDA ASTA GEMIGNANI e o Excelentíssimo Senhor Desembargador FERNANDO DA SILVA BORGES agradeceram o Excelentíssimo Senhor Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, Desembargador ALEXANDRE LUIZ RAMOS; o Excelentíssimo Senhor Desembargador FERNANDO DA SILVA BORGES agraciou o Excelentíssimo Senhor Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça, Juiz do Trabalho FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA; o Excelentíssimo Senhor Desembargador EDISON DOS SANTOS PELEGRINI agraciou a Excelentíssima Senhora Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região, Mato Grosso e do Colégio de Presidentes e Corregedores da Justiça do Trabalho, Desembargadora ELINEY BEZERRA VELOSO; o Excelentíssimo Senhor Desembargador FÁBIO GRASSELLI agraciou a Excelentíssima Senhora Presidente do

Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, Bahia, Desembargadora MARIA DE LOURDES LINHARES LIMA DE OLIVEIRA; a Excelentíssima Senhora Presidente deste Regional, Desembargadora GISELA RODRIGUES MAGALHÃES DE ARAUJO E MORAES, agraciou o Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região, Ceará, Desembargador PLAUTO CARNEIRO PORTO; o Excelentíssimo Senhor Desembargador MANOEL CARLOS TOLEDO FILHO agraciou o Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região, Goiás, Desembargador PAULO SÉRGIO PIMENTA; o Excelentíssimo Senhor Desembargador FERNANDO DA SILVA BORGES agraciou a Excelentíssima Senhora Corregedora Regional do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, Bahia, Desembargadora DALILA NASCIMENTO ANDRADE; e a Excelentíssima Senhora Vice-Corregedora Regional, Desembargadora MARIA MADALENA DE OLIVEIRA, agraciou a Excelentíssima Senhora Vice-Ouvidora do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, São Paulo, Desembargadora ROSANA DE ALMEIDA BUNO.

O Excelentíssimo Senhor Desembargador LORIVAL FERREIRA DOS SANTOS agraciou a Senhora MARCIA LOVANE SOTT, Secretária-Geral do Conselho Superior da Justiça do Trabalho; a Excelentíssima Senhora Presidente deste Regional, Desembargadora GISELA RODRIGUES MAGALHÃES DE ARAUJO E MORAES, agraciou a Senhora KÁTIA DOS SANTOS SILVA, Secretária de Orçamento e Finanças do Conselho Superior da Justiça do Trabalho; o Excelentíssimo Senhor Desembargador JORGE LUIZ SOUTO MAIOR agraciou a Excelentíssima Senhora PATRÍCIA MAEDA, Juíza Presidente da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 15ª Região; o Excelentíssimo Senhor Desembargador EDMUNDO FRAGA LOPES agraciou o Excelentíssimo Senhor Procurador Regional do Trabalho da 15ª Região, RONALDO JOSÉ DE LIRA, Vice-Coordenador Nacional de Combate à Exploração do Trabalho da Criança e do Adolescente; o Excelentíssimo Senhor Desembargador EDER SIVERS agraciou o Senhor Delegado PAULO VÍBRIO JÚNIOR, Diretor da Polícia Federal em Campinas; o Excelentíssimo Senhor Desembargador LUIZ ANTONIO LAZARIM agraciou o Senhor ROLANDO BOLDRIN, apresentador de TV, cantor e compositor; a Excelentíssima Senhora Desembargadora RITA DE CÁSSIA PENKAL BERNARDINO DE SOUZA agraciou o Doutor JOSÉ DARI KREIN, Professor da Universidade Estadual de Campinas; o Excelentíssimo Senhor Desembargador SAMUEL HUGO LIMA agraciou o Senhor VLADIMIR NEI SUATO, Secretário da Corregedoria Regional do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região; o Excelentíssimo Senhor Ouvidor deste Regional, Desembargador FRANCISCO ALBERTO DA MOTTA PEIXOTO GIORDANI, agraciou o Senhor GUSTAVO FACHIM, Secretário de Gestão de Pessoas do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região; a Excelentíssima Senhora Desembargadora ANA PAULA PELLEGRINA LOCKMANN agraciou o Senhor RODRIGO MARQUES DE REZENDE, Assessor de Desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região; o Excelentíssimo Senhor Desembargador LUIZ FELIPE PAIM DA LUZ BRUNO LOBO agraciou o Senhor MARCELO ADRIANO BONANI, Diretor de Secretaria da Vara do Trabalho de São José do Rio Pardo do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região; a Excelentíssima Senhora Desembargadora LUCIANE STOREL DA SILVA agraciou o Senhor CLÁUDIO DE GUIMARÃES ROCHA, servidor do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região, Mato Grosso do Sul; e o Excelentíssimo Senhor Desembargador FERNANDO DA SILVA BORGES homenageou a Senhora DÉBORA ARAÚJO SEABRA DE MOURA, Primeira Professora do Brasil com Síndrome de Down e Autora de Livro Infantil, na pessoa da Professora MARIA TERESA EGLÉR MANTOAN – Pedagoga, Mestre e Doutora em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas.

Além das personalidades homenageadas, o Tribunal também reconheceu com honras quatro entidades que fazem um trabalho primoroso de assistência social. A Excelentíssima Senhora Vice-Presidente Administrativa, Desembargadora ANA AMARYLIS VIVACQUA DE OLIVEIRA GULLA, agraciou a Entidade Beneficente FUNDAÇÃO GRANDE HARMONIA, na pessoa de sua diretora, Senhora Valéria Maria Parola Del Boni; a Excelentíssima Senhora Desembargadora OLGA AIDA JOAQUIM GOMIERI, agraciou a Entidade Filantrópica ASSOCIAÇÃO E FRATERNIDADE SÃO FRANCISCO DE ASSIS NA PROVIDÊNCIA DE DEUS, na pessoa de seu fundador, Padre Nélio Joel Angeli Belotti, Frei Francisco; o Excelentíssimo Senhor Desembargador FERNANDO DA SILVA BORGES, agraciou a Entidade Filantrópica INSTITUTO PADRE HAROLDO, na pessoa de seu presidente, Senhor LUIZ ROBERTO CHAIM SDOIA; e o Excelentíssimo Senhor Desembargador JOÃO BATISTA MARTINS CÉSAR, agraciou a empresa REAL ALIMENTOS LTDA., PADARIA REAL, na pessoa de seu Diretor, Senhor José Eduardo de Souza.

SESSÃO ADMINISTRATIVA ORDINÁRIA DO EGRÉGIO TRIBUNAL PLENO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO REALIZADA EM 21/03/2019

10184/2018 PROAD - em prosseguimento - Relatora: Ana Amarylis Vivacqua de Oliveira Gulla - Interessado: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Assunto: Proposta da Comissão de Gerenciamento de Fluxo Processual visando a alteração do sistema de convocação dos Juízes Titulares para atuação no 2º grau de jurisdição – Decisão: em prosseguimento às sessões realizadas em 28/06/2018 e 03/12/2018, e nos termos do voto da lavra da Excelentíssima Senhora Desembargadora Relatora Ana Amarylis Vivacqua de Oliveira Gulla, Vice-Presidente Administrativa do Tribunal, por maioria de votos, APROVAR a proposta de convocação de 33 (trinta e três) Juízes para atuação na segunda instância de jurisdição, formando-se, antes, a nova lista a que se refere o artigo 81 do Regimento Interno, assim como APROVAR a proposta de Resolução Administrativa que dispõe sobre a formação da Lista de Juízes Titulares de Vara do Trabalho para atuação no segundo grau de jurisdição e convocação extraordinária, nos termos e consoante fundamentação, parte integrante deste dispositivo. Resolveram, também, ESTABELECER o prazo de 10 (dez) dias para inscrição dos Desembargadores interessados na formação da Comissão de Estudos que viabilize estrutura de apoio aos Juízes Convocados. Vencido o Excelentíssimo Senhor Desembargador Eduardo Benedito de Oliveira Zanella, que divergiu, em parte, do voto da Excelentíssima Senhora Desembargadora Relatora Ana Amarylis Vivacqua de Oliveira Gulla, para fixar em somente 11 (onze) o número de Juízes a serem convocados, considerando o impacto na 1ª Instância, a estrutura a ser disponibilizada aos Juízes Convocados no 2º Grau e as dificuldades decorrentes da desvinculação dos mesmos ao término da convocação. Vencida, em parte, a Excelentíssima Senhora Desembargadora Susana Graciela Santiso que, ao votar no sentido de suspender o julgamento, por 60 (sessenta) dias, para a formação de Grupo de Trabalho para analisar a Reforma Administrativa do Tribunal, considerou que nesse período seriam obtidas mais informações oriundas do novo delta a ser estabelecido para as Varas do Trabalho e do processo de fixação ainda em curso, bem assim que essas novas informações, em conjunto com a relevância da matéria, possibilitariam melhores condições para o Colegiado analisar e decidir a proposta em apreço.

4186/2019 PROAD - Interessado: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região – Relatora: Ana Amarylis Vivacqua de Oliveira Gulla - Assunto: Relatório de Prestação de Contas do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região – 2018 - Decisão: nos termos do voto da lavra da Excelentíssima Senhora Desembargadora Relatora Ana Amarylis Vivacqua de Oliveira Gulla, Vice-Presidente Administrativa do Tribunal, por unanimidade de votos, APROVAR o Relatório de Prestação de Contas referente ao exercício de 2018, nos termos e consoante fundamentação, parte integrante deste dispositivo.

4022/2019 PROAD - Interessado: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região – Relatora: Ana Amarylis Vivacqua de Oliveira Gulla - Assunto: Relatório Anual de Atividades do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região – 2018 - Decisão: nos termos do voto da lavra da Excelentíssima Senhora Desembargadora Relatora Ana Amarylis Vivacqua de Oliveira Gulla, Vice-Presidente Administrativa do Tribunal, por unanimidade de votos, APROVAR o Relatório Anual referente ao exercício de 2018, nos termos e consoante fundamentação, parte integrante deste dispositivo.

SESSÃO ADMINISTRATIVA ORDINÁRIA DO EGRÉGIO TRIBUNAL PLENO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO REALIZADA EM 27/05/2019

Foram entregues aos Senhores Desembargadores as canecas que fazem parte da campanha para a substituição dos copos plásticos usados no Tribunal. A Senhora Presidente informou que foram adquiridas aproximadamente 4.000 canecas para serem distribuídas aos desembargadores, juízes, servidores e colaboradores terceirizados, visando tanto à diminuição de compra, como a diminuição até a erradicação do uso efetivo de copos plásticos descartáveis. A campanha é um incentivo às boas práticas de responsabilidade socioambiental e à economia de aproximadamente 65 mil reais/ano. A ação está sendo gestada pela Presidência do Tribunal desde 2018, envolvendo a Comissão de Responsabilidade Socioambiental e Meio Ambiente do Trabalho, presidida pelo Desembargador Edmundo Fraga Lopes e a Assessoria de Gestão Estratégica. A aquisição das canecas foi custeada parte pelo Tribunal, 1800 unidades, e parte com patrocínio do Sindicato dos Servidores Públicos Federais da Justiça do Trabalho da 15ª Região - Sindiquinze, 2600 unidades. Os logotipos estampados nas canecas representam alguns dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas - ONU, parte do Pacto Global, do qual é signatário o nosso Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região. As demais canecas serão gradativamente entregues, até o final deste semestre, a todos os magistrados, servidores e terceirizados, das unidades sede e administrativas de Campinas, bem assim a todas as Varas do Trabalho.

Criada a Comissão de Estudos da Distribuição de Feitos em 2º Grau, que ficou assim constituída: - membros de Comissão de Gerenciamento de Fluxo Processual, 1 membro a ser indicado pelo Comitê Gestor Regional do PJE-JT e 1 membro a ser indicado pela Corregedoria Regional.

6998/2019 PROAD - Relatora: Ana Amarylis Vivacqua de Oliveira Gulla - Interessado: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Assunto: Formação da lista de Juízes Titulares de Vara do Trabalho para atuação no segundo grau de jurisdição e convocação extraordinária - Decisão: nos termos do voto da lavra da Excelentíssima Senhora Desembargadora Relatora Ana Amarylis Vivacqua de Oliveira Gulla, Vice-Presidente Administrativa do Tribunal, por aclamação, APROVAR os nomes dos Juízes Titulares de

Varas do Trabalho inscritos para compor a lista de Juizes que atuarão no segundo grau de jurisdição deste Tribunal, em substituição e para auxílio extraordinário, no período de 1º/6/2019 a 31/5/2021, e incluir, como suplentes da Lista de Juizes Titulares de Vara do Trabalho, os dois magistrados mais modernos no rol de inscrição, os Excelentíssimos Juizes do Trabalho Maria Flavia Roncel de Oliveira Alaite e João Batista de Abreu. Tudo nos termos e consoante fundamentação, parte integrante deste dispositivo.

A Lista de Juizes do Trabalho Substitutos no Tribunal ficou assim formada:

CRITÉRIO DE ANTIGUIDADE	CRITÉRIO DE MERECIMENTO
1. Orlando Amancio Taveira	1. José Antônio Ribeiro de Oliveira Silva
2. Keila Nogueira Silva	2. Marina de Siqueira Ferreira Zerbinatti
3. Mari Angela Pelegrini	3. Guilherme Guimarães Feliciano
4. Maria da Graça Bonança Barbosa	4. Juliana Benatti
5. Helio Grasselli	5. Luciana Nasr
6. Marcelo Garcia Nunes	6. Alexandre Vieira dos Anjos
7. Marcos da Silva Porto	7. Leandra da Silva Guimarães
8. Rita de Cássia Scagliusi do Carmo	8. Patricia Glugovskis Penna Martins
9. Adriene Sidnei de Moura David	9. Laura Bittencourt Ferreira Rodrigues
10. Marcelo Magalhães Rufino	10. Ana Paula Alvarenga Martins
11. Antonia Sant'Ana	11. Evandro Eduardo Maglio
12. Ana Cláudia Torres Vianna	12. Marcus Menezes Barberino Mendes
13. Carlos Eduardo Oliveira Dias	13. Marcia Cristina Sampaio Mendes
14. Regiane Cecilia Lizi	14. José Antônio Gomes de Oliveira
15. Olga Regiane Pilegis	15. Valéria Cândido Peres
16. Jorge Antonio dos Santos Cota	16. Henrique Macedo Hinz
17. Tarcio José Vidotti	17. Decio Umberto Matoso Rodovalho
18. Oséas Pereira Lopes Junior	18. Cleber Antonio Grava Pinto
19. Ronaldo Oliveira Siandela	19. Rosana Alves Siscari
20. Sérgio Milito Barêa	20. Mauricio de Almeida
21. Hamilton Luiz Scarabelim	21. Ana Lucia Cogo Casari Castanho Ferreira
22. André Augusto Ulpiano Rizzardo	22. Candy Florencio Thomé
23. Robson Adilson de Moraes	23. Teresa Cristina Pedrasi
24. Dora Rossi Góes Sanches	24. Manoel Luiz Costa Penido
25. Flávio Landi	25. José Antonio Dosualdo

**SESSÃO ADMINISTRATIVA ORDINÁRIA DO EGRÉGIO TRIBUNAL
PLENO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO REALIZADA
EM 27/06/2019**

8605/2019 PROAD - Relatora: Ana Amarylis Vivacqua de Oliveira Gulla - Interessado: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Assunto: Proposta de assento regimental para alteração da redação da letra “e” do inciso II do artigo 20 do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Decisão: nos termos do voto da lavra da Excelentíssima Senhora Desembargadora Relatora Ana Amarylis Vivacqua de Oliveira Gulla, Vice-Presidente Administrativa do Tribunal, por maioria de votos, APROVAR a proposta de assento regimental que altera a redação da letra “e” do inciso II do artigo 20 e do inciso III do artigo 57 do Regimento Interno, assim como aprovar a minuta de Assento Regimental apresentada, nos termos e consoante fundamentação, parte integrante do dispositivo. Vencidos, em parte, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores Tereza Aparecida Asta Gemignani, Luiz Antonio Lazarim, Luiz Roberto Nunes, Claudinei Zapata Marques e Eder Sivers, quanto à redação do inciso III do artigo 57 do Regimento Interno, que acresciam a palavra “eletrônica” ao texto, ficando assim redigido: III -formando-se a lista tríplice mediante votação eletrônica pelo Tribunal Pleno, em sessão pública.

“ASSENTO REGIMENTAL Nº/2019
de ___ de _____ de 2019

Altera a letra e do inciso II do artigo 20 e o inciso III do artigo 57, ambos do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região.

A DESEMBARGADORA DO TRABALHO PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no caput do artigo 94 da Constituição Federal quanto à observância do quinto constitucional na composição dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais dos Estados, e do Distrito Federal e Territórios,

CONSIDERANDO que, na forma do parágrafo único do referido artigo, o Tribunal, a partir de lista sêxtupla encaminhada pelos órgãos representativos do Ministério Público do Trabalho e da Ordem dos Advogados do Brasil, conforme o caso, deverá formar lista tríplice de candidatos, a qual deverá ser enviada ao Poder Executivo, que procederá à escolha de um de seus integrantes para nomeação,

CONSIDERANDO que os candidatos da lista sêxtupla são externos ao Poder Judiciário e, portanto, não estão sujeitos à satisfação dos critérios estabelecidos para a carreira da magistratura,

CONSIDERANDO que o parágrafo único do artigo 94 da Constituição Federal, ao dispor sobre a formação da lista tríplice, não estabelece a modalidade de votação,

CONSIDERANDO que o artigo 96, I, da Constituição Federal dispõe sobre a autonomia dos Tribunais e prevê a competência exclusiva para eleger seus órgãos diretivos e elaborar seus regimentos internos,

CONSIDERANDO, por fim, o decidido no Processo Administrativo nº 8.605/2019 PROAD, na Sessão Administrativa do Tribunal Pleno realizada em 27/6/2019,

RESOLVE:

Art. 1º A letra “e” do inciso II do artigo 20 passa a vigorar com a seguinte redação:

‘Art. 20. Compete ao Tribunal Pleno:

.....

II - Em matéria administrativa:

.....
e) organizar as listas tríplexes dos candidatos ao preenchimento de vagas destinadas ao quinto constitucional;’

Art. 2º O inciso III do artigo 57 do Regimento Interno passa a ter a seguinte redação:

‘Art. 57. O ingresso na carreira da Magistratura do Trabalho da 15ª Região dar-se-á:

.....
III - no cargo de Desembargador do Trabalho, por nomeação da Presidência da República, oriundo do Ministério Público do Trabalho e da Ordem dos Advogados do Brasil, compreendendo 1/5 (um quinto) dos cargos existentes, por indicação de candidatos, em lista sêxtupla pelo respectivo Órgão, formando-se a lista tríplex mediante votação pelo Tribunal Pleno, em sessão pública.’

Art. 3º Este Assento Regimental entra em vigor na data de sua publicação.
GISELA RODRIGUES MAGALHÃES DE ARAUJO E MORAES
Desembargadora Presidente do Tribunal”

8182/2019 PROAD - Relatora: Ana Amarylis Vivacqua de Oliveira Gulla - Interessado: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Assunto: Concurso de acesso, por promoção, pelo critério de merecimento, ao cargo de Desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região. Decisão: nos termos do voto da lavra da Excelentíssima Senhora Desembargadora Relatora Ana Amarylis Vivacqua de Oliveira Gulla, Vice-Presidente Administrativa do Tribunal, realizada a votação e apuradas as notas atribuídas pelos Excelentíssimos Senhores Desembargadores, APROVAR a seguinte lista tríplex destinada ao provimento do cargo de Desembargador do Trabalho deste Egrégio Tribunal, pelo critério de merecimento: 1º) MARIA DA GRAÇA BONANÇA BARBOSA – 3743,00 pontos; 2º) HELIO GRASSELLI – 3710,56 pontos; e 3º) RENATO HENRY SANT'ANNA 3704,11 pontos. Diante deste resultado, constatou-se que a Excelentíssima Juíza MARIA DA GRAÇA BONANÇA BARBOSA figurou três vezes em lista tríplex de merecimento.

SESSÃO ADMINISTRATIVA ORDINÁRIA DO EGRÉGIO TRIBUNAL PLENO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO REALIZADA EM 22/08/2019

4668/2019 PROAD - “ad referendum” - Relatora: Ana Amarylis Vivacqua de Oliveira Gulla - Interessado: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Assunto: Proposta Orçamentária Anual – 2020 – Decisão: nos termos do voto da lavra da Excelentíssima Senhora Desembargadora Relatora Ana Amarylis Vivacqua de Oliveira Gulla, Vice-Presidente Administrativa do Tribunal, por unanimidade de votos, REFERENDAR a Proposta Orçamentária do Exercício de 2020, nos termos da fundamentação, parte integrante do dispositivo.

0000295-30.2017.5.15.0897 PA - Relatora: Ana Amarylis Vivacqua de Oliveira Gulla – Interessados: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região e Ordem dos Advogados do Brasil – OAB - Assunto: Provimento do cargo de Desembargador do Trabalho do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, destinado à vaga do quinto

constitucional da Ordem dos Advogados do Brasil (artigos 20, II, “e”, 57, III e 57-A, § 1º, do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região) - Decisão: inicialmente, a Excelentíssima Senhora Desembargadora Relatora Ana Amarylis Vivacqua de Oliveira Gulla, Vice-Presidente Administrativo do Tribunal, nos termos do voto de folhas 421/427vº, apresentou a lista sêxtupla dos membros eleitos pelo Conselho da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional de São Paulo, com os nomes indicados para votação da lista tríplice destinada ao preenchimento da vaga de Desembargador do Trabalho deste Tribunal, destinada a membro da Ordem dos Advogados do Brasil, qual seja: 1º) JOSÉ ANTÔNIO DE SENA JESUS (OAB/SP 126.298); 2º) SILVIA HELENA GRASSI DE FREITAS (OAB/SP 116.362); 3º) ESTELA REGINA FRIGERI JALIKJI (OAB/SP 86.992); 4º) MARCELO PICOLO FUSARO (OAB/SP 157.819); 5º) FÁBIO BUENO DE AGUIAR (OAB/SP 92.607) e 6º) JOÃO CARLOS PEREIRA (OAB/SP 200.762). Prosseguindo, nos termos do artigo 57-A, § 1º, do Regimento Interno, fizeram uso da palavra todos os integrantes da lista sêxtupla. A seguir, observado o artigo 19 do Regimento Interno, foi fixado em 22 (vinte e dois) votos o "quorum" mínimo de eleição. Submetida à votação eletrônica a lista sêxtupla mencionada e apurados os votos dos 43 (quarenta e três) desembargadores presentes, proclamou-se o seguinte resultado: 1º) SILVIA HELENA GRASSI DE FREITAS – 30 (trinta) votos; 2º) JOSÉ ANTÔNIO DE SENA JESUS - 27 (vinte e sete) votos; 3º) FÁBIO BUENO DE AGUIAR – 22 (vinte e dois) votos; 4º) ESTELA REGINA FRIGERI JALIKJI – 21 (vinte e um) votos; 5º) JOÃO CARLOS PEREIRA – 16 (dezesseis) votos e 6º) MARCELO PICOLO FUSARO – 10 (dez) votos. Em decorrência, nos termos do artigo 115, I, da Constituição Federal, proclamaram-se os três nomes aprovados para compor a lista tríplice destinada ao preenchimento da vaga de Desembargador do Trabalho deste Tribunal, destinada a membro da classe dos advogados, a ser submetida ao Poder Executivo, para fins do disposto no art. 94, parágrafo único, da Constituição Federal, a saber: 1º) SILVIA HELENA GRASSI DE FREITAS; 2º) JOSÉ ANTÔNIO DE SENA JESUS e 3º) FÁBIO BUENO DE AGUIAR.

SESSÃO ADMINISTRATIVA ORDINÁRIA DO EGRÉGIO TRIBUNAL PLENO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO REALIZADA EM 19/09/2019

1860/2019 PROAD - Relatora: Ana Amarylis Vivacqua de Oliveira Gulla - Interessado: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Assunto: Proposta de assento regimental que altera o artigo 135 do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região. – Decisão: nos termos do voto da lavra da Excelentíssima Senhora Desembargadora Relatora Ana Amarylis Vivacqua de Oliveira Gulla, Vice-Presidente Administrativa do Tribunal, por maioria de votos, APROVAR a proposta de assento regimental que altera a redação do artigo 135 do Regimento Interno, assim como a minuta de Assento Regimental apresentada, nos termos e consoante fundamentação, parte integrante do dispositivo.

“ASSENTO REGIMENTAL Nº/2019

de ___ de _____ de 2019

Altera o artigo 135 do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região.

A DESEMBARGADORA DO TRABALHO PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a Recomendação da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho no sentido de que seja adequado o Regimento Interno deste Regional às disposições do Código de Processo Civil, conforme a ata da correição ordinária realizada em novembro de 2018,

CONSIDERANDO o disposto no § 2º do artigo 937 do Código de Processo Civil e no inciso LV do artigo 5º da Constituição Federal,

CONSIDERANDO a necessidade de medidas antecipadas de organização, objetivando a garantia da realização de sessões mais ágeis e produtivas,

CONSIDERANDO a incompatibilidade verificada entre o disposto no § 2º do artigo 135 e o § 2º do artigo 278 do Regimento Interno, no que diz respeito à sustentação oral em se tratando de agravo interno,

CONSIDERANDO, por fim, o decidido no Processo Administrativo nº 1860/2019 PROAD, na Sessão Administrativa do Tribunal Pleno realizada em 19/9/2019,

RESOLVE:

“Art. 135. A inscrição para sustentação oral será admitida a partir da publicação da pauta no órgão oficial e até o início da respectiva sessão.

§ 1º A inscrição, efetuada pessoalmente ou por interposta pessoa, por telefone, e-mail ou acesso ao site do Tribunal, até 18 horas do dia anterior ao da sessão de julgamento, para organização da respectiva relação, assegura ao inscrito, observadas a ordem de registro e as preferências legais, o direito de sustentação, enquanto não atingido um quinto dos processos constantes da pauta de julgamento.

§ 2º As inscrições posteriores ao regramento do § 1º serão aceitas até o início da sessão de julgamento e incluídas na sequência da relação previamente elaborada, sempre observadas as preferências legais.

§ 3º Não haverá sustentação oral em se tratando de agravo regimental, agravo de instrumento, conflito de competência, embargos de declaração e restauração de autos (art. 258 do RI).

§ 4º Não haverá sustentação oral em prosseguimento de votação, uma vez ultimada a fase de discussão do processo.

§ 5º Somente poderá haver sustentação oral se o advogado estiver devidamente constituído, mediante procuração ad judicium ou respectivo substabelecimento em peças originais ou cópias autenticadas.

§ 6º Caberá ao Presidente do órgão julgador o exame das condições previstas neste artigo.”

Art. 2º Este Assento Regimental entra em vigor na data de sua publicação.

GISELA RODRIGUES MAGALHÃES DE ARAUJO E MORAES

Desembargadora Presidente do Tribunal”

SESSÃO ADMINISTRATIVA ORDINÁRIA DO EGRÉGIO TRIBUNAL PLENO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO REALIZADA EM 24/10/2019

PROAD Nº 20562/2019 - Relatora: Ana Amarylis Vivacqua de Oliveira Gulla - Interessado: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Assunto: Proposta de outorga de Comendas da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho da Justiça do Trabalho da 15ª Região: As honrarias aprovadas e que deverão ser entregues na solenidade da “Abertura do Ano Judiciário do Trabalho da 15ª Região”, a ser realizada na primeira

Sessão Plenária do mês de março de 2020, são as seguintes: GRANDE COLAR - 1) RENATO PACHECO E SILVA BACELLAR NETO, 2) SÉRGIO FERNANDO MORO, 3) HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS, 4) VALDIR JOSÉ SILVA DE CARVALHO, 5) PASTORA DO SOCORRO TEIXEIRA LEAL, 6) MARIA REGINA MACHADO GUIMARÃES, 7) LAIRTO JOSÉ VELOSO, 8) OSMAR JOÃO BARNEZE, 9) ANA PAULA TAUCEDA BRANCO, 10) ANNE HELENA FISCHER INOJOSA, 11) VILMA LEITE MACHADO AMORIM, 12) BENTO HERCULANO DUARTE NETO, 13) LIANA CHAIB, 14) NICANOR DE ARAÚJO LIMA, 15) RILMA APARECIDA HEMETÉRIO, 16) CORONEL PM MARCELO VIEIRA SALLES, 17) ROBERT ALEXY, 18) REINALDO CARNEIRO BASTOS, 19) LUIZ CLÁUDIO COSTA, 20) CASA DO VOVÔ FELIZ, 21) ASSOCIAÇÃO NAZARENA ASSISTENCIAL BENEFICENTE e 22) FUNDAÇÃO PADRE ALBINO; MEDALHA OURO - 1) MARIA ZUILA LIMA DUTRA, 2) JOSÉ ROBERTO DANTAS OLIVA, 3) LÚCIA ZIMMERMANN, 4) EDSON GERALDO DE SOUZA, 5) PAULO SÉRGIO FEUZ, 6) JOSÉ MARIA DA COSTA, 7) WLADEMIR FLÁVIO BONORA, 8) ROMEU GONÇALVES BICALHO; 9) ADRIANA ELIZA BRASIL MOREIRA, 10) RÁDIO COMUNITÁRIA DE VALINHOS – ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE VALINHOS, 11) PERICLES NAZIMA, 12) SILVIA REGINA DE PAULA ROSA e 13) ANA LAURA SANTOS DE ALENCAR LARANJEIRA.

21996/2019 PROAD - Relatora: Ana Amarylis Vivacqua de Oliveira Gulla - Interessado: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Assunto: Concurso de acesso, por promoção, ao cargo de Desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, pelo critério de antiguidade. – Decisão: nos termos do voto da lavra da Excelentíssima Senhora Desembargadora Relatora Ana Amarylis Vivacqua de Oliveira Gulla, Vice-Presidente Administrativa do Tribunal, por unanimidade, APROVAR o nome do Excelentíssimo Juiz do Trabalho Orlando Amancio Taveira, para acesso, pelo critério de antiguidade, ao cargo de Desembargador do Trabalho do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, nos termos e consoante fundamentação, parte integrante do dispositivo.

COMISSÕES PERMANENTES DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

REGIMENTO INTERNO:

Presidência: Ana Amarylis Vivacqua de Oliveira Gulla
Eduardo Benedito de Oliveira Zanella
Lorival Ferreira dos Santos
Fernando da Silva Borges
Edmundo Fraga Lopes
Samuel Hugo Lima
Edison dos Santos Pelegrini
Wilton Borba Canicoba

JURISPRUDÊNCIA:

Presidência: Tereza Aparecida Asta Gemignani
1ª C Olga Aida Joaquim Gomieri
2ª C Wilton Borba Canicoba
3ª C Antonia Regina Tancini Pestana

- 4ª C Rita de Cássia Penkal Bernardino de Souza
- 5ª C Ana Paula Pellegrina Lockmann
- 6ª C Jorge Luiz Souto Maior
- 7ª C Renan Ravel Rodrigues Fagundes
- 8ª C Erodite Ribeiro dos Santos De Biasi
- 9ª C Maria Inês Correa de Cerqueira Cesar Targa
- 10ª C Fabio Grasselli
- 11ª C Luiz Felipe Paim da Luz Bruno Lobo

VITALICIAMENTO:

Presidência: Eduardo Benedito de Oliveira Zanella
Lorival Ferreira dos Santos
Fernando da Silva Borges
Samuel Hugo Lima
Claudinei Zapata Marques
José Otávio de Souza Ferreira
Maria Inês Correa de Cerqueira Cesar Targa

INFORMÁTICA:

Presidência: Claudinei Zapata Marques
Samuel Hugo Lima
José Otávio de Souza Ferreira
Luciane Storel da Silva
Wilton Borba Canicoba

GERENCIAMENTO DE FLUXO PROCESSUAL:

Presidência: Tereza Aparecida Asta Gemignani
Edmundo Fraga Lopes
Francisco Alberto da Motta Peixoto Giordani
Helcio Dantas Lobo Junior

ORÇAMENTO E FINANÇAS:

Presidência: Ana Amarylis Vivacqua de Oliveira Gulla
José Otávio de Souza Ferreira
Edison dos Santos Pelegrini
representante da magistratura do 1º grau – César Reinaldo Offa Basile
representante dos servidores – José Aristéia Pereira

ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS:

Presidência: Ana Amarylis Vivacqua de Oliveira Gulla
Samuel Hugo Lima
Fabio Grasselli
Luciane Storel da Silva
Wilton Borba Canicoba

ORDEM DO MÉRITO JUDICIÁRIO DO TRABALHO:

Presidência: Ana Amarylis Vivacqua de Oliveira Gulla
Lorival Ferreira dos Santos

Maria Madalena de Oliveira
Rita de Cássia Penkal Bernardino de Souza
Claudinei Zapata Marques
Ana Paula Pellegrina Lockmann
Helcio Dantas Lobo Júnior

PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO:

Presidência: Tereza Aparecida Asta Gemignani
Edmundo Fraga Lopes
Maria Madalena de Oliveira
Francisco Alberto da Motta Peixoto Giordani
Helcio Dantas Lobo Junior
José Carlos Ábile

SEGURANÇA:

Presidência: Gisela Rodrigues Magalhães de Araújo e Moraes
Manuel Soares Ferreira Carradita – Corregedor Regional
Lorival Ferreira dos Santos
Helcio Dantas Lobo Junior
Luciane Storel da Silva
Wilton Borba Canicoba
José Carlos Ábile
representante da magistratura do 1º grau – Breno Ortiz Tavares Costa *
representante dos servidores – Marcelo Amorim de Menezes

**RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL E DO MEIO AMBIENTE
DO TRABALHO:**

Presidência: Edmundo Fraga Lopes
Maria Madalena de Oliveira
Fabio Grasselli
Edison dos Santos Pelegrini
Luciane Storel da Silva
José Carlos Ábile
representante da magistratura do 1º grau – Ana Cláudia Torres Vianna *
representante dos servidores - Ivan Bagini

**ÓRGÃO ESPECIAL ADMINISTRATIVO
DECISÕES E EVENTOS DE DESTAQUE NO EXERCÍCIO DE 2019**

**SESSÃO ADMINISTRATIVA ORDINÁRIA DO EGRÉGIO ÓRGÃO
ESPECIAL DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
REALIZADA EM 21/02/2019**

**0000144-36.2018.5.15.0895 PA – Relatora: Ana Amarylis Vivacqua de
Oliveira Gulla - Interessado: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Assunto:
Atualização da Política Institucional de Segurança da Informação – PISI – Decisão: nos
termos do voto de fls. 24/31, da lavra da Excelentíssima Senhora Desembargadora Relatora
Ana Amarylis Vivacqua de Oliveira Gulla, Vice-Presidente Administrativa do Tribunal, por**

unanimidade de votos, APROVAR a proposta de Resolução Administrativa que promove a atualização da Política Institucional de Segurança da Informação (PISI), nos termos da fundamentação, parte integrante deste dispositivo.

“RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº ___/2019
de ___ de _____ de 2019

Dispõe sobre a Política Institucional de Segurança da Informação (PISI) no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região.

A DESEMBARGADORA PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO a necessidade de se estabelecer princípios básicos de Segurança da Informação, de forma a oferecer as referências essenciais aos processos deste Tribunal, com integridade, confidencialidade e disponibilidade;

CONSIDERANDO a Norma Complementar nº 03/IN01/DSCI/GSIPR, de 30 de junho de 2009, do Departamento de Segurança da Informação e Comunicações da Presidência da República;

CONSIDERANDO o disposto no inciso III do art. 6º e no inciso IV do art. 32 da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação);

CONSIDERANDO a publicação da Portaria Secretaria-Geral nº 47/2017, de 29 de novembro de 2017 e da Resolução nº 211/2015 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ);

CONSIDERANDO a Lei nº 11.419/06, que dispõe sobre a informatização do processo judicial e dá outras providências;

RESOLVE:

Art. 1º Estabelecer a Política Institucional de Segurança da Informação (PISI) no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, a qual define, em nível estratégico, os princípios básicos de Segurança da Informação.

Art. 2º Para os efeitos desta Resolução consideram-se os seguintes conceitos básicos:

I – Informação: conjunto de dados, textos, imagens, métodos, sistemas ou quaisquer formas de representação dotadas de significado em determinado contexto, independentemente do suporte em que resida ou da forma pela qual seja veiculado;

II – Segurança da informação: proteção da informação contra ameaças à sua disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade, para minimizar riscos, garantir a eficácia das ações do negócio e preservar a imagem do Tribunal;

III – Disponibilidade: a garantia de que pessoas autorizadas tenham acesso à informação e aos recursos correspondentes, sempre que necessário;

IV – Integridade: a garantia de que a informação se encontra completa e que não sofreu nenhum tipo de corrupção ou alteração não autorizada e/ou documentada;

V – Confidencialidade: a garantia de que o acesso à informação seja obtido apenas por pessoas autorizadas;

VI – Autenticidade: a garantia de que o documento é o que diz ser, independentemente de se tratar de original ou cópia, devendo manter a mesma forma do momento de sua produção e a garantia de sua autoria;

VII – Autenticação: procedimento ou controle tecnológico que visa verificar a associação entre uma pessoa e sua identidade para lhe franquear o acesso adequado;

VIII – Acessibilidade: a garantia de que a informação poderá ser acessível a qualquer tempo, independentemente do formato de arquivo e mídia em que estiver gravada e armazenada;

IX – Usuário: magistrados e servidores ativos e inativos e, ainda, desde que previamente autorizados, empregados de empresas prestadoras de serviços, estagiários e outras pessoas que se encontrem a serviço deste Tribunal, no exercício de suas funções;

Art. 3º A Segurança da Informação é regida pelos seguintes princípios:

I – Transparência na divulgação das informações públicas;

II – Garantia à intimidade e ao sigilo das comunicações privadas;

III – Proteção da informação como um bem maior, por sua disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade;

IV – Utilização das informações e de seus meios de armazenamento ou manuseio, destinadas às atividades referente à função Institucional;

V – Propriedade do Tribunal das informações, sistemas e métodos gerados ou criados por usuários, no exercício de suas funções, independentemente da forma de sua apresentação ou armazenamento;

VI – Planejamento das ações de segurança da informação por intermédio da gestão de riscos;

Parágrafo único. A Segurança da Informação abrange aspectos físicos, tecnológicos e humanos deste Tribunal.

Art. 4º A PISI será aplicada para proteger qualquer informação de propriedade do Tribunal, produzida por usuários, em qualquer suporte, seja físico ou digital.

Art. 5º A utilização dos recursos de tecnologia da informação será monitorada, com a finalidade de detectar divergências entre as normas que integram a PISI e os registros de eventos, fornecendo evidências nos casos de incidentes de segurança.

Art. 6º O Tribunal providenciará dispositivos de proteção proporcionais ao grau de confidencialidade e de criticidade da informação, independentemente do suporte em que resida ou da forma pelo qual seja veiculada.

Art. 7º A PISI é subordinada à Gestão de Segurança da Informação (GSI) e vinculada às Diretrizes Gerais da Segurança da Informação (DGTI-TRT).

Art. 8º A Segurança da Informação deve ser tratada como uma atividade de conscientização de todos os envolvidos.

§1º Incumbe aos gestores a observância da PISI no âmbito de suas unidades e a imediata comunicação ao Comitê de Segurança da Informação de eventuais irregularidades constatadas para a adoção das providências cabíveis.

§2º O descumprimento das normas referentes à PISI deste Tribunal acarretará sanções administrativas, civis e penais, isolada ou cumulativamente, nos termos da legislação vigente, conforme o bem jurídico atingido.

Art. 9º Fica revogado o Ato Regulamentar GP nº 15/2007, de 27 de novembro de 2007.

Art. 10. Esta Resolução Administrativa entra em vigor na data de sua publicação.

GISELA RODRIGUES MAGALHÃES DE ARAUJO E MORAES
Desembargadora Presidente do Tribunal”

0000132-27.2015.5.15.0895 PA - Relatora: Ana Amarylis Vivacqua de Oliveira Gulla - Interessado: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região – Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações - Assunto: Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicações (PETIC) 2015/2020 – Revisão para o período 2018/2020 – Decisão: nos termos do voto de fls. 314/319, da lavra da Excelentíssima Senhora Desembargadora Relatora Ana Amarylis Vivacqua de Oliveira Gulla, Vice-Presidente

Administrativa do Tribunal, por unanimidade de votos, APROVAR a proposta de Resolução Administrativa para revisão do Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicações, para os anos de 2018 a 2020, nos termos da fundamentação, parte integrante deste dispositivo.

“RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA N.º ___/2019

de ___ de _____ de 2019

Aprova a revisão do Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicações 2018-2020

A DESEMBARGADORA PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO o disposto na Resolução n.º 158, de 27 de novembro de 2015, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, e na Resolução n.º 211, de 15 de dezembro de 2015, do Conselho Nacional de Justiça;

CONSIDERANDO o decidido pelo Egrégio Órgão Especial nos autos do Processo Administrativo n.º 0000132-27.2015.5.15.0895 PA, em Sessão Administrativa realizada em 21 de fevereiro de 2019,

R E S O L V E:

Art. 1º Aprovar a revisão do Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicações do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, para o período 2018-2020, na forma dos Anexos I e II da presente Resolução.

Parágrafo único. O documento deverá ser revisado sempre que necessário para assegurar sua harmonia com as diretrizes estratégicas institucionais e nacionais.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GISELA RODRIGUES MAGALHÃES DE ARAUJO E MORAES

Desembargadora Presidente do Tribunal”

SESSÃO ADMINISTRATIVA ORDINÁRIA DO EGRÉGIO ÓRGÃO ESPECIAL DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO REALIZADA EM 21/03/2019

4477/2019 PROAD - Relatora: Ana Amarylis Vivacqua de Oliveira Gulla - Interessados: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região – Corregedoria Regional - Assunto: Planejamento Estratégico de Gestão da Corregedoria Regional – 2019 – Decisão: nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Desembargadora Relatora Ana Amarylis Vivacqua de Oliveira Gulla, Vice-Presidente Administrativa do Tribunal, por unanimidade de votos, APROVAR o relatório de resultados do Plano Estratégico de Gestão da Corregedoria Regional do ano de 2018 e do Plano Estratégico de Gestão a ser executado em 2019, nos termos da fundamentação.

SESSÃO ADMINISTRATIVA ORDINÁRIA DO EGRÉGIO ÓRGÃO ESPECIAL DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO REALIZADA EM 25/04/2019

0000220-31.2016.5.15.0895 PA – em prosseguimento - Relatora: Ana Amarylis Vivacqua de Oliveira Gulla - Interessado: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Assunto: Proposta de Resolução Administrativa que regulamenta a

substituição de servidores investidos em cargo em comissão ou função comissionada no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região – Decisão: em prosseguimento às sessões realizadas em 14/08/2017, 30/11/2017 e 15/03/2018, certidões de fls. 124/125, 127/128 e 158/158 verso, resolveram os Excelentíssimos Senhores Desembargadores do Trabalho do Egrégio ÓRGÃO ESPECIAL do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Quinta Região, nos termos do voto de fls. 185/197, da lavra da Excelentíssima Senhora Desembargadora Relatora Ana Amarylis Vivacqua de Oliveira Gulla, Vice-Presidente Administrativa do Tribunal, por unanimidade de votos, APROVAR a proposta de Resolução Administrativa que regulamenta a substituição de servidores investidos em cargo em comissão ou função comissionada no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, nos termos e consoante fundamentação, parte integrante deste dispositivo.

“RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº ____ /2019
de ____ de _____ de 2019

Regulamenta a substituição de servidores investidos em cargo em comissão ou função comissionada no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região.

A DESEMBARGADORA PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 38 e 39 da Lei nº 8.112/1990, com a redação conferida pela Lei nº 9.527, de 10 de dezembro de 1997, que tratam da substituição dos servidores investidos em cargo ou função de direção ou chefia e os ocupantes de cargo de natureza especial;

CONSIDERANDO a publicação, em 19 de abril de 2016, da Resolução nº 165 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, que regulamenta o instituto da substituição no âmbito da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus;

CONSIDERANDO o quanto decidido nos autos do Processo Administrativo nº 0000220-31.2016.5.15.0895 PA, em sessão administrativa do Órgão Especial realizada em 25/4/2019;

RESOLVE:

Art. 1º Os titulares de função comissionada de natureza gerencial ou de cargo em comissão de direção ou de chefia, identificados no Anexo Único, terão substitutos previamente designados para atuarem em seus afastamentos e impedimentos legais ou regulamentares.

Art. 2º O substituto designado assumirá de maneira automática nos afastamentos e impedimentos legais ou regulamentares do titular e na hipótese de vacância do cargo em comissão ou função comissionada, desde o primeiro dia da ocorrência, sendo retribuído nos primeiros trinta dias de acordo com a remuneração que for mais vantajosa para o servidor.

Art. 3º Na hipótese de não haver substituto indicado, a autoridade competente poderá designar substituto, previamente, para o período de afastamento ou impedimento do titular.

Parágrafo único. Na hipótese de impedimento legal do substituto, será permitida a designação de outro servidor por período determinado.

Art. 4º Os efeitos da substituição somente poderão ocorrer a contar da publicação do respectivo ato de designação do substituto, não se admitindo a designação retroativa.

Parágrafo único. Em caso de urgência, em que se configure a imperiosa necessidade de prestação do serviço público, se o substituto previamente designado também não puder atuar, poderá o Presidente do Tribunal, excepcionalmente, e de forma motivada,

convalidar posteriormente os atos de substituição praticados, aplicando-se, no que couber, as demais disposições desta Resolução.

Art. 5º O afastamento do servidor ocupante de cargo em comissão ou função comissionada constante no Anexo Único, em razão da participação, por interesse da Administração, em ação de treinamento promovida ou patrocinada pelo Tribunal, ensejará a retribuição pela sua substituição, quando constatado que, por incompatibilidade de horários, houver prejuízo do exercício das atribuições da função exercida pelo titular.

Art. 6º Será admitida, mediante autorização do Presidente do Tribunal, a retribuição pela substituição do servidor ocupante de cargo em comissão ou função comissionada constante no Anexo Único que estiver trabalhando em tempo integral em Comissão Disciplinar, na forma do art. 152, § 1º, da Lei nº 8.112/1990.

Art. 7º Nos primeiros 30 (trinta) dias, as atribuições decorrentes da substituição serão acumuladas com as do cargo ou função de que o servidor seja titular.

§ 1º Transcorridos os primeiros trinta dias, o substituto deixará de acumular, passando a exercer somente as atribuições inerentes à substituição e a perceber a remuneração correspondente.

§ 2º Quando se tratar de vacância do cargo em comissão ou função comissionada, independentemente do período, o substituto exercerá exclusivamente as atribuições próprias dessa função, com a respectiva remuneração.

Art. 8º A retribuição pela substituição será devida apenas em relação ao período em que o titular estiver afastado, com substituto designado, e será paga na folha correspondente ao mês subsequente ao que ocorrer a substituição, desde que os lançamentos correspondentes sejam feitos tempestivamente.

§ 1º Caso a substituição venha a ensejar acréscimo remuneratório para o servidor, o pagamento correspondente será feito em rubrica separada, equivalente apenas aos acréscimos da substituição, sem alteração nas rubricas da retribuição do cargo em comissão ou da função comissionada de que seja titular.

§ 2º A substituição que se estender ao longo de todo um mês calendário será calculada com base na diferença entre o valor mensal da retribuição devida ao cargo em comissão ou à função comissionada substituída e o devido ao cargo em comissão ou à função comissionada de que seja titular o substituto.

§ 3º A substituição que se der por período do mês calendário será calculada de forma proporcional, com base na divisão por 30 (trinta) do valor da diferença mensal a que se refere o parágrafo anterior, multiplicado pelo número de dias substituídos no curso do mês.

Art. 9º O servidor que estiver substituindo e se afastar do cargo, por qualquer motivo, não perceberá a remuneração de substituição relativa a esse período, ainda que o afastamento ou licença em questão seja contado como tempo de efetivo exercício, na forma do art. 102 da Lei nº 8.112/1990.

Parágrafo único. Excetuam-se do previsto no caput os casos em que o substituto viajar a serviço especificamente no uso das atribuições do cargo substituído, hipótese em que manterá o direito à retribuição pela substituição.

Art. 10. O substituto deverá preencher os mesmos requisitos necessários ao provimento da função comissionada ou do cargo em comissão substituídos.

Parágrafo único. Poderá ser excepcionado, para efeito de substituição, o critério de escolaridade, na hipótese de comprovadamente inexistir, na unidade, servidor que preencha tal requisito.

Art. 11. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições e atos em contrário, em especial o Ato GP nº 08, de 16 de dezembro de 1998.

Parágrafo único. Os efeitos desta Resolução retroagirão à data da publicação da Resolução nº 165 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

GISELA RODRIGUES MAGALHÃES DE ARAUJO E MORAES
Desembargadora Presidente do Tribunal”

22465/2018 PROAD - “ad referendum” - Relatora: Ana Amarylis Vivacqua de Oliveira Gulla - Interessados: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região – Corregedoria Regional - Assunto: Provimento GP-CR 002/2019, de 6/3/2019, que dispõe sobre o Plano Especial de Pagamento Trabalhista (PEPT) no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região e dá outras providências – Decisão: nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Desembargadora Relatora Ana Amarylis Vivacqua de Oliveira Gulla, Vice-Presidente Administrativa do Tribunal, por unanimidade de votos, referendar o Provimento GP-CR nº 002/2019, que dispõe sobre o Plano Especial de Pagamento Trabalhista no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região e dá outras providências, nos termos e consoante fundamentação, parte integrante deste dispositivo.

“PROVIMENTO GP-CR Nº 002/2019

Dispõe sobre o Plano Especial de Pagamento Trabalhista – PEPT no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região e dá outras providências.

A PRESIDENTE e o CORREGEDOR do TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO a edição do Provimento CGJT nº 1, de 9 de fevereiro de 2018, da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, que regulamentou a padronização do Procedimento de Reunião de Execuções no âmbito da Justiça do Trabalho, e instituiu o Plano Especial de Pagamento Trabalhista (PEPT);

CONSIDERANDO que o número excessivo de execuções em curso na Justiça do Trabalho em face do mesmo devedor, com a imposição de múltiplos atos executórios, pode inviabilizar a administração financeira e o funcionamento de sua atividade econômica;

CONSIDERANDO que o valor social do trabalho e da livre iniciativa constituem fundamentos da República, previstos no art. 1º, IV, da Constituição Federal, bem como o princípio da função social da propriedade, previsto no art. 170, III, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que os princípios da duração razoável do processo, da eficiência administrativa, da efetividade, da celeridade e da economia processual sugerem a concentração dos atos na fase de execução como forma de otimizar os procedimentos,

RESOLVEM:

Art. 1º No âmbito da 15ª Região, o Plano Especial de Pagamento Trabalhista – PEPT, instituído pelo Provimento CGJT nº 01, de 9 de fevereiro de 2018, será regulado por este Provimento.

§ 1º A instauração do PEPT dar-se-á mediante provocação do devedor que, estando submetido a quantidade expressiva de execuções trabalhistas no âmbito deste Tribunal, seja capaz de comprovar que os atos executórios decorrentes de determinações judiciais estejam pondo em risco o seu regular funcionamento.

§ 2º O PEPT consistirá em medida administrativa de caráter extraordinário, objetivando o pagamento parcelado da totalidade dos débitos consolidados que sejam objeto de execução definitiva, mediante concentração dos procedimentos de arrecadação e distribuição de valores, em processo piloto em tramitação perante a Vara do Trabalho centralizadora.

Capítulo I

Da competência

Art. 2º A competência para receber, processar e analisar pedidos de instauração de PEPT será fixada em atenção ao rol de processos constantes da petição apresentada pelo devedor, de modo tal que, caso os processos tramitem perante:

I - uma única Vara do Trabalho, esta será competente para receber o pedido, reunir as execuções e processar os pagamentos;

II - mais de uma Vara do Trabalho abrangidas pela mesma área de atuação da Divisão de Execução, caberá a esta receber o pedido, indicar a Vara centralizadora e o número do processo piloto e decidir acerca da condução deste perante a unidade de origem;

III - Varas do Trabalho abrangidas por áreas de atuação de diferentes Divisões de Execução, será competente a Divisão que primeiro receber o requerimento do interessado.

§ 1º Em caso de indeferimento do pedido de instauração do PEPT pela Divisão de Execução, caberá a esta dar ciência da decisão às demais unidades de 1º Grau.

§ 2º Caso a petição seja apresentada perante unidade incompetente, deverá o Juiz remetê-la ao órgão competente, observados os critérios estabelecidos neste artigo.

Art. 3º Sendo o caso submetido à Divisão de Execução, à instauração do PEPT suceder-se-á a escolha da Vara centralizadora, a critério do respectivo Juiz Coordenador.

Parágrafo único A Vara centralizadora procederá, se necessário, à migração do processo piloto para o meio eletrônico, no qual serão concentrados os atos referentes ao cumprimento do PEPT.

Capítulo II

Dos requisitos

Art. 4º Para a apreciação preliminar do pedido de instauração do PEPT, o interessado deverá atender os seguintes requisitos:

I - especificar o valor total da dívida, instruindo o pedido com a relação de processos em fase de execução definitiva, a indicação da(s) vara(s) de origem, os nomes dos credores, os valores e a natureza dos respectivos débitos, devidamente atualizados, destacando-se valores históricos de juros e de correção monetária;

II - apresentar o plano de pagamento do débito trabalhista consolidado, incluída estimativa de juros e de correção monetária até seu integral cumprimento, podendo o pagamento ser fixado em período e montante variáveis, respeitado o prazo máximo de três anos para a quitação integral da dívida;

III - assumir, por declaração de vontade expressa e inequívoca, o compromisso de cumprir regularmente as obrigações trabalhistas dos contratos em curso, inclusive as decorrentes de verbas rescisórias devidas aos empregados dispensados ou que se demitirem, cabendo o controle aos sindicatos das respectivas categorias profissionais, a quem o executado remeterá, mensalmente, cópia do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED;

IV - relacionar documentalmente as empresas integrantes do grupo econômico e respectivos sócios, todos cientes de que serão responsabilizados solidariamente pelo adimplemento das obrigações relativas ao montante global obtido na reunião das execuções perante o Tribunal, independentemente de, em qualquer fase dos processos, terem figurado no polo passivo;

V - ofertar garantia patrimonial suficiente ao atendimento das condições estabelecidas, podendo recair em carta de fiança bancária ou seguro-garantia, bem como em bens próprios ou dos sócios, hipótese em que deverão ser apresentadas provas de ausência de impedimento ou oneração dos bens, caso em que o interessado fica obrigado a comunicar, de

imediatamente, qualquer alteração na situação jurídica desses, sob pena de cancelamento do plano e impossibilidade de novo requerimento de parcelamento pelo prazo de 2 (dois) anos;

VI – apresentar balanço contábil, devidamente certificado por contador, bem como declaração de imposto de renda, em que se comprove a incapacidade financeira de arcar com a dívida consolidada, com efetivo comprometimento da continuidade da atividade econômica;

VII – apresentar renúncia de toda e qualquer impugnação, recurso ou incidente quanto aos processos envolvidos no plano apresentado;

VIII - prestar compromisso de empreender esforços visando conciliar as demandas trabalhistas existentes e futuras.

§ 1º O PEPT restringir-se-á aos processos relacionados no ato de apresentação do requerimento, sendo vedada a posterior inclusão de novos processos.

§ 2º O inadimplemento de qualquer das condições estabelecidas implicará na revogação do PEPT, a proibição de obter novo plano pelo prazo de dois anos e a instauração de REEF em face do devedor, na forma disciplinada no Ato GP-CR nº 02, de 10 de julho de 2018.

Capítulo III

Dos procedimentos

Art. 5º O requerimento do PEPT deverá ser apresentado, de acordo com as regras de competência estabelecidas no art. 2º, perante o órgão centralizador, que deliberará acerca da aprovação do plano de pagamento, segundo critérios de conveniência e oportunidade, sendo-lhe facultada:

I – consulta prévia a órgãos internos ou externos aos quadros do Tribunal;

II – a coleta de informações junto às Varas do Trabalho nas quais tramitem processos de execução em face do devedor;

III – a realização de auditoria contábil para verificação da situação financeira do devedor e da viabilidade do plano de pagamento, considerando o passivo trabalhista consolidado e estimado, com a elaboração de cenários de pagamento.

§ 1º Todas as despesas para a realização de auditoria ou perícia contábil, bem como quaisquer outras providências para verificação dos requisitos elencados no presente Provimento, correrão por conta do devedor, inclusive honorários periciais.

§ 2º O devedor, na hipótese deste artigo, deverá providenciar o livre acesso dos auditores ou peritos aos balanços, livros e documentos contábeis, bem como a sua livre participação em qualquer ato de administração praticado pela pessoa jurídica.

Art. 6º Instaurado o PEPT, poderá o Juiz:

I – fixar prazo de sua duração, observado o limite máximo de três anos, consignado no inciso II do art. 4º deste Provimento, e alterar o valor a ser pago periodicamente, considerando, em ambas as hipóteses, o montante principal da dívida e seus acessórios, bem como os correspondentes créditos previdenciários e fiscais;

II – se necessário, estabelecer cláusula penal para atraso ou descumprimento ocasional de qualquer das parcelas, revertendo para os credores o valor correspondente e, a qualquer tempo no curso do procedimento, ordenar a venda dos ativos ofertados em garantia, visando a redução do débito consolidado;

III – prever a distribuição dos valores arrecadados, observada a preferência dos créditos trabalhistas sobre os fiscais e previdenciários, bem como as regras acerca da preferência entre credores;

IV - indicar o processo piloto no qual serão concentrados os atos referentes ao cumprimento do PEPT;

V – a depender da complexidade do caso, nomear administrador de sua confiança, às expensas do devedor, para auxiliar na administração e na fiscalização do plano de pagamento.

§ 1º Sempre que, por circunstâncias imprevistas e não imputáveis ao devedor, o plano inicialmente aprovado se revelar inexecutável, o devedor poderá apresentar novo plano ao Juiz competente, atendidos os requisitos do artigo 4º deste Provimento, o qual deverá vir acompanhado de provas das circunstâncias supervenientes, e será objeto de nova decisão, igualmente segundo critérios de conveniência e oportunidade.

§ 2º Caso o novo plano seja rejeitado ou se revele inviável, dar-se-á prosseguimento à execução, mediante instauração do Regime Especial de Execução Forçada - REEF em face do devedor, nos termos do Ato GP-CR nº 2/2018.

Art. 7º A aprovação do Plano de Pagamento importa na suspensão dos processos englobados no plano.

§ 1º Caso o PEPT seja instaurado perante a Divisão de Execução, o Juiz Coordenador expedirá comunicação às Varas do Trabalho cujos processos foram englobados no plano, indicando a Vara centralizadora e a numeração única do processo piloto, no qual serão praticados os atos na condução do PEPT.

§ 2º Os processos que não forem contemplados pelo PEPT seguirão normalmente seu curso, devendo ser comunicada à Vara centralizadora a ocorrência de conciliação ou pagamento, ainda que parcial.

Art. 8º Os valores arrecadados serão destinados às execuções abrangidas pelo PEPT, mediante encaminhamento das quantias aos processos em trâmite nas unidades de origem, a fim de que estas procedam à liberação aos credores.

§ 1º A distribuição dos valores aos Juízos de origem deverá observar as preferências legais e os processos mais antigos, salvo decisão fundamentada em sentido contrário.

§ 2º Os créditos da União, referentes às contribuições previdenciárias e fiscais decorrentes das decisões da Justiça do Trabalho, aqueles oriundos de multas administrativas impostas pelos órgãos de fiscalização do trabalho, nos termos do art. 114, VII e VIII, da Constituição Federal, assim como as despesas processuais, serão pagos após a quitação preferencial dos créditos trabalhistas.

Art. 9º Efetuados os pagamentos e providenciados os repasses às unidades judiciárias de origem, o PEPT será extinto pelo Juiz responsável pela condução do plano, cabendo à unidade judiciária onde tramita o processo piloto adotar as demais providências cabíveis.

Capítulo IV

Disposições gerais

Art. 10. As disposições deste Provimento aplicam-se, no que couber, às execuções que já se encontram reunidas em virtude da concessão de plano unificado de pagamento.

Art. 11. Este Provimento entrará em vigor na data de sua publicação.

Campinas, 07 de janeiro de 2019.

GISELA RODRIGUES MAGALHÃES DE ARAUJO E MORAES

Desembargadora Presidente do Tribunal

MANUEL SOARES FERREIRA CARRADITA

Desembargador Corregedor Regional”

6802/2017 PROAD - “ad referendum” - Relatora: Ana Amarylis Vivacqua de Oliveira Gulla - Interessados: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região – Corregedoria Regional - Assunto: Provimento GP-CR 003/2019, de 6/3/2019, que dispõe sobre comunicações processuais no âmbito do Processo Judicial Eletrônico no Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região – Decisão: nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Desembargadora Relatora Ana Amarylis Vivacqua de Oliveira Gulla, Vice-Presidente Administrativa do Tribunal, por unanimidade de votos, referendar o Provimento GP-CR nº 003/2019, que dispõe sobre as comunicações processuais no âmbito do Processo Judicial Eletrônico do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, nos termos e consoante fundamentação, parte integrante deste dispositivo.

“PROVIMENTO GP-CR Nº 003/2019

Dispõe sobre comunicações processuais no âmbito do Processo Judicial Eletrônico no Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região

A PRESIDENTE e o CORREGEDOR REGIONAL do TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais e ad referendum do E. Órgão Especial,

CONSIDERANDO o disposto no parágrafo 3º do artigo 242 do Código de Processo Civil, que determina que a citação dos entes federativos e suas respectivas autarquias e fundações públicas deverá ser realizada perante seus respectivos órgãos de representação judicial;

CONSIDERANDO que o inciso V do artigo 246 do Código de Processo Civil autoriza a citação por meio eletrônico;

CONSIDERANDO que os parágrafos 1º e 2º do referido artigo 246 do Código de Processo Civil obriga empresas públicas e privadas, além das entidades da administração pública direta e indireta, a manter cadastro nos sistemas de processo eletrônico para efeitos do recebimento de citações e intimações;

CONSIDERANDO que o artigo 5º da Lei 11.419/2006 contempla o meio eletrônico como a principal via de comunicação processual, sobrepondo-se inclusive ao Diário Eletrônico;

CONSIDERANDO que o artigo 6º da mesma Lei 11.419/2006 autoriza sejam realizadas citações por meio eletrônico, inclusive em relação à Fazenda Pública, com exceção de processos criminais ou infracionais;

CONSIDERANDO que, no âmbito da Justiça do Trabalho, o artigo 17 da Resolução CSJT nº 185/2017 prevê que comunicações processuais, inclusive as destinadas à Administração Pública, deverão ser realizadas por meio eletrônico;

CONSIDERANDO que diversas empresas privadas já solicitaram a centralização de endereços para efeito de intimações, como previsto na Portaria GP nº 032/2018,

RESOLVEM:

Art. 1º A União, o Estado de São Paulo, os Municípios do Estado de São Paulo e suas respectivas autarquias e fundações públicas deverão cadastrar seus correspondentes procuradores jurídicos no Processo Judicial Eletrônico (PJe), para recebimento de citações e intimações por meio eletrônico, na forma do artigo 17 da Resolução CSJT nº 185/2017, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data da publicação deste Provimento.

Parágrafo único. O cadastro de que trata este artigo deverá ser realizado no Portal do Processo Judicial Eletrônico, conforme diretrizes ali estabelecidas.

Art. 2º A partir do encerramento do prazo previsto no artigo 1º, todas as comunicações processuais destinadas aos entes nele indicados, inclusive as citações, deverão ser realizadas por meio eletrônico.

§ 1º As comunicações a que se refere este artigo serão destinadas exclusivamente aos órgãos responsáveis pela representação processual de cada ente público, conforme dados constantes do respectivo cadastro. § 2º Utilizado o meio eletrônico para as comunicações processuais, fica dispensada a publicação no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, ressalvadas hipóteses em que a lei dispuser de modo diverso.

Art. 3º As empresas que indicaram endereço para centralização das intimações, de que trata a Portaria GP nº 32/2018, terão o prazo de 60 (sessenta) dias a contar da publicação do presente Provimento, para regularizar sua situação no que tange à determinação contida no art. 246, §1º, do CPC.

Parágrafo único. O endereço de e-mail a ser utilizado poderá ser informado por meio de petição anexada a processo em tramitação em uma das Varas do Trabalho da 15ª Região ou enviado a endereço de e-mail institucional criado para tal fim, que será amplamente divulgado no portal do TRT, mediante ofício subscrito por representante com poderes para tal.

Art. 4º A sistemática de centralização de endereços físicos contemplada na Portaria GP nº 032/2018 será substituída pelo cadastramento previsto no art. 3º deste Provimento.

§ 1º Para empreender segurança jurídica às empresas abrangidas pela Portaria referida no caput, será expedido ofício endereçado ao domicílio físico indicado para a centralização de endereços pela Secretaria-Geral da Presidência, comunicando a alteração e a necessidade de adequação.

Parágrafo único. Nos 60 (sessenta) dias subsequentes à data da publicação deste Provimento, as unidades judiciárias de primeira instância deverão encaminhar intimação postal de forma simultânea à intimação por e-mail, verificando a eficácia de tal medida, a fim de evitar alegação de nulidade processual.

Art. 5º Todas as partes que desejarem cadastrar e-mail para recebimento de intimação na forma prevista no presente Provimento poderão fazê-lo, independente de se encaixarem nas situações previstas no art. 246 do CPC.

Art. 6º O disposto neste Provimento aplica-se também aos auxiliares da justiça, quais sejam: peritos, intérpretes, depositários, leiloeiros e corretores.

Art. 7º Para que os auxiliares possam ser intimados, via e-mail, utilizando funcionalidade disponibilizada no PJe, deverão ser cadastrados como outros participantes no processo, através da retificação cadastral.

Art. 8º Será mantida atualizada na extranet listagem com as partes que possuem e-mail cadastrado e o endereço de e-mail, para que as unidades possam verificar se o endereço informado já está cadastrado no PJe.

Art. 9º Ao consultar a lista, caso o e-mail não esteja atualizado ou não tenha ainda sido cadastrado, a unidade deverá informar, via plataforma “moodle”, ao Núcleo de Apoio ao PJe, para atualização no sistema e na extranet.

Art. 10. Todas as intimações que não possam ser feitas por meio de advogados constituídos deverão ser realizadas por e-mail, desde que atualizado o cadastro do destinatário.

Art. 11. As partes poderão optar por intimações via Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho (DEJT), endereçadas a um patrono previamente cadastrado, mesmo anteriormente à juntada de procuração e cadastramento do advogado no processo.

Art. 12. A informação contendo a completa qualificação do advogado indicado pela parte para recebimento de intimações será disponibilizada às unidades de primeira instância de forma concomitante à listagem de e-mails de que trata o art. 8º.

Art. 13. A citação realizada via DEJT somente será considerada aperfeiçoada 10 (dez) dias após a publicação no DEJT, por aplicação analógica do §3º do art. 5º da Lei 11.419/2006.

Art. 14. Este Provimento entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário.

Campinas, 18 de fevereiro de 2.019.

GISELA RODRIGUES MAGALHÃES DE ARAUJO E MORAES

Desembargadora Presidente do Tribunal

MANUEL SOARES FERREIRA CARRADITA

Desembargador Corregedor Regional”

0000229-50.2017.5.15.0897 PA - Relatora: Ana Amarylis Vivacqua de Oliveira Gulla - Interessado: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Assunto: Proposta de Resolução Administrativa que transforma e altera o quantitativo das funções comissionadas no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região – Decisão: nos termos do voto de fls. 229/237, da lavra da Excelentíssima Senhora Desembargadora Relatora Ana Amarylis Vivacqua de Oliveira Gulla, Vice-Presidente Administrativa do Tribunal, por unanimidade de votos, APROVAR a proposta de resolução administrativa que transforma e altera o quantitativo das funções comissionadas do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, nos termos e consoante fundamentação, parte integrante deste dispositivo.

“RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº __/2019

de __ de março de 2019

Transforma funções comissionadas e altera o quantitativo total de funções comissionadas do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região.

A DESEMBARGADORA PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO os termos do acordo celebrado pelo Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região nos autos do Pedido de Providências n.º 0001374-51.2018.2.00.0000, no âmbito do Conselho Nacional de Justiça;

CONSIDERANDO a possibilidade legal de transformação de funções comissionadas pelos órgãos do Poder Judiciário da União, no âmbito de suas competências, desde que sem aumento de despesa, nos termos do parágrafo único do art. 24 da Lei nº 11.416/2006;

CONSIDERANDO o decidido pelo Egrégio Órgão Especial desta Corte, nos autos do Processo Administrativo nº 0000229-50.2017.5.15.0897, em Sessão Administrativa realizada em _____,

R E S O L V E:

Art. 1º Transformar 16 (dezesseis) funções comissionadas de Executante FC-1 e 14 (quatorze) funções comissionadas de Assistente FC-2 em 15 (quinze) funções comissionadas de Assistente de Juiz FC-5, sem aumento de despesa, conforme especificado nos termos do Anexo I desta Resolução, em consonância com o disposto no parágrafo único do artigo 24 da Lei nº 11.416/2006.

Art. 2º O quantitativo total de cargos em comissão e funções comissionadas do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região passa a vigorar na forma do Anexo II desta Resolução Administrativa.

Art. 3º Esta Resolução Administrativa entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GISELA RODRIGUES MAGALHÃES DE ARAUJO E MORAES

Desembargadora Presidente do Tribunal”

SESSÃO ADMINISTRATIVA ORDINÁRIA DO EGRÉGIO ÓRGÃO ESPECIAL DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO REALIZADA EM 22/08/2019

14089/2018 PROAD - “ad referendum” - Interessado: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Assunto: Resoluções Administrativas nº 11/2019 e nº 12/2019, que tratam, respectivamente, do Plano de Proteção e Assistência aos Magistrados em situação de risco e da Disciplina das Atividades de Segurança de dignitários no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região – Decisão: nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Desembargadora Relatora Ana Amarylis Vivacqua de Oliveira Gulla, Vice-Presidente Administrativa do Tribunal, por unanimidade de votos, REFERENDAR as Resoluções Administrativas nº 11/2019 e nº 12/2019, ambas publicadas em 26 de junho de 2019, que tratam, respectivamente, do Plano de Proteção e Assistência aos Magistrados em situação de risco e das Atividades de Segurança no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, nos moldes da fundamentação.

“RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 011/2019

de 26 de junho 2019

Dispõe sobre o Plano de Proteção e Assistência aos Magistrados em situação de risco no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região.

O TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, “ad referendum” do Egrégio Órgão Especial,

CONSIDERANDO o disposto nas Resoluções nº 104, de 06 de abril de 2010 e nº 176, de 10 de junho de 2013, do Conselho Nacional de Justiça e o disposto na Resolução nº 175, de 21 de outubro de 2016, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho;

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 12.694, de 24 de julho de 2012 (Lei do Crime Organizado), que autoriza os Tribunais, no âmbito de suas competências, a tomar medidas para reforçar a segurança em seus prédios;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução Administrativa nº 10, de 26 de setembro de 2014;

CONSIDERANDO o elevado crescimento dos níveis de criminalidade social e a complexidade dos ilícitos praticados, a reclamar maior atenção da Administração no tocante à segurança institucional;

CONSIDERANDO a necessidade de criação dos normativos relacionados ao procedimento de segurança de magistrados em situação de risco decorrente do exercício da função;

RESOLVE:

Art. 1º Instituir o Plano de Proteção e Assistência aos Magistrados em situação de risco no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região.

Art. 2º A Comissão de Segurança será responsável pela coordenação e controle da segurança dos magistrados em situação de risco e pela função de deliberar sobre os pedidos de proteção especial, formulados por magistrados, extensivo a seus familiares, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região.

Art. 3º O Plano de Proteção e Assistência consiste em sistematizar medidas voltadas à preservação e à garantia da vida, além da integridade física de magistrados do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região em situação de risco real ou potencial decorrente do exercício da função jurisdicional.

§ 1º A elaboração do Plano de Proteção e Assistência será precedida de análise e avaliação pela Comissão de Segurança.

§ 2º O Plano de Proteção e Assistência terá caráter RESERVADO, na forma do art. 24, § 1º, III, da Lei nº 12.527 (Lei de Acesso à Informação), de 18 de novembro de 2011, e poderá ser acessado pelas pessoas sob proteção, pelos integrantes da Comissão de Segurança e pelos servidores da Assessoria de Segurança e Transporte envolvidos em seu desenvolvimento e implementação.

Art. 4º Considerar-se-á em situação de risco o magistrado que for hostilizado ou vier a ser ameaçado no exercício ou em decorrência de suas funções.

Art. 5º Toda ocorrência de natureza, em tese, criminal, que envolva ofensa a magistrado no exercício do cargo, independentemente do registro ou não de ocorrência policial, deverá ser comunicada à Presidência do Tribunal.

Art. 6º O magistrado em situação de risco deverá solicitar proteção para si e, se for o caso, para seus familiares à Presidência do Tribunal, que submeterá o pedido à Comissão de Segurança.

Art. 7º O pedido de Proteção e Assistência deverá conter:

I – o relato circunstanciado, por escrito, das hostilidades e ameaças recebidas, acompanhadas, se possível, de elementos de prova;

II – o Termo de Compromisso constante no Anexo I desta Resolução, devidamente preenchido e assinado pelo Magistrado solicitante;

§ 1º A solicitação será imediatamente decidida pela Comissão de Segurança, com a presença de, no mínimo, dois membros.

§ 2º Providências urgentes poderão ser determinadas, ad referendum da Comissão de Segurança, por seu presidente, ou, na ausência dele, por outro magistrado que o integre.

§ 3º A Comissão de Segurança adotará as providências urgentes necessárias e elaborará relatório circunstanciado com as informações recebidas e as medidas deliberadas, podendo, ainda, sugerir a adoção de outras medidas protetivas.

Art. 8º Constatado o risco à segurança do magistrado ou a algum de seus familiares, a Comissão de Segurança, de imediato, comunicará o fato e encaminhará o relatório à polícia judiciária, que avaliará a necessidade, o alcance e os parâmetros da proteção pessoal, nos termos do caput do art. 9º da Lei nº 12.694, de 24 de julho de 2012.

Parágrafo único. A prestação de proteção pessoal será comunicada ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ), nos termos do § 3º do art. 9º da Lei nº 12.694, de 24 de julho de 2012.

Art. 9º As medidas de proteção pessoal serão prestadas de acordo com a avaliação realizada pela polícia judiciária e após comunicação à autoridade competente:

I – pela própria polícia judiciária;

II – pelos Órgãos de Segurança Institucional;

III – por outras forças policiais;

IV – de forma conjunta pelos citados nos incisos I, II e III deste artigo.

Parágrafo único. A proteção pessoal será imediatamente prestada nos casos urgentes, sem prejuízo da adequação da medida, segundo a avaliação a que se refere o caput deste artigo.

Art. 10. A Comissão de Segurança poderá propor as seguintes medidas de proteção:

I – escolta permanente;

II – escolta durante os deslocamentos;

III – reforço do policiamento no Fórum ou Vara Trabalhista;

IV – acompanhamento da situação;

V – orientação de segurança.

§ 1º A escolta permanente, assim como a escolta durante os deslocamentos, serão disciplinadas pela Resolução Administrativa nº 012/2019. (Disciplina as atividades de segurança de dignitários no âmbito do TRT15.)

§ 2º O reforço do policiamento no Fórum ou Vara Trabalhista será realizado pelo efetivo da Seção de Segurança Institucional, potencializando o reforço principalmente na Vara em que o magistrado exerce suas funções.

§ 3º O acompanhamento da situação será realizado pela Seção de Inteligência ou, por solicitação da Comissão de Segurança, pelos órgãos de Segurança Pública, conforme o caso, de forma a manter a referida Comissão informada dos desdobramentos dos fatos ocorridos com a pessoa sob proteção, até a deliberação pelo arquivamento.

§ 4º As orientações de segurança aos magistrados serão informadas pela Comissão de Segurança que consistirão em recomendações de medidas e procedimentos que visam potencializar a segurança, conforme o caso.

Art. 11. O magistrado e seus familiares deverão seguir as orientações estabelecidas para o caso concreto, consolidadas no Plano de Proteção e Assistência.

Art. 12. Além das orientações consolidadas no Plano de Proteção e Assistência, devem ser observados, por quem esteja sob proteção, procedimentos preventivos gerais, tais como:

I – obedecer às orientações e recomendações técnicas estabelecidas pela equipe de segurança durante o cumprimento da rotina pessoal;

II – fornecer, com antecedência e quando solicitado, à Comissão de Segurança e à equipe de escolta, informações, inclusive sobre rotinas pessoais;

III – comunicar imediatamente à equipe de escolta circunstâncias incomum ou alteração no ambiente que possa indicar ameaça iminente;

IV – comunicar imediatamente à Comissão de Segurança e à equipe de escolta mudança nas rotinas informadas;

V – comunicar imediatamente, à Comissão de Segurança, alterações e informações de que tome conhecimento, relacionadas ao caso sob investigação;

VI – requerer à Comissão de Segurança que analise se as atividades já programadas estão de acordo com o teor do termo de compromisso;

VII – abster-se de frequentar locais de entretenimento onde haja aglomeração de pessoas;

VIII – não comparecer a eventos nem frequentar locais, públicos ou privados, que, por suas características, possam representar riscos ou comprometer a atuação da equipe de segurança pessoal;

IX – não divulgar para empresa de comunicação de massa ou concorrer para que sejam divulgados nomes, fotos, opiniões e imagens pessoais;

X – abster-se de criar e/ou atualizar perfis, com disponibilidade pública de acesso de imagens e/ou dados pessoais, em redes sociais na internet;

XI – abster-se de divulgar para terceiros informações sobre a situação de risco, os procedimentos de segurança e as ferramentas de investigação, salvo se autorizado pela Comissão de Segurança;

XII – abster-se de estender as atividades jurisdicionais no Foro, após o expediente forense.

Art. 13. Mediante requerimento do magistrado, avaliada a situação de risco, a Comissão de Segurança poderá recomendar sua remoção provisória à Presidência do Tribunal.

§ 1º Quando não se considerar necessária a medida descrita no caput deste artigo, a Comissão de Segurança poderá recomendar à Presidência do Tribunal que o magistrado em risco passe, provisoriamente, a exercer suas atividades fora da sede do respectivo juízo.

§ 2º As decisões da Presidência do Tribunal sobre as recomendações mencionadas no caput e no § 1º deste artigo, serão tomadas ad referendum do Tribunal Pleno.

Art. 14. O magistrado submetido às medidas de segurança deverá firmar o Termo de Compromisso (Anexo I) e se orientar pelo previsto neste Plano de Proteção e Assistência.

Parágrafo único. O magistrado que descumprir o Plano de Proteção e Assistência poderá, assegurada sua oitiva, ter as medidas preventivas suspensas pela Comissão de Segurança.

Art. 15. As medidas de proteção serão suprimidas:

I – a pedido do Magistrado sob proteção;

II – pela Comissão de Segurança, colhido parecer fundamentado da Assessoria de Segurança e Transporte e com a aquiescência do magistrado sob proteção.

§ 1º O magistrado que não mais se interessar em aderir ou manter as medidas de proteção poderá requerer seu cancelamento, por meio de Termo de Dispensa (Anexo II), cuja aceitação dependerá da anuência da Comissão de Segurança.

§ 2º A decisão pela supressão das medidas de proteção, nos termos do artigo 10, ocorrerá quando a situação estiver esclarecida ou, ainda que não esteja, não houver fatos novos que demonstrem ameaça potencial ao magistrado sob proteção, mediante informações constantes nos Relatórios de Inteligências (RELINTS) da Seção de Inteligência.

Art. 16. Os casos omissos serão resolvidos pela Presidência do Tribunal.

Art. 17. Essa Resolução Administrativa entrará em vigor na data de sua publicação.

Gisela Rodrigues Magalhães de Araujo e Moraes
Desembargadora Presidente do Tribunal”

“RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 012/2019
de 26 de junho de 2019

Disciplina as atividades de segurança de dignitários no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região.

O TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, “ad referendum” do Egrégio Órgão Especial,

CONSIDERANDO o disposto nas Resoluções nº 104, de 06 de abril de 2010 e nº 176, de 10 de junho de 2013, do Conselho Nacional de Justiça e o disposto na Resolução nº 175, de 21 de outubro de 2016, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução Administrativa nº 10, de 26 de setembro de 2014;

CONSIDERANDO o elevado crescimento dos níveis de criminalidade social e a complexidade dos ilícitos praticados, a reclamar maior atenção da Administração no tocante à segurança institucional;

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentação das atividades de segurança de dignitários, bem como do conhecimento gerado pelas operações de segurança de dignitários executadas em decorrência dos Grandes Eventos realizados no âmbito da 15ª Região;

RESOLVE:

Art. 1º Ficam disciplinadas as atividades de coordenação, controle, planejamento, execução, apoio e avaliação das ações de segurança de dignitários no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região.

Seção I - Das Atividades

Art. 2º Competem ao Assessor de Segurança de Transporte as atividades de controle e avaliação das ações de segurança de dignitário.

Art. 3º Competem à Seção de Inteligência as atividades de planejamento e apoio das ações de segurança de dignitário.

Art. 4º Competem aos Agentes de Segurança Judiciária as atividades de execução das ações de segurança de dignitários.

§ 1º O Assessor de Segurança e Transporte acompanhará todas as atividades de segurança de dignitários desenvolvidas.

§ 2º A escolha do Agente de Segurança Judiciária líder da equipe será feita com base no histórico existente de visita/visitante, conforme Anexo I.

Art. 5º O Líder da Equipe de segurança de dignitários, além de coordenar a equipe, desempenhará as seguintes funções:

a) verificar os horários e locais de chegada e de partida do dignitário, itinerários, locais de eventos e hospedagem, demais órgãos de apoio, matriz de comunicação, recursos materiais e viaturas;

b) decidir sobre o posicionamento e formação do comboio;

c) distribuir os recursos materiais a serem utilizados;

d) marcar o local do encontro inicial da missão com toda a equipe e prestar informações sobre o planejamento e as funções de cada integrante;

e) tomar as decisões necessárias para a realização dos trabalhos de segurança do dignitário sob sua responsabilidade;

f) decidir sobre o revezamento e turnos da equipe, bem como horários para refeição e prontidão;

g) assumir a função de Sombra;

h) determinar, no embarque, o momento de partida do comboio;

i) realizar comunicação com a equipe avançada, quando houver;

j) recolher os recursos materiais ao final da missão.

Art. 6º Ao final de toda a missão, o Líder da Equipe de Segurança deverá apresentar relatório, conforme roteiro constante no Anexo I, contendo os principais compromissos, grau de vulnerabilidade da autoridade e intercorrências da missão.

Parágrafo único. Após aprovação pelo Assessor de Segurança e Transporte, o relatório deverá ser encaminhado à Seção de Inteligência para subsidiar o preenchimento das futuras matrizes de avaliação de visita/visitante e fixação de nível de proteção.

Seção II - Da Capacitação e Treinamento

Art. 7º Os Agentes de Segurança Judiciária designados à atividade de segurança de dignitários deverão obrigatoriamente ser capacitados nas seguintes disciplinas, conforme a Doutrina de Segurança de Dignitários – TRT 15ª Região:

- I – Legislação e planejamento de operações em segurança de autoridades;
- II – Técnicas de segurança de autoridades;
- III – Tiro defensivo aplicado;
- IV – Técnicas de direção defensiva e evasiva;
- V – Defesa pessoal aplicada;
- VI – Técnicas aplicadas de primeiros socorros; e
- VII – Cerimonial e etiqueta social.

Seção III - Da Execução da Segurança

Subseção I - Dos Dignitários

Art. 8º Os dignitários, cuja segurança aproximada temporária poderá ser executada pelo Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, são:

I – Autoridades em missão oficial pela circunscrição correspondente ao TRT de 15ª Região, por determinação do Presidente do Tribunal;

II – Magistrados do Tribunal e/ou Servidores, quando ameaçados no exercício de suas atividades profissionais e em casos excepcionais, por determinação do Presidente do Tribunal.

Parágrafo único. O Presidente do Tribunal fará jus à Equipe de Segurança Pessoal, com estrutura mínima nível 1, permanentemente.

Seção IV - Dos Níveis de Proteção

Art. 9º As missões de segurança de dignitários serão executadas por tempo determinado e planejadas a partir da classificação em nível de proteção fixado após preenchimento de matriz de análise de visita/visitante pela Seção de Inteligência.

Parágrafo único. A Seção de Inteligência buscará informações no Órgão de origem da autoridade visitante e, quando necessário, em outros órgãos públicos de interesse para a missão e definirá o nível de proteção cabível.

Art. 10. Os seguintes aspectos serão levados em consideração para classificação do nível de proteção:

- I – o cargo da autoridade;
- II – os locais a serem visitados;
- III – as razões da visita;
- IV – o histórico de missões anteriores; e
- V – informações de órgãos de inteligência.

Art. 11. O nível de proteção estabelecido para a autoridade será identificado numericamente, de 1 a 6, em ordem crescente da menor para a maior sensibilidade da missão.

Art. 12. Ao elaborar a mensagem solicitando a execução da segurança, a Seção de Inteligência repassará à unidade executora os dados de que dispuser relativos à programação da autoridade, definirá a classificação da proteção e mencionará as informações relevantes constantes da matriz de análise de visita.

Seção V - Do Plano de Segurança

Art. 13. O plano de ação de segurança em favor de dignitários disporá sobre os seguintes aspectos:

- I – Situação e Objetivo;
- II – Ações de Segurança;
- III – Ações compartilhadas com outros órgãos;
- IV – Recursos humanos e materiais;

- V – Missão específica de cada equipe;
- VI – Cronograma de atividade;
- VII – Itinerários e trânsito no Aeroporto/Base Aérea;
- VIII – Matriz de comunicação;
- IX – Dispensa da Segurança, e
- X – Aprovação e autorização das chefias competentes.

Parágrafo único. Para elaboração do plano mencionado no caput, deverá ser utilizado o modelo constante do Anexo II.

Seção VI - Da Estrutura da Proteção

Art. 14. Os recursos humanos e materiais a serem utilizados na segurança serão dimensionados de acordo com o nível de proteção apurado, devendo respeitar as configurações específicas na estrutura das equipes de proteção contidas no Anexo III.

Parágrafo único. Os veículos VIP utilizados na segurança de dignitários deverão ser conduzidos por Agentes de Segurança Judiciária, exceto quando a autoridade se deslocar em veículo próprio conforme nível 1-B.

Seção VII - Da Equipe e das Funções

Art. 15. A Equipe de Segurança organizar-se-á em diferentes formações para dar proteção ao dignitário, constituindo o anel interno de proteção.

§ 1º As formações de proteção ao dignitário serão flexíveis, podendo variar de acordo com o número de Agentes de Segurança Judiciária envolvidos, ambiente e nível de proteção.

§ 2º Cada Agente de Segurança Judiciária exercerá uma função, com posicionamento e responsabilidade definidos, dentro das formações.

§ 3º Os Agentes de Segurança Judiciária da Equipe de Segurança executarão as seguintes funções:

I – Motorista: responsável pela condução dos veículos que fizerem parte da segurança móvel, devendo:

a) seguir os princípios de Direção Operacional estabelecidos pela Doutrina de Segurança de Dignitários – TRT 15ª Região.

b) conhecer os itinerários previamente estabelecidos, bem como os pontos de refúgio ao longo do trajeto;

c) zelar, durante a missão, pela guarda e vigilância do veículo vistoriado, mantendo-se sempre próximo a ele, ou mantendo-o em local seguro e preservado; e

d) estar sempre pronto para posicionar os veículos no local e horário determinados pelo Líder.

II – Guia: responsável por balizar a parada do comboio nos locais de desembarque, devendo:

a) seguir à frente, guiando a formação de segurança aproximada pelos trajetos a serem percorridos;

b) fazer a transição de local conhecido para local desconhecido, abrindo portas e acessos, visualizando o trajeto e autorizando, ou não, a continuidade do deslocamento;

c) conhecer os trajetos dentro dos locais a serem visitados; e

d) em caso de evacuação, guiar a formação para o local de refúgio ou para os veículos, sempre que possível.

III – Sombra: Agente de Segurança Judiciária que se mantém a todo tempo próximo ao protegido, tanto nos deslocamentos do comboio, como a pé e nos locais de evento, devendo:

a) abrir a porta do veículo VIP e autorizar o desembarque do protegido; e

b) propiciar, em caso de ataque, a cobertura e a evacuação do protegido, exceto se a ameaça vier do seu perímetro de proteção.

IV – Oposto: Agente de Segurança Judiciária responsável, nos deslocamentos a pé, por resguardar um dos perímetros laterais do protegido, sempre oposto àquele no qual se posiciona o Sombra, devendo:

a) resguardar, no embarque, a porta do veículo em frente ao protegido e sinalizar para o desembarque do Sombra, quando a equipe estiver posicionada; e

b) autorizar, após o embarque de toda a comitiva, o início do deslocamento do comboio.

V – Retaguarda: Agente de Segurança Judiciária responsável por resguardar a parte de trás da formação nos deslocamentos a pé;

VI – Direita: Agente de Segurança Judiciária responsável por resguardar o lado direito da formação, durante os deslocamentos a pé;

VI – Pasta Balística: Agente de Segurança Judiciária responsável por portar a pasta de proteção balística. Sua função primordial na formação é proteger o corpo do dignitário contra qualquer objeto lançado contra ele, artefatos explosivos, armas brancas ou tiro com arma de fogo, possibilitando a evacuação do local do ataque;

VIII – Avançado: Agente de Segurança Judiciária encarregado de se deslocar de um local de evento a outro, entre 5 e 10 minutos antes da partida do comboio, pelo itinerário estabelecido, devendo:

a) verificar a rota, obstáculos, trânsito e possíveis ameaças;

b) resguardar, ao chegar ao ponto de destino, o local de destaque; e

c) manter contato constante com a equipe, informando-a de sua análise sobre trajeto e situação de desembarque.

IX – Tático: responsável pelo apoio tático à formação durante os deslocamentos do comboio, devendo:

a) atuar como equipe de contra-ataque em caso de ataque ao comboio, possibilitando a retirada do protegido;

b) apoiar a segurança do perímetro externo nos locais de evento; e

c) apenas em situações emergenciais, acompanhar a formação nos deslocamentos a pé, a critério do Líder da Equipe, dadas as suas características de apoio tático e ostensivo.

X – Operadores: demais Agentes na formação que irão se somar aos executores das demais funções, dividindo suas responsabilidades pelo perímetro em torno do protegido, devendo:

a) assumir funções conjuntas com aqueles nas posições de Retaguarda, Guia, Direita e Oposto, posicionando-se próximo a eles; e

b) ocupar, no comboio, os assentos não ocupados pelos demais Agentes de Segurança Judiciária nos veículos S1 e S2.

Parágrafo único. Os Agentes de Segurança Judiciária ocuparão as posições na formação e no comboio, conforme previsto no Anexo III, de acordo com o nível de proteção.

Seção VIII - Das Disposições Gerais

Art. 16. Os componentes da Equipe de Segurança acompanharão o dignitário em todos os lugares, exceto quando a reunião ou espaço físico forem restritos, situação em que o Líder da Equipe designará um número adequado de Agentes de Segurança Judiciária para acompanhar o dignitário, permanecendo o restante da equipe em local predeterminado, aguardando o reinício dos deslocamentos.

Art. 17. Quando houver segurança de área nas dependências de órgãos que possuam segurança própria, o número de Agentes de Segurança Judiciária acompanhando o dignitário poderá ser reduzido conforme designação do Líder da Equipe.

Art. 18. Sempre que o dignitário dispensar a segurança, o Líder da Equipe móvel deverá registrar o fato em Relatório de Missão e informar imediatamente ao Assessor de Segurança e Transporte.

Art. 19. Atitudes incompatíveis com a execução da proteção poderão ser consideradas dispensa tácita da segurança, a critério do Líder da Equipe móvel, situação que deverá ser informada imediatamente à Assessoria de Segurança e Transporte.

Seção IX - Das Disposições Gerais

Art. 20. Essa Resolução Administrativa entrará em vigor na data de sua publicação.

Gisela Rodrigues Magalhães de Araujo e Moraes
Desembargadora Presidente do Tribunal”

0000007-20.2019.5.15.0895 PA - Relatora: Ana Amarylis Vivacqua de Oliveira Gulla - Interessado: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região -Assunto: Proposta de portaria que institui norma técnica que trata da utilização de acesso à internet no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Decisão: nos termos do voto de fls. 34/36vº, da lavra da Excelentíssima Senhora Desembargadora Relatora Ana Amarylis Vivacqua de Oliveira Gulla, Vice-Presidente Administrativo do Tribunal, por unanimidade de votos, APROVAR a proposta de portaria que institui norma técnica de acesso à internet, nos termos da fundamentação, parte integrante do dispositivo.

"PORTARIA GP nº /2019

de dd de mm de 2019

Institui a Norma Técnica Complementar DGSI-TIC - utilização de acesso à internet, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região.

A DESEMBARGADORA PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO a Resolução Administrativa nº 023/2018, de 14 de dezembro de 2018, que dispõe sobre a Gestão de Segurança da Informação (GSI) no âmbito deste Tribunal,

CONSIDERANDO que o Comitê de Segurança da Informação, em reunião realizada em 27 de junho de 2017, recomendou a aprovação da proposta de Norma Técnica Complementar DGSI-TIC - utilização de acesso à internet apresentada pela Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações nos autos do Processo Administrativo nº 0000007-20.2019.5.15.0895 PA,

CONSIDERANDO o deliberado pelo Órgão Especial desta Corte, em Sessão Administrativa realizada em 22/8/2019, conforme consignado em ata juntada aos autos do Processo Administrativo nº 0000007-20.2019.5.15.0895 PA,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar e instituir a Norma Técnica Complementar DGSI-TIC - utilização de acesso à internet, no âmbito deste Regional, nos termos do anexo único desta Portaria.

Parágrafo único. A presente Norma configura instrumento componente e complementar das Diretrizes para Gestão de Segurança da Informação de TIC (DGSI-TIC) a serem cumpridas no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GISELA RODRIGUES MAGALHÃES DE ARAUJO E MORAES
Desembargadora Presidente do Tribunal"

0000008-05.2019.5.15.0895 PA - Relatora: Ana Amarylis Vivacqua de Oliveira Gulla - Interessado: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Assunto: Proposta de portaria que institui norma técnica que trata das cópias de segurança (backup) no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Decisão: nos termos do voto de fls. 31/34, da lavra da Excelentíssima Senhora Desembargadora Relatora Ana Amarylis Vivacqua de Oliveira Gulla, Vice-Presidente Administrativo do Tribunal, por unanimidade de votos, APROVAR a proposta de portaria que institui norma técnica que trata das cópias de segurança (backup), nos termos da fundamentação, parte integrante do dispositivo.

“PORTARIA GP nº/2019
de dd de mm de 2019

Institui a Norma Técnica Complementar DGSI-TIC – cópias de segurança (backup), no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região.

A DESEMBARGADORA PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO a Resolução Administrativa nº 023/2018, de 14 de dezembro de 2018, que dispõe sobre a Gestão de Segurança da Informação (GSI) no âmbito deste Tribunal,

CONSIDERANDO que o Comitê de Segurança da Informação e a Comissão de Informática recomendaram a aprovação da proposta de Norma Técnica Complementar DGSI-TIC – cópias de segurança (backup) apresentada pela Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações deste Tribunal ,

CONSIDERANDO, por fim, o quanto decidido nos autos do Processo Administrativo nº 0000008-05.2019.5.15.0895 PA, em Sessão Administrativa do Órgão Especial realizada em 22/8/2019,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar e instituir a Norma Técnica Complementar DGSI-TIC - cópias de segurança (backup), no âmbito deste Regional, nos termos do anexo único desta Portaria.

Parágrafo único. A presente Norma configura instrumento componente e complementar das Diretrizes para Gestão de Segurança da Informação de TIC (DGSI-TIC) a serem cumpridas no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GISELA RODRIGUES MAGALHÃES DE ARAUJO E MORAES
Desembargadora Presidente do Tribunal”

0000014-12.2019.5.15.0895 PA - Relatora: Ana Amarylis Vivacqua de Oliveira Gulla - Interessado: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Assunto: Proposta de portaria que institui norma técnica que trata do padrão de software em estações de trabalho no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Decisão: nos termos do voto de fls. 36/39, da lavra da Excelentíssima Senhora Desembargadora Relatora Ana Amarylis Vivacqua de Oliveira Gulla, Vice-Presidente Administrativo do Tribunal, por unanimidade de votos, APROVAR a proposta de portaria que institui norma técnica que trata do padrão de software em estações de trabalho, nos termos da fundamentação, parte integrante do dispositivo.

“PORTARIA GP nº/2019

de dd de mm de 2019

Institui a Norma Técnica Complementar DGSI-TIC – padrão de software em estações de trabalho no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região.

A DESEMBARGADORA PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO a Resolução Administrativa nº 023/2018, de 14 de dezembro de 2018, que dispõe sobre a Gestão de Segurança da Informação (GSI) no âmbito deste Tribunal,

CONSIDERANDO que o Comitê de Segurança da Informação e a Comissão de Informática deste Regional recomendaram a aprovação da proposta de Norma Técnica Complementar DGSI-TIC – padrão de software em estações de trabalho apresentada pela Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações deste Tribunal,

CONSIDERANDO, por fim, o quanto decidido nos autos do Processo Administrativo nº 0000014-12.2019.5.15.0895 PA, em Sessão Administrativa do Órgão Especial realizada em 22/8/2019,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar e instituir a Norma Técnica Complementar DGSI-TIC - padrão de software em estações de trabalho, no âmbito deste Regional, nos termos do anexo único desta Portaria.

§ 1º A padronização de software do ambiente computacional do TRT, considerando a abrangência estabelecida no item 3 da referida Norma Técnica, deverá ocorrer, em sua plenitude, até o prazo máximo de 180 dias a partir da publicação desta portaria.

§ 2º A presente norma configura instrumento componente e complementar das Diretrizes para Gestão de Segurança da Informação de TIC (DGSI-TIC) a serem cumpridas no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GISELA RODRIGUES MAGALHÃES DE ARAUJO E MORAES
Desembargadora Presidente do Tribunal”

0000016-79.2019.5.15.0895 PA - Relatora: Ana Amarylis Vivacqua de Oliveira Gulla - Interessado: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Assunto: Proposta de portaria que institui norma técnica para o tratamento de incidentes de segurança das informações de TIC no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Decisão: nos termos do voto de fls. 34/38, da lavra da Excelentíssima Senhora Desembargadora Relatora Ana Amarylis Vivacqua de Oliveira Gulla, Vice-Presidente Administrativo do Tribunal, por unanimidade de votos, APROVAR a proposta de portaria que institui norma técnica para o tratamento de incidentes de segurança da informação de TIC, nos termos da fundamentação, parte integrante do dispositivo.

“PORTARIA GP nº/2019

de dd de mm de 2019

Institui a Norma Técnica Complementar DGSI-TIC – tratamento de incidentes de segurança de informações de TIC, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região

A DESEMBARGADORA PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO a Resolução Administrativa nº 023/2018, de 14 de dezembro de 2018, que dispõe sobre a Gestão de Segurança da Informação (GSI) no âmbito deste Tribunal, CONSIDERANDO que o Comitê de Segurança da Informação e a Comissão

de Informática deste Regional recomendaram a aprovação da proposta de Norma Técnica Complementar DGSI-TIC – tratamento de incidentes de segurança de informações de TIC apresentada pela Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações deste Tribunal,

CONSIDERANDO, por fim, o quanto decidido nos autos do Processo Administrativo nº 0000016-79.2019.5.15.0895 PA, em Sessão Administrativa do Órgão Especial realizada em 22/8/2019,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar e instituir a Norma Técnica Complementar DGSI-TIC - tratamento de incidentes de segurança de informações de TIC, no âmbito deste Regional, nos termos do anexo único desta Portaria.

Parágrafo único. A presente norma configura instrumento componente e complementar das Diretrizes para Gestão de Segurança da Informação de TIC (DGSI-TIC) a serem cumpridas no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GISELA RODRIGUES MAGALHÃES DE ARAUJO E MORAES
Desembargadora Presidente do Tribunal"

0000023-71.2019.5.15.0895 PA - Relatora: Ana Amarylis Vivacqua de Oliveira Gulla - Interessado: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Assunto: Proposta de portaria que institui norma técnica para a regulamentação do serviço de correio eletrônico institucional, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Decisão: nos termos do voto de fls. 16/20vº, da lavra da Excelentíssima Senhora Desembargadora Relatora Ana Amarylis Vivacqua de Oliveira Gulla, Vice-Presidente Administrativo do Tribunal, por unanimidade de votos, APROVAR a proposta de portaria que institui norma técnica para a regulamentação do serviço de correio eletrônico institucional no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, nos termos da fundamentação, parte integrante do dispositivo.

“PORTARIA GP nº/2019

de dd de mm de 2019

Institui a Norma Técnica Complementar DGSI-TIC – Serviço de Correio Eletrônico Institucional, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região

A DESEMBARGADORA PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO a Resolução Administrativa nº 023/2018, de 14 de dezembro de 2018, que dispõe sobre a Gestão de Segurança da Informação (GSI) no âmbito deste Tribunal,

CONSIDERANDO que o Comitê de Segurança da Informação e a Comissão de Informática deste Regional recomendaram a aprovação da proposta de Norma Técnica Complementar DGSI-TIC – Serviço de Correio Eletrônico Institucional, apresentada pela Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações deste Tribunal,

CONSIDERANDO, por fim, o quanto decidido nos autos do Processo Administrativo nº 0000023-71.2019.5.15.0895 PA, em Sessão Administrativa do Órgão Especial realizada em 22/8/2019,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar e instituir a Norma Técnica Complementar DGSI-TIC - Serviço de Correio Eletrônico Institucional, no âmbito deste Regional, nos termos do anexo único desta Portaria.

Parágrafo único. A presente norma configura instrumento componente e complementar das Diretrizes para Gestão de Segurança da Informação de TIC (DGSÍ-TIC) a serem cumpridas no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GISELA RODRIGUES MAGALHÃES DE ARAUJO E MORAES
Desembargadora Presidente do Tribunal”

SESSÃO ADMINISTRATIVA ORDINÁRIA DO EGRÉGIO ÓRGÃO ESPECIAL DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO REALIZADA EM 19/09/2019

0000291-33.2016.5.15.0895 PA - “ad referendum” - Relatora: Ana Amarylis Vivacqua de Oliveira Gulla - Interessado: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Assunto: Portaria GP nº 54/2019, de 8 de agosto de 2019, que institui o Comitê Gestor Local de Pessoas, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região – Decisão: nos termos do voto de fls. 116/119vº, da lavra da Excelentíssima Senhora Desembargadora Relatora Ana Amarylis Vivacqua de Oliveira Gulla, Vice-Presidente Administrativa do Tribunal, por unanimidade de votos, REFERENDAR a Portaria GP nº 54/2019, de 8 de agosto de 2019, que institui o Comitê Gestor Local de Gestão de Pessoas no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, nos moldes da fundamentação.

"PORTARIA GP nº 54/2019

08 de agosto de 2019

Institui o Comitê Gestor Local de Pessoas, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região.

A DESEMBARGADORA PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, ad referendum do Eg. Órgão Especial desta Corte,

CONSIDERANDO os termos da Resolução nº 240, de 09 de setembro de 2016, do Conselho Nacional de Justiça, que dispõe sobre a Política Nacional de Gestão de Pessoas no âmbito do Poder Judiciário;

CONSIDERANDO a necessidade de constituir-se Comitê Gestor Local de Gestão de Pessoas no âmbito deste Regional, conforme preconizado no artigo 10 da precitada Resolução;

CONSIDERANDO o teor da Resolução CNJ n. 255/2018, que instituiu a Política Nacional de Incentivo à Participação Institucional Feminina no Poder Judiciário;

CONSIDERANDO o esforço do Poder Judiciário para atingir o 5º Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas - alcançar a igualdade de gênero - presente na Agenda 2030,

RESOLVE:

Art. 1º É instituído o Comitê Gestor Local de Gestão de Pessoas, com a responsabilidade da gestão e da implementação da Política no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região.

Art. 2º O Comitê terá a seguinte composição:

I - 2 (dois) magistrados indicados pelo Tribunal;

II - 1 (um) magistrado escolhido pelo Tribunal a partir de lista de inscritos aberta a todos os interessados;

III - 2 (dois) magistrados eleitos por votação direta entre os magistrados do primeiro grau da 15ª Região, a partir de lista de inscrição;

IV - 1 (um) servidor indicado pelo Tribunal;

V - 1 (um) servidor escolhido pelo Tribunal a partir de lista de inscritos aberta a todos os interessados;

VI - 2 (dois) servidores eleitos por votação direta entre os servidores, a partir de lista de inscrição;

VII - 1 (um) Magistrado indicado pela Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 15ª Região - AMATRA XV;

VIII - 1 (um) servidor indicado pelo Sindicato dos Servidores Públicos Federais da Justiça do Trabalho da 15ª Região - SINDIQUINZE.

§ 1º Haverá 1 (um) suplente para cada membro do Comitê Gestor Local. A suplência dos magistrados e servidores eleitos será exercida pelos segundos mais votados, e as dos indicados pelas associações de classe, por indicação destas.

§ 2º O Magistrado e o servidor indicados pelas associações de classe, previstos nas alíneas VII e VIII deste artigo, não terão direito a voto, conforme estabelecido no § 4º do artigo 11 da Resolução nº 240, de 09 de setembro de 2016, do Conselho Nacional de Justiça.

Art. 3º As atribuições do Comitê Gestor local são as seguintes, sem prejuízo de outras necessárias ao cumprimento dos seus objetivos:

I - propor e coordenar plano estratégico local de gestão de pessoas, alinhado aos objetivos institucionais e às diretrizes desta Política;

II - atuar na interlocução com a Rede de Gestão de Pessoas do Poder Judiciário, compartilhando iniciativas, dificuldades, aprendizados e resultados;

III - monitorar, avaliar e divulgar o desempenho e os resultados alcançados pela gestão de pessoas;

IV - instituir grupos de discussão e trabalho com o objetivo de propor e de subsidiar a avaliação da Política e medidas de Gestão de Pessoas.

V - promover estudos, análise de cenários, eventos de capacitação e ações destinadas à Política Nacional de Incentivo à Participação Institucional Feminina no Poder Judiciário, no âmbito do TRT da 15ª Região, contemplando, no que couber, os trabalhadores terceirizados.

Art. 4º Para o desenvolvimento dos seus trabalhos, o Comitê poderá solicitar informações e apoio de todas as Unidades Administrativas deste Regional.

Art. 5º Para as ações destinadas à Política Nacional de Incentivo à Participação Institucional Feminina no Poder Judiciário, o Comitê poderá atuar em parceria com outros Tribunais, associações representativas de Magistrados e servidores, entidades civis voltadas à promoção da igualdade, instituições de ensino e instituições públicas para implementação das medidas previstas nesta Portaria.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Portaria GP nº 24/2018.

GISELA RODRIGUES MAGALHÃES DE ARAUJO E MORAES
Desembargadora Presidente"

**SESSÃO ADMINISTRATIVA ORDINÁRIA DO EGRÉGIO ÓRGÃO
ESPECIAL DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
REALIZADA EM 24/10/2019**

7942/2019 PROAD – Relatora: Ana Amarylis Vivacqua de Oliveira Gulla – Interessado: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região – Assunto: Proposta de Resolução Administrativa que altera os artigos 8º e 12 da Resolução Administrativa nº 13/2015 do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região – Decisão: nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Desembargadora Relatora Ana Amarylis Vivacqua de Oliveira Gulla, Vice-Presidente Administrativa do Tribunal, por unanimidade de votos, APROVAR a proposta de Resolução Administrativa que altera a redação dos artigos 8º e 12 da Resolução Administrativa nº 13/2015, assim como aprovar a minuta de Resolução Administrativa apresentada, nos termos e consoante fundamentação.

“RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº/2019

de ___ de _____ de 2019

Altera os artigos 8º e 12 da Resolução Administrativa nº 13/2015 do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região.

A DESEMBARGADORA DO TRABALHO PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO os termos da Resolução Administrativa nº 13/2015, que instituiu o Grande Colar e a Medalha Ouro do Mérito Judiciário da Justiça do Trabalho da 15ª Região e deu outras providências,

CONSIDERANDO que, para boa técnica redacional, os parágrafos de um artigo devem observar, sempre que possível, a cronologia dos fatos jurídicos neles retratados,

CONSIDERANDO que o artigo 5º da Resolução Administrativa nº 13/2015 estabelece que as decisões da Comissão da Ordem do Mérito Judiciário da 15ª Região valerão apenas como parecer e deverão ser submetidas ao Tribunal Pleno, o que colide com o disposto no artigo 4º do mesmo normativo,

CONSIDERANDO que o § 6º do artigo 8º da Resolução Administrativa nº 13/2015 faz menção ao Processo Administrativo VP 11/92, já encerrado em dezembro de 2010, e que, desde então, tem-se autuado um novo processo administrativo por ano para a tramitação conjunta de todas as indicações das insígnias da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho, a serem outorgadas no ano seguinte,

CONSIDERANDO, por fim, o decidido no Processo Administrativo nº 7942/2019 PROAD, na Sessão Administrativa do Órgão Especial realizada em 24/10/2019,

RESOLVE:

Art. 1º O § 6º do artigo 8º da Resolução Administrativa nº 13/2015 desta Corte passa a vigorar com a seguinte redação:

‘Art.8º.....

.....

§ 6º Em casos especiais, poderá o Presidente do Tribunal conceder condecorações em qualquer das categorias fora da Sessão de Instalação do Ano Judiciário, fato que deverá ser certificado nos autos do processo de outorga relativo ao ano da concessão, não se aplicando ao caso os limites previstos nos §§ 4º e 5º deste artigo.’

Art. 2º O artigo 12 da Resolução Administrativa nº 13/2015 passa a ter a seguinte redação:

‘Art. 12. O Egrégio Tribunal Pleno poderá suspender ou excluir da honraria o agraciado que praticar ato incompatível com a dignidade da Ordem ou esteja contrário aos motivos elevados que a inspiraram, mediante proposta justificada da Comissão da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho da 15ª Região, que analisará todas as denúncias a esse respeito.

§ 1º Eventual impugnação à homenagem deverá ser autuada e, após regular instrução, se necessária, receberá parecer dos integrantes da Comissão da Ordem do Mérito

Judiciário da 15ª Região e remetida à Vice-Presidência Administrativa para ser submetida ao Tribunal Pleno.

§ 2º A Comissão da Ordem do Mérito Judiciário da 15ª Região indeferirá, ad referendum do Tribunal Pleno, a denúncia infundada ou movida por espírito emulativo.

§ 3º O homenageado suspenso ou excluído deve devolver, imediatamente, o objeto da homenagem.

§ 4º O agraciamento suspenso ou excluído poderá ser restabelecido, da mesma forma e com o mesmo quórum para a suspensão ou exclusão, se o agraciado demonstrar, por novos méritos, ou repúdio, abandono ou superação da conduta anterior que propiciou a suspensão ou a exclusão.

Art. 3º Esta Resolução Administrativa entra em vigor na data de sua publicação.

GISELA RODRIGUES MAGALHÃES DE ARAUJO E MORAES
Desembargadora Presidente do Tribunal”

0000017-64.2019.5.15.0895 PA – Relatora: Ana Amarylis Vivacqua de Oliveira Gulla – Interessado: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região – Assunto: Proposta de portaria que institui norma técnica que trata da utilização e seguridade de login, dispositivos de identificação e senha no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região – Decisão: nos termos do voto de fls. 42/51, da lavra da Excelentíssima Senhora Desembargadora Relatora Ana Amarylis Vivacqua de Oliveira Gulla, Vice-Presidente Administrativa do Tribunal, por unanimidade de votos, APROVAR a proposta de portaria que institui norma de utilização e seguridade de logins, dispositivos de identificação e senhas no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, nos termos da fundamentação, parte integrante do dispositivo.

“PORTARIA GP nº XX/2019
de XX de outubro de 2019

Institui a Norma Técnica Complementar DGSI-TIC – Utilização e Seguridade de Login, Dispositivos de Identificação e Senha e Padrão de Formação do Login de Usuário, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região.

A DESEMBARGADORA PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO a Resolução Administrativa nº 23/2018, de 14/12/2018, que dispõe sobre a Gestão de Segurança da Informação (GSI) no âmbito deste Tribunal;

CONSIDERANDO que o Comitê de Segurança da Informação, em reunião realizada em 29 de abril de 2019, recomendou a aprovação de Norma Técnica Complementar DGSI-TIC – Utilização e Seguridade de Login, Dispositivos de Identificação e Senha e Padrão de Formação do Login de Usuário apresentada pela Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações (SETIC);

CONSIDERANDO que a Comissão de Informática, em reunião realizada em 3 de outubro de 2019, aprovou a proposta de Norma Técnica Complementar DGSI-TIC – Utilização e Seguridade de Login, Dispositivos de Identificação e Senha e Padrão de Formação do Login de Usuário nos termos propostos pela SETIC;

CONSIDERANDO o deliberado pelo Órgão Especial desta Corte, em Sessão Administrativa realizada em 24 de outubro de 2019, nos autos do Processo Administrativo nº 0000017-64.2019.5.15.0895 PA,

R E S O L V E:

Art. 1º Aprovar e instituir a “Norma Técnica Complementar DGSI-TIC – Utilização e Seguridade de Login, Dispositivos de Identificação e Senha” e o “Padrão de Formação do Login de Usuário” no âmbito deste Regional, nos termos dos anexos I e II, respectivamente, desta Portaria.

Parágrafo único. A Norma referida no caput configura instrumento componente e complementar das Diretrizes para Gestão de Segurança da Informação de TIC (DGSI-TIC) a serem cumpridas no Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GISELA RODRIGUES MAGALHÃES DE ARAUJO E MORAES
Desembargadora Presidente do Tribunal”

00000009-87.2019.5.15.0895 PA – Relatora: Ana Amarylis Vivacqua de Oliveira Gulla – Interessado: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região – Assunto: Proposta de portaria que institui norma técnica que trata da Gestão de Sistemas de TIC no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região – Decisão: nos termos do voto de fls. 79/86, da lavra da Excelentíssima Senhora Desembargadora Relatora Ana Amarylis Vivacqua de Oliveira Gulla, Vice-Presidente Administrativa do Tribunal, por unanimidade de votos, APROVAR a proposta de portaria que institui Norma Técnica Complementar DGSI-TIC - Gestor de Serviço de TIC e Cartilha de Gestor de Serviço de TIC, nos termos da fundamentação, parte integrante do dispositivo.

“PORTARIA GP nº XX/2019
de XX de outubro de 2019

Institui a Norma Técnica Complementar DGSI-TIC – Gestor de Serviço de TIC e Cartilha de Gestor de Serviço de TIC, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região.

A DESEMBARGADORA PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO a Resolução Administrativa nº 23/2018, de 14/12/2018, que dispõe sobre a Gestão de Segurança da Informação (GSI) no âmbito deste Tribunal;

CONSIDERANDO que o Comitê de Segurança da Informação, em reunião realizada em 11 de julho de 2017, recomendou a aprovação de Norma Técnica Complementar DGSI-TIC – Gestor de Serviço de TIC apresentada pela Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações;

CONSIDERANDO que o Comitê de Governança de TIC, em reunião realizada em 13 de março de 2019, opinou favoravelmente à aprovação da Norma Técnica Complementar DGSI-TIC – Gestor de Serviço de TIC e Cartilha de Gestor de Serviço de TIC;

CONSIDERANDO que a Comissão de Informática, em reunião realizada em 3 de outubro de 2019, aprovou a proposta de Norma Técnica Complementar DGSI-TIC – Gestor de Serviço de TIC e Cartilha de Gestor de Serviço de TIC formulada pela SETIC;

CONSIDERANDO o deliberado pelo Órgão Especial do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, em Sessão Administrativa realizada em 24 de outubro de 2019, nos autos do Processo Administrativo nº 00000009-87.2019.5.15.0895 PA,

R E S O L V E:

Art. 1º Aprovar e instituir a “Norma Técnica Complementar DGSI-TIC – Gestor de Serviço de TIC” e a “Cartilha de Gestor de Serviço de TIC”, no âmbito deste Regional, nos termos dos anexos I e II, respectivamente, desta Portaria.

Parágrafo único. A Norma referida no caput configura instrumento componente e complementar das Diretrizes para Gestão de Segurança da Informação de TIC (DGSÍ-TIC) a serem cumpridas no Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GISELA RODRIGUES MAGALHÃES DE ARAUJO E MORAES
Desembargadora Presidente do Tribunal”.

**SESSÃO ADMINISTRATIVA ORDINÁRIA DO EGRÉGIO ÓRGÃO
ESPECIAL DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
REALIZADA EM 28/11/2019**

0019000-96.2005.5.15.0897 PA – Relatora: Ana Amarylis Vivacqua de Oliveira Gulla – Interessado: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região – Assunto: Proposta de Resolução Administrativa que dispõe sobre o plantão judiciário no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região – Decisão: nos termos do voto de fls. 401/404vº, da lavra da Excelentíssima Senhora Desembargadora Relatora Ana Amarylis Vivacqua de Oliveira Gulla, Vice-Presidente Administrativa do Tribunal, por unanimidade de votos, APROVAR a proposta de Resolução Administrativa de fls. 401vº/404, que dispõe sobre o plantão judiciário no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região e revoga a Resolução Administrativa nº 01/2010 e suas alterações, nos termos e consoante fundamentação, parte integrante do dispositivo.

“RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA nº /2019

de de de 2019

Dispõe sobre o plantão judiciário no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região.

A DESEMBARGADORA PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO que a Emenda Constitucional nº 45, de 8 de dezembro de 2004, preconiza a ininterruptividade da atividade jurisdicional, funcionando com juízes em plantão permanente nos dias em que não houver expediente forense normal;

CONSIDERANDO os termos da Resolução nº 71, de 31 de março de 2009, do Conselho Nacional de Justiça, que dispõe sobre o regime de plantão judiciário em primeiro e segundo graus de jurisdição;

CONSIDERANDO que o plantão presencial acarreta custos operacionais e ambientais cujas reduções demonstram-se compatíveis com a prestação jurisdicional perene e convenientes e oportunas após a implantação do Processo Judicial Eletrônico em todas as Unidades Judiciárias da 15ª Região; e

CONSIDERANDO, por fim, o quanto decidido pelo Órgão Especial no Processo nº 0019000-96.2005.5.15.0897 PA em Sessão Administrativa realizada em;

RESOLVE:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º O plantão judiciário previsto na Emenda Constitucional nº 45/2004 reger-se-á, no âmbito deste Tribunal, pela presente Resolução.

Art. 2º Compete ao magistrado de plantão conhecer exclusivamente de medidas de caráter urgente, para evitar o perecimento de direito, dano de difícil reparação ou assegurar a liberdade de locomoção, nos dias em que não houver expediente forense no Tribunal ou na Vara do Trabalho e que não possa aguardar a sua abertura no primeiro dia útil subsequente.

§ 1º O plantão judiciário não se destina à reiteração de pedido já apreciado no órgão judicial de origem ou em plantão anterior, nem a sua reconsideração ou reexame.

§ 2º Não poderá ser objeto de apreciação, em regime de plantão judicial, qualquer pedido que trate da utilização do Sistema Bacen-Jud.

§ 3º O magistrado plantonista não ficará vinculado ao processo no qual tenha atuado nesta condição, devendo o processo ou a petição, no primeiro dia útil subsequente ao do plantão, ser encaminhado à distribuição competente.

§ 4º Todos os meios de comunicação existentes e que possam ser certificados para comprovação poderão ser utilizados para o conhecimento, a efetivação e a publicação das medidas previstas no “caput” deste artigo, visando à agilidade e melhor eficácia das atividades exercidas nos plantões.

§ 5º A intimação aos advogados habilitados no Sistema PJe, no caso de liminar, será realizada pelo painel, e às demais partes do processo, pelo oficial de justiça de plantão na Central ou outro meio eficaz, quando não for possível utilizar-se o painel.

Art. 3º O plantão judiciário ocorrerá aos sábados, domingos e feriados, das 9 às 12 horas, e será realizado nas dependências do Tribunal ou do Fórum Trabalhista que seja sede de circunscrição, em sistema de rodízio, de forma presencial ou de sobreaviso, conforme a necessidade do serviço.

§ 1º O plantão judiciário nas Unidades de 1º Grau, durante os dias de recesso forense, será realizado no horário estabelecido no “caput” deste artigo.

§ 2º Nas Unidades de 2º Grau, durante os dias de recesso forense, o plantão judiciário ocorrerá das 14 às 18 horas, excetuando-se sábados, domingos, véspera de Natal, Natal, véspera de Ano Novo e Ano Novo, que observarão o horário estabelecido no “caput” deste artigo.

§ 3º A Presidência do Tribunal poderá, com ampla e antecipada divulgação, estender a duração do horário mencionado no “caput” deste artigo, para melhor atendimento aos interesses jurisdicionais.

§ 4º Os magistrados de plantão permanecem nessa condição mesmo fora dos períodos previstos no “caput”, devendo prestar o devido atendimento sempre que constatada a real necessidade ou reste caracterizada medida de urgência em processo ou petição que ingresse ao longo do dia, observadas as hipóteses previstas no artigo 2º.

Art. 4º Os plantões presenciais ou aqueles que demandem a realização de providências concretas, quando ocorridos em finais de semana, feriados ou no recesso, serão objeto de compensação.

Parágrafo único. É vedada a substituição da folga compensatória por retribuição pecuniária.

Art. 5º Compete à Presidência do Tribunal:

I – elaborar a escala de plantão dos magistrados de primeiro e segundo graus de jurisdição, observadas, sempre que possível, as preferências de datas manifestadas tempestivamente e o oferecimento voluntário de juizes para a realização dos plantões, ressaltando-se que, no primeiro grau de jurisdição, a escala mínima corresponderá a três dias consecutivos;

II – elaborar a escala de funcionários, para assistência durante os plantões;

III – elaborar modelo de boletim estatístico, fazendo publicar, trimestralmente, na imprensa oficial, a movimentação ocorrida no período;

IV – divulgar a escala do plantão, na página do Tribunal na internet e na imprensa oficial, com antecedência de 5 (cinco) dias da data do plantão, os endereços e telefones do serviço de plantão, bem como os nomes dos magistrados plantonistas.

CAPÍTULO II PLANTÃO JUDICIÁRIO NA 1ª INSTÂNCIA

Art. 6º O sistema de plantão judiciário no primeiro grau de jurisdição observará os seguintes critérios:

I – haverá, na sede de cada circunscrição judiciária, em regime presencial ou de sobreaviso, um magistrado que responderá pelo plantão, para atender as ocorrências vinculadas a processos em trâmite perante alguma das Varas do Trabalho pertencentes à respectiva circunscrição;

II – integrarão o quadro funcional para os plantões, em sistema de rodízio, 1 (um) diretor de secretaria ou servidor que exerça função comissionada e 1(um) analista judiciário - área judiciária - especialidade execução de mandados;

III – um dos servidores referidos no inciso II atuará, necessariamente, em regime presencial. Os demais, em regime de sobreaviso.

§ 1º Na hipótese de feriado exclusivamente municipal, as medidas que se revistam de caráter urgente serão atendidas pela Vara do Trabalho mais próxima que esteja funcionando com expediente normal.

§ 2º Competirá ao magistrado escalado providenciar o seu substituto, caso não possa comparecer ao plantão por motivos diversos dos previstos nos artigos 66, 69 e 72 da Lei Complementar nº 35/79, comunicando a substituição ao servidor em plantão presencial e incumbindo-o do dever de cientificar a Administração do Tribunal.

§ 3º Nas hipóteses de não-comparecimento pelos motivos previstos pela Lei Complementar nº 35/79, expressamente elencados em seu parágrafo 2º, assim como nos casos de impedimento ou suspeição do magistrado designado para o plantão, a Administração providenciará a substituição.

CAPÍTULO III PLANTÃO JUDICIÁRIO NA 2ª INSTÂNCIA

Art. 7º Responderão pelo plantão judiciário no segundo grau de jurisdição, em sistema de rodízio, em regime presencial ou de sobreaviso, todos os desembargadores do Tribunal.

Parágrafo Único. Durante o horário do plantão, o desembargador poderá permanecer de sobreaviso, observado o disposto no § 4º do artigo 3º.

Art. 8º Serão escalados para o plantão, em sistema de rodízio e em regime presencial ou à distância, ao menos 1 (um) servidor do gabinete designado pelo desembargador de plantão, bem assim 2 (dois) agentes de segurança, escalados pela Assessoria de Segurança e Transporte do Tribunal.

§ 1º Será escalado, também em sistema de rodízio, 1 (um) servidor da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações, que ficará de sobreaviso, para auxílio em situações de irregular funcionamento nos sistemas informatizados.

§ 2º Para cumprimento de suas decisões, o desembargador poderá requisitar os serviços dos analistas judiciários - área judiciária - especialidade execução de mandados que estiverem de plantão nas respectivas Unidades.

Art. 9º Aos desembargadores e juízes que atuarem em plantões em regime presencial ou em regime de sobreaviso e, neste caso, desde que tenham realizado atendimento, fica assegurada a compensação dos dias trabalhados em finais de semana, feriados ou no recesso, mediante comprovação e autorização da Presidência.

Art. 10. Os casos omissos serão resolvidos pela Presidência ou pela Corregedoria deste Tribunal.

Art. 11. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, especialmente a Resolução Administrativa nº 01/2010 e suas alterações.

GISELA RODRIGUES MAGALHÃES DE ARAUJO E MORAES
Desembargadora Presidente do Tribunal”

2.9.2 - SECRETARIA JUDICIÁRIA

2.9.2.1 Coordenadoria de Gestão Documental

Seção de Gestão de Arquivo Permanente

A Seção de Gestão de Arquivo Permanente tem o propósito de recolher, processar e salvaguardar o acervo de guarda permanente deste Regional, bem como proceder ao incremento de ações culturais, de pesquisa e divulgação. Durante o ano de 2019 foram desenvolvidas atividades diversificadas, conforme segue:

DIFUSÃO

Execução de projetos culturais que instruem a população e divulguem o acervo:

1. Visitação guiada ao Centro de Memória:

Em 2019 foram recebidos pelo Centro de Memória para visita guiada:

- 621 estudantes de direito;

- 93 participantes de programas de jovens aprendizes de instituições diversas;

- Cerca de 30 servidores que participaram da primeira fase do projeto “O Centro de Memória é nosso” realizado durante a Semana do Servidor a fim de divulgar o espaço para os servidores do TRT 15.

Destaca-se, ainda, a visita do Cônsul Geral e do Cônsul Geral Adjunto do México em São Paulo.

2. Elaboração, planejamento e apresentação de exposições temáticas de longa e curta duração:

2.1 Exposição dos Comitês de Garantia de Direitos Sociais do TRT 15

Inauguração, em 10/12/2019, por sugestão da presidente da Comissão de Preservação da Memória da Justiça do Trabalho, da exposição que destacou o trabalho dos Comitês de Erradicação do Trabalho Infantil, de Erradicação do Trabalho Escravo, Tráfico de Pessoas e Discriminação e sobre o Programa Trabalho Seguro - Programa Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho.

Foram expostos processos emblemáticos do TRT 15 para representar cada comitê, um painel fotográfico e três vídeos elaborados em cooperação com a Coordenadoria de Comunicação Social (equipe de multimídia). A exposição foi divulgada nas redes sociais do TRT 15 e do Fluminense Football Club. O time colaborou com a doação de uma camisa autografada com o logo da campanha “Todos juntos contra o trabalho Infantil” para o acervo do Centro de Memória do Regional.

2.2 Painel Cesarino Junior

Em 10/12/2019, foi inaugurado painel biográfico que compõe a exposição permanente do CMAC em homenagem ao jurista campineiro Antonio Ferreira Cesarino Junior, considerado pai do Direito do Trabalho no Brasil. Para tanto, foram pesquisadas fontes diversas, inclusive o acervo do Centro de Memória da Unicamp, o qual autorizou o uso e a reprodução de uma das fotografias de seu acervo, que compõe o painel.

2.3 Primavera dos Museus

Em setembro de 2019, houve a participação da programação nacional organizada pelo Instituto Brasileiro de Museus, “Primavera dos Museus”, para a qual foi preparada uma apresentação alinhada à temática central do evento, relativa ao trabalho realizado nos bastidores do Centro de Memória, em especial a triagem e seleção de processos.

2.4 Congresso Nacional de Direito do Trabalho e Processual do Trabalho

Participação no Congresso Nacional de Direito do Trabalho e Processual do Trabalho, em junho de 2019, com a mostra sobre os comitês de garantia de direitos sociais do TRT 15, como atividade prévia ao projeto inaugurado em dezembro. Na referida mostra foram divulgadas as ações dos Comitês, distribuídos folders e informativos sobre os temas.

2.5 Semana do Servidor

Realização da mostra de fotografias digitais de servidores que fizeram e fazem parte dos 33 anos de história do TRT 15.

3. Migração da página do Centro de Memória no portal do Tribunal para a plataforma “drupal”.

4. Pesquisadores / consultentes

Foram recebidos pesquisadores brasileiros (USP) e estrangeiros (University of Stanford e University of Georgia).

ORGANIZAÇÃO E PROCESSAMENTO

5. Organização e processamento de documentação de guarda permanente recebida pelo Centro de Memória, Arquivo e Cultura, para disponibilização da informação ao público:

Inserção e indexação de processos em base de dados:

Foram cadastrados nas bases de dados utilizadas pelo CMAC 26.080 (vinte e seis mil e oitenta) processos de guarda permanente, com indexação de assuntos, de acordo com o vocabulário controlado desenvolvido pela Seção. Essa atividade possibilita a ágil localização dos processos, para atendimento de solicitação de partes, advogados ou pesquisadores.

Atualmente o arquivo permanente é constituído de 199.905 (cento e noventa e nove mil, novecentos e cinco) processos históricos.

6. Organização dos locais de guarda:

Aquisição de arquivo deslizante para otimizar a utilização do espaço do arquivo do térreo da sede administrativa, visando à ampliação da capacidade de armazenamento de processos históricos.

COOPERAÇÃO COM O TST E O CSJT

7. Videoconferências com o Grupo de Trabalho de Gestão Documental do CSJT

Durante o ano a equipe participou de videoconferências do Grupo de Trabalho de Gestão Documental do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, do qual fazem parte as servidoras Cristina Paula Pera (membro titular) e Thais Martins Lepesteur (membro suplente). Foram discutidas inúmeras questões no tocante ao aprimoramento dos serviços oferecidos pelos arquivos da Justiça do Trabalho. Em especial, o TRT15 vem participando do projeto de atualização do Manual de Gestão Documental da Justiça do Trabalho, editado e publicado pelo CSJT, com o objetivo de disponibilizar informações mais acessíveis acerca dos procedimentos de gestão documental que devem ser obedecidos por cada Regional.

8. Participação em pesquisas e preenchimento de questionários encaminhados pelo CSJT ou pelo CNJ:

PROAD 5595/2019	Indicação de procedimentos para que sejam plenamente atendidas as normas fixadas na Resolução CSJT 235/2019, que regulamenta a aplicação dos instrumentos de gestão documental e a destinação final de documentos arquivados no âmbito da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus
PROAD 9540/2019	Ofício circular CSJT.GP.SG.CGDOC nº 001/2019, sobre proposta de criação de cargo denominado “Gestor de Memória Institucional”, em substituição ao cargo “Analista Judiciário, Área Apoio Especializado, Especialidade História”
PROAD 25716 e 25784/2019	Confecção de relatório e preenchimento de questionários de auditoria do CNJ e do CSJT e da Pesquisa PRONAME
PROAD 20363/2019	Colaboração com o CSJT para conclusão do projeto do Memorial Virtual da Justiça do Trabalho
PROAD 28836/2019	Preenchimento de Tabela encaminhada pelo CSJT com Índice de Recolhimento de Acervo de Guarda Permanente, em atendimento à Meta 21, bem como indicação do índice de processos eliminados
PROAD 8460/2019	Informações relativas à composição e às atividades realizadas pelo Centro de Memória

OUTRAS ATIVIDADES

9. Elaboração de relatório comparativo de análise de Termos de Cooperação firmados entre outros Regionais (TRT13, TRT6, TRT24 e TRT4, TRT9) e Universidades, a

pedido da Vice-Presidente Judicial do TRT 15, a Exma. Desembargadora Tereza Aparecida Asta Gemignani, cujo propósito é realizar ações de cunho acadêmico com a utilização de processos do acervo.

VISITAS TÉCNICAS, INTERCÂMBIOS, COOPERAÇÕES:

10. Visitas Técnicas

A) Equipe do Memorial do TRT da 22ª Região: foram recebidos a servidora responsável pela unidade de memória no TRT do Piauí e o arquiteto do mesmo Regional. O objetivo da visita foi solicitar informações sobre a elaboração do novo espaço destinado ao Centro de Memória do TRT 15, a fim de trocar experiências para possibilitar a configuração do espaço do memorial do TRT 22, que será reformado.

B) Equipe do Museu Universitário da PUC-Campinas: foram recebidos 4 funcionários do Museu para estabelecimento de intercâmbio cultural entre as instituições.

CONCLUSÃO

Em 2019, o CMAC manteve seu comprometimento no sentido de possibilitar a democratização do acesso à informação registrada nos documentos sob sua custódia, bem como de se posicionar como um espaço cultural de troca de experiências e intercâmbio de ideias, valorização da pesquisa e da memória.

Seção de Gestão de Arquivo Intermediário e Seção de Apoio ao Arquivo de 1ª Instância

As Seções de Gestão de Arquivo Intermediário e de Apoio ao Arquivo de 1ª Instância desempenharam suas atividades em conformidade com o Programa de Gestão Documental desenvolvido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região.

PROCEDIMENTOS DE GESTÃO DOCUMENTAL

11. Avaliação de autos findos

A Seção de Apoio ao Arquivo de 1ª instância avançou sistematicamente em suas atividades de avaliação e triagem de processos com foco na eliminação e na preservação de documentos de guarda permanente, sendo que, em 2019, foram analisados 89.032 (oitenta e nove mil e trinta e dois) autos findos.

A equipe formada por servidores, estagiários do curso de direito e colaboradores terceirizados (supervisionados por servidores do quadro) realizou análise minuciosa de processos, para identificação e separação dos autos em três grandes grupos: processos com pendências (casos de falência, volumes perdidos, guias e alvarás não levantados), processos passíveis de eliminação e processos de guarda permanente.

Em relação aos processos efetivamente eliminados (destruição mecânica), o quantitativo em 2019 foi formado por:

- autos findos cujos procedimentos de triagem foram concluídos em 2017/2018 e que aguardavam aprovação do Proad de eliminação em 2019.

- processos triados em 2019 cujos prazos de edital foram cumpridos no mesmo ano.

Quadro com dados de autos eliminados por destruição mecânica

Origem	PROAD	Processos eliminados
1ª VT São José do Rio Preto	14146/2018	956
1ª VT Presidente Prudente	14366/2018	13413
1ª VT Jacareí	1039/2019	10184
1ª VT São José dos Campos	21707/2018	21707
2ª VT Jacareí	1046/2019	6084
2ª VT Jundiaí	21114/2018	1246
2ª VT São José dos Campos	14289/2018	14396
3ª VT São José dos Campos	20991/2018	14163
6ª VT Campinas	991/2019	12456
VT Lorena	17173/2018	686
VT Porto Ferreira	5864 /2019	1612
VT Presidente Venceslau	14155/2018	10577
Secretaria do Pleno	6078/2019	20144
1ª TV Jau	7005/2017	2914
Total		130538

Os papéis destinados à eliminação foram doados, nos termos do Proad 20930/2019, à Cooperlândia Ambiental do Brasil, sociedade sem fins lucrativos, que possui convênio com a Fundação de Amparo ao Preso - FUNAP - “Prof. Dr. Manoel Pimentel”, por meio do qual mantém 33 postos de trabalho para reeducandos em regime semiaberto.

12. Vídeo para inscrição do projeto Papel Social no 8º Prêmio A3P

Em parceria com o Escritório de Gestão Socioambiental, a ação de doação dos papéis à cooperativa de reciclagem foi inscrita no 8º Prêmio A3P. Para tanto, foi elaborado vídeo sobre a realização do projeto. A equipe do CMAC trabalhou em conjunto com a Coordenadoria de Comunicação Social na elaboração de roteiro, entrevistas, filmagem e edição.

13. Desarquivamentos de autos

Durante o ano foram desarquivados e remetidos para as Varas de origem, via malote, 1.203 (mil, duzentos e três) processos de 1ª instância, dos quais 984 (novecentos e oitenta e quatro) retornaram ao arquivo, além de 18 (dezoito) processos de competência originária e 10 (dez) processos da Corregedoria.

14. Prestação jurisdicional e atendimento à Lei de Acesso à Informação:

Em 2019, foram disponibilizados para consulta e extração de cópias 2.376 (dois mil, trezentos e setenta e seis) processos. Essa prática assegurou a democratização e o direito de acesso à informação, nos termos da Resolução Administrativa nº 024/2017.

**DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS FÍSICOS
COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA E RECURSAL**

Foram distribuídos 2.513 (dois mil, quinhentos e treze) processos físicos de competência recursal das Câmaras e 08 processos físicos de competência recursal das 1ª, 2ª, 3ª Seções de Dissídios Individuais e da Seção de Dissídios Coletivos (art. 47, XI, e art. 49, IX,

do Regimento Interno), bem como realizados 153 (cento e cinquenta e três) atos de distribuição pela Exma. Desembargadora Vice-Presidente Judicial.

2.9.2.2 Coordenadoria de Gestão Processual

NÚCLEO DE APOIO DO PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO

O Núcleo de Apoio do Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho foi instituído pelo Ato Regulamentar GP nº 24, de 04 de dezembro de 2014, em observância à Resolução CSJT nº 136/2014.

Além da obrigação legal, se considerou, também, a necessidade de integração de todas as unidades deste Tribunal ao PJe; a de viabilizar as mudanças procedimentais, com a preparação e divulgação de material de apoio constantemente revisado; a de adequação das atividades e das estruturas das unidades organizacionais para o seu funcionamento em consonância com as demandas institucionais; a de reunião, em um mesmo setor, de servidores da área de negócios para atuarem em todas as etapas das mudanças que afetam a cultura organizacional e os serviços de apoio interno e externos, uma vez que são atendidos pelo Núcleo tanto servidores e magistrados, como advogados e procuradores; e, finalmente, a de preparar e de auxiliar a Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações na implantação de novas versões do sistema.

Dentre as atribuições da Unidade destacamos o auxílio nas atividades dos instrutores e multiplicadores na capacitação dos usuários internos; a prestação de apoio às operações das novas Unidades integradas ao sistema PJe; a homologação das novas versões do sistema disponibilizadas pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho; a elaboração, em conjunto com a Corregedoria Regional e a Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações de roteiros e divulgação da documentação relativa às novas versões disponibilizadas; o auxílio à área técnica na parametrização e configuração dos sistemas de 1º e 2º Graus; a prestação de apoio aos Gabinetes dos Magistrados, Secretarias de Turmas e de Varas em suas dificuldades na utilização dos sistemas; a prestação de suporte aos usuários; além do auxílio e suporte à área técnica na resolução dos incidentes ocorridos nos sistemas.

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Migrações de Versões do Sistema PJe

No decorrer do ano de 2019, o Núcleo de Apoio do Sistema PJe trabalhou na homologação das versões 2.3 e 2.4 do sistema PJe, bem como nas várias versões de correção que foram disponibilizadas após a instalação da cada uma das versões principais citadas.

Provimento GP-CR 05/2019 - Procuradorias

Em atendimento ao Provimento GP-CR 05/2019, o Núcleo de Apoio ao PJe recebeu das Varas do Trabalho do TRT15 e organizou as informações necessárias ao cadastramento de aproximadamente 750 procuradorias, alterando a forma de trabalho principalmente de municípios e suas autarquias. Considerando que para a mudança sistemática pretendida foi necessário cadastrar as procuradorias, seus respectivos procuradores gestores e associá-los no sistema PJE; foi disponibilizada na Extranet do TRT planilha Google para acompanhamento da implantação das procuradorias pelos interessados. Foi criado, ainda, breve roteiro disponibilizado sob demanda aos procuradores gestores,

orientando o procedimento necessário à administração de outros procuradores sob suas responsabilidades.

Sistemas Bancários para Emissão de Alvarás e Liberações de Valores

Em apoio à implantação de sistemas integrados aos bancos Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil, o Núcleo de Apoio ao PJe ficou responsável pelo gerenciamento das contas de usuários do sistema SisconDJ, do Banco do Brasil, no ambiente do TRT15, incluindo a definição de perfis de acesso ao sistema e o efetivo cadastramento destes, bem como ao primeiro suporte de instalação, configuração e funcionamento, aos usuários das primeiras Varas do Trabalho participantes da iniciativa como homologadoras.

Também foi prestado apoio técnico à instalação e homologação do Sistema de Interoperabilidade Financeira - SIF, da Caixa Econômica Federal, integrado ao sistema PJe.

Integração dos Sistemas de Atendimento

Por iniciativa do Núcleo de Apoio ao PJe, está sendo coordenada, juntamente a áreas técnicas da TIC do Tribunal, a integração dos sistemas de atendimento e suporte ao sistema PJe, atualmente realizados por diversas plataformas, quais sejam: duas instâncias separadas da plataforma Moodle, do sistema PROAD, 5 (cinco) canais telefônicos - 2 (dois) troncos externos de atendimento do tipo 0800 e 3 (três) ramais telefônicos internos - e endereço de e-mail, disponibilizado interna e externamente. Pretende-se passar à utilização da plataforma Assyst, por meio de ferramenta automatizada de atendimento "bot" para o primeiro atendimento, voltado inicialmente ao público externo.

A plataforma Assyst é apropriada ao atendimento de chamados, diferente da plataforma Moodle, originalmente projetada para o ensino a distância. Entre outras características, a plataforma Assyst permite a designação prévia dos campos de preenchimento obrigatórios e necessários ao atendimento a partir do assunto selecionado, além da geração automática de estatísticas em tempo real dos atendimentos realizados.

A mudança pretendida no sistema de atendimento, alterando-se dos canais telefônicos para canais digitais, permite uma maior padronização no atendimento, bem como o registro integral destes, o que é natural neste tipo de tecnologia. Além de permitir o atendimento simultâneo de usuários, diminuindo a percepção de dificuldade de obtenção de atendimento, especialmente em momentos de transição como, por exemplo, mudanças de versão do sistema PJe.

Relatórios de Distribuição

Diariamente é gerado um relatório da distribuição processual do PJe, disponibilizado para consultas na Extranet pelo Núcleo de Apoio ao PJe. A fim de atualizar o visual e manter a facilidade de navegação pelos relatórios anteriores foram realizadas mudanças nas páginas “web” de apresentação.

Alterações no Quadro Funcional

No ano de 2019 ocorreram significativas mudanças no quadro de servidores do Núcleo de Apoio ao PJe, com a saída do Coordenador e sua substituta e chegada, aos poucos, de 3 (três) outros servidores, com o necessário treinamento destes para a execução das tarefas necessárias ao andamento do serviço. Além destes servidores, a Coordenadoria de Cadastramento Processual designou, temporariamente, servidora já capacitada em atendimentos ao sistema PJe para auxiliar o Núcleo no desempenho de suas atividades durante

3 (três) meses, o que contribuiu significativamente para a manutenção e efetividade dos atendimentos realizados.

Suporte Realizado – Atendimentos de Chamados

Durante o ano de 2019 foram registrados os atendimentos a 12.893 (doze mil, oitocentos e noventa e três) chamados, categorizados pelos assuntos discriminados a seguir:

ATENDIMENTOS 2019

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN
Acesso ao Sistema - Instruções e Orientações	207	344	219	248	231	159
Alteração de Configuração do Sistema	5	8	10	6	8	5
Alteração de Fluxo, Assunto ou Movimento no Processo	4	0	3	0	2	1
Assistência na Execução de Tarefa ou Funcionalidade do Sistema	86	140	92	74	49	38
Cadastramento de Usuários	319	235	211	217	143	196
Consulta de Dados do Sistema	1	3	0	3	0	0
Correção de Inconsistência do Sistema	116	274	752	689	713	103
Dados do Sistema - Correção ou Atualização	42	59	36	44	69	45
Erro de Procedimento do Usuário	19	53	37	12	21	15
Informações Sobre Processos	6	11	10	15	16	16
Nós de Desvio - Inclusão de Processos	84	167	62	155	222	74
Orientações Sobre Sistema e-Gestão	4	1	1	0	0	1
Outros Assuntos	10	12	13	38	27	29
Perfil de Usuário - Correção ou Alteração	0	0	1	1	1	0
Sugestão de Melhoria no Sistema	0	0	1	1	0	0
Total de Registros no Mês	903	1.307	1.448	1.503	1.502	682

	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	ANUAL
Acesso ao Sistema - Instruções e Orientações	188	221	411	268	191	109	2.796
Alteração de Configuração do Sistema	8	13	10	9	8	4	94
Alteração de Fluxo, Assunto ou Movimento no Processo	1	2	0	0	0	0	13
Assistência na Execução de Tarefa ou Funcionalidade do Sistema	42	32	105	69	73	56	856

	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	ANUAL
Cadastramento de Usuários	201	140	135	140	186	81	2.204
Consulta de Dados do Sistema	0	0	2	0	1	0	10
Correção de Inconsistência do Sistema	139	155	342	417	322	258	4.280
Dados do Sistema - Correção ou Atualização	50	82	56	134	42	42	701
Erro de Procedimento do Usuário	17	26	11	10	10	4	235
Informações Sobre Processos	12	1	7	6	5	4	109
Nós de Desvio - Inclusão de Processos	66	70	70	72	164	55	1.261
Orientações Sobre Sistema e-Gestão	0	1	0	2	0	0	10
Outros Assuntos	22	11	52	28	28	29	299
Perfil de Usuário - Correção ou Alteração	0	0	16	3	0	0	22
Sugestão de Melhoria no Sistema	0	0	0	0	0	1	3
Total de Registros no Mês	746	754	1.217	1.158	1.030	643	12.893

2.9.2.3 Coordenadoria de Gestão Processual

MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL 2019

Processos Físicos – Sistema SAP2Grau

Foram interpostos 2.253 (dois mil, duzentos e cinquenta e três) agravos de instrumento em recursos de revista e publicados 2.766 (dois mil, setecentos e sessenta e seis) despachos denegatórios em processos físicos.

Foram encaminhados 2.551 (dois mil, quinhentos e cinquenta e um) processos digitalizados à Assessoria de Recurso de Revista para despacho de admissibilidade e 256 (duzentos e cinquenta e seis) autos físicos com petições diversas para despacho de natureza individual.

Foram remetidos, por meio do sistema e-Remessa, 2.809 (dois mil, oitocentos e nove) processos digitalizados com recursos de competência do C. TST e encaminhados às Varas do Trabalho de origem 5.212 (cinco mil, duzentos e doze) autos físicos julgados em 2ª Instância e transitados em julgado.

Processos Eletrônicos – Sistema PJe

No sistema PJe, a Secretaria Judiciária apoia as atividades de secretaria de competência da Vice-Presidência Judicial.

Realizou, em 2019, a publicação de 81.971 (oitenta e um mil, novecentos e setenta e um) despachos de admissibilidade de recurso de revista e de processamento de agravos de instrumento em recurso de revista; remeteu, pelo Conector-PJe, 37.180 (trinta e sete mil, cento e oitenta) processos eletrônicos com recursos de competência do C. TST; e procedeu à baixa de 30.979 (trinta mil, novecentos e setenta e nove) processos eletrônicos às Varas do Trabalho de origem.

2.10 COORDENADORIA DE ESTATÍSTICA E PESQUISA
2.10.1 SEGUNDA INSTÂNCIA

Recebimento em 2019

Recebimento		Legado		PJe		Total
		Qnt.	%	Qnt.	%	
Casos Novos	Exceto eletrônicos	2.043	100,0%	2.043
	Eletrônicos	0	0,0%	138.023	100,0%	138.023
	Subtotal	2.043	1,5%	138.023	98,5%	140.066
(A) Recursos Internos		1.741	6,0%	27.395	94,0%	29.136
(B) Recebidos para novo julgamento		330	78,8%	89	21,2%	419
Total		4.114	2,4%	165.507	97,6%	169.621

Fonte: Sistema E-Gestão da CGJT, disponível em 04/02/2020.

Distribuição em 2019

Distribuição		Legado		PJe		Total
		Qnt.	%	Qnt.	%	
(A) Distribuídos	(A1) Ações Originárias	0	0,0%	3.751	100,0%	3.751
	(A2) Recursos	1.840	1,4%	134.354	98,6%	136.194
	(A3) Por vinculação	568	100,0%	568
	Subtotal	2.408	1,7%	138.105	98,3%	140.513
(B) Com distribuição cancelada		0	0
(C) Pendentes de distribuição		6	100,0%	6
(D) Redistribuídos		858	20,5%	3.319	79,5%	4.177

Fonte: Sistema E-Gestão da CGJT, disponível em 04/02/2020.

Solucionados em 2019

Processos solucionados		Legado		PJe		Total
		Qnt.	%	Qnt.	%	
(A) Sessão	(A1) Ações Originárias e Recursos	5.002	3,9%	122.779	96,1%	127.781
	(A2) Recursos Internos	1.469	6,9%	19.689	93,1%	21.158
	Subtotal (A)	6.471	4,3%	142.468	95,7%	148.939
(B) Decisão Monocrática	(B1) Ações Originárias e Recursos	38	0,3%	12.957	99,7%	12.995
	(B2) Recursos Internos	14	1,9%	729	98,1%	743
	Subtotal (B)	52	0,4%	13.686	99,6%	13.738
Total		6.523	4,0%	156.154	96,0%	162.677

Fonte: Sistema E-Gestão da CGJT, disponível em 04/02/2020.

Processos pendentes de julgamento em 2019

Processos pendentes de julgamento		Legado		PJe		Total
		Qnt.	%	Qnt.	%	
(A) Pendentes de julgamento	(A1) Ações Originárias e Recursos	872	1,1%	81.260	98,9%	82.132
	(A2) Recursos Internos	262	3,0%	8.528	97,0%	8.790
	Total (A)	1.134	1,2%	89.788	98,8%	90.922
(B) Processos com julgamento adiado		103	13,8%	645	86,2%	748
(C) Processos pendentes em diligência		100	30,0%	233	70,0%	333
(D) Processos incluídos em pauta e pendentes de julgamento		10	0,1%	7.213	99,9%	7.223

Fonte: Sistema E-Gestão da CGJT, disponível em 04/02/2020.

Baixados em 2019

Baixa de Processos		Legado		PJe		Total	
		Qnt.	%	Qnt.	%		
(A) Processos baixados	(A1) Arquivo definitivo	99	2,7%	3615	97,3%	3714	
	(A2) Exceto arquivo definitivo	6290	4,9%	121283	95,1%	127573	
	Subtotal	6389	4,9%	124898	95,1%	131287	
(B) Baixa por conversão de classe		8	0,2%	5034	99,8%	5042	
(C) Processos remetidos para outro Tribunal		0	0,0%	79	100,0%	79	
(D) Processos baixados sem decisão		1074	100,0%	1074	
Processos pendentes de baixa	(E) Quantidade	3867	2,6%	142878	97,4%	146745	
	Ajuste	(E1) Entrada	30	100,0%	N/I	..	30
		(E2) Saída	5	100,0%	N/I	..	5

Notas: .. não se aplica dado numérico. N/I quantidade não informada.

Fonte: Sistema E-Gestão da CGJT, disponível em 04/02/2020.

SÍNTESE DA MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL 2019

Recebidos			
Casos Novos	Recursos Internos	Para Novo Julgamento	Total
140.066	29.136	419	169.621

Distribuídos			
Ações Originárias	Recursos	Por Vinculação	Total
3.751	136.194	568	140.513

Solucionados			Pendentes de Julgamento
Em Sessão	Decisão Monocrática	Total	
148.939	13.738	162.677	90.922

Baixados	
131.287	

Pendentes de Baixa	
146.745	

Fonte: Sistema E-Gestão da CGJT, disponível em 04/02/2020.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO - CAMPINAS - SP
ESTATÍSTICA GLOBAL DE PROCESSOS NO SISTEMA E-GESTÃO DA CGJT
B-) MAGISTRADOS - RELATOR E REDATOR

(Art. 37 da Lei Complementar nº 35/79 - LOMAN)

ANO DE 2019 (Emitido em 23/01/2020)

Magistrados	RELATOR														Soluções				Lavratura de acordo			
	Recebidos		Conclusos		Distribuídos e pendentes de conclusão		Retirados		Pendentes		Pauta		Em Sessão		Recebidos		Lavrados					
	Por Distribuição	Por Redistribuição	Atos Originários e Recursos	Recursos Internos		Com visto / Com decisão monocrática	Outros	Em estudo	Prazo vencido	Prazo no MPT	Em diligência	Incluído em Pauta	Aguardando Pauta	Julgamento adido	Em Sessão	Decisões Monocráticas	Recebidos	Lavrados	Aguardando a lavratura	Prazo Vencido		
PRESIDENTE																						
GISELLA RODRIGUES MAGALHAES DE ARAUJO E MORAES	8	35	236	290	1	744	43	4	0	0	2	1674	27	17	1632	140	1643	1643	0	0		
VICE-PRESIDENTE ADMINISTRATIVO																						
ANA AMARYLIS VIVACQUA DE OLIVEIRA GULLA	37	54	391	228	1	1155	223	6	0	0	0	1917	50	2	1913	86	1917	1916	1	0		
VICE-PRESIDENTE JUDICIAL																						
TEREZA APARECIDA ASTA GEMIGNANI	110	145	696	142	12	1824	172	51	14	1	0	1682	67	3	1237	99	1421	1421	0	0		
CORREGEDOR REGIONAL																						
MANUEL SOARES FERREIRA CARRADITA	11	37	454	296	1	1242	120	1	0	0	7	1008	271	6	1092	67	1115	1062	0	0		
VICE-CORREGEDORA REGIONAL																						
MARIA MADALENA DE OLIVEIRA	24	57	878	112	1	2146	164	11	0	1	2	1273	859	44	1069	115	1234	1043	187	0		
DESEMBARGADORES FEDERAIS DO TRABALHO																						
ANA PAULA PELLEGRINA LOCKMANN	2575	50	3531	272	2	2566	1441	243	0	28	9	2530	291	34	2206	178	2340	2244	96	0		
ANTONIA REGINA TANCINI PESTANA	2615	67	3452	430	4	2535	1411	538	0	25	1	2692	405	3	2651	258	2664	2657	6	1		
ANTONIO FRANCISCO MONTANAGNA	2501	27	2749	476	5	2955	649	226	1	14	3	2869	344	11	2496	77	2538	2520	19	0		
CARLOS ALBERTO BOSCO	2549	57	2801	57	1	554	1987	1066	454	29	5	426	94	2	436	212	438	438	0	0		
CARLOS AUGUSTO ESCANFELLA (B)	1	0	1	0	0	0	7	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0		
CLAUDINEI ZAPATA MARQUES	2512	88	3294	532	0	2722	1182	6	1	32	0	3012	245	0	2937	100	2957	2957	0	0		
DAGOBERTO NISHINA DE AZEVEDO	2612	58	3579	1164	1	3867	1133	130	0	7	2034	22	5	1843	3374	1914	1914	0	0			
EDER SIVERS	2497	45	2714	627	6	3163	465	314	3	25	4	3315	204	12	3072	134	3132	3131	0	0		
EDISON DOS SANTOS PELEGRINI	2515	41	3141	371	18	2428	1127	43	0	23	2	2449	148	4	2395	124	2560	2562	0	0		
EDMUNDO FRAGA LOPES	2575	46	3326	224	14	2100	1160	224	0	23	2	1856	297	1	1686	152	1800	1800	0	0		
EDUARDO BENEDITO DE OLIVEIRA ZANELLA	2535	32	2949	215	10	1622	1730	438	0	31	0	2050	2	2	1991	96	2004	2004	0	0		
ELEONORA BORDINI COCA	2571	85	3384	288	0	2335	1514	1022	6	25	3	1771	500	1	1693	279	1775	1767	8	0		
ERODITE RIBEIRO DOS SANTOS	2526	91	3322	319	3	2067	1719	737	0	17	1	1993	211	2	1944	151	1954	1954	0	0		
FABIO ALLEGRETTI COOPER	2584	63	3077	337	4	2510	584	1462	380	45	6	1869	923	34	1909	327	1926	1923	3	0		
FABIO BUENO DE AGUIAR	100	5	169	2	9	22	41	110	0	26	1	0	18	0	0	3	0	0	0	0		
FABIO GRASSELLI	2537	33	3493	191	38	2886	1143	807	0	28	9	2500	579	12	2244	146	2513	2513	0	0		
FERNANDO DA SILVA BORGES	2493	34	2631	91	3	1248	678	855	0	21	4	979	251	1	960	67	969	969	0	0		
FLAVIO ALLEGRETTI DE CAMPOS COOPER (B)	0	1	1	0	1	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
FLAVIO NUNES CAMPOS (B)	0	3	4	0	0	1	3	0	0	0	0	1	0	0	1	0	1	1	0	0		
FRANCISCO ALBERTO DA MOTTA PEIXOTO GIORDANI	2497	34	2935	156	2	2455	1011	476	4	17	5	1837	1106	21	1346	133	1546	1335	210	1		
GERSON LACERDA PISTORI	2487	54	3082	180	3	1726	1339	230	0	24	9	1432	268	1	1389	44	1424	1429	1	0		
HELIO DANTAS LOBO JUNIOR	2548	50	3241	411	10	2473	1264	36	0	28	2	2705	246	2	2670	144	2681	2771	0	0		
HELENA ROSA MONACO DA SILVA LINS COELHO	2569	70	2715	0	0	205	2372	282	0	33	1	3	0	0	0	8	0	0	0	0		
HENRIQUE DAMIANO (B)	0	0	0	0	0	0	17	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
JOAO ALBERTO ALVES MACHADO	2498	47	3168	296	3	2392	1030	975	0	22	2	2022	451	1	1818	129	2080	2081	0	0		
JOAO BATISTA DA SILVA	2588	84	3442	384	1	2616	1568	973	0	32	3	1973	720	9	1927	297	1938	1938	0	0		
JOAO BATISTA MARTINS CESAR	2484	38	3632	503	4	3404	1334	282	0	35	12	3513	120	19	3341	169	3378	3399	1	0		
JORGE LUIZ COSTA (B)	411	2	465	15	0	47	1527	0	0	0	1	252	0	0	226	19	226	226	0	0		
JORGE LUIZ SOUTO MAIOR	2528	75	3538	427	2	2617	1685	875	0	36	8	2658	859	85	2529	131	2565	2558	22	0		
JOSE CARLOS ABILE	2597	112	3239	516	1	2824	1066	47	0	30	5	2967	417	0	2932	239	2965	3051	2	0		
JOSE OTAVIO DE SOUZA FERREIRA	2541	64	2857	487	1	2560	1280	45	0	20	1	2541	171	11	2327	92	2405	2404	0	0		
JOSE PEDRO DE CAMARGO RODRIGUES DE SOUZA	2724	53	3125	404	29	2179	1355	321	0	34	1	2395	124	0	2098	57	2207	2207	0	0		
JOSE PITAS (B)	2032	35	2279	216	4	1745	2438	2	0	3	6	1921	0	1	1878	86	1896	1895	0	1		
LARISSA CAROTTA MARTINS DA SILVA SCARABELLI	2568	131	3658	609	2	3712	959	73	0	39	4	3893	671	16	3693	286	3772	3777	0	0		
LORIVAL FERREIRA DOS SANTOS	2549	36	3110	163	4	2766	583	1319	0	21	20	2693	437	49	2447	146	2480	2479	1	0		
LUCIANE STOREL	2660	69	3393	274	2	1915	1841	533	0	51	6	1504	565	10	1401	119	1427	1427	0	0		
LUIS HENRIQUE RAFAEL	2510	51	3493	434	2	2899	1307	460	0	18	10	2844	208	15	2730	103	2765	2765	0	0		
LUIZ ANTONIO LAZARIM	2558	63	3428	286	4	2389	1346	570	0	29	5	2490	436	3	2359	115	2555	2557	6	0		
LUIZ FELIPE PAM DA LUZ BRUNO LOBO	2517	36	3568	416	9	3001	1095	539	0	30	7	2823	231	13	2708	140	2732	2732	0	0		
LUIZ JOSE DEZENA DA SILVA (C)	0	0	0	1	0	0	48	0	0	0	0	0	0	0	15	0	0	0	0	0		
LUIZ ROBERTO NUNES	2532	82	3300	477	2	2772	1045	13	0	35	3	2870	247	2	2763	140	2775	2775	0	0		
MANOEL CARLOS TOLEDO FILHO	2634	73	3643	130	3	2262	1810	981	0	39	6	1613	667	5	1479	238	1621	1621	0	0		
MARIA CECILIA FERNANDES ALVARES LEITE (B)	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
MARIA DA GRACA BONANCA BARBOSA	2097	59	3083	63	1	1181	998	978	0	26	0	534	581	8	518	112	520	520	0	0		
MARIA INES CORREA DE CERQUEIRA CESAR TARGA	2573	41	2772	470	35	3162	705	77	0	26	4	2911	540	4	2662	145	2889	2889	0	0		
OLGA AIDA JOAQUIM GOMIERI	2579	42	2846	356	31	2635	967	368	0	32	0	2588	297	1	2422	119	2435	2437	0	0		
ORLANDO AMANCIO TAVEIRA	499	27	2326	120	4	1896	305	274	0	43	1	829	1217	4	963	52	964	1006	0	0		
RENAN RAVEL RODRIGUES FAGUNDES	2534	49	3420	153	16	2114	1727	500	1	16	3	1259	1159	3	1241	108	1252	1254	2	0		
RICARDO ANTONIO DE PLATO	2572	58	3750	435	45	3437	944	258	0	32	18	2630	949	4	3004	164	3036	3036	0	0		
RICARDO REGIS LARAIA	2580	56	3775	491	7	3803	1147	1236	0	56	7	3121	378	9	3050	280	3207	3208	0	0		
RITA DE CASSIA PENKAL BERNARDINO DE SOUZA	2551	61	2926	346	1	2642	1057	500	0	22	1	2446	575	2	2263	276	2410	2410	3	0		
ROBERTO NOBREGA DE ALMEIDA FILHO	2606	61	2721	46	8	1043	1866	899	0	22	4	369	617	1	261	49	263	263	0	0		
ROSEMEIRE UEHARA TANAKA	2517	64	2724	299	3	2341	822	146	1	25	5	2084	639	10	1987	189	2000	2023	0	0		
SAMUEL HUGO LIMA	2502	61	3121	145	0	1495	1224	628	0	33	8	1337	144	14	985	81	987	987	0	0		
SUSANA GRACIELA SANTISSO	2520	29	2757	21	10	491	2300	154	0	18	4	522	0	0	406	26	409	409	0	0		
THELMA HELENA MONTEIRO DE TOLEDO VIEIRA	2557	86	3284	301	2	2285	1625	917	9	27	5	2260	121	13	2144	160	2230	2229	2	0		
THOMAS MALM	2483	66	2777	366	14	2264	643	884	0	26	1	2196	244	2	2068	113	2091	2091	0	0		
WILTON BORBA CANICOBA	2504	51	2803	462	2	2701	633	65	1	22	3	3004	172	4	2759	111	2930	2930	0	0		

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO - CAMPINAS - SP
 ESTATÍSTICA GLOBAL DE PROCESSOS NO SISTEMA E-GESTÃO DA CGJT

B-) MAGISTRADOS - REVISOR E VISTOR

(Art. 37 da Lei Complementar nº 35/79 - LOMAN)

ANO DE 2019 (Emitido em 23/01/2020)

Magistrados	REVISOR					VISTOR			
	Conclusos	Restituídos		Em estudo		Conclusos	Restituídos	Em estudo	
		Com visto	Outros	No prazo	Prazo vencido			No prazo	Prazo vencido
PRESIDENTE									
GISELA RODRIGUES MAGALHAES DE ARAUJO E MORAES	0	0	0	0	0	0	1	0	0
VICE-PRESIDENTE ADMINISTRATIVO									
ANA AMARYLIS VIVACQUA DE OLIVEIRA GULLA	0	0	0	0	0	0	0	0	0
VICE-PRESIDENTE JUDICIAL									
TEREZA APARECIDA ASTA GEMIGNANI	0	0	0	0	0	0	0	0	0
CORREGEDOR REGIONAL									
MANUEL SOARES FERREIRA CARRADITA	0	0	0	0	0	0	0	0	0
VICE-CORREGEDORA REGIONAL									
MARIA MADALENA DE OLIVEIRA	0	0	0	0	0	0	0	0	0
DESEMBARGADORES FEDERAIS DO TRABALHO									
ANA PAULA PELLEGRINA LOCKMANN	0	0	0	0	0	2	2	0	0
CARLOS ALBERTO BOSCO	0	0	0	0	0	1	1	0	0
ELEONORA BORDINI COCA	0	0	0	0	0	5	4	0	0
ERODITE RIBEIRO DOS SANTOS	0	0	0	0	0	1	1	0	0
FABIO ALLEGRETTI COOPER	0	0	0	0	0	4	0	2	2
JOAO ALBERTO ALVES MACHADO	0	0	0	0	0	2	1	0	1
JOAO BATISTA DA SILVA	0	0	0	0	0	1	1	0	0
JOAO BATISTA MARTINS CESAR	0	0	0	0	0	4	4	0	0
JORGE LUIZ SOUTO MAIOR	0	0	0	0	0	4	4	0	0
JOSE CARLOS ABILE	0	0	0	0	0	1	1	0	0
JOSE OTAVIO DE SOUZA FERREIRA	0	0	0	0	0	3	3	0	0
LORIVAL FERREIRA DOS SANTOS	0	0	0	0	0	1	1	0	0
LUCIANE STOREL	0	0	0	0	0	3	3	0	0
LUIS HENRIQUE RAFAEL	0	0	0	0	0	2	1	1	0
LUIZ FELIPE PAIM DA LUZ BRUNO LOBO	0	0	0	0	0	8	4	0	0
MANOEL CARLOS TOLEDO FILHO	0	0	0	0	0	1	1	0	0
OLGA AIDA JOAQUIM GOMIERI	0	0	0	0	0	2	1	0	0
RENAN RAVEL RODRIGUES FAGUNDES	0	0	0	0	0	1	0	0	1
RICARDO ANTONIO DE PLATO	0	0	0	0	0	1	1	0	0
RITA DE CASSIA PENKAL BERNARDINO DE SOUZA	0	0	0	0	0	5	2	0	0
ROBERTO NOBREGA DE ALMEIDA FILHO	0	0	0	0	0	1	1	0	0
SAMUEL HUGO LIMA	0	0	0	0	0	6	6	0	0
THELMA HELENA MONTEIRO DE TOLEDO VIEIRA	0	0	0	0	0	1	1	0	0
WILTON BORBA CANICOBA	0	0	0	0	0	4	4	1	0
JUIZES DO TRABALHO									
ADRIENE SIDNEI DE MOURA DAVID+5151:59	0	0	0	0	0	2	2	0	0
ALEXANDRE VIEIRA DOS ANJOS	0	0	0	0	0	1	1	0	0
HELIO GRASSELLI	0	0	0	0	0	1	1	0	0
MARCELO MAGALHAES RUFINO	0	0	0	0	0	3	3	0	0
MARCUS MENEZES BARBERINO MENDES	0	0	0	0	0	2	2	0	0
OSEAS PEREIRA LOPES JUNIOR	0	0	0	0	0	1	0	0	1
PATRICIA GLUGOVSKIS PENNA MARTINS	0	0	0	0	0	1	1	0	0
REGIANE CECILIA LIZI	0	0	0	0	0	1	0	0	1
ROBSON ADILSON DE MORAES	0	0	0	0	0	1	1	0	0
TARCIO JOSE VIDOTTI	0	0	0	0	0	1	1	0	0
Total	0	0	0	0	0	78	61	4	6

Fonte: Sistema E-Gestão da CGJT, disponível em 23/01/2020.

2.10.2 PRIMEIRA INSTÂNCIA

Fase de Conhecimento

Casos Novos

Casos Novos	Legado		PJe		Total
	Quantidade	%	Quantidade	%	
(A) Por Distribuição	0	0	242.103	100	242.103
(B) Por Redistribuição	0	0	5.982	100	5.982
Total	0	0	248.085	100	248.085
(C) Com Tramitação Preferencial	0	0	119.930	100	119.930

Nota: 1) Processos com tramitação preferencial são destaques do Total.

Fonte: Sistema E-Gestão da CGJT, disponível em 06/02/2020.

Processos recebidos para novo julgamento

Sentença Reformada/Anulada/Revogada	Legado		PJe		Total
	Quantidade	%	Quantidade	%	
(A) Pela Instância Superior	15	4,7	304	95,3	319
(B) Pelo Próprio Juízo	1	50	1	50	2
Subtotal	16	0,61	305	11,72	321
(C) Sentença Anulada pela Instância Superior	151	12,44	1.063	87,56	1.214
(D) Sentença Revogada pelo Próprio Juízo	10	0,94	1.058	99,06	1.068
Total	177	6,80	2.426	93,20	2.603

Fonte: Sistema E-Gestão da CGJT, disponível em 06/02/2020.

Total de Processos Recebidos

Processos Recebidos	Legado		PJe		Total
	Quantidade	%	Quantidade	%	
Total	177	0,1	250.511	99,9	250.688

Fonte: Sistema E-Gestão da CGJT, disponível em 06/02/2020.

Conhecimento

Solucionados com Exame de Mérito

Processos Solucionados com Exame de Mérito	Legado		PJe		Total
	Quantidade	%	Quantidade	%	
(A) Conciliações	105	0,09	114.804	99,91	114909
(B) Julgados Procedente	18	0,09	20.436	99,91	20454
(C) Julgados Procedente em Parte	1.032	0,96	107.015	99,04	108047
(D) Julgados Improcedente	296	1,08	27.132	98,92	27428
(E) Extintos	6	0,44	1.368	99,56	1374
(F) Outras Decisões	0	0	9	100	9
Total	1.457	0,54	270.764	99,46	272.221

Fonte: Sistema E-Gestão da CGJT, disponível em 06/02/2020.

Solucionados sem Exame de Mérito

Processos Solucionados sem Exame de Mérito	Legado		PJe		Total
	Quantidade	%	Quantidade	%	
(A) Extintos	18	0,17	10.344	99,83	10.362
(B) Arquivamento	2	0,02	11.436	99,98	11.438
(C) Desistências	1	0,01	6.726	99,99	6.727
(D) Outras Decisões	10	0,26	3.807	99,74	3.817
Total	31	0,1	32.313	99,9	32.344

Fonte: Sistema E-Gestão da CGJT, disponível em 06/02/2020.

Total de Processos Solucionados

Processos Solucionados	Legado		PJe		Total
	Quantidade	%	Quantidade	%	
Total	1.488	0,5	303.077	99,5	304.565

Fonte: Sistema E-Gestão da CGJT, disponível em 06/02/2020.

Conhecimento

Pendentes de Solução em 31/Dez/2019

2.6. Processos Pendentes de Solução	Legado		PJe		Total
	Quantidade	%	Quantidade	%	
(A) Aguardando 1ª Sessão de Audiência	10	0,01	84.332	99,99	84.342
(B) Aguardando o Encerramento da Instrução	14	0,02	74.061	99,98	74.075
(C) Instrução Encerrada Aguardando a Prolação de Sentença	12	0,07	17.272	99,93	17.284
Total	36	0,02	175.665	99,98	175.701

Fonte: Sistema E-Gestão da CGJT, disponível em 06/02/2020.

Fase de Liquidação

Liquidações Iniciadas	Legado		PJe		Total
	Quantidade	%	Quantidade	%	
(A) Casos Novos	79	0,07	108.428	99,93	108.507
(B) Recebidos de outros órgãos para liquidação	0	0	24	100	24
(C) Desarquivadas para prosseguimento da liquidação	0	0	4.639	100	4.639
Total	79	0,07	113.091	99,93	113.170

Fonte: Sistema E-Gestão da CGJT, disponível em 03/02/2020.

Liquidação Finalizada		Legado		PJe		Total
		Quantidade	%	Quantidade	%	
(A) Liquidação Encerrada	(A.1) Decisão/Apensamento	272	0,21	132.378	99,79	132.650
	(A.2) Acordo	20	0,15	13.685	99,85	13.705
	Subtotal	292	0,2	146.063	99,8	146.355
(B) Processos Arquivados Provisoriamente		0	0	1.844	100	1.844
Total		292	0,2	147.907	99,8	148.199

Fonte: Sistema E-Gestão da CGJT, disponível em 03/02/2020.

Processos Pendentes de Liquidação		Legado		PJe		Total
		Quantidade	%	Quantidade	%	
(A) Processos com liquidação de sentença pendente		340	3,77	8.671	96,23	9.011

Fonte: Sistema E-Gestão da CGJT, disponível em 03/02/2020.

Fase de Execução

Execuções Iniciadas		Legado		PJe		Total
		Quantidade	%	Quantidade	%	
(A) Processos com Execução Iniciada	(A.1) Exclusivamente Crédito Previdenciário	15	39,47	23	60,53	38
	Outras	549	0,54	100.480	99,46	101.029
	Subtotal	564	0,56	100.503	99,44	101.067
(B) Processos Desarquivados para Prosseguimento da Execução		994	21,61	3.605	78,39	4.599
Total		1.558	1,47	104.108	98,53	105.666
(C) Processos Recebidos de Outros Órgãos para Execução		1	1,45	68	98,55	69

Nota: Processos Recebidos de Outros Órgãos para Execução são destaques dos Processos com Execução Iniciada.

Fonte: Sistema E-Gestão da CGJT, disponível em 06/02/2020.

Execuções Encerradas ou Arquivadas Provisoriamente		Legado		PJe		Total
		Quantidade	%	Quantidade	%	
(A) Execuções Encerradas	Extintas - Acordo	35	0,58	5.957	99,42	5.992
	Extintas - Pagamento	576	4,08	13.550	95,92	14.126
	Extintas - Outras	842	1,31	63.349	98,69	81.366
	Subtotal	1.453	1,43	100.031	98,57	101.484
(B) Processos arquivados provisoriamente		14	0,14	9.917	99,86	9.931

Observação: O item Execução Encerrada - Apensamentos não possui processos associados porque é calculado pelo Sistema e-Gestão.

Fonte: Sistema E-Gestão da CGJT, disponível em 06/02/2020.

Processos Pendentes de Execução		Legado		PJe		Total
		Quantidade	%	Quantidade	%	
(A) Exclusivamente de Crédito Previdenciário		11	3,28	324	96,72	335
Outros		999	0,5	197.875	99,5	198.874
(B) Total		1.010	0,51	198.199	99,49	199.209
(C) Processos Suspensos por Execução Frustrada		63	0,78	7.976	99,22	8.039

Nota: Os Processos Suspensos por Execução Frustrada são destaque do Total de Processos Pendentes de Execução.

Fonte: Sistema E-Gestão da CGJT, disponível em 06/02/2020.

Fase de Conhecimento

Movimentação Processual por Vara do Trabalho da 15ª Região – Campinas/SP

Período de Referência de 01/01/2019 a 31/12/2019

Vara do Trabalho	Data da Última Remessa	Recebidos (Itens 26, 27, 29, 30, 31, 32, 90026, 90027, 90029, 90030, 90031 e 90032)	Solucionados (Itens 39, 40, 41, 42, 43, 44, 46, 47, 48, 49, 90039, 90040, 90041, 90042, 90043, 90044, 90046, 90047, 90048 e 90049)	Finalizados (Item 56 e 90056)	Pendentes de Finalização (Itens 342 e 90342)		
					Pendentes de Solução (Itens 60, 61, 62, 90060, 90061 e 90062)	Outros	Total
Adamantina - 01a Vara	9/1/2020	872	1.001	1.279	244	851	1.095
Americana - 01a Vara	9/1/2020	2.376	2.881	2.621	1.831	2.829	4.660
Americana - 02a Vara	9/1/2020	2.423	2.589	2.505	1.643	2.459	4.102
Amparo - 01a Vara	9/1/2020	1.752	1.746	1.690	963	1.563	2.526
Andradina - 01a Vara	9/1/2020	1.781	2.610	2.479	1.666	2.685	4.351
Aparecida - 01a Vara	9/1/2020	765	892	970	107	551	658
Araçatuba - 01a Vara	9/1/2020	954	932	962	268	848	1.116
Araçatuba - 02a Vara	9/1/2020	954	1.103	940	443	1.140	1.583
Araçatuba - 03a Vara	9/1/2020	969	1.083	969	528	1.146	1.674
Araraquara - 01a Vara	9/1/2020	1.444	2.082	1.868	689	1.775	2.464
Araraquara - 02a Vara	9/1/2020	1.498	1.810	1.923	498	1.956	2.454
Araraquara - 03a Vara	9/1/2020	1.456	1.595	1.850	907	1.685	2.592
Araras - 01a Vara	9/1/2020	1.526	1.681	1.715	816	1.371	2.187
Assis - 01a Vara	9/1/2020	1.235	1.436	1.554	644	1.200	1.844
Assis - 02a Vara	9/1/2020	1.250	1.508	1.504	698	1.612	2.310
Atibaia - 01a Vara	9/1/2020	1.946	2.701	2.999	1.837	2.196	4.033
Avaré - 01a Vara	9/1/2020	1.678	1.443	1.962	489	1.891	2.380
Barretos - 01a Vara	9/1/2020	2.019	2.774	2.657	2.211	2.841	5.052
Batatais - 01a Vara	9/1/2020	1.451	1.582	1.538	300	1.239	1.539
Bauru - 01a Vara	9/1/2020	1.518	1.722	1.760	997	1.356	2.353
Bauru - 02a Vara	9/1/2020	1.536	1.742	1.743	676	1.102	1.778
Bauru - 03a Vara	9/1/2020	1.498	1.674	1.969	730	1.262	1.992
Bauru - 04a Vara	9/1/2020	1.561	1.791	1.904	1.124	1.192	2.316
Bebedouro - 01a Vara	9/1/2020	1.836	2.314	1.828	1.791	2.084	3.875
Birigui - 01a Vara	9/1/2020	2.098	1.929	1.994	523	1.051	1.574
Botucatu - 01a Vara	9/1/2020	1.989	2.372	2.581	1.474	2.269	3.743
Bragança Paulista - 01a Vara	9/1/2020	1.928	2.081	2.091	860	1.758	2.618
Caçapava - 01a Vara	9/1/2020	1.191	1.553	1.218	798	1.654	2.452
Cajuru - 01a Vara	9/1/2020	756	922	905	316	675	991
Campinas - 01a Vara	9/1/2020	1.766	2.260	2.023	2.257	1.678	3.935
Campinas - 02a Vara	9/1/2020	1.757	1.983	1.720	2.103	1.836	3.939
Campinas - 03a Vara	9/1/2020	1.730	2.125	1.876	1.887	1.892	3.779
Campinas - 04a Vara	9/1/2020	1.710	2.423	2.280	1.674	2.044	3.718
Campinas - 05a Vara	9/1/2020	1.737	2.347	2.034	1.743	2.230	3.973

Vara do Trabalho	Data da Última Remessa	Recebidos (itens 26, 27, 29, 30, 31, 32, 90026, 90027, 90029, 90030, 90031 e 90032)	Solucionados (itens 39, 40, 41, 42, 43, 44, 46, 47, 48, 49, 90039, 90040, 90041, 90042, 90043, 90044, 90046, 90047, 90048 e 90049)	Finalizados (item 56 e 90056)	Pendentes de Finalização (itens 342 e 90342)		
					Pendentes de Solução (itens 60, 61, 62, 90060, 90061 e 90062)	Outros	Total
Campinas - 06a Vara	9/1/2020	1.756	2.352	2.042	1.137	2.566	3.703
Campinas - 07a Vara	9/1/2020	1.702	2.354	2.074	1.831	2.194	4.025
Campinas - 08a Vara	9/1/2020	1.732	2.499	2.054	2.143	2.156	4.299
Campinas - 09a Vara	9/1/2020	1.739	2.401	2.078	1.746	2.235	3.981
Campinas - 10a Vara	9/1/2020	1.734	2.222	2.115	1.535	2.244	3.779
Campinas - 11a Vara	9/1/2020	1.720	2.152	1.933	1.370	2.058	3.428
Campinas - 12a Vara	9/1/2020	1.725	2.459	2.027	1.596	2.003	3.599
Campo Limpo Paulista - 01a Vara	9/1/2020	1.637	1.713	1.924	980	1.377	2.357
Capão Bonito - 01a Vara	9/1/2020	1.476	1.508	1.335	366	1.342	1.708
Capivari - 01a Vara	9/1/2020	2.439	2.905	2.991	758	2.490	3.248
Caraguatatuba - 01a Vara	9/1/2020	1.182	1.351	1.325	500	1.429	1.929
Catanduva - 01a Vara	9/1/2020	2.099	2.157	2.012	1.606	1.580	3.186
Catanduva - 02a Vara	9/1/2020	2.062	2.225	2.072	1.023	2.044	3.067
Cravinhos - 01a Vara	9/1/2020	1.262	1.302	1.178	298	1.188	1.486
Cruzeiro - 01a Vara	9/1/2020	2.220	2.197	3.441	697	2.313	3.010
Dracena - 01a Vara	9/1/2020	893	986	1.000	180	803	983
Fernandópolis - 01a Vara	9/1/2020	1.823	1.864	1.910	186	1.394	1.580
Franca - 01a Vara	9/1/2020	2.467	3.118	3.465	1.211	2.451	3.662
Franca - 02a Vara	9/1/2020	2.481	2.973	3.253	879	2.496	3.375
Garça - 01a Vara	9/1/2020	775	837	785	146	564	710
Guaratinguetá - 01a Vara	9/1/2020	2.534	2.693	2.431	541	1.865	2.406
Hortolândia - 01a Vara	9/1/2020	1.521	2.037	1.709	2.161	2.054	4.215
Indaiatuba - 01a Vara	9/1/2020	2.444	3.495	3.538	1.939	2.667	4.606
Itanhaém - 01a Vara	9/1/2020	1.708	2.769	2.725	879	2.282	3.161
Itapetininga - 01a Vara	9/1/2020	1.446	1.646	1.667	945	1.434	2.379
Itapeva - 01a Vara	9/1/2020	946	996	953	198	724	922
Itapira - 01a Vara	9/1/2020	1.507	1.650	1.503	454	1.071	1.525
Itápolis - 01a Vara	9/1/2020	1.615	2.989	2.386	854	2.231	3.085
Itararé - 01a Vara	9/1/2020	661	639	604	190	498	688
Itatiba - 01a Vara	9/1/2020	1.748	2.072	1.988	580	1.978	2.558
Itu - 01a Vara	9/1/2020	2.507	2.867	2.579	2.023	1.731	3.754
Ituverava - 01a Vara	9/1/2020	1.307	1.330	1.601	601	1.230	1.831
Jaboticabal - 01a Vara	9/1/2020	1.180	1.786	1.628	468	1.713	2.181
Jaboticabal - 02a Vara	9/1/2020	1.133	1.586	1.566	935	1.468	2.403
Jacareí - 01a Vara	9/1/2020	1.196	1.486	1.430	525	1.272	1.797
Jacareí - 02a Vara	9/1/2020	1.232	1.320	1.303	363	1.052	1.415
Jales - 01a Vara	9/1/2020	1.041	1.309	1.311	262	866	1.128

Vara do Trabalho	Data da Última Remessa	Recebidos (itens 26, 27, 29, 30, 31, 32, 90026, 90027, 90029, 90030, 90031 e 90032)	Solucionados (itens 39, 40, 41, 42, 43, 44, 46, 47, 48, 49, 90039, 90040, 90041, 90042, 90043, 90044, 90046, 90047, 90048 e 90049)	Finalizados (item 56 e 90056)	Pendentes de Finalização (itens 342 e 90342)		
					Pendentes de Solução (itens 60, 61, 62, 90060, 90061 e 90062)	Outros	Total
Jaú - 01a Vara	9/1/2020	2.040	2.170	2.142	1.421	1.883	3.304
Jaú - 02a Vara	9/1/2020	1.982	2.550	2.091	1.248	2.049	3.297
José Bonifácio - 01a Vara	9/1/2020	1.922	2.185	2.039	716	1.631	2.347
Jundiaí - 01a Vara	9/1/2020	2.305	3.234	2.644	1.694	2.723	4.417
Jundiaí - 02a Vara	9/1/2020	2.299	3.593	3.256	3.784	3.652	7.436
Jundiaí - 03a Vara	9/1/2020	2.291	3.711	4.614	3.293	2.786	6.079
Jundiaí - 04a Vara	9/1/2020	2.274	3.552	3.102	2.051	3.020	5.071
Leme - 01a Vara	9/1/2020	1.693	1.461	1.550	1.049	942	1.991
Lençóis Paulista - 01a Vara	9/1/2020	728	657	659	204	540	744
Lençóis Paulista - 02a Vara	9/1/2020	750	661	638	245	554	799
Limeira - 01a Vara	13/1/2020	1.643	1.776	2.270	1.639	1.892	3.531
Limeira - 02a Vara	9/1/2020	1.634	1.965	1.835	807	1.529	2.336
Lins - 01a Vara	9/1/2020	2.049	3.207	2.864	2.203	3.535	5.738
Lorena - 01a Vara	9/1/2020	1.515	1.288	1.496	540	1.044	1.584
Marília - 01a Vara	9/1/2020	1.490	1.817	1.999	844	1.597	2.441
Marília - 02a Vara	9/1/2020	1.486	1.652	1.744	1.269	1.813	3.082
Matão - 01a Vara	9/1/2020	1.556	1.804	1.726	681	1.232	1.913
Mococa - 01a Vara	9/1/2020	1.155	1.249	1.485	455	1.063	1.518
Mogi Guaçu - 01a Vara	9/1/2020	1.731	3.214	2.912	2.049	3.633	5.682
Moji-Mirim - 01a Vara	9/1/2020	2.016	2.016	2.174	964	2.244	3.208
Olímpia - 01a Vara	9/1/2020	1.073	1.360	1.310	711	1.001	1.712
Orlândia - 01a Vara	9/1/2020	1.616	1.478	1.527	623	1.792	2.415
Ourinhos - 01a Vara	9/1/2020	1.633	1.752	1.723	407	1.096	1.503
Paulínia - 01a Vara	9/1/2020	1.381	1.773	1.496	1.639	1.917	3.556
Paulínia - 02a Vara	9/1/2020	1.338	1.425	1.237	1.076	1.763	2.839
Pedemeiras - 01a Vara	9/1/2020	1.062	1.493	1.178	311	1.265	1.576
Penápolis - 01a Vara	9/1/2020	1.827	1.910	1.891	712	1.670	2.382
Piedade - 01a Vara	9/1/2020	757	749	739	244	623	867
Pindamonhangaba - 01a Vara	9/1/2020	2.638	3.225	2.736	1.345	3.038	4.383
Piracicaba - 01a Vara	9/1/2020	2.181	2.548	2.111	2.283	3.409	5.692
Piracicaba - 02a Vara	9/1/2020	2.260	2.905	2.225	1.055	2.665	3.720
Piracicaba - 03a Vara	9/1/2020	2.135	2.363	1.997	1.369	2.447	3.816
Pirassununga - 01a Vara	9/1/2020	1.510	1.770	2.137	402	1.727	2.129
Porto Ferreira - 01a Vara	9/1/2020	1.874	1.913	1.848	369	1.166	1.535
Presidente Prudente - 01a Vara	9/1/2020	1.700	1.997	1.669	1.709	1.870	3.579
Presidente Prudente - 02a Vara	9/1/2020	1.724	2.164	2.084	1.076	2.119	3.195
Presidente Venceslau - 01a Vara	9/1/2020	672	718	909	246	780	1.026

Vara do Trabalho	Data da Última Remessa	Recebidos (itens 26, 27, 29, 30, 31, 32, 90026, 90027, 90029, 90030, 90031 e 90032)	Solucionados (itens 39, 40, 41, 42, 43, 44, 46, 47, 48, 49, 90039, 90040, 90041, 90042, 90043, 90044, 90046, 90047, 90048 e 90049)	Finalizados (item 56 e 90056)	Pendentes de Finalização (itens 342 e 90342)		
					Pendentes de Solução (itens 60, 61, 62, 90060, 90061 e 90062)	Outros	Total
Rancharia - 01a Vara	9/1/2020	935	604	584	382	562	944
Registro - 01a Vara	9/1/2020	3.149	2.906	2.950	1.697	1.708	3.405
Ribeirão Preto - 01a Vara	9/1/2020	1.684	2.067	1.948	995	2.506	3.501
Ribeirão Preto - 02a Vara	9/1/2020	1.744	2.134	1.996	1.545	2.470	4.015
Ribeirão Preto - 03a Vara	9/1/2020	1.728	1.793	1.794	976	2.285	3.261
Ribeirão Preto - 04a Vara	9/1/2020	1.697	2.707	2.295	953	2.778	3.731
Ribeirão Preto - 05a Vara	9/1/2020	1.707	2.030	2.228	708	2.296	3.004
Ribeirão Preto - 06a Vara	9/1/2020	1.753	2.261	2.419	1.322	2.165	3.487
Rio Claro - 01a Vara	9/1/2020	2.426	2.795	3.313	2.028	2.771	4.799
Salto - 01a Vara	9/1/2020	2.217	1.834	1.757	1.197	1.850	3.047
Santa Bárbara d'Oeste - 01a Vara	9/1/2020	2.067	2.293	2.195	1.328	1.641	2.969
Santa Cruz do Rio Pardo - 01a Vara	9/1/2020	1.141	1.301	1.358	271	969	1.240
São Carlos - 01a Vara	9/1/2020	1.639	2.702	2.493	1.636	2.071	3.707
São Carlos - 02a Vara	9/1/2020	1.634	2.003	1.998	1.028	1.587	2.615
São João da Boa Vista - 01a Vara	9/1/2020	1.871	2.204	1.977	1.520	2.148	3.668
São Joaquim da Barra - 01a Vara	9/1/2020	1.928	2.015	2.100	390	1.757	2.147
São José do Rio Pardo - 01a Vara	9/1/2020	1.036	960	849	357	680	1.037
São José do Rio Preto - 01a Vara	9/1/2020	1.938	2.399	2.351	1.622	2.050	3.672
São José do Rio Preto - 02a Vara	9/1/2020	1.602	2.166	2.101	1.320	1.938	3.258
São José do Rio Preto - 03a Vara	9/1/2020	1.970	2.530	2.190	2.249	2.113	4.362
São José do Rio Preto - 04a Vara	9/1/2020	1.985	2.272	2.253	2.299	2.312	4.611
São José dos Campos - 01a Vara	9/1/2020	1.726	2.279	2.082	1.409	2.117	3.526
São José dos Campos - 02a Vara	9/1/2020	1.699	2.615	2.047	1.238	2.921	4.159
São José dos Campos - 03a Vara	9/1/2020	1.664	2.277	2.125	1.754	2.354	4.108
São José dos Campos - 04a Vara	9/1/2020	1.711	2.550	2.137	1.960	2.830	4.790
São José dos Campos - 05a Vara	9/1/2020	1.661	2.091	2.055	1.224	2.523	3.747
São Roque - 01a Vara	9/1/2020	1.415	1.674	2.108	2.231	1.914	4.145
São Sebastião - 01a Vara	9/1/2020	1.351	1.461	1.697	533	1.512	2.045
Sertãozinho - 01a Vara	9/1/2020	1.227	2.199	1.873	1.037	2.098	3.135
Sertãozinho - 02a Vara	9/1/2020	1.223	2.185	1.402	973	2.578	3.551
Sorocaba - 01a Vara	9/1/2020	1.947	2.683	2.726	2.111	2.544	4.655
Sorocaba - 02a Vara	9/1/2020	1.936	2.322	2.220	2.275	1.975	4.250
Sorocaba - 03a Vara	9/1/2020	1.986	2.668	3.273	2.863	2.603	5.466
Sorocaba - 04a Vara	9/1/2020	1.969	3.065	2.828	3.915	2.796	6.711
Sumaré - 01a Vara	9/1/2020	2.072	2.719	2.358	3.161	2.819	5.980
Tanabi - 01a Vara	9/1/2020	1.091	1.132	1.281	247	931	1.178
Taquaritinga - 01a Vara	9/1/2020	1.059	968	1.050	309	775	1.084

Vara do Trabalho	Data da Última Remessa	Recebidos (Itens 26, 27, 29, 30, 31, 32, 90026, 90027, 90029, 90030, 90031 e 90032)	Solucionados (Itens 39, 40, 41, 42, 43, 44, 46, 47, 48, 49, 90039, 90040, 90041, 90042, 90043, 90044, 90046, 90047, 90048 e 90049)	Finalizados (Item 56 e 90056)	Pendentes de Finalização (Itens 342 e 90342)		
					Pendentes de Solução (Itens 60, 61, 62, 90060, 90061 e 90062)	Outros	Total
Tatuí - 01a Vara	9/1/2020	1.618	2.291	2.181	1.531	1.387	2.918
Taubaté - 01a Vara	9/1/2020	1.892	2.222	2.365	2.075	2.779	4.854
Taubaté - 02a Vara	9/1/2020	1.849	2.365	2.414	2.086	2.880	4.966
Teodoro Sampaio - 01a Vara	9/1/2020	491	559	689	141	629	770
Tietê - 01a Vara	9/1/2020	2.044	2.343	1.920	2.649	2.360	5.009
Tupã - 01a Vara	9/1/2020	895	920	842	210	846	1.056
Ubatuba - 01a Vara	9/1/2020	639	833	885	163	573	736
Votuporanga - 01a Vara	9/1/2020	2.122	1.931	2.131	1.209	1.412	2.621
Total		250.688	304.565	295.742	175.701	277.507	453.208

Legenda dos Itens do Sistema E-gestão:

Itens 26 e 90026 - Casos novos recebidos por distribuição

Itens 27 e 90027 - Casos novos recebidos por redistribuição

Itens 29 e 90029 - Processos recebidos com sentença reformada pela instância superior

Itens 30 e 90030 - Processos recebidos com sentença reformada pelo próprio juízo

Itens 31 e 90031 - Processos recebidos com sentença anulada pela instância superior

Itens 32 e 90032 - Processos recebidos com sentença anulada pelo próprio juízo

Itens 39 e 90039 - Conciliações

Itens 40 e 90040 - Julgados Procedente

Itens 41 e 90041 - Julgados Procedente em parte

Itens 42 e 90042 - Julgados Improcedente

Itens 43 e 90043 - Extintos com resolução de mérito

Itens 44 e 90044 - Outras decisões com resolução de mérito

Itens 46 e 90046 - Extintos sem resolução de mérito

Itens 47 e 90047 - Arquivamento

Itens 48 e 90048 - Desistência

Itens 49 e 90049 - Outras decisões sem resolução de mérito

Itens 60 e 90060 - Processos aguardando a 1ª Sessão de Audiência

Itens 61 e 90061 - Processos aguardando o encerramento da Instrução

Itens 62 e 90062 - Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença

Itens 56 e 90056 - Processos finalizados - fase de conhecimento

Itens 342 e 90342 - Processos pendentes de finalização - fase de conhecimento

Fonte: Sistema E-Gestão da CGJT, disponível em 20/01/2020.

Fase de Liquidação
Movimentação Processual por Vara do Trabalho da 15ª Região – Campinas/SP

Período de Referência de 01/01/2019 a 31/12/2019

Vara do Trabalho	Liquidação Iniciada (Itens 73 e 90073)	Recebidos de Outros Órgãos para Liquidação (Itens 343 e 90343)	Desarquivados para Prosseguimento da Liquidação (Itens 317 e 90317)	Liquidações Encerradas (Itens 319 e 90319)	Remetidos a Outros Órgãos para Liquidação (Itens 372 e 90372)	Remetidos ao Arquivo Provisório (Itens 76 e 90076)	Pendentes		
							Em Liquidação (Itens 78, 79, 80, 90078, 90079 e 90080)	No Arquivo Provisório (Itens 327 e 90327)	Total
Adamantina - 01a Vara	669	0	0	984	0	0	9	0	9
Americana - 01a Vara	1.163	0	93	1.033	0	0	24	0	24
Americana - 02a Vara	1.063	0	195	1.426	0	1	30	0	30
Amparo - 01a Vara	643	0	6	852	0	0	18	0	18
Andradina - 01a Vara	1.003	0	69	2.013	0	1	54	1	55
Aparecida - 01a Vara	332	0	3	388	0	1	4	1	5
Araçatuba - 01a Vara	373	0	2	411	0	0	6	0	6
Araçatuba - 02a Vara	336	0	16	414	0	0	2	0	2
Araçatuba - 03a Vara	385	0	21	370	0	0	7	0	7
Araraquara - 01a Vara	785	0	32	1.078	0	3	17	0	17
Araraquara - 02a Vara	895	1	71	1.018	2	1	31	0	31
Araraquara - 03a Vara	809	2	5	1.038	1	5	32	0	32
Araras - 01a Vara	660	0	16	848	0	0	25	0	25
Assis - 01a Vara	612	0	3	875	0	1	19	0	19
Assis - 02a Vara	464	1	28	1.019	0	94	89	90	179
Atibaia - 01a Vara	989	0	76	2.573	0	67	121	28	149
Avaré - 01a Vara	813	0	260	965	0	288	32	206	238
Barretos - 01a Vara	895	0	10	940	0	0	222	3	225
Batatais - 01a Vara	390	0	2	368	0	0	6	0	6
Bauru - 01a Vara	628	0	52	910	1	11	30	12	42
Bauru - 02a Vara	487	0	127	791	1	61	282	14	296
Bauru - 03a Vara	621	0	11	703	0	5	76	3	79
Bauru - 04a Vara	525	0	28	1.056	0	5	110	26	136
Bebedouro - 01a Vara	623	0	6	667	0	2	51	5	56
Birigui - 01a Vara	1.004	0	21	689	0	4	4	0	4
Botucatu - 01a Vara	849	0	9	1.095	0	0	73	0	73
Bragança Paulista - 01a Vara	770	0	50	867	0	64	15	44	59
Caçapava - 01a Vara	559	0	22	694	0	1	22	0	22
Cajuru - 01a Vara	311	0	3	711	0	0	3	0	3
Campinas - 01a Vara	730	1	3	1.199	2	0	59	0	59
Campinas - 02a Vara	596	0	16	626	1	1	32	0	32
Campinas - 03a Vara	566	1	17	1.485	0	0	21	0	21
Campinas - 04a Vara	993	0	108	1.269	1	90	54	0	54
Campinas - 05a Vara	806	0	40	789	0	0	61	0	61
Campinas - 06a Vara	756	2	61	1.381	3	46	60	49	109
Campinas - 07a Vara	780	0	34	1.742	0	78	35	30	65
Campinas - 08a Vara	765	1	23	1.124	1	5	16	5	21
Campinas - 09a Vara	834	0	81	1.106	0	0	99	0	99
Campinas - 10a Vara	797	0	18	1.242	0	7	186	7	193
Campinas - 11a Vara	777	0	26	976	0	4	43	2	45
Campinas - 12a Vara	792	0	8	1.606	0	0	53	0	53

Vara do Trabalho	Liquidação Iniciada (Itens 73 e 90073)	Recebidos de Outros Órgãos para Liquidação (Itens 343 e 90343)	Desarquivados para Proseguimento da Liquidação (Itens 317 e 90317)	Liquidações Encerradas (Itens 319 e 90319)	Remetidos a Outros Órgãos para Liquidação (Itens 372 e 90372)	Remetidos ao Arquivo Provisório (Itens 76 e 90076)	Pendentes		
							Em Liquidação (Itens 78, 79, 80, 90078, 90079 e 90380)	No Arquivo Provisório (Itens 327 e 90327)	Total
Campo Limpo Paulista - 01a Vara	730	0	12	944	0	0	6	0	6
Capão Bonito - 01a Vara	719	0	0	898	0	0	7	0	7
Capivari - 01a Vara	1.207	0	77	1.234	0	3	27	0	27
Caraguatatuba - 01a Vara	420	0	70	708	0	30	52	22	74
Catanduva - 01a Vara	574	0	9	935	0	0	26	0	26
Catanduva - 02a Vara	739	0	2	954	0	5	15	5	20
Cravinhos - 01a Vara	232	0	20	200	0	0	27	0	27
Cruzeiro - 01a Vara	2.340	0	3	2.401	0	1	38	1	39
Dracena - 01a Vara	472	0	3	517	0	0	0	0	0
Fernandópolis - 01a Vara	486	0	2	531	0	0	6	0	6
Franca - 01a Vara	1.631	0	48	1.676	0	14	25	16	41
Franca - 02a Vara	1.485	0	26	2.290	0	0	6	0	6
Garça - 01a Vara	176	0	10	331	0	9	3	0	3
Guaratinguetá - 01a Vara	970	0	16	1.299	0	1	7	1	8
Hortolândia - 01a Vara	691	1	111	1.101	0	2	45	0	45
Indaiatuba - 01a Vara	1.454	0	39	2.441	1	0	149	0	149
Itanhaém - 01a Vara	1.013	0	35	1.497	0	1	67	1	68
Itapetininga - 01a Vara	725	0	3	866	0	0	36	0	36
Itapeva - 01a Vara	234	0	3	329	0	4	4	3	7
Itapira - 01a Vara	703	0	5	949	0	0	8	0	8
Itápolis - 01a Vara	975	0	14	1.739	0	4	19	2	21
Itararé - 01a Vara	181	0	4	169	0	0	0	0	0
Itatiba - 01a Vara	499	1	42	773	0	1	49	0	49
Itu - 01a Vara	822	0	142	910	0	3	12	0	12
Ituverava - 01a Vara	549	0	25	1.093	0	1	48	1	49
Jaboticabal - 01a Vara	624	0	21	785	1	5	7	0	7
Jaboticabal - 02a Vara	611	1	194	869	0	169	49	109	158
Jacarei - 01a Vara	453	2	7	530	0	1	19	0	19
Jacarei - 02a Vara	391	1	5	453	1	0	4	0	4
Jales - 01a Vara	415	0	0	500	0	0	4	0	4
Jaú - 01a Vara	524	0	5	722	0	0	93	0	93
Jaú - 02a Vara	692	0	11	1.137	0	1	47	0	47
José Bonifácio - 01a Vara	914	0	15	722	0	1	12	0	12
Jundiaí - 01a Vara	888	0	51	1.649	2	0	57	0	57
Jundiaí - 02a Vara	940	1	21	975	1	0	193	0	193
Jundiaí - 03a Vara	1.449	1	99	1.754	0	17	84	8	92
Jundiaí - 04a Vara	1.099	1	22	2.245	0	0	80	0	80
Leme - 01a Vara	338	0	28	323	0	0	4	0	4
Lençóis Paulista - 01a Vara	231	0	5	231	0	0	2	0	2
Lençóis Paulista - 02a Vara	206	0	25	173	0	19	3	18	21
Limeira - 01a Vara	614	0	9	987	0	2	336	1	337
Limeira - 02a Vara	683	0	46	1.019	0	44	15	19	34
Lins - 01a Vara	975	0	59	1.583	0	52	101	81	182
Lorena - 01a Vara	639	0	29	705	0	7	31	16	47

Vara do Trabalho	Liquidação Iniciada (Itens 73 e 90073)	Recebidos de Outros Órgãos para Liquidação (Itens 343 e 90343)	Desarquivados para Proseguimento da Liquidação (Itens 317 e 90317)	Liquidações Encerradas (Itens 319 e 90319)	Remetidos a Outros Órgãos para Liquidação (Itens 372 e 90372)	Remetidos ao Arquivo Provisório (Itens 76 e 90076)	Pendentes		
							Em Liquidação (Itens 78, 79, 80, 90078, 90079 e 90080)	No Arquivo Provisório (Itens 327 e 90327)	Total
Marília - 01a Vara	624	0	28	347	1	40	168	39	207
Marília - 02a Vara	559	1	8	578	1	8	151	7	158
Matão - 01a Vara	669	0	19	1.247	0	1	12	0	12
Mococa - 01a Vara	635	0	1	740	0	0	4	0	4
Mogi Guaçu - 01a Vara	844	0	15	1.429	0	2	237	3	240
Moji-Mirim - 01a Vara	864	0	108	1.142	2	0	34	0	34
Olímpia - 01a Vara	308	0	0	316	0	0	1	0	1
Orlândia - 01a Vara	687	0	19	1.194	0	0	18	0	18
Ourinhos - 01a Vara	458	0	36	532	0	27	50	5	55
Paulínia - 01a Vara	803	0	18	758	1	0	77	0	77
Paulínia - 02a Vara	644	1	20	723	0	3	51	3	54
Pedreiras - 01a Vara	445	0	8	369	0	3	7	1	8
Penápolis - 01a Vara	833	0	106	1.049	0	204	21	116	137
Piedade - 01a Vara	197	0	18	209	0	7	5	0	5
Pindamonhangaba - 01a Vara	974	0	24	1.601	0	34	43	89	132
Piracicaba - 01a Vara	919	0	4	881	0	0	178	0	178
Piracicaba - 02a Vara	710	0	16	811	0	29	27	28	55
Piracicaba - 03a Vara	681	0	14	1.190	0	1	52	0	52
Pirassununga - 01a Vara	1.002	0	28	1.156	0	0	35	0	35
Porto Ferreira - 01a Vara	335	0	40	835	0	3	8	0	8
Presidente Prudente - 01a Vara	714	0	10	1.208	1	8	129	4	133
Presidente Prudente - 02a Vara	832	0	5	897	0	9	43	9	52
Presidente Venceslau - 01a Vara	374	0	15	807	0	42	13	33	46
Rancharia - 01a Vara	190	0	5	196	0	0	9	0	9
Registro - 01a Vara	1.061	0	25	1.769	0	1	31	0	31
Ribeirão Preto - 01a Vara	772	1	12	1.346	0	1	35	0	35
Ribeirão Preto - 02a Vara	708	0	17	1.320	0	0	143	0	143
Ribeirão Preto - 03a Vara	587	0	25	742	0	3	112	2	114
Ribeirão Preto - 04a Vara	962	0	40	815	0	0	146	0	146
Ribeirão Preto - 05a Vara	824	0	30	1.041	0	12	56	1	57
Ribeirão Preto - 06a Vara	861	0	44	1.419	1	0	79	0	79
Rio Claro - 01a Vara	1.084	0	45	1.309	0	0	59	0	59
Salto - 01a Vara	642	0	26	870	0	0	8	1	9
Santa Bárbara d'Oeste - 01a Vara	825	0	13	1.005	0	2	11	0	11
Santa Cruz do Rio Pardo - 01a Vara	541	0	17	860	0	0	4	0	4
São Carlos - 01a Vara	777	0	30	928	0	50	42	43	85
São Carlos - 02a Vara	762	0	28	612	0	0	50	0	50
São João da Boa Vista - 01a Vara	792	0	19	933	0	0	45	0	45
São Joaquim da Barra - 01a Vara	590	0	53	577	0	0	12	0	12
São José do Rio Pardo - 01a Vara	195	0	5	305	0	0	1	0	1
São José do Rio Preto - 01a Vara	770	0	24	893	0	0	63	0	63
São José do Rio Preto - 02a Vara	813	0	16	857	0	0	52	0	52
São José do Rio Preto - 03a Vara	608	0	5	823	0	0	57	0	57
São José do Rio Preto - 04a Vara	799	0	8	1.266	1	5	115	5	120

Vara do Trabalho	Liquidação Iniciada (Itens 73 e 90073)	Recebidos de Outros Órgãos para Liquidação (Itens 343 e 90343)	Desarquivados para Prosseguimento da Liquidação (Itens 317 e 90317)	Liquidações Encerradas (Itens 319 e 90319)	Remetidos a Outros Órgãos para Liquidação (Itens 372 e 90372)	Remetidos ao Arquivo Provisório (Itens 76 e 90076)	Pendentes		
							Em Liquidação (Itens 78, 79, 80, 90078, 90079 e 90080)	No Arquivo Provisório (Itens 327 e 90327)	Total
São José dos Campos - 01a Vara	529	0	53	394	1	24	56	4	60
São José dos Campos - 02a Vara	753	1	30	676	0	0	127	0	127
São José dos Campos - 03a Vara	671	0	21	670	0	4	147	0	147
São José dos Campos - 04a Vara	588	0	21	508	0	3	84	2	86
São José dos Campos - 05a Vara	821	0	34	845	2	6	86	0	86
São Roque - 01a Vara	651	0	16	522	0	11	117	11	128
São Sebastião - 01a Vara	741	0	25	747	0	0	48	0	48
Sertãozinho - 01a Vara	694	0	42	1.202	0	1	75	1	76
Sertãozinho - 02a Vara	738	0	8	1.042	2	4	312	0	312
Sorocaba - 01a Vara	944	1	10	1.108	0	1	92	1	93
Sorocaba - 02a Vara	802	0	9	936	0	0	225	0	225
Sorocaba - 03a Vara	1.290	0	68	1.355	2	12	342	0	342
Sorocaba - 04a Vara	1.029	0	9	2.068	0	1	62	1	63
Sumaré - 01a Vara	975	1	44	1.386	0	16	69	14	83
Tanabi - 01a Vara	482	0	15	633	0	0	3	0	3
Taquaritinga - 01a Vara	363	0	6	456	0	0	2	0	2
Tatuí - 01a Vara	563	0	29	1.140	0	1	52	0	52
Taubaté - 01a Vara	873	0	14	1.044	2	2	269	0	269
Taubaté - 02a Vara	780	0	13	1.296	0	0	275	0	275
Teodoro Sampaio - 01a Vara	317	0	40	402	0	19	7	16	23
Tietê - 01a Vara	682	0	12	1.123	0	1	77	1	78
Tupã - 01a Vara	320	0	13	414	0	0	7	0	7
Ubatuba - 01a Vara	218	0	1	168	0	0	12	0	12
Votuporanga - 01a Vara	848	0	14	827	1	0	15	0	15
Total	108.507	24	4.639	146.355	37	1.844	9.011	1.270	10.281

Legenda dos Itens do Sistema E-gestão:

Itens 73 e 90073 - Processos com liquidação iniciada

Itens 343 e 90343 - Processos recebidos de outros órgãos para liquidação

Itens 317 e 90317 - Processos desarquivados para prosseguimento da liquidação

Itens 319 e 90319 - Liquidações encerradas

Itens 372 e 90372 - Processos remetidos a outros órgãos para liquidação

Itens 76 e 90076 - Processos arquivados provisoriamente

Itens 78 e 90078 - Processos com liquidação de sentença pendente - por cálculos

Itens 79 e 90079 - Processos com liquidação de sentença pendente - por artigos

Itens 80 e 90080 - Processos com liquidação de sentença pendente - por arbitramento

Itens 327 e 90327 - Saldo de processos no arquivo provisório

Fonte: Sistema E-Gestão da CGJT, disponível em 03/02/2020.

Fase de Execução

Movimentação Processual por Vara do Trabalho da 15ª Região – Campinas/SP

Período de Referência de 01/01/2019 a 31/12/2019

Vara do Trabalho	Iniciadas (Itens 323 e 90323)	Desarqui-vadas (Itens 91 e 90091)	Encerradas (Itens 93 e 90093)	Recebidas de Outros Órgãos (Itens 92 e 90092)	Remetidas a Outros Órgãos (Itens 97 e 90097)	Processos Arquivados Provisoriamente (Itens 98 e 90098)	Pendentes		
							Em Execução (Itens 99 e 90099)	Em Arquivo Provisório (Itens 103 e 90103)	Total
Adamantina - 01a Vara	865	3	656	0	0	32	1.059	30	1.089
Americana - 01a Vara	679	3	778	1	0	3	1.007	-	1.007
Americana - 02a Vara	717	1	3664	0	0	0	596	-	596
Amparo - 01a Vara	562	1	403	0	0	13	997	13	1.010
Andradina - 01a Vara	922	4	1119	0	0	92	2.918	89	3.007
Aparecida - 01a Vara	365	23	307	0	0	35	389	58	447
Araçatuba - 01a Vara	304	0	258	0	0	1	388	1	389
Araçatuba - 02a Vara	315	8	305	0	0	2	475	-	475
Araçatuba - 03a Vara	266	13	852	0	0	6	391	9	400
Araraquara - 01a Vara	725	9	860	3	0	14	804	5	809
Araraquara - 02a Vara	677	32	704	0	2	101	1.347	82	1.429
Araraquara - 03a Vara	916	3	865	0	0	85	1.380	84	1.464
Araras - 01a Vara	379	12	408	0	0	11	750	-	750
Assis - 01a Vara	901	173	550	0	0	334	1.224	377	1.601
Assis - 02a Vara	993	8	376	0	0	35	1.463	37	1.500
Atibaia - 01a Vara	1.290	26	1519	0	8	137	2.150	138	2.288
Avaré - 01a Vara	922	76	571	0	0	164	1.797	430	2.227
Barretos - 01a Vara	358	14	283	0	0	6	1.237	6	1.243
Batatais - 01a Vara	529	56	287	0	0	12	693	38	731
Bauru - 01a Vara	676	12	457	0	0	60	1.282	59	1.341
Bauru - 02a Vara	717	122	572	0	1	165	1.155	255	1.410
Bauru - 03a Vara	641	3	452	1	2	72	1.026	71	1.097
Bauru - 04a Vara	779	35	662	0	0	130	1.309	274	1.583
Bebedouro - 01a Vara	474	6	463	0	0	15	935	27	962
Birigui - 01a Vara	741	69	489	0	1	25	825	58	883
Botucatu - 01a Vara	908	183	659	0	0	74	2.822	1	2.823
Bragança Paulista - 01a Vara	758	3	764	0	0	15	2.302	30	2.332
Caçapava - 01a Vara	393	1	318	1	1	2	638	4	642
Cajuru - 01a Vara	472	9	541	0	0	9	1.006	-	1.006
Campinas - 01a Vara	831	4	805	4	2	55	2.294	51	2.345

Vara do Trabalho	Iniciadas (Itens 329 e 90329)	Desarqui-vadas (Itens 91 e 90091)	Encerradas (Itens 93 e 90093)	Recebidas de Outros Órgãos (Itens 92 e 90092)	Remetidas a Outros Órgãos (Itens 97 e 90097)	Processos Arquivados Provisoriamente (Itens 98 e 90098)	Pendentes		
							Em Execução (Itens 99 e 90099)	Em Arquivo Provisório (Itens 103 e 90103)	Total
Campinas - 02a Vara	415	5	345	2	0	6	762	5	767
Campinas - 03a Vara	514	0	583	3	2	4	1.235	6	1.241
Campinas - 04a Vara	676	27	379	0	0	141	2.435	176	2.611
Campinas - 05a Vara	434	1	377	4	0	17	1.321	16	1.337
Campinas - 06a Vara	727	25	712	10	25	104	1.572	95	1.667
Campinas - 07a Vara	1.058	411	1833	3	1	693	1.075	282	1.357
Campinas - 08a Vara	633	3	534	2	1	49	1.332	51	1.383
Campinas - 09a Vara	350	2	264	2	0	3	1.138	4	1.142
Campinas - 10a Vara	378	9	150	0	1	55	1.431	70	1.501
Campinas - 11a Vara	472	4	447	2	2	5	1.366	2	1.368
Campinas - 12a Vara	872	1	1141	3	0	1	1.097	-	1.097
Campo Limpo Paulista - 01a Vara	779	1	492	0	0	22	981	21	1.002
Capão Bonito - 01a Vara	693	1	721	0	0	1	824	-	824
Capivari - 01a Vara	1.068	26	658	0	1	144	1.407	124	1.531
Caraguatatuba - 01a Vara	432	48	562	0	0	221	1.079	235	1.314
Catanduva - 01a Vara	552	0	609	0	0	0	1.284	2	1.286
Catanduva - 02a Vara	557	0	306	0	0	17	1.195	17	1.212
Cravinhos - 01a Vara	117	1	167	1	0	1	463	7	470
Cruzeiro - 01a Vara	2.890	2	1719	0	0	14	4.213	13	4.226
Dracena - 01a Vara	508	68	524	0	0	148	914	140	1.054
Fernandópolis - 01a Vara	708	4	982	0	0	4	712	17	729
Franca - 01a Vara	1.433	18	1156	0	0	69	1.645	84	1.729
Franca - 02a Vara	1.275	28	779	0	0	182	1.610	205	1.815
Garça - 01a Vara	362	25	99	0	0	54	515	72	587
Guaratinguetá - 01a Vara	2.024	2	2367	0	0	3	1.597	1	1.598
Hortolândia - 01a Vara	485	1	474	0	0	1	798	-	798
Indaiatuba - 01a Vara	1.396	2	1051	0	0	1	1.892	-	1.892
Itanhaém - 01a Vara	1.409	109	914	0	0	210	2.982	171	3.153
Itapetininga - 01a Vara	968	190	832	0	1	74	1.720	51	1.771
Itapeva - 01a Vara	348	186	326	0	0	130	700	197	897
Itapira - 01a Vara	781	2	634	0	0	2	562	1	563
Itápolis - 01a Vara	1.270	13	1135	0	0	71	2.116	58	2.174
Itararé - 01a Vara	199	2	171	0	0	2	418	-	418

Vara do Trabalho	Iniciadas (Itens 329 e 90329)	Desarqui-vadas (Itens 91 e 90091)	Encerradas (Itens 93 e 90093)	Recebidas de Outros Órgãos (Itens 92 e 90092)	Remetidas a Outros Órgãos (Itens 97 e 90097)	Processos Arquivados Provisoriamente (Itens 98 e 90098)	Pendentes		
							Em Execução (Itens 99 e 90099)	Em Arquivo Provisório (Itens 103 e 90103)	Total
Itatiba - 01a Vara	728	1	1558	0	1	2	2.201	2	2.203
Itu - 01a Vara	640	0	564	0	0	0	647	1	648
Ituverava - 01a Vara	501	4	435	0	0	5	870	9	879
Jaboticabal - 01a Vara	796	123	1001	0	0	189	763	92	855
Jaboticabal - 02a Vara	283	2	515	0	0	6	354	4	358
Jacareí - 01a Vara	516	0	600	1	0	0	959	-	959
Jacareí - 02a Vara	597	10	473	0	1	12	995	2	997
Jales - 01a Vara	500	0	1663	0	0	0	506	-	506
Jaú - 01a Vara	630	3	645	0	0	4	2.286	2	2.288
Jaú - 02a Vara	867	2	587	1	0	3	1.528	4	1.532
José Bonifácio - 01a Vara	750	0	476	0	0	0	1.067	-	1.067
Jundiaí - 01a Vara	479	1	1283	1	0	3	716	3	719
Jundiaí - 02a Vara	628	2	621	1	2	9	2.595	9	2.604
Jundiaí - 03a Vara	748	0	2102	1	5	7	2.756	5	2.761
Jundiaí - 04a Vara	869	0	1441	1	3	0	1.750	-	1.750
Leme - 01a Vara	300	0	239	0	0	14	455	14	469
Lençóis Paulista - 01a Vara	253	5	218	0	0	77	267	72	339
Lençóis Paulista - 02a Vara	76	4	88	0	0	21	182	17	199
Limeira - 01a Vara	601	0	236	0	0	1	3.521	10	3.531
Limeira - 02a Vara	688	51	714	0	0	244	917	194	1.111
Lins - 01a Vara	938	2	786	0	0	6	1.653	14	1.667
Lorena - 01a Vara	620	25	686	0	0	69	1.000	54	1.054
Marília - 01a Vara	217	13	288	0	0	80	273	69	342
Marília - 02a Vara	366	2	163	0	0	29	520	27	547
Matão - 01a Vara	389	0	505	0	0	0	988	-	988
Mococa - 01a Vara	719	1	512	0	0	1	1.322	-	1.322
Mogi Guaçu - 01a Vara	968	2	285	0	0	1	2.012	-	2.012
Moji-Mirim - 01a Vara	701	0	387	1	0	3	1.485	3	1.488
Olímpia - 01a Vara	485	9	411	0	0	48	462	40	502
Orlândia - 01a Vara	344	37	287	0	0	25	626	44	670
Ourinhos - 01a Vara	591	1	418	0	0	25	1.022	25	1.047
Paulínia - 01a Vara	479	0	450	0	0	0	1.402	1	1.403
Paulínia - 02a Vara	386	2	527	0	0	23	1.117	21	1.138

Vara do Trabalho	Iniciadas (Itens 329 e 90329)	Desarqui-vadas (Itens 91 e 90091)	Encerradas (Itens 93 e 90093)	Recebidas de Outros Órgãos (Itens 92 e 90092)	Remetidas a Outros Órgãos (Itens 97 e 90097)	Processos Arquivados Provisoriamente (Itens 98 e 90098)	Pendentes		
							Em Execução (Itens 99 e 90099)	Em Arquivo Provisório (Itens 103 e 90103)	Total
Pederneiras - 01a Vara	391	64	290	0	0	35	513	75	588
Penápolis - 01a Vara	853	2	439	0	0	4	1.606	8	1.614
Piedade - 01a Vara	211	47	139	0	0	4	320	-	320
Pindamonhangaba - 01a Vara	965	68	1385	0	0	192	2.044	246	2.290
Piracicaba - 01a Vara	544	0	581	3	3	14	1.664	16	1.680
Piracicaba - 02a Vara	743	28	1620	3	4	85	1.107	62	1.169
Piracicaba - 03a Vara	826	3	1321	0	0	3	1.184	-	1.184
Pirassununga - 01a Vara	740	2	700	0	0	1	979	-	979
Porto Ferreira - 01a Vara	548	10	505	0	0	65	798	55	853
Presidente Prudente - 01a Vara	871	25	494	0	0	275	1.795	337	2.132
Presidente Prudente - 02a Vara	746	47	706	0	0	235	1.756	355	2.111
Presidente Venceslau - 01a Vara	378	12	333	0	0	18	961	28	989
Rancharia - 01a Vara	145	0	138	0	0	0	245	5	250
Registro - 01a Vara	1.326	10	2382	0	0	46	1.726	48	1.774
Ribeirão Preto - 01a Vara	781	27	682	0	5	114	1.781	147	1.928
Ribeirão Preto - 02a Vara	859	2	857	0	0	14	2.382	13	2.395
Ribeirão Preto - 03a Vara	335	1090	608	0	0	1395	1.226	1.481	2.707
Ribeirão Preto - 04a Vara	472	6	926	1	0	34	1.142	28	1.170
Ribeirão Preto - 05a Vara	604	70	710	2	1	195	1.481	243	1.724
Ribeirão Preto - 06a Vara	700	10	1124	0	0	66	1.169	60	1.229
Rio Claro - 01a Vara	959	0	699	0	0	0	3.214	-	3.214
Salto - 01a Vara	620	11	805	0	0	30	715	19	734
Santa Bárbara d'Oeste - 01a Vara	901	18	587	0	0	40	1.040	67	1.107
Santa Cruz do Rio Pardo - 01a Vara	481	2	237	0	0	0	648	-	648
São Carlos - 01a Vara	762	160	770	0	0	279	1.794	476	2.270
São Carlos - 02a Vara	558	27	758	1	0	60	1.954	39	1.993
São João da Boa Vista - 01a Vara	569	8	808	0	0	84	1.435	76	1.511
São Joaquim da Barra - 01a Vara	374	0	639	0	0	8	677	8	685
São José do Rio Pardo - 01a Vara	345	17	214	0	0	58	1.067	41	1.108
São José do Rio Preto - 01a Vara	762	17	735	0	0	14	1.761	66	1.827
São José do Rio Preto - 02a Vara	1.001	0	767	0	0	1	1.981	1	1.982
São José do Rio Preto - 03a Vara	591	0	333	0	0	0	1.684	1	1.685
São José do Rio Preto - 04a Vara	680	39	527	0	0	18	1.597	29	1.626

Vara do Trabalho	Iniciadas (Itens 329 e 90329)	Desarqui-vadas (Itens 91 e 90091)	Encerradas (Itens 93 e 90093)	Recebidas de Outros Órgãos (Itens 92 e 90092)	Remetidas a Outros Órgãos (Itens 97 e 90097)	Processos Arquivados Provisoriamente (Itens 98 e 90098)	Pendentes		
							Em Execução (Itens 99 e 90099)	Em Arquivo Provisório (Itens 103 e 90103)	Total
São José dos Campos - 01a Vara	350	40	571	0	0	83	1.319	48	1.367
São José dos Campos - 02a Vara	518	5	532	1	1	69	1.537	78	1.615
São José dos Campos - 03a Vara	415	66	334	0	1	295	1.292	229	1.521
São José dos Campos - 04a Vara	423	2	282	0	0	2	1.530	-	1.530
São José dos Campos - 05a Vara	328	6	450	1	1	129	811	123	934
São Roque - 01a Vara	431	0	239	0	3	0	1.396	-	1.396
São Sebastião - 01a Vara	821	9	407	0	0	3	1.449	8	1.457
Sertãozinho - 01a Vara	426	6	264	0	1	31	1.483	25	1.508
Sertãozinho - 02a Vara	325	8	345	0	0	164	1.295	178	1.473
Sorocaba - 01a Vara	725	2	616	2	0	157	1.645	155	1.800
Sorocaba - 02a Vara	552	59	1675	2	0	150	1.443	91	1.534
Sorocaba - 03a Vara	1.012	7	640	2	2	12	2.014	5	2.019
Sorocaba - 04a Vara	1.192	2	607	2	6	4	3.276	2	3.278
Sumaré - 01a Vara	728	32	478	0	0	111	768	79	847
Tanabi - 01a Vara	484	13	719	0	0	21	879	19	898
Taquaritinga - 01a Vara	173	9	145	0	0	23	319	34	353
Tatuí - 01a Vara	960	9	967	0	0	4	1.324	-	1.324
Taubaté - 01a Vara	816	57	470	0	0	76	2.627	51	2.678
Taubaté - 02a Vara	761	0	781	0	0	35	2.387	40	2.427
Teodoro Sampaio - 01a Vara	205	0	176	0	0	10	293	11	304
Tietê - 01a Vara	526	14	329	0	0	104	1.416	115	1.531
Tupã - 01a Vara	299	0	284	0	0	0	566	-	566
Ubatuba - 01a Vara	359	0	121	0	0	0	994	-	994
Votuporanga - 01a Vara	1.017	0	679	0	0	0	1.433	-	1.433
Total	100.998	4.599	101.484	69	91	9.931	199.209	10.409	209.618

Legenda dos Itens do Sistema E-gestão:

Itens 329 e 90329 - Processos com execução iniciada

Itens 91 e 90091 - Processos desarquivados para prosseguimento da execução

Itens 92 e 90092 - Processos recebidos de outros órgãos para execução

Itens 93 e 90093 - Execuções encerradas

Itens 97 e 90097 - Processos remetidos a outros órgãos para execução

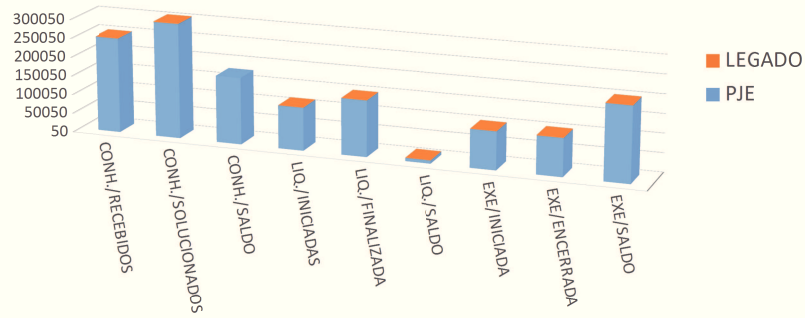
Itens 98 e 90098 - Processos arquivados provisoriamente

Itens 99 e 90099 - Processos em execução

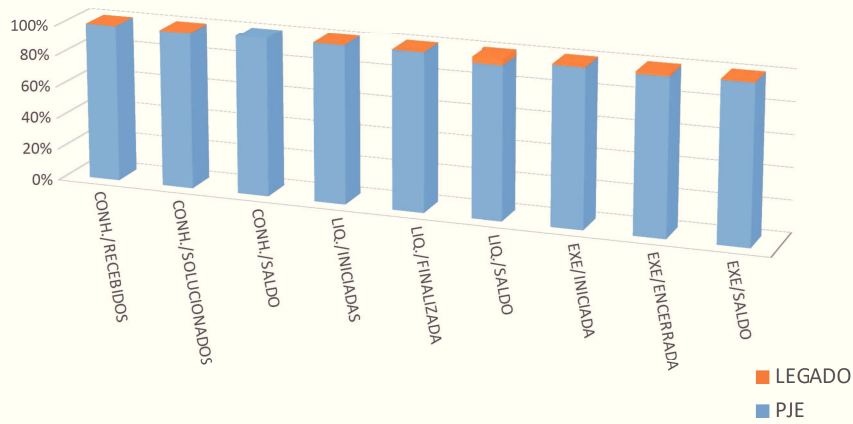
Itens 103 e 90103 - Saldo de processos no arquivo provisório

Fonte: Sistema E-Gestão da CGJT, disponível em 20/01/2020.

Movimento Processual 1º Instância em 2019 Valores Expressos em Quantidade de Processos



Participação Percentual: Legado X PJe



CASOS NOVOS POR MUNICÍPIO DE ORIGEM

VARA DO TRABALHO	MUNICÍPIO JURISDICIONADO	2015		2016		2017		2018		2019		VARIACÃO 2019 / 2018	
		Processos	Soma	Processos	Soma	Processos	Soma	Processos	Soma	Processos	Soma	Município	VT
Adamantina	Outras Localidades	43		22		50		32		27		-15,6%	
	Adamantina	535		461		623		436		409		-6,2%	
	Flora Rica	2		3		2		1		2		100,0%	
	Flórida Paulista	434		391		268		155		73		-52,9%	
	Inúbia Paulista	16		11		20		9		10		11,1%	
	Lucélia	113		125		150		139		68		-51,1%	
	Mariápolis	14		9		17		34		17		-50,0%	
	Osvaldo Cruz	134		150		118		79		142		79,7%	
	Pacaembu	34		44		41		31		40		29,0%	
	Pracinha	27		14		4		21		32		52,4%	
	Sagres	17		12		24		7		35		400,0%	
	Salmourão	22	1391	12	1254	6	1323	6	950	7	862	16,7%	-9,3%
Americana	Outras Localidades	98		109		118		98		62		-36,7%	
	Americana	5121		5579		5987		3817		3943		3,3%	
	Nova Odessa	502	5721	558	6246	588	6693	487	4402	439	4444	-9,9%	1,0%
Amparo	Outras Localidades	26		29		39		16		92		475,0%	
	Amparo	1243		1233		1336		773		1107		43,2%	
	Monte Alegre do Sul	25		81		48		32		29		-9,4%	
	Pedreira	286		320		399		285		318		11,6%	
	Serra Negra	100	1660	127	1790	110	1932	95	1201	162	1708	70,5%	42,2%
Andradina	Outras Localidades	62		103		58		28		69		146,4%	
	Andradina	1417		1436		1377		690		988		43,2%	
	Castilho	122		156		158		49		78		59,2%	
	Guaraçaí	194		17		19		17		21		23,5%	
	Guzolândia	7		23		4		2		6		200,0%	
	Ilha Solteira	386		317		220		195		127		-34,9%	
	Itapura	12		17		72		6		16		166,7%	
	Lavinia	15		11		31		34		41		20,6%	
	Mirandópolis	160		147		101		76		91		19,7%	
	Murutinga do Sul	4		13		3		1		4		300,0%	
	Nova Independência	24		19		30		14		27		92,9%	
	Pereira Barreto	431		503		212		179		196		9,5%	
	Sud Mennucci	31		43		34		16		33		106,3%	
	Suzanápolis	49	2914	66	2871	48	2367	32	1339	37	1734	15,6%	29,5%
Aparecida	Outras Localidades	19		30		26		13		12		-7,7%	
	Aparecida	716		914		815		670		633		-5,5%	
	Lagoinha	14		12		7		17		19		11,8%	
	Potim	19		35		152		85		44		-48,2%	
	Roseira	31	799	76	1067	62	1062	61	846	48	756	-21,3%	-10,6%
Araçatuba	Outras Localidades	110		153		86		69		59		-14,5%	
	Araçatuba	2922		2898		2908		2050		2230		8,8%	
	Bento de Abreu	44		52		53		9		30		233,3%	
	Guararapes	165		271		305		155		161		3,9%	
	Rubiácea	3		3		32		94		27		-71,3%	
	Santo Antônio do Aracanguá	48		39		19		19		19		0,0%	
	Valparaíso	376	3668	410	3826	259	3662	206	2602	194	2720	-5,8%	4,5%
Araraquara	Outras Localidades	172		155		187		122		148		21,3%	
	Américo Brasiliense	356		360		502		304		170		-44,1%	
	Araraquara	5764		5572		5338		3507		3509		0,1%	
	Boa Esperança do Sul	51		72		226		137		212		54,7%	
	Gavião Peixoto	65		25		73		41		77		87,8%	
	Motuca	10		34		38		17		26		52,9%	
	Rincão	37		22		61		33		37		12,1%	
	Santa Lúcia	10		77		18		20		12		-40,0%	
	Trabiju	19	6484	6	6323	70	6513	13	4194	21	4212	61,5%	0,4%

VARA DO TRABALHO	MUNICÍPIO JURISDICIONADO	2015		2016		2017		2018		2019		VARIACÃO 2019 / 2018	
		Processos	Soma	Processos	Soma	Processos	Soma	Processos	Soma	Processos	Soma	Município	VT
Araras	Outras Localidades	31		30		24		13		19		46,2%	
	Araras	1591		1924		1724		1291		1280		-0,9%	
	Conchal	77	1699	154	2108	216	1964	158	1462	196	1495	24,1%	2,3%
Assis	Outras Localidades	132		67		67		44		74		68,2%	
	Assis	1999		1935		1784		1337		1454		8,8%	
	Cândido Mota	165		247		260		68		76		11,8%	
	Cruzália	11		4		3		8		1		-87,5%	
	Echaporã	21		10		24		17		22		29,4%	
	Florínia	33		15		5		53		6		-88,7%	
	Maracáí	113		174		95		81		227		180,2%	
	Palmital	208		201		155		96		123		28,1%	
	Paraguaçu Paulista	415		313		227		180		233		29,4%	
	Pedrinhas Paulista	7		6		35		2		7		250,0%	
	Platina	39		36		6		5		3		-40,0%	
Tarumã	161	3304	235	3243	194	2855	99	1990	219	2445	121,2%	22,9%	
Atibaia	Outras Localidades	50		65		56		55		35		-36,4%	
	Atibaia	1915		2203		2068		1400		1622		15,9%	
	Bom Jesus dos Perdões	151		187		130		72		105		45,8%	
	Nazaré Paulista	39		47		82		36		70		94,4%	
Avaré	Piracacia	176	2331	164	2666	104	2440	82	1645	92	1924	12,2%	17,0%
	Outras Localidades	39		37		34		50		40		-20,0%	
	Águas de Santa Bárbara	27		19		17		18		19		5,6%	
	Arandu	18		7		13		8		6		-25,0%	
	Avaré	1422		1632		1698		1136		1011		-11,0%	
	Cerqueira César	157		181		224		154		105		-31,8%	
	Iaras	246		199		649		124		108		-12,9%	
	Itai	73		76		188		241		142		-41,1%	
	Manduri	32		22		58		16		105		556,3%	
	Óleo	4		1		6		4		4		0,0%	
	Paranapanema	47	2065	51	2225	28	2915	26	1777	63	1603	142,3%	-9,8%
Barretos	Outras Localidades	71		58		39		21		38		81,0%	
	Barretos	1972		2267		2100		1394		1514		8,6%	
	Colina	115		125		118		80		114		42,5%	
	Colômbia	29		43		69		32		37		15,6%	
	Guaiúra	490		404		360		218		209		-4,1%	
	Jaborandi	7	2684	17	2914	11	2697	5	1750	14	1926	180,0%	10,1%
Batatais	Outras Localidades	25		21		27		32		23		-28,1%	
	Altinópolis	111		101		116		80		114		42,5%	
	Batatais	1206		1207		1299		1053		1095		4,0%	
	Brodósqui	71		113		92		100		133		33,0%	
Bauru	Santo Antônio da Alegria	21	1434	28	1470	57	1591	32	1297	67	1432	109,4%	10,4%
	Outras Localidades	92		87		96		56		68		21,4%	
	Agudos	146		178		155		119		67		-43,7%	
	Arealva	27		60		62		18		33		83,3%	
	Avai	10		16		36		23		92		300,0%	
	Bauru	6498		7066		6509		4735		5297		11,9%	
	Cabrália Paulista	23		7		17		14		14		0,0%	
	Duartina	41		89		198		54		65		20,4%	
	Iacanga	85		44		56		49		159		224,5%	
	Lucianópolis	12		9		13		18		5		-72,2%	
	Paulistânia	1		3		6		4		6		50,0%	
Piratininga	23		22		53		49		30		-38,8%		
Presidente Alves	2		9		19		4		6		50,0%		
Ubirajara	18	6978	50	7640	86	7306	41	5184	47	5889	14,6%	13,6%	

VARA DO TRABALHO	MUNICÍPIO JURISDICIONADO	2015		2016		2017		2018		2019		VARIACÃO 2019 / 2018		
		Processos	Soma	Processos	Soma	Processos	Soma	Processos	Soma	Processos	Soma	Município	VT	
Bebedouro	Outras Localidades	90		90		122		101		195		93,1%		
	Bebedouro	1450		1290		1402		878		1157		31,8%		
	Monte Azul Paulista	106		76		91		35		79		125,7%		
	Pirangi	96		49		38		37		30		-18,9%		
	Pitangueiras	257		443		397		238		284		19,3%		
	Taquaral	1		2		4		2		3		50,0%		
	Terra Roxa	14		20		17		10		9		-10,0%		
	Viradouro	61	2075	51	2021	41	2112	39	1340	41	1798	5,1%	34,2%	
Birigui	Outras Localidades	60		80		53		40		52		30,0%		
	Bilac	46		34		23		36		13		-63,9%		
	Birigui	1600		1798		1220		763		1753		129,8%		
	Brejo Alegre	40		40		55		61		73		19,7%		
	Buritama	54		72		58		82		94		14,6%		
	Clementina	59		58		45		66		43		-34,8%		
	Coroados	17		10		25		13		12		-7,7%		
	Gabriel Monteiro	2		2		5		1		2		100,0%		
	Lourdes	5		5		2		0		0				
	Piacatu	10		22		22		7		20		185,7%		
	Santópolis do Aguapeí	9		7		10		3		6		100,0%		
	Turiúba	2	1904	1	2129	4	1522	7	1079	5	2073	-28,6%	92,1%	
Botucatu	Outras Localidades	34		49		60		26		26		0,0%		
	Anhembi	16		2		37		27		37		37,0%		
	Bofete	15		31		50		14		65		364,3%		
	Botucatu	2373		2703		2461		1380		1499		8,6%		
	Itatinga	192		136		166		49		65		32,7%		
	Pardinho	36		42		44		43		30		-30,2%		
	Pratânia	23		25		11		19		19		0,0%		
	São Manuel	385	3074	290	3278	315	3144	214	1772	214	1955	0,0%	10,3%	
		Outras Localidades	20		27		40		24		36		50,0%	
Bragança Paulista	Bragança Paulista	1993		2321		1980		1460		1716		17,5%		
	Joanópolis	64		57		51		58		58		0,0%		
	Pedra Bela	10		9		8		6		8		33,3%		
	Pinhalzinho	21		29		27		37		48		29,7%		
	Tuiuti	9		3		10		28		27		-3,6%		
	Vargem	21	2138	15	2461	9	2125	16	1629	14	1907	-12,5%	17,1%	
		Outras Localidades	29		39		38		24		30		25,0%	
	Caçapava	1229		1129		1138		1109		1117		0,7%		
Jambeiro	Jambeiro	73	1331	54	1222	56	1232	27	1160	25	1172	-7,4%	1,0%	
		Outras Localidades	54		39		34		49		45		-8,2%	
Cajuru	Cajuru	680		1033		722		341		359		5,3%		
	Cássia dos Coqueiros	11		3		16		11		11		0,0%		
	Santa Cruz da Esperança	13		5		7		8		6		-25,0%		
	Santa Rosa de Viterbo	346		250		346		248		249		0,4%		
	Serra Azul	72	1176	27	1357	54	1179	149	806	72	742	-51,7%	-7,9%	
		Outras Localidades	364		481		476		334		361		8,1%	
Campinas	Campinas	25958		27106		28514		17379		18035		3,8%		
	Jaguariúna	388		517		763		465		671		44,3%		
	Valinhos	1059	27769	1263	29367	1367	31120	844	19022	888	19955	5,2%	4,9%	
Campo Limpo Paulista	Outras Localidades	50		81		93		58		56		-3,4%		
	Campo Limpo Paulista	1138		1166		1231		760		888		16,8%		
	Jarinu	219		236		347		162		244		50,6%		
	Várzea Paulista	496	1903	481	1964	513	2184	389	1369	401	1589	3,1%	16,1%	

VARA DO TRABALHO	MUNICÍPIO JURISDICIONADO	2015		2016		2017		2018		2019		VARIACÃO 2019 / 2018	
		Processos	Soma	Processos	Soma	Processos	Soma	Processos	Soma	Processos	Soma	Município	VT
Capão Bonito	Outras Localidades	102		92		50		32		55		71,9%	
	Apiá	124		230		176		177		316		78,5%	
	Barra do Chapéu	32		15		26		23		60		160,9%	
	Buri	126		107		194		52		116		123,1%	
	Capão Bonito	549		827		1078		633		713		12,6%	
	Guapiara	75		69		144		86		142		65,1%	
	Iporanga (nesta jurisdição até dez 2017)	8		8		216		0		21			
	Itaóca	6		0		6		0		21			
	Itapirapua Paulista	12		7		6		5		4		-20,0%	
	Ribeira	12		2		14		32		9		-71,9%	
Capivari	Ribeirão Grande	38	1084	128	1485	52	1962	50	1090	19	1476	-62,0%	35,4%
	Outras Localidades	55		53		45		38		50		31,6%	
	Capivari	1241		1516		1980		1191		1328		11,5%	
	Elias Fausto	95		182		301		225		211		-6,2%	
	Mombuca	17		16		34		8		24		200,0%	
	Monte Mor	498		377		341		189		299		58,2%	
	Rafard	96		152		114		76		100		31,6%	
Caraguatatuba	Rio das Pedras	756	2758	531	2827	508	3323	336	2063	399	2411	18,8%	16,9%
	Outras Localidades	28		43		40		22		36		63,6%	
Caraguatatuba	Caraguatatuba	1184	1212	1562	1605	1314	1354	1000	1022	1121	1157	12,1%	13,2%
	Outras Localidades	213		218		237		155		118		-23,9%	
Catanduva	Ariranha	272		119		88		163		390		139,3%	
	Catanduva	3774		4475		2972		2499		2690		7,6%	
	Catiguá	22		35		56		11		40		263,6%	
	Elsiário	5		30		19		9		27		200,0%	
	Ibirá	85		95		43		12		51		325,0%	
	Irapuã	96		48		37		37		26		-29,7%	
	Itajobi	106		114		134		135		80		-40,7%	
	Marapoama	68		59		41		49		35		-28,6%	
	Novais	24		55		40		11		26		136,4%	
	Palmares Paulista	42		30		30		24		78		225,0%	
	Paraíso	45		34		36		24		26		8,3%	
	Pindorama	44		80		74		84		95		13,1%	
	Sales	41		33		19		13		18		38,5%	
	Santa Adélia	89		110		99		152		215		41,4%	
	Tabapuã	65		59		46		26		27		3,8%	
	Urupês	143	5134	212	5806	167	4138	107	3511	101	4043	-5,6%	15,2%
	Cravinhos	Outras Localidades	87		123		95		76		64		-15,8%
Cravinhos		676		741		740		466		503		7,9%	
Luis Antônio		256		204		268		393		398		1,3%	
São Simão		157		196		130		117		114		-2,6%	
Serrana		345	1521	371	1635	259	1492	215	1267	147	1226	-31,6%	-3,2%
Cruzeiro	Outras Localidades	32		39		23		5		18		260,0%	
	Arapeí	4		3		3		246		52		-78,9%	
	Areias	16		3		6		152		83		-45,4%	
	Bananal	42		50		57		275		560		103,6%	
	Cruzeiro	2328		1840		3918		1876		1130		-39,8%	
	Lavrinhas	23		34		89		115		44		-61,7%	
	Queluz	87		210		113		233		171		-26,6%	
	São José do Barreiro	7		3		4		115		45		-60,9%	
	Silveiras	23	2562	14	2196	20	4233	35	3052	100	2203	185,7%	-27,8%

VARA DO TRABALHO	MUNICÍPIO JURISDICIONADO	2015		2016		2017		2018		2019		VARIACÃO 2019 / 2018		
		Processos	Soma	Processos	Soma	Processos	Soma	Processos	Soma	Processos	Soma	Município	VT	
Dracena	Outras Localidades	58		87		38		29		31		6,9%		
	Dracena	618		628		836		363		356		-1,9%		
	Irapuru	47		97		68		21		66		214,3%		
	Junqueirópolis	169		246		488		231		178		-22,9%		
	Monte Castelo	7		3		6		4		4		0,0%		
	Nova Guataporanga	0		3		3		3		1		-66,7%		
	Ouro Verde	99		36		8		12		28		133,3%		
	Panorama	121		155		116		115		132		14,8%		
	Paulicéia	67		123		86		44		34		-22,7%		
	Santa Mercedes	36		14		17		11		2		-81,8%		
	São João do Pau D'Alho	10		13		1		0		0				
	Tupi Paulista	43	1275	109	1514	82	1749	67	900	52	884	-22,4%	-1,8%	
Fernandópolis	Outras Localidades	100		143		59		44		41		-6,8%		
	Estrela d'Oeste	85		127		78		72		82		13,9%		
	Fernandópolis	1627		2393		1284		1527		1396		-8,6%		
	General Salgado	165		130		99		55		41		-25,5%		
	Guarani d'Oeste	4		6		7		1		3		200,0%		
	Indiaporã	5		35		29		20		10		-50,0%		
	Macedônia	5		8		5		4		4		0,0%		
	Meridiano	191		372		133		90		77		-14,4%		
	Mira Estrela	24		19		23		3		1		-66,7%		
	Nova Castilho	3		1		5		2		3		50,0%		
	Ouroeste	188		251		246		113		122		8,0%		
	Pedranópolis	12		8		13		3		2		-33,3%		
São João das Duas Pontes	7		1		2		0		2					
São João de Iracema	1	2417	1	3495	5	1988	4	1938	17	1801	325,0%	-7,1%		
Franca	Outras Localidades	69		119		87		44		50		13,6%		
	Cristais Paulista	21		14		14		5		36		620,0%		
	Franca	5675		7123		6247		3667		3938		7,4%		
	Itirapuã	15		13		43		25		10		-60,0%		
	Patrocínio Paulista	94		103		64		70		60		-14,3%		
	Pedregulho	152		214		126		82		95		15,9%		
	Restinga	39		22		11		122		55		-54,9%		
	Ribeirão Corrente	16		16		19		6		8		33,3%		
	Rifaina	15		7		10		12		23		91,7%		
	São José da Bela Vista	51	6147	45	7676	159	6780	108	4141	148	4423	37,0%	6,8%	
	Garça	Outras Localidades	24		29		31		26		61		134,6%	
		Álvaro de Carvalho	11		18		26		7		1		-85,7%	
Alvinlândia		7		32		63		15		12		-20,0%		
Fernão		6		3		5		1		0		-100,0%		
Gália		26		27		22		46		19		-58,7%		
Garça		719		836		808		666		654		-1,8%		
Júlio Mesquita		6		7		8		1		5		400,0%		
Lupércio		9	808	27	979	33	996	27	789	12	764	-55,6%	-3,2%	
Guaratinguetá		Outras Localidades	43		52		31		28		30		7,1%	
		Cunha	60		70		71		166		335		101,8%	
		Guaratinguetá	1470	1573	1801	1923	2659	2761	2162	2356	2153	2518	-0,4%	6,9%
Hortolândia		Outras Localidades	69		98		77		52		51		-1,9%	
	Hortolândia	1837	1906	1907	2005	2175	2252	1511	1563	1410	1461	-6,7%	-6,5%	
Indaiatuba	Outras Localidades	59		51		62		58		54		-6,9%		
	Indaiatuba	3389	3448	3592	3643	3258	3320	2740	2798	2355	2409	-14,1%	-13,9%	
Itanhaém	Outras Localidades	42		32		65		34		37		8,8%		
	Itanhaém	1143		1374		1558		817		964		18,0%		
	Itariri	46		43		57		31		49		58,1%		
	Mongaguá	290		303		251		251		288		14,7%		
	Pedro de Toledo	33		45		63		17		26		52,9%		
	Peruíbe	491	2045	452	2249	369	2363	266	1416	321	1685	20,7%	19,0%	

VARA DO TRABALHO	MUNICÍPIO JURISDICIONADO	2015		2016		2017		2018		2019		VARIACÃO 2019 / 2018	
		Processos	Soma	Processos	Soma	Processos	Soma	Processos	Soma	Processos	Soma	Município	VT
Itapetininga	Outras Localidades	36		27		32		32		33		3,1%	
	Alambari	9		7		11		6		25		316,7%	
	Angatuba	44		85		72		46		83		80,4%	
	Campina do Monte Alegre	17		15		5		4		4		0,0%	
	Guareí	30		47		66		32		29		-9,4%	
	Itapetininga	1897		1736		1651		936		1152		23,1%	
	São Miguel Arcanjo	57		50		48		55		36		-34,5%	
	Sarapuí	25	2115	31	1998	45	1930	40	1151	59	1421	47,5%	23,5%
Itapeva	Outras Localidades	43		33		47		44		22		-50,0%	
	Coronel Macedo	20		8		14		13		3		-76,9%	
	Itaberá	58		61		81		56		55		-1,8%	
	Itapeva	855		864		974		525		637		21,3%	
	Nova Campina	17		88		48		12		22		83,3%	
	Ribeirão Branco	113		31		93		46		36		-21,7%	
	Taguaí	53		111		57		58		47		-19,0%	
	Taquarituba	135		122		121		82		100		22,0%	
	Taquarivaí	5	1299	8	1326	6	1441	6	842	10	932	66,7%	10,7%
Itapira	Outras Localidades	22		23		23		14		17		21,4%	
	Águas de Lindóia	138		171		125		93		218		134,4%	
Itápolis	Itápolis	1094		896		922		809		1081		33,6%	
	Lindóia	23		20		47		23		33		43,5%	
	Socorro	105	1382	135	1245	176	1293	135	1074	138	1487	2,2%	38,5%
	Outras Localidades	67		70		74		67		43		-35,8%	
Itápolis	Borborema	106		94		82		120		89		-25,8%	
	Ibitinga	510		571		616		309		342		10,7%	
	Itaju	1		0				0		1			
	Itápolis	664		944		1513		818		577		-29,5%	
	Novo Horizonte	396		371		291		313		459		46,6%	
	Tabatinga	60	1804	131	2181	70	2646	36	1663	68	1579	88,9%	-5,1%
Itararé	Outras Localidades	94		70		75		75		48		-36,0%	
	Barão de Antonina	27		22		19		12		12		0,0%	
	Bom Sucesso de Itararé	7		12		13		13		23		76,9%	
	Itaporanga	88		70		72		51		60		17,6%	
	Itararé	562		632		658		408		505		23,8%	
	Riversul	20	798	13	819	29	866	7	566	9	657	28,6%	16,1%
Itatiba	Outras Localidades	23		22		35		30		27		-10,0%	
	Itatiba	2644		2475		2248		1542		1597		3,6%	
	Morungaba	114	2781	88	2585	75	2358	70	1642	64	1688	-8,6%	2,8%
Itu	Outras Localidades	69		70		58		46		45		-2,2%	
	Cabreúva	239		460		428		342		273		-20,2%	
	Itu	2701	3009	2695	3225	2534	3020	1797	2185	2131	2449	18,6%	12,1%
Ituverava	Outras Localidades	315		302		166		63		86		36,5%	
	Aramina	20		26		21		13		41		215,4%	
	Buritizal	33		18		42		20		25		25,0%	
	Guará	319		301		207		112		162		44,6%	
	Igarapava	870		687		441		286		217		-24,1%	
	Ituverava	1330		1288		893		460		653		42,0%	
	Jeriquara	11		17		22		13		9		-30,8%	
	Miguelópolis	317	3215	222	2861	192	1984	82	1049	77	1270	-6,1%	21,1%
	Outras Localidades	180		76		98		94		88		-6,4%	
Jaboticabal	Guariba	607		428		358		208		254		22,1%	
	Jaboticabal	1625		1428		1594		1062		1070		0,8%	
	Monte Alto	666		761		427		247		366		48,2%	
	Pradópolis	111		201		302		189		217		14,8%	
	Taiáçu	55		44		21		14		52		271,4%	
	Taiúva	6		17		16		11		16		45,5%	
	Vista Alegre do Alto	91	3341	110	3065	101	2917	111	1936	114	2177	2,7%	12,4%

VARA DO TRABALHO	MUNICÍPIO JURISDICIONADO	2015		2016		2017		2018		2019		VARIACÃO 2019 / 2018		
		Processos	Soma	Processos	Soma	Processos	Soma	Processos	Soma	Processos	Soma	Município	VT	
Jacareí	Outras Localidades	89		67		92		80		76		-5,0%		
	Igaratá	26		22		36		25		34		36,0%		
	Jacareí	2443		2849		2714		1969		2168		10,1%		
	Santa Branca	46	2604	32	2970	56	2898	73	2147	39	2317	-46,6%	7,9%	
Jales	Outras Localidades	95		137		86		34		58		70,6%		
	Aparecida d'Oeste	3		7		5		4		10		150,0%		
	Aspásia	0		0		1		0		1				
	Auriflâma	27		65		27		36		37		2,8%		
	Dirce Reis	2		1		0		3		4		33,3%		
	Dolcinópolis	2		3		3		5		22		340,0%		
	Jales	604		549		453		365		397		8,8%		
	Marinópolis	0		2		6		5		3		-40,0%		
	Mesópolis	4		3				2		2		0,0%		
	Nova Canaã Paulista	1		6		3		1		3		200,0%		
	Palmeira d'Oeste	4		16		26		17		11		-35,3%		
	Paranapuã	6		25		26		10		11		10,0%		
	Pontalinda	6		17		5		4		3		-25,0%		
	Populina	11		7		11		3		1		-66,7%		
	Rubinéia	11		9		5		7		4		-42,9%		
	Santa Albertina	104		95		86		100		182		82,0%		
	Santa Clara d'Oeste	53		247		20		7		18		157,1%		
	Santa Fé do Sul	242		357		310		214		205		-4,2%		
	Santa Rita d'Oeste	2		5		3		0		0				
	Santa Salete	0		3		3		2		9		350,0%		
	Santana da Ponte Preta	4		1		4		3		1		-66,7%		
	São Francisco	0		2		3		1		1		0,0%		
	Três Fronteiras	10		24		22		20		14		-30,0%		
	Turmalina	2		5		1		3		3		0,0%		
	Urânia	28		53		33		10		23		130,0%		
	Vitória Brasil	0	1221		1639		8	1150	11	867	1	1024	-90,9%	18,1%
	Jaú	Outras Localidades	66		146		73		60		57		-5,0%	
Barra Bonita		936		1237		1089		600		783		30,5%		
Bocaina		120		449		164		91		99		8,8%		
Brotas		258		205		204		208		347		66,8%		
Dois Córregos		217		254		195		196		167		-14,8%		
Igaraçu do Tietê		87		108		82		57		49		-14,0%		
Itapuí		207		313		320		87		163		87,4%		
Jaú		2453		2267		2208		2094		2115		1,0%		
Mineiros do Tietê		63		42		45		49		54		10,2%		
Torrinha		54	4461	39	5060	57	4437	30	3472	48	3882	60,0%	11,8%	
José Bonifácio		Outras Localidades	87		124		74		40		58		45,0%	
	Adolfo	15		11		40		23		16		-30,4%		
	José Bonifácio	1390		1317		1211		1043		1350		29,4%		
	Mendonça	83		65		60		72		111		54,2%		
	Nipoã	151		276		146		65		48		-26,2%		
	Nova Aliança	37		36		42		28		118		321,4%		
	Planalto	179		242		390		202		122		-39,6%		
	Ubarana	39		27		36		26		36		36,5%		
	União Paulista	5		27		44		21		22		4,8%		
Zacarias	31	2017	6	2131	20	2063	10	1530	8	1889	-20,0%	23,5%		
Jundiaí	Outras Localidades	234		259		246		195		267		36,9%		
	Itupeva	825		763		769		547		496		-9,3%		
	Jundiaí	10407		9747		9472		5982		6779		13,3%		
	Louveira	479		599		540		498		486		-2,4%		
Vinhedo	Outras Localidades	1184	13129	1351	12719	1334	12361	708	7930	868	8896	22,6%	12,2%	
	Leme	127		187		168		179		192		7,3%		
Santa Cruz da Conceição	Leme	1719		1613		1551		1132		1469		29,8%		
	Santa Cruz da Conceição	51	1897	39	1839	47	1766	35	1346	29	1690	-17,1%	25,6%	

VARA DO TRABALHO	MUNICÍPIO JURISDICIONADO	2015		2016		2017		2018		2019		VARIACÃO 2019 / 2018		
		Processos	Soma	Processos	Soma	Processos	Soma	Processos	Soma	Processos	Soma	Município	VT	
Lençóis Paulista	Outras Localidades	65		102		49		35		43		22,9%		
	Areiópolis	177		248		186		92		218		137,0%		
	Borebi	49		8		27		10		2		-80,0%		
	Lençóis Paulista	1631		1427		1377		929		1149		23,7%		
Limeira	Macatuba	142	2064	53	1838	60	1699	38	1104	39	1451	2,6%	31,4%	
	Outras Localidades	51		84		67		55		48		-12,7%		
	Cordeirópolis	204		330		233		163		124		-23,9%		
	Iracemópolis	137		155		143		97		128		32,0%		
Lins	Limeira	4078	4470	4352	4921	4105	4548	2538	2853	2889	3189	13,8%	11,8%	
	Outras Localidades	94		73		70		44		50		13,6%		
	Balbinos	15		4		5		8		17		112,5%		
	Cafelândia	299		281		278		162		180		11,1%		
Lorena	Cetulina	69		186		38		9		20		122,2%		
	Guaçara	38		74		38		16		21		31,3%		
	Guarantã	113		131		84		30		48		60,0%		
	Lins	1806		1878		1656		919		1020		11,0%		
	Pirajuí	114		124		133		91		96		5,5%		
	Pongai	73		24		56		26		16		-38,5%		
	Promissão	711		644		678		404		370		-8,4%		
	Reginópolis	61		60		82		103		154		49,5%		
	Sabino	14		18		8		16		6		-62,5%		
	Uru	13	3420	19	3516	103	3229	37	1865	24	2022	-35,1%	8,4%	
	Marília	Outras Localidades	24		20		28		18		30		66,7%	
		Cachoeira Paulista	167		246		284		211		581		175,4%	
Canas		19		18		17		20		19		-5,0%		
Lorena		1111		1235		1183		895		790		-11,7%		
Piquete		177	1498	96	1615	89	1601	58	1202	77	1497	32,8%	24,5%	
Matão	Outras Localidades	30		51		52		34		36		5,9%		
	Guaimbê	12		5		11		11		1		-90,9%		
	Lutécia	4		10		7		4		3		-25,0%		
	Marília	3052		3422		3618		2519		2654		5,4%		
	Ocaçu	49		37		32		10		34		240,0%		
	Oriente	4		12		8		3		15		400,0%		
	Oscar Bressane	3		6		6		3		2		-33,3%		
	Pompéia	65		49		45		34		54		58,8%		
	Vera Cruz	12	3231	22	3614	14	3793	11	2629	17	2816	54,5%	7,1%	
	Matão	Outras Localidades	74		95		47		38		25		-34,2%	
Dobrada		48		35		15		12		14		16,7%		
Matão		1890		1912		1929		1026		1392		35,7%		
Nova Europa		75	2087	102	2144	76	2067	61	1137	70	1501	14,8%	32,0%	
Mococa	Outras Localidades	16		28		19		12		20		66,7%		
	Casa Branca	185		385		604		506		196		-61,3%		
	Mococa	1037	1238	1046	1459	1176	1799	895	1413	921	1137	2,9%	-19,5%	
Mogi Guaçu	Outras Localidades	50		28		51		28		34		21,4%		
	Estiva Gerbi	19		31		31		35		42		20,0%		
	Mogi Guaçu	2175	2244	2289	2348	2071	2153	1346	1409	1596	1672	18,6%	18,7%	
Moji-Mirim	Outras Localidades	65		75		75		83		61		-26,5%		
	Artur Nogueira	317		284		363		184		296		60,9%		
	Engenheiro Coelho	85		65		54		40		74		85,0%		
	Holambra	74		90		105		129		129		0,0%		
	Moji-Mirim	1567		1820		1831		1177		1258		6,9%		
Santo Antônio de Posse	Outras Localidades	103	2211	254	2588	203	2631	131	1744	158	1976	20,6%	13,3%	

VARA DO TRABALHO	MUNICÍPIO JURISDICIONADO	2015		2016		2017		2018		2019		VARIACÃO 2019 / 2018	
		Processos	Soma	Processos	Soma	Processos	Soma	Processos	Soma	Processos	Soma	Município	VT
Olimpia	Outras Localidades	37		57		72		26		27		3,8%	
	Altair	15		13		22		10		16		60,0%	
	Cajobi	28		36		33		14		28		100,0%	
	Embaúba	3		6		1		1		0		-100,0%	
	Guaraci	71		135		142		96		114		18,8%	
	Icém	24		22		26		11		7		-36,4%	
	Olimpia	1173		1232		1255		909		781		-14,1%	
	Severínia	110	1461	169	1670	94	1645	82	1149	60	1033	-26,6%	-10,1%
Oriândia	Outras Localidades	97		77		179		54		56		3,7%	
	Morro Agudo	1483		1164		1326		598		787		31,6%	
	Nuporanga	142		161		190		143		180		25,9%	
	Oriândia	1100		883		943		447		529		18,3%	
	Sales Oliveira	84	2906	45	2330	53	2691	36	1278	41	1593	13,9%	24,6%
Ourinhos	Outras Localidades	67		59		82		43		49		14,0%	
	Campos Novos Paulista	17		25		20		9		18		100,0%	
	Canitar	29		59		39		24		233		870,8%	
	Chavantes	84		35		39		45		53		17,8%	
	Ibirarema	39		28		40		18		28		55,6%	
	Ourinhos	1166		1318		1149		963		1045		8,5%	
	Ribeirão do Sul	29		25		28		20		15		-25,0%	
	Salto Grande	25		61		44		101		116		14,9%	
	São Pedro do Turvo	9	1465	5	1615	27	1468	14	1237	58	1615	314,3%	30,6%
Paulínia	Outras Localidades	135		104		77		80		71		-11,3%	
	Cosmópolis	214		344		600		280		306		9,3%	
	Paulínia	3352	3701	2718	3166	2775	3452	1884	2244	2213	2590	17,5%	15,4%
Pedemeiras	Outras Localidades	84		43		22		21		11		-47,6%	
	Bariri	668		416		490		373		315		-15,5%	
	Boracéia	71		55		22		42		13		-69,0%	
	Itaju	24		19		14		16		3		-81,3%	
	Itapuí	7		5		4		1		1		0,0%	
	Pedemeiras	996	1850	1040	1578	891	1443	1154	1607	704	1047	-39,0%	-34,8%
Penápolis	Outras Localidades	56		40		36		22		27		22,7%	
	Alto Alegre	38		15		22		48		66		37,5%	
	Avanhandava	125		209		102		51		46		-9,8%	
	Barbosa	52		177		120		40		90		125,0%	
	Braúna	15		14		13		18		51		183,3%	
	Glicério	44		39		29		22		211		859,1%	
	Luiziânia	13		40		57		5		88		1660,0%	
	Penápolis	1279	1622	1439	1973	1583	1962	1301	1507	1242	1821	-4,5%	20,8%
		Outras Localidades	36		40		24		26		23		-11,5%
Piedade	Piedade	525		447		415		357		307		-14,0%	
	Pilar do Sul	72		93		147		110		80		-27,3%	
	Salto de Pirapora	461		396		294		345		329		-4,6%	
	Tapiráí	14	1108	14	990	18	898	14	852	12	751	-14,3%	-11,9%
		Outras Localidades	48		36		38		33		37		12,1%
Pindamonhangaba	Campos do Jordão	667		699		619		516		521		1,0%	
	Pindamonhangaba	2298		2545		2089		1348		2004		48,7%	
	Santo Antônio do Pinhal	10		4		12		13		23		76,9%	
	São Bento do Sapucaí	21	3044	13	3297	21	2779	12	1922	22	2607	83,3%	35,6%
Piracicaba	Outras Localidades	116		114		113		82		93		13,4%	
	Águas de São Pedro	28		26		22		13		15		15,4%	
	Charqueada	46		39		240		117		49		-58,1%	
	Piracicaba	7293		7595		6755		4824		5848		21,2%	
	Saltinho	14		7		19		17		7		-58,8%	
	Santa Maria da Serra	25		75		28		17		36		111,8%	
	São Pedro	179	7701	257	8113	294	7471	201	5271	135	6183	-32,8%	17,3%

VARA DO TRABALHO	MUNICÍPIO JURISDICIONADO	2015		2016		2017		2018		2019		VARIACÃO 2019 / 2018	
		Processos	Soma	Processos	Soma	Processos	Soma	Processos	Soma	Processos	Soma	Município	VT
Pirassununga	Outras Localidades	78		84		60		62		33		-46,8%	
	Análândia	67		42		131		64		46		-28,1%	
	Pirassununga	1085		1212		2305		990		1182		19,4%	
	Santa Cruz das Palmeiras	480	1710	435	1773	359	2855	162	1278	234	1495	44,4%	17,0%
Porto Ferreira	Outras Localidades	39		28		39		23		27		17,4%	
	Descalvado	401		460		304		295		315		6,8%	
	Porto Ferreira	830		677		731		710		662		-6,8%	
	Santa Rita do Passa Quatro	647		312		330		552		701		27,0%	
	Tambaú	253	2170	247	1724	198	1602	239	1819	137	1842	-42,7%	1,3%
Presidente Prudente	Outras Localidades	89		149		118		100		84		-16,0%	
	Alfredo Marcondes	12		19		6		11		20		81,8%	
	Álvares Machado	134		216		306		144		100		-30,6%	
	Anhumas	2		1		2		2		3		50,0%	
	Caiabu	4		8		11		3		11		266,7%	
	Emilianópolis	4		2		4		6		3		-50,0%	
	Estrela do Norte	1		9		41		11		12		9,1%	
	Indiana	11		6		40		9		10		11,1%	
	Martinópolis	35		82		86		43		43		0,0%	
	Narandiba	70		113		77		28		36		28,6%	
	Pirapozinho	114		175		293		120		94		-21,7%	
	Presidente Bernardes	40		35		65		190		41		-78,4%	
	Presidente Prudente	3034		3472		3513		2742		2681		-2,2%	
	Regente Feijó	67		68		108		37		50		35,1%	
	Sandovalina	52		158		85		59		40		-32,2%	
	Santo Expedito	2		4		5		0		5			
	Taciba	35		198		37		19		10		-47,4%	
Tarabai	32	3738	33	4748	43	4840	21	3545	42	3285	100,0%	-7,3%	
Presidente Venceslau	Outras Localidades	56		107		79		28		77		175,0%	
	Caiuá	10		22		12		22		17		-22,7%	
	Marabá Paulista	86		9		10		5		15		200,0%	
	Piquerobi	5		8		5		13		6		-53,8%	
	Presidente Epitácio	265		486		432		284		240		-15,5%	
	Presidente Venceslau	455		445		427		233		255		9,4%	
	Ribeirão dos Índios	1		0		2		4		1		-75,0%	
	Santo Anastácio	60	938	43	1120	46	1013	52	641	49	660	-5,8%	3,0%
Rancharia	Outras Localidades	26		39		51		26		29		11,5%	
	Borá	20		22		22		300		346		15,3%	
	Iepê	37		50		25		6		13		116,7%	
	João Ramalho	3		15		6		8		7		-12,5%	
	Nantes	6		22		40		7		12		71,4%	
	Quatá	137		111		94		53		86		62,3%	
	Rancharia	351	580	366	625	316	554	275	675	304	797	10,5%	18,1%
Registro	Outras Localidades	19		40		41		109		25		-77,1%	
	Barra do Turvo	14		13		24		111		70		-38,9%	
	Cajati	133		101		139		98		595		507,1%	
	Cananéia	80		37		44		37		75		102,7%	
	Eldorado	29		107		58		20		30		50,0%	
	Iguape	173		800		2024		514		1184		130,4%	
	Ilha Comprida	18		27		54		35		26		-25,7%	
	Iporanga (nesta jurisdição desde jan 2018)							82		49		-40,2%	
	Jacupiranga	39		38		65		34		46		35,3%	
	Juquiá	84		37		112		41		63		53,7%	
	Miracatu	54		97		64		102		156		52,9%	
	Pariquera-Açu	169		94		148		1030		166		-83,9%	
	Registro	723		813		780		684		623		-8,9%	
Sete Barras	22	1557	25	2229	26	3579	27	2924	22	3130	-18,5%	7,0%	
Ribeirão Preto	Outras Localidades	184		197		165		112		153		36,6%	
	Quataparã	75		24		71		36		30		-16,7%	
	Jardinópolis	248		293		278		141		186		31,9%	
	Ribeirão Preto	12224	12731	13468	13982	13037	13551	8611	8900	9662	10031	12,2%	12,7%

VARA DO TRABALHO	MUNICÍPIO JURISDICIONADO	2015		2016		2017		2018		2019		VARIACÃO 2019 / 2018	
		Processos	Soma	Processos	Soma	Processos	Soma	Processos	Soma	Processos	Soma	Município	VT
Rio Claro	Outras Localidades	36		53		42		34		34		0,0%	
	Corumbatai	29		14		58		9		4		-55,6%	
	Ipeúna	54		47		90		66		46		-30,3%	
	Itirapina	167		212		159		104		67		-35,6%	
	Rio Claro	2688		2972		2671		1681		1968		17,1%	
	Santa Gertrudes	205	3179	233	3531	161	3181	177	2071	286	2405	61,6%	16,1%
Salto	Outras Localidades	34		36		47		89		52		-41,6%	
	Salto	2005	2039	2122	2158	1792	1839	1276	1365	2128	2180	66,8%	59,7%
Santa Bárbara d'Oeste	Outras Localidades	20		39		60		64		47		-26,6%	
	Santa Bárbara d'Oeste	2191	2211	2748	2787	2421	2481	1824	1888	1987	2034	8,9%	7,7%
Santa Cruz do Rio Pardo	Outras Localidades	91		75		71		113		68		-39,8%	
	Bernardino de Campos	124		55		104		267		71		-73,4%	
	Espírito Santo do Turvo	38		30		14		11		4		-63,6%	
	Fartura	56		117		90		102		79		-22,5%	
	Ipauçu	160		99		185		150		147		-2,0%	
	Pirajú	117		112		165		80		154		92,5%	
	Santa Cruz do Rio Pardo	838		739		878		482		459		-4,8%	
	Sarutaiá	11		6		6		13		6		-53,8%	
	Tejupá	2		5		22		20		42		110,0%	
	Timburi	12	1449	10	1248	5	1540	7	1245	11	1041	57,1%	-16,4%
São Carlos	Outras Localidades	66		87		98		66		80		21,2%	
	Dourado	40		56		81		55		78		41,8%	
	Ibaté	138		164		151		115		169		47,0%	
	Ribeirão Bonito	48		60		55		28		57		103,6%	
	São Carlos	4583	4875	5638	6005	4181	4566	2515	2779	2785	3169	10,7%	14,0%
São João da Boa Vista	Outras Localidades	51		54		53		43		43		0,0%	
	Aguai	283		278		268		186		206		10,8%	
	Águas da Prata	19		25		16		19		21		10,5%	
	Espírito Santo do Pinhal	707		737		695		399		518		29,8%	
	Santo Antônio do Jardim	29		27		22		20		28		40,0%	
	São João da Boa Vista	1559		1338		1286		925		862		-6,8%	
	Vargem Grande do Sul	261	2909	256	2715	288	2628	210	1802	174	1852	-17,1%	2,8%
São Joaquim da Barra	Outras Localidades	198		195		172		136		250		83,8%	
	Ipua	481		421		686		403		193		-52,1%	
	São Joaquim da Barra	1929	2608	1794	2410	1895	2753	1362	1901	1451	1894	6,5%	-0,4%
São José do Rio Pardo	Outras Localidades	72		53		77		48		37		-22,9%	
	Caconde	98		282		117		77		84		9,1%	
	Divinolândia	24		33		25		30		14		-53,3%	
	Itobi	25		37		61		32		93		190,6%	
	São José do Rio Pardo	727		525		602		424		438		3,3%	
	São Sebastião da Gramma	164		95		117		93		89		-4,3%	
	Tapiratiba	145	1255	157	1182	95	1094	93	797	271	1026	191,4%	28,7%
São José do Rio Preto	Outras Localidades	274		312		285		135		141		4,4%	
	Bady Bassitt	42		64		45		57		39		-31,6%	
	Cedral	44		52		34		47		34		-27,7%	
	Guapiaçu	76		163		192		126		102		-19,0%	
	Ipiguá	7		12		28		4		7		75,0%	
	Jaci	22		64		63		42		42		0,0%	
	Mirassol	443		494		835		525		526		0,2%	
	Neves Paulista	27		31		46		25		17		-32,0%	
	Nova Granada	45		60		63		26		63		142,3%	
	Onda Verde	33		41		29		22		42		90,9%	
	Orindiúva	75		33		29		34		36		5,9%	
	Palestina	93		71		65		62		51		-17,7%	
	Paulo de Faria	16		20		17		11		13		18,2%	
	Potirendaba	140		201		151		56		84		50,0%	
	São José do Rio Preto	7941		8711		9103		5793		5981		3,2%	
	Uchoa	26	9304	18	10347	15	11000	8	6973	8	7186	0,0%	3,1%

VARA DO TRABALHO	MUNICÍPIO JURISDICIONADO	2015		2016		2017		2018		2019		VARIACÃO 2019 / 2018	
		Processos	Soma	Processos	Soma	Processos	Soma	Processos	Soma	Processos	Soma	Município	VT
São José dos Campos	Outras Localidades	149		160		226		126		134		6,3%	
	Monteiro Lobato	8		9		4		3		3		0,0%	
	Paraibuna	49		23		38		33		24		-27,3%	
	São José dos Campos	9724	9930	11375	11567	11799	12067	6823	6985	7328	7489	7,4%	7,2%
São Roque	Outras Localidades	48		41		35		40		28		-30,0%	
	Alumínio	217		172		138		83		134		61,4%	
	Araçariçuama	211		197		185		106		122		15,1%	
	Mairinque	278		326		287		233		179		-23,2%	
	São Roque	1237	1991	1430	2166	1352	1997	880	1342	924	1387	5,0%	3,4%
São Sebastião	Outras Localidades	14		17		30		11		27		145,5%	
	Ilhabela	170		107		101		170		167		-1,8%	
	São Sebastião	1813	1997	1608	1732	1587	1718	990	1171	1120	1314	13,1%	12,2%
Sertãozinho	Outras Localidades	179		155		113		54		67		24,1%	
	Barrinha	72		55		53		43		40		-7,0%	
	Dumont	48		44		43		30		10		-66,7%	
	Pontal	289		383		339		523		269		-48,6%	
	Sertãozinho	3745	4333	3321	3958	3056	3604	2033	2683	1939	2325	-4,6%	-13,3%
Sorocaba	Outras Localidades	135		131		123		105		106		1,0%	
	Araçoiaba da Serra	84		79		103		98		99		1,0%	
	Sorocaba	10829		10734		9965		7268		7217		-0,7%	
	Votorantim	211	11259	227	11171	245	10436	201	7672	184	7606	-8,5%	-0,9%
Sumaré	Outras Localidades	121		125		167		81		120		48,1%	
	Sumaré	2704	2825	3112	3237	3424	3591	1918	1999	1879	1999	-2,0%	0,0%
Tanabi	Outras Localidades	193		93		55		153		113		-26,1%	
	Bálsamo	68		67		61		39		26		-33,3%	
	Cosmorama	27		34		27		20		20		0,0%	
	Macaubal	13		27		30		8		33		312,5%	
	Mirassolândia	7		6		20		9		20		122,2%	
	Monte Aprazível	260		300		365		232		287		23,7%	
	Poloni	38		182		114		77		23		-70,1%	
	Tanabi	1098	1704	1718	2427	990	1662	580	1118	519	1041	-10,5%	-6,9%
Taquaritinga	Outras Localidades	238		152		136		205		251		22,4%	
	Cândido Rodrigues	18		26		21		2		16		700,0%	
	Fernando Prestes	20		20		18		5		9		80,0%	
	Santa Ernestina	13		43		53		20		21		5,0%	
	Taquaritinga	844	1133	916	1157	898	1126	682	914	759	1056	11,3%	15,5%
Tatuí	Outras Localidades	50		49		35		39		35		-10,3%	
	Capela do Alto	51		54		46		61		41		-32,8%	
	Cesário Lange	64		74		67		34		31		-8,8%	
	Iperó	146		121		111		65		82		26,2%	
	Porangaba	21		55		42		14		28		100,0%	
	Quadra	12		18		17		11		9		-18,2%	
	Tatuí	2271		2442		2128		1203		1354		12,6%	
	Torre de Pedra	4	2619	4	2817	5	2451	1	1428	7	1587	600,0%	11,1%
Taubaté	Outras Localidades	53		74		71		52		62		19,2%	
	Natividade da Serra	17		10		11		5		78		1460,0%	
	Redenção da Serra	5		4		3		3		5		66,7%	
	São Luís do Paraitinga	27		28		18		18		21		16,7%	
	Taubaté	4777		4628		4476		2913		3050		4,7%	
Tremembé	120	4999	105	4849	136	4715	110	3101	316	3532	187,3%	13,9%	
Teodoro Sampaio	Outras Localidades	100		199		145		32		24		-25,0%	
	Euclides da Cunha Paulista	56		72		45		24		12		-50,0%	
	Mirante do Paranapanema	86		115		158		48		72		50,0%	
	Rosana	897		262		202		52		99		90,4%	
	Teodoro Sampaio	556	1695	472	1120	575	1125	187	343	275	482	47,1%	40,5%

VARA DO TRABALHO	MUNICÍPIO JURISDICIONADO	2015		2016		2017		2018		2019		VARIACÃO 2019 / 2018	
		Processos	Soma	Processos	Soma	Processos	Soma	Processos	Soma	Processos	Soma	Município	VT
Tietê	Outras Localidades	46		61		41		95		40		-57,9%	
	Boituva	589		591		562		402		438		9,0%	
	Cerquillo	221		195		182		243		193		-20,6%	
	Conchas	55		48		78		38		74		94,7%	
	Jumirim	26		13		11		11		12		9,1%	
	Laranjal Paulista	142		227		177		126		147		16,7%	
	Pereiras	49		26		33		45		34		-24,4%	
	Porto Feliz	268		266		245		227		224		-1,3%	
	Tietê	847	2243	986	2413	956	2285	896	2083	857	2019	-4,4%	-3,1%
Tupã	Outras Localidades	5		15		29		23		21		-8,7%	
	Arco-Iris	4		1		3		4		4		0,0%	
	Bastos	152		76		82		113		90		-20,4%	
	Herculândia	21		181		62		41		33		-19,5%	
	Iacri	35		66		41		9		22		144,4%	
	Parapuã	81		91		71		30		34		13,3%	
	Queiroz	46		63		84		64		95		48,4%	
	Quintana	31		31		19		52		40		-23,1%	
	Rinópolis	104		276		72		20		38		90,0%	
	Tupã	508	987	649	1449	618	1081	393	749	506	883	28,8%	17,9%
Ubatuba	Outras Localidades	12		10		16		10		10		0,0%	
	Ubatuba	882	894	914	924	1059	1075	652	662	624	634	-4,3%	-4,2%
Votuporanga	Outras Localidades	138		145		155		104		62		-40,4%	
	Álvares Florence	59		5		8		15		37		146,7%	
	Américo de Campos	7		15		15		22		4		-81,8%	
	Cardoso	29		28		27		58		18		-69,0%	
	Floreal	2		18		3		6		6		0,0%	
	Gastão Vidigal	15		48		22		8		9		12,5%	
	Magda	4		16		4		1		7		600,0%	
	Monções	185		157		244		168		536		219,0%	
	Nhandeara	49		39		80		46		47		2,2%	
	Nova Luzitânia	2		3		4		3		2		-33,3%	
	Parisi	2		2		14		4		1		-75,0%	
	Pontes Gestal	53		43		49		88		29		-67,0%	
	Riolândia	45		64		37		22		34		54,5%	
	Sebastianópolis do Sul	271		467		226		96		76		-20,8%	
	Valentim Gentil	57		74		91		22		36		63,6%	
	Votuporanga	1250	2168	1909	3033	1636	2615	1055	1718	1178	2082	11,7%	21,2%
Total		314836	314836	335522	335522	329732	329732	223116	223116	242124	242124	8,5%	8,5%

Observações:

- Os quantitativos de processos acima contemplam processos de conhecimento, inclusive embargos de terceiros, alinhados ao manual do Sistema E-Gestão da CGJT;
- Não foram considerados os processos recebidos para redistribuição e as sentenças reformadas pelo próprio juízo ou instância superior.

Fonte: Sistema E-Gestão da CGJT, disponível em 17/01/2020.

Conciliações em Processos de Conhecimento

Período de Referência de 01/01/19 a 31/12/19

Vara do Trabalho	Conciliações em Conhecimento		Total Solucionado com e sem exame de mérito
	Processos	%	Processos
Adamantina - 01a Vara	475	33,22	1.430
Americana - 01a Vara	1.111	38,20	2.908
Americana - 02a Vara	889	31,28	2.842
Amparo - 01a Vara	725	41,96	1.728
Andradina - 01a Vara	1.036	41,46	2.499
Aparecida - 01a Vara	445	42,50	1.047
Araçatuba - 01a Vara	534	48,99	1.090
Araçatuba - 02a Vara	516	41,78	1.235
Araçatuba - 03a Vara	565	43,39	1.302
Araraquara - 01a Vara	711	35,09	2.026
Araraquara - 02a Vara	697	30,85	2.259
Araraquara - 03a Vara	726	33,58	2.162
Araras - 01a Vara	706	39,71	1.778
Assis - 01a Vara	661	49,51	1.335
Assis - 02a Vara	735	50,27	1.462
Atibaia - 01a Vara	1.578	63,63	2.480
Avaré - 01a Vara	1.060	38,46	2.756
Barretos - 01a Vara	1.313	50,58	2.596
Batatais - 01a Vara	962	59,60	1.614
Bauru - 01a Vara	719	44,06	1.632
Bauru - 02a Vara	770	50,10	1.537
Bauru - 03a Vara	860	49,77	1.728
Bauru - 04a Vara	883	54,37	1.624
Bebedouro - 01a Vara	921	46,63	1.975
Birigui - 01a Vara	627	42,17	1.487
Botucatu - 01a Vara	1.348	49,11	2.745
Bragança Paulista - 01a Vara	844	41,03	2.057

Vara do Trabalho	Conciliações em Conhecimento		Total Solucionado com e sem exame de mérito
	Processos	%	Processos
Caçapava - 01a Vara	410	35,10	1.168
Cajuru - 01a Vara	569	56,45	1.008
Campinas - 01a Vara	749	36,75	2.038
Campinas - 02a Vara	918	49,22	1.865
Campinas - 03a Vara	828	39,83	2.079
Campinas - 04a Vara	798	37,84	2.109
Campinas - 05a Vara	848	44,84	1.891
Campinas - 06a Vara	877	42,80	2.049
Campinas - 07a Vara	1.047	47,87	2.187
Campinas - 08a Vara	849	49,53	1.714
Campinas - 09a Vara	905	44,45	2.036
Campinas - 10a Vara	902	43,28	2.084
Campinas - 11a Vara	787	36,33	2.166
Campinas - 12a Vara	955	47,14	2.026
Campo Limpo Paulista - 01a Vara	1.020	52,69	1.936
Capão Bonito - 01a Vara	440	34,81	1.264
Capivari - 01a Vara	935	32,05	2.917
Caraguatatuba - 01a Vara	598	41,38	1.445
Catanduva - 01a Vara	1.290	59,12	2.182
Catanduva - 02a Vara	1.248	58,02	2.151
Cravinhos - 01a Vara	967	66,74	1.449
Cruzeiro - 01a Vara	359	8,88	4.041
Dracena - 01a Vara	566	41,77	1.355
Fernandópolis - 01a Vara	1.285	66,27	1.939
Franca - 01a Vara	1.163	35,77	3.251
Franca - 02a Vara	1.171	33,30	3.517
Garça - 01a Vara	405	56,25	720
Guaratinguetá - 01a Vara	1.065	28,38	3.752
Hortolândia - 01a Vara	732	37,67	1.943
Indaiatuba - 01a Vara	1.319	41,32	3.192

Vara do Trabalho	Conciliações em Conhecimento		Total Solucionado com e sem exame de mérito
	Processos	%	Processos
Itanhaém - 01a Vara	972	46,66	2.083
Itapetininga - 01a Vara	801	40,85	1.961
Itapeva - 01a Vara	555	53,83	1.031
Itapira - 01a Vara	512	38,96	1.314
Itápolis - 01a Vara	623	31,21	1.996
Itararé - 01a Vara	349	50,14	696
Itatiba - 01a Vara	1.018	46,23	2.202
Itu - 01a Vara	1.211	41,13	2.944
Ituverava - 01a Vara	823	49,76	1.654
Jaboticabal - 01a Vara	893	45,58	1.959
Jaboticabal - 02a Vara	750	42,23	1.776
Jacareí - 01a Vara	664	46,37	1.432
Jacareí - 02a Vara	679	45,51	1.492
Jales - 01a Vara	589	51,62	1.141
Jaú - 01a Vara	1.000	52,55	1.903
Jaú - 02a Vara	1.008	53,25	1.893
José Bonifácio - 01a Vara	772	45,73	1.688
Jundiaí - 01a Vara	1.409	41,17	3.422
Jundiaí - 02a Vara	1.123	38,90	2.887
Jundiaí - 03a Vara	1.344	44,70	3.007
Jundiaí - 04a Vara	1.289	39,82	3.237
Leme - 01a Vara	986	64,74	1.523
Lençóis Paulista - 01a Vara	368	50,83	724
Lençóis Paulista - 02a Vara	342	47,90	714
Limeira - 01a Vara	1.162	49,81	2.333
Limeira - 02a Vara	906	48,89	1.853
Lins - 01a Vara	898	29,77	3.016
Lorena - 01a Vara	549	38,26	1.435
Marília - 01a Vara	891	54,20	1.644
Marília - 02a Vara	874	50,67	1.725

Vara do Trabalho	Conciliações em Conhecimento		Total Solucionado com e sem exame de mérito
	Processos	%	Processos
Matão - 01a Vara	1.064	54,96	1.936
Mococa - 01a Vara	504	31,13	1.619
Mogi Guaçu - 01a Vara	778	26,42	2.945
Moji-Mirim - 01a Vara	882	35,75	2.467
Olímpia - 01a Vara	861	58,57	1.470
Orlândia - 01a Vara	732	42,12	1.738
Ourinhos - 01a Vara	619	47,87	1.293
Paulínia - 01a Vara	498	36,97	1.347
Paulínia - 02a Vara	446	30,67	1.454
Pederneiras - 01a Vara	750	55,80	1.344
Penápolis - 01a Vara	339	19,17	1.768
Piedade - 01a Vara	478	50,26	951
Pindamonhangaba - 01a Vara	830	32,03	2.591
Piracicaba - 01a Vara	953	37,86	2.517
Piracicaba - 02a Vara	1.139	48,97	2.326
Piracicaba - 03a Vara	1.080	45,88	2.354
Pirassununga - 01a Vara	630	33,21	1.897
Porto Ferreira - 01a Vara	1.192	57,64	2.068
Presidente Prudente - 01a Vara	840	44,35	1.894
Presidente Prudente - 02a Vara	879	41,66	2.110
Presidente Venceslau - 01a Vara	477	44,37	1.075
Rancharia - 01a Vara	457	63,65	718
Registro - 01a Vara	667	17,98	3.710
Ribeirão Preto - 01a Vara	964	42,98	2.243
Ribeirão Preto - 02a Vara	906	40,66	2.228
Ribeirão Preto - 03a Vara	945	44,81	2.109
Ribeirão Preto - 04a Vara	1.084	40,81	2.656
Ribeirão Preto - 05a Vara	1.108	40,53	2.734
Ribeirão Preto - 06a Vara	902	43,72	2.063
Rio Claro - 01a Vara	1.305	46,67	2.796

Vara do Trabalho	Conciliações em Conhecimento		Total Solucionado com e sem exame de mérito
	Processos	%	Processos
Salto - 01a Vara	677	43,56	1.554
Santa Bárbara d'Oeste - 01a Vara	1.150	50,46	2.279
Santa Cruz do Rio Pardo - 01a Vara	612	41,92	1.460
São Carlos - 01a Vara	1.319	54,62	2.415
São Carlos - 02a Vara	1.067	52,25	2.042
São João da Boa Vista - 01a Vara	970	45,56	2.129
São Joaquim da Barra - 01a Vara	1.220	50,39	2.421
São José do Rio Pardo - 01a Vara	551	57,76	954
São José do Rio Preto - 01a Vara	891	40,24	2.214
São José do Rio Preto - 02a Vara	739	37,80	1.955
São José do Rio Preto - 03a Vara	897	40,53	2.213
São José do Rio Preto - 04a Vara	1.050	45,75	2.295
São José dos Campos - 01a Vara	530	31,64	1.675
São José dos Campos - 02a Vara	676	35,49	1.905
São José dos Campos - 03a Vara	660	33,93	1.945
São José dos Campos - 04a Vara	725	38,32	1.892
São José dos Campos - 05a Vara	657	33,76	1.946
São Roque - 01a Vara	814	36,78	2.213
São Sebastião - 01a Vara	703	44,83	1.568
Sertãozinho - 01a Vara	932	51,43	1.812
Sertãozinho - 02a Vara	805	43,05	1.870
Sorocaba - 01a Vara	1.215	45,52	2.669
Sorocaba - 02a Vara	823	34,23	2.404
Sorocaba - 03a Vara	958	36,40	2.632
Sorocaba - 04a Vara	943	40,98	2.301
Sumaré - 01a Vara	1.025	34,35	2.984
Tanabi - 01a Vara	628	44,10	1.424
Taquaritinga - 01a Vara	478	46,95	1.018
Tatuí - 01a Vara	1.386	67,58	2.051
Taubaté - 01a Vara	747	30,86	2.421

Vara do Trabalho	Conciliações em Conhecimento		Total Solucionado com e sem exame de mérito
	Processos	%	Processos
Taubaté - 02a Vara	811	32,54	2.492
Teodoro Sampaio - 01a Vara	415	47,92	866
Tietê - 01a Vara	782	43,13	1.813
Tupã - 01a Vara	332	38,34	866
Ubatuba - 01a Vara	541	64,64	837
Votuporanga - 01a Vara	1.175	53,70	2.188
Total	131.137	0,38	344.160

Nota: % é calculado em relação ao total solucionado da Vara Trabalhista.

Fonte: Sistema E-Gestão da CGJT, disponível em 06/02/2020.

Valores Pagos aos Reclamantes

Período de Referência de 01/01/19 a 31/12/19

Vara do Trabalho	Tipo de Pagamento			Total
	Acordo	Execução	Pagamento Espontâneo	
Adamantina - 01a Vara	4.605.619,11	5.214.293,99	4.441.425,25	14.261.338,35
Americana - 01a Vara	16.535.749,23	5.125.882,40	10.841.844,89	32.503.476,52
Americana - 02a Vara	18.313.006,05	6.626.839,21	1.276.833,33	26.216.678,59
Amparo - 01a Vara	10.674.757,89	4.028.227,52	2.201.010,72	16.903.996,13
Andradina - 01a Vara	29.136.025,53	20.997.497,49	486.656,81	50.620.179,83
Aparecida - 01a Vara	5.198.569,37	3.329.998,71	1.380.168,49	9.908.736,57
Araçatuba - 01a Vara	7.280.704,35	5.617.718,50	5.714.433,11	18.612.855,96
Araçatuba - 02a Vara	9.598.242,93	5.475.509,34	2.744.275,36	17.818.027,63
Araçatuba - 03a Vara	7.792.206,67	994.417,62	6.832.221,45	15.618.845,74
Araraquara - 01a Vara	15.198.615,19	3.448.267,91	8.315.177,38	26.962.060,48
Araraquara - 02a Vara	29.868.461,01	4.928.032,49	12.986.937,53	47.783.431,03
Araraquara - 03a Vara	11.497.499,00	4.593.314,92	8.626.859,37	24.717.673,29
Araras - 01a Vara	9.447.514,83	1.944.721,60	953.361,37	12.345.597,80
Assis - 01a Vara	3.851.226,37	7.405.750,64	1,00	11.256.978,01
Assis - 02a Vara	5.988.433,62	1.682.100,79	5.706.613,08	13.377.147,49
Atibaia - 01a Vara	14.907.834,33	5.206.188,45	3.816.912,67	23.930.935,45
Avaré - 01a Vara	7.261.978,34	4.306.530,80	325.263,44	11.893.772,58
Barretos - 01a Vara	14.189.463,75	586.875,98	8.984.338,42	23.760.678,15
Batatais - 01a Vara	7.880.832,10	3.741.048,24	2.460.697,85	14.082.578,19
Bauru - 01a Vara	8.674.867,18	8.801.462,96	8.391.069,52	25.867.399,66
Bauru - 02a Vara	7.176.274,96	1.179.848,04	127.470,13	8.483.593,13
Bauru - 03a Vara	10.296.195,07	7.824.064,09	893.807,58	19.014.066,74
Bauru - 04a Vara	8.906.649,62	5.057.214,15	35.421,75	13.999.285,52
Bebedouro - 01a Vara	6.990.581,03	2.806.312,93	481.290,90	10.278.184,86
Birigui - 01a Vara	5.954.642,35	3.504.358,28	2.027.455,93	11.486.456,56
Botucatu - 01a Vara	17.253.579,55	15.586.514,02	620.864,99	33.460.958,56
Bragança Paulista - 01a Vara	11.755.142,70	9.255.157,53	1.066.619,69	22.076.919,92
Caçapava - 01a Vara	12.778.772,86	4.680.902,13	4.335.473,71	21.795.148,70
Cajuru - 01a Vara	2.409.462,96	2.094.490,28	454.621,26	4.958.574,50
Campinas - 01a Vara	21.769.988,78	227.612,37	5.787.684,98	27.785.286,13
Campinas - 02a Vara	17.102.852,78	949.007,96	9.561.857,83	27.613.718,57

Vara do Trabalho	Tipo de Pagamento			Total
	Acordo	Execução	Pagamento Espontâneo	
Campinas - 03a Vara	12.127.488,55	1.400.930,80	6.939.981,65	20.468.401,00
Campinas - 04a Vara	16.840.407,83	2.224.665,80	9.622.522,75	28.687.596,38
Campinas - 05a Vara	21.181.797,44	5.566.817,34	3.743.810,58	30.492.425,36
Campinas - 06a Vara	18.175.935,15	3.576.018,66	20.903.739,17	42.655.692,98
Campinas - 07a Vara	18.013.258,16	5.765.010,55	13.275.127,54	37.053.396,25
Campinas - 08a Vara	9.878.982,53	722.684,22	18.636.503,59	29.238.170,34
Campinas - 09a Vara	13.339.407,94	1.132.619,82	9.873.756,64	24.345.784,40
Campinas - 10a Vara	17.168.910,45	2.302.806,58	13.280.263,34	32.751.980,37
Campinas - 11a Vara	17.702.106,19	4.376.166,23	7.069.047,84	29.147.320,26
Campinas - 12a Vara	13.695.704,17	1.651.958,42	13.015.884,00	28.363.546,59
Campo Limpo Paulista - 01a Vara	7.750.873,53	1.273.859,75	2.023.010,52	11.047.743,80
Capão Bonito - 01a Vara	3.787.885,60	8.861.455,92	67.129,60	12.716.471,12
Capivari - 01a Vara	24.937.420,44	9.298.000,80	8.959.896,80	43.195.318,04
Caraguatatuba - 01a Vara	5.989.187,30	351.057,65	1.342.798,15	7.683.043,10
Catanduba - 01a Vara	12.799.433,15	10.397.951,46	4.792,91	23.202.177,52
Catanduba - 02a Vara	16.003.819,09	2.729.894,06	6.478.679,90	25.212.393,05
Cravinhos - 01a Vara	17.823.207,79	2.537.629,63	4.892.124,21	25.252.961,63
Cruzeiro - 01a Vara	8.262.853,88	14.562.407,07	37.988,51	22.863.249,46
Dracena - 01a Vara	5.204.952,70	2.100.077,15	6.784.654,23	14.089.684,08
Fernandópolis - 01a Vara	14.098.791,62	24.352.647,76	1.513.898,45	39.965.337,83
Franca - 01a Vara	9.240.381,32	5.909.517,48	7.053.678,23	22.203.577,03
Franca - 02a Vara	6.854.229,68	1.360.776,20	11.428.062,53	19.643.068,41
Garça - 01a Vara	3.394.980,06	948.675,69	587.260,96	4.930.916,71
Guaratinguetá - 01a Vara	9.046.016,74	4.770.102,10	356.340,18	14.172.459,02
Hortolândia - 01a Vara	15.399.252,49	3.452.885,68	15.543.342,35	34.395.480,52
Indaiatuba - 01a Vara	18.365.930,52	4.826.019,11	6.263.050,00	29.454.999,63
Itanhaém - 01a Vara	8.799.880,59	3.578.802,91	9.571.994,55	21.950.678,05
Itapetininga - 01a Vara	3.727.974,15	6.698.069,64	416.643,39	10.842.687,18
Itapeva - 01a Vara	2.133.470,68	5.418.407,51	1.952,47	7.553.830,66
Itapira - 01a Vara	10.091.571,35	1.471.051,67	3.221.403,08	14.784.026,10
Itápolis - 01a Vara	13.423.580,49	6.780.543,22	1.258.718,75	21.462.842,46
Itararé - 01a Vara	3.482.971,95	1.334.759,08	1.009.660,58	5.827.391,61
Itatiba - 01a Vara	14.256.193,01	4.348.559,93	2.196.742,13	20.801.495,07

Vara do Trabalho	Tipo de Pagamento			Total
	Acordo	Execução	Pagamento Espontâneo	
Itu - 01a Vara	10.317.029,88	7.618.606,60	7.341.134,64	25.276.771,12
Ituverava - 01a Vara	11.297.072,32	4.156.130,77	6.015.258,78	21.468.461,87
Jaboticabal - 01a Vara	22.488.843,46	7.167.538,47	6.873.916,64	36.530.298,57
Jaboticabal - 02a Vara	10.805.951,38	3.280.998,04	5.142.868,01	19.229.817,43
Jacareí - 01a Vara	8.941.926,98	764.499,47	2.135.766,51	11.842.192,96
Jacareí - 02a Vara	13.454.070,25	1.057.240,17	2.940.738,71	17.452.049,13
Jales - 01a Vara	6.296.600,42	1.398.740,99	18.075,62	7.713.417,03
Jaú - 01a Vara	12.658.799,12	3.629.520,46	3.744.078,54	20.032.398,12
Jaú - 02a Vara	18.257.524,67	2.784.571,84	2.167.981,48	23.210.077,99
José Bonifácio - 01a Vara	18.417.377,38	4.494.378,56	569.993,13	23.481.749,07
Jundiaí - 01a Vara	20.158.429,09	6.801.818,33	5.841.059,99	32.801.307,41
Jundiaí - 02a Vara	19.257.348,35	1.559.411,17	1.209.334,68	22.026.094,20
Jundiaí - 03a Vara	35.923.924,46	1.160.262,46	14.889.254,41	51.973.441,33
Jundiaí - 04a Vara	22.909.132,85	11.812.758,99	3.328.131,74	38.050.023,58
Leme - 01a Vara	5.382.922,28	372.049,23	7.281.378,60	13.036.350,11
Lençóis Paulista - 01a Vara	4.379.589,77	5.127.178,91	520.584,33	10.027.353,01
Lençóis Paulista - 02a Vara	5.743.786,14	2.130.431,04	1.030.094,27	8.904.311,45
Limeira - 01a Vara	15.345.295,88	990.403,27	1.008.913,49	17.344.612,64
Limeira - 02a Vara	14.395.051,38	5.480.683,62	883.325,16	20.759.060,16
Lins - 01a Vara	32.190.503,88	8.699.304,19	12.478.945,52	53.368.753,59
Lorena - 01a Vara	7.276.004,00	10.206.878,72	391.008,51	17.873.891,23
Marília - 01a Vara	9.331.219,74	3.945.233,12	1.458.357,45	14.734.810,31
Marília - 02a Vara	9.827.752,28	4.546.856,91	3.234.884,54	17.609.493,73
Matão - 01a Vara	12.231.202,45	1,00	3.435.721,19	15.666.924,64
Mococa - 01a Vara	4.242.302,59	2.580.165,39	203.624,45	7.026.092,43
Mogi Guaçu - 01a Vara	36.847.407,84	994.828,82	9.086.186,71	46.928.423,37
Moji-Mirim - 01a Vara	19.215.582,92	7.375.142,21	2.292.798,86	28.883.523,99
Olímpia - 01a Vara	5.472.218,97	3.389.272,57	174.197,74	9.035.689,28
Orlândia - 01a Vara	8.083.780,41	282.718,08	10.930.556,94	19.297.055,43
Ourinhos - 01a Vara	13.092.814,14	10.242.549,19	2.294.144,18	25.629.507,51
Paulínia - 01a Vara	13.203.795,62	1.304.471,39	19.705.368,74	34.213.635,75
Paulínia - 02a Vara	9.639.990,70	1.616.784,04	3.326.767,80	14.583.542,54
Pederneras - 01a Vara	8.414.599,28	5.710.264,02	2.015.589,74	16.140.453,04

Vara do Trabalho	Tipo de Pagamento			Total
	Acordo	Execução	Pagamento Espontâneo	
Penápolis - 01a Vara	5.361.586,09	4.445.028,42	148.728,36	9.955.342,87
Piedade - 01a Vara	3.122.903,20	756.181,88	412.640,66	4.291.725,74
Pindamonhangaba - 01a Vara	10.337.685,88	4.486.348,50	8.710.783,41	23.534.817,79
Piracicaba - 01a Vara	13.821.899,38	907.630,32	2.804.230,12	17.533.759,82
Piracicaba - 02a Vara	16.890.097,73	2.152.070,06	11.366.997,87	30.409.165,66
Piracicaba - 03a Vara	23.191.037,04	3.479.866,25	4.196.846,11	30.867.749,40
Pirassununga - 01a Vara	6.041.636,61	2.266.488,23	6.285.503,75	14.593.628,59
Porto Ferreira - 01a Vara	5.171.197,98	14.341.364,12	2.667.515,31	22.180.077,41
Presidente Prudente - 01a Vara	13.381.545,23	12.078.157,79	580.163,15	26.039.866,17
Presidente Prudente - 02a Vara	12.106.836,86	17.197.247,05	1.246.559,17	30.550.643,08
Presidente Venceslau - 01a Vara	5.284.711,47	3.560.250,42	4.795.805,34	13.640.767,23
Rancharia - 01a Vara	3.982.865,30	336.109,93	847.581,46	5.166.556,69
Registro - 01a Vara	7.891.251,59	4.177.657,38	10.144.463,74	22.213.372,71
Ribeirão Preto - 01a Vara	13.455.676,61	15.367.236,22	3.785.746,06	32.608.658,89
Ribeirão Preto - 02a Vara	18.326.464,32	10.607.263,37	1.492.906,36	30.426.634,05
Ribeirão Preto - 03a Vara	15.453.175,80	2.718.871,27	6.677.833,56	24.849.880,63
Ribeirão Preto - 04a Vara	13.469.043,25	3.026.349,90	2.925.858,26	19.421.251,41
Ribeirão Preto - 05a Vara	18.113.509,22	3.051.119,36	7.854.577,09	29.019.205,67
Ribeirão Preto - 06a Vara	10.514.007,56	164.430,25	1.615.066,67	12.293.504,48
Rio Claro - 01a Vara	16.973.242,73	11.439.262,96	3.009.725,70	31.422.231,39
Salto - 01a Vara	16.515.651,97	1.252.603,96	5.842.870,00	23.611.125,93
Santa Bárbara d'Oeste - 01a Vara	12.906.638,33	8.553.701,45	2.873.703,74	24.334.043,52
Santa Cruz do Rio Pardo - 01a Vara	4.263.901,11	2.003.381,06	1.918.407,30	8.185.689,47
São Carlos - 01a Vara	19.614.333,55	6.238.775,21	5.012.299,63	30.865.408,39
São Carlos - 02a Vara	16.248.889,80	9.546.711,48	1.211.366,96	27.006.968,24
São João da Boa Vista - 01a Vara	13.384.074,51	3.279.680,35	7.833.586,88	24.497.341,74
São Joaquim da Barra - 01a Vara	7.372.757,66	868.442,92	4.227.467,58	12.468.668,16
São José do Rio Pardo - 01a Vara	6.383.922,80	2.822.563,50	474.904,72	9.681.391,02
São José do Rio Preto - 01a Vara	8.157.549,31	139.966,55	4.162.561,96	12.460.077,82
São José do Rio Preto - 02a Vara	15.336.669,71	6.176.775,20	1.209.397,93	22.722.842,84
São José do Rio Preto - 03a Vara	9.156.998,54	2.426.399,03	1.345.049,59	12.928.447,16
São José do Rio Preto - 04a Vara	10.743.474,37	2.404.021,85	1.087.523,53	14.235.019,75
São José dos Campos - 01a Vara	14.246.468,55	7.207.668,55	4.029.767,31	25.483.904,41

Vara do Trabalho	Tipo de Pagamento			Total
	Acordo	Execução	Pagamento Espontâneo	
São José dos Campos - 02a Vara	15.069.760,50	139.324,22	6.390.858,12	21.599.942,84
São José dos Campos - 03a Vara	11.084.812,67	620.257,08	5.918.162,53	17.623.232,28
São José dos Campos - 04a Vara	11.767.740,38	3.016.058,22	7.447.744,60	22.231.543,20
São José dos Campos - 05a Vara	11.913.478,70	2.400.482,12	4.601.667,50	18.915.628,32
São Roque - 01a Vara	15.532.432,81	1.265.801,47	3.057.372,75	19.855.607,03
São Sebastião - 01a Vara	20.960.253,63	3.498.701,96	2.159.259,77	26.618.215,36
Sertãozinho - 01a Vara	10.296.446,26	591.272,24	2.163.912,51	13.051.631,01
Sertãozinho - 02a Vara	6.532.886,59	819.531,70	1.002.980,73	8.355.399,02
Sorocaba - 01a Vara	15.337.817,26	194.240,26	987.178,21	16.519.235,73
Sorocaba - 02a Vara	10.926.725,58	5.479.499,46	932.610,41	17.338.835,45
Sorocaba - 03a Vara	14.545.060,08	1.662.299,65	1.789.381,01	17.996.740,74
Sorocaba - 04a Vara	22.965.028,36	1.471.601,70	4.170.295,87	28.606.925,93
Sumaré - 01a Vara	18.082.730,85	4.178.642,94	5.279.091,83	27.540.465,62
Tanabi - 01a Vara	15.694.759,01	4.014.527,49	148.471,83	19.857.758,33
Taquaritinga - 01a Vara	4.784.012,71	1.351.106,87	2.844.292,25	8.979.411,83
Tatuí - 01a Vara	10.125.122,97	3.159.779,41	5.060.168,86	18.345.071,24
Taubaté - 01a Vara	41.017.976,88	648.567,77	6.992.275,48	48.658.820,13
Taubaté - 02a Vara	9.821.808,10	1.256.442,79	10.815.196,52	21.893.447,41
Teodoro Sampaio - 01a Vara	8.832.243,43	6.469.424,20	1.269.049,22	16.570.716,85
Tietê - 01a Vara	9.921.891,91	1.531.166,42	1.993.502,99	13.446.561,32
Tupã - 01a Vara	4.722.127,78	2.270.922,32	2.985.044,41	9.978.094,51
Ubatuba - 01a Vara	1.968.509,13	221.724,24	0,12	2.190.233,49
Votuporanga - 01a Vara	13.882.910,85	11.530.557,46	3.585.468,29	28.998.936,60
Total	1.911.802.697,43	673.256.240,05	677.615.595,56	3.262.674.533,04

Fonte: Sistema E-Gestão da CGJT, disponível em 06/02/2020.

Adamantina - 01a Vara
Período de referência: Ano de 2019

I - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

FASE DE CONHECIMENTO		
RECEBIDOS 872	SOLUCIONADOS 1.001	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 244
FASE DE LIQUIDAÇÃO		
INICIADOS 669	ENCERRADOS 984	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 9
FASE DE EXECUÇÃO		
INICIADOS 868	ENCERRADOS 656	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 1.059
		ARQUIVADOS PROVISORIAMENTE 30
		SOMA 1.089

II - OPEROSIDADE

CONCILIAÇÕES EM CONHECIMENTO:		475
% DO TOTAL SOLUCIONADO:		33,2%
CUSTAS E EMOLUMENTOS:	R\$	109.759,95
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA:	R\$	1.763.711,29
IMPOSTO DE RENDA:	R\$	404.892,70
MULTA APLICADA PELA DRT:	R\$	-
SOMA	R\$	2.278.363,94
VALORES PAGOS AOS RECLAMANTES:	R\$	14.261.338,35 (**)

Observações:

Onde constou "(*)" o processo encontra-se pendente de sentença;

Onde constou "(**)" foram considerados os valores conciliados, executados e pagos espontaneamente.

Fonte: Sistema E-Gestão da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, disponível em 03/02/2020.

Americana - 01a Vara
Período de referência: Ano de 2019

I - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

FASE DE CONHECIMENTO		
RECEBIDOS 2.376	SOLUCIONADOS 2.881	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 1.831

FASE DE LIQUIDAÇÃO		
INICIADOS 1.256	ENCERRADOS 1.033	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 24

FASE DE EXECUÇÃO		
INICIADOS 682	ENCERRADOS 778	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 1.007
		ARQUIVADOS PROVISORIAMENTE 0
		SOMA 1.007

II - OPEROSIDADE

CONCILIAÇÕES EM CONHECIMENTO: 1.111
 % DO TOTAL SOLUCIONADO: 38,2%

CUSTAS E EMOLUMENTOS:	R\$	763.180,41
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA:	R\$	2.949.067,74
IMPOSTO DE RENDA:	R\$	173.107,43
MULTA APLICADA PELA DRT:	R\$	-
SOMA	R\$	3.885.355,58

VALORES PAGOS AOS RECLAMANTES: R\$ 32.503.476,52 (**)

Observações:

Onde constou "(*)" o processo encontra-se pendente de sentença;

Onde constou "(**)" foram considerados os valores conciliados, executados e pagos espontaneamente.

Fonte: Sistema E-Gestão da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, disponível em 03/02/2020.

Americana - 02a Vara
Período de referência: Ano de 2019

I - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

FASE DE CONHECIMENTO		
RECEBIDOS 2.423	SOLUCIONADOS 2.589	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 1.643

FASE DE LIQUIDAÇÃO		
INICIADOS 1.258	ENCERRADOS 1.427	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 30

FASE DE EXECUÇÃO		
INICIADOS 718	ENCERRADOS 3.664	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 596
		ARQUIVADOS PROVISORIAMENTE 0
		SOMA 596

II - OPEROSIDADE

CONCILIAÇÕES EM CONHECIMENTO:		889
% DO TOTAL SOLUCIONADO:		31,3%
CUSTAS E EMOLUMENTOS:	R\$	14.973,63
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA:	R\$	1.635.864,55
IMPOSTO DE RENDA:	R\$	60.927,09
MULTA APLICADA PELA DRT:	R\$	-
SOMA	R\$	1.711.765,27
VALORES PAGOS AOS RECLAMANTES:	R\$	26.216.678,59 (**)

Observações:

Onde constou "(*)" o processo encontra-se pendente de sentença;

Onde constou "(**)" foram considerados os valores conciliados, executados e pagos espontaneamente.

Fonte: Sistema E-Gestão da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, disponível em 03/02/2020.

Amparo - 01a Vara
Período de referência: Ano de 2019

I - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

FASE DE CONHECIMENTO		
RECEBIDOS 1.752	SOLUCIONADOS 1.746	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 963
FASE DE LIQUIDAÇÃO		
INICIADOS 649	ENCERRADOS 852	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 18
FASE DE EXECUÇÃO		
INICIADOS 563	ENCERRADOS 403	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 997
		ARQUIVADOS PROVISORIAMENTE 13
		SOMA 1.010

II - OPEROSIDADE

CONCILIAÇÕES EM CONHECIMENTO:		725
% DO TOTAL SOLUCIONADO:		42,0%
CUSTAS E EMOLUMENTOS:	R\$	61.375,36
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA:	R\$	2.144.755,53
IMPOSTO DE RENDA:	R\$	64.718,97
MULTA APLICADA PELA DRT:	R\$	-
SOMA	R\$	2.270.849,86
VALORES PAGOS AOS RECLAMANTES:	R\$	16.903.996,13 (**)

Observações:

Onde constou "(*)" o processo encontra-se pendente de sentença;

Onde constou "(**)" foram considerados os valores conciliados, executados e pagos espontaneamente.

Fonte: Sistema E-Gestão da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, disponível em 03/02/2020.

Andradina - 01a Vara
Período de referência: Ano de 2019

I - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

FASE DE CONHECIMENTO		
RECEBIDOS 1.781	SOLUCIONADOS 2.610	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 1.666
FASE DE LIQUIDAÇÃO		
INICIADOS 1.072	ENCERRADOS 2.014	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 54
FASE DE EXECUÇÃO		
INICIADOS 926	ENCERRADOS 1.119	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 2.918
		ARQUIVADOS PROVISORIAMENTE 89
		SOMA 3.007

II - OPEROSIDADE

CONCILIAÇÕES EM CONHECIMENTO:		1.036
% DO TOTAL SOLUCIONADO:		41,5%
CUSTAS E EMOLUMENTOS:	R\$	319.821,64
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA:	R\$	3.265.660,48
IMPOSTO DE RENDA:	R\$	91.102,63
MULTA APLICADA PELA DRT:	R\$	-
SOMA	R\$	3.676.584,75
VALORES PAGOS AOS RECLAMANTES:	R\$	50.620.179,83 (**)

Observações:

Onde constou "(*)" o processo encontra-se pendente de sentença;

Onde constou "(**)" foram considerados os valores conciliados, executados e pagos espontaneamente.

Fonte: Sistema E-Gestão da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, disponível em 03/02/2020.

Aparecida - 01a Vara
Período de referência: Ano de 2019

I - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

FASE DE CONHECIMENTO		
RECEBIDOS 765	SOLUCIONADOS 892	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 107
FASE DE LIQUIDAÇÃO		
INICIADOS 335	ENCERRADOS 389	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 4
FASE DE EXECUÇÃO		
INICIADOS 388	ENCERRADOS 307	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 389
		ARQUIVADOS PROVISORIAMENTE 58
		SOMA 447

II - OPEROSIDADE

CONCILIAÇÕES EM CONHECIMENTO:		445
% DO TOTAL SOLUCIONADO:		42,5%
CUSTAS E EMOLUMENTOS:	R\$	105.142,84
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA:	R\$	763.100,32
IMPOSTO DE RENDA:	R\$	96.213,82
MULTA APLICADA PELA DRT:	R\$	-
SOMA	R\$	964.456,98
VALORES PAGOS AOS RECLAMANTES:	R\$	9.908.736,57 (**)

Observações:

Onde constou "(*)" o processo encontra-se pendente de sentença;

Onde constou "(**)" foram considerados os valores conciliados, executados e pagos espontaneamente.

Fonte: Sistema E-Gestão da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, disponível em 03/02/2020.

Araçatuba - 01a Vara
Período de referência: Ano de 2019

I - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

FASE DE CONHECIMENTO		
RECEBIDOS 954	SOLUCIONADOS 932	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 268
FASE DE LIQUIDAÇÃO		
INICIADOS 375	ENCERRADOS 411	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 6
FASE DE EXECUÇÃO		
INICIADOS 304	ENCERRADOS 258	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 388
		ARQUIVADOS PROVISORIAMENTE 1
		SOMA 389

II - OPEROSIDADE

CONCILIAÇÕES EM CONHECIMENTO:		534
% DO TOTAL SOLUCIONADO:		49,0%
CUSTAS E EMOLUMENTOS:	R\$	77.394,17
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA:	R\$	2.019.880,38
IMPOSTO DE RENDA:	R\$	374.276,87
MULTA APLICADA PELA DRT:	R\$	3.156,48
SOMA	R\$	2.474.707,90
VALORES PAGOS AOS RECLAMANTES:	R\$	18.612.855,96 (**)

Observações:

Onde constou "(*)" o processo encontra-se pendente de sentença;

Onde constou "(**)" foram considerados os valores conciliados, executados e pagos espontaneamente.

Fonte: Sistema E-Gestão da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, disponível em 03/02/2020.

Araçatuba - 02a Vara
Período de referência: Ano de 2019

I - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

FASE DE CONHECIMENTO		
RECEBIDOS 954	SOLUCIONADOS 1.103	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 443

FASE DE LIQUIDAÇÃO		
INICIADOS 352	ENCERRADOS 414	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 2

FASE DE EXECUÇÃO		
INICIADOS 323	ENCERRADOS 305	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 475
		ARQUIVADOS PROVISORIAMENTE 0
		SOMA 475

II - OPEROSIDADE

CONCILIAÇÕES EM CONHECIMENTO:		516
% DO TOTAL SOLUCIONADO:		41,8%
CUSTAS E EMOLUMENTOS:	R\$	134.821,77
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA:	R\$	1.025.412,39
IMPOSTO DE RENDA:	R\$	185.864,71
MULTA APLICADA PELA DRT:	R\$	-
SOMA	R\$	1.346.098,87
VALORES PAGOS AOS RECLAMANTES:	R\$	17.818.027,63 (**)

Observações:

Onde constou "(*)" o processo encontra-se pendente de sentença;

Onde constou "(**)" foram considerados os valores conciliados, executados e pagos espontaneamente.

Fonte: Sistema E-Gestão da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, disponível em 03/02/2020.

Araçatuba - 03a Vara
Período de referência: Ano de 2019

I - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

FASE DE CONHECIMENTO		
RECEBIDOS 969	SOLUCIONADOS 1.083	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 528
FASE DE LIQUIDAÇÃO		
INICIADOS 406	ENCERRADOS 370	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 7
FASE DE EXECUÇÃO		
INICIADOS 279	ENCERRADOS 852	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 391
		ARQUIVADOS PROVISORIAMENTE 9
		SOMA 400

II - OPEROSIDADE

CONCILIAÇÕES EM CONHECIMENTO:		565
% DO TOTAL SOLUCIONADO:		43,4%
CUSTAS E EMOLUMENTOS:	R\$	129.017,40
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA:	R\$	998.749,85
IMPOSTO DE RENDA:	R\$	93.432,41
MULTA APLICADA PELA DRT:	R\$	-
SOMA	R\$	1.221.199,66
VALORES PAGOS AOS RECLAMANTES:	R\$	15.618.845,74 (**)

Observações:

Onde constou "(*)" o processo encontra-se pendente de sentença;

Onde constou "(**)" foram considerados os valores conciliados, executados e pagos espontaneamente.

Fonte: Sistema E-Gestão da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, disponível em 03/02/2020.

Araraquara - 01a Vara
Período de referência: Ano de 2019

I - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

FASE DE CONHECIMENTO		
RECEBIDOS 1.444	SOLUCIONADOS 2.082	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 689
FASE DE LIQUIDAÇÃO		
INICIADOS 817	ENCERRADOS 1.081	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 17
FASE DE EXECUÇÃO		
INICIADOS 734	ENCERRADOS 860	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 804
		ARQUIVADOS PROVISORIAMENTE 5
		SOMA 809

II - OPEROSIDADE

CONCILIAÇÕES EM CONHECIMENTO:		711
% DO TOTAL SOLUCIONADO:		35,1%
CUSTAS E EMOLUMENTOS:	R\$	56.530,28
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA:	R\$	2.449.417,43
IMPOSTO DE RENDA:	R\$	473.658,37
MULTA APLICADA PELA DRT:	R\$	-
SOMA	R\$	2.979.606,08
VALORES PAGOS AOS RECLAMANTES:	R\$	26.962.060,48 (**)

Observações:

Onde constou "(*)" o processo encontra-se pendente de sentença;

Onde constou "(**)" foram considerados os valores conciliados, executados e pagos espontaneamente.

Fonte: Sistema E-Gestão da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, disponível em 03/02/2020.

Araraquara - 02a Vara
Período de referência: Ano de 2019

I - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

FASE DE CONHECIMENTO		
RECEBIDOS 1.498	SOLUCIONADOS 1.810	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 498
FASE DE LIQUIDAÇÃO		
INICIADOS 967	ENCERRADOS 1.019	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 31
FASE DE EXECUÇÃO		
INICIADOS 709	ENCERRADOS 704	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 1.347
		ARQUIVADOS PROVISORIAMENTE 82
		SOMA 1.429

II - OPEROSIDADE

CONCILIAÇÕES EM CONHECIMENTO:		697
% DO TOTAL SOLUCIONADO:		30,9%
CUSTAS E EMOLUMENTOS:	R\$	519.217,76
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA:	R\$	2.979.698,80
IMPOSTO DE RENDA:	R\$	404.490,82
MULTA APLICADA PELA DRT:	R\$	-
SOMA	R\$	3.903.407,38
VALORES PAGOS AOS RECLAMANTES:	R\$	47.783.431,03 (**)

Observações:

Onde constou "(*)" o processo encontra-se pendente de sentença;

Onde constou "(**)" foram considerados os valores conciliados, executados e pagos espontaneamente.

Fonte: Sistema E-Gestão da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, disponível em 03/02/2020.

Araraquara - 03a Vara
Período de referência: Ano de 2019

I - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

FASE DE CONHECIMENTO		
RECEBIDOS 1.456	SOLUCIONADOS 1.595	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 907
FASE DE LIQUIDAÇÃO		
INICIADOS 816	ENCERRADOS 1.043	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 32
FASE DE EXECUÇÃO		
INICIADOS 919	ENCERRADOS 865	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 1.380
		ARQUIVADOS PROVISORIAMENTE 84
		SOMA 1.464

II - OPEROSIDADE

CONCILIAÇÕES EM CONHECIMENTO:		726
% DO TOTAL SOLUCIONADO:		33,6%
CUSTAS E EMOLUMENTOS:	R\$	427.982,32
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA:	R\$	1.767.835,43
IMPOSTO DE RENDA:	R\$	22.833,29
MULTA APLICADA PELA DRT:	R\$	-
SOMA	R\$	2.218.651,04
VALORES PAGOS AOS RECLAMANTES:	R\$	24.717.673,29 (**)

Observações:

Onde constou "(*)" o processo encontra-se pendente de sentença;

Onde constou "(**)" foram considerados os valores conciliados, executados e pagos espontaneamente.

Fonte: Sistema E-Gestão da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, disponível em 03/02/2020.

Araras - 01a Vara
Período de referência: Ano de 2019

I - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

FASE DE CONHECIMENTO		
RECEBIDOS 1.526	SOLUCIONADOS 1.681	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 816
FASE DE LIQUIDAÇÃO		
INICIADOS 676	ENCERRADOS 848	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 25
FASE DE EXECUÇÃO		
INICIADOS 391	ENCERRADOS 408	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 750
		ARQUIVADOS PROVISORIAMENTE 0
		SOMA 750

II - OPEROSIDADE

CONCILIAÇÕES EM CONHECIMENTO:		706
% DO TOTAL SOLUCIONADO:		39,7%
CUSTAS E EMOLUMENTOS:	R\$	327.367,04
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA:	R\$	496.336,58
IMPOSTO DE RENDA:	R\$	13.402,89
MULTA APLICADA PELA DRT:	R\$	-
SOMA	R\$	837.106,51
VALORES PAGOS AOS RECLAMANTES:	R\$	12.345.597,80 (**)

Observações:

Onde constou "(*)" o processo encontra-se pendente de sentença;

Onde constou "(**)" foram considerados os valores conciliados, executados e pagos espontaneamente.

Fonte: Sistema E-Gestão da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, disponível em 03/02/2020.

Assis - 01a Vara
Período de referência: Ano de 2019

I - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

FASE DE CONHECIMENTO		
RECEBIDOS 1.235	SOLUCIONADOS 1.436	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 644
FASE DE LIQUIDAÇÃO		
INICIADOS 615	ENCERRADOS 876	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 19
FASE DE EXECUÇÃO		
INICIADOS 1.074	ENCERRADOS 550	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 1.224
		ARQUIVADOS PROVISORIAMENTE 377
		SOMA 1.601

II - OPEROSIDADE

CONCILIAÇÕES EM CONHECIMENTO:		661
% DO TOTAL SOLUCIONADO:		49,5%
CUSTAS E EMOLUMENTOS:	R\$	133.044,48
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA:	R\$	716.100,95
IMPOSTO DE RENDA:	R\$	81.635,42
MULTA APLICADA PELA DRT:	R\$	-
SOMA	R\$	930.780,85
VALORES PAGOS AOS RECLAMANTES:	R\$	11.256.978,01 (**)

Observações:

Onde constou "(*)" o processo encontra-se pendente de sentença;

Onde constou "(**)" foram considerados os valores conciliados, executados e pagos espontaneamente.

Fonte: Sistema E-Gestão da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, disponível em 03/02/2020.

Assis - 02a Vara
Período de referência: Ano de 2019

I - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

FASE DE CONHECIMENTO		
RECEBIDOS 1.250	SOLUCIONADOS 1.508	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 698
FASE DE LIQUIDAÇÃO		
INICIADOS 493	ENCERRADOS 1.113	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 89
FASE DE EXECUÇÃO		
INICIADOS 1.001	ENCERRADOS 376	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 1.463
		ARQUIVADOS PROVISORIAMENTE 37
		SOMA 1.500

II - OPEROSIDADE

CONCILIAÇÕES EM CONHECIMENTO:		735
% DO TOTAL SOLUCIONADO:		50,3%
CUSTAS E EMOLUMENTOS:	R\$	499.146,51
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA:	R\$	1.332.399,90
IMPOSTO DE RENDA:	R\$	77.755,20
MULTA APLICADA PELA DRT:	R\$	88.734,90
SOMA	R\$	1.998.036,51
VALORES PAGOS AOS RECLAMANTES:	R\$	13.377.147,49 (**)

Observações:

Onde constou "(*)" o processo encontra-se pendente de sentença;

Onde constou "(**)" foram considerados os valores conciliados, executados e pagos espontaneamente.

Fonte: Sistema E-Gestão da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, disponível em 03/02/2020.

Atibaia - 01a Vara
Período de referência: Ano de 2019

I - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

FASE DE CONHECIMENTO		
RECEBIDOS 1.946	SOLUCIONADOS 2.701	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 1.837
FASE DE LIQUIDAÇÃO		
INICIADOS 1.065	ENCERRADOS 2.640	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 121
FASE DE EXECUÇÃO		
INICIADOS 1.316	ENCERRADOS 1.519	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 2.150
		ARQUIVADOS PROVISORIAMENTE 138
		SOMA 2.288

II - OPEROSIDADE

CONCILIAÇÕES EM CONHECIMENTO:		1.578
% DO TOTAL SOLUCIONADO:		63,6%
CUSTAS E EMOLUMENTOS:	R\$	154.923,24
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA:	R\$	1.820.080,11
IMPOSTO DE RENDA:	R\$	154.281,39
MULTA APLICADA PELA DRT:	R\$	-
SOMA	R\$	2.129.284,74
VALORES PAGOS AOS RECLAMANTES:	R\$	23.930.935,45 (**)

Observações:

Onde constou "(*)" o processo encontra-se pendente de sentença;

Onde constou "(**)" foram considerados os valores conciliados, executados e pagos espontaneamente.

Fonte: Sistema E-Gestão da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, disponível em 03/02/2020.

Avaré - 01a Vara
Período de referência: Ano de 2019

I - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

FASE DE CONHECIMENTO		
RECEBIDOS 1.678	SOLUCIONADOS 1.443	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 489
FASE DE LIQUIDAÇÃO		
INICIADOS 1.073	ENCERRADOS 1.253	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 32
FASE DE EXECUÇÃO		
INICIADOS 998	ENCERRADOS 571	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 1.797
		ARQUIVADOS PROVISORIAMENTE 430
		SOMA 2.227

II - OPEROSIDADE

CONCILIAÇÕES EM CONHECIMENTO:		1.060
% DO TOTAL SOLUCIONADO:		38,5%
CUSTAS E EMOLUMENTOS:	R\$	66.887,12
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA:	R\$	762.611,92
IMPOSTO DE RENDA:	R\$	1.826,27
MULTA APLICADA PELA DRT:	R\$	4.000,00
SOMA	R\$	835.325,31
VALORES PAGOS AOS RECLAMANTES:	R\$	11.893.772,58 (**)

Observações:

Onde constou "(*)" o processo encontra-se pendente de sentença;

Onde constou "(**)" foram considerados os valores conciliados, executados e pagos espontaneamente.

Fonte: Sistema E-Gestão da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, disponível em 03/02/2020.

Barretos - 01a Vara
Período de referência: Ano de 2019

I - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

FASE DE CONHECIMENTO		
RECEBIDOS 2.019	SOLUCIONADOS 2.774	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 2.211
FASE DE LIQUIDAÇÃO		
INICIADOS 905	ENCERRADOS 940	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 222
FASE DE EXECUÇÃO		
INICIADOS 372	ENCERRADOS 283	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 1.237
		ARQUIVADOS PROVISORIAMENTE 6
		SOMA 1.243

II - OPEROSIDADE

CONCILIAÇÕES EM CONHECIMENTO:		1.313
% DO TOTAL SOLUCIONADO:		50,6%
CUSTAS E EMOLUMENTOS:	R\$	79.080,90
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA:	R\$	51.063.694,81
IMPOSTO DE RENDA:	R\$	124.682,66
MULTA APLICADA PELA DRT:	R\$	-
SOMA	R\$	51.267.458,37
VALORES PAGOS AOS RECLAMANTES:	R\$	23.760.678,15 (**)

Observações:

Onde constou "(*)" o processo encontra-se pendente de sentença;

Onde constou "(**)" foram considerados os valores conciliados, executados e pagos espontaneamente.

Fonte: Sistema E-Gestão da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, disponível em 03/02/2020.

Batatais - 01a Vara
Período de referência: Ano de 2019

I - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

FASE DE CONHECIMENTO		
RECEBIDOS 1.451	SOLUCIONADOS 1.582	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 300
FASE DE LIQUIDAÇÃO		
INICIADOS 392	ENCERRADOS 368	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 6
FASE DE EXECUÇÃO		
INICIADOS 585	ENCERRADOS 287	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 693
		ARQUIVADOS PROVISORIAMENTE 38
		SOMA 731

II - OPEROSIDADE

CONCILIAÇÕES EM CONHECIMENTO:		962
% DO TOTAL SOLUCIONADO:		59,6%
CUSTAS E EMOLUMENTOS:	R\$	74.667,55
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA:	R\$	1.029.160,70
IMPOSTO DE RENDA:	R\$	72.803,54
MULTA APLICADA PELA DRT:	R\$	-
SOMA	R\$	1.176.631,79
VALORES PAGOS AOS RECLAMANTES:	R\$	14.082.578,19 (**)

Observações:

Onde constou "(*)" o processo encontra-se pendente de sentença;

Onde constou "(**)" foram considerados os valores conciliados, executados e pagos espontaneamente.

Fonte: Sistema E-Gestão da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, disponível em 03/02/2020.

Bauru - 01a Vara
Período de referência: Ano de 2019

I - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

FASE DE CONHECIMENTO		
RECEBIDOS 1.518	SOLUCIONADOS 1.722	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 997
FASE DE LIQUIDAÇÃO		
INICIADOS 680	ENCERRADOS 921	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 30
FASE DE EXECUÇÃO		
INICIADOS 688	ENCERRADOS 457	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 1.282
		ARQUIVADOS PROVISORIAMENTE 59
		SOMA 1.341

II - OPEROSIDADE

CONCILIAÇÕES EM CONHECIMENTO:		719
% DO TOTAL SOLUCIONADO:		44,1%
CUSTAS E EMOLUMENTOS:	R\$	24.168,26
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA:	R\$	1.578.568,08
IMPOSTO DE RENDA:	R\$	159.679,00
MULTA APLICADA PELA DRT:	R\$	-
SOMA	R\$	1.762.415,34
VALORES PAGOS AOS RECLAMANTES:	R\$	25.867.399,66 (**)

Observações:

Onde constou "(*)" o processo encontra-se pendente de sentença;

Onde constou "(**)" foram considerados os valores conciliados, executados e pagos espontaneamente.

Fonte: Sistema E-Gestão da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, disponível em 03/02/2020.

Bauru - 02a Vara
Período de referência: Ano de 2019

I - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

FASE DE CONHECIMENTO		
RECEBIDOS 1.536	SOLUCIONADOS 1.742	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 676
FASE DE LIQUIDAÇÃO		
INICIADOS 614	ENCERRADOS 852	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 282
FASE DE EXECUÇÃO		
INICIADOS 839	ENCERRADOS 572	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 1.155
		ARQUIVADOS PROVISORIAMENTE 255
		SOMA 1.410

II - OPEROSIDADE

CONCILIAÇÕES EM CONHECIMENTO:		770
% DO TOTAL SOLUCIONADO:		50,1%
CUSTAS E EMOLUMENTOS:	R\$	234.735,60
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA:	R\$	966.994,02
IMPOSTO DE RENDA:	R\$	133.299,53
MULTA APLICADA PELA DRT:	R\$	-
SOMA	R\$	1.335.029,15
VALORES PAGOS AOS RECLAMANTES:	R\$	8.483.593,13 (**)

Observações:

Onde constou "(*)" o processo encontra-se pendente de sentença;

Onde constou "(**)" foram considerados os valores conciliados, executados e pagos espontaneamente.

Fonte: Sistema E-Gestão da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, disponível em 03/02/2020.

Bauru - 03a Vara
Período de referência: Ano de 2019

I - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

FASE DE CONHECIMENTO		
RECEBIDOS 1.498	SOLUCIONADOS 1.674	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 730
FASE DE LIQUIDAÇÃO		
INICIADOS 632	ENCERRADOS 708	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 76
FASE DE EXECUÇÃO		
INICIADOS 644	ENCERRADOS 452	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 1.026
		ARQUIVADOS PROVISORIAMENTE 71
		SOMA 1.097

II - OPEROSIDADE

CONCILIAÇÕES EM CONHECIMENTO:		860
% DO TOTAL SOLUCIONADO:		49,8%
CUSTAS E EMOLUMENTOS:	R\$	73.219,41
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA:	R\$	1.721.146,51
IMPOSTO DE RENDA:	R\$	157.609,77
MULTA APLICADA PELA DRT:	R\$	-
SOMA	R\$	1.951.975,69
VALORES PAGOS AOS RECLAMANTES:	R\$	19.014.066,74 (**)

Observações:

Onde constou "(*)" o processo encontra-se pendente de sentença;

Onde constou "(**)" foram considerados os valores conciliados, executados e pagos espontaneamente.

Fonte: Sistema E-Gestão da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, disponível em 03/02/2020.

Bauru - 04a Vara
Período de referência: Ano de 2019

I - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

FASE DE CONHECIMENTO		
RECEBIDOS 1.561	SOLUCIONADOS 1.791	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 1.124
FASE DE LIQUIDAÇÃO		
INICIADOS 553	ENCERRADOS 1.061	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 110
FASE DE EXECUÇÃO		
INICIADOS 814	ENCERRADOS 662	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 1.309
		ARQUIVADOS PROVISORIAMENTE 274
		SOMA 1.583

II - OPEROSIDADE

CONCILIAÇÕES EM CONHECIMENTO:	883
% DO TOTAL SOLUCIONADO:	54,4%
CUSTAS E EMOLUMENTOS:	R\$ 214.297,68
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA:	R\$ 1.580.793,92
IMPOSTO DE RENDA:	R\$ 168.968,08
MULTA APLICADA PELA DRT:	R\$ -
SOMA	R\$ 1.964.059,68
VALORES PAGOS AOS RECLAMANTES:	R\$ 13.999.285,52 (**)

Observações:

Onde constou "(*)" o processo encontra-se pendente de sentença;

Onde constou "(**)" foram considerados os valores conciliados, executados e pagos espontaneamente.

Fonte: Sistema E-Gestão da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, disponível em 03/02/2020.

Bebedouro - 01a Vara
Período de referência: Ano de 2019

I - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

FASE DE CONHECIMENTO		
RECEBIDOS 1.836	SOLUCIONADOS 2.314	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 1.791
FASE DE LIQUIDAÇÃO		
INICIADOS 629	ENCERRADOS 669	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 51
FASE DE EXECUÇÃO		
INICIADOS 480	ENCERRADOS 463	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 935
		ARQUIVADOS PROVISORIAMENTE 27
		SOMA 962

II - OPEROSIDADE

CONCILIAÇÕES EM CONHECIMENTO:		921
% DO TOTAL SOLUCIONADO:		46,6%
CUSTAS E EMOLUMENTOS:	R\$	215.678,35
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA:	R\$	733.198,38
IMPOSTO DE RENDA:	R\$	5.257,76
MULTA APLICADA PELA DRT:	R\$	-
SOMA	R\$	954.134,49
VALORES PAGOS AOS RECLAMANTES:	R\$	10.278.184,86 (**)

Observações:

Onde constou "(*)" o processo encontra-se pendente de sentença;

Onde constou "(**)" foram considerados os valores conciliados, executados e pagos espontaneamente.

Fonte: Sistema E-Gestão da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, disponível em 03/02/2020.

Birigui - 01a Vara
Período de referência: Ano de 2019

I - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

FASE DE CONHECIMENTO		
RECEBIDOS 2.098	SOLUCIONADOS 1.929	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 523
FASE DE LIQUIDAÇÃO		
INICIADOS 1.025	ENCERRADOS 693	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 4
FASE DE EXECUÇÃO		
INICIADOS 810	ENCERRADOS 489	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 825
		ARQUIVADOS PROVISORIAMENTE 58
		SOMA 883

II - OPEROSIDADE

CONCILIAÇÕES EM CONHECIMENTO:		627
% DO TOTAL SOLUCIONADO:		42,2%
CUSTAS E EMOLUMENTOS:	R\$	186.941,99
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA:	R\$	805.685,10
IMPOSTO DE RENDA:	R\$	108.306,90
MULTA APLICADA PELA DRT:	R\$	-
SOMA	R\$	1.100.933,99
VALORES PAGOS AOS RECLAMANTES:	R\$	11.486.456,56 (**)

Observações:

Onde constou "(*)" o processo encontra-se pendente de sentença;

Onde constou "(**)" foram considerados os valores conciliados, executados e pagos espontaneamente.

Fonte: Sistema E-Gestão da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, disponível em 03/02/2020.

Botucatu - 01a Vara
Período de referência: Ano de 2019

I - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

FASE DE CONHECIMENTO		
RECEBIDOS 1.989	SOLUCIONADOS 2.372	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 1.474
FASE DE LIQUIDAÇÃO		
INICIADOS 858	ENCERRADOS 1.095	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 73
FASE DE EXECUÇÃO		
INICIADOS 1.091	ENCERRADOS 659	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 2.822
		ARQUIVADOS PROVISORIAMENTE 1
		SOMA 2.823

II - OPEROSIDADE

CONCILIAÇÕES EM CONHECIMENTO:		1.348
% DO TOTAL SOLUCIONADO:		49,1%
CUSTAS E EMOLUMENTOS:	R\$	49.308,71
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA:	R\$	2.173.593,73
IMPOSTO DE RENDA:	R\$	164.009,57
MULTA APLICADA PELA DRT:	R\$	-
SOMA	R\$	2.386.912,01
VALORES PAGOS AOS RECLAMANTES:	R\$	33.460.958,56 (**)

Observações:

Onde constou "(*)" o processo encontra-se pendente de sentença;

Onde constou "(**)" foram considerados os valores conciliados, executados e pagos espontaneamente.

Fonte: Sistema E-Gestão da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, disponível em 03/02/2020.

Bragança Paulista - 01a Vara
Período de referência: Ano de 2019

I - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

FASE DE CONHECIMENTO		
RECEBIDOS 1.928	SOLUCIONADOS 2.081	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 860
FASE DE LIQUIDAÇÃO		
INICIADOS 820	ENCERRADOS 931	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 15
FASE DE EXECUÇÃO		
INICIADOS 761	ENCERRADOS 764	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 2.302
		ARQUIVADOS PROVISORIAMENTE 30
		SOMA 2.332

II - OPEROSIDADE

CONCILIAÇÕES EM CONHECIMENTO:		844
% DO TOTAL SOLUCIONADO:		41,0%
CUSTAS E EMOLUMENTOS:	R\$	282.116,73
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA:	R\$	1.808.649,19
IMPOSTO DE RENDA:	R\$	101.713,12
MULTA APLICADA PELA DRT:	R\$	-
SOMA	R\$	2.192.479,04
VALORES PAGOS AOS RECLAMANTES:	R\$	22.076.919,92 (**)

Observações:

Onde constou "(*)" o processo encontra-se pendente de sentença;

Onde constou "(**)" foram considerados os valores conciliados, executados e pagos espontaneamente.

Fonte: Sistema E-Gestão da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, disponível em 03/02/2020.

Caçapava - 01a Vara
Período de referência: Ano de 2019

I - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

FASE DE CONHECIMENTO		
RECEBIDOS 1.191	SOLUCIONADOS 1.553	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 798
FASE DE LIQUIDAÇÃO		
INICIADOS 581	ENCERRADOS 695	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 22
FASE DE EXECUÇÃO		
INICIADOS 394	ENCERRADOS 318	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 638
		ARQUIVADOS PROVISORIAMENTE 4
		SOMA 642

II - OPEROSIDADE

CONCILIAÇÕES EM CONHECIMENTO:		410
% DO TOTAL SOLUCIONADO:		35,1%
CUSTAS E EMOLUMENTOS:	R\$	147.882,81
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA:	R\$	1.140.171,31
IMPOSTO DE RENDA:	R\$	76.345,44
MULTA APLICADA PELA DRT:	R\$	69.739,47
SOMA	R\$	1.434.139,03
VALORES PAGOS AOS RECLAMANTES:	R\$	21.795.148,70 (**)

Observações:

Onde constou "(*)" o processo encontra-se pendente de sentença;

Onde constou "(**)" foram considerados os valores conciliados, executados e pagos espontaneamente.

Fonte: Sistema E-Gestão da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, disponível em 03/02/2020.

Cajuru - 01a Vara
Período de referência: Ano de 2019

I - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

FASE DE CONHECIMENTO		
RECEBIDOS 756	SOLUCIONADOS 922	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 316
FASE DE LIQUIDAÇÃO		
INICIADOS 314	ENCERRADOS 711	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 3
FASE DE EXECUÇÃO		
INICIADOS 481	ENCERRADOS 541	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 1.006
		ARQUIVADOS PROVISORIAMENTE 0
		SOMA 1.006

II - OPEROSIDADE

CONCILIAÇÕES EM CONHECIMENTO:		569
% DO TOTAL SOLUCIONADO:		56,4%
CUSTAS E EMOLUMENTOS:	R\$	15.891,07
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA:	R\$	213.020,74
IMPOSTO DE RENDA:	R\$	-
MULTA APLICADA PELA DRT:	R\$	-
SOMA	R\$	228.911,81
VALORES PAGOS AOS RECLAMANTES:	R\$	4.958.574,50 (**)

Observações:

Onde constou "(*)" o processo encontra-se pendente de sentença;

Onde constou "(**)" foram considerados os valores conciliados, executados e pagos espontaneamente.

Fonte: Sistema E-Gestão da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, disponível em 03/02/2020.

Campinas - 01a Vara
Período de referência: Ano de 2019

I - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

FASE DE CONHECIMENTO		
RECEBIDOS 1.766	SOLUCIONADOS 2.260	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 2.257

FASE DE LIQUIDAÇÃO		
INICIADOS 734	ENCERRADOS 1.199	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 59

FASE DE EXECUÇÃO		
INICIADOS 835	ENCERRADOS 805	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 2.294
		ARQUIVADOS PROVISORIAMENTE 51
		SOMA 2.345

II - OPEROSIDADE

CONCILIAÇÕES EM CONHECIMENTO:		749
% DO TOTAL SOLUCIONADO:		36,8%
CUSTAS E EMOLUMENTOS:	R\$	34.238,31
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA:	R\$	2.064.919,63
IMPOSTO DE RENDA:	R\$	301.712,03
MULTA APLICADA PELA DRT:	R\$	-
SOMA	R\$	2.400.869,97
VALORES PAGOS AOS RECLAMANTES:	R\$	27.785.286,13 (**)

Observações:

Onde constou "(*)" o processo encontra-se pendente de sentença;

Onde constou "(**)" foram considerados os valores conciliados, executados e pagos espontaneamente.

Fonte: Sistema E-Gestão da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, disponível em 03/02/2020.

Campinas - 02a Vara
Período de referência: Ano de 2019

I - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

FASE DE CONHECIMENTO		
RECEBIDOS 1.757	SOLUCIONADOS 1.983	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 2.103
FASE DE LIQUIDAÇÃO		
INICIADOS 612	ENCERRADOS 627	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 32
FASE DE EXECUÇÃO		
INICIADOS 420	ENCERRADOS 345	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 762
		ARQUIVADOS PROVISORIAMENTE 5
		SOMA 767

II - OPEROSIDADE

CONCILIAÇÕES EM CONHECIMENTO:		918
% DO TOTAL SOLUCIONADO:		49,2%
CUSTAS E EMOLUMENTOS:	R\$	460.651,63
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA:	R\$	2.619.067,01
IMPOSTO DE RENDA:	R\$	262.953,23
MULTA APLICADA PELA DRT:	R\$	-
SOMA	R\$	3.342.671,87
VALORES PAGOS AOS RECLAMANTES:	R\$	27.613.718,57 (**)

Observações:

Onde constou "(*)" o processo encontra-se pendente de sentença;

Onde constou "(**)" foram considerados os valores conciliados, executados e pagos espontaneamente.

Fonte: Sistema E-Gestão da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, disponível em 03/02/2020.

Campinas - 03a Vara
Período de referência: Ano de 2019

I - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

FASE DE CONHECIMENTO		
RECEBIDOS 1.730	SOLUCIONADOS 2.125	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 1.887

FASE DE LIQUIDAÇÃO		
INICIADOS 584	ENCERRADOS 1.485	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 21

FASE DE EXECUÇÃO		
INICIADOS 514	ENCERRADOS 583	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 1.235
		ARQUIVADOS PROVISORIAMENTE 6
		SOMA 1.241

II - OPEROSIDADE

CONCILIAÇÕES EM CONHECIMENTO:		828
% DO TOTAL SOLUCIONADO:		39,8%
CUSTAS E EMOLUMENTOS:	R\$	179.137,44
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA:	R\$	1.737.075,85
IMPOSTO DE RENDA:	R\$	14.599,98
MULTA APLICADA PELA DRT:	R\$	-
SOMA	R\$	1.930.813,27
VALORES PAGOS AOS RECLAMANTES:	R\$	20.468.401,00 (**)

Observações:

Onde constou "(*)" o processo encontra-se pendente de sentença;

Onde constou "(**)" foram considerados os valores conciliados, executados e pagos espontaneamente.

Fonte: Sistema E-Gestão da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, disponível em 03/02/2020.

Campinas - 04a Vara
Período de referência: Ano de 2019

I - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

FASE DE CONHECIMENTO		
RECEBIDOS 1.710	SOLUCIONADOS 2.423	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 1.674
FASE DE LIQUIDAÇÃO		
INICIADOS 1.101	ENCERRADOS 1.359	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 54
FASE DE EXECUÇÃO		
INICIADOS 703	ENCERRADOS 379	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 2.435
		ARQUIVADOS PROVISORIAMENTE 176
		SOMA 2.611

II - OPEROSIDADE

CONCILIAÇÕES EM CONHECIMENTO:		798
% DO TOTAL SOLUCIONADO:		37,8%
CUSTAS E EMOLUMENTOS:	R\$	181.593,28
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA:	R\$	2.196.557,00
IMPOSTO DE RENDA:	R\$	346.143,94
MULTA APLICADA PELA DRT:	R\$	-
SOMA	R\$	2.724.294,22
VALORES PAGOS AOS RECLAMANTES:	R\$	28.687.596,38 (**)

Observações:

Onde constou "(*)" o processo encontra-se pendente de sentença;

Onde constou "(**)" foram considerados os valores conciliados, executados e pagos espontaneamente.

Fonte: Sistema E-Gestão da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, disponível em 03/02/2020.

Campinas - 05a Vara
Período de referência: Ano de 2019

I - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

FASE DE CONHECIMENTO		
RECEBIDOS 1.737	SOLUCIONADOS 2.347	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 1.743
FASE DE LIQUIDAÇÃO		
INICIADOS 846	ENCERRADOS 789	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 61
FASE DE EXECUÇÃO		
INICIADOS 435	ENCERRADOS 377	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 1.321
		ARQUIVADOS PROVISORIAMENTE 16
		SOMA 1.337

II - OPEROSIDADE

CONCILIAÇÕES EM CONHECIMENTO:		848
% DO TOTAL SOLUCIONADO:		44,8%
CUSTAS E EMOLUMENTOS:	R\$	541.647,42
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA:	R\$	3.500.951,76
IMPOSTO DE RENDA:	R\$	202.341,94
MULTA APLICADA PELA DRT:	R\$	-
SOMA	R\$	4.244.941,12
VALORES PAGOS AOS RECLAMANTES:	R\$	30.492.425,36 (**)

Observações:

Onde constou "(*)" o processo encontra-se pendente de sentença;

Onde constou "(**)" foram considerados os valores conciliados, executados e pagos espontaneamente.

Fonte: Sistema E-Gestão da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, disponível em 03/02/2020.

Campinas - 06a Vara
Período de referência: Ano de 2019

I - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

FASE DE CONHECIMENTO		
RECEBIDOS 1.756	SOLUCIONADOS 2.352	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 1.137
FASE DE LIQUIDAÇÃO		
INICIADOS 819	ENCERRADOS 1.427	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 60
FASE DE EXECUÇÃO		
INICIADOS 752	ENCERRADOS 712	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 1.572
		ARQUIVADOS PROVISORIAMENTE 95
		SOMA 1.667

II - OPEROSIDADE

CONCILIAÇÕES EM CONHECIMENTO:		877
% DO TOTAL SOLUCIONADO:		42,8%
CUSTAS E EMOLUMENTOS:	R\$	371.543,01
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA:	R\$	5.965.692,17
IMPOSTO DE RENDA:	R\$	551.584,69
MULTA APLICADA PELA DRT:	R\$	-
SOMA	R\$	6.888.819,87
VALORES PAGOS AOS RECLAMANTES:	R\$	42.655.692,98 (**)

Observações:

Onde constou "(*)" o processo encontra-se pendente de sentença;

Onde constou "(**)" foram considerados os valores conciliados, executados e pagos espontaneamente.

Fonte: Sistema E-Gestão da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, disponível em 03/02/2020.

Campinas - 07a Vara
Período de referência: Ano de 2019

I - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

FASE DE CONHECIMENTO		
RECEBIDOS 1.702	SOLUCIONADOS 2.354	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 1.831

FASE DE LIQUIDAÇÃO		
INICIADOS 814	ENCERRADOS 1.820	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 35

FASE DE EXECUÇÃO		
INICIADOS 1.469	ENCERRADOS 1.833	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 1.075
		ARQUIVADOS PROVISORIAMENTE 282
		SOMA 1.357

II - OPEROSIDADE

CONCILIAÇÕES EM CONHECIMENTO:		1.047
% DO TOTAL SOLUCIONADO:		47,9%
CUSTAS E EMOLUMENTOS:	R\$	251.838,90
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA:	R\$	4.182.590,33
IMPOSTO DE RENDA:	R\$	176.232,41
MULTA APLICADA PELA DRT:	R\$	-
SOMA	R\$	4.610.661,64
VALORES PAGOS AOS RECLAMANTES:	R\$	37.053.396,25 (**)

Observações:

Onde constou "(*)" o processo encontra-se pendente de sentença;

Onde constou "(**)" foram considerados os valores conciliados, executados e pagos espontaneamente.

Fonte: Sistema E-Gestão da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, disponível em 03/02/2020.

Campinas - 08a Vara
Período de referência: Ano de 2019

I - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

FASE DE CONHECIMENTO		
RECEBIDOS 1.732	SOLUCIONADOS 2.499	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 2.143
FASE DE LIQUIDAÇÃO		
INICIADOS 789	ENCERRADOS 1.129	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 16
FASE DE EXECUÇÃO		
INICIADOS 636	ENCERRADOS 534	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 1.332
		ARQUIVADOS PROVISORIAMENTE 51
		SOMA 1.383

II - OPEROSIDADE

CONCILIAÇÕES EM CONHECIMENTO:		849
% DO TOTAL SOLUCIONADO:		49,5%
CUSTAS E EMOLUMENTOS:	R\$	182.822,61
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA:	R\$	3.311.623,98
IMPOSTO DE RENDA:	R\$	97.199,25
MULTA APLICADA PELA DRT:	R\$	-
SOMA	R\$	3.591.645,84
VALORES PAGOS AOS RECLAMANTES:	R\$	29.238.170,34 (**)

Observações:

Onde constou "(*)" o processo encontra-se pendente de sentença;

Onde constou "(**)" foram considerados os valores conciliados, executados e pagos espontaneamente.

Fonte: Sistema E-Gestão da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, disponível em 03/02/2020.

Campinas - 09a Vara
Período de referência: Ano de 2019

I - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

FASE DE CONHECIMENTO		
RECEBIDOS 1.739	SOLUCIONADOS 2.401	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 1.746
FASE DE LIQUIDAÇÃO		
INICIADOS 915	ENCERRADOS 1.106	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 99
FASE DE EXECUÇÃO		
INICIADOS 352	ENCERRADOS 264	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 1.138
		ARQUIVADOS PROVISORIAMENTE 4
		SOMA 1.142

II - OPEROSIDADE

CONCILIAÇÕES EM CONHECIMENTO:	905
% DO TOTAL SOLUCIONADO:	44,4%
CUSTAS E EMOLUMENTOS:	R\$ 281.894,51
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA:	R\$ 4.566.094,46
IMPOSTO DE RENDA:	R\$ 200.945,95
MULTA APLICADA PELA DRT:	R\$ -
SOMA	R\$ 5.048.934,92
VALORES PAGOS AOS RECLAMANTES:	R\$ 24.345.784,40 (**)

Observações:

Onde constou "(*)" o processo encontra-se pendente de sentença;

Onde constou "(**)" foram considerados os valores conciliados, executados e pagos espontaneamente.

Fonte: Sistema E-Gestão da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, disponível em 03/02/2020.

Campinas - 10a Vara
Período de referência: Ano de 2019

I - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

FASE DE CONHECIMENTO		
RECEBIDOS 1.734	SOLUCIONADOS 2.222	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 1.535
FASE DE LIQUIDAÇÃO		
INICIADOS 815	ENCERRADOS 1.249	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 186
FASE DE EXECUÇÃO		
INICIADOS 387	ENCERRADOS 150	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 1.431
		ARQUIVADOS PROVISORIAMENTE 70
		SOMA 1.501

II - OPEROSIDADE

CONCILIAÇÕES EM CONHECIMENTO:		902
% DO TOTAL SOLUCIONADO:		43,3%
CUSTAS E EMOLUMENTOS:	R\$	394.927,92
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA:	R\$	3.341.563,09
IMPOSTO DE RENDA:	R\$	626.620,90
MULTA APLICADA PELA DRT:	R\$	-
SOMA	R\$	4.363.111,91
VALORES PAGOS AOS RECLAMANTES:	R\$	32.751.980,37 (**)

Observações:

Onde constou "(*)" o processo encontra-se pendente de sentença;

Onde constou "(**)" foram considerados os valores conciliados, executados e pagos espontaneamente.

Fonte: Sistema E-Gestão da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, disponível em 03/02/2020.

Campinas - 11a Vara
Período de referência: Ano de 2019

I - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

FASE DE CONHECIMENTO		
RECEBIDOS 1.720	SOLUCIONADOS 2.152	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 1.370
FASE DE LIQUIDAÇÃO		
INICIADOS 803	ENCERRADOS 980	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 43
FASE DE EXECUÇÃO		
INICIADOS 476	ENCERRADOS 447	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 1.366
		ARQUIVADOS PROVISORIAMENTE 2
		SOMA 1.368

II - OPEROSIDADE

CONCILIAÇÕES EM CONHECIMENTO:		787
% DO TOTAL SOLUCIONADO:		36,3%
CUSTAS E EMOLUMENTOS:	R\$	431.013,50
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA:	R\$	2.840.020,34
IMPOSTO DE RENDA:	R\$	433.715,45
MULTA APLICADA PELA DRT:	R\$	-
SOMA	R\$	3.704.749,29
VALORES PAGOS AOS RECLAMANTES:	R\$	29.147.320,26 (**)

Observações:

Onde constou "(*)" o processo encontra-se pendente de sentença;

Onde constou "(**)" foram considerados os valores conciliados, executados e pagos espontaneamente.

Fonte: Sistema E-Gestão da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, disponível em 03/02/2020.

Campinas - 12a Vara
Período de referência: Ano de 2019

I - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

FASE DE CONHECIMENTO		
RECEBIDOS 1.725	SOLUCIONADOS 2.459	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 1.596
FASE DE LIQUIDAÇÃO		
INICIADOS 800	ENCERRADOS 1.606	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 53
FASE DE EXECUÇÃO		
INICIADOS 873	ENCERRADOS 1.141	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 1.097
		ARQUIVADOS PROVISORIAMENTE 0
		SOMA 1.097

II - OPEROSIDADE

CONCILIAÇÕES EM CONHECIMENTO:		955
% DO TOTAL SOLUCIONADO:		47,1%
CUSTAS E EMOLUMENTOS:	R\$	340.625,33
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA:	R\$	3.417.426,27
IMPOSTO DE RENDA:	R\$	244.669,69
MULTA APLICADA PELA DRT:	R\$	-
SOMA	R\$	4.002.721,29
VALORES PAGOS AOS RECLAMANTES:	R\$	28.363.546,59 (**)

Observações:

Onde constou "(*)" o processo encontra-se pendente de sentença;

Onde constou "(**)" foram considerados os valores conciliados, executados e pagos espontaneamente.

Fonte: Sistema E-Gestão da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, disponível em 03/02/2020.

Campo Limpo Paulista - 01a Vara

Período de referência: Ano de 2019

I - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

FASE DE CONHECIMENTO		
RECEBIDOS 1.637	SOLUCIONADOS 1.713	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 980

FASE DE LIQUIDAÇÃO		
INICIADOS 742	ENCERRADOS 944	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 6

FASE DE EXECUÇÃO		
INICIADOS 780	ENCERRADOS 492	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 981
		ARQUIVADOS PROVISORIAMENTE 21
		SOMA 1.002

II - OPEROSIDADE

CONCILIAÇÕES EM CONHECIMENTO:		1.020
% DO TOTAL SOLUCIONADO:		52,7%
CUSTAS E EMOLUMENTOS:	R\$	162.352,99
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA:	R\$	649.011,79
IMPOSTO DE RENDA:	R\$	89.417,85
MULTA APLICADA PELA DRT:	R\$	-
SOMA	R\$	900.782,63
VALORES PAGOS AOS RECLAMANTES:	R\$	11.047.743,80 (**)

Observações:

Onde constou "(*)" o processo encontra-se pendente de sentença;

Onde constou "(**)" foram considerados os valores conciliados, executados e pagos espontaneamente.

Fonte: Sistema E-Gestão da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, disponível em 03/02/2020.

Capão Bonito - 01a Vara
Período de referência: Ano de 2019

I - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

FASE DE CONHECIMENTO		
RECEBIDOS 1.476	SOLUCIONADOS 1.508	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 366
FASE DE LIQUIDAÇÃO		
INICIADOS 719	ENCERRADOS 898	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 7
FASE DE EXECUÇÃO		
INICIADOS 694	ENCERRADOS 721	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 824
		ARQUIVADOS PROVISORIAMENTE 0
		SOMA 824

II - OPEROSIDADE

CONCILIAÇÕES EM CONHECIMENTO:		440
% DO TOTAL SOLUCIONADO:		34,8%
CUSTAS E EMOLUMENTOS:	R\$	43.673,53
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA:	R\$	1.246.059,36
IMPOSTO DE RENDA:	R\$	69.943,55
MULTA APLICADA PELA DRT:	R\$	-
SOMA	R\$	1.359.676,44
VALORES PAGOS AOS RECLAMANTES:	R\$	12.716.471,12 (**)

Observações:

Onde constou "(*)" o processo encontra-se pendente de sentença;

Onde constou "(**)" foram considerados os valores conciliados, executados e pagos espontaneamente.

Fonte: Sistema E-Gestão da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, disponível em 03/02/2020.

Capivari - 01a Vara
Período de referência: Ano de 2019

I - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

FASE DE CONHECIMENTO		
RECEBIDOS 2.439	SOLUCIONADOS 2.905	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 758
FASE DE LIQUIDAÇÃO		
INICIADOS 1.284	ENCERRADOS 1.237	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 27
FASE DE EXECUÇÃO		
INICIADOS 1.094	ENCERRADOS 658	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 1.407
		ARQUIVADOS PROVISORIAMENTE 124
		SOMA 1.531

II - OPEROSIDADE

CONCILIAÇÕES EM CONHECIMENTO:		935
% DO TOTAL SOLUCIONADO:		32,1%
CUSTAS E EMOLUMENTOS:	R\$	790.261,72
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA:	R\$	2.982.666,69
IMPOSTO DE RENDA:	R\$	171.730,63
MULTA APLICADA PELA DRT:	R\$	105.607,02
SOMA	R\$	4.050.266,06
VALORES PAGOS AOS RECLAMANTES:	R\$	43.195.318,04 (**)

Observações:

Onde constou "(*)" o processo encontra-se pendente de sentença;

Onde constou "(**)" foram considerados os valores conciliados, executados e pagos espontaneamente.

Fonte: Sistema E-Gestão da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, disponível em 03/02/2020.

Caraguatuba - 01a Vara
Período de referência: Ano de 2019

I - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

FASE DE CONHECIMENTO		
RECEBIDOS 1.182	SOLUCIONADOS 1.351	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 500
FASE DE LIQUIDAÇÃO		
INICIADOS 490	ENCERRADOS 738	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 52
FASE DE EXECUÇÃO		
INICIADOS 480	ENCERRADOS 562	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 1.079
		ARQUIVADOS PROVISORIAMENTE 235
		SOMA 1.314

II - OPEROSIDADE

CONCILIAÇÕES EM CONHECIMENTO:		598
% DO TOTAL SOLUCIONADO:		41,4%
CUSTAS E EMOLUMENTOS:	R\$	105.282,45
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA:	R\$	745.701,14
IMPOSTO DE RENDA:	R\$	63.076,65
MULTA APLICADA PELA DRT:	R\$	-
SOMA	R\$	914.060,24
VALORES PAGOS AOS RECLAMANTES:	R\$	7.683.043,10 (**)

Observações:

Onde constou "(*)" o processo encontra-se pendente de sentença;

Onde constou "(**)" foram considerados os valores conciliados, executados e pagos espontaneamente.

Fonte: Sistema E-Gestão da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, disponível em 03/02/2020.

Catanduva - 01a Vara
Período de referência: Ano de 2019

I - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

FASE DE CONHECIMENTO		
RECEBIDOS 2.099	SOLUCIONADOS 2.157	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 1.606

FASE DE LIQUIDAÇÃO		
INICIADOS 583	ENCERRADOS 935	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 26

FASE DE EXECUÇÃO		
INICIADOS 552	ENCERRADOS 609	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 1.284
		ARQUIVADOS PROVISORIAMENTE 2
		SOMA 1.286

II - OPEROSIDADE

CONCILIAÇÕES EM CONHECIMENTO:		1.290
% DO TOTAL SOLUCIONADO:		59,1%
CUSTAS E EMOLUMENTOS:	R\$	137.513,82
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA:	R\$	1.463.214,97
IMPOSTO DE RENDA:	R\$	172.681,16
MULTA APLICADA PELA DRT:	R\$	-
SOMA	R\$	1.773.409,95
VALORES PAGOS AOS RECLAMANTES:	R\$	23.202.177,52 (**)

Observações:

Onde constou "(*)" o processo encontra-se pendente de sentença;

Onde constou "(**)" foram considerados os valores conciliados, executados e pagos espontaneamente.

Fonte: Sistema E-Gestão da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, disponível em 03/02/2020.

Catanduva - 02a Vara
Período de referência: Ano de 2019

I - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

FASE DE CONHECIMENTO		
RECEBIDOS 2.062	SOLUCIONADOS 2.225	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 1.023
FASE DE LIQUIDAÇÃO		
INICIADOS 741	ENCERRADOS 959	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 15
FASE DE EXECUÇÃO		
INICIADOS 557	ENCERRADOS 306	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 1.195
		ARQUIVADOS PROVISORIAMENTE 17
		SOMA 1.212

II - OPEROSIDADE

CONCILIAÇÕES EM CONHECIMENTO:		1.248
% DO TOTAL SOLUCIONADO:		58,0%
CUSTAS E EMOLUMENTOS:	R\$	367.124,16
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA:	R\$	1.770.373,23
IMPOSTO DE RENDA:	R\$	204.590,65
MULTA APLICADA PELA DRT:	R\$	-
SOMA	R\$	2.342.088,04
VALORES PAGOS AOS RECLAMANTES:	R\$	25.212.393,05 (**)

Observações:

Onde constou "(*)" o processo encontra-se pendente de sentença;

Onde constou "(**)" foram considerados os valores conciliados, executados e pagos espontaneamente.

Fonte: Sistema E-Gestão da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, disponível em 03/02/2020.

Cravinhos - 01a Vara
Período de referência: Ano de 2019

I - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

FASE DE CONHECIMENTO		
RECEBIDOS 1.262	SOLUCIONADOS 1.302	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 298
FASE DE LIQUIDAÇÃO		
INICIADOS 252	ENCERRADOS 200	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 27
FASE DE EXECUÇÃO		
INICIADOS 118	ENCERRADOS 167	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 463
		ARQUIVADOS PROVISORIAMENTE 7
		SOMA 470

II - OPEROSIDADE

CONCILIAÇÕES EM CONHECIMENTO:		967
% DO TOTAL SOLUCIONADO:		66,7%
CUSTAS E EMOLUMENTOS:	R\$	153.825,25
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA:	R\$	889.949,41
IMPOSTO DE RENDA:	R\$	68.233,57
MULTA APLICADA PELA DRT:	R\$	-
SOMA	R\$	1.112.008,23
VALORES PAGOS AOS RECLAMANTES:	R\$	25.252.961,63 (**)

Observações:

Onde constou "(*)" o processo encontra-se pendente de sentença;

Onde constou "(**)" foram considerados os valores conciliados, executados e pagos espontaneamente.

Fonte: Sistema E-Gestão da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, disponível em 03/02/2020.

Cruzeiro - 01a Vara
Período de referência: Ano de 2019

I - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

FASE DE CONHECIMENTO		
RECEBIDOS 2.220	SOLUCIONADOS 2.197	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 697

FASE DE LIQUIDAÇÃO		
INICIADOS 2.343	ENCERRADOS 2.402	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 38

FASE DE EXECUÇÃO		
INICIADOS 2.892	ENCERRADOS 1.719	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 4.213
		ARQUIVADOS PROVISORIAMENTE 13
		SOMA 4.226

II - OPEROSIDADE

CONCILIAÇÕES EM CONHECIMENTO:		359
% DO TOTAL SOLUCIONADO:		8,9%
CUSTAS E EMOLUMENTOS:	R\$	70.921,24
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA:	R\$	1.408.684,20
IMPOSTO DE RENDA:	R\$	87.421,94
MULTA APLICADA PELA DRT:	R\$	-
SOMA	R\$	1.567.027,38
VALORES PAGOS AOS RECLAMANTES:	R\$	22.863.249,46 (**)

Observações:

Onde constou "(*)" o processo encontra-se pendente de sentença;

Onde constou "(**)" foram considerados os valores conciliados, executados e pagos espontaneamente.

Fonte: Sistema E-Gestão da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, disponível em 03/02/2020.

Dracena - 01a Vara
Período de referência: Ano de 2019

I - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

FASE DE CONHECIMENTO		
RECEBIDOS 893	SOLUCIONADOS 986	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 180
FASE DE LIQUIDAÇÃO		
INICIADOS 475	ENCERRADOS 517	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 0
FASE DE EXECUÇÃO		
INICIADOS 576	ENCERRADOS 524	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 914
		ARQUIVADOS PROVISORIAMENTE 140
		SOMA 1.054

II - OPEROSIDADE

CONCILIAÇÕES EM CONHECIMENTO:		566
% DO TOTAL SOLUCIONADO:		41,8%
CUSTAS E EMOLUMENTOS:	R\$	141.984,40
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA:	R\$	1.370.314,98
IMPOSTO DE RENDA:	R\$	116.851,79
MULTA APLICADA PELA DRT:	R\$	64.412,19
SOMA	R\$	1.693.563,36
VALORES PAGOS AOS RECLAMANTES:	R\$	14.089.684,08 (**)

Observações:

Onde constou "(*)" o processo encontra-se pendente de sentença;

Onde constou "(**)" foram considerados os valores conciliados, executados e pagos espontaneamente.

Fonte: Sistema E-Gestão da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, disponível em 03/02/2020.

Fernandópolis - 01a Vara
Período de referência: Ano de 2019

I - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

FASE DE CONHECIMENTO		
RECEBIDOS 1.823	SOLUCIONADOS 1.864	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 186
FASE DE LIQUIDAÇÃO		
INICIADOS 488	ENCERRADOS 531	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 6
FASE DE EXECUÇÃO		
INICIADOS 712	ENCERRADOS 982	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 712
		ARQUIVADOS PROVISORIAMENTE 17
		SOMA 729

II - OPEROSIDADE

CONCILIAÇÕES EM CONHECIMENTO:		1.285
% DO TOTAL SOLUCIONADO:		66,3%
CUSTAS E EMOLUMENTOS:	R\$	74.475,52
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA:	R\$	974.503,03
IMPOSTO DE RENDA:	R\$	38.446,04
MULTA APLICADA PELA DRT:	R\$	-
SOMA	R\$	1.087.424,59
VALORES PAGOS AOS RECLAMANTES:	R\$	39.965.337,83 (**)

Observações:

Onde constou "(*)" o processo encontra-se pendente de sentença;

Onde constou "(**)" foram considerados os valores conciliados, executados e pagos espontaneamente.

Fonte: Sistema E-Gestão da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, disponível em 03/02/2020.

Franca - 01a Vara
Período de referência: Ano de 2019

I - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

FASE DE CONHECIMENTO		
RECEBIDOS 2.467	SOLUCIONADOS 3.118	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 1.211
FASE DE LIQUIDAÇÃO		
INICIADOS 1.679	ENCERRADOS 1.690	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 25
FASE DE EXECUÇÃO		
INICIADOS 1.451	ENCERRADOS 1.156	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 1.645
		ARQUIVADOS PROVISORIAMENTE 84
		SOMA 1.729

II - OPEROSIDADE

CONCILIAÇÕES EM CONHECIMENTO:		1.163
% DO TOTAL SOLUCIONADO:		35,8%
CUSTAS E EMOLUMENTOS:	R\$	533.180,87
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA:	R\$	1.903.713,18
IMPOSTO DE RENDA:	R\$	121.671,23
MULTA APLICADA PELA DRT:	R\$	-
SOMA	R\$	2.558.565,28
VALORES PAGOS AOS RECLAMANTES:	R\$	22.203.577,03 (**)

Observações:

Onde constou "(*)" o processo encontra-se pendente de sentença;

Onde constou "(**)" foram considerados os valores conciliados, executados e pagos espontaneamente.

Fonte: Sistema E-Gestão da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, disponível em 03/02/2020.

Franca - 02a Vara
Período de referência: Ano de 2019

I - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

FASE DE CONHECIMENTO		
RECEBIDOS 2.481	SOLUCIONADOS 2.973	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 879
FASE DE LIQUIDAÇÃO		
INICIADOS 1.511	ENCERRADOS 2.290	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 6
FASE DE EXECUÇÃO		
INICIADOS 1.303	ENCERRADOS 779	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 1.610
		ARQUIVADOS PROVISORIAMENTE 205
		SOMA 1.815

II - OPEROSIDADE

CONCILIAÇÕES EM CONHECIMENTO:		1.171
% DO TOTAL SOLUCIONADO:		33,3%
CUSTAS E EMOLUMENTOS:	R\$	220.505,96
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA:	R\$	1.993.728,15
IMPOSTO DE RENDA:	R\$	415.102,72
MULTA APLICADA PELA DRT:	R\$	-
SOMA	R\$	2.629.336,83
VALORES PAGOS AOS RECLAMANTES:	R\$	19.643.068,41 (**)

Observações:

Onde constou "(*)" o processo encontra-se pendente de sentença;

Onde constou "(**)" foram considerados os valores conciliados, executados e pagos espontaneamente.

Fonte: Sistema E-Gestão da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, disponível em 03/02/2020.

Garça - 01a Vara
Período de referência: Ano de 2019

I - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

FASE DE CONHECIMENTO		
RECEBIDOS 775	SOLUCIONADOS 837	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 146
FASE DE LIQUIDAÇÃO		
INICIADOS 186	ENCERRADOS 340	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 3
FASE DE EXECUÇÃO		
INICIADOS 387	ENCERRADOS 99	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 515
		ARQUIVADOS PROVISORIAMENTE 72
		SOMA 587

II - OPEROSIDADE

CONCILIAÇÕES EM CONHECIMENTO:		405
% DO TOTAL SOLUCIONADO:		56,3%
CUSTAS E EMOLUMENTOS:	R\$	49.760,72
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA:	R\$	241.043,34
IMPOSTO DE RENDA:	R\$	601,57
MULTA APLICADA PELA DRT:	R\$	-
SOMA	R\$	291.405,63
VALORES PAGOS AOS RECLAMANTES:	R\$	4.930.916,71 (**)

Observações:

Onde constou "(*)" o processo encontra-se pendente de sentença;

Onde constou "(**)" foram considerados os valores conciliados, executados e pagos espontaneamente.

Fonte: Sistema E-Gestão da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, disponível em 03/02/2020.

Guaratinguetá - 01a Vara
Período de referência: Ano de 2019

I - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

FASE DE CONHECIMENTO		
RECEBIDOS 2.534	SOLUCIONADOS 2.693	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 541
FASE DE LIQUIDAÇÃO		
INICIADOS 986	ENCERRADOS 1.300	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 7
FASE DE EXECUÇÃO		
INICIADOS 2.026	ENCERRADOS 2.367	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 1.597
		ARQUIVADOS PROVISORIAMENTE 1
		SOMA 1.598

II - OPEROSIDADE

CONCILIAÇÕES EM CONHECIMENTO:		1.065
% DO TOTAL SOLUCIONADO:		28,4%
CUSTAS E EMOLUMENTOS:	R\$	51.706,20
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA:	R\$	452.879,42
IMPOSTO DE RENDA:	R\$	17.877,17
MULTA APLICADA PELA DRT:	R\$	-
SOMA	R\$	522.462,79
VALORES PAGOS AOS RECLAMANTES:	R\$	14.172.459,02 (**)

Observações:

Onde constou "(*)" o processo encontra-se pendente de sentença;

Onde constou "(**)" foram considerados os valores conciliados, executados e pagos espontaneamente.

Fonte: Sistema E-Gestão da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, disponível em 03/02/2020.

Hortolândia - 01a Vara
Período de referência: Ano de 2019

I - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

FASE DE CONHECIMENTO		
RECEBIDOS 1.521	SOLUCIONADOS 2.037	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 2.161

FASE DE LIQUIDAÇÃO		
INICIADOS 803	ENCERRADOS 1.103	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 45

FASE DE EXECUÇÃO		
INICIADOS 486	ENCERRADOS 474	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 798
		ARQUIVADOS PROVISORIAMENTE 0
		SOMA 798

II - OPEROSIDADE

CONCILIAÇÕES EM CONHECIMENTO:		732
% DO TOTAL SOLUCIONADO:		37,7%
CUSTAS E EMOLUMENTOS:	R\$	326.300,51
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA:	R\$	2.326.640,40
IMPOSTO DE RENDA:	R\$	221.074,32
MULTA APLICADA PELA DRT:	R\$	-
SOMA	R\$	2.874.015,23
VALORES PAGOS AOS RECLAMANTES:	R\$	34.395.480,52 (**)

Observações:

Onde constou "(*)" o processo encontra-se pendente de sentença;

Onde constou "(**)" foram considerados os valores conciliados, executados e pagos espontaneamente.

Fonte: Sistema E-Gestão da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, disponível em 03/02/2020.

Indaiatuba - 01a Vara
Período de referência: Ano de 2019

I - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

FASE DE CONHECIMENTO		
RECEBIDOS 2.444	SOLUCIONADOS 3.495	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 1.939
FASE DE LIQUIDAÇÃO		
INICIADOS 1.493	ENCERRADOS 2.441	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 149
FASE DE EXECUÇÃO		
INICIADOS 1.398	ENCERRADOS 1.051	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 1.892
		ARQUIVADOS PROVISORIAMENTE 0
		SOMA 1.892

II - OPEROSIDADE

CONCILIAÇÕES EM CONHECIMENTO:		1.319
% DO TOTAL SOLUCIONADO:		41,3%
CUSTAS E EMOLUMENTOS:	R\$	132.657,00
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA:	R\$	1.411.128,49
IMPOSTO DE RENDA:	R\$	129.598,85
MULTA APLICADA PELA DRT:	R\$	-
SOMA	R\$	1.673.384,34
VALORES PAGOS AOS RECLAMANTES:	R\$	29.454.999,63 (**)

Observações:

Onde constou "(*)" o processo encontra-se pendente de sentença;

Onde constou "(**)" foram considerados os valores conciliados, executados e pagos espontaneamente.

Fonte: Sistema E-Gestão da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, disponível em 03/02/2020.

Itanhaém - 01a Vara
Período de referência: Ano de 2019

I - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

FASE DE CONHECIMENTO		
RECEBIDOS 1.708	SOLUCIONADOS 2.769	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 879
FASE DE LIQUIDAÇÃO		
INICIADOS 1.048	ENCERRADOS 1.498	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 67
FASE DE EXECUÇÃO		
INICIADOS 1.518	ENCERRADOS 914	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 2.982
		ARQUIVADOS PROVISORIAMENTE 171
		SOMA 3.153

II - OPEROSIDADE

CONCILIAÇÕES EM CONHECIMENTO:		972
% DO TOTAL SOLUCIONADO:		46,7%
CUSTAS E EMOLUMENTOS:	R\$	20.987,24
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA:	R\$	2.435.546,43
IMPOSTO DE RENDA:	R\$	120.740,06
MULTA APLICADA PELA DRT:	R\$	-
SOMA	R\$	2.577.273,73
VALORES PAGOS AOS RECLAMANTES:	R\$	21.950.678,05 (**)

Observações:

Onde constou "(*)" o processo encontra-se pendente de sentença;

Onde constou "(**)" foram considerados os valores conciliados, executados e pagos espontaneamente.

Fonte: Sistema E-Gestão da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, disponível em 03/02/2020.

Itapetininga - 01a Vara
Período de referência: Ano de 2019

I - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

FASE DE CONHECIMENTO		
RECEBIDOS 1.446	SOLUCIONADOS 1.646	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 945
FASE DE LIQUIDAÇÃO		
INICIADOS 728	ENCERRADOS 866	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 36
FASE DE EXECUÇÃO		
INICIADOS 1.158	ENCERRADOS 832	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 1.720
		ARQUIVADOS PROVISORIAMENTE 51
		SOMA 1.771

II - OPEROSIDADE

CONCILIAÇÕES EM CONHECIMENTO:		801
% DO TOTAL SOLUCIONADO:		40,8%
CUSTAS E EMOLUMENTOS:	R\$	65.414,35
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA:	R\$	1.081.375,46
IMPOSTO DE RENDA:	R\$	46.893,88
MULTA APLICADA PELA DRT:	R\$	200,00
SOMA	R\$	1.193.883,69
VALORES PAGOS AOS RECLAMANTES:	R\$	10.842.687,18 (**)

Observações:

Onde constou "(*)" o processo encontra-se pendente de sentença;

Onde constou "(**)" foram considerados os valores conciliados, executados e pagos espontaneamente.

Fonte: Sistema E-Gestão da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, disponível em 03/02/2020.

Itapeva - 01a Vara
Período de referência: Ano de 2019

I - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

FASE DE CONHECIMENTO		
RECEBIDOS 946	SOLUCIONADOS 996	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 198

FASE DE LIQUIDAÇÃO		
INICIADOS 237	ENCERRADOS 333	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 4

FASE DE EXECUÇÃO		
INICIADOS 534	ENCERRADOS 326	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 700
		ARQUIVADOS PROVISORIAMENTE 197
		SOMA 897

II - OPEROSIDADE

CONCILIAÇÕES EM CONHECIMENTO:		555
% DO TOTAL SOLUCIONADO:		53,8%
CUSTAS E EMOLUMENTOS:	R\$	76.114,02
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA:	R\$	741.321,84
IMPOSTO DE RENDA:	R\$	210.401,25
MULTA APLICADA PELA DRT:	R\$	-
SOMA	R\$	1.027.837,11
VALORES PAGOS AOS RECLAMANTES:	R\$	7.553.830,66 (**)

Observações:

Onde constou "(*)" o processo encontra-se pendente de sentença;

Onde constou "(**)" foram considerados os valores conciliados, executados e pagos espontaneamente.

Fonte: Sistema E-Gestão da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, disponível em 03/02/2020.

Itapira - 01a Vara
Período de referência: Ano de 2019

I - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

FASE DE CONHECIMENTO		
RECEBIDOS 1.507	SOLUCIONADOS 1.650	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 454
FASE DE LIQUIDAÇÃO		
INICIADOS 708	ENCERRADOS 949	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 8
FASE DE EXECUÇÃO		
INICIADOS 783	ENCERRADOS 634	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 562
		ARQUIVADOS PROVISORIAMENTE 1
		SOMA 563

II - OPEROSIDADE

CONCILIAÇÕES EM CONHECIMENTO:		512
% DO TOTAL SOLUCIONADO:		39,0%
CUSTAS E EMOLUMENTOS:	R\$	102.860,10
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA:	R\$	1.762.149,79
IMPOSTO DE RENDA:	R\$	77.155,10
MULTA APLICADA PELA DRT:	R\$	-
SOMA	R\$	1.942.164,99
VALORES PAGOS AOS RECLAMANTES:	R\$	14.784.026,10 (**)

Observações:

Onde constou "(*)" o processo encontra-se pendente de sentença;

Onde constou "(**)" foram considerados os valores conciliados, executados e pagos espontaneamente.

Fonte: Sistema E-Gestão da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, disponível em 03/02/2020.

Itápolis - 01a Vara
Período de referência: Ano de 2019

I - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

FASE DE CONHECIMENTO		
RECEBIDOS 1.615	SOLUCIONADOS 2.989	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 854
FASE DE LIQUIDAÇÃO		
INICIADOS 989	ENCERRADOS 1.743	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 19
FASE DE EXECUÇÃO		
INICIADOS 1.283	ENCERRADOS 1.135	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 2.116
		ARQUIVADOS PROVISORIAMENTE 58
		SOMA 2.174

II - OPEROSIDADE

CONCILIAÇÕES EM CONHECIMENTO:		623
% DO TOTAL SOLUCIONADO:		31,2%
CUSTAS E EMOLUMENTOS:	R\$	135.511,82
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA:	R\$	2.060.016,80
IMPOSTO DE RENDA:	R\$	494.812,44
MULTA APLICADA PELA DRT:	R\$	402,23
SOMA	R\$	2.690.743,29
VALORES PAGOS AOS RECLAMANTES:	R\$	21.462.842,46 (**)

Observações:

Onde constou "(*)" o processo encontra-se pendente de sentença;

Onde constou "(**)" foram considerados os valores conciliados, executados e pagos espontaneamente.

Fonte: Sistema E-Gestão da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, disponível em 03/02/2020.

Itararé - 01a Vara
Período de referência: Ano de 2019

I - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

FASE DE CONHECIMENTO		
RECEBIDOS 661	SOLUCIONADOS 639	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 190
FASE DE LIQUIDAÇÃO		
INICIADOS 185	ENCERRADOS 169	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 0
FASE DE EXECUÇÃO		
INICIADOS 201	ENCERRADOS 171	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 418
		ARQUIVADOS PROVISORIAMENTE 0
		SOMA 418

II - OPEROSIDADE

CONCILIAÇÕES EM CONHECIMENTO:		349
% DO TOTAL SOLUCIONADO:		50,1%
CUSTAS E EMOLUMENTOS:	R\$	80.772,67
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA:	R\$	822.425,76
IMPOSTO DE RENDA:	R\$	105.762,51
MULTA APLICADA PELA DRT:	R\$	248.565,22
SOMA	R\$	1.257.526,16
VALORES PAGOS AOS RECLAMANTES:	R\$	5.827.391,61 (**)

Observações:

Onde constou "(*)" o processo encontra-se pendente de sentença;

Onde constou "(**)" foram considerados os valores conciliados, executados e pagos espontaneamente.

Fonte: Sistema E-Gestão da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, disponível em 03/02/2020.

Itatiba - 01a Vara
Período de referência: Ano de 2019

I - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

FASE DE CONHECIMENTO		
RECEBIDOS 1.748	SOLUCIONADOS 2.072	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 580
FASE DE LIQUIDAÇÃO		
INICIADOS 542	ENCERRADOS 774	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 49
FASE DE EXECUÇÃO		
INICIADOS 729	ENCERRADOS 1.558	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 2.201
		ARQUIVADOS PROVISORIAMENTE 2
		SOMA 2.203

II - OPEROSIDADE

CONCILIAÇÕES EM CONHECIMENTO:		1.018
% DO TOTAL SOLUCIONADO:		46,2%
CUSTAS E EMOLUMENTOS:	R\$	343.037,45
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA:	R\$	1.968.050,99
IMPOSTO DE RENDA:	R\$	59.460,97
MULTA APLICADA PELA DRT:	R\$	-
SOMA	R\$	2.370.549,41
VALORES PAGOS AOS RECLAMANTES:	R\$	20.801.495,07 (**)

Observações:

Onde constou "(*)" o processo encontra-se pendente de sentença;

Onde constou "(**)" foram considerados os valores conciliados, executados e pagos espontaneamente.

Fonte: Sistema E-Gestão da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, disponível em 03/02/2020.

Itu - 01a Vara
Período de referência: Ano de 2019

I - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

FASE DE CONHECIMENTO		
RECEBIDOS 2.507	SOLUCIONADOS 2.867	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 2.023

FASE DE LIQUIDAÇÃO		
INICIADOS 964	ENCERRADOS 913	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 12

FASE DE EXECUÇÃO		
INICIADOS 640	ENCERRADOS 564	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 647
		ARQUIVADOS PROVISORIAMENTE 1
		SOMA 648

II - OPEROSIDADE

CONCILIAÇÕES EM CONHECIMENTO:		1.211
% DO TOTAL SOLUCIONADO:		41,1%
CUSTAS E EMOLUMENTOS:	R\$	91.505,25
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA:	R\$	1.921.247,08
IMPOSTO DE RENDA:	R\$	307.543,37
MULTA APLICADA PELA DRT:	R\$	-
SOMA	R\$	2.320.295,70
VALORES PAGOS AOS RECLAMANTES:	R\$	25.276.771,12 (**)

Observações:

Onde constou "(*)" o processo encontra-se pendente de sentença;

Onde constou "(**)" foram considerados os valores conciliados, executados e pagos espontaneamente.

Fonte: Sistema E-Gestão da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, disponível em 03/02/2020.

Ituverava - 01a Vara
Período de referência: Ano de 2019

I - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

FASE DE CONHECIMENTO		
RECEBIDOS 1.307	SOLUCIONADOS 1.330	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 601
FASE DE LIQUIDAÇÃO		
INICIADOS 574	ENCERRADOS 1.094	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 48
FASE DE EXECUÇÃO		
INICIADOS 505	ENCERRADOS 435	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 870
		ARQUIVADOS PROVISORIAMENTE 9
		SOMA 879

II - OPEROSIDADE

CONCILIAÇÕES EM CONHECIMENTO:		823
% DO TOTAL SOLUCIONADO:		49,8%
CUSTAS E EMOLUMENTOS:	R\$	137.200,80
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA:	R\$	1.565.912,16
IMPOSTO DE RENDA:	R\$	156.572,91
MULTA APLICADA PELA DRT:	R\$	-
SOMA	R\$	1.859.685,87
VALORES PAGOS AOS RECLAMANTES:	R\$	21.468.461,87 (**)

Observações:

Onde constou "(*)" o processo encontra-se pendente de sentença;

Onde constou "(**)" foram considerados os valores conciliados, executados e pagos espontaneamente.

Fonte: Sistema E-Gestão da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, disponível em 03/02/2020.

Jaboticabal - 01a Vara
Período de referência: Ano de 2019

I - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

FASE DE CONHECIMENTO		
RECEBIDOS 1.180	SOLUCIONADOS 1.786	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 468
FASE DE LIQUIDAÇÃO		
INICIADOS 645	ENCERRADOS 790	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 7
FASE DE EXECUÇÃO		
INICIADOS 919	ENCERRADOS 1.001	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 763
		ARQUIVADOS PROVISORIAMENTE 92
		SOMA 855

II - OPEROSIDADE

CONCILIAÇÕES EM CONHECIMENTO:		893
% DO TOTAL SOLUCIONADO:		45,6%
CUSTAS E EMOLUMENTOS:	R\$	310.106,54
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA:	R\$	2.088.825,25
IMPOSTO DE RENDA:	R\$	674.952,09
MULTA APLICADA PELA DRT:	R\$	-
SOMA	R\$	3.073.883,88
VALORES PAGOS AOS RECLAMANTES:	R\$	36.530.298,57 (**)

Observações:

Onde constou "(*)" o processo encontra-se pendente de sentença;

Onde constou "(**)" foram considerados os valores conciliados, executados e pagos espontaneamente.

Fonte: Sistema E-Gestão da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, disponível em 03/02/2020.

Jaboticabal - 02a Vara
Período de referência: Ano de 2019

I - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

FASE DE CONHECIMENTO		
RECEBIDOS 1.133	SOLUCIONADOS 1.586	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 935
FASE DE LIQUIDAÇÃO		
INICIADOS 806	ENCERRADOS 1.038	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 49
FASE DE EXECUÇÃO		
INICIADOS 285	ENCERRADOS 515	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 354
		ARQUIVADOS PROVISORIAMENTE 4
		SOMA 358

II - OPEROSIDADE

CONCILIAÇÕES EM CONHECIMENTO:		750
% DO TOTAL SOLUCIONADO:		42,2%
CUSTAS E EMOLUMENTOS:	R\$	277.659,79
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA:	R\$	881.415,68
IMPOSTO DE RENDA:	R\$	107.532,07
MULTA APLICADA PELA DRT:	R\$	-
SOMA	R\$	1.266.607,54
VALORES PAGOS AOS RECLAMANTES:	R\$	19.229.817,43 (**)

Observações:

Onde constou "(*)" o processo encontra-se pendente de sentença;

Onde constou "(**)" foram considerados os valores conciliados, executados e pagos espontaneamente.

Fonte: Sistema E-Gestão da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, disponível em 03/02/2020.

Jacareí - 01a Vara
Período de referência: Ano de 2019

I - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

FASE DE CONHECIMENTO		
RECEBIDOS 1.196	SOLUCIONADOS 1.486	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 525
FASE DE LIQUIDAÇÃO		
INICIADOS 462	ENCERRADOS 531	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 19
FASE DE EXECUÇÃO		
INICIADOS 516	ENCERRADOS 600	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 959
		ARQUIVADOS PROVISORIAMENTE 0
		SOMA 959

II - OPEROSIDADE

CONCILIAÇÕES EM CONHECIMENTO:		664
% DO TOTAL SOLUCIONADO:		46,4%
CUSTAS E EMOLUMENTOS:	R\$	352.519,75
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA:	R\$	4.213.254,14
IMPOSTO DE RENDA:	R\$	441,08
MULTA APLICADA PELA DRT:	R\$	135.142,36
SOMA	R\$	4.701.357,33
VALORES PAGOS AOS RECLAMANTES:	R\$	11.842.192,96 (**)

Observações:

Onde constou "(*)" o processo encontra-se pendente de sentença;

Onde constou "(**)" foram considerados os valores conciliados, executados e pagos espontaneamente.

Fonte: Sistema E-Gestão da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, disponível em 03/02/2020.

Jacareí - 02a Vara
Período de referência: Ano de 2019

I - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

FASE DE CONHECIMENTO		
RECEBIDOS 1.232	SOLUCIONADOS 1.320	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 363
FASE DE LIQUIDAÇÃO		
INICIADOS 397	ENCERRADOS 453	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 4
FASE DE EXECUÇÃO		
INICIADOS 607	ENCERRADOS 473	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 995
		ARQUIVADOS PROVISORIAMENTE 2
		SOMA 997

II - OPEROSIDADE

CONCILIAÇÕES EM CONHECIMENTO:		679
% DO TOTAL SOLUCIONADO:		45,5%
CUSTAS E EMOLUMENTOS:	R\$	74.358,33
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA:	R\$	832.681,20
IMPOSTO DE RENDA:	R\$	97.436,51
MULTA APLICADA PELA DRT:	R\$	-
SOMA	R\$	1.004.476,04
VALORES PAGOS AOS RECLAMANTES:	R\$	17.452.049,13 (**)

Observações:

Onde constou "(*)" o processo encontra-se pendente de sentença;

Onde constou "(**)" foram considerados os valores conciliados, executados e pagos espontaneamente.

Fonte: Sistema E-Gestão da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, disponível em 03/02/2020.

Jales - 01a Vara
Período de referência: Ano de 2019

I - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

FASE DE CONHECIMENTO		
RECEBIDOS 1.041	SOLUCIONADOS 1.309	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 262
FASE DE LIQUIDAÇÃO		
INICIADOS 415	ENCERRADOS 500	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 4
FASE DE EXECUÇÃO		
INICIADOS 500	ENCERRADOS 1.663	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 506
		ARQUIVADOS PROVISORIAMENTE 0
		SOMA 506

II - OPEROSIDADE

CONCILIAÇÕES EM CONHECIMENTO:		589
% DO TOTAL SOLUCIONADO:		51,6%
CUSTAS E EMOLUMENTOS:	R\$	12.133,94
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA:	R\$	389.840,09
IMPOSTO DE RENDA:	R\$	18.515,73
MULTA APLICADA PELA DRT:	R\$	-
SOMA	R\$	420.489,76
VALORES PAGOS AOS RECLAMANTES:	R\$	7.713.417,03 (**)

Observações:

Onde constou "(*)" o processo encontra-se pendente de sentença;

Onde constou "(**)" foram considerados os valores conciliados, executados e pagos espontaneamente.

Fonte: Sistema E-Gestão da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, disponível em 03/02/2020.

Jaú - 01a Vara
Período de referência: Ano de 2019

I - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

FASE DE CONHECIMENTO		
RECEBIDOS 2.040	SOLUCIONADOS 2.170	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 1.421
FASE DE LIQUIDAÇÃO		
INICIADOS 529	ENCERRADOS 722	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 93
FASE DE EXECUÇÃO		
INICIADOS 633	ENCERRADOS 645	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 2.286
		ARQUIVADOS PROVISORIAMENTE 2
		SOMA 2.288

II - OPEROSIDADE

CONCILIAÇÕES EM CONHECIMENTO:		1.000
% DO TOTAL SOLUCIONADO:		52,5%
CUSTAS E EMOLUMENTOS:	R\$	251.864,88
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA:	R\$	1.091.183,16
IMPOSTO DE RENDA:	R\$	77.107,38
MULTA APLICADA PELA DRT:	R\$	-
SOMA	R\$	1.420.155,42
VALORES PAGOS AOS RECLAMANTES:	R\$	20.032.398,12 (**)

Observações:

Onde constou "(*)" o processo encontra-se pendente de sentença;

Onde constou "(**)" foram considerados os valores conciliados, executados e pagos espontaneamente.

Fonte: Sistema E-Gestão da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, disponível em 03/02/2020.

Jaú - 02a Vara
Período de referência: Ano de 2019

I - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

FASE DE CONHECIMENTO		
RECEBIDOS 1.982	SOLUCIONADOS 2.550	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 1.248
FASE DE LIQUIDAÇÃO		
INICIADOS 703	ENCERRADOS 1.138	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 47
FASE DE EXECUÇÃO		
INICIADOS 869	ENCERRADOS 587	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 1.528
		ARQUIVADOS PROVISORIAMENTE 4
		SOMA 1.532

II - OPEROSIDADE

CONCILIAÇÕES EM CONHECIMENTO:		1.008
% DO TOTAL SOLUCIONADO:		53,2%
CUSTAS E EMOLUMENTOS:	R\$	46.310,05
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA:	R\$	1.207.036,81
IMPOSTO DE RENDA:	R\$	104.372,64
MULTA APLICADA PELA DRT:	R\$	-
SOMA	R\$	1.357.719,50
VALORES PAGOS AOS RECLAMANTES:	R\$	23.210.077,99 (**)

Observações:

Onde constou "(*)" o processo encontra-se pendente de sentença;

Onde constou "(**)" foram considerados os valores conciliados, executados e pagos espontaneamente.

Fonte: Sistema E-Gestão da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, disponível em 03/02/2020.

José Bonifácio - 01a Vara
Período de referência: Ano de 2019

I - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

FASE DE CONHECIMENTO		
RECEBIDOS 1.922	SOLUCIONADOS 2.185	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 716
FASE DE LIQUIDAÇÃO		
INICIADOS 929	ENCERRADOS 723	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 12
FASE DE EXECUÇÃO		
INICIADOS 750	ENCERRADOS 476	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 1.067
		ARQUIVADOS PROVISORIAMENTE 0
		SOMA 1.067

II - OPEROSIDADE

CONCILIAÇÕES EM CONHECIMENTO:		772
% DO TOTAL SOLUCIONADO:		45,7%
CUSTAS E EMOLUMENTOS:	R\$	316.382,14
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA:	R\$	2.676.278,61
IMPOSTO DE RENDA:	R\$	104.112,49
MULTA APLICADA PELA DRT:	R\$	-
SOMA	R\$	3.096.773,24
VALORES PAGOS AOS RECLAMANTES:	R\$	23.481.749,07 (**)

Observações:

Onde constou "(*)" o processo encontra-se pendente de sentença;

Onde constou "(**)" foram considerados os valores conciliados, executados e pagos espontaneamente.

Fonte: Sistema E-Gestão da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, disponível em 03/02/2020.

Jundiaí - 01a Vara
Período de referência: Ano de 2019

I - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

FASE DE CONHECIMENTO		
RECEBIDOS 2.305	SOLUCIONADOS 3.234	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 1.694
FASE DE LIQUIDAÇÃO		
INICIADOS 939	ENCERRADOS 1.649	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 57
FASE DE EXECUÇÃO		
INICIADOS 480	ENCERRADOS 1.283	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 716
		ARQUIVADOS PROVISORIAMENTE 3
		SOMA 719

II - OPEROSIDADE

CONCILIAÇÕES EM CONHECIMENTO:		1.409
% DO TOTAL SOLUCIONADO:		41,2%
CUSTAS E EMOLUMENTOS:	R\$	127.718,66
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA:	R\$	2.813.307,15
IMPOSTO DE RENDA:	R\$	619.361,26
MULTA APLICADA PELA DRT:	R\$	-
SOMA	R\$	3.560.387,07
VALORES PAGOS AOS RECLAMANTES:	R\$	32.801.307,41 (**)

Observações:

Onde constou "(*)" o processo encontra-se pendente de sentença;

Onde constou "(**)" foram considerados os valores conciliados, executados e pagos espontaneamente.

Fonte: Sistema E-Gestão da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, disponível em 03/02/2020.

Jundiaí - 02a Vara
Período de referência: Ano de 2019

I - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

FASE DE CONHECIMENTO		
RECEBIDOS 2.299	SOLUCIONADOS 3.593	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 3.784
FASE DE LIQUIDAÇÃO		
INICIADOS 962	ENCERRADOS 975	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 193
FASE DE EXECUÇÃO		
INICIADOS 630	ENCERRADOS 621	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 2.595
		ARQUIVADOS PROVISORIAMENTE 9
		SOMA 2.604

II - OPEROSIDADE

CONCILIAÇÕES EM CONHECIMENTO:		1.123
% DO TOTAL SOLUCIONADO:		38,9%
CUSTAS E EMOLUMENTOS:	R\$	370.930,79
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA:	R\$	1.549.179,63
IMPOSTO DE RENDA:	R\$	32.311,42
MULTA APLICADA PELA DRT:	R\$	-
SOMA	R\$	1.952.421,84
VALORES PAGOS AOS RECLAMANTES:	R\$	22.026.094,20 (**)

Observações:

Onde constou "(*)" o processo encontra-se pendente de sentença;

Onde constou "(**)" foram considerados os valores conciliados, executados e pagos espontaneamente.

Fonte: Sistema E-Gestão da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, disponível em 03/02/2020.

Jundiaí - 03a Vara
Período de referência: Ano de 2019

I - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

FASE DE CONHECIMENTO		
RECEBIDOS 2.291	SOLUCIONADOS 3.711	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 3.293

FASE DE LIQUIDAÇÃO		
INICIADOS 1.549	ENCERRADOS 1.771	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 84

FASE DE EXECUÇÃO		
INICIADOS 748	ENCERRADOS 2.102	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 2.756
		ARQUIVADOS PROVISORIAMENTE 5
		SOMA 2.761

II - OPEROSIDADE

CONCILIAÇÕES EM CONHECIMENTO:		1.344
% DO TOTAL SOLUCIONADO:		44,7%
CUSTAS E EMOLUMENTOS:	R\$	817.989,29
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA:	R\$	4.100.058,76
IMPOSTO DE RENDA:	R\$	504.613,40
MULTA APLICADA PELA DRT:	R\$	-
SOMA	R\$	5.422.661,45
VALORES PAGOS AOS RECLAMANTES:	R\$	51.973.441,33 (**)

Observações:

Onde constou "(*)" o processo encontra-se pendente de sentença;

Onde constou "(**)" foram considerados os valores conciliados, executados e pagos espontaneamente.

Fonte: Sistema E-Gestão da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, disponível em 03/02/2020.

Jundiaí - 04a Vara
Período de referência: Ano de 2019

I - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

FASE DE CONHECIMENTO		
RECEBIDOS 2.274	SOLUCIONADOS 3.552	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 2.051

FASE DE LIQUIDAÇÃO		
INICIADOS 1.122	ENCERRADOS 2.245	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 80

FASE DE EXECUÇÃO		
INICIADOS 869	ENCERRADOS 1.441	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 1.750
		ARQUIVADOS PROVISORIAMENTE 0
		SOMA 1.750

II - OPEROSIDADE

CONCILIAÇÕES EM CONHECIMENTO:		1.289
% DO TOTAL SOLUCIONADO:		39,8%
CUSTAS E EMOLUMENTOS:	R\$	1.054.889,60
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA:	R\$	3.920.114,68
IMPOSTO DE RENDA:	R\$	178.118,50
MULTA APLICADA PELA DRT:	R\$	-
SOMA	R\$	5.153.122,78
VALORES PAGOS AOS RECLAMANTES:	R\$	38.050.023,58 (**)

Observações:

Onde constou "(*)" o processo encontra-se pendente de sentença;

Onde constou "(**)" foram considerados os valores conciliados, executados e pagos espontaneamente.

Fonte: Sistema E-Gestão da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, disponível em 03/02/2020.

Leme - 01a Vara
Período de referência: Ano de 2019

I - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

FASE DE CONHECIMENTO		
RECEBIDOS 1.693	SOLUCIONADOS 1.461	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 1.049
FASE DE LIQUIDAÇÃO		
INICIADOS 366	ENCERRADOS 323	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 4
FASE DE EXECUÇÃO		
INICIADOS 300	ENCERRADOS 239	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 455
		ARQUIVADOS PROVISORIAMENTE 14
		SOMA 469

II - OPEROSIDADE

CONCILIAÇÕES EM CONHECIMENTO:		986
% DO TOTAL SOLUCIONADO:		64,7%
CUSTAS E EMOLUMENTOS:	R\$	166.347,58
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA:	R\$	933.347,99
IMPOSTO DE RENDA:	R\$	63.628,35
MULTA APLICADA PELA DRT:	R\$	-
SOMA	R\$	1.163.323,92
VALORES PAGOS AOS RECLAMANTES:	R\$	13.036.350,11 (**)

Observações:

Onde constou "(*)" o processo encontra-se pendente de sentença;

Onde constou "(**)" foram considerados os valores conciliados, executados e pagos espontaneamente.

Fonte: Sistema E-Gestão da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, disponível em 03/02/2020.

Lençóis Paulista - 01a Vara
Período de referência: Ano de 2019

I - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

FASE DE CONHECIMENTO		
RECEBIDOS 728	SOLUCIONADOS 657	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 204
FASE DE LIQUIDAÇÃO		
INICIADOS 236	ENCERRADOS 231	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 2
FASE DE EXECUÇÃO		
INICIADOS 258	ENCERRADOS 218	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 267
		ARQUIVADOS PROVISORIAMENTE 72
		SOMA 339

II - OPEROSIDADE

CONCILIAÇÕES EM CONHECIMENTO:		368
% DO TOTAL SOLUCIONADO:		50,8%
CUSTAS E EMOLUMENTOS:	R\$	150.347,62
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA:	R\$	1.172.170,41
IMPOSTO DE RENDA:	R\$	19.054,55
MULTA APLICADA PELA DRT:	R\$	139,86
SOMA	R\$	1.341.712,44
VALORES PAGOS AOS RECLAMANTES:	R\$	10.027.353,01 (**)

Observações:

Onde constou "(*)" o processo encontra-se pendente de sentença;

Onde constou "(**)" foram considerados os valores conciliados, executados e pagos espontaneamente.

Fonte: Sistema E-Gestão da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, disponível em 03/02/2020.

Lençóis Paulista - 02a Vara
Período de referência: Ano de 2019

I - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

FASE DE CONHECIMENTO		
RECEBIDOS 750	SOLUCIONADOS 661	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 245

FASE DE LIQUIDAÇÃO		
INICIADOS 231	ENCERRADOS 192	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 3

FASE DE EXECUÇÃO		
INICIADOS 80	ENCERRADOS 88	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 182
		ARQUIVADOS PROVISORIAMENTE 17
		SOMA 199

II - OPEROSIDADE

CONCILIAÇÕES EM CONHECIMENTO:		342
% DO TOTAL SOLUCIONADO:		47,9%
CUSTAS E EMOLUMENTOS:	R\$	36.118,33
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA:	R\$	868.959,88
IMPOSTO DE RENDA:	R\$	10.077,70
MULTA APLICADA PELA DRT:	R\$	-
SOMA	R\$	915.155,91
VALORES PAGOS AOS RECLAMANTES:	R\$	8.904.311,45 (**)

Observações:

Onde constou "(*)" o processo encontra-se pendente de sentença;

Onde constou "(**)" foram considerados os valores conciliados, executados e pagos espontaneamente.

Fonte: Sistema E-Gestão da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, disponível em 03/02/2020.

Limeira - 01a Vara
Período de referência: Ano de 2019

I - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

FASE DE CONHECIMENTO		
RECEBIDOS 1.643	SOLUCIONADOS 1.776	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 1.639
FASE DE LIQUIDAÇÃO		
INICIADOS 623	ENCERRADOS 989	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 336
FASE DE EXECUÇÃO		
INICIADOS 601	ENCERRADOS 236	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 3.521
		ARQUIVADOS PROVISORIAMENTE 10
		SOMA 3.531

II - OPEROSIDADE

CONCILIAÇÕES EM CONHECIMENTO:		1.162
% DO TOTAL SOLUCIONADO:		49,8%
CUSTAS E EMOLUMENTOS:	R\$	261.070,78
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA:	R\$	1.004.204,51
IMPOSTO DE RENDA:	R\$	31.414,84
MULTA APLICADA PELA DRT:	R\$	-
SOMA	R\$	1.296.690,13
VALORES PAGOS AOS RECLAMANTES:	R\$	17.344.612,64 (**)

Observações:

Onde constou "(*)" o processo encontra-se pendente de sentença;

Onde constou "(**)" foram considerados os valores conciliados, executados e pagos espontaneamente.

Fonte: Sistema E-Gestão da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, disponível em 03/02/2020.

Limeira - 02a Vara
Período de referência: Ano de 2019

I - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

FASE DE CONHECIMENTO		
RECEBIDOS 1.634	SOLUCIONADOS 1.965	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 807
FASE DE LIQUIDAÇÃO		
INICIADOS 729	ENCERRADOS 1.063	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 15
FASE DE EXECUÇÃO		
INICIADOS 739	ENCERRADOS 714	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 917
		ARQUIVADOS PROVISORIAMENTE 194
		SOMA 1.111

II - OPEROSIDADE

CONCILIAÇÕES EM CONHECIMENTO:		906
% DO TOTAL SOLUCIONADO:		48,9%
CUSTAS E EMOLUMENTOS:	R\$	343.818,47
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA:	R\$	1.825.250,51
IMPOSTO DE RENDA:	R\$	259.973,07
MULTA APLICADA PELA DRT:	R\$	-
SOMA	R\$	2.429.042,05
VALORES PAGOS AOS RECLAMANTES:	R\$	20.759.060,16 (**)

Observações:

Onde constou "(*)" o processo encontra-se pendente de sentença;

Onde constou "(**)" foram considerados os valores conciliados, executados e pagos espontaneamente.

Fonte: Sistema E-Gestão da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, disponível em 03/02/2020.

Lins - 01a Vara
Período de referência: Ano de 2019

I - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

FASE DE CONHECIMENTO		
RECEBIDOS 2.049	SOLUCIONADOS 3.207	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 2.203
FASE DE LIQUIDAÇÃO		
INICIADOS 1.034	ENCERRADOS 1.635	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 101
FASE DE EXECUÇÃO		
INICIADOS 940	ENCERRADOS 786	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 1.653
		ARQUIVADOS PROVISORIAMENTE 14
		SOMA 1.667

II - OPEROSIDADE

CONCILIAÇÕES EM CONHECIMENTO:	898
% DO TOTAL SOLUCIONADO:	29,8%
CUSTAS E EMOLUMENTOS:	R\$ 337.041,86
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA:	R\$ 6.351.214,76
IMPOSTO DE RENDA:	R\$ 1.045.707,09
MULTA APLICADA PELA DRT:	R\$ 9.771,14
SOMA	R\$ 7.743.734,85
VALORES PAGOS AOS RECLAMANTES:	R\$ 53.368.753,59 (**)

Observações:

Onde constou "(*)" o processo encontra-se pendente de sentença;

Onde constou "(**)" foram considerados os valores conciliados, executados e pagos espontaneamente.

Fonte: Sistema E-Gestão da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, disponível em 03/02/2020.

Lorena - 01a Vara
Período de referência: Ano de 2019

I - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

FASE DE CONHECIMENTO		
RECEBIDOS 1.515	SOLUCIONADOS 1.288	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 540
FASE DE LIQUIDAÇÃO		
INICIADOS 668	ENCERRADOS 712	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 31
FASE DE EXECUÇÃO		
INICIADOS 645	ENCERRADOS 686	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 1.000
		ARQUIVADOS PROVISORIAMENTE 54
		SOMA 1.054

II - OPEROSIDADE

CONCILIAÇÕES EM CONHECIMENTO:		549
% DO TOTAL SOLUCIONADO:		38,3%
CUSTAS E EMOLUMENTOS:	R\$	114.655,59
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA:	R\$	1.013.265,55
IMPOSTO DE RENDA:	R\$	2.015,21
MULTA APLICADA PELA DRT:	R\$	-
SOMA	R\$	1.129.936,35
VALORES PAGOS AOS RECLAMANTES:	R\$	17.873.891,23 (**)

Observações:

Onde constou "(*)" o processo encontra-se pendente de sentença;

Onde constou "(**)" foram considerados os valores conciliados, executados e pagos espontaneamente.

Fonte: Sistema E-Gestão da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, disponível em 03/02/2020.

Marília - 01a Vara
Período de referência: Ano de 2019

I - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

FASE DE CONHECIMENTO		
RECEBIDOS 1.490	SOLUCIONADOS 1.817	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 844
FASE DE LIQUIDAÇÃO		
INICIADOS 652	ENCERRADOS 387	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 168
FASE DE EXECUÇÃO		
INICIADOS 230	ENCERRADOS 288	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 273
		ARQUIVADOS PROVISORIAMENTE 69
		SOMA 342

II - OPEROSIDADE

CONCILIAÇÕES EM CONHECIMENTO:		891
% DO TOTAL SOLUCIONADO:		54,2%
CUSTAS E EMOLUMENTOS:	R\$	43.313,29
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA:	R\$	1.007.236,59
IMPOSTO DE RENDA:	R\$	25.005,11
MULTA APLICADA PELA DRT:	R\$	-
SOMA	R\$	1.075.554,99
VALORES PAGOS AOS RECLAMANTES:	R\$	14.734.810,31 (**)

Observações:

Onde constou "(*)" o processo encontra-se pendente de sentença;

Onde constou "(**)" foram considerados os valores conciliados, executados e pagos espontaneamente.

Fonte: Sistema E-Gestão da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, disponível em 03/02/2020.

Marília - 02a Vara
Período de referência: Ano de 2019

I - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

FASE DE CONHECIMENTO		
RECEBIDOS 1.486	SOLUCIONADOS 1.652	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 1.269

FASE DE LIQUIDAÇÃO		
INICIADOS 568	ENCERRADOS 586	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 151

FASE DE EXECUÇÃO		
INICIADOS 368	ENCERRADOS 163	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 520
		ARQUIVADOS PROVISORIAMENTE 27
		SOMA 547

II - OPEROSIDADE

CONCILIAÇÕES EM CONHECIMENTO:		874
% DO TOTAL SOLUCIONADO:		50,7%
CUSTAS E EMOLUMENTOS:	R\$	287.321,20
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA:	R\$	1.258.587,45
IMPOSTO DE RENDA:	R\$	396.995,55
MULTA APLICADA PELA DRT:	R\$	-
SOMA	R\$	1.942.904,20
VALORES PAGOS AOS RECLAMANTES:	R\$	17.609.493,73 (**)

Observações:

Onde constou "(*)" o processo encontra-se pendente de sentença;

Onde constou "(**)" foram considerados os valores conciliados, executados e pagos espontaneamente.

Fonte: Sistema E-Gestão da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, disponível em 03/02/2020.

Matão - 01a Vara
Período de referência: Ano de 2019

I - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

FASE DE CONHECIMENTO		
RECEBIDOS 1.556	SOLUCIONADOS 1.804	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 681

FASE DE LIQUIDAÇÃO		
INICIADOS 688	ENCERRADOS 1.248	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 12

FASE DE EXECUÇÃO		
INICIADOS 389	ENCERRADOS 505	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 988
		ARQUIVADOS PROVISORIAMENTE 0
		SOMA 988

II - OPEROSIDADE

CONCILIAÇÕES EM CONHECIMENTO:		1.064
% DO TOTAL SOLUCIONADO:		55,0%
CUSTAS E EMOLUMENTOS:	R\$	253.797,20
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA:	R\$	2.855.658,22
IMPOSTO DE RENDA:	R\$	130.908,08
MULTA APLICADA PELA DRT:	R\$	-
SOMA	R\$	3.240.363,50
VALORES PAGOS AOS RECLAMANTES:	R\$	15.666.924,64 (**)

Observações:

Onde constou "(*)" o processo encontra-se pendente de sentença;

Onde constou "(**)" foram considerados os valores conciliados, executados e pagos espontaneamente.

Fonte: Sistema E-Gestão da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, disponível em 03/02/2020.

Mococa - 01a Vara
Período de referência: Ano de 2019

I - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

FASE DE CONHECIMENTO		
RECEBIDOS 1.155	SOLUCIONADOS 1.249	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 455
FASE DE LIQUIDAÇÃO		
INICIADOS 636	ENCERRADOS 740	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 4
FASE DE EXECUÇÃO		
INICIADOS 720	ENCERRADOS 512	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 1.322
		ARQUIVADOS PROVISORIAMENTE 0
		SOMA 1.322

II - OPEROSIDADE

CONCILIAÇÕES EM CONHECIMENTO:		504
% DO TOTAL SOLUCIONADO:		31,1%
CUSTAS E EMOLUMENTOS:	R\$	70.449,35
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA:	R\$	752.519,37
IMPOSTO DE RENDA:	R\$	24.650,78
MULTA APLICADA PELA DRT:	R\$	-
SOMA	R\$	847.619,50
VALORES PAGOS AOS RECLAMANTES:	R\$	7.026.092,43 (**)

Observações:

Onde constou "(*)" o processo encontra-se pendente de sentença;

Onde constou "(**)" foram considerados os valores conciliados, executados e pagos espontaneamente.

Fonte: Sistema E-Gestão da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, disponível em 03/02/2020.

Mogi Guaçu - 01a Vara
Período de referência: Ano de 2019

I - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

FASE DE CONHECIMENTO		
RECEBIDOS 1.731	SOLUCIONADOS 3.214	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 2.049
FASE DE LIQUIDAÇÃO		
INICIADOS 859	ENCERRADOS 1.431	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 237
FASE DE EXECUÇÃO		
INICIADOS 970	ENCERRADOS 285	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 2.012
		ARQUIVADOS PROVISORIAMENTE 0
		SOMA 2.012

II - OPEROSIDADE

CONCILIAÇÕES EM CONHECIMENTO:		778
% DO TOTAL SOLUCIONADO:		26,4%
CUSTAS E EMOLUMENTOS:	R\$	571.295,41
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA:	R\$	2.542.836,03
IMPOSTO DE RENDA:	R\$	194.335,99
MULTA APLICADA PELA DRT:	R\$	-
SOMA	R\$	3.308.467,43
VALORES PAGOS AOS RECLAMANTES:	R\$	46.928.423,37 (**)

Observações:

Onde constou "(*)" o processo encontra-se pendente de sentença;

Onde constou "(**)" foram considerados os valores conciliados, executados e pagos espontaneamente.

Fonte: Sistema E-Gestão da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, disponível em 03/02/2020.

Moji-Mirim - 01a Vara
Período de referência: Ano de 2019

I - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

FASE DE CONHECIMENTO		
RECEBIDOS 2.016	SOLUCIONADOS 2.016	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 964
FASE DE LIQUIDAÇÃO		
INICIADOS 972	ENCERRADOS 1.142	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 34
FASE DE EXECUÇÃO		
INICIADOS 701	ENCERRADOS 387	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 1.485
		ARQUIVADOS PROVISORIAMENTE 3
		SOMA 1.488

II - OPEROSIDADE

CONCILIAÇÕES EM CONHECIMENTO:		882
% DO TOTAL SOLUCIONADO:		35,8%
CUSTAS E EMOLUMENTOS:	R\$	297.207,25
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA:	R\$	2.315.030,35
IMPOSTO DE RENDA:	R\$	260.886,10
MULTA APLICADA PELA DRT:	R\$	-
SOMA	R\$	2.873.123,70
VALORES PAGOS AOS RECLAMANTES:	R\$	28.883.523,99 (**)

Observações:

Onde constou "(*)" o processo encontra-se pendente de sentença;

Onde constou "(**)" foram considerados os valores conciliados, executados e pagos espontaneamente.

Fonte: Sistema E-Gestão da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, disponível em 03/02/2020.

Olímpia - 01a Vara
Período de referência: Ano de 2019

I - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

FASE DE CONHECIMENTO		
RECEBIDOS 1.073	SOLUCIONADOS 1.360	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 711
FASE DE LIQUIDAÇÃO		
INICIADOS 308	ENCERRADOS 316	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 1
FASE DE EXECUÇÃO		
INICIADOS 494	ENCERRADOS 411	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 462
		ARQUIVADOS PROVISORIAMENTE 40
		SOMA 502

II - OPEROSIDADE

CONCILIAÇÕES EM CONHECIMENTO:		861
% DO TOTAL SOLUCIONADO:		58,6%
CUSTAS E EMOLUMENTOS:	R\$	95.024,35
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA:	R\$	240.966,66
IMPOSTO DE RENDA:	R\$	1.098,10
MULTA APLICADA PELA DRT:	R\$	-
SOMA	R\$	337.089,11
VALORES PAGOS AOS RECLAMANTES:	R\$	9.035.689,28 (**)

Observações:

Onde constou "(*)" o processo encontra-se pendente de sentença;

Onde constou "(**)" foram considerados os valores conciliados, executados e pagos espontaneamente.

Fonte: Sistema E-Gestão da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, disponível em 03/02/2020.

Orlândia - 01a Vara
Período de referência: Ano de 2019

I - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

FASE DE CONHECIMENTO		
RECEBIDOS 1.616	SOLUCIONADOS 1.478	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 623
FASE DE LIQUIDAÇÃO		
INICIADOS 706	ENCERRADOS 1.194	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 18
FASE DE EXECUÇÃO		
INICIADOS 381	ENCERRADOS 287	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 626
		ARQUIVADOS PROVISORIAMENTE 44
		SOMA 670

II - OPEROSIDADE

CONCILIAÇÕES EM CONHECIMENTO:		732
% DO TOTAL SOLUCIONADO:		42,1%
CUSTAS E EMOLUMENTOS:	R\$	365.828,17
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA:	R\$	1.628.808,92
IMPOSTO DE RENDA:	R\$	50.452,61
MULTA APLICADA PELA DRT:	R\$	-
SOMA	R\$	2.045.089,70
VALORES PAGOS AOS RECLAMANTES:	R\$	19.297.055,43 (**)

Observações:

Onde constou "(*)" o processo encontra-se pendente de sentença;

Onde constou "(**)" foram considerados os valores conciliados, executados e pagos espontaneamente.

Fonte: Sistema E-Gestão da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, disponível em 03/02/2020.

Ourinhos - 01a Vara
Período de referência: Ano de 2019

I - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

FASE DE CONHECIMENTO		
RECEBIDOS 1.633	SOLUCIONADOS 1.752	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 407
FASE DE LIQUIDAÇÃO		
INICIADOS 494	ENCERRADOS 559	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 50
FASE DE EXECUÇÃO		
INICIADOS 592	ENCERRADOS 418	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 1.022
		ARQUIVADOS PROVISORIAMENTE 25
		SOMA 1.047

II - OPEROSIDADE

CONCILIAÇÕES EM CONHECIMENTO:		619
% DO TOTAL SOLUCIONADO:		47,9%
CUSTAS E EMOLUMENTOS:	R\$	109.978,04
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA:	R\$	1.534.591,25
IMPOSTO DE RENDA:	R\$	292.335,63
MULTA APLICADA PELA DRT:	R\$	-
SOMA	R\$	1.936.904,92
VALORES PAGOS AOS RECLAMANTES:	R\$	25.629.507,51 (**)

Observações:

Onde constou "(*)" o processo encontra-se pendente de sentença;

Onde constou "(**)" foram considerados os valores conciliados, executados e pagos espontaneamente.

Fonte: Sistema E-Gestão da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, disponível em 03/02/2020.

Paulínia - 01a Vara
Período de referência: Ano de 2019

I - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

FASE DE CONHECIMENTO		
RECEBIDOS 1.381	SOLUCIONADOS 1.773	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 1.639
FASE DE LIQUIDAÇÃO		
INICIADOS 821	ENCERRADOS 758	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 77
FASE DE EXECUÇÃO		
INICIADOS 479	ENCERRADOS 450	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 1.402
		ARQUIVADOS PROVISORIAMENTE 1
		SOMA 1.403

II - OPEROSIDADE

CONCILIAÇÕES EM CONHECIMENTO:		498
% DO TOTAL SOLUCIONADO:		37,0%
CUSTAS E EMOLUMENTOS:	R\$	218.273,44
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA:	R\$	2.300.165,61
IMPOSTO DE RENDA:	R\$	431.398,55
MULTA APLICADA PELA DRT:	R\$	-
SOMA	R\$	2.949.837,60
VALORES PAGOS AOS RECLAMANTES:	R\$	34.213.635,75 (**)

Observações:

Onde constou "(*)" o processo encontra-se pendente de sentença;

Onde constou "(**)" foram considerados os valores conciliados, executados e pagos espontaneamente.

Fonte: Sistema E-Gestão da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, disponível em 03/02/2020.

Paulínia - 02a Vara
Período de referência: Ano de 2019

I - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

FASE DE CONHECIMENTO		
RECEBIDOS 1.338	SOLUCIONADOS 1.425	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 1.076
FASE DE LIQUIDAÇÃO		
INICIADOS 665	ENCERRADOS 726	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 51
FASE DE EXECUÇÃO		
INICIADOS 388	ENCERRADOS 527	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 1.117
		ARQUIVADOS PROVISORIAMENTE 21
		SOMA 1.138

II - OPEROSIDADE

CONCILIAÇÕES EM CONHECIMENTO:		446
% DO TOTAL SOLUCIONADO:		30,7%
CUSTAS E EMOLUMENTOS:	R\$	245.096,85
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA:	R\$	1.558.745,17
IMPOSTO DE RENDA:	R\$	169.728,54
MULTA APLICADA PELA DRT:	R\$	-
SOMA	R\$	1.973.570,56
VALORES PAGOS AOS RECLAMANTES:	R\$	14.583.542,54 (**)

Observações:

Onde constou "(*)" o processo encontra-se pendente de sentença;

Onde constou "(**)" foram considerados os valores conciliados, executados e pagos espontaneamente.

Fonte: Sistema E-Gestão da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, disponível em 03/02/2020.

Pederneiras - 01a Vara
Período de referência: Ano de 2019

I - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

FASE DE CONHECIMENTO		
RECEBIDOS 1.062	SOLUCIONADOS 1.493	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 311
FASE DE LIQUIDAÇÃO		
INICIADOS 453	ENCERRADOS 372	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 7
FASE DE EXECUÇÃO		
INICIADOS 455	ENCERRADOS 290	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 513
		ARQUIVADOS PROVISORIAMENTE 75
		SOMA 588

II - OPEROSIDADE

CONCILIAÇÕES EM CONHECIMENTO:		750
% DO TOTAL SOLUCIONADO:		55,8%
CUSTAS E EMOLUMENTOS:	R\$	89.187,67
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA:	R\$	948.588,20
IMPOSTO DE RENDA:	R\$	72.375,17
MULTA APLICADA PELA DRT:	R\$	-
SOMA	R\$	1.110.151,04
VALORES PAGOS AOS RECLAMANTES:	R\$	16.140.453,04 (**)

Observações:

Onde constou "(*)" o processo encontra-se pendente de sentença;

Onde constou "(**)" foram considerados os valores conciliados, executados e pagos espontaneamente.

Fonte: Sistema E-Gestão da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, disponível em 03/02/2020.

Penápolis - 01a Vara
Período de referência: Ano de 2019

I - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

FASE DE CONHECIMENTO		
RECEBIDOS 1.827	SOLUCIONADOS 1.910	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 712
FASE DE LIQUIDAÇÃO		
INICIADOS 939	ENCERRADOS 1.253	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 21
FASE DE EXECUÇÃO		
INICIADOS 855	ENCERRADOS 439	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 1.606
		ARQUIVADOS PROVISORIAMENTE 8
		SOMA 1.614

II - OPEROSIDADE

CONCILIAÇÕES EM CONHECIMENTO:		339
% DO TOTAL SOLUCIONADO:		19,2%
CUSTAS E EMOLUMENTOS:	R\$	87.874,36
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA:	R\$	835.080,91
IMPOSTO DE RENDA:	R\$	18.068,41
MULTA APLICADA PELA DRT:	R\$	-
SOMA	R\$	941.023,68
VALORES PAGOS AOS RECLAMANTES:	R\$	9.955.342,87 (**)

Observações:

Onde constou "(*)" o processo encontra-se pendente de sentença;

Onde constou "(**)" foram considerados os valores conciliados, executados e pagos espontaneamente.

Fonte: Sistema E-Gestão da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, disponível em 03/02/2020.

Piedade - 01a Vara
Período de referência: Ano de 2019

I - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

FASE DE CONHECIMENTO		
RECEBIDOS 757	SOLUCIONADOS 749	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 244

FASE DE LIQUIDAÇÃO		
INICIADOS 215	ENCERRADOS 216	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 5

FASE DE EXECUÇÃO		
INICIADOS 258	ENCERRADOS 139	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 320
		ARQUIVADOS PROVISORIAMENTE 0
		SOMA 320

II - OPEROSIDADE

CONCILIAÇÕES EM CONHECIMENTO:		478
% DO TOTAL SOLUCIONADO:		50,3%
CUSTAS E EMOLUMENTOS:	R\$	26.117,59
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA:	R\$	275.655,92
IMPOSTO DE RENDA:	R\$	11.230,58
MULTA APLICADA PELA DRT:	R\$	-
SOMA	R\$	313.004,09
VALORES PAGOS AOS RECLAMANTES:	R\$	4.291.725,74 (**)

Observações:

Onde constou "(*)" o processo encontra-se pendente de sentença;

Onde constou "(**)" foram considerados os valores conciliados, executados e pagos espontaneamente.

Fonte: Sistema E-Gestão da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, disponível em 03/02/2020.

Pindamonhangaba - 01a Vara
Período de referência: Ano de 2019

I - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

FASE DE CONHECIMENTO		
RECEBIDOS 2.638	SOLUCIONADOS 3.225	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 1.345
FASE DE LIQUIDAÇÃO		
INICIADOS 998	ENCERRADOS 1.635	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 43
FASE DE EXECUÇÃO		
INICIADOS 1.033	ENCERRADOS 1.385	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 2.044
		ARQUIVADOS PROVISORIAMENTE 246
		SOMA 2.290

II - OPEROSIDADE

CONCILIAÇÕES EM CONHECIMENTO:		830
% DO TOTAL SOLUCIONADO:		32,0%
CUSTAS E EMOLUMENTOS:	R\$	515.800,63
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA:	R\$	7.060.512,69
IMPOSTO DE RENDA:	R\$	126.713,77
MULTA APLICADA PELA DRT:	R\$	-
SOMA	R\$	7.703.027,09
VALORES PAGOS AOS RECLAMANTES:	R\$	23.534.817,79 (**)

Observações:

Onde constou "(*)" o processo encontra-se pendente de sentença;

Onde constou "(**)" foram considerados os valores conciliados, executados e pagos espontaneamente.

Fonte: Sistema E-Gestão da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, disponível em 03/02/2020.

Piracicaba - 01a Vara
Período de referência: Ano de 2019

I - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

FASE DE CONHECIMENTO		
RECEBIDOS 2.181	SOLUCIONADOS 2.548	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 2.283
FASE DE LIQUIDAÇÃO		
INICIADOS 923	ENCERRADOS 881	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 178
FASE DE EXECUÇÃO		
INICIADOS 544	ENCERRADOS 581	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 1.664
		ARQUIVADOS PROVISORIAMENTE 16
		SOMA 1.680

II - OPEROSIDADE

CONCILIAÇÕES EM CONHECIMENTO:		953
% DO TOTAL SOLUCIONADO:		37,9%
CUSTAS E EMOLUMENTOS:	R\$	295.964,69
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA:	R\$	1.173.930,32
IMPOSTO DE RENDA:	R\$	45.214,08
MULTA APLICADA PELA DRT:	R\$	-
SOMA	R\$	1.515.109,09
VALORES PAGOS AOS RECLAMANTES:	R\$	17.533.759,82 (**)

Observações:

Onde constou "(*)" o processo encontra-se pendente de sentença;

Onde constou "(**)" foram considerados os valores conciliados, executados e pagos espontaneamente.

Fonte: Sistema E-Gestão da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, disponível em 03/02/2020.

Piracicaba - 02a Vara
Período de referência: Ano de 2019

I - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

FASE DE CONHECIMENTO		
RECEBIDOS 2.260	SOLUCIONADOS 2.905	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 1.055
FASE DE LIQUIDAÇÃO		
INICIADOS 726	ENCERRADOS 840	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 27
FASE DE EXECUÇÃO		
INICIADOS 771	ENCERRADOS 1.620	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 1.107
		ARQUIVADOS PROVISORIAMENTE 62
		SOMA 1.169

II - OPEROSIDADE

CONCILIAÇÕES EM CONHECIMENTO:		1.139
% DO TOTAL SOLUCIONADO:		49,0%
CUSTAS E EMOLUMENTOS:	R\$	404.298,41
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA:	R\$	1.623.434,99
IMPOSTO DE RENDA:	R\$	276.558,18
MULTA APLICADA PELA DRT:	R\$	-
SOMA	R\$	2.304.291,58
VALORES PAGOS AOS RECLAMANTES:	R\$	30.409.165,66 (**)

Observações:

Onde constou "(*)" o processo encontra-se pendente de sentença;

Onde constou "(**)" foram considerados os valores conciliados, executados e pagos espontaneamente.

Fonte: Sistema E-Gestão da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, disponível em 03/02/2020.

Piracicaba - 03a Vara
Período de referência: Ano de 2019

I - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

FASE DE CONHECIMENTO		
RECEBIDOS 2.135	SOLUCIONADOS 2.363	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 1.369
FASE DE LIQUIDAÇÃO		
INICIADOS 695	ENCERRADOS 1.191	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 52
FASE DE EXECUÇÃO		
INICIADOS 829	ENCERRADOS 1.321	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 1.184
		ARQUIVADOS PROVISORIAMENTE 0
		SOMA 1.184

II - OPEROSIDADE

CONCILIAÇÕES EM CONHECIMENTO:		1.080
% DO TOTAL SOLUCIONADO:		45,9%
CUSTAS E EMOLUMENTOS:	R\$	152.128,03
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA:	R\$	2.535.387,15
IMPOSTO DE RENDA:	R\$	396.396,59
MULTA APLICADA PELA DRT:	R\$	-
SOMA	R\$	3.083.911,77
VALORES PAGOS AOS RECLAMANTES:	R\$	30.867.749,40 (**)

Observações:

Onde constou "(*)" o processo encontra-se pendente de sentença;

Onde constou "(**)" foram considerados os valores conciliados, executados e pagos espontaneamente.

Fonte: Sistema E-Gestão da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, disponível em 03/02/2020.

Pirassununga - 01a Vara
Período de referência: Ano de 2019

I - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

FASE DE CONHECIMENTO		
RECEBIDOS 1.510	SOLUCIONADOS 1.770	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 402
FASE DE LIQUIDAÇÃO		
INICIADOS 1.030	ENCERRADOS 1.156	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 35
FASE DE EXECUÇÃO		
INICIADOS 742	ENCERRADOS 700	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 979
		ARQUIVADOS PROVISORIAMENTE 0
		SOMA 979

II - OPEROSIDADE

CONCILIAÇÕES EM CONHECIMENTO:		630
% DO TOTAL SOLUCIONADO:		33,2%
CUSTAS E EMOLUMENTOS:	R\$	63.366,97
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA:	R\$	1.085.810,14
IMPOSTO DE RENDA:	R\$	13.978,57
MULTA APLICADA PELA DRT:	R\$	-
SOMA	R\$	1.163.155,68
VALORES PAGOS AOS RECLAMANTES:	R\$	14.593.628,59 (**)

Observações:

Onde constou "(*)" o processo encontra-se pendente de sentença;

Onde constou "(**)" foram considerados os valores conciliados, executados e pagos espontaneamente.

Fonte: Sistema E-Gestão da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, disponível em 03/02/2020.

Porto Ferreira - 01a Vara
Período de referência: Ano de 2019

I - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

FASE DE CONHECIMENTO		
RECEBIDOS 1.874	SOLUCIONADOS 1.913	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 369
FASE DE LIQUIDAÇÃO		
INICIADOS 375	ENCERRADOS 838	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 8
FASE DE EXECUÇÃO		
INICIADOS 558	ENCERRADOS 505	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 798
		ARQUIVADOS PROVISORIAMENTE 55
		SOMA 853

II - OPEROSIDADE

CONCILIAÇÕES EM CONHECIMENTO:		1.192
% DO TOTAL SOLUCIONADO:		57,6%
CUSTAS E EMOLUMENTOS:	R\$	98.911,41
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA:	R\$	644.547,65
IMPOSTO DE RENDA:	R\$	31.887,91
MULTA APLICADA PELA DRT:	R\$	-
SOMA	R\$	775.346,97
VALORES PAGOS AOS RECLAMANTES:	R\$	22.180.077,41 (**)

Observações:

Onde constou "(*)" o processo encontra-se pendente de sentença;

Onde constou "(**)" foram considerados os valores conciliados, executados e pagos espontaneamente.

Fonte: Sistema E-Gestão da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, disponível em 03/02/2020.

Presidente Prudente - 01a Vara
Período de referência: Ano de 2019

I - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

FASE DE CONHECIMENTO		
RECEBIDOS 1.700	SOLUCIONADOS 1.997	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 1.709
FASE DE LIQUIDAÇÃO		
INICIADOS 724	ENCERRADOS 1.216	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 129
FASE DE EXECUÇÃO		
INICIADOS 896	ENCERRADOS 494	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 1.795
		ARQUIVADOS PROVISORIAMENTE 337
		SOMA 2.132

II - OPEROSIDADE

CONCILIAÇÕES EM CONHECIMENTO:		840
% DO TOTAL SOLUCIONADO:		44,4%
CUSTAS E EMOLUMENTOS:	R\$	31.050,80
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA:	R\$	3.791.803,14
IMPOSTO DE RENDA:	R\$	312.723,91
MULTA APLICADA PELA DRT:	R\$	-
SOMA	R\$	4.135.577,85
VALORES PAGOS AOS RECLAMANTES:	R\$	26.039.866,17 (**)

Observações:

Onde constou "(*)" o processo encontra-se pendente de sentença;

Onde constou "(**)" foram considerados os valores conciliados, executados e pagos espontaneamente.

Fonte: Sistema E-Gestão da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, disponível em 03/02/2020.

Presidente Prudente - 02a Vara
Período de referência: Ano de 2019

I - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

FASE DE CONHECIMENTO		
RECEBIDOS 1.724	SOLUCIONADOS 2.164	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 1.076
FASE DE LIQUIDAÇÃO		
INICIADOS 837	ENCERRADOS 906	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 43
FASE DE EXECUÇÃO		
INICIADOS 793	ENCERRADOS 706	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 1.756
		ARQUIVADOS PROVISORIAMENTE 355
		SOMA 2.111

II - OPEROSIDADE

CONCILIAÇÕES EM CONHECIMENTO:		879
% DO TOTAL SOLUCIONADO:		41,7%
CUSTAS E EMOLUMENTOS:	R\$	101.031,09
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA:	R\$	4.174.645,96
IMPOSTO DE RENDA:	R\$	803.486,28
MULTA APLICADA PELA DRT:	R\$	94.001,69
SOMA	R\$	5.173.165,02
VALORES PAGOS AOS RECLAMANTES:	R\$	30.550.643,08 (**)

Observações:

Onde constou "(*)" o processo encontra-se pendente de sentença;

Onde constou "(**)" foram considerados os valores conciliados, executados e pagos espontaneamente.

Fonte: Sistema E-Gestão da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, disponível em 03/02/2020.

Presidente Venceslau - 01a Vara

Período de referência: Ano de 2019

I - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

FASE DE CONHECIMENTO		
RECEBIDOS 672	SOLUCIONADOS 718	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 246

FASE DE LIQUIDAÇÃO		
INICIADOS 389	ENCERRADOS 849	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 13

FASE DE EXECUÇÃO		
INICIADOS 390	ENCERRADOS 333	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 961
		ARQUIVADOS PROVISORIAMENTE 28
		SOMA 989

II - OPEROSIDADE

CONCILIAÇÕES EM CONHECIMENTO:		477
% DO TOTAL SOLUCIONADO:		44,4%
CUSTAS E EMOLUMENTOS:	R\$	87.361,81
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA:	R\$	1.999.699,37
IMPOSTO DE RENDA:	R\$	321.184,43
MULTA APLICADA PELA DRT:	R\$	-
SOMA	R\$	2.408.245,61
VALORES PAGOS AOS RECLAMANTES:	R\$	13.640.767,23 (**)

Observações:

Onde constou "(*)" o processo encontra-se pendente de sentença;

Onde constou "(**)" foram considerados os valores conciliados, executados e pagos espontaneamente.

Fonte: Sistema E-Gestão da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, disponível em 03/02/2020.

Rancharia - 01a Vara
Período de referência: Ano de 2019

I - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

FASE DE CONHECIMENTO		
RECEBIDOS 935	SOLUCIONADOS 604	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 382
FASE DE LIQUIDAÇÃO		
INICIADOS 195	ENCERRADOS 196	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 9
FASE DE EXECUÇÃO		
INICIADOS 145	ENCERRADOS 138	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 245
		ARQUIVADOS PROVISORIAMENTE 5
		SOMA 250

II - OPEROSIDADE

CONCILIAÇÕES EM CONHECIMENTO:		457
% DO TOTAL SOLUCIONADO:		63,6%
CUSTAS E EMOLUMENTOS:	R\$	54.499,79
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA:	R\$	542.479,51
IMPOSTO DE RENDA:	R\$	-
MULTA APLICADA PELA DRT:	R\$	-
SOMA	R\$	596.979,30
VALORES PAGOS AOS RECLAMANTES:	R\$	5.166.556,69 (**)

Observações:

Onde constou "(*)" o processo encontra-se pendente de sentença;

Onde constou "(**)" foram considerados os valores conciliados, executados e pagos espontaneamente.

Fonte: Sistema E-Gestão da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, disponível em 03/02/2020.

Registro - 01a Vara
Período de referência: Ano de 2019

I - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

FASE DE CONHECIMENTO		
RECEBIDOS 3.149	SOLUCIONADOS 2.906	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 1.697
FASE DE LIQUIDAÇÃO		
INICIADOS 1.086	ENCERRADOS 1.770	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 31
FASE DE EXECUÇÃO		
INICIADOS 1.336	ENCERRADOS 2.382	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 1.726
		ARQUIVADOS PROVISORIAMENTE 48
		SOMA 1.774

II - OPEROSIDADE

CONCILIAÇÕES EM CONHECIMENTO:		667
% DO TOTAL SOLUCIONADO:		18,0%
CUSTAS E EMOLUMENTOS:	R\$	91.924,64
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA:	R\$	2.719.623,41
IMPOSTO DE RENDA:	R\$	205.580,26
MULTA APLICADA PELA DRT:	R\$	-
SOMA	R\$	3.017.128,31
VALORES PAGOS AOS RECLAMANTES:	R\$	22.213.372,71 (**)

Observações:

Onde constou "(*)" o processo encontra-se pendente de sentença;

Onde constou "(**)" foram considerados os valores conciliados, executados e pagos espontaneamente.

Fonte: Sistema E-Gestão da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, disponível em 03/02/2020.

Ribeirão Preto - 01a Vara
Período de referência: Ano de 2019

I - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

FASE DE CONHECIMENTO		
RECEBIDOS 1.684	SOLUCIONADOS 2.067	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 995
FASE DE LIQUIDAÇÃO		
INICIADOS 785	ENCERRADOS 1.347	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 35
FASE DE EXECUÇÃO		
INICIADOS 808	ENCERRADOS 682	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 1.781
		ARQUIVADOS PROVISORIAMENTE 147
		SOMA 1.928

II - OPEROSIDADE

CONCILIAÇÕES EM CONHECIMENTO:		964
% DO TOTAL SOLUCIONADO:		43,0%
CUSTAS E EMOLUMENTOS:	R\$	97.812,99
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA:	R\$	2.919.060,78
IMPOSTO DE RENDA:	R\$	350.986,61
MULTA APLICADA PELA DRT:	R\$	-
SOMA	R\$	3.367.860,38
VALORES PAGOS AOS RECLAMANTES:	R\$	32.608.658,89 (**)

Observações:

Onde constou "(*)" o processo encontra-se pendente de sentença;

Onde constou "(**)" foram considerados os valores conciliados, executados e pagos espontaneamente.

Fonte: Sistema E-Gestão da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, disponível em 03/02/2020.

Ribeirão Preto - 02a Vara
Período de referência: Ano de 2019

I - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

FASE DE CONHECIMENTO		
RECEBIDOS 1.744	SOLUCIONADOS 2.134	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 1.545
FASE DE LIQUIDAÇÃO		
INICIADOS 725	ENCERRADOS 1.320	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 143
FASE DE EXECUÇÃO		
INICIADOS 861	ENCERRADOS 857	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 2.382
		ARQUIVADOS PROVISORIAMENTE 13
		SOMA 2.395

II - OPEROSIDADE

CONCILIAÇÕES EM CONHECIMENTO:		906
% DO TOTAL SOLUCIONADO:		40,7%
CUSTAS E EMOLUMENTOS:	R\$	1.761.644,32
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA:	R\$	3.377.610,56
IMPOSTO DE RENDA:	R\$	519.535,78
MULTA APLICADA PELA DRT:	R\$	-
SOMA	R\$	5.658.790,66
VALORES PAGOS AOS RECLAMANTES:	R\$	30.426.634,05 (**)

Observações:

Onde constou "(*)" o processo encontra-se pendente de sentença;

Onde constou "(**)" foram considerados os valores conciliados, executados e pagos espontaneamente.

Fonte: Sistema E-Gestão da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, disponível em 03/02/2020.

Ribeirão Preto - 03a Vara
Período de referência: Ano de 2019

I - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

FASE DE CONHECIMENTO		
RECEBIDOS 1.728	SOLUCIONADOS 1.793	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 976
FASE DE LIQUIDAÇÃO		
INICIADOS 612	ENCERRADOS 745	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 112
FASE DE EXECUÇÃO		
INICIADOS 1.425	ENCERRADOS 608	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 1.226
		ARQUIVADOS PROVISORIAMENTE 1.481
		SOMA 2.707

II - OPEROSIDADE

CONCILIAÇÕES EM CONHECIMENTO:		945
% DO TOTAL SOLUCIONADO:		44,8%
CUSTAS E EMOLUMENTOS:	R\$	106.960,34
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA:	R\$	2.068.301,40
IMPOSTO DE RENDA:	R\$	171.251,88
MULTA APLICADA PELA DRT:	R\$	-
SOMA	R\$	2.346.513,62
VALORES PAGOS AOS RECLAMANTES:	R\$	24.849.880,63 (**)

Observações:

Onde constou "(*)" o processo encontra-se pendente de sentença;

Onde constou "(**)" foram considerados os valores conciliados, executados e pagos espontaneamente.

Fonte: Sistema E-Gestão da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, disponível em 03/02/2020.

Ribeirão Preto - 04a Vara
Período de referência: Ano de 2019

I - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

FASE DE CONHECIMENTO		
RECEBIDOS 1.697	SOLUCIONADOS 2.707	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 953
FASE DE LIQUIDAÇÃO		
INICIADOS 1.002	ENCERRADOS 815	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 146
FASE DE EXECUÇÃO		
INICIADOS 478	ENCERRADOS 926	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 1.142
		ARQUIVADOS PROVISORIAMENTE 28
		SOMA 1.170

II - OPEROSIDADE

CONCILIAÇÕES EM CONHECIMENTO:	1.084
% DO TOTAL SOLUCIONADO:	40,8%
CUSTAS E EMOLUMENTOS:	R\$ 307.270,23
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA:	R\$ 1.607.338,74
IMPOSTO DE RENDA:	R\$ 612.431,63
MULTA APLICADA PELA DRT:	R\$ -
SOMA	R\$ 2.527.040,60
VALORES PAGOS AOS RECLAMANTES:	R\$ 19.421.251,41 (**)

Observações:

Onde constou "(*)" o processo encontra-se pendente de sentença;

Onde constou "(**)" foram considerados os valores conciliados, executados e pagos espontaneamente.

Fonte: Sistema E-Gestão da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, disponível em 03/02/2020.

Ribeirão Preto - 05a Vara
Período de referência: Ano de 2019

I - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

FASE DE CONHECIMENTO		
RECEBIDOS 1.707	SOLUCIONADOS 2.030	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 708
FASE DE LIQUIDAÇÃO		
INICIADOS 854	ENCERRADOS 1.053	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 56
FASE DE EXECUÇÃO		
INICIADOS 674	ENCERRADOS 710	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 1.481
		ARQUIVADOS PROVISORIAMENTE 243
		SOMA 1.724

II - OPEROSIDADE

CONCILIAÇÕES EM CONHECIMENTO:		1.108
% DO TOTAL SOLUCIONADO:		40,5%
CUSTAS E EMOLUMENTOS:	R\$	348.217,60
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA:	R\$	2.568.392,53
IMPOSTO DE RENDA:	R\$	365.077,00
MULTA APLICADA PELA DRT:	R\$	-
SOMA	R\$	3.281.687,13
VALORES PAGOS AOS RECLAMANTES:	R\$	29.019.205,67 (**)

Observações:

Onde constou "(*)" o processo encontra-se pendente de sentença;

Onde constou "(**)" foram considerados os valores conciliados, executados e pagos espontaneamente.

Fonte: Sistema E-Gestão da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, disponível em 03/02/2020.

Ribeirão Preto - 06a Vara
Período de referência: Ano de 2019

I - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

FASE DE CONHECIMENTO		
RECEBIDOS 1.753	SOLUCIONADOS 2.261	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 1.322
FASE DE LIQUIDAÇÃO		
INICIADOS 905	ENCERRADOS 1.419	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 79
FASE DE EXECUÇÃO		
INICIADOS 710	ENCERRADOS 1.124	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 1.169
		ARQUIVADOS PROVISORIAMENTE 60
		SOMA 1.229

II - OPEROSIDADE

CONCILIAÇÕES EM CONHECIMENTO:		902
% DO TOTAL SOLUCIONADO:		43,7%
CUSTAS E EMOLUMENTOS:	R\$	50.001,05
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA:	R\$	1.455.936,49
IMPOSTO DE RENDA:	R\$	1.353.373,80
MULTA APLICADA PELA DRT:	R\$	-
SOMA	R\$	2.859.311,34
VALORES PAGOS AOS RECLAMANTES:	R\$	12.293.504,48 (**)

Observações:

Onde constou "(*)" o processo encontra-se pendente de sentença;

Onde constou "(**)" foram considerados os valores conciliados, executados e pagos espontaneamente.

Fonte: Sistema E-Gestão da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, disponível em 03/02/2020.

Rio Claro - 01a Vara
Período de referência: Ano de 2019

I - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

FASE DE CONHECIMENTO		
RECEBIDOS 2.426	SOLUCIONADOS 2.795	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 2.028
FASE DE LIQUIDAÇÃO		
INICIADOS 1.129	ENCERRADOS 1.309	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 59
FASE DE EXECUÇÃO		
INICIADOS 959	ENCERRADOS 699	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 3.214
		ARQUIVADOS PROVISORIAMENTE 0
		SOMA 3.214

II - OPEROSIDADE

CONCILIAÇÕES EM CONHECIMENTO:		1.305
% DO TOTAL SOLUCIONADO:		46,7%
CUSTAS E EMOLUMENTOS:	R\$	133.825,82
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA:	R\$	3.578.180,07
IMPOSTO DE RENDA:	R\$	73.168,79
MULTA APLICADA PELA DRT:	R\$	-
SOMA	R\$	3.785.174,68
VALORES PAGOS AOS RECLAMANTES:	R\$	31.422.231,39 (**)

Observações:

Onde constou "(*)" o processo encontra-se pendente de sentença;

Onde constou "(**)" foram considerados os valores conciliados, executados e pagos espontaneamente.

Fonte: Sistema E-Gestão da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, disponível em 03/02/2020.

Salto - 01a Vara
Período de referência: Ano de 2019

I - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

FASE DE CONHECIMENTO		
RECEBIDOS 2.217	SOLUCIONADOS 1.834	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 1.197
FASE DE LIQUIDAÇÃO		
INICIADOS 668	ENCERRADOS 870	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 8
FASE DE EXECUÇÃO		
INICIADOS 631	ENCERRADOS 805	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 715
		ARQUIVADOS PROVISORIAMENTE 19
		SOMA 734

II - OPEROSIDADE

CONCILIAÇÕES EM CONHECIMENTO:		677
% DO TOTAL SOLUCIONADO:		43,6%
CUSTAS E EMOLUMENTOS:	R\$	372.827,91
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA:	R\$	2.931.174,40
IMPOSTO DE RENDA:	R\$	93.972,26
MULTA APLICADA PELA DRT:	R\$	-
SOMA	R\$	3.397.974,57
VALORES PAGOS AOS RECLAMANTES:	R\$	23.611.125,93 (**)

Observações:

Onde constou "(*)" o processo encontra-se pendente de sentença;

Onde constou "(**)" foram considerados os valores conciliados, executados e pagos espontaneamente.

Fonte: Sistema E-Gestão da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, disponível em 03/02/2020.

Santa Bárbara d'Oeste - 01a Vara

Período de referência: Ano de 2019

I - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

FASE DE CONHECIMENTO		
RECEBIDOS	SOLUCIONADOS	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*)
2.067	2.293	1.328

FASE DE LIQUIDAÇÃO		
INICIADOS	ENCERRADOS	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*)
838	1.007	11

FASE DE EXECUÇÃO		
INICIADOS	ENCERRADOS	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*)
919	587	1.040
		ARQUIVADOS PROVISORIAMENTE
		67
		SOMA
		1.107

II - OPEROSIDADE

CONCILIAÇÕES EM CONHECIMENTO:		1.150
% DO TOTAL SOLUCIONADO:		50,5%
CUSTAS E EMOLUMENTOS:	R\$	48.305,04
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA:	R\$	2.532.488,66
IMPOSTO DE RENDA:	R\$	256.437,06
MULTA APLICADA PELA DRT:	R\$	-
SOMA	R\$	2.837.230,76
VALORES PAGOS AOS RECLAMANTES:	R\$	24.334.043,52 (**)

Observações:

Onde constou "(*)" o processo encontra-se pendente de sentença;

Onde constou "(**)" foram considerados os valores conciliados, executados e pagos espontaneamente.

Fonte: Sistema E-Gestão da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, disponível em 03/02/2020.

Santa Cruz do Rio Pardo - 01a Vara

Período de referência: Ano de 2019

I - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

FASE DE CONHECIMENTO		
RECEBIDOS	SOLUCIONADOS	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*)
1.141	1.301	271

FASE DE LIQUIDAÇÃO		
INICIADOS	ENCERRADOS	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*)
558	860	4

FASE DE EXECUÇÃO		
INICIADOS	ENCERRADOS	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*)
483	237	648
		ARQUIVADOS PROVISORIAMENTE
		0
		SOMA
		648

II - OPEROSIDADE

CONCILIAÇÕES EM CONHECIMENTO:		612
% DO TOTAL SOLUCIONADO:		41,9%
CUSTAS E EMOLUMENTOS:	R\$	88.111,46
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA:	R\$	628.758,95
IMPOSTO DE RENDA:	R\$	62.908,65
MULTA APLICADA PELA DRT:	R\$	-
SOMA	R\$	779.779,06
VALORES PAGOS AOS RECLAMANTES:	R\$	8.185.689,47 (**)

Observações:

Onde constou "(*)" o processo encontra-se pendente de sentença;

Onde constou "(**)" foram considerados os valores conciliados, executados e pagos espontaneamente.

Fonte: Sistema E-Gestão da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, disponível em 03/02/2020.

São Carlos - 01a Vara
Período de referência: Ano de 2019

I - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

FASE DE CONHECIMENTO		
RECEBIDOS 1.639	SOLUCIONADOS 2.702	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 1.636
FASE DE LIQUIDAÇÃO		
INICIADOS 807	ENCERRADOS 978	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 42
FASE DE EXECUÇÃO		
INICIADOS 922	ENCERRADOS 770	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 1.794
		ARQUIVADOS PROVISORIAMENTE 476
		SOMA 2.270

II - OPEROSIDADE

CONCILIAÇÕES EM CONHECIMENTO:		1.319
% DO TOTAL SOLUCIONADO:		54,6%
CUSTAS E EMOLUMENTOS:	R\$	176.648,66
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA:	R\$	2.533.411,89
IMPOSTO DE RENDA:	R\$	152.371,27
MULTA APLICADA PELA DRT:	R\$	-
SOMA	R\$	2.862.431,82
VALORES PAGOS AOS RECLAMANTES:	R\$	30.865.408,39 (**)

Observações:

Onde constou "(*)" o processo encontra-se pendente de sentença;

Onde constou "(**)" foram considerados os valores conciliados, executados e pagos espontaneamente.

Fonte: Sistema E-Gestão da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, disponível em 03/02/2020.

São Carlos - 02a Vara
Período de referência: Ano de 2019

I - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

FASE DE CONHECIMENTO		
RECEBIDOS 1.634	SOLUCIONADOS 2.003	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 1.028

FASE DE LIQUIDAÇÃO		
INICIADOS 790	ENCERRADOS 612	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 50

FASE DE EXECUÇÃO		
INICIADOS 585	ENCERRADOS 758	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 1.954
		ARQUIVADOS PROVISORIAMENTE 39
		SOMA 1.993

II - OPEROSIDADE

CONCILIAÇÕES EM CONHECIMENTO:		1.067
% DO TOTAL SOLUCIONADO:		52,3%
CUSTAS E EMOLUMENTOS:	R\$	241.061,00
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA:	R\$	4.020.289,82
IMPOSTO DE RENDA:	R\$	61.514,31
MULTA APLICADA PELA DRT:	R\$	57.378,62
SOMA	R\$	4.380.243,75
VALORES PAGOS AOS RECLAMANTES:	R\$	27.006.968,24 (**)

Observações:

Onde constou "(*)" o processo encontra-se pendente de sentença;

Onde constou "(**)" foram considerados os valores conciliados, executados e pagos espontaneamente.

Fonte: Sistema E-Gestão da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, disponível em 03/02/2020.

São João da Boa Vista - 01a Vara

Período de referência: Ano de 2019

I - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

FASE DE CONHECIMENTO		
RECEBIDOS	SOLUCIONADOS	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*)
1.871	2.204	1.520

FASE DE LIQUIDAÇÃO		
INICIADOS	ENCERRADOS	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*)
811	933	45

FASE DE EXECUÇÃO		
INICIADOS	ENCERRADOS	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*)
577	808	1.435
		ARQUIVADOS PROVISORIAMENTE
		76
		SOMA
		1.511

II - OPEROSIDADE

CONCILIAÇÕES EM CONHECIMENTO:		970
% DO TOTAL SOLUCIONADO:		45,6%
CUSTAS E EMOLUMENTOS:	R\$	154.531,79
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA:	R\$	2.471.019,07
IMPOSTO DE RENDA:	R\$	217.138,48
MULTA APLICADA PELA DRT:	R\$	-
SOMA	R\$	2.842.689,34
VALORES PAGOS AOS RECLAMANTES:	R\$	24.497.341,74 (**)

Observações:

Onde constou "(*)" o processo encontra-se pendente de sentença;

Onde constou "(**)" foram considerados os valores conciliados, executados e pagos espontaneamente.

Fonte: Sistema E-Gestão da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, disponível em 03/02/2020.

São Joaquim da Barra - 01a Vara

Período de referência: Ano de 2019

I - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

FASE DE CONHECIMENTO		
RECEBIDOS	SOLUCIONADOS	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*)
1.928	2.015	390

FASE DE LIQUIDAÇÃO		
INICIADOS	ENCERRADOS	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*)
643	577	12

FASE DE EXECUÇÃO		
INICIADOS	ENCERRADOS	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*)
374	639	677
		ARQUIVADOS PROVISORIAMENTE
		8
		SOMA
		685

II - OPEROSIDADE

CONCILIAÇÕES EM CONHECIMENTO:		1.220
% DO TOTAL SOLUCIONADO:		50,4%
CUSTAS E EMOLUMENTOS:	R\$	88.765,90
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA:	R\$	507.068,98
IMPOSTO DE RENDA:	R\$	9.824,61
MULTA APLICADA PELA DRT:	R\$	-
SOMA	R\$	605.659,49
VALORES PAGOS AOS RECLAMANTES:	R\$	12.468.668,16 (**)

Observações:

Onde constou "(*)" o processo encontra-se pendente de sentença;

Onde constou "(**)" foram considerados os valores conciliados, executados e pagos espontaneamente.

Fonte: Sistema E-Gestão da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, disponível em 03/02/2020.

São José do Rio Pardo - 01a Vara

Período de referência: Ano de 2019

I - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

FASE DE CONHECIMENTO		
RECEBIDOS	SOLUCIONADOS	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*)
1.036	960	357

FASE DE LIQUIDAÇÃO		
INICIADOS	ENCERRADOS	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*)
200	305	1

FASE DE EXECUÇÃO		
INICIADOS	ENCERRADOS	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*)
362	214	1.067
		ARQUIVADOS PROVISORIAMENTE
		41
		SOMA
		1.108

II - OPEROSIDADE

CONCILIAÇÕES EM CONHECIMENTO:		551
% DO TOTAL SOLUCIONADO:		57,8%
CUSTAS E EMOLUMENTOS:	R\$	39.875,71
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA:	R\$	885.154,97
IMPOSTO DE RENDA:	R\$	86.286,03
MULTA APLICADA PELA DRT:	R\$	-
SOMA	R\$	1.011.316,71
VALORES PAGOS AOS RECLAMANTES:	R\$	9.681.391,02 (**)

Observações:

Onde constou "(*)" o processo encontra-se pendente de sentença;

Onde constou "(**)" foram considerados os valores conciliados, executados e pagos espontaneamente.

Fonte: Sistema E-Gestão da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, disponível em 03/02/2020.

São José do Rio Preto - 01a Vara
Período de referência: Ano de 2019

I - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

FASE DE CONHECIMENTO		
RECEBIDOS 1.938	SOLUCIONADOS 2.399	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 1.622
FASE DE LIQUIDAÇÃO		
INICIADOS 794	ENCERRADOS 893	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 63
FASE DE EXECUÇÃO		
INICIADOS 779	ENCERRADOS 735	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 1.761
		ARQUIVADOS PROVISORIAMENTE 66
		SOMA 1.827

II - OPEROSIDADE

CONCILIAÇÕES EM CONHECIMENTO:		891
% DO TOTAL SOLUCIONADO:		40,2%
CUSTAS E EMOLUMENTOS:	R\$	142.635,92
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA:	R\$	979.268,53
IMPOSTO DE RENDA:	R\$	124.859,33
MULTA APLICADA PELA DRT:	R\$	-
SOMA	R\$	1.246.763,78
VALORES PAGOS AOS RECLAMANTES:	R\$	12.460.077,82 (**)

Observações:

Onde constou "(*)" o processo encontra-se pendente de sentença;

Onde constou "(**)" foram considerados os valores conciliados, executados e pagos espontaneamente.

Fonte: Sistema E-Gestão da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, disponível em 03/02/2020.

São José do Rio Preto - 02a Vara
Período de referência: Ano de 2019

I - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

FASE DE CONHECIMENTO		
RECEBIDOS 1.602	SOLUCIONADOS 2.166	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 1.320
FASE DE LIQUIDAÇÃO		
INICIADOS 829	ENCERRADOS 857	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 52
FASE DE EXECUÇÃO		
INICIADOS 1.001	ENCERRADOS 767	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 1.981
		ARQUIVADOS PROVISORIAMENTE 1
		SOMA 1.982

II - OPEROSIDADE

CONCILIAÇÕES EM CONHECIMENTO:		739
% DO TOTAL SOLUCIONADO:		37,8%
CUSTAS E EMOLUMENTOS:	R\$	160.993,64
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA:	R\$	2.323.907,07
IMPOSTO DE RENDA:	R\$	169.723,97
MULTA APLICADA PELA DRT:	R\$	-
SOMA	R\$	2.654.624,68
VALORES PAGOS AOS RECLAMANTES:	R\$	22.722.842,84 (**)

Observações:

Onde constou "(*)" o processo encontra-se pendente de sentença;

Onde constou "(**)" foram considerados os valores conciliados, executados e pagos espontaneamente.

Fonte: Sistema E-Gestão da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, disponível em 03/02/2020.

São José do Rio Preto - 03a Vara

Período de referência: Ano de 2019

I - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

FASE DE CONHECIMENTO		
RECEBIDOS	SOLUCIONADOS	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*)
1.970	2.530	2.249

FASE DE LIQUIDAÇÃO		
INICIADOS	ENCERRADOS	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*)
613	823	57

FASE DE EXECUÇÃO		
INICIADOS	ENCERRADOS	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*)
591	333	1.684
		ARQUIVADOS PROVISORIAMENTE
		1
		SOMA
		1.685

II - OPEROSIDADE

CONCILIAÇÕES EM CONHECIMENTO:		897
% DO TOTAL SOLUCIONADO:		40,5%
CUSTAS E EMOLUMENTOS:	R\$	106.616,01
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA:	R\$	1.139.455,23
IMPOSTO DE RENDA:	R\$	107.248,48
MULTA APLICADA PELA DRT:	R\$	-
SOMA	R\$	1.353.319,72
VALORES PAGOS AOS RECLAMANTES:	R\$	12.928.447,16 (**)

Observações:

Onde constou "(*)" o processo encontra-se pendente de sentença;

Onde constou "(**)" foram considerados os valores conciliados, executados e pagos espontaneamente.

Fonte: Sistema E-Gestão da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, disponível em 03/02/2020.

São José do Rio Preto - 04a Vara
Período de referência: Ano de 2019

I - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

FASE DE CONHECIMENTO		
RECEBIDOS 1.985	SOLUCIONADOS 2.272	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 2.299
FASE DE LIQUIDAÇÃO		
INICIADOS 807	ENCERRADOS 1.271	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 115
FASE DE EXECUÇÃO		
INICIADOS 719	ENCERRADOS 527	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 1.597
		ARQUIVADOS PROVISORIAMENTE 29
		SOMA 1.626

II - OPEROSIDADE

CONCILIAÇÕES EM CONHECIMENTO:		1.050
% DO TOTAL SOLUCIONADO:		45,8%
CUSTAS E EMOLUMENTOS:	R\$	41.113,38
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA:	R\$	714.219,81
IMPOSTO DE RENDA:	R\$	45.048,62
MULTA APLICADA PELA DRT:	R\$	-
SOMA	R\$	800.381,81
VALORES PAGOS AOS RECLAMANTES:	R\$	14.235.019,75 (**)

Observações:

Onde constou "(*)" o processo encontra-se pendente de sentença;

Onde constou "(**)" foram considerados os valores conciliados, executados e pagos espontaneamente.

Fonte: Sistema E-Gestão da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, disponível em 03/02/2020.

São José dos Campos - 01a Vara

Período de referência: Ano de 2019

I - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

FASE DE CONHECIMENTO		
RECEBIDOS	SOLUCIONADOS	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*)
1.726	2.279	1.409

FASE DE LIQUIDAÇÃO		
INICIADOS	ENCERRADOS	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*)
582	418	56

FASE DE EXECUÇÃO		
INICIADOS	ENCERRADOS	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*)
390	571	1.319
		ARQUIVADOS PROVISORIAMENTE
		48
		SOMA
		1.367

II - OPEROSIDADE

CONCILIAÇÕES EM CONHECIMENTO:		530
% DO TOTAL SOLUCIONADO:		31,6%
CUSTAS E EMOLUMENTOS:	R\$	342.145,54
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA:	R\$	2.393.182,36
IMPOSTO DE RENDA:	R\$	102.955,17
MULTA APLICADA PELA DRT:	R\$	-
SOMA	R\$	2.838.283,07
VALORES PAGOS AOS RECLAMANTES:	R\$	25.483.904,41 (**)

Observações:

Onde constou "(*)" o processo encontra-se pendente de sentença;

Onde constou "(**)" foram considerados os valores conciliados, executados e pagos espontaneamente.

Fonte: Sistema E-Gestão da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, disponível em 03/02/2020.

São José dos Campos - 02a Vara
Período de referência: Ano de 2019

I - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

FASE DE CONHECIMENTO		
RECEBIDOS 1.699	SOLUCIONADOS 2.615	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 1.238
FASE DE LIQUIDAÇÃO		
INICIADOS 784	ENCERRADOS 676	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 127
FASE DE EXECUÇÃO		
INICIADOS 523	ENCERRADOS 532	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 1.537
		ARQUIVADOS PROVISORIAMENTE 78
		SOMA 1.615

II - OPEROSIDADE

CONCILIAÇÕES EM CONHECIMENTO:		676
% DO TOTAL SOLUCIONADO:		35,5%
CUSTAS E EMOLUMENTOS:	R\$	858.864,56
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA:	R\$	2.141.109,73
IMPOSTO DE RENDA:	R\$	263.879,97
MULTA APLICADA PELA DRT:	R\$	-
SOMA	R\$	3.263.854,26
VALORES PAGOS AOS RECLAMANTES:	R\$	21.599.942,84 (**)

Observações:

Onde constou "(*)" o processo encontra-se pendente de sentença;

Onde constou "(**)" foram considerados os valores conciliados, executados e pagos espontaneamente.

Fonte: Sistema E-Gestão da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, disponível em 03/02/2020.

São José dos Campos - 03a Vara
Período de referência: Ano de 2019

I - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

FASE DE CONHECIMENTO		
RECEBIDOS 1.664	SOLUCIONADOS 2.277	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 1.754
FASE DE LIQUIDAÇÃO		
INICIADOS 692	ENCERRADOS 674	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 147
FASE DE EXECUÇÃO		
INICIADOS 481	ENCERRADOS 334	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 1.292
		ARQUIVADOS PROVISORIAMENTE 229
		SOMA 1.521

II - OPEROSIDADE

CONCILIAÇÕES EM CONHECIMENTO:		660
% DO TOTAL SOLUCIONADO:		33,9%
CUSTAS E EMOLUMENTOS:	R\$	135.450,77
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA:	R\$	1.454.086,16
IMPOSTO DE RENDA:	R\$	25.969,05
MULTA APLICADA PELA DRT:	R\$	-
SOMA	R\$	1.615.505,98
VALORES PAGOS AOS RECLAMANTES:	R\$	17.623.232,28 (**)

Observações:

Onde constou "(*)" o processo encontra-se pendente de sentença;

Onde constou "(**)" foram considerados os valores conciliados, executados e pagos espontaneamente.

Fonte: Sistema E-Gestão da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, disponível em 03/02/2020.

São José dos Campos - 04a Vara
Período de referência: Ano de 2019

I - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

FASE DE CONHECIMENTO		
RECEBIDOS 1.711	SOLUCIONADOS 2.550	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 1.960
FASE DE LIQUIDAÇÃO		
INICIADOS 609	ENCERRADOS 511	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 84
FASE DE EXECUÇÃO		
INICIADOS 425	ENCERRADOS 282	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 1.530
		ARQUIVADOS PROVISORIAMENTE 0
		SOMA 1.530

II - OPEROSIDADE

CONCILIAÇÕES EM CONHECIMENTO:		725
% DO TOTAL SOLUCIONADO:		38,3%
CUSTAS E EMOLUMENTOS:	R\$	514.925,30
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA:	R\$	2.395.528,85
IMPOSTO DE RENDA:	R\$	158.271,70
MULTA APLICADA PELA DRT:	R\$	-
SOMA	R\$	3.068.725,85
VALORES PAGOS AOS RECLAMANTES:	R\$	22.231.543,20 (**)

Observações:

Onde constou "(*)" o processo encontra-se pendente de sentença;

Onde constou "(**)" foram considerados os valores conciliados, executados e pagos espontaneamente.

Fonte: Sistema E-Gestão da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, disponível em 03/02/2020.

São José dos Campos - 05a Vara
Período de referência: Ano de 2019

I - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

FASE DE CONHECIMENTO		
RECEBIDOS 1.661	SOLUCIONADOS 2.091	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 1.224
FASE DE LIQUIDAÇÃO		
INICIADOS 855	ENCERRADOS 851	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 86
FASE DE EXECUÇÃO		
INICIADOS 334	ENCERRADOS 450	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 811
		ARQUIVADOS PROVISORIAMENTE 123
		SOMA 934

II - OPEROSIDADE

CONCILIAÇÕES EM CONHECIMENTO:		657
% DO TOTAL SOLUCIONADO:		33,8%
CUSTAS E EMOLUMENTOS:	R\$	519.524,63
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA:	R\$	1.412.278,85
IMPOSTO DE RENDA:	R\$	42.947,73
MULTA APLICADA PELA DRT:	R\$	-
SOMA	R\$	1.974.751,21
VALORES PAGOS AOS RECLAMANTES:	R\$	18.915.628,32 (**)

Observações:

Onde constou "(*)" o processo encontra-se pendente de sentença;

Onde constou "(**)" foram considerados os valores conciliados, executados e pagos espontaneamente.

Fonte: Sistema E-Gestão da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, disponível em 03/02/2020.

São Roque - 01a Vara
Período de referência: Ano de 2019

I - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

FASE DE CONHECIMENTO		
RECEBIDOS 1.415	SOLUCIONADOS 1.674	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 2.231
FASE DE LIQUIDAÇÃO		
INICIADOS 667	ENCERRADOS 533	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 117
FASE DE EXECUÇÃO		
INICIADOS 431	ENCERRADOS 239	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 1.396
		ARQUIVADOS PROVISORIAMENTE 0
		SOMA 1.396

II - OPEROSIDADE

CONCILIAÇÕES EM CONHECIMENTO:		814
% DO TOTAL SOLUCIONADO:		36,8%
CUSTAS E EMOLUMENTOS:	R\$	29.939,42
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA:	R\$	1.971.651,92
IMPOSTO DE RENDA:	R\$	175.627,01
MULTA APLICADA PELA DRT:	R\$	2.760,07
SOMA	R\$	2.179.978,42
VALORES PAGOS AOS RECLAMANTES:	R\$	19.855.607,03 (**)

Observações:

Onde constou "(*)" o processo encontra-se pendente de sentença;

Onde constou "(**)" foram considerados os valores conciliados, executados e pagos espontaneamente.

Fonte: Sistema E-Gestão da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, disponível em 03/02/2020.

São Sebastião - 01a Vara
Período de referência: Ano de 2019

I - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

FASE DE CONHECIMENTO		
RECEBIDOS 1.351	SOLUCIONADOS 1.461	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 533
FASE DE LIQUIDAÇÃO		
INICIADOS 766	ENCERRADOS 747	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 48
FASE DE EXECUÇÃO		
INICIADOS 830	ENCERRADOS 407	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 1.449
		ARQUIVADOS PROVISORIAMENTE 8
		SOMA 1.457

II - OPEROSIDADE

CONCILIAÇÕES EM CONHECIMENTO:		703
% DO TOTAL SOLUCIONADO:		44,8%
CUSTAS E EMOLUMENTOS:	R\$	246.738,14
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA:	R\$	1.976.211,87
IMPOSTO DE RENDA:	R\$	21.945,76
MULTA APLICADA PELA DRT:	R\$	-
SOMA	R\$	2.244.895,77
VALORES PAGOS AOS RECLAMANTES:	R\$	26.618.215,36 (**)

Observações:

Onde constou "(*)" o processo encontra-se pendente de sentença;

Onde constou "(**)" foram considerados os valores conciliados, executados e pagos espontaneamente.

Fonte: Sistema E-Gestão da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, disponível em 03/02/2020.

Sertãozinho - 01a Vara
Período de referência: Ano de 2019

I - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

FASE DE CONHECIMENTO		
RECEBIDOS 1.227	SOLUCIONADOS 2.199	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 1.037
FASE DE LIQUIDAÇÃO		
INICIADOS 736	ENCERRADOS 1.203	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 75
FASE DE EXECUÇÃO		
INICIADOS 432	ENCERRADOS 264	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 1.483
		ARQUIVADOS PROVISORIAMENTE 25
		SOMA 1.508

II - OPEROSIDADE

CONCILIAÇÕES EM CONHECIMENTO:		932
% DO TOTAL SOLUCIONADO:		51,4%
CUSTAS E EMOLUMENTOS:	R\$	304.958,46
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA:	R\$	1.091.998,72
IMPOSTO DE RENDA:	R\$	175.646,43
MULTA APLICADA PELA DRT:	R\$	-
SOMA	R\$	1.572.603,61
VALORES PAGOS AOS RECLAMANTES:	R\$	13.051.631,01 (**)

Observações:

Onde constou "(*)" o processo encontra-se pendente de sentença;

Onde constou "(**)" foram considerados os valores conciliados, executados e pagos espontaneamente.

Fonte: Sistema E-Gestão da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, disponível em 03/02/2020.

Sertãozinho - 02a Vara
Período de referência: Ano de 2019

I - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

FASE DE CONHECIMENTO		
RECEBIDOS 1.223	SOLUCIONADOS 2.185	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 973
FASE DE LIQUIDAÇÃO		
INICIADOS 746	ENCERRADOS 1.046	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 312
FASE DE EXECUÇÃO		
INICIADOS 333	ENCERRADOS 345	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 1.295
		ARQUIVADOS PROVISORIAMENTE 178
		SOMA 1.473

II - OPEROSIDADE

CONCILIAÇÕES EM CONHECIMENTO:		805
% DO TOTAL SOLUCIONADO:		43,0%
CUSTAS E EMOLUMENTOS:	R\$	257.986,89
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA:	R\$	498.507,07
IMPOSTO DE RENDA:	R\$	32.391,81
MULTA APLICADA PELA DRT:	R\$	-
SOMA	R\$	788.885,77
VALORES PAGOS AOS RECLAMANTES:	R\$	8.355.399,02 (**)

Observações:

Onde constou "(*)" o processo encontra-se pendente de sentença;

Onde constou "(**)" foram considerados os valores conciliados, executados e pagos espontaneamente.

Fonte: Sistema E-Gestão da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, disponível em 03/02/2020.

Sorocaba - 01a Vara
Período de referência: Ano de 2019

I - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

FASE DE CONHECIMENTO		
RECEBIDOS 1.947	SOLUCIONADOS 2.683	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 2.111

FASE DE LIQUIDAÇÃO		
INICIADOS 955	ENCERRADOS 1.109	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 92

FASE DE EXECUÇÃO		
INICIADOS 727	ENCERRADOS 616	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 1.645
		ARQUIVADOS PROVISORIAMENTE 155
		SOMA 1.800

II - OPEROSIDADE

CONCILIAÇÕES EM CONHECIMENTO:		1.215
% DO TOTAL SOLUCIONADO:		45,5%
CUSTAS E EMOLUMENTOS:	R\$	375.634,87
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA:	R\$	1.055.442,48
IMPOSTO DE RENDA:	R\$	19.053,62
MULTA APLICADA PELA DRT:	R\$	-
SOMA	R\$	1.450.130,97
VALORES PAGOS AOS RECLAMANTES:	R\$	16.519.235,73 (**)

Observações:

Onde constou "(*)" o processo encontra-se pendente de sentença;

Onde constou "(**)" foram considerados os valores conciliados, executados e pagos espontaneamente.

Fonte: Sistema E-Gestão da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, disponível em 03/02/2020.

Sorocaba - 02a Vara
Período de referência: Ano de 2019

I - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

FASE DE CONHECIMENTO		
RECEBIDOS 1.936	SOLUCIONADOS 2.322	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 2.275
FASE DE LIQUIDAÇÃO		
INICIADOS 811	ENCERRADOS 936	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 225
FASE DE EXECUÇÃO		
INICIADOS 611	ENCERRADOS 1.675	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 1.443
		ARQUIVADOS PROVISORIAMENTE 91
		SOMA 1.534

II - OPEROSIDADE

CONCILIAÇÕES EM CONHECIMENTO:		823
% DO TOTAL SOLUCIONADO:		34,2%
CUSTAS E EMOLUMENTOS:	R\$	334.199,59
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA:	R\$	1.029.112,79
IMPOSTO DE RENDA:	R\$	121.108,94
MULTA APLICADA PELA DRT:	R\$	0,01
SOMA	R\$	1.484.421,33
VALORES PAGOS AOS RECLAMANTES:	R\$	17.338.835,45 (**)

Observações:

Onde constou "(*)" o processo encontra-se pendente de sentença;

Onde constou "(**)" foram considerados os valores conciliados, executados e pagos espontaneamente.

Fonte: Sistema E-Gestão da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, disponível em 03/02/2020.

Sorocaba - 03a Vara
Período de referência: Ano de 2019

I - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

FASE DE CONHECIMENTO		
RECEBIDOS 1.986	SOLUCIONADOS 2.668	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 2.863
FASE DE LIQUIDAÇÃO		
INICIADOS 1.358	ENCERRADOS 1.367	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 342
FASE DE EXECUÇÃO		
INICIADOS 1.019	ENCERRADOS 640	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 2.014
		ARQUIVADOS PROVISORIAMENTE 5
		SOMA 2.019

II - OPEROSIDADE

CONCILIAÇÕES EM CONHECIMENTO:		958
% DO TOTAL SOLUCIONADO:		36,4%
CUSTAS E EMOLUMENTOS:	R\$	353.542,86
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA:	R\$	2.464.336,57
IMPOSTO DE RENDA:	R\$	321.100,04
MULTA APLICADA PELA DRT:	R\$	-
SOMA	R\$	3.138.979,47
VALORES PAGOS AOS RECLAMANTES:	R\$	17.996.740,74 (**)

Observações:

Onde constou "(*)" o processo encontra-se pendente de sentença;

Onde constou "(**)" foram considerados os valores conciliados, executados e pagos espontaneamente.

Fonte: Sistema E-Gestão da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, disponível em 03/02/2020.

Sorocaba - 04a Vara
Período de referência: Ano de 2019

I - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

FASE DE CONHECIMENTO		
RECEBIDOS 1.969	SOLUCIONADOS 3.065	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 3.915
FASE DE LIQUIDAÇÃO		
INICIADOS 1.038	ENCERRADOS 2.069	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 62
FASE DE EXECUÇÃO		
INICIADOS 1.194	ENCERRADOS 607	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 3.276
		ARQUIVADOS PROVISORIAMENTE 2
		SOMA 3.278

II - OPEROSIDADE

CONCILIAÇÕES EM CONHECIMENTO:		943
% DO TOTAL SOLUCIONADO:		41,0%
CUSTAS E EMOLUMENTOS:	R\$	390.060,43
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA:	R\$	1.471.361,26
IMPOSTO DE RENDA:	R\$	36.274,40
MULTA APLICADA PELA DRT:	R\$	-
SOMA	R\$	1.897.696,09
VALORES PAGOS AOS RECLAMANTES:	R\$	28.606.925,93 (**)

Observações:

Onde constou "(*)" o processo encontra-se pendente de sentença;

Onde constou "(**)" foram considerados os valores conciliados, executados e pagos espontaneamente.

Fonte: Sistema E-Gestão da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, disponível em 03/02/2020.

Sumaré - 01a Vara
Período de referência: Ano de 2019

I - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

FASE DE CONHECIMENTO		
RECEBIDOS 2.072	SOLUCIONADOS 2.719	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 3.161
FASE DE LIQUIDAÇÃO		
INICIADOS 1.020	ENCERRADOS 1.402	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 69
FASE DE EXECUÇÃO		
INICIADOS 760	ENCERRADOS 478	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 768
		ARQUIVADOS PROVISORIAMENTE 79
		SOMA 847

II - OPEROSIDADE

CONCILIAÇÕES EM CONHECIMENTO:		1.025
% DO TOTAL SOLUCIONADO:		34,3%
CUSTAS E EMOLUMENTOS:	R\$	129.186,66
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA:	R\$	2.544.601,35
IMPOSTO DE RENDA:	R\$	102.968,83
MULTA APLICADA PELA DRT:	R\$	-
SOMA	R\$	2.776.756,84
VALORES PAGOS AOS RECLAMANTES:	R\$	27.540.465,62 (**)

Observações:

Onde constou "(*)" o processo encontra-se pendente de sentença;

Onde constou "(**)" foram considerados os valores conciliados, executados e pagos espontaneamente.

Fonte: Sistema E-Gestão da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, disponível em 03/02/2020.

Tanabi - 01a Vara
Período de referência: Ano de 2019

I - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

FASE DE CONHECIMENTO		
RECEBIDOS 1.091	SOLUCIONADOS 1.132	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 247
FASE DE LIQUIDAÇÃO		
INICIADOS 497	ENCERRADOS 633	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 3
FASE DE EXECUÇÃO		
INICIADOS 497	ENCERRADOS 719	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 879
		ARQUIVADOS PROVISORIAMENTE 19
		SOMA 898

II - OPEROSIDADE

CONCILIAÇÕES EM CONHECIMENTO:	628
% DO TOTAL SOLUCIONADO:	44,1%
CUSTAS E EMOLUMENTOS:	R\$ 239.700,16
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA:	R\$ 1.225.299,55
IMPOSTO DE RENDA:	R\$ 58.872,56
MULTA APLICADA PELA DRT:	R\$ -
SOMA	R\$ 1.523.872,27
VALORES PAGOS AOS RECLAMANTES:	R\$ 19.857.758,33 (**)

Observações:

Onde constou "(*)" o processo encontra-se pendente de sentença;

Onde constou "(**)" foram considerados os valores conciliados, executados e pagos espontaneamente.

Fonte: Sistema E-Gestão da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, disponível em 03/02/2020.

Taquaritinga - 01a Vara
Período de referência: Ano de 2019

I - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

FASE DE CONHECIMENTO		
RECEBIDOS 1.059	SOLUCIONADOS 968	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 309
FASE DE LIQUIDAÇÃO		
INICIADOS 369	ENCERRADOS 456	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 2
FASE DE EXECUÇÃO		
INICIADOS 182	ENCERRADOS 145	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 319
		ARQUIVADOS PROVISORIAMENTE 34
		SOMA 353

II - OPEROSIDADE

CONCILIAÇÕES EM CONHECIMENTO:		478
% DO TOTAL SOLUCIONADO:		47,0%
CUSTAS E EMOLUMENTOS:	R\$	99.363,34
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA:	R\$	709.165,11
IMPOSTO DE RENDA:	R\$	24.836,25
MULTA APLICADA PELA DRT:	R\$	-
SOMA	R\$	833.364,70
VALORES PAGOS AOS RECLAMANTES:	R\$	8.979.411,83 (**)

Observações:

Onde constou "(*)" o processo encontra-se pendente de sentença;

Onde constou "(**)" foram considerados os valores conciliados, executados e pagos espontaneamente.

Fonte: Sistema E-Gestão da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, disponível em 03/02/2020.

Tatuí - 01a Vara
Período de referência: Ano de 2019

I - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

FASE DE CONHECIMENTO		
RECEBIDOS 1.618	SOLUCIONADOS 2.291	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 1.531
FASE DE LIQUIDAÇÃO		
INICIADOS 592	ENCERRADOS 1.141	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 52
FASE DE EXECUÇÃO		
INICIADOS 969	ENCERRADOS 967	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 1.324
		ARQUIVADOS PROVISORIAMENTE 0
		SOMA 1.324

II - OPEROSIDADE

CONCILIAÇÕES EM CONHECIMENTO:		1.386
% DO TOTAL SOLUCIONADO:		67,6%
CUSTAS E EMOLUMENTOS:	R\$	179.801,16
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA:	R\$	1.277.574,12
IMPOSTO DE RENDA:	R\$	72.876,99
MULTA APLICADA PELA DRT:	R\$	-
SOMA	R\$	1.530.252,27
VALORES PAGOS AOS RECLAMANTES:	R\$	18.345.071,24 (**)

Observações:

Onde constou "(*)" o processo encontra-se pendente de sentença;

Onde constou "(**)" foram considerados os valores conciliados, executados e pagos espontaneamente.

Fonte: Sistema E-Gestão da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, disponível em 03/02/2020.

Taubaté - 01a Vara
Período de referência: Ano de 2019

I - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

FASE DE CONHECIMENTO		
RECEBIDOS 1.892	SOLUCIONADOS 2.222	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 2.075
FASE DE LIQUIDAÇÃO		
INICIADOS 887	ENCERRADOS 1.046	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 269
FASE DE EXECUÇÃO		
INICIADOS 873	ENCERRADOS 470	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 2.627
		ARQUIVADOS PROVISORIAMENTE 51
		SOMA 2.678

II - OPEROSIDADE

CONCILIAÇÕES EM CONHECIMENTO:		747
% DO TOTAL SOLUCIONADO:		30,9%
CUSTAS E EMOLUMENTOS:	R\$	413.389,74
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA:	R\$	950.161,44
IMPOSTO DE RENDA:	R\$	4.592,75
MULTA APLICADA PELA DRT:	R\$	-
SOMA	R\$	1.368.143,93
VALORES PAGOS AOS RECLAMANTES:	R\$	48.658.820,13 (**)

Observações:

Onde constou "(*)" o processo encontra-se pendente de sentença;

Onde constou "(**)" foram considerados os valores conciliados, executados e pagos espontaneamente.

Fonte: Sistema E-Gestão da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, disponível em 03/02/2020.

Taubaté - 02a Vara
Período de referência: Ano de 2019

I - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

FASE DE CONHECIMENTO		
RECEBIDOS 1.849	SOLUCIONADOS 2.365	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 2.086
FASE DE LIQUIDAÇÃO		
INICIADOS 793	ENCERRADOS 1.296	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 275
FASE DE EXECUÇÃO		
INICIADOS 761	ENCERRADOS 781	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 2.387
		ARQUIVADOS PROVISORIAMENTE 40
		SOMA 2.427

II - OPEROSIDADE

CONCILIAÇÕES EM CONHECIMENTO:		811
% DO TOTAL SOLUCIONADO:		32,5%
CUSTAS E EMOLUMENTOS:	R\$	467.818,80
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA:	R\$	1.890.411,53
IMPOSTO DE RENDA:	R\$	100.062,26
MULTA APLICADA PELA DRT:	R\$	-
SOMA	R\$	2.458.292,59
VALORES PAGOS AOS RECLAMANTES:	R\$	21.893.447,41 (**)

Observações:

Onde constou "(*)" o processo encontra-se pendente de sentença;

Onde constou "(**)" foram considerados os valores conciliados, executados e pagos espontaneamente.

Fonte: Sistema E-Gestão da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, disponível em 03/02/2020.

Teodoro Sampaio - 01a Vara
Período de referência: Ano de 2019

I - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

FASE DE CONHECIMENTO		
RECEBIDOS 491	SOLUCIONADOS 559	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 141
FASE DE LIQUIDAÇÃO		
INICIADOS 357	ENCERRADOS 421	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 7
FASE DE EXECUÇÃO		
INICIADOS 205	ENCERRADOS 176	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 293
		ARQUIVADOS PROVISORIAMENTE 11
		SOMA 304

II - OPEROSIDADE

CONCILIAÇÕES EM CONHECIMENTO:		415
% DO TOTAL SOLUCIONADO:		47,9%
CUSTAS E EMOLUMENTOS:	R\$	98.006,95
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA:	R\$	2.095.407,90
IMPOSTO DE RENDA:	R\$	483.650,28
MULTA APLICADA PELA DRT:	R\$	-
SOMA	R\$	2.677.065,13
VALORES PAGOS AOS RECLAMANTES:	R\$	16.570.716,85 (**)

Observações:

Onde constou "(*)" o processo encontra-se pendente de sentença;

Onde constou "(**)" foram considerados os valores conciliados, executados e pagos espontaneamente.

Fonte: Sistema E-Gestão da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, disponível em 03/02/2020.

Tietê - 01a Vara
Período de referência: Ano de 2019

I - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

FASE DE CONHECIMENTO		
RECEBIDOS 2.044	SOLUCIONADOS 2.343	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 2.649
FASE DE LIQUIDAÇÃO		
INICIADOS 694	ENCERRADOS 1.124	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 77
FASE DE EXECUÇÃO		
INICIADOS 540	ENCERRADOS 329	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 1.416
		ARQUIVADOS PROVISORIAMENTE 115
		SOMA 1.531

II - OPEROSIDADE

CONCILIAÇÕES EM CONHECIMENTO:		782
% DO TOTAL SOLUCIONADO:		43,1%
CUSTAS E EMOLUMENTOS:	R\$	10.782,60
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA:	R\$	1.044.663,53
IMPOSTO DE RENDA:	R\$	27.358,75
MULTA APLICADA PELA DRT:	R\$	-
SOMA	R\$	1.082.804,88
VALORES PAGOS AOS RECLAMANTES:	R\$	13.446.561,32 (**)

Observações:

Onde constou "(*)" o processo encontra-se pendente de sentença;

Onde constou "(**)" foram considerados os valores conciliados, executados e pagos espontaneamente.

Fonte: Sistema E-Gestão da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, disponível em 03/02/2020.

Tupã - 01a Vara
Período de referência: Ano de 2019

I - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

FASE DE CONHECIMENTO		
RECEBIDOS 895	SOLUCIONADOS 920	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 210
FASE DE LIQUIDAÇÃO		
INICIADOS 333	ENCERRADOS 414	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 7
FASE DE EXECUÇÃO		
INICIADOS 299	ENCERRADOS 284	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 566
		ARQUIVADOS PROVISORIAMENTE 0
		SOMA 566

II - OPEROSIDADE

CONCILIAÇÕES EM CONHECIMENTO:		332
% DO TOTAL SOLUCIONADO:		38,3%
CUSTAS E EMOLUMENTOS:	R\$	78.467,41
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA:	R\$	1.456.287,06
IMPOSTO DE RENDA:	R\$	339.118,46
MULTA APLICADA PELA DRT:	R\$	-
SOMA	R\$	1.873.872,93
VALORES PAGOS AOS RECLAMANTES:	R\$	9.978.094,51 (**)

Observações:

Onde constou "(*)" o processo encontra-se pendente de sentença;

Onde constou "(**)" foram considerados os valores conciliados, executados e pagos espontaneamente.

Fonte: Sistema E-Gestão da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, disponível em 03/02/2020.

Ubatuba - 01a Vara
Período de referência: Ano de 2019

I - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

FASE DE CONHECIMENTO		
RECEBIDOS 639	SOLUCIONADOS 833	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 163
FASE DE LIQUIDAÇÃO		
INICIADOS 219	ENCERRADOS 168	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 12
FASE DE EXECUÇÃO		
INICIADOS 359	ENCERRADOS 121	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 994
		ARQUIVADOS PROVISORIAMENTE 0
		SOMA 994

II - OPEROSIDADE

CONCILIAÇÕES EM CONHECIMENTO:		541
% DO TOTAL SOLUCIONADO:		64,6%
CUSTAS E EMOLUMENTOS:	R\$	56.902,13
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA:	R\$	68.834,55
IMPOSTO DE RENDA:	R\$	-
MULTA APLICADA PELA DRT:	R\$	-
SOMA	R\$	125.736,68
VALORES PAGOS AOS RECLAMANTES:	R\$	2.190.233,49 (**)

Observações:

Onde constou "(*)" o processo encontra-se pendente de sentença;

Onde constou "(**)" foram considerados os valores conciliados, executados e pagos espontaneamente.

Fonte: Sistema E-Gestão da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, disponível em 03/02/2020.

Votuporanga - 01a Vara
Período de referência: Ano de 2019

I - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

FASE DE CONHECIMENTO		
RECEBIDOS 2.122	SOLUCIONADOS 1.931	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 1.209
FASE DE LIQUIDAÇÃO		
INICIADOS 862	ENCERRADOS 827	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 15
FASE DE EXECUÇÃO		
INICIADOS 1.017	ENCERRADOS 679	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 1.433
		ARQUIVADOS PROVISORIAMENTE 0
		SOMA 1.433

II - OPEROSIDADE

CONCILIAÇÕES EM CONHECIMENTO:		1.175
% DO TOTAL SOLUCIONADO:		53,7%
CUSTAS E EMOLUMENTOS:	R\$	302.142,03
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA:	R\$	1.976.138,89
IMPOSTO DE RENDA:	R\$	712.182,55
MULTA APLICADA PELA DRT:	R\$	-
SOMA	R\$	2.990.463,47
VALORES PAGOS AOS RECLAMANTES:	R\$	28.998.936,60 (**)

Observações:

Onde constou "(*)" o processo encontra-se pendente de sentença;

Onde constou "(**)" foram considerados os valores conciliados, executados e pagos espontaneamente.

Fonte: Sistema E-Gestão da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, disponível em 03/02/2020.

Total
Período de referência: Ano de 2019

I - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

FASE DE CONHECIMENTO		
RECEBIDOS 250.688	SOLUCIONADOS 304.565	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 175.701

FASE DE LIQUIDAÇÃO		
INICIADOS 113.170	ENCERRADOS 148.199	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 9.011

FASE DE EXECUÇÃO		
INICIADOS 105.597	ENCERRADOS 101.484	PENDENTES DE SOLUÇÃO (*) 199.209
		ARQUIVADOS PROVISORIAMENTE 10.409
		SOMA 209.618

II - OPEROSIDADE

CONCILIAÇÕES EM CONHECIMENTO:		131.137
% DO TOTAL SOLUCIONADO:		38,1%
CUSTAS E EMOLUMENTOS:	R\$	34.851.556,52
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA:	R\$	331.808.925,48
IMPOSTO DE RENDA:	R\$	27.894.265,72
MULTA APLICADA PELA DRT:	R\$	884.011,26
SOMA	R\$	395.438.758,98
VALORES PAGOS AOS RECLAMANTES:	R\$	3.262.674.533,04 (**)

Observações:

Onde constou "(*)" o processo encontra-se pendente de sentença;

Onde constou "(**)" foram considerados os valores conciliados, executados e pagos espontaneamente.

Fonte: Sistema E-Gestão da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, disponível em 03/02/2020.

**Arrecadação por Vara Trabalhista da 15ª Região-Campinas/SP
Período de Referência de 01/01/2019 a 31/12/2019**

Vara do Trabalho	Custas Processuais	Emolumentos	Contribuição Previdenciária	Imposto de Renda	Subtotal	Valores Pagos decorrentes de Multas	Total
Adamantina - 01a Vara	109.759,93	0,02	1.763.711,29	404.892,70	2.278.363,94	0,00	2.278.363,94
Americana - 01a Vara	763.180,41	0,00	2.949.067,74	173.107,43	3.885.355,58	0,00	3.885.355,58
Americana - 02a Vara	14.818,77	154,86	1.635.864,55	60.927,09	1.711.765,27	0,00	1.711.765,27
Amparo - 01a Vara	61.375,36	0,00	2.144.755,53	64.718,97	2.270.849,86	0,00	2.270.849,86
Andradina - 01a Vara	319.821,54	0,10	3.265.660,48	91.102,63	3.676.584,75	0,00	3.676.584,75
Aparecida - 01a Vara	104.447,43	695,41	763.100,32	96.213,82	964.456,98	0,00	964.456,98
Araçatuba - 01a Vara	76.883,11	511,06	2.019.880,38	374.276,87	2.471.551,42	3.156,48	2.474.707,90
Araçatuba - 02a Vara	134.740,28	81,49	1.025.412,39	185.864,71	1.346.098,87	0,00	1.346.098,87
Araçatuba - 03a Vara	129.017,40	0,00	998.749,85	93.432,41	1.221.199,66	0,00	1.221.199,66
Araraquara - 01a Vara	56.530,28	0,00	2.449.417,43	473.658,37	2.979.606,08	0,00	2.979.606,08
Araraquara - 02a Vara	519.204,04	13,72	2.979.698,80	404.490,82	3.903.407,38	0,00	3.903.407,38
Araraquara - 03a Vara	422.251,32	5.731,00	1.767.835,43	22.833,29	2.218.651,04	0,00	2.218.651,04
Araras - 01a Vara	327.367,04	0,00	496.336,58	13.402,89	837.106,51	0,00	837.106,51
Assis - 01a Vara	126.092,55	6.951,93	716.100,95	81.635,42	930.780,85	0,00	930.780,85
Assis - 02a Vara	499.009,63	136,88	1.332.399,90	77.755,20	1.909.301,61	88.734,90	1.998.036,51
Atibaia - 01a Vara	145.164,88	9.758,36	1.820.080,11	154.281,39	2.129.284,74	0,00	2.129.284,74
Avaré - 01a Vara	64.716,47	2.170,65	762.611,92	1.826,27	831.325,31	4.000,00	835.325,31
Barretos - 01a Vara	78.776,74	304,16	51.063.694,81	124.682,66	51.267.458,37	0,00	51.267.458,37
Batatais - 01a Vara	74.667,55	0,00	1.029.160,70	72.803,54	1.176.631,79	0,00	1.176.631,79
Bauru - 01a Vara	24.167,24	1,02	1.578.568,08	159.679,00	1.762.415,34	0,00	1.762.415,34
Bauru - 02a Vara	234.735,58	0,02	966.994,02	133.299,53	1.335.029,15	0,00	1.335.029,15
Bauru - 03a Vara	73.197,29	22,12	1.721.146,51	157.609,77	1.951.975,69	0,00	1.951.975,69
Bauru - 04a Vara	214.297,67	0,01	1.580.793,92	168.968,08	1.964.059,68	0,00	1.964.059,68
Bebedouro - 01a Vara	215.678,30	0,05	733.198,38	5.257,76	954.134,49	0,00	954.134,49
Birigui - 01a Vara	183.254,93	3.687,06	805.685,10	108.306,90	1.100.933,99	0,00	1.100.933,99
Botucatu - 01a Vara	49.308,71	0,00	2.173.593,73	164.009,57	2.386.912,01	0,00	2.386.912,01
Bragança Paulista - 01a Vara	282.006,13	110,60	1.808.649,19	101.713,12	2.192.479,04	0,00	2.192.479,04
Caçapava - 01a Vara	147.882,81	0,00	1.140.171,31	76.345,44	1.364.399,56	69.739,47	1.434.139,03
Cajuru - 01a Vara	15.891,07	0,00	213.020,74	0,00	228.911,81	0,00	228.911,81
Campinas - 01a Vara	34.238,31	0,00	2.064.919,63	301.712,03	2.400.869,97	0,00	2.400.869,97
Campinas - 02a Vara	460.651,63	0,00	2.619.067,01	262.953,23	3.342.671,87	0,00	3.342.671,87
Campinas - 03a Vara	179.137,44	0,00	1.737.075,85	14.599,98	1.930.813,27	0,00	1.930.813,27
Campinas - 04a Vara	180.219,15	1.374,13	2.196.557,00	346.143,94	2.724.294,22	0,00	2.724.294,22
Campinas - 05a Vara	541.647,42	0,00	3.500.951,76	202.341,94	4.244.941,12	0,00	4.244.941,12
Campinas - 06a Vara	370.348,69	1.194,32	5.965.692,17	551.584,69	6.888.819,87	0,00	6.888.819,87
Campinas - 07a Vara	251.833,36	5,54	4.182.590,33	176.232,41	4.610.661,64	0,00	4.610.661,64
Campinas - 08a Vara	182.822,55	0,06	3.311.623,98	97.199,25	3.591.645,84	0,00	3.591.645,84
Campinas - 09a Vara	279.747,23	2.147,28	4.566.094,46	200.945,95	5.048.934,92	0,00	5.048.934,92
Campinas - 10a Vara	394.927,91	0,01	3.341.563,09	626.620,90	4.363.111,91	0,00	4.363.111,91

Vara do Trabalho	Custas Processuais	Emolumentos	Contribuição Previdenciária	Imposto de Renda	Subtotal	Valores Pagos decorrentes de Multas	Total
Campinas - 11a Vara	430.717,84	295,66	2.840.020,34	433.715,45	3.704.749,29	0,00	3.704.749,29
Campinas - 12a Vara	340.624,33	1,00	3.417.426,27	244.669,69	4.002.721,29	0,00	4.002.721,29
Campo Limpo Paulista - 01a Vara	162.352,99	0,00	649.011,79	89.417,85	900.782,63	0,00	900.782,63
Capão Bonito - 01a Vara	43.673,53	0,00	1.246.059,36	69.943,55	1.359.676,44	0,00	1.359.676,44
Capivari - 01a Vara	790.261,72	0,00	2.982.666,69	171.730,63	3.944.659,04	105.607,02	4.050.266,06
Caraguatatuba - 01a Vara	105.243,74	38,71	745.701,14	63.076,65	914.060,24	0,00	914.060,24
Catanduva - 01a Vara	137.419,81	94,01	1.463.214,97	172.681,16	1.773.409,95	0,00	1.773.409,95
Catanduva - 02a Vara	366.880,93	243,23	1.770.373,23	204.590,65	2.342.088,04	0,00	2.342.088,04
Cravinhos - 01a Vara	153.797,10	28,15	889.949,41	68.233,57	1.112.008,23	0,00	1.112.008,23
Cruzeiro - 01a Vara	70.915,71	5,53	1.408.684,20	87.421,94	1.567.027,38	0,00	1.567.027,38
Dracena - 01a Vara	136.439,29	5.545,11	1.370.314,98	116.851,79	1.629.151,17	64.412,19	1.693.563,36
Fernandópolis - 01a Vara	73.714,54	760,98	974.503,03	38.446,04	1.087.424,59	0,00	1.087.424,59
Franca - 01a Vara	106.564,29	426.616,58	1.903.713,18	121.671,23	2.558.565,28	0,00	2.558.565,28
Franca - 02a Vara	220.067,83	438,13	1.993.728,15	415.102,72	2.629.336,83	0,00	2.629.336,83
Garça - 01a Vara	45.759,71	4.001,01	241.043,34	601,57	291.405,63	0,00	291.405,63
Guaratinguetá - 01a Vara	51.706,15	0,05	452.879,42	17.877,17	522.462,79	0,00	522.462,79
Hortolândia - 01a Vara	326.300,51	0,00	2.326.640,40	221.074,32	2.874.015,23	0,00	2.874.015,23
Indaiatuba - 01a Vara	132.656,99	0,01	1.411.128,49	129.598,85	1.673.384,34	0,00	1.673.384,34
Itanhaém - 01a Vara	20.987,24	0,00	2.435.546,43	120.740,06	2.577.273,73	0,00	2.577.273,73
Itapetininga - 01a Vara	65.414,35	0,00	1.081.375,46	46.893,88	1.193.683,69	200,00	1.193.883,69
Itapeva - 01a Vara	76.113,99	0,03	741.321,84	210.401,25	1.027.837,11	0,00	1.027.837,11
Itapira - 01a Vara	102.810,09	50,01	1.762.149,79	77.155,10	1.942.164,99	0,00	1.942.164,99
Itápolis - 01a Vara	121.719,84	13.791,98	2.060.016,80	494.812,44	2.690.341,06	402,23	2.690.743,29
Itararé - 01a Vara	77.267,23	3.505,44	822.425,76	105.762,51	1.008.960,94	248.565,22	1.257.526,16
Itatiba - 01a Vara	342.943,44	94,01	1.968.050,99	59.460,97	2.370.549,41	0,00	2.370.549,41
Itu - 01a Vara	91.505,25	0,00	1.921.247,08	307.543,37	2.320.295,70	0,00	2.320.295,70
Ituverava - 01a Vara	137.200,80	0,00	1.565.912,16	156.572,91	1.859.685,87	0,00	1.859.685,87
Jaboticabal - 01a Vara	310.106,53	0,01	2.088.825,25	674.952,09	3.073.883,88	0,00	3.073.883,88
Jaboticabal - 02a Vara	277.659,79	0,00	881.415,68	107.532,07	1.266.607,54	0,00	1.266.607,54
Jacareí - 01a Vara	352.519,75	0,00	4.213.254,14	441,08	4.566.214,97	135.142,36	4.701.357,33
Jacareí - 02a Vara	74.358,33	0,00	832.681,20	97.436,51	1.004.476,04	0,00	1.004.476,04
Jales - 01a Vara	12.133,94	0,00	389.840,09	18.515,73	420.489,76	0,00	420.489,76
Jaú - 01a Vara	251.859,35	5,53	1.091.183,16	77.107,38	1.420.155,42	0,00	1.420.155,42
Jaú - 02a Vara	43.518,82	2.791,23	1.207.036,81	104.372,64	1.357.719,50	0,00	1.357.719,50
José Bonifácio - 01a Vara	315.445,22	936,92	2.676.278,61	104.112,49	3.096.773,24	0,00	3.096.773,24
Jundiaí - 01a Vara	127.718,66	0,00	2.813.307,15	619.361,26	3.560.387,07	0,00	3.560.387,07
Jundiaí - 02a Vara	370.930,79	0,00	1.549.179,63	32.311,42	1.952.421,84	0,00	1.952.421,84
Jundiaí - 03a Vara	817.989,28	0,01	4.100.058,76	504.613,40	5.422.661,45	0,00	5.422.661,45
Jundiaí - 04a Vara	1.054.853,93	35,67	3.920.114,68	178.118,50	5.153.122,78	0,00	5.153.122,78
Leme - 01a Vara	166.347,58	0,00	933.347,99	63.628,35	1.163.323,92	0,00	1.163.323,92
Lençóis Paulista - 01a Vara	149.067,67	1.279,95	1.172.170,41	19.054,55	1.341.572,58	139,86	1.341.712,44

Vara do Trabalho	Custas Processuais	Emolumentos	Contribuição Previdenciária	Imposto de Renda	Subtotal	Valores Pagos decorrentes de Multas	Total
Lençóis Paulista - 02a Vara	36.107,27	11,06	868.959,88	10.077,70	915.155,91	0,00	915.155,91
Limeira - 01a Vara	261.070,74	0,04	1.004.204,51	31.414,84	1.296.690,13	0,00	1.296.690,13
Limeira - 02a Vara	343.818,47	0,00	1.825.250,51	259.973,07	2.429.042,05	0,00	2.429.042,05
Lins - 01a Vara	336.193,54	848,32	6.351.214,76	1.045.707,09	7.733.963,71	9.771,14	7.743.734,85
Lorena - 01a Vara	114.655,59	0,00	1.013.265,55	2.015,21	1.129.936,35	0,00	1.129.936,35
Marília - 01a Vara	43.313,26	0,03	1.007.236,59	25.005,11	1.075.554,99	0,00	1.075.554,99
Marília - 02a Vara	287.321,20	0,00	1.258.587,45	396.995,55	1.942.904,20	0,00	1.942.904,20
Matão - 01a Vara	253.797,20	0,00	2.855.658,22	130.908,08	3.240.363,50	0,00	3.240.363,50
Mococa - 01a Vara	70.410,64	38,71	752.519,37	24.650,78	847.619,50	0,00	847.619,50
Mogi Guaçu - 01a Vara	571.287,88	7,53	2.542.836,03	194.335,99	3.308.467,43	0,00	3.308.467,43
Moji-Mirim - 01a Vara	291.622,87	5.584,38	2.315.030,35	260.886,10	2.873.123,70	0,00	2.873.123,70
Olímpia - 01a Vara	95.024,35	0,00	240.966,66	1.098,10	337.089,11	0,00	337.089,11
Orlândia - 01a Vara	361.674,03	4.154,14	1.628.808,92	50.452,61	2.045.089,70	0,00	2.045.089,70
Ourinhos - 01a Vara	109.978,04	0,00	1.534.591,25	292.335,63	1.936.904,92	0,00	1.936.904,92
Paulínia - 01a Vara	217.982,87	290,57	2.300.165,61	431.398,55	2.949.837,60	0,00	2.949.837,60
Paulínia - 02a Vara	245.096,85	0,00	1.558.745,17	169.728,54	1.973.570,56	0,00	1.973.570,56
Pederneras - 01a Vara	89.127,75	59,92	948.588,20	72.375,17	1.110.151,04	0,00	1.110.151,04
Penápolis - 01a Vara	87.874,36	0,00	835.080,91	18.068,41	941.023,68	0,00	941.023,68
Piedade - 01a Vara	20.446,56	5.671,03	275.655,92	11.230,58	313.004,09	0,00	313.004,09
Pindamonhangaba - 01a Vara	515.800,63	0,00	7.060.512,69	126.713,77	7.703.027,09	0,00	7.703.027,09
Piracicaba - 01a Vara	295.959,16	5,53	1.173.930,32	45.214,08	1.515.109,09	0,00	1.515.109,09
Piracicaba - 02a Vara	404.298,41	0,00	1.623.434,99	276.558,18	2.304.291,58	0,00	2.304.291,58
Piracicaba - 03a Vara	152.128,02	0,01	2.535.387,15	396.396,59	3.083.911,77	0,00	3.083.911,77
Pirassununga - 01a Vara	63.366,97	0,00	1.085.810,14	13.978,57	1.163.155,68	0,00	1.163.155,68
Porto Ferreira - 01a Vara	98.911,41	0,00	644.547,65	31.887,91	775.346,97	0,00	775.346,97
Presidente Prudente - 01a Vara	31.025,27	25,53	3.791.803,14	312.723,91	4.135.577,85	0,00	4.135.577,85
Presidente Prudente - 02a Vara	100.424,00	607,09	4.174.645,96	803.486,28	5.079.163,33	94.001,69	5.173.165,02
Presidente Venceslau - 01a Vara	86.250,28	1.111,53	1.999.699,37	321.184,43	2.408.245,61	0,00	2.408.245,61
Rancharia - 01a Vara	54.499,79	0,00	542.479,51	0,00	596.979,30	0,00	596.979,30
Registro - 01a Vara	90.803,53	1.121,11	2.719.623,41	205.580,26	3.017.128,31	0,00	3.017.128,31
Ribeirão Preto - 01a Vara	97.012,15	800,84	2.919.060,78	350.986,61	3.367.860,38	0,00	3.367.860,38
Ribeirão Preto - 02a Vara	393.209,06	1.368.435,26	3.377.610,56	519.535,78	5.658.790,66	0,00	5.658.790,66
Ribeirão Preto - 03a Vara	106.926,60	33,74	2.068.301,40	171.251,88	2.346.513,62	0,00	2.346.513,62
Ribeirão Preto - 04a Vara	307.270,23	0,00	1.607.338,74	612.431,63	2.527.040,60	0,00	2.527.040,60
Ribeirão Preto - 05a Vara	348.217,56	0,04	2.568.392,53	365.077,00	3.281.687,13	0,00	3.281.687,13
Ribeirão Preto - 06a Vara	50.001,04	0,01	1.455.936,49	1.353.373,80	2.859.311,34	0,00	2.859.311,34
Rio Claro - 01a Vara	133.824,81	1,01	3.578.180,07	73.168,79	3.785.174,68	0,00	3.785.174,68
Salto - 01a Vara	372.826,91	1,00	2.931.174,40	93.972,26	3.397.974,57	0,00	3.397.974,57
Santa Bárbara d'Oeste - 01a Vara	48.277,39	27,65	2.532.488,66	256.437,06	2.837.230,76	0,00	2.837.230,76
Santa Cruz do Rio Pardo - 01a Vara	88.111,46	0,00	628.758,95	62.908,65	779.779,06	0,00	779.779,06
São Carlos - 01a Vara	176.548,12	100,54	2.533.411,89	152.371,27	2.862.431,82	0,00	2.862.431,82

Vara do Trabalho	Custas Processuais	Emolumentos	Contribuição Previdenciária	Imposto de Renda	Subtotal	Valores Pagos decorrentes de Multas	Total
São Carlos - 02a Vara	240.977,02	83,98	4.020.289,82	61.514,31	4.322.865,13	57.378,62	4.380.243,75
São João da Boa Vista - 01a Vara	154.238,52	293,27	2.471.019,07	217.138,48	2.842.689,34	0,00	2.842.689,34
São Joaquim da Barra - 01a Vara	88.765,90	0,00	507.068,98	9.824,61	605.659,49	0,00	605.659,49
São José do Rio Pardo - 01a Vara	39.864,68	11,03	885.154,97	86.286,03	1.011.316,71	0,00	1.011.316,71
São José do Rio Preto - 01a Vara	142.585,15	50,77	979.268,53	124.859,33	1.246.763,78	0,00	1.246.763,78
São José do Rio Preto - 02a Vara	160.976,05	17,59	2.323.907,07	169.723,97	2.654.624,68	0,00	2.654.624,68
São José do Rio Preto - 03a Vara	106.582,82	33,19	1.139.455,23	107.248,48	1.353.319,72	0,00	1.353.319,72
São José do Rio Preto - 04a Vara	41.113,38	0,00	714.219,81	45.048,62	800.381,81	0,00	800.381,81
São José dos Campos - 01a Vara	342.134,47	11,07	2.393.182,36	102.955,17	2.838.283,07	0,00	2.838.283,07
São José dos Campos - 02a Vara	858.092,32	772,24	2.141.109,73	263.879,97	3.263.854,26	0,00	3.263.854,26
São José dos Campos - 03a Vara	134.850,77	600,00	1.454.086,16	25.969,05	1.615.505,98	0,00	1.615.505,98
São José dos Campos - 04a Vara	514.919,77	5,53	2.395.528,85	158.271,70	3.068.725,85	0,00	3.068.725,85
São José dos Campos - 05a Vara	519.524,63	0,00	1.412.278,85	42.947,73	1.974.751,21	0,00	1.974.751,21
São Roque - 01a Vara	29.928,42	11,00	1.971.651,92	175.627,01	2.177.218,35	2.760,07	2.179.978,42
São Sebastião - 01a Vara	245.735,71	1.002,43	1.976.211,87	21.945,76	2.244.895,77	0,00	2.244.895,77
Sertãozinho - 01a Vara	303.248,89	1.709,57	1.091.998,72	175.646,43	1.572.603,61	0,00	1.572.603,61
Sertãozinho - 02a Vara	257.986,89	0,00	498.507,07	32.391,81	788.885,77	0,00	788.885,77
Sorocaba - 01a Vara	375.623,70	11,17	1.055.442,48	19.053,62	1.450.130,97	0,00	1.450.130,97
Sorocaba - 02a Vara	331.033,20	3.166,39	1.029.112,79	121.108,94	1.484.421,32	0,01	1.484.421,33
Sorocaba - 03a Vara	353.272,08	270,78	2.464.336,57	321.100,04	3.138.979,47	0,00	3.138.979,47
Sorocaba - 04a Vara	390.006,78	53,65	1.471.361,26	36.274,40	1.897.696,09	0,00	1.897.696,09
Sumaré - 01a Vara	129.176,60	10,06	2.544.601,35	102.968,83	2.776.756,84	0,00	2.776.756,84
Tanabi - 01a Vara	239.700,16	0,00	1.225.299,55	58.872,56	1.523.872,27	0,00	1.523.872,27
Taquaritinga - 01a Vara	94.328,85	5.034,49	709.165,11	24.836,25	833.364,70	0,00	833.364,70
Tatuí - 01a Vara	179.787,84	13,32	1.277.574,12	72.876,99	1.530.252,27	0,00	1.530.252,27
Taubaté - 01a Vara	413.389,74	0,00	950.161,44	4.592,75	1.368.143,93	0,00	1.368.143,93
Taubaté - 02a Vara	457.702,10	10.116,70	1.890.411,53	100.062,26	2.458.292,59	0,00	2.458.292,59
Teodoro Sampaio - 01a Vara	98.006,95	0,00	2.095.407,90	483.650,28	2.677.065,13	0,00	2.677.065,13
Tietê - 01a Vara	10.782,60	0,00	1.044.663,53	27.358,75	1.082.804,88	0,00	1.082.804,88
Tupã - 01a Vara	78.467,41	0,00	1.456.287,06	339.118,46	1.873.872,93	0,00	1.873.872,93
Ubatuba - 01a Vara	56.464,13	438,00	68.834,55	0,00	125.736,68	0,00	125.736,68
Votuporanga - 01a Vara	302.142,02	0,01	1.976.138,89	712.182,55	2.990.463,47	0,00	2.990.463,47
Total	32.943.292,85	1.908.263,67	331.808.925,48	27.894.265,72	394.554.747,72	884.011,26	395.438.758,98

Fonte: Sistema E-Gestão da CGJT, disponível em 06/02/2020.

ARRECAÇÃO
Primeira e Segunda Instâncias

Primeira Instância

DISCRIMINAÇÃO	2019
Custas Processuais	32.943.292,85
Emolumentos	1.908.263,67
Contribuição Previdenciária	331.808.925,48
Imposto de Renda	27.894.265,72
Multas Aplicadas pela D.R.T.	884.011,26
Soma	395.438.758,98

Valores Expressos em Reais (R\$)

Fonte: Sistema E-Gestão da CGJT, disponível em 06/02/2020.

Segunda Instância

DISCRIMINAÇÃO	2019
Custas Processuais	1.972.256,19
Emolumentos	5,53
Soma	1.972.261,72

Valores Expressos em Reais (R\$)

Fonte: Sistema E-Gestão da CGJT, disponível em 06/02/2020.

Total

DISCRIMINAÇÃO	2019
Custas Processuais	34.915.549,04
Emolumentos	1.908.269,20
Contribuição Previdenciária	331.808.925,48
Imposto de Renda	27.894.265,72
Multas Aplicadas pela D.R.T.	884.011,26
Total	397.411.020,70

Valores Expressos em Reais (R\$)

Fonte: Sistema E-Gestão da CGJT, disponível em 06/02/2020.

3 - VICE-PRESIDÊNCIA ADMINISTRATIVA



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

VICE-PRESIDÊNCIA ADMINISTRATIVA

Egrégio Tribunal Pleno,

A Vice-Presidência Administrativa deste Tribunal, tendo em vista o disposto nos artigos 20, inciso VIII, e 22, inciso XLI, do Regimento Interno desta Corte, vem apresentar o relatório das atividades desenvolvidas no ano de 2019.

Campinas, 30 de janeiro de 2020.

ANA AMARYLIS VIVACQUA DE OLIVEIRA GULLA
Desembargadora Vice-Presidente Administrativa

3.1 - ASPECTOS GERAIS

A Vice-Presidência Administrativa foi exercida, de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2019, pela Excelentíssima Desembargadora Ana Amarylis Vivacqua de Oliveira Gulla, auxiliada pelo Excelentíssimo Juiz Renato Henry Sant'Anna.

As competências da Vice-Presidente Administrativa estão relacionadas no artigo 24 do Regimento Interno deste Tribunal, quais sejam:

“Art. 24. Compete ao Vice-Presidente Administrativo (Redação dada pelo Assento Regimental n. 1, de 13 de março de 2007):

I - substituir o Presidente no caso de férias, licenças e nos impedimentos ou nas ausências ocasionais;

II - atuar como Relator nos recursos administrativos dirigidos ao Tribunal Pleno e ao Órgão Especial e nos processos da mesma natureza cujas decisões sejam da competência privativa dos Colegiados. *(Alterado pelo Assento Regimental n. 5, de 23 de novembro de 2009)*

III - *(Revogado pelo Assento Regimental n. 2, de 2 de outubro de 2017)*

IV - *(Revogado pelo Assento Regimental n. 5, de 23 de novembro de 2009)*

V - determinar, por delegação do Presidente do Tribunal, a expedição de precatórios, ordenando o pagamento em virtude de sentenças com trânsito em julgado, proferidas contra as Fazendas Públicas e nas demais hipóteses previstas em lei; *(Acréscido pelo Assento Regimental n. 1, de 13 de março de 2007)*

VI - exercer outras atribuições que, de comum acordo, lhe forem delegadas pelo Presidente ou que lhe tenham sido designadas pelo Tribunal Pleno e Órgão Especial. *(Alterado pelo Assento Regimental n. 5, de 23 de novembro de 2009)*

VII - indicar os servidores do seu Gabinete; *(Acréscido pelo Assento Regimental n. 1, de 13 de março de 2007)*

VIII – presidir audiências de conciliação em recursos de revista. *(Acréscido pelo Assento Regimental n. 1, de 15 de janeiro de 2016)”*

Além dessas competências, cabe à Vice-Presidente Administrativa presidir 4 (quatro) Comissões Permanentes deste Tribunal, conforme disposto no art. 298, § 1º, do Regimento Interno: as Comissões de Regimento Interno, de Assuntos Administrativos, de Orçamento e Finanças e da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho da 15ª Região.

Somadas a essas competências regimentais, à Vice-Presidente Administrativa cabe, ainda, participar de reuniões periódicas com os demais membros da Direção do Tribunal e da Escola Judicial.

Ao lado dessas atividades exercidas no ano de 2019, a Vice-Presidente Administrativa presidiu reunião da Comissão Gestora Regional do PROAD – Sistema de Processo Administrativo Eletrônico, responsável por realizar estudos e propor normas de regulação, operacionalidade e funcionamento desse sistema, bem como por administrar esse projeto.

Essas comissões assim se reuniram durante o ano de 2019:

- Comissão de Regimento Interno: reuniu-se 4 (quatro) vezes em 2019;
- Comissão de Assuntos Administrativos: realizou 2 (duas) reuniões em 2019;
- Comissão de Orçamento e Finanças: no ano de 2019, os membros desta comissão se reuniram 1 (uma) vez, ocasião em que contaram com a participação do Diretor-Geral deste Tribunal;

- Comissão da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho: houve uma reunião em 2019, sendo que todos os procedimentos relativos a esta reunião, inclusive a realização de

pesquisas e estudos a respeito dos mais variados temas e situações, ficaram a cargo desta Vice-Presidência Administrativa e de servidores do gabinete da Excelentíssima Desembargadora, cabendo ao Juiz Auxiliar e/ou ao Assessor desta unidade secretariar os trabalhos em tais reuniões.

Os processos administrativos de competência do Tribunal Pleno ou do Órgão Especial desta Corte, cuja relatoria coube à Vice-Presidente Administrativa (art. 24, II, RI), foram, em 2019, submetidos, de acordo com a matéria tratada, a um ou a outro Colegiado, que realizaram suas primeiras sessões administrativas no dia 21 de fevereiro.

Assim, foram analisados pela Vice-Presidência Administrativa e encaminhados ao debate colegiado processos que tratavam de:

- alterações no Regimento Interno;
- aprovação ou alteração de resoluções administrativas, de portarias e de provimentos;
- aprovação do relatório anual de atividades do ano de 2018;
- aprovação do relatório de prestação de contas do Tribunal referente ao exercício 2018;
- aprovação de proposta orçamentária, de plano estratégico, de plano especial de pagamento trabalhista (PEPT), de política institucional de segurança da informação e revisão do planejamento estratégico de tecnologia da informação e comunicações para o período 2018/2020, dentre outras matérias, tudo sob a ótica dos princípios constitucionais e legais que regem a atuação da Administração Pública.
- transformação e alteração do quantitativo de funções comissionadas no âmbito deste Tribunal;
- aprovação, por referendo, de provimentos conjuntos da Presidência e Corregedoria Regional;
- aprovação de proposta de outorga de insígnias da Ordem do Mérito Judiciário da Justiça do Trabalho da 15ª Região;
- aposentadoria de magistrado, voluntária e por invalidez;
- abono de permanência de magistrado;
- licença não remunerada de magistrado para acompanhamento de cônjuge;
- autorização para afastamento de magistrado para fins de aperfeiçoamento profissional;
- recurso administrativo de magistrado e de servidor;
- designação de servidor para compor Comissão Permanente de Licitação e Comissão Permanente de Cadastramento;
- designação de juiz coordenador do CEJUSC de 2º grau;
- formação de lista de magistrados para atuação no 2º grau e convocação extraordinária;
- permuta, remoção e promoção de magistrado;
- concurso de promoção destinado ao provimento de cargos de Desembargador e de Juiz Titular de Vara do Trabalho;
- permuta ou cessão de servidores entre órgãos da administração pública;
- autorização a Juiz Substituto e Juiz Titular para terem residência fora da sede da circunscrição ou fora da área da jurisdição a que pertencem ou, ainda, para manterem dupla residência;
- remoção nacional de magistrado para este Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região;
- pagamento de gratificações, adicionais, e outras verbas a juiz e servidor;
- reposicionamento na carreira de servidor;

- recurso administrativo em Processo Administrativo Disciplinar;
- eliminação de autos findos.

No ano de 2019, os processos de concurso de promoção, pelo critério de merecimento, destinados ao provimento de cargos de Desembargador deste Tribunal e de Juiz Titular de Vara do Trabalho mantiveram o atendimento à sistemática da Resolução nº 106, de 6/4/2010, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), relativamente à disponibilização prévia, tanto do Quadro Estatístico Consolidado elaborado pela Coordenadoria de Estatística e Pesquisa deste Tribunal, contendo a compilação dos dados funcionais dos interessados, como da cédula de votação para atribuição de notas pelos Desembargadores aos candidatos inscritos.

Mas a partir do mês de junho, e com o objetivo de imprimir maior celeridade e praticidade ao processo de votação durante a sessão de julgamento, esta Vice-Presidência Administrativa, em conjunto com a Presidência do Tribunal e com a Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações, desenvolveu e implantou o “Sistema Informatizado de Votação para Sessões Administrativas”, de forma que o lançamento de notas aos candidatos inscritos nesses processos passou a ser feito diretamente pelos próprios votantes.

Com a implantação deste sistema, o acesso à ferramenta, feito por meio de “login” e senha de uso exclusivo dos Desembargadores, permitiu um período de votação mais extenso, que se inicia com a comunicação feita pela Vice-Presidência Administrativa, por mensagem eletrônica, indicando a liberação do sistema, e se encerra no início da respectiva Sessão Administrativa por determinação da Presidente do Tribunal.

A partir de novembro, esse sistema foi aperfeiçoado, passando a contar com uma nova funcionalidade que facilitou ainda mais o julgamento dos processos de promoção por merecimento: as cédulas de votação, contendo os critérios definidos pela citada Resolução CNJ nº 106, foram inseridas no sistema, permitindo que os votantes lancem as notas, acompanhadas das respectivas fundamentações, não mais em cédulas impressas, mas diretamente nesse sistema. Uma vez lançada cada uma das notas por critério, o próprio sistema faz a totalização e, com base nela, a classificação dos candidatos inscritos nos concursos de promoção.

Ainda no que diz respeito às promoções, vale ressaltar que os respectivos processos contaram também com instrução pelo Sistema Automatizado de Promoção/Acesso de Magistrados, criado no final de 2014 e acessível na *Extranet*, por meio do qual são feitas as inscrições dos candidatos e a inclusão de documentos por eles e pelas áreas responsáveis pelo andamento dos processos, bem como consultas, a qualquer tempo, durante a tramitação, o que tem trazido maior agilidade a todo o procedimento.

3.1.1 - Estrutura da Vice-Presidência Administrativa

Para a análise dos processos administrativos e posterior elaboração de minutas de votos e de despachos, a Vice-Presidente Administrativa contou com o trabalho do Juiz Auxiliar da Vice-Presidência Administrativa, Renato Henry Sant’ Anna, e do Assessor da Vice-Presidência Administrativa, Paulo César Pinto da Silva, servidor ocupante do cargo em comissão CJ-2, além do apoio de servidores do seu gabinete, que trabalharam no recebimento de processos para elaboração de estudos, com o objetivo de subsidiar as discussões nas comissões permanentes, e de minutas de votos, para submissão ao Tribunal Pleno ou ao Órgão Especial. A elaboração de votos também foi feita pelo Juiz Auxiliar e pelo Gabinete da Vice-Presidência Administrativa.

A seguir, as principais atribuições do Juiz Auxiliar da Vice-Presidência

Administrativa:

- auxiliar a Desembargadora Vice-Presidente Administrativa na apreciação das matérias administrativas que forem submetidas à Administração, atuando na análise de problemas e proposição de soluções e prestando, de modo geral, assistência para cumprimento das metas próprias do respectivo Órgão;
- auxiliar o Gabinete da Vice-Presidência Administrativa, no exercício das atividades administrativas próprias de referido Órgão;
- coordenar as atividades de seu gabinete;
- secretariar a reunião das Comissões Permanentes, sob a Presidência da Vice-Presidente Administrativa;
- preparar a pauta dos processos a serem julgados pelo Órgão Especial e pelo Tribunal Pleno Administrativos;
- analisar os processos administrativos cuja relatoria esteja a cargo da Vice-Presidência Administrativa, elaborando e/ou revisando as respectivas minutas de votos;
- redigir ou revisar minutas de despachos nos processos administrativos a serem submetidos à Desembargadora Vice-Presidente Administrativa;
- confeccionar, quando for o caso, proposta de atualização das normas do Tribunal, submetendo-a à apreciação da Desembargadora Vice-Presidente Administrativa;
- verificar diariamente as publicações oficiais, com a coleta dos atos normativos de interesse desta Justiça Especializada e
- praticar em geral os demais atos ou encargos que lhe sejam determinados pela Desembargadora Vice-Presidente Administrativa do Tribunal;

À Assessoria da Vice-Presidência Administrativa incumbe:

- organizar a agenda dos compromissos internos e externos da Vice-Presidente Administrativa e do Juiz Auxiliar da Vice-Presidência Administrativa;
- rever e conferir, na área de sua competência, o expediente a ser despachado pela Desembargadora Vice-Presidente Administrativa;
- redigir e digitar minutas de votos, decisões monocráticas ou despachos em processos de competência da Vice-Presidência Administrativa;
- elaborar e minutar ofícios, atos, portarias, comunicados e recomendações, originários e referentes a matérias próprias da Vice-Presidência Administrativa, submetendo-os à apreciação da Desembargadora Vice-Presidente Administrativa;
- secretariar, na ausência ou impossibilidade do Juiz Auxiliar, as reuniões das Comissões Permanentes ou Temporárias presididas pela Desembargadora Vice-Presidente Administrativa;
- executar atividades de assessoramento administrativo relativo a planejamento, normatização, análise e revisão de processos de gestão das unidades organizacionais que compõem a Vice-Presidência Administrativa;
- com auxílio e suporte da área de tecnologia e informação, desenvolver e aperfeiçoar as ferramentas tecnológicas para suporte das atividades desenvolvidas no seu âmbito;
- interagir com as demais unidades do Tribunal, inclusive para o fim de propor e implementar práticas que visem o alcance de metas e objetivos traçados pela Administração do Tribunal
- realizar a pesquisa de legislação, jurisprudência, doutrina e outras matérias ou julgados, visando à solução de processos envolvendo matéria de sua competência, bem como para subsidiar as futuras ações da Vice-Presidência Administrativa;

- acompanhar o andamento das ações judiciais, bem como dos processos e procedimentos autuados perante o TCU – Tribunal de Contas da União, CNJ – Conselho Nacional de Justiça e CSJT – Conselho Superior da Justiça do Trabalho e as ações judiciais, dentre outros, que possam refletir nos processos administrativos ou influenciá-los;
- acompanhar, controlar, tramitar e arquivar no sistema informatizado próprio os autos dos processos administrativos;
- elaborar relatórios das atividades desenvolvidas anualmente pela Vice-Presidência Administrativa;
- confeccionar relatórios periódicos;
- manter os arquivos e registros dos atos praticados pela Vice-Presidência Administrativa, bem como dos controles estatísticos e relatórios gerenciais;
- praticar, em geral, os demais atos ou encargos que lhe forem determinados pelo Vice-Presidente Administrativo e pelo Juiz Auxiliar;
- executar outros atos e procedimentos atinentes a sua atividade.

A atual estrutura da Vice-Presidência Administrativa conta, ainda, com uma Secretária, que possui uma função de Chefe de Gabinete, retribuída com uma Função Comissionada 5 e que foi ocupada pela servidora Beatriz Neves da Rocha, e uma função de Secretário, que foi desempenhada pelo servidor Carlos Eduardo Buzan Larica, ocupante de uma Função Comissionada 3.

Dentre as atividades burocráticas desenvolvidas na Secretária da Vice-Presidência Administrativa, uma delas, é a digitalização integral de todos os processos administrativos recebidos, permitindo a consulta desses feitos por meio de *links* criados da *Extranet* e disponíveis exclusivamente aos Desembargadores – ou, no caso dos processos relativos a concursos de promoção destinados ao provimento de cargos de Desembargador, aos Desembargadores votantes e aos candidatos inscritos nesses concursos –, previamente às sessões administrativas do Tribunal Pleno e do Órgão Especial.

Além disso, são desenvolvidas pela Secretária da Vice-Presidência Administrativa as providências relativas à confecção das pautas das sessões administrativas do Tribunal Pleno e do Órgão Especial no Sistema de Acompanhamento Processual, além de todas aquelas necessárias à sua divulgação na Imprensa Oficial, à preparação do material a ser usado pela Excelentíssima Vice-Presidente Administrativa nas sessões administrativas (impressão dos votos, pautas e divergências, montagem de pasta com esse material, dentre outras providências), bem como ao registro dos respectivos votos no Sistema de Acompanhamento Processual (SAP-2G) e no PROAD, após a sessão.

Por fim, os servidores da Secretária auxiliam tanto a Vice-Presidente Administrativa, quanto o Juiz Auxiliar da Vice-Presidência Administrativa e o Assessor nas atividades cotidianas e naquilo em que são chamados a atuar.

Também está a cargo da Secretária da Vice-Presidência Administrativa o trabalho de monitoramento periódico dos andamentos dos processos em tramitação no PROAD, com o objetivo de verificar a eventual existência de alguma inconsistência nesses andamentos, processo a processo, e, em caso positivo, estabelecer um contato pessoal com a área ou o servidor, sob cuja responsabilidade se encontre determinado processo, e fornecer orientações para a solução de eventuais problemas ou entraves.

Além disso, encontra-se, na *Extranet*, *link* para acesso à denominada “Central de Chamados”, por meio do qual os usuários do PROAD que estiverem em dúvida quanto à utilização do sistema citado poderão solicitar auxílio. Os chamados abertos são encaminhados direta e imediatamente à Vice-Presidência Administrativa, a quem compete, em princípio, responder tais chamados e eventualmente orientar o usuário em dificuldade ou, então,

encaminhar o chamado do demandante para a área efetivamente responsável pela solução e orientações.

3.2 - PROCESSOS ADMINISTRATIVOS

3.2.1 - Digitalização de Processos Administrativos

Em 2019, a Vice-Presidência Administrativa manteve a prática de digitalizar todos os processos administrativos físicos recebidos, além de providenciar o “download” de todos os processos administrativos criados no Sistema PROAD, permitindo a consulta dos arquivos resultantes, em formato “pdf”, por meio de *link* constante da *Extranet* na página do Tribunal na *Internet*, exclusivo aos Desembargadores.

Tal prática garantiu celeridade aos procedimentos relacionados à tramitação dos processos administrativos, ao possibilitar a análise simultânea dos autos por vários magistrados, antes das sessões administrativas ou das reuniões das Comissões Permanentes presididas pela Vice-Presidente Administrativa.

No entanto, desde a implantação do Sistema de Processo Administrativo Eletrônico – PROAD, esta atividade tem diminuído ano a ano, possibilitando a execução de outras atividades também necessárias ao bom andamento do gabinete pelos servidores e estagiários.

Particularmente no caso dos processos relativos a concursos de promoção destinados ao provimento de cargos de Desembargador e de Juiz Titular de Vara do Trabalho, importante destacar que referida consulta pode ser feita, tanto pelos Desembargadores votantes como pelos candidatos inscritos nesses concursos.

3.2.2 - Processo Administrativo Eletrônico

Dando prosseguimento aos trabalhos de implantação do Sistema PROAD, iniciados em 2015, esta Vice-Presidência Administrativa indicou servidora para participar de curso ministrado pelo Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região, em agosto de 2019, relativamente ao Portal do PROAD e sobre o Sistema de Assentamentos Funcionais (SAF) em processo de implantação neste Regional.

Ainda em observância às previsões constantes da Portaria GP-VPA nº 01/2015, que dispõe sobre o Sistema do Processo Administrativo Eletrônico, foram editados, no ano de 2019, 3 (três) novos Atos Regulamentares: o de nº 01/2019, o de nº 02/2019 e o de nº 05/2019, de forma que o ano de 2019 findou com 374 assuntos disponíveis para registro de processos no Sistema PROAD.

Foram, portanto, acrescidos ao Anexo Único do referido Ato Regulamentar os seguintes assuntos no ano de 2019, cuja inclusão foi requerida por diversas unidades do Tribunal:

1. Abono pecuniário de férias deferido ao servidor requisitado na origem – averbação
2. Ação Civil Pública – MPF
3. Ação Civil Pública – MPT
4. Acesso aos dados de bens e rendas de magistrado – autorização
5. Acesso aos dados de bens e rendas de servidor – autorização
6. Adicional de Qualificação – solicitações e providências
7. Adicional noturno – solicitação
8. ANAJUSTRA – solicitações
9. Anteprojeto de Lei – criação de cargos e/ou funções

10. Anteprojeto de Lei – criação de unidades judiciárias
11. Aperfeiçoamento profissional de magistrado – afastamento de curta duração (até 15 dias)
12. Área de Estágio – pagamento mensal de estagiário
13. Área de Estágio – acertos referentes a pagamento de estagiário
14. Área de Estágio – cessão de estagiário mediante convênio com prefeituras ou instituições de ensino
15. Área de Estágio – concurso de estagiário – solicitações e providências
16. Área de Estágio – solicitações e providências
17. Atas do Conselho Consultivo da Escola Judicial
18. Auxílio telemática – magistrado
19. Avaliação de desempenho – recurso
20. Certidão de Tempo de contribuição (CTC) de magistrado – solicitação
21. Certidão de tempo de contribuição de ex-juiz classista – solicitação
22. Certidão de tempo de contribuição de ex-servidor – solicitação
23. Certificado digital – segunda certificação para magistrados
24. Ciência de deliberações do CSJT
25. Concurso público – solicitações e providências
26. Conflito de Atribuição – 2º Grau
27. Contratos e convênios – análise da Presidência
28. Contratos terceirizados – liberação de valores
29. Contratos terceirizados – contingenciamento e pagamento de notas fiscais
30. Contratos terceirizados – fiscalização administrativa de contratos
31. Coordenadoria de Controle Interno – Auditoria
32. Coordenadoria de Controle Interno – Plano de Auditoria
33. Coordenadoria de Controle Interno – Plano de Capacitação
34. Coordenadoria de Controle Interno – providências
35. Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoas – solicitações e providências
36. Coordenadoria de Informações Funcionais de Servidores – providências administrativas
37. Coordenadoria de Informações Funcionais de Servidores – providências e solicitações
38. Coordenadoria de Pagamento – providências
39. Cópia de documento de ex-juiz classista – solicitação
40. Cópia de documento de servidor – solicitação
41. Correios – encaminhamento de notas fiscais
42. Crachá de servidor – solicitação
43. Cumprimento de decisão judicial – bloqueio de crédito
44. Curso de Desenvolvimento Gerencial não realizado pela Escola Judicial – averbação
45. Cursos Escola Judicial
46. Custeio médico: autodeclaração de parentesco
47. Débito – Lei 8.666/93 – dívida ativa
48. Débito de pessoal – dívida ativa
49. Declaração de tempo de contribuição de ex-servidor requisitado – solicitação
50. Declaração para fins de recebimento da Gratificação de Atividade de Segurança – GAS

51. Declaração para fins de recebimento de passivos – Resolução CSJT 137 – magistrado e servidor
52. Declaração sobre regime previdenciário de servidor municipal cedido ao Tribunal Regional do Trabalho15
53. Dedetização e Controle de Pragas – encaminhamento de notas fiscais
54. Demandas do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) – Áreas Administrativas
55. Diária – Escola Judicial – Desembargador e Juiz Titular
56. Diária – Escola Judicial – Juiz do Trabalho Substituto
57. Diária – Escola Judicial – Servidor
58. Diária eventual – Desembargador e Juiz Titular
59. Diária eventual – Juiz do Trabalho Substituto
60. Diárias de magistrados – publicação
61. Diligências realizadas por oficial de justiça – fornecimento de informações
62. Distribuição de processos no PJe – dúvidas
63. Documento de servidor redistribuído de outro órgão – averbação
64. Elogio a magistrado – averbação
65. Elogio a servidor – averbação
66. Encaminhamento de notas fiscais – cursos, eventos e publicações
67. Encaminhamento de notas fiscais – fornecimentos
68. Encaminhamento de notas fiscais – obras de engenharia
69. Encaminhamento de notas fiscais – outros serviços
70. Encaminhamento de notas fiscais – serviços de informática
71. Encaminhamento de notas fiscais – transportes e correlatos
72. Escala de férias – servidor de outro órgão em exercício no Tribunal Regional do Trabalho15
73. Escolha de integrantes de Comissões
74. Estado civil e nome do servidor – atualização dos dados
75. Estado civil e nome do servidor aposentado – atualização dos dados
76. Estado civil e nome do servidor de outro órgão em exercício no Tribunal Regional do Trabalho15 – atualização dos dados
77. Férias: regularização do período/solicitação excepcional – servidor cedido ao Tribunal Regional do Trabalho15 ou pelo Tribunal Regional do Trabalho15
78. Férias: regularização do período/solicitação excepcional – servidor do Quadro no Tribunal Regional do Trabalho15/Extraquadro
79. Fiscalizações relacionadas à Área de Pessoal
80. Frequência de servidor – informações recebidas de outros órgãos
81. Função Comissionada/Cargo em Comissão – transformação
82. FunprespJud – seguro por morte ou invalidez para magistrado
83. FunprespJud – seguro por morte ou invalidez para servidor
84. FunprespJud magistrado – inscrição/alteração/cancelamento plano/inclusão ou exclusão de beneficiário
85. Gestão Orçamentária da Escola Judicial
86. Gestão por competências – informações/solicitações/providências
87. Gratificação Natalina – certidão comprobatória dos valores recebidos por magistrado ou servidor
88. Honorários periciais – documentação referente ao ISSQN
89. Indenização de férias – magistrado desligado
90. Indicação de Cursos ENAMAT e de outras Escolas Judiciais

91. Informação – Diretoria-Geral
92. Informação em Mandado de Segurança quando a autoridade coatora é a Presidência do Tribunal Regional do Trabalho15
93. Informação extemporânea/solicitação excepcional: greve – servidor cedido pelo Tribunal Regional do Trabalho15 a outro órgão
94. Informação extemporânea/solicitação excepcional: greve – servidor do Quadro no Tribunal Regional do Trabalho 15/Extraquadro
95. Inquérito Civil – MPF
96. Inquérito Civil – MPT
97. Insígnias da Ordem do Mérito Judiciário
98. Inventário Anual de Bens
99. Justificativa de acúmulo de férias de servidor do Quadro em exercício no Tribunal Regional do Trabalho15/ Extraquadro
100. Justificativa de acúmulo de férias: servidor cedido ao Tribunal Regional do Trabalho15 ou pelo Tribunal Regional do Trabalho15
101. Listas de antiguidade de magistrados
102. Manutenção predial (exceto obras de engenharia) – encaminhamento de notas fiscais
103. Oficial de Justiça Avaliador em exercício em outro órgão – informações para fins de averbação
104. Oficial de Justiça de outro órgão em exercício no Tribunal Regional do Trabalho15– informações para fins de averbação
105. Ofícios expedidos pela Presidência
106. Pagamento de terceiros – conta de energia elétrica
107. Passagem aérea – solicitação para Desembargador e Juiz Titular
108. Passagem aérea – solicitação para Juiz Substituto
109. Passagem aérea – solicitação para Servidor
110. Passagem aérea – Escola Judicial – solicitação para Desembargador e Juiz Titular
111. Passagem aérea – Escola Judicial – solicitação para Juiz Substituto
112. Passagem aérea – Escola Judicial – solicitação para Servidor
113. Passagem aérea – solicitação
114. Passagem aérea emitida pela Escola Judicial – solicitação
115. Pedido/providências da Assessoria de Gestão Estratégica
116. Pedido/providências do Escritório de Gestão Socioambiental
117. Pedido/providências para a Assessoria de Gestão Estratégica – solicitação
118. Período de férias não usufruído na origem por servidor de outro órgão em exercício no Tribunal Regional do Trabalho15 – averbação
119. Período de férias não usufruído por servidor do quadro em outro órgão – averbação
120. Planejamento Estratégico da Corregedoria Regional
121. Portaria da Diretoria-Geral
122. Precatórios – Acordo
123. Precatórios – Análise de Preterição
124. Precatórios – Convênio Rede Mais Brasil
125. Precatórios – Regime Especial
126. Precatórios – Regime Ordinário
127. Precatórios – Sequestro
128. Processo de Apuração de Penalidade Contratual

- 129. Processo de aquisição – Compra Direta
- 130. Processo de Folha de Pagamento
- 131. Programa de avaliação de desempenho – solicitações e providências
- 132. Programas Assistenciais – pagamento de passivos
- 133. Programas Assistenciais – solicitações e providências
- 134. Proposta de denominação de Fórum e outros edifícios no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho¹⁵
- 135. Proposta de transformação de cargos
- 136. Providências – Diretoria-Geral
- 137. Providências – Assessoria de Apoio aos Magistrados
- 138. Providências – Escola Judicial
- 139. Providências – Gabinete da Presidência
- 140. Providências – Secretaria-Geral da Presidência
- 141. Reconhecimento de passivo para fins de reembolso aos órgãos cedentes
- 142. Reembolso para órgão cedente
- 143. Relatório de Gestão Fiscal
- 144. Remoção de servidor para outro órgão para acompanhamento de cônjuge
- 145. Remoção de servidor para outro órgão por motivo de saúde
- 146. Remoção por permuta para outro órgão – currículo para ratificação
- 147. Restituição da taxa de inscrição de concurso público
- 148. Secretaria da Receita Federal – solicitações
- 149. Sistemas de Segurança Predial – encaminhamento de notas fiscais
- 150. Suspensão de férias para participação em atividade formativa da Escola Judicial – Magistrado
- 151. Tecnologia da Informação – expedientes administrativos
- 152. Telecomunicações (serviços) – encaminhamento de notas fiscais
- 153. Tempo de contribuição de magistrado – averbação
- 154. Tempo de serviço/contribuição de magistrado – desentranhamento de certidão
- 155. Trabalho em eleição/treinamento antes do ingresso no Tribunal Regional do Trabalho¹⁵ – servidor cedido ao Tribunal Regional do Trabalho¹⁵ e pelo Tribunal Regional do Trabalho¹⁵
- 156. Trabalho em eleição/treinamento antes do ingresso no Tribunal Regional do Trabalho¹⁵ – servidor do Quadro no Tribunal Regional do Trabalho¹⁵/Extraquadro
- 157. Trabalho em período de recesso forense – indicação de servidor
- 158. Trabalho em recesso antes do ingresso no Tribunal Regional do Trabalho¹⁵ – servidor do Quadro no Tribunal Regional do Trabalho 15 /Extraquadro
- 159. Trabalho em recesso antes do ingresso no Tribunal Regional do Trabalho¹⁵ – servidor cedido ao Tribunal Regional do Trabalho¹⁵ ou pelo Tribunal Regional do Trabalho¹⁵
- 160. Vista de autos físicos – processos administrativos

Além disso, o assunto “Certificação digital – primeira emissão (novos servidores ou casos com renovação esgotada)” foi desmembrado em “Certificação digital – primeira emissão (novos servidores)” e “Certificação digital – nova emissão (renovação esgotada)”.

Foram excluídos do rol de assuntos do PROAD, a pedido das áreas interessadas, os seguintes assuntos:

- a) Carteira funcional de servidor aposentado comprovante de recebimento;

- b) Certificação digital – primeira emissão (novos servidores ou casos com renovação esgotada);
- c) Certidão para fazer prova da qualidade de servidor para fins de requerimento de CTC junto ao INSS;
- d) Diária – Escola Judicial;
- e) Diária eventual – Magistrado;
- f) Passagem aérea – solicitação;
- g) Passagem aérea emitida pela Escola Judicial – solicitação.

Registre-se também que este Tribunal possibilita o acesso do público externo a documentos do PROAD, conforme previsão da Portaria GP-VPA nº 01/2018, que disciplinou o acesso ao Sistema de Processo Administrativo Eletrônico (PROAD), via Portal PROAD, por pessoas físicas e jurídicas não pertencentes ao quadro funcional do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, para visualização e assinatura de documentos, tudo de forma a garantir a segurança e a celeridade necessárias ao bom andamento dos feitos.

No ano de 2019, foram incluídos vários participantes externos ao PROAD, mormente aqueles que celebraram convênios e contratos com o Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, de modo que as assinaturas nos respectivos documentos puderam ser realizadas eletronicamente.

Os benefícios do Sistema PROAD neste Tribunal foram tantos que o ano de 2019 findou, como já registrado, com 374 (trezentos e setenta e quatro) assuntos por ele abarcados, perfazendo um total de 30.217 processos protocolizados desde 1º/1/2019 até 31/12/2019.

Deste total de processos abertos no ano de 2019 e que tramitaram pelas mais diversas áreas do Tribunal, foram solucionados até 31 de dezembro cerca de 26.000 processos.

Seguindo a dinâmica de inserção do PROAD no cotidiano deste Regional e de outros tribunais, o C. TST deu continuidade em 2019 à implantação do Sistema de Gestão de Pessoas (SIGEP), no âmbito do Judiciário Trabalhista, de forma que este Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região está, desde então, trabalhando para implementar a eficaz interface entre o SIGEP e o PROAD e a extensão do PROAD, denominada SAF (Sistema de Assentos Funcionais).

Dentre os objetivos alcançados pelo PROAD, os principais foram a eliminação do acúmulo de papel, a melhor administração da quantidade de processos e documentos que tramitam no Tribunal, assim como um maior controle sobre os expedientes administrativos, com maior transparência de todo o caminho percorrido pelo requerimento administrativo.

A segurança também é uma preocupação constante do Tribunal, de modo que todos os documentos criados ou inseridos no PROAD são assinados por meio de certificação digital ou por assinatura com senha dentro do próprio sistema.

Registre-se, ainda, que qualquer documento inserido no PROAD possui o formato *pdf-A*, o que confere guarda e autenticidade desses documentos por longo tempo, de forma a contemplar também o adequado tratamento documental realizado pela Coordenadoria de Gestão Documental deste E. Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, especialmente quanto a determinados documentos.

O sistema também trabalha com formulários específicos pré-inseridos em determinados assuntos, o que padroniza a forma do requerimento, de maneira que o usuário ao iniciar o procedimento saiba exatamente quais dados serão necessários para a adequada tramitação do processo e concretização de seu pedido.

Outros benefícios da implantação do sistema PROAD são: ampla disponibilidade do processo, em todo lugar e a todo momento, independentemente de quem nele esteja efetivamente trabalhando; manutenção de informações dos processos na base de dados, diminuindo o risco de sua perda; emissão de documentos em formato *pdf-A*, o que lhes confere guarda e autenticidade por longo tempo.

Dentre as providências adotadas, no ano de 2019, para dar continuidade ao desenvolvimento do PROAD destacam-se as reuniões realizadas pela Comissão Gestora Regional do PROAD e pelo Grupo de Negócio do PROAD.

Ainda em 2019, a Vice-Presidência Administrativa solucionou 32 (trinta e dois) chamados abertos pelos usuários na Central de Chamados relativos ao PROAD, além de ter atendido a inúmeros telefonemas e consultas virtuais e presenciais de usuários que encontraram problemas, dificuldades ou dúvidas para acessar o Sistema do Processo Administrativo Eletrônico.

3.2.3 - Movimentação Processual

No ano de 2019, ocorreram 8 (oito) sessões administrativas do Tribunal Pleno e 9 (nove) sessões administrativas do Órgão Especial.

O movimento processual do ano de 2019, até 19/12/2019, considerados os processos físicos e os que tramitaram eletronicamente via PROAD, está refletido no quadro geral a seguir representado.

ESPÉCIE	TOTAL
Processos recebidos	315 (62 físicos + 253 eletrônicos)
Processos julgados pelo Tribunal Pleno	14
Processos julgados pelo Órgão Especial	137
Sobrestamento/Adiamento de julgamento/Vista regimental/retirada/exclusão de pauta	16

3.3 - PRINCIPAIS ATIVIDADES DA VICE-PRESIDENTE ADMINISTRATIVA NO ANO DE 2019

Dentre as atividades exercidas pela Vice-Presidente Administrativa no ano de 2019, destacam-se as seguintes:

Janeiro:

- participação, representando a Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, Desembargadora Gisela Rodrigues Magalhães de Araujo Moraes, na posse dos novos membros diretivos do Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região;
- participação na posse da Dra. Larissa Carotta Martins da Silva Scarabelim no cargo de Desembargadora do Trabalho da 15ª Região;

Interno;

- participação, como presidente, da reunião da Comissão de Regimento

Revista;

- participação, como presidente, em audiência de conciliação em Recurso de

do PROAD;

- participação, como coordenadora, em reunião da Comissão Gestora Regional
- participação em reunião envolvendo o novo corpo diretivo do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região;

Fevereiro:

- participação, representando a Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, Desembargadora Gisela Rodrigues Magalhães de Araujo Moraes, na Sessão Especial de Abertura do Ano Judiciário no Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF);
- participação, como presidente, em audiência de conciliação em Recurso de

Revista;

- reunião com a Presidente, Desembargadora Gisela Rodrigues Magalhães de Araujo e Moraes, e demais membros para tratar sobre as Sessões do Tribunal Pleno e do Órgão Especial;
- participação, como Vice-Presidente Administrativa, do evento "Projeto Conexão - Interligando Interesses para Solução de Conflitos";
- participação, representando a Presidência do Tribunal, na cerimônia de posse da Diretoria da OAB/SP;
- atuação, como relatora, em 29 (vinte e nove) processos administrativos incluídos em pauta de julgamento do Órgão Especial, e em 3 (três) processos administrativos incluídos em pauta de julgamento do Tribunal Pleno, em sessão realizada no dia 21;

Março:

- reunião com a Presidente, Desembargadora Gisela Rodrigues Magalhães de Araujo e Moraes, para tratar sobre o novo sistema de votação do Plenário;
- visita, com a Presidente, Desembargadora Gisela Rodrigues Magalhães de Araujo, à sede do Comando de Policiamento de Área do Interior 2 (CPI -2) da Polícia Militar do Estado de São Paulo;
- recepção no Gabinete da Presidência, juntamente com a Presidente, Desembargadora Gisela Rodrigues Magalhães de Araujo e Moraes, dos juízes César Reinaldo Offa Basile e Alexandre Alliprandino Medeiros, respectivamente presidente e vice-presidente eleitos da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 15ª Região (AMATRA XV) para o biênio 2019-2020;
- participação, como presidente, da reunião da Comissão de Assuntos Administrativos;
- visita às áreas pertencentes à Secretaria-Geral Judiciária e ao Centro de Memória, Arquivo e Cultura - CMAC;
- participação na Sessão Solene de Abertura do Ano Judiciário da Corte;
- participação, como presidente, em audiência de conciliação em Recurso de

Revista;

- atuação, como Relatora, em 8 (oito) processos administrativos incluídos em pauta de julgamento do Órgão Especial e em 3 (três) processos administrativos incluídos em pauta de julgamento do Tribunal Pleno;

Abril:

- participação no evento "Projeto Conexão - Interligando Interesses para Solução de Conflitos";
- participação na cerimônia de inauguração do relógio doado ao Tribunal pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes;
- participação na posse do Dr. João Batista da Silva no cargo de Desembargador do Trabalho do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região,;
- participação, como presidente, em audiência de conciliação em Recurso de Revista;
- atuação, como Relatora, em 8 (oito) processos administrativos incluídos em pauta de julgamento do Órgão Especial;

Mai:

- agraciada com a Medalha da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho pelo Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região;
- palestra "Conciliando a Vida" proferida no Ciclo de Palestras do Programa Concilia Sorocaba;
- participação na abertura da 5ª Semana Nacional da Conciliação Trabalhista nesta Corte;
- participação, com mensagem de abertura, na 24ª Reunião Ordinária do Colégio de Ouvidores da Justiça do Trabalho, ocorrida na sede judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região;
- participação em reunião com a Presidente, Desembargadora Gisela Rodrigues Magalhães de Araujo e Moraes, com a Desembargadora Vice-Presidente Administrativa do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, Desembargadora Jucirema Maria Godinho Gonçalves, com a Desembargadora Ana Paula Pellegrina Lockmann e com o Juiz Auxiliar da Vice-Presidência Administrativa do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, Dr. Roberto Vieira de Almeida Rezende;
- participação em reunião com a Presidente, Desembargadora Gisela Rodrigues Magalhães de Araujo e Moraes, e o Presidente da AMATRA 15, Dr. César Reinaldo Offa Basile, juntamente com os Juizes Auxiliares da Presidência e da Vice-Presidência Administrativa: Dr. Alvaro dos Santos, Dra. Cristiane Montenegro Rondelli e Dr. Renato Henry Sant' Anna;
- participação em reunião com a Presidente, Desembargadora Gisela Rodrigues Magalhães de Araujo e Moraes, para tratar sobre a votação do Plenário, juntamente com o Secretário-Geral Judicial, Paulo Eduardo de Almeida, o Assessor da Vice-Presidência Administrativa, Paulo César Pinto da Silva, e o responsável pela Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação, Herbert Wittmann;
- participação, como presidente, da reunião da Comissão de Regimento Interno;
- participação, como presidente, da reunião da Comissão de Orçamento e Finanças;
- participação, como presidente, em audiência de conciliação em Recurso de Revista;
- participação, como coordenadora, da reunião da Comissão Gestora Regional do PROAD;
- atuação, como relatora, em 20 (vinte) processos administrativos incluídos em pauta de julgamento do Órgão Especial e em 1 (um) processo administrativo incluído em pauta de julgamento do Tribunal Pleno;

Junho:

- participação em reunião para escolha dos juízes convocados para atuação nas Câmaras deste Regional;
- participação, representando a Presidência do Tribunal, no café da manhã realizado na sede do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, em São Paulo;
- participação em reunião com a Presidente, Desembargadora Gisela Rodrigues Magalhães de Araujo e Moraes, com os Juízes Auxiliares da Presidência, Dr. Álvaro dos Santos e Dra. Cristiane Montenegro Rondelli, com o Juiz Auxiliar da Vice-Presidência Administrativa, Dr. Renato Henry Sant'Anna, com o Assessor da Vice-Presidência Administrativa, Paulo César Pinto da Silva e o com o Secretário Judiciário, Edson Lacir Donadon, para tratar da escolha dos juízes convocados para atuarem no 2º grau de jurisdição;
- participação em reunião do Comitê Gestor de Atenção Integral à Saúde de Magistrados e Servidores deste Tribunal com a Juíza do Trabalho Titular da 10ª Vara do Trabalho de Campinas, Dra. Rita de Cássia Scagliusi do Carmo, com o Secretário de Gestão de Pessoas, Gustavo Fachim, e com o Secretário de Saúde, Pericles Nazima;
- participação, como mediadora, no 1º Painel - "O trabalho do futuro e o impacto na saúde mental", no 19º Congresso Nacional de Direito do Trabalho e Processual do Trabalho do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, realizado em Paulínia;
- participação no 19º Congresso Nacional de Direito do Trabalho e Processual do Trabalho do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, realizado em Paulínia;
- atuação, como relatora, em 19 (dezenove) processos administrativos incluídos em pauta de julgamento do Órgão Especial e em 2 (dois) processos administrativos incluídos em pauta de julgamento do Tribunal Pleno;
- participação, como presidente, em audiência de conciliação em Recurso de Revista;

Julho:

- reunião, no exercício da presidência da Corte, com a presidente da Associação dos Advogados Trabalhistas de São Paulo (AATSP), Sarah Hakim, o ouvidor Francisco Alberto da Motta Peixoto Giordani, o juiz auxiliar da Vice-Presidência Administrativa do Tribunal, Renato Henry Sant'Anna, e os advogados Alessandra Christine Bittencourt Ambrogi de Moura, membro do Conselho Consultivo da AATSP, e Antônio Carlos Fernandes Jr, presidente da Confederação Nacional das Carreiras Típicas de Estado. Foram tratados assuntos de interesse das respectivas instituições, especialmente sobre evento de cunho científico de Direito Desportivo, que será realizado no Fórum Trabalhista de São Paulo, no período de 12 a 15 de agosto, com apoio do Tribunal Regional do Trabalho-15, e que terá como coordenador o desembargador Francisco Alberto da Motta Peixoto Giordani, com a participação da desembargadora Ana Paula Pellegrina Lockmann, coordenadora do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Disputas (NUPEMEC) da 15ª Região;
- participação em reunião do Comitê Gestor de Atenção Integral à Saúde de Magistrados e Servidores deste Tribunal com a Juíza do Trabalho Titular da 10ª Vara do Trabalho de Campinas, Dra. Rita de Cássia Scagliusi do Carmo, o Secretário de Gestão de Pessoas, Gustavo Fachim e o Secretário de Saúde, Pericles Nazima;
- participação em reunião com os Juízes Substitutos, Dra. Patrícia Maeda e Dr. Gothardo Rodrigues Van Buggenhout;
- participação em reunião com o Desembargador João Batista Martins Cesar, o Juiz Auxiliar da Vice-Presidência Administrativa, Dr. Renato Henry Sant'Anna, e o Juiz Titular da Vara do Trabalho de Piedade, Dr. Ronaldo Oliveira Siandela;

- concessão de entrevista, no exercício da Presidência desta Corte, ao Portal G1 Campinas e Região, sobre o balanço das ações trabalhistas no período de 2017/2018;
- participação em reunião com o Secretário-Geral Judicial, Paulo Eduardo de Almeida para tratar sobre a votação automatizada em Plenário;
- participação em reunião com o Presidente da AMATRA XV, Juiz César Reinaldo Offa Basile;
- participação em reunião com o Presidente da Subseção da OAB de Jacareí, Dr. Carlos Alberto Guerra;
- participação em reunião com o Juiz Substituto Dr. Pablo Souza Rocha e a Juíza Substituta Dra. Sofia Lima Dutra;

Agosto:

- participação em reunião com a Presidente, Desembargadora Gisela Rodrigues Magalhães de Araujo e Moraes, com a Juíza Auxiliar da Presidência, Dra. Cristiane Montenegro Rondelli, com o Juiz Auxiliar da Vice-Presidência Administrativa, Dr. Renato Henry Sant'Anna e com o Assessor da Vice-Presidência Administrativa, Paulo Cesar Pinto da Silva;
- abertura do Seminário: "As grandes contaminações e suas repercussões: as lições extraídas do caso de Paulínia", no Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, com a declamação do poema de sua autoria "Para gravar em cima", escrito para homenagear a memória, o tempo e o aprendizado das lições da vida e suas impressões;
- participação, como presidente, em audiência de conciliação em Recurso de Revista;
- palestra de encerramento do Encontro de Magistrados Vitalícios e Gestores de Unidades da 1ª Instância na Universidade Presbiteriana Mackenzie - Campus Campinas;
- participação no Simpósio "O Alcance da Justiça do Trabalho no Direito Desportivo" - Auditório do Fórum Trabalhista Ruy Barbosa - São Paulo/SP;
- participação, como presidente, de reunião da Comissão de Regimento Interno;
- atuação, como relatora, em 31 (trinta e um) processos administrativos incluídos em pauta de julgamento do Órgão Especial e em 2 (dois) processos administrativos incluídos em pauta de julgamento do Tribunal Pleno;

Setembro:

- agraciada com a Medalha da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho pelo Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região;
- participação, representando a Presidência do Tribunal, na posse do Ministro Emmanoel Pereira como Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em Brasília-DF;
- comparecimento à posse da Dra. Maria da Graça Bonança Barbosa no cargo de Desembargadora do Trabalho do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região;
- participação em reunião com a Juíza Substituta Patrícia Maeda;
- recepção, juntamente com a Presidente, Desembargadora Gisela Rodrigues Magalhães de Araujo e Moraes, aos representantes da "Rede Municipal Dr. Mário Gatti de Urgência, Emergência e Hospitalar";
- participação de reunião com a Presidente, Desembargadora Gisela Rodrigues Magalhães de Araujo e Moraes, e com os Presidentes das Câmaras para tratar da substituição dos juízes convocados;
- participação em reunião com a Presidente, Desembargadora Gisela Rodrigues Magalhães de Araujo e Moraes, e com a Diretora da EJUD, Desembargadora Maria

Inês Corrêa de Cerqueira César Targa, para tratar dos seguintes assuntos: Seminário Mackenzie; Congresso 2020; Seminário de Magistrados 2020; Curso de Oficiais de Justiça e Apresentação do Relatório do Curso de Desenvolvimento de Gestores - Área Administrativa;

- comparecimento à posse da Juíza do Trabalho Substituta, Dra. Larissa Rabello Souto Tavares Costa;

- participação em reunião com o Secretário de Saúde Pericles Nazima;
- participação da entrega de valores de acordo firmado em ação trabalhista entre o Ministério Público do Trabalho e a empresa Odebrecht no salão nobre da Presidência;

- participação, como presidente, da reunião da Comissão da Ordem do Mérito Judiciário;

- participação, como presidente, de reunião da Comissão de Regimento Interno;

- participação, como presidente, em audiência de conciliação em Recurso de Revista;

- atuação, como relatora, em 12 (doze) processos administrativos incluídos em pauta de julgamento do Órgão Especial e em 1 (um) processo administrativo incluído em pauta de julgamento do Tribunal Pleno;

Outubro:

- abertura, com a Presidente, Desembargadora Gisela Rodrigues Magalhães de Araujo e Moraes, do Encontro de Magistrados Vitalícios e Gestores de Unidades da 1ª Instância na Universidade Presbiteriana Mackenzie de Campinas;

- participação no "I Seminário Assédio Moral no Trabalho e Adoecimento no Judiciário Federal", realizado pelo Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (RJ);

- participação no Seminário "A Justiça do Trabalho e o seu papel no Combate ao Trabalho Infantil e no Incentivo à Aprendizagem", na Associação dos Advogados Trabalhistas de São Paulo;

- participação com a Desembargadora-Presidente, Dra. Gisela Rodrigues Magalhães de Araujo e Moraes, de visita ao Palácio da Justiça em São Paulo, seguida de almoço;

- participação em reunião com a Presidente, Desembargadora Gisela Rodrigues Magalhães de Araujo e Moraes, para tratar de assuntos internos do Tribunal;

- atuação, como presidente, em audiência de conciliação em Recurso de Revista;

- atuação, como relatora, de 10 (dez) processos administrativos incluídos em pauta de julgamento do Órgão Especial e de 2 (dois) processos administrativos incluídos em pauta de julgamento do Tribunal Pleno;

Novembro:

- recepção, juntamente com a Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, ao Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP), Desembargador Manoel de Queiroz Pereira Calças;

- abertura, com a Presidente, Desembargadora Gisela Rodrigues Magalhães de Araujo e Moraes, do Encontro de Magistrados Vitalícios e Gestores de Unidades da 1ª Instância na Universidade Presbiteriana Mackenzie de Campinas;

- participação, representando a Presidência do Tribunal, em solenidade ocorrida na Câmara Municipal de Campinas com entrega de honraria à Excelentíssima Desembargadora Ana Paula Pellegrina Lockmann;

- participação na 2ª Reunião de Análise da Estratégia 2019, referente ao exercício de janeiro a agosto;
- participação na solenidade de reinauguração da Sala de Conciliação e Mediação em Recurso de Revista no Edifício Sede Judicial deste Tribunal Regional do Trabalho;
- participação em reunião com a Presidente, Desembargadora Gisela Rodrigues Magalhães de Araujo e Moraes, a Secretária Judicial Substituta, Ednamara Aparecida Gonçalves Câmara, o Assessor da Vice-Presidência Administrativa, Paulo César Pinto da Silva, e o responsável pela Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação, Herbert Wittmann, para tratar de melhorias do sistema de votação automatizada em Plenário;
- participação em reunião com o Diretor-Geral, Adlei Cristian Carvalho Pereira Schlosser, o Assessor da Vice-Presidência Administrativa, Paulo César Pinto da Silva, o Assessor da Assessoria de Magistrados, Itamir Carlos Barcellos Junior, e o Assessor Bruno Hiroshi Kuae Neves, para tratar de assuntos relacionados à sessão do Tribunal Pleno e do Órgão Especial;
- participação em reunião com o Excelentíssimo Desembargador José Otávio de Souza Ferreira, o Juiz Auxiliar da Vice-Presidência Administrativa Renato Henry Sant'Anna, o Assessor da Vice-Presidência Administrativa Paulo César Pinto da Silva e o Assessor Bruno Hiroshi Kuae Neves, para tratar de assuntos relacionados à sessão;
- participação da entrega simbólica de doação de valores realizada pela Cooperativa de Profissionais da Área de Reciclagem do Brasil à Associação Amigos Unidos por Amor Contra o Câncer (AUPACC), referente a 10% do valor obtido com a reciclagem de 135 mil processos doados pelo TRT da 15ª Região, no salão nobre da Presidência;
- participação, como presidente, da reunião da Comissão de Assuntos Administrativos;
- atuação, como presidente, em audiência de conciliação em Recurso de Revista;
- atuação como relatora em 15 (quinze) processos administrativos incluídos em pauta de julgamento do Órgão Especial;

Dezembro:

- participação na posse do Dr. Fábio Bueno de Aguiar e do Dr. Orlando Amancio Taveira no cargo de Desembargador do Tribunal;
- recepção aos representantes da entidade Instituto Ingo Hoffmann, juntamente com a Presidente do Tribunal, Desembargadora Gisela Rodrigues Magalhães de Araujo e Moraes;
- participação, representando a Presidência do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, na posse dos novos membros do Corpo Diretivo do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região (SC);
- participação, representando a Presidência do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, na posse dos novos membros do Corpo Diretivo do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (MG);
- comparecimento à inauguração da nova galeria de ex-Presidentes do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região;
- participação em reunião com a advogada Cleide Gomes Ganancia para tratar de assuntos relacionados à conciliação em 2º grau.

4 - VICE-PRESIDÊNCIA JUDICIAL



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

VICE-PRESIDÊNCIA JUDICIAL

Egrégio Tribunal Pleno,

Em cumprimento ao disposto nos artigos 22, inciso XLI e 25-A, inciso IV, do Regimento Interno, a Vice-Presidência Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região apresenta o relatório das atividades desenvolvidas em 2019.

Campinas, 31 de janeiro de 2020.

TEREZA APARECIDA ASTA GEMIGNANI
Desembargadora do Trabalho
Vice-Presidente Judicial

VICE-PRESIDÊNCIA JUDICIAL

4.1 - RELATÓRIO

A Vice-Presidência Judicial, no ano de 2.019, foi presidida pela Excelentíssima Sra. Desembargadora Tereza Aparecida Asta Gemignani e contou com o auxílio da Juíza Daniela Macia Ferraz Giannini.

Nas férias da Desembargadora Vice-Presidente Judicial, a Exma. Desembargadora Olga Aida Joaquim Gomieri esteve no exercício da Vice-Presidência Judicial.

A Vice-Presidência Judicial conta com um quadro de quatro servidores, quais sejam, Evandro César Garcia Coelho (assessor), Evandro Rodrigues Bromati (chefe de gabinete), Tânia Zorat de Moraes (secretária) e Mariluci Dalbello (secretária).

O Assessor Econômico deste Regional, Sr. Roberto Guenji Koga, vinculado à Presidência deste E. Tribunal, participa das audiências de tentativa de conciliação e instrução em dissídios coletivos e das audiências de mediação e conciliação nas mediações pré processuais, exercendo a função de conciliador, habilitado pela Escola Judicial.

No ano de 2019 houve o auxílio neste gabinete dos servidores Diego de Faria Braga Chagas e Sônia Regina Orsi da Costa, ambos lotados no Gabinete da Desembargadora Tereza Aparecida Azta Gemignani, além de um estagiário.

Dentre as atividades atribuídas pela Vice-Presidência Judicial destacam-se as seguintes:

- a) contato inicial com os dissídios coletivos, análise dos pedidos liminares neles postulados e realização das audiências de tentativa de conciliação e instrução;
- b) apreciação de liminares postuladas em mandados de segurança, ações rescisórias e tutelas cautelares nas hipóteses de afastamento do relator originário e sem substituto;
- c) análise da admissibilidade dos recursos ordinários interpostos nos feitos de competência originária;
- d) análise da admissibilidade dos recursos de revista e das tutelas cautelares atinentes à atribuição de efeito suspensivo a esses apelos;
- e) realização de audiências referentes ao Projeto Conciliarr;
- f) apreciação de quaisquer incidentes processuais que ocorram nos processos de competência originária ou recursal após o seu julgamento e antes da remessa ao C. TST ou remessa ao Primeiro Grau de Jurisdição;
- g) atendimento às solicitações e orientações de natureza processual e assuntos diversos por parte dos demais setores do Tribunal;
- h) atendimento a advogados(as), partes e ao público externo;
- i) assessoria à Desembargadora Vice-Presidente Judicial no que couber.

4.2 - CONCILIAÇÕES - PROJETO CONCILIARR

No ano de 2019, a sala do Núcleo de Conciliações e Mediações em Recurso de Revista, localizada no 4º andar do edifício-sede deste Regional, por iniciativa da Vice-Presidente Judicial, desembargadora Tereza Aparecida Asta Gemignani, passou por reforma que incluiu pintura, troca de mobiliário e decoração, com o objetivo de criar um ambiente

mais harmonioso, propício ao diálogo, recebendo três mesas-redondas, todas equipadas com 1 (um) computador e 3 (três) monitores, onde foram realizadas, no ano de 2019, um total de 1937 audiências, o que representou um aumento significativo de 286% do número de audiências realizadas no ano anterior, quando foram feitas 676 audiências.

O Núcleo de Conciliações e Mediações em Recurso de Revista, sob o comando Desembargadora Vice-Presidente Tereza Aparecida Asta Gemignani no ano de 2019 contou com a notável colaboração da Desembargadora Aposentada Eliana Felipe Toledo, que, de forma voluntária, conjuntamente, com os Desembargadores Vice-Presidente Administrativo (Dra. Ana Amarylis Vivacqua de Oliveira Guia), Corregedor (Dr. Manuel Soares Ferreira Carradita), Vice-Corregedora (Dra. Maria Madalena de Oliveira), e do Juiz Auxiliar da Vice-Presidência Administrativa (Dr. Renato Henry Sant'Anna), na realização dessas audiências, assim com a valiosa coordenação da servidora Tânia Zorat de Moraes (Gabinete da Vice-Presidência Judicial) e a participação das servidoras Mariluci Dalbello (Gabinete da Vice-Presidência Judicial) e Sônia Regina Orsi da Costa (Gabinete da Desembargadora Tereza Aparecida Asta Gemignani), que somaram esforços para que pudessem ser atingidos expressivos resultados, promovendo a composição dos conflitos pela rápida solução dos processos.

A pedido das partes ou após seleção realizada pelo Gabinete da Vice-Presidência Judicial, foram realizadas audiências de mediação e conciliação em processos que se encontram no Regional, pendentes de análise de recurso de revista, ou que, após o despacho denegatório, ainda não baixaram à Vara do Trabalho de origem.

No ano de 2019, as audiências apresentaram os seguintes resultados:

DESIGNADAS	REALIZADAS	CONCILIADOS	VALOR	% ACORDO
1953	1937	638	76.483.803,15	32,9%

4.3 - COMISSÃO DE GERENCIAMENTO DE FLUXO PROCESSUAL

A Comissão de Gerenciamento de Fluxo Processual foi composta pelos Desembargadores Edmundo Fraga Lopes, Francisco Alberto da Motta Peixoto Giordani, Helcio Dantas Lobo Junior e presidida pela Desembargadora Vice-Presidente Judicial Tereza Aparecida Asta Gemignani.

Foi realizada reunião da Comissão no dia 19/11/2019, tendo sido objeto de discussão o requerimento formulado pelo Desembargador Jorge Luiz Souto Maior no PROAD nº 12407/2019, acerca da compensação de processos distribuídos no período de 1/12/2017 a 11/03/2019.

Na ocasião foi aprovada a proposta da Comissão no sentido do indeferimento do pedido de compensação de processos.

4.4 - COMISSÃO DE PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO

A Comissão de Preservação da Memória da Justiça do Trabalho foi composta pelos Desembargadores Edmundo Fraga Lopes, Maria Madalena de Oliveira, Francisco Alberto da Motta Peixoto Giordani, Hécio Dantas Lobo Junior, José Carlos Ábile e presidida pela Desembargadora Vice-Presidente Judicial Tereza Aparecida Asta Gemignani.

Na reunião ordinária do dia 11/4/2019 foram analisados pedidos de autorização de eliminação de autos findos, Processos: 21707/2018, 14155/2018, 17173/2018, 21114/2018, 14146/2018, 14366/2018, 20991/2018, 14289/2018, 991/2019, 1039/2019, 1046/2019 e 6078/2019, tendo sido aprovados os pareceres no sentido da eliminação.

Em seguida, foi submetido e aprovado pela Comissão o Anteprojeto para realização de exposição no CMAC sobre o trabalho dos três Comitês do TRT da 15ª região que lutam pela garantia de direitos sociais.

Posteriormente, foi aprovada a utilização da ferramenta que possibilita a aposição do Selo Histórico digital no PJE, como forma de identificação e atribuição de valor histórico a processos do sistema PJE, mediante a inserção de selo, em conformidade com as Resoluções Administrativas nº 2/2003, 9/2013 e Ato Regulamentar GP/VPJ nº 01/2009 do TRT15 .

Foi consignado pela Desembargadora Vice-Presidente Judicial Tereza Aparecida Asta Gemignani que no Dissídio Coletivo de Greve nº 005200-82.2019.5.15.0000, durante a audiência de conciliação as partes firmaram acordo, que dependia de aprovação da assembleia dos trabalhadores para encerramento do movimento paredista. A comunicação com a categoria, que estava reunida na porta da fábrica, distante da cidade de Campinas, foi feita por meio de *whatsapp*, com imediata realização da assembleia, que aprovou o acordo por aclamação e encerrou a greve, o que foi acompanhado por todos que estavam presentes à audiência.

Os membros da Comissão também analisaram a especificidade deste processo à luz do disposto no art. 216, § 2º, da Constituição Federal, que atribui à Administração Pública a competência pela gestão da documentação oficial e a tomada de medidas destinadas a franquear sua consulta a quantos dela necessitarem, assim como a Lei nº 8.159/1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados.

Também foi considerado pelos membros da Comissão o *procedimento para atribuição do Selo Histórico* previsto no Manual elaborado pelo CNJ, consultado pelo link: “https://pje.csjt.jus.br/manual/index.php/Selo_Hist%C3%B3rico”.

Baseados em tais parâmetros, assim como o constante do inciso VII do § 3º do art. 11 da Resolução Administrativa nº 9/2013 e Ato Regulamentar GP/VPJ nº 1/2009 do TRT15, foi aprovada pela Comissão a aposição do Selo Histórico Digital no Dissídio Coletivo de Greve nº 005200-82.2019.5.15.0000.

4.5 - COMISSÃO DE JURISPRUDÊNCIA

A Comissão de Jurisprudência do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, composta pela Excelentíssima Desembargadora Tereza Aparecida Asta Gemignani, presidente da Comissão e pelos Excelentíssimos Desembargadores do Trabalho, representantes das Câmaras: Olga Aida Joaquim Gomieri (1ª Câmara), Wilton Borba Canicoba (2ª Câmara), Antonia Regina Tancini Pestana (3ª Câmara), Rita de Cássia Penkal Bernardino de Souza (4ª Câmara), Ana Paula Pellegrina Lockmann (5ª Câmara), Jorge Luiz Souto Maior (6ª Câmara), Renan Ravel Rodrigues Fagundes (7ª Câmara), Erodite Ribeiro dos

Santos (8ª Câmara), Maria Inês Corrêa de Cerqueira César Targa (9ª Câmara), Fábio Grasselli (10ª Câmara) e Luiz Felipe Paim da Luz Bruno Lobo (11ª Câmara).

Resumo de atividades realizadas pela Comissão de Jurisprudência no ano de 2019:

Na reunião realizada em 27/3/2019, foram apreciados os seguintes incidentes:

1) ARGUIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE

ArgInc 0008750-22.2018.5.15.0000

PROCESSO: 0000218-35.2011.5.15.0152 AP – 4ª Câmara, 2ª Turma

1º Agravante: Denivaldo de Souza

2º Agravante: Banco do Brasil SA

- deliberação: referendar o parecer que reconheceu a inconstitucionalidade arguida, aprovada a proposta de redação de Súmula.

2) ARGUIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE

ArgInc 0005021-51.2019.5.15.0000

PROCESSO: 0010490-82.2017.5.15.0086 – 1ª Câmara, 1ª Turma

1º RECORRENTE: Valdir Aparecido Bregantin

2º RECORRENTE: Município de Santa Bárbara D'Oeste

- deliberação: A Comissão opinou pela extinção do feito sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, VI, do CPC.

3) ARGUIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE

ArgInc 0008426-32.2018.5.15.0000

PROCESSO: 0011341-41.2016.5.15.0124 – 8ª Câmara, 4ª Turma

RECORRENTE: Município de Avanhandava

RECORRIDA: Iara Aparecida Codina Leite

- deliberação: referendar o parecer que reconheceu a inconstitucionalidade arguida, aprovada a proposta de redação de Súmula.

4) INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA

IUJ 0006953-11.2018.5.15.0000

PROCESSO: 0000275-16.2012.5.15.0056

RECORRENTE: Rui Araújo

RECORRIDO: Supermercado Rastelão Ltda.

- deliberação: referendar o parecer com a aprovação da proposta de redação de Súmula.

Por fim, os desembargadores deliberaram que a Comissão de Jurisprudência terá como quórum de instalação e deliberação o mínimo de 7 membros.

Na reunião realizada em 4/09/2019 foram analisados os seguintes processos:

5) ARGUIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE

ArgInc 0005076-02.2019.5.15.0000

PROCESSO: 0010368-76.2018.5.15.0137 - 1ª Turma/1ª Câmara

RECORRENTE: ERITON CARLOS GOMES BORGES

RECORRIDO: NOBRE ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA.

- deliberação: referendar o parecer, no sentido da rejeição da arguição de inconstitucionalidade, vencido o Desembargador Jorge Luiz Souto Maior

6) ARGUIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE

ArgInc 0008115-41.2018.5.15.0000

PROCESSO: 0012374-58.2016.5.15.0062 – 1ª Câmara, 1ª Turma

RECORRENTE: JBS SA

RECORRIDO: MARCOS ANTONIO CARLOS

- deliberação: referendar o parecer, com o acolhimento parcial da arguição de inconstitucionalidade e aprovação da proposta de redação de Súmula, vencida a Desembargadora Olga Aida Joaquim Gomieri.

7) ARGUIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE

ArgInc 0007922-26.2018.5.15.0000

PROCESSO: 0011061-62.2016.5.15.0062 – 4ª Câmara, 2ª Turma

RECORRENTE: LEANDRO APARECIDO TRINDADE

RECORRENTE: JBS SA

- deliberação: referendar o parecer pelo não conhecimento do Incidente de Arguição de Inconstitucionalidade, vencido o Desembargador Jorge Luiz Souto Maior.

8) ARGUIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE

ArgInc 0006823-84.2019.5.15.0000

PROCESSO: 0013111-66.2017.5.15.0049 – 1ª Câmara, 1ª Turma

RECORRENTE: BRUNO WILLIAN CALABRESI MOREIRA

RECORRIDO: MARCELO ISAIAS DO VALE

9) JULGAMENTO EM CONJUNTO COM A

ArgInc 0006823-84.2019.5.15.0000:

10) ARGUIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE

ArgInc 0007176-27.2019.5.15.0000

PROCESSO: 0013111-66.2017.5.15.0049 – 1ª Câmara, 1ª Turma

RECORRENTE: FLAUDEMIR BOARROLI

RECORRIDA: METALURGICA GIRASSOL EIRELI

- deliberação: referendar o parecer pelo conhecimento do Incidente de Arguição de Inconstitucionalidade e, no mérito, pela sua rejeição, vencido o Desembargador Jorge Luiz Souto Maior.

Na reunião realizada em 27/11/2019 foram analisados os seguintes processos:

1) ARGUIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE

ArgInc 0007180-98.2018.5.15.0000

PROCESSO: 0012348-02.2014.5.15.0007 – 11ª Câmara, 6ª Turma

RECORRENTE: JEFERSON ALEXANDRE ESTOQUE

RECORRENTE: GETEL TRANSPORTE S/A

- deliberação: suspensão do Incidente de Arguição de Inconstitucionalidade até o julgamento dda ADI 5322 pelo STF.

2) ARGUIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE

ArgInc 0008019-89.2019.5.15.0000

PROCESSO: 0011064-33.2017.5.15.0110 – 6ª Câmara, 3ª Turma

RECORRENTE: MUNICÍPIO DE UNIÃO PAULISTA

RECORRIDA: RITA DE CÁSSIA SOUZA PUGA

- deliberação: adiamento do Incidente de Arguição de Inconstitucionalidade

para estudos.

3) ARGUIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE

ArgInc 0008292-68.2019.5.15.0000

PROCESSO: 0011773-59.2018.5.15.0037 - 3ª Turma/6ª Câmara

RECORRENTE: JOSÉ LUIS VENTURINI

RECORRIDO: SECOL-MIX CONCRETO E ARGAMASSA LTDA

RECORRIDO: SECOL EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA

RECORRIDO: SECOL-MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA

RECORRIDO: SOLUÇÃO ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA.

RECORRIDO: SP GERAÇÃO PARTICIPAÇÕES LTDA

- deliberação: suspensão do Incidente de Arguição de Inconstitucionalidade até

o julgamento da ADI 5322 pelo STF.

4) INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDENCIA

IUJ 0005234-91.2018.5.15.0000

PROCESSO: 001123-64.2013.5.15.0089 – 9ª Câmara, 5ª Turma

RECORRENTE: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E
TELÉGRAFOS

RECORRENTE: DJALMA JOSÉ DE OLIVEIRA

- deliberação: referendar o parecer pelo não processamento do Incidente de
Uniformização de Jurisprudência

5) INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS

IRDR 0007108-77.2019.5.15.0000

PROCESSO: 0011733-61.2018.5.15.0010 – 11ª Câmara / 6ª Turma

RECORRENTE: NATÁLIA PONTES

RECORRENTE: MUNICÍPIO DE SANTA GERTRUDES

- deliberação: referendar o parecer no sentido do cabimento do Incidente de
Resolução de Demandas Repetitivas.

6) INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS

IRDR 0007638-81.2019.5.15.0000

PROCESSO: 0010622-98.2018.5.15.0153 – 7ª Câmara / 4ª Turma

RECORRENTE: HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE
MEDICINA DE RIBEIRÃO PRETO-USP

RECORRENTE: EDNA MÁRCIA DA CUNHA FERREIRA

- deliberação: referendar o parecer pelo não cabimento do Incidente de
Resolução de Demandas Repetitivas.

4.6 - NUGEP - NÚCLEO DE GERENCIAMENTO DE PRECEDENTES

No ano de 2.019 foram realizadas várias reuniões com a finalidade de implementar, em definitivo, no âmbito deste E. Tribunal, o Núcleo de Gerenciamento de Precedentes (NUGEP), criado com a edição da Resolução Administrativa n. 9, de 16/3/2017.

Na reunião do dia 25/1/2019, foi definida a composição do NUGEP para o biênio 2018/2020, sendo sua coordenação realizada pela Juíza Auxiliar da Vice-Presidência Judicial, Dra. Daniela Macia Ferraz Giannini, e composto por 4 servidores, sendo: Evandro César Garcia Coelho, Assessor da Vice-Presidência Judicial, Antônio Carlos Betanho, Coordenador de Estatística e Pesquisa, Herbert Wittmann, Secretário de Tecnologia da Informação e Telecomunicações e Diego de Faria Braga Chagas, Secretário de Gabinete, a quem caberá a organização dos trabalhos entre os servidores.

Após oitiva atenta das informações apresentadas pelo Sr. Herbert Wittmann acerca do teor das reuniões anteriormente realizadas quanto à implantação definitiva do NUGEP, com objetivo de conhecer melhor as funcionalidades do Sistema NUGEP, as Exmas. Magistradas sugeriram que o Sr. Diego entrasse em contato com o Servidor Paulo Henrique Caruso Pazzianotto Pinto (administrador do sistema na gestão anterior), para melhor contextualizá-lo sobre o gerenciamento do sistema e a correta forma de lançamento dos dados.

Na reunião realizada no dia 19/3/2019, foi informado pelo Sr. Diego a produtiva reunião que teve com o Servidor Paulo Henrique Caruso Pazzianotto Pinto, que demonstrou de forma bem didática todo o funcionamento do Sistema NUGEP, solicitando junto ao Serviço de Informática a inserção do Diego com o administrador do sistema.

Restou evidenciando a importância de um estudo constante e atualizado da Legislação pertinente, as Resoluções do CNJ, bem como o manuseio diário do sistema, para se familiarizar com o layout do programa, registrar uma quantidade razoável de processos para averiguar o comportamento e eventuais inconsistências no lançamento dos dados, fatores primordiais nessa fase de homologação (testes), que antecede a implantação definitiva do sistema.

O Sr. Diego distribuiu cópia e indicou aos integrantes do NUGEP a leitura e compreensão da Resolução nº 235/2016 do CNJ e da Resolução Administrativa nº 9/2017 deste Tribunal, com o intuito de identificar precisamente todos os dados que devem ser informados ao CNJ e no site do Tribunal.

Os Srs. Herbert e Betanho colocaram-se à disposição para sanar eventuais dúvidas pertinentes, respectivamente, aos setores de Informática e Estatísticas/ E- Gestão, bem como sugeriram manter contato com o pessoal do PJE, pois a comunicação entre os sistemas é muito próxima tendo em vista o grande fluxo dos dados processuais.

As Exmas. Magistradas, acompanhadas pelos Srs. Evandro e Diego, sugeriram a reflexão sobre a forma de implantação do NUGEP no âmbito deste E. Tribunal, momento em que os demais membros apontaram a complexidade de tal atividade, o que demandaria a adoção de uma metodologia integrativa com os principais setores envolvidos nesse processo, ocasião em que o Sr. Diego se propôs a questionar os demais TRT's usuários do referido sistema acerca da logística adotada, métodos de comunicação, implantação, eventuais treinamentos, em busca de soluções paradigmas.

Na reunião realizada no dia 11/4/2019, continuidade às tratativas de implantação do NUGEP neste E. Tribunal, avaliação dos resultados obtidos nos testes de funcionamento do sistema e análise das medidas adotadas pelos demais Tribunais Regionais do Trabalho.

Em relação às demandas supramencionadas, o Sr. Diego relatou problemas de ordens técnicas nos parâmetros de configuração do NUGEP:

- a) acesso negado com login e senha (autenticação);
- b) falha na pesquisa no Banco Nacional de Precedentes do CNJ;
- c) desatualização da listagem de Desembargadores e Órgãos Julgadores do Tribunal;
- d) falha na Interoperabilidade entre o NUGEP e o PJE, a integração com o PJE 1º e 2º graus não funciona para fins de cadastramento dos processos, comando crítico e fundamental de preenchimento automático das informações básicas dos autos;
- e) alguns webservices cadastrados no sistema estavam desatualizados, refletindo em erros de leituras de alguns comandos;
- f) Job de execução não está funcionando, comando elementar, assemelha-se a um “robô” que roda automaticamente durante a madrugada, capturando todos os movimentos de suspensão/sobrestamento dos processos, agrupando-os no sistema na categoria de “Processos Pré-Cadastrados” que, posteriormente são analisados individualmente para fins de registro ou não no sistema;

Em relação às referidas inconsistências, o Sr. Diego informou a abertura de chamado interno junto à TI deste. E Tribunal, circunstância que resultou na criação de um Grupo Específico de Trabalho no “Google Hangouts”, integrando servidores dos diversos setores que compõe a estrutura da Secretaria de Tecnologia do Tribunal, dentre elas: Coordenadoria de Atendimento ao Usuário, Sistemas Corporativos de Infraestrutura de TIC, Administração de Banco de Dados. Os aludidos setores têm se empenhado muito para solucionar esses problemas, fazendo a reconfiguração do sistema, atualizando os links e os testes respectivos.

Pertinente à interoperabilidade, o Sr. Diego informou contato frequente com o Servidor Augusto, responsável pelo NUGEP e Fabiano, Desenvolvedor desse programa, ambos servidores do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região, que estão auxiliando via telefone quanto à configuração e celebração de convênio no PJE, tendo em vista algumas peculiares práticas que destoam do procedimento descrito no manual da referida aplicação.

A configuração dessa comunicação entre os sistemas foi realizada pela Servidora Massaco, responsável pelo PJE, que se reunirá com o Servidor Diego no dia 15/04/19, para limpar os caches dessa configuração, repetir os procedimentos e realizar novos testes, auxiliados pela TI do Tribunal e os servidores supracitados

O contato com todos os TRT's que utilizam o Sistema NUGEP foi muito produtivo, houve um denso compartilhamento de informações e metodologias adotadas:

- a) cartilhas de instrução, ofícios e emails direcionados aos Gabinetes e Varas do Trabalho, informando sobre as suspensões dos processos, a correta forma de registrar os dados e operar o sistema;
- b) parcerias com as Corregedorias, por intermédio da confecção de Provimentos, com o objetivo de enfatizar e padronizar os lançamentos corretos no PJE para fins de captura, pelo NUGEP, dos movimentos de sobrestamento; bem como com as Comissões de Jurisprudência e Secretarias do Plenos, tendo em vista a pertinência temática das atividades e Escola Judicial, caso optem treinamentos presenciais ou à distância;
- c) advertiram para a fiscalização constante dos dados registrados, pois são enviados ao CNJ diariamente, compõe a pontuação do Prêmio de Qualidade instituído pelo referido Órgão e são passíveis de Correição pelo C.TST;

d) determinados Tribunais não abriram acesso ao sistema às unidades, concentrando em 2º Instância as atividades de análise dos processos a serem ou não registrados, no entanto, analisam tal concessão e expansão para a 1º Instância.

e) ressaltaram o importante auxílio que os setores de Informática e do PJE fornecem para a manutenção e reparação de inconsistências no NUGEP;

Todos esses apontamentos foram profundamente debatidos pelos membros, feitas pontuações técnicas pelo Sr. Herbert e Betanho. Deliberou-se aguardar a resolução das inconsistências para dar prosseguimento aos testes para migração da fase de Produção do sistema, sendo informado pelo Sr. Diego, o desenvolvimento de um vídeo instrucional sobre o NUGEP, que será apresentado na próxima reunião.

Na reunião realizada no dia 29/05/2019, foi relatado pelo Sr. Diego que todas as inconsistências apresentadas na reunião anterior foram solucionadas, bem como a identificada no site do Regional (relacionada às informações do NUGEP, no termos da Resolução nº 235/2016 do CNJ), resultado que precedeu a um trabalho intenso dos setores envolvidos, afirmando que a fase de testes encontra-se encerrada, o que propiciará a migração para o módulo de Produção.

O Sr. Herbert disse que diligenciará junto aos setores competentes para levantar as informações necessárias para a referida migração do sistema, que ocorrerá em paralelo a nova versão do PJE, circunstância que tem ocasionado uma concentração de esforços de toda equipe da STIC.

Em prosseguimento, o Sr. Diego apresentou um vídeo Instrucional de aproximadamente 10min, confeccionado para apresentar o NUGEP, demonstrando o funcionamento, forma de lançamento, registro, manutenção, gerenciamento dos dados, formas de pesquisa, relatórios, interoperabilidade com o PJE, modo de captura dos movimentos e envio dos dados ao CNJ.

A reunião do dia 11/07/2019 foi solicitada pelo Sr. Herbert para informar inexistir impeditivo técnico para liberação do módulo de produção e discorrer acerca dos impactos que a migração do NUGEP ocasiona no Tribunal e no PJE, informando a necessidade de formalizar um pedido de Autorização para Implantação do Sistema NUGEP em ambiente de Produção no PJEKZ, enviando Ofício ao Comitê Regional do PJE, sob a Presidência do Exmo. Desembargador Luiz Antônio Lazarim.

Questionou ainda se o acesso ao NUGEP seria concedido aos Gabinetes e Varas do Trabalho, manifestando preocupação caso a resposta fosse positiva, tendo em vista a ausência de capacitação dos demais envolvidos, comunicação com a Corregedoria e publicidade aos demais membros do Comitê do PJE deste E. Tribunal.

As Exmas. Dra. Tereza e Daniela, agradeceram a pertinência das dúvidas e esclareceram que inicialmente o NUGEP ficará restrito ao 2º grau e gerenciado apenas pelo Sr. Diego, operacionalizando os dados da 1º e 2º Instâncias, eventual expansão para outras unidades será amadurecida a posteriori, tendo em vista a necessidade de analisarmos, inicialmente, a demanda gerada no módulo de produção.

A Exma. Dr. Tereza solicitou que o Diego redigisse o aludido ofício, bem como informou que entraria em contato com o Dr. Lazarim e Sr. Herbert também se reuniria com ele assim que o ofício chegasse ao Comitê do PJE, para esclarecer eventuais dúvidas sobre o sistema.

4.7 - PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO

Durante o ano de 2019, a Vice-Presidência Judicial, por meio do sistema PJE, continuou a realizar diversas atividades que antes eram feitas pelas Secretarias.

Em relação à Seção de Dissídios Coletivos, tais atividades englobaram a designação de audiências de instrução e conciliação, a intimação das partes para essas audiências, a minuta de despachos e de decisões e a secretaria das audiências.

Quanto às demais Especializadas e às Câmaras desse Tribunal, as funções ficaram restritas à análise de medidas liminares, quando ausente o relator, sem substituto, e dos pressupostos recursais, no caso de apresentação do recurso ordinário.

Abaixo, estão relacionados os resultados obtidos em 2019:

4.7.1 - Seção de Dissídios Coletivos

No âmbito da SDC deste E. Tribunal, foram apresentados 432 processos, dos quais 12 Ações Anulatórias de Cláusulas Convencionais, 5 Ações Rescisórias, 126 Mandados de Segurança, 78 Dissídios Coletivos, 34 Protestos, 7 Oposições, 7 Tutelas Antecipadas Antecedentes e 12 Tutelas Cautelares Antecedentes.

Dos 78 dissídios coletivos, 32 eram dissídios de greve e 46 de natureza econômica.

Dos 126 mandados de segurança, 15 eram de natureza coletiva e 111 de natureza individual.

Foram designadas pela Vice-Presidência Judicial 121 audiências de conciliação e instrução, tendo sido realizadas 104, que foram presididas pela Desembargadora Tereza Aparecida Asta Gemignani e, nas férias desta, pela Desembargadora Olga Aina da Joaquim Gomieri.

Com exceção dos pedidos de desistência e dos casos em que as negociações não se encerram, foi obtida a conciliação em 33 dissídios coletivos dos 75 dissídios coletivos cujas tratativas de negociação se encerram, o que representa um percentual de 44% de acordo.

Em sede de mediação pré processual, foram apresentados 105 pelos interessados requerimentos de mediação, tendo sido designadas 87 audiências de aproximação, tendo sido realizadas 72 audiências e excetuados os casos em que as tratativas não se encerraram, foi obtido acordo em 39 casos, o que representa 54% dos pedidos de mediação.

Houve concessão de 7 liminares, a expedição de 322 despachos e 418 decisões.

Houve 64 execuções de custas, nos moldes do disciplinado no art. 1º, do capítulo CUST da CNC.

4.7.2 - Tribunal Pleno, Órgão Especial, Outras Especializadas e Câmaras – Análise de Liminares

Foram apresentados 43 processos no perfil do Tribunal Pleno e do Órgão Especial e foram redistribuídos ao órgão competente.

Na 1ª Seção de Dissídios Individuais, 8 processos foram remetidos para a análise de medidas liminares, dos quais em 2 houve a concessão da medida, em 6 foi indeferido o pedido.

Já em relação à 2ª SDI, 62 processos foram remetidos para análise de liminares, dos quais em 4 houve a concessão da medida, em 58 foi indeferido o pedido.

Da 3ª SDI, foram remetidos 16 processos para análise de liminar, dos quais em 3 foi indeferido o pedido, 6 foram concedidos e 7 foi proferido despacho para regularização.

Em relação às Câmaras, foram remetidos 52 processos, em 8 houve a concessão da medida liminar, em 44 o indeferimento da pretensão.

4.7.3 - Despachos Admissibilidade Recursos Ordinários

Foram recebidos 398 processos para análise de admissibilidade de recurso ordinário; 359 foram recebidos e 39 tiveram o seguimento denegado. Dos recebidos, todos o foram apenas em seu efeito devolutivo.

4.8 - RECURSO DE REVISTA

No ano de 2019 foram interpostos 59.511 recursos de revista que, acrescidos aos anteriormente existentes, resultaram no encaminhamento de 95.476 processos.

Foram despachados 56.461 recursos, dos quais 46.976 apelos foram denegados e 9.485 admitidos, restando 1308 feitos para providências, conforme tabela abaixo:

ESPÉCIE	TOTAL
Saldo Inicial na Assessoria de Recurso de Revista em 31.12.2018	25.839
Recursos de Revista despachados	56.461
Recursos de Revista denegados	46.976 (83,3%)
Recursos de Revista admitidos	9.485 (16,7%)
Providências	1.308
Saldo na Assessoria de Recurso de Revista em 31.12.2019	25.822

Observações: Em 2019 foram despachados 34,85% a mais do que em relação ao ano anterior, apesar de ter sido registrado um aumento de 20,75% na interposição de novos recursos de revista no ano de 2019, em relação ao mesmo período do ano de 2018, esclarecendo que não houve acréscimo de funcionários no setor de Assessoria do Recurso de Revista.

Durante o ano de 2019, os servidores do gabinete da Desembargadora Tereza Aparecida Asta Gemignani foram designados para atuação junto à Assessoria do Recurso de Revista, quais sejam, Pedro Henrique Guedes Bueno (desde 15 de junho de 2019), Roberto Barbosa de Lima (desde 15 de junho de 2019), Mariana de Castro Rubiatti Torino (desde 15 de agosto de 2019), Glauco Moure Felício (desde 16 de setembro de 2019), Ana Paula Alonso Furtado (desde de 23 de setembro de 2019), Vivian Kaneblai Martins Costa Henriques (desde 18 de outubro de 2019) e Heidi da Silva (desde 18 de outubro de 2019).

Os servidores Rinaldo Pistolini e Marcius Augustos Aum Patrizi atuaram na elaboração dos despachos de admissibilidade de recurso de revista, nos períodos em que exerceram a função de assistente da Juíza Daniela Macia Ferraz Giannini.

Também auxiliaram a Assessoria de Recurso de Revista, em demandas relativas à fase preparatória dos feitos para análise do recurso de revista, os servidores: Diego de Faria Braga Chagas (Gabinete da Desembargadora Tereza Aparecida Asta Gemignani, Tania Zorat de Moraes (Vice-Presidência Judicial) e Mariluci Dalbello (Vice-Presidência Judicial).

4.9 - DISTRIBUIÇÃO – COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA E RECURSAL

I) Processos PJE

Foram distribuídos 117.081 processos de competência recursal das Câmaras, 25 feitos de competência recursal da 2ª Seção de Dissídios Individuais e 89 de competência recursal da Seção de Dissídios Coletivos (art. 47, XI), 3.175 processos de competência originária, sendo 871 da 1ª SDI, 1.302 da 2ª SDI, 570 da 3ª SDI e 343 da SDC e realizados 389 atos de distribuição pelo Vice-Presidente Judicial.

II) Processos Físicos – SAP/2º Grau

Foram distribuídos 2.398 processos físicos de competência recursal das Câmaras, 1 processo físico de competência recursal da 3ª Seção de Dissídios Individuais e 9 da Seção de Dissídios Coletivos (art. 47, XI, do Regimento Interno), realizados 209 atos de distribuição pelo Exmo. Desembargador Vice-Presidente Judicial.

4.10 - SECRETARIA JUDICIÁRIA

I) Processos PJE

A Secretaria Judiciária auxilia as atividades de competência do Gabinete da Vice-Presidência Judicial.

Em 2019, realizou a publicação de 81.971 despachos de admissibilidade de recurso de revista e de processamento de agravos de instrumento em recurso de revista, 30.979 baixas de processos eletrônicos às Varas de origem e procedeu a remessa, pelo Conector-PJe, de 37.180 processos com recursos de competência do TST.

Foram interpostos 36.692 (78,1 % dos despachos denegatórios) agravos de instrumento e remetidos 957 feitos ao Gabinete da Vice-Presidência Judicial com petições diversas para despacho.

II) Processos Físicos – SAP/2º Grau

Foram interpostos 2.253 (81% dos 2.766 despachos denegatórios publicados) agravos de instrumento em recursos de revista em processos físicos e remetidos, pela Seção de Processamento de Recursos, 2.551 processos digitalizados para a Assessoria de Recurso de Revista e 256 feitos ao Gabinete da Vice-Presidência Judicial com petições diversas para despacho.

A Seção de Processamento de Agravos de Instrumento remeteu, por meio do sistema e-remessa, 2.808 processos digitalizados com recursos de competência do TST, e encaminhados às Varas do Trabalho de origem 5.212 processos físicos julgados em 2ª Instância e transitados em julgado.

5 - CORREGEDORIA REGIONAL



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA

Egrégio Tribunal Pleno,

A Corregedoria Regional, em cumprimento ao disposto no inciso XLI do art. 22 do Regimento Interno, apresenta o relatório das suas atividades no ano de 2019.

MANUEL SOARES FERREIRA CARRADITA
Desembargador Corregedor Regional

CORREGEDORIA REGIONAL

5.1 - ATIVIDADES CORREICIONAIS

Foram realizadas correições ordinárias em todas as unidades judiciárias de 1º grau, a seguir elencadas:

Vara	Desembargador	Data
Adamantina	Manuel Soares Ferreira Carradita	4/4/2019
FT de Americana	Maria Madalena de Oliveira	4 e 5/6/2019
Amparo	Maria Madalena de Oliveira	23/4/2019
Andradina	Manuel Soares Ferreira Carradita	1/8/2019
Aparecida	Manuel Soares Ferreira Carradita	26/9/2019
FT de Araçatuba	Manuel Soares Ferreira Carradita	12 e 13/3/2019
FT de Araraquara	Maria Madalena de Oliveira	31/7 a 2/8/2019
Araras	Maria Madalena de Oliveira	21/11/2019
FT de Assis	Maria Madalena de Oliveira	16 e 17/7/2019
Atibaia	Manuel Soares Ferreira Carradita	19 a 21/2/2019
Avaré	Maria Madalena de Oliveira	9/10/2019
Barretos	Maria Madalena de Oliveira	10/4/2019
Batatais	Manuel Soares Ferreira Carradita	30/9/2019
FT de Bauru	Maria Madalena de Oliveira	25 a 29/3/2019
Bebedouro	Maria Madalena de Oliveira	11/4/2019
Birigui	Manuel Soares Ferreira Carradita	14/3/2019
Botucatu	Maria Madalena de Oliveira	10/10/2019
Bragança Paulista	Manuel Soares Ferreira Carradita	20/2/2019
Caçapava	Maria Madalena de Oliveira	5/12/2019
Cajuru	Manuel Soares Ferreira Carradita	3/10/2019

Vara	Desembargador	Data
1ª, 3ª, 5ª, 7ª, 9ª e 11ª e CEJUSC de Campinas	Manuel Soares Ferreira Carradita	21 a 25/10/2019
2ª, 4ª, 6ª, 8ª, 10ª e 12ª e Divisão de Execução e central de Mandados de Campinas	Maria Madalena de Oliveira	21 a 25/10/2019
Campo Limpo Paulista	Manuel Soares Ferreira Carradita	21/2/2019
Capão Bonito	Manuel Soares Ferreira Carradita	17/10/2019
Capivari	Maria Madalena de Oliveira	24/4/2019
Caraguatatuba	Manuel Soares Ferreira Carradita	5/9/2019
FT de Catanduva	Maria Madalena de Oliveira	7 e 8/8/2019
Cravinhos	Maria Madalena de Oliveira	27/8/2019
Cruzeiro	Manuel Soares Ferreira Carradita	24/9/2019
Dracena	Manuel Soares Ferreira Carradita	3/4/2019
Fernandópolis	Manuel Soares Ferreira Carradita	8/10/2019
FT de Franca	Manuel Soares Ferreira Carradita	1º e 2/10/2019
Garça	Manuel Soares Ferreira Carradita	8/4/2019
Guaratinguetá	Manuel Soares Ferreira Carradita	26/9/2019
Hortolândia	Manuel Soares Ferreira Carradita	30/4/2019
Indaiatuba	Maria Madalena de Oliveira	14/2/2019
Itanhaém	Manuel Soares Ferreira Carradita	5/11/2019
Itapetininga	Maria Madalena de Oliveira	11/6/2019
Itapeva	Manuel Soares Ferreira Carradita	15/10/2019
Itapira	Manuel Soares Ferreira Carradita	20/3/2019
Itápolis	Maria Madalena de Oliveira	6/8/2019
Itararé	Manuel Soares Ferreira Carradita	16/10/2019
Itatiba	Manuel Soares Ferreira Carradita	18/2/2019
Itu	Maria Madalena de Oliveira	12/2/2019

Vara	Desembargador	Data
Ituverava	Maria Madalena de Oliveira	15/10/2019
FT de Jaboticabal	Manuel Soares Ferreira Carradita	10 e 11/12/2019
FT de Jacareí	Maria Madalena de Oliveira	3 e 4/12/2019
Jales	Manuel Soares Ferreira Carradita	7/10/2019
FT de Jaú	Manuel Soares Ferreira Carradita	4 e 5/6/2019
José Bonifácio	Manuel Soares Ferreira Carradita	14/5/2019
1ª, 2ª, 3ª, 4ª, Divisão de Execução e CEJUSC de Jundiáí	Maria Madalena de Oliveira	11 a 14/11/2019
Leme	Maria Madalena de Oliveira	28/8/2019
FT de Lençóis Paulista	Manuel Soares Ferreira Carradita	18/11/2019
FT de Limeira	Manuel Soares Ferreira Carradita	26 a 28/2/2019
Lins	Manuel Soares Ferreira Carradita	16/5/2019
Lorena	Manuel Soares Ferreira Carradita	25/9/2019
FT de Marília	Manuel Soares Ferreira Carradita	9 e 10/4/2019
Matão	Maria Madalena de Oliveira	30/7/2019
Mococa	Maria Madalena de Oliveira	2/7/2019
Mogi Guaçu	Manuel Soares Ferreira Carradita	19 a 21/3/2019
Mogi Mirim	Manuel Soares Ferreira Carradita	21/3/2019
Olímpia	Maria Madalena de Oliveira	9/4/2019
Orlândia	Maria Madalena de Oliveira	17/10/2019
Ourinhos	Maria Madalena de Oliveira	18/7/2019
FT de Paulínia	Maria Madalena de Oliveira	2 e 3/4/2019
Pederneiras	Manuel Soares Ferreira Carradita	19/8/2019
Penápolis	Manuel Soares Ferreira Carradita	15/5/2019
Piedade	Maria Madalena de Oliveira	20/8/2019

Vara	Desembargador	Data
Pindamonhangaba	Manuel Soares Ferreira Carradita	5/12/2019
FT de Piracicaba	Manuel Soares Ferreira Carradita	6 a 8/8/2019
Pirassununga	Maria Madalena de Oliveira	29/8/2019
Porto Ferreira	Maria Madalena de Oliveira	17/6/2019
FT de Presidente. Prudente	Manuel Soares Ferreira Carradita	8 e 9/5/2019
Presidente Venceslau	Manuel Soares Ferreira Carradita	2/4/2019
Rancharia	Manuel Soares Ferreira Carradita	11/4/2019
Registro	Manuel Soares Ferreira Carradita	6/11/2019
FT de Ribeirão Preto	Manuel Soares Ferreira Carradita	10 a 14/6/2019
Rio Claro	Maria Madalena de Oliveira	18/6/2019
Salto	Maria Madalena de Oliveira	13/2/2019
Santa Bárbara D'Oeste	Manuel Soares Ferreira Carradita	28/2/2019
Santa Cruz do Rio Pardo	Maria Madalena de Oliveira	8/10/2019
FT de São Carlos	Maria Madalena de Oliveira	19 e 20/11/2019
São João da Boa Vista	Maria Madalena de Oliveira	4/7/2019
São Joaquim da Barra	Maria Madalena de Oliveira	16/10/2019
São José do Rio Pardo	Maria Madalena de Oliveira	3/7/2019
FT de São José do Rio Preto	Manuel Soares Ferreira Carradita	11 a 13/11/2019
FT de São José dos Campos	Maria Madalena de Oliveira	3 a 6/9/2019
São Roque	Maria Madalena de Oliveira	30/4/2019
São Sebastião	Manuel Soares Ferreira Carradita	4/9/2019
FT de Sertãozinho	Maria Madalena de Oliveira	5 e 6/11/2019
FT de Sorocaba	Manuel Soares Ferreira Carradita e Maria Madalena de Oliveira	4 a 8/2/2019
Sumaré	Manuel Soares Ferreira Carradita	2/5/2019

Vara	Desembargador	Data
Tanabi	Manuel Soares Ferreira Carradita	10/10/2019
Taquaritinga	Maria Madalena de Oliveira	5/8/2019
Tatuí	Maria Madalena de Oliveira	12/6/2019
FT de Taubaté	Manuel Soares Ferreira Carradita	3 e 4/12/2019
Teodoro Sampaio	Manuel Soares Ferreira Carradita	7/5/2019
Tietê	Maria Madalena de Oliveira	13/6/2019
Tupã	Manuel Soares Ferreira Carradita	2/8/2019
Ubatuba	Manuel Soares Ferreira Carradita	3/9/2019
Votuporanga	Manuel Soares Ferreira Carradita	10/10/2019

5.2 - INICIATIVAS IMPLEMENTADAS

5.2.1 - Execução do Planejamento Estratégico 2017/2021

Para consolidar as conquistas decorrentes da implementação do plano estratégico, e dar continuidades às ações planejadas, objetivou-se atender à missão de “Aprimorar a atuação da 1ª Instância, mediante fiscalização, orientação e parceria” ao longo desse terceiro ano do ciclo, 2019. Este papel institucional consiste na razão última da existência da Corregedoria Regional, segundo identificado pela própria equipe, e constitui a própria essência dos atos e decisões a serem adotadas. O norte, por sua vez, é dado pela Visão de Futuro que busca “Reduzir o congestionamento nas Unidades de 1º Grau” e representa a melhoria que se pretende alcançar com as ações planejadas.

Não sendo escopo deste relatório ponderar sobre a estratégia, tampouco quanto às perspectivas futuras da atuação correspondente, limitando-se ao relato das iniciativas implementadas em função do Planejamento Estratégico 2017/2021, seguem nos próximos tópicos todas as atividades efetivamente empreendidas, e abaixo o mapa das ações estratégicas correlatas.

• Quanto às ações de melhoria previstas para os projetos já em andamento:

- Comitê Regional do PJe
- Comitê Regional do e-Gestão
- APOIA 15 – Equipe de apoio à 1ª Instância
- Execução no PJe
- Leiloeiros no PJe
- Definição de Procedimento para Apuração de Atraso Reiterado
- Definição de critérios para o Acompanhamento de Produtividade de

Magistrados

- Aperfeiçoamento da Ferramenta para Apurar Atraso Reiterado
 - Análise de nomeação de Diretor de Secretaria
 - Acompanhamento de unidades a partir da nomeação de novo Juiz
- Titular
- Atualização das Correções Ordinárias
 - Fluxo para homologação de cálculos – Otimização da Fase de
- Liquidação
- Supervisão da divulgação do aplicativo JTe a advogados e partes
 - Projeto Parametrização do uso dos CHIPS – PJe Kz
 - Migração de processos físicos na fase de Conhecimento ao processamento eletrônico
- Quanto às novas ferramenta destinadas ao uso da primeira instância:
 - Sistema para utilização e divulgação de dados do IGEST
 - Acompanhamento das maiores variações no IGEST-Horus / e-SInCor
 - Utilização do JasperReports Server (*software* livre) como ferramenta de geração de relatórios
 - Transparência dos dados sobre auxílio julgamento/desvinculação ao público interno
 - Criar mecanismos para a leitura e reorganização de cenários de audiências e sentenças
- instância:
- Quanto aos novos projeto voltados à racionalização da primeira instância:
 - Efetividade da fixação
 - Atualização das Orientações do Corregedor
 - GARIMPO – Tratamento dos processos arquivados definitivamente com contas judiciais ativas
- de primeiro grau:
- Quanto às ações que propiciar meios de melhoria contínua nas unidades
 - Planejamento Tático do Núcleo de Pesquisa Patrimonial
 - Instalações do Núcleo de Pesquisa Patrimonial
 - Realização de investigações no âmbito do Núcleo de Pesquisa
- Patrimonial
- Manual de Pesquisa Patrimonial
 - Maratona de Pesquisa Patrimonial – Oficina de Pesquisa
 - Semana Nacional de Execução
 - Relatório de Idade Média
 - Implantação do Sistema Automatizado de Bloqueios Bancários (SABB)
 - Projeto de Incentivo e Acompanhamento – SABB
- Quanto à participação em ações de âmbito nacional:
 - Comunicação Estratégica Institucional
 - Revisão da Cartilha de Convênios
 - Rotinas de Atendimento – FAQ Corregedoria Regional do TRT 15
 - Personalização das Normas – Divulgação e Implementação de novas determinações

- Revisão do Regulamento Interno da Corregedoria
- Quanto às ações de incremento nas competências de Magistrados, Diretores e Servidores do primeiro grau
 - Capacitação da equipe da Corregedoria
 - Mapeamento e otimização das rotinas das Divisões de Execução
- Quanto às ações de promoção da Qualidade de Vida no Trabalho:
 - Acompanhamento interno dos servidores em teletrabalho
 - A escuta das Secretarias das Varas de melhores resultados
- Quanto às ações relacionadas à Visão de Futuro:
 - Autogestão Orientada
 - Cartas precatórias
 - Dicas da Corregedoria

5.2.2 - Capacitação da equipe da Corregedoria

Capacitação é uma providência central na formação de equipes produtivas. Por isso, cabe à Corregedoria observar criteriosamente a situação nas varas, para demandar cursos específicos à Escola Judicial (EJud) e assim também estimular a participação de servidores e magistrados não só nesses cursos mas também naqueles ordinariamente oferecidos.

Também a equipe da Secretaria da Corregedoria precisa estar devidamente capacitada para realizar suas atividades. Nesse sentido, sempre é estimulado que os servidores participem de capacitações oferecidas pela Escola Judicial, bem como pelo TST ou outros órgãos.

Os cursos com maior participação dos servidores da Corregedoria em 2019 foram:

- Auditoria Interna com Ênfase em Órgãos Públicos, realizado no IIA Brasil – Instituto dos Auditores Internos do Brasil (Brasília – DF)
- Como se formam e atuam as Equipes de Alto Desempenho, oferecido pela EJUD – TRT15
- Interligação CC, CEF e PJe, oferecido pela EJUD – TRT15
- Investigação Patrimonial por fontes abertas e restritas, oferecido pela EJUD – TRT15
- Sistemas para Pesquisa de bens e pessoas, oferecido pela EJUD – TRT15
- PJe 2.4.0 – 1º Grau – Abordagem Teórica, oferecido pela EJUD – TRT15
- Nivelamento dos Servidores do Poder Judiciário, oferecido pelo CNJ, via EaD

5.2.3 - Atualização das Correções Ordinárias

Por ocasião da posse do novo Corregedor e da nova Vice-Corregedora fez-se necessário atualizar as tarefas afetas à rotina dos trabalhos pré e pós correicionais, objetivando a otimização dos recursos humanos e do planejamento de trabalho da equipe responsável pelas pesquisas, da coleta dos dados automatizados e das pesquisas pré-correicionais, bem como melhoria das rotinas que acompanhavam o cumprimento das orientações e determinações da Corregedoria.

Já existia fluxo que era utilizado nos trabalhos pré e pós correicionais. Entretanto, haviam sido estabelecidos de acordo com o entendimento da gestão anterior, devendo ser revistos para atender às exigências do Corregedor e da Vice-Corregedora eleitos para o novo biênio.

Durante aquela gestão, a equipe de pesquisas pré-correição analisava, tanto na plataforma de processos físicos como na plataforma de processos eletrônicos, eventuais inconsistências ou ausência injustificada de andamento processual. Estes processos eram listados e descritos na Ata de Correição com a respectiva determinação para regularização.

Era feita também a análise dos dados obtidos automaticamente do sistema e-SinCor e de formulário respondido pelas Varas para verificação da conformidade e alinhamento de procedimentos da unidade.

Após a publicação da ata, o gestor da unidade deveria informar ao Corregedor ou à Vice-Corregedora, no prazo por eles concedido, as providências tomadas para correção de lançamentos e regularização de procedimentos. Ao receber esta resposta, a equipe de correição era incumbida da tarefa de checar se foram tomadas as providências necessárias para solucionar os problemas apontados.

Em razão da posse do novo Corregedor e da nova Vice-Corregedora para a gestão do biênio 2019/2020, como citado, foi efetuada a atualização das diretrizes e rotinas de trabalho a fim de atender às novas exigências, bem como realizar nova análise acerca das tarefas concernentes às Correições Ordinárias, para definir se seriam mantidas as ações em curso ou se seriam aplicadas novas ações de pesquisa e acompanhamento.

Além disso, em decorrência da migração de processos físicos para a plataforma eletrônica, bem como das atualizações de versão do PJe, mostrou-se necessário fazer a revisão e padronização dos procedimentos de preparação para as Correições com o objetivo de tornar mais efetiva a fiscalização. Foi tido por necessário, ainda padronizar e orientar a gestão dos processos nas Unidades de primeira instância, conforme o enfoque pretendido pelos Desembargadores, buscando a melhoria dos resultados.

Concluído o projeto, foi publicada a Ordem de Serviço 19/2018 – CR com as diretrizes do novo modelo de correição ordinária definido pelo Corregedor e pela Vice-Corregedora, tendo sido desenvolvida e disponibilizada ferramenta eletrônica (relatórios auxiliares no e-SInCor) para permitir que os gestores de primeiro grau pudessem passar a criar, junto com sua equipe, o Plano de Engajamento Coletivo (PEC), momento em que a situação da unidade deve ser analisada conjuntamente pelo gestor e toda a equipe, quando devem ser propostos planos para melhoria dos resultados observados. Também foram elaborados comunicados à primeira instância, com orientações sobre a compilação dos indicadores da unidade e a elaboração do plano de engajamento, a serem apresentados durante a correição ordinária. Importante destacar que a execução do PEC não é condicionada à aprovação pela Corregedoria. Assim, tão logo seja elaborado para a Correição Ordinária, seu início deve ser imediato, independentemente de eventuais solicitações para ajustes posteriores.

Na fase de pré-correição, a equipe da Corregedoria deverá analisar as determinações da última ata, bem como a evolução dos índices e indicadores de metas, fazendo um comparativo com o PEC apresentado. A pauta de audiências também poderá ser analisada brevemente.

No dia da Correição Ordinária, a unidade deve apresentar o PEC e as soluções que pretende aplicar. Após, o Corregedor exporá as orientações e diretrizes da Corregedoria para a solução dos problemas identificados pela unidade, de acordo com a pesquisa realizada na pré-correição.

Já a análise do plano e acompanhamento pós-correição da unidade foi dividida de acordo com a criticidade da unidade. Aquelas de alta criticidade devem ser analisadas 3 (três), 6 (seis) e 9 (nove) meses após a realização da correição ordinária, enquanto aquelas de menor criticidade após 4 (quatro) e 8 (oito) meses após o procedimento correicional. Nesse acompanhamento, os prazos para realizar as tarefas não serão estipulados pela Corregedoria, uma vez que fazem parte do PEC.

O projeto foi marcado pela mudança de paradigma com a implantação da nova metodologia de preparação para o ciclo correicional, com o fito de alcançar um novo modelo gerencial nas unidades, com foco nos resultados e de forma racional, buscando preservar o clima organizacional. A essência da mudança pretendida foi o desenvolvimento de uma nova postura dos servidores das unidades, marcada pela autorresponsabilidade, e que resulte em identificação, envolvimento e apropriação com relação os resultados alcançados, passando a ver de forma mais clara e concreta o efeito do trabalho realizado em um período.

Com a implantação desse projeto, a equipe responsável pelas pesquisas pré correicionais adquiriu ainda mais experiência na interpretação e compreensão dos elementos para acompanhamento de resultados já alcançados e os planejados pelas unidades correicionadas.

A análise da implantação do projeto e novo fluxo de trabalho para o atual período correicional revela que foi atingido o resultado pretendido de clara identificação das novas atividades e rotinas na seção responsável pelos trabalhos pré e pós correicionais, bem como aprimoramento daquelas já existentes e das pretendidas para o futuro, visando atingir maior efetividade.

5.2.4 - Atualização das Orientações do Corregedor

Diante das frequentes e necessárias atualizações das versões do PJe e dos normativos deste Regional, a Secretaria da Corregedoria constatou a imprescindibilidade da atualização das Orientações do Corregedor inseridas na Extranet – um compilado de informações que auxiliam e norteiam as equipes das unidades de 1ª instância nas rotinas de trabalho.

O projeto teve como objetivo facilitar a comunicação e o entendimento das normas e procedimentos, bem como sua aplicação prática, visando otimizar as rotinas de trabalho nas unidades de 1ª instância para alcançar a excelência da prestação jurisdicional. O projeto buscou, também, atualizar e produzir material para nortear a correta aplicação das normas e procedimentos, bem como a padronização mínima das atividades das unidades, respeitado o entendimento de cada Magistrado.

Além disso, diante da necessidade de adequação, este plano buscou atualizar e incrementar o material já disponível aos usuários. A compilação de informações em um único ambiente, além dos meios oficiais, teve por objetivo evitar o descumprimento por desconhecimento ou por dificuldade na busca das referências no portal do deste Regional.

Objetivou-se, ainda, o compartilhamento de conhecimento e a divulgação das boas práticas colhidas ao longo dos anos, além da transparência na comunicação, resultando, assim, na redução dos índices de inconsistências e de retrabalho.

Com o desenvolvimento do projeto, foi revisto e atualizado o material de orientação já existente, que foi disponibilizado apenas aos servidores e Magistrados deste Tribunal. Há, ainda, a previsão de manutenção de quadro mínimo de pessoal para continuidade das atualizações, permitindo que o material continue a ser utilizado.

Em resumo, foram seguidas as seguintes etapas: levantamento dos normativos que impactam na atualização do material de orientação, levantamento dos expedientes com

dúvidas frequentes sobre procedimentos e normativos, levantamento de alterações na versão do PJe que impactam na atualização do material de orientação, adaptação do material de divulgação, definição da periodicidade das atualizações do material, aprovação do material produzido e a disponibilização na extranet.

O projeto reviu e ampliou o material existente e representou mais uma iniciativa da Corregedoria para estreitar a comunicação com a primeira instância e facilitar o entendimento das normas e procedimentos estabelecidos pelo Corregedor. Buscou-se dar foco à aplicação prática dos normativos, além de estimular o compartilhamento de conhecimento e a divulgação das boas práticas aplicadas nas unidades de primeiro grau.

Ao final do projeto, verificou-se que os resultados buscados foram atingidos, em decorrência da reunião, em um único ambiente, das orientações e recomendações atualizadas, contendo os posicionamentos do Corregedor sobre as normas e procedimentos, com acesso concedido a todas as unidades de primeira instância, tendo por objetivo final atingir maior efetividade na prestação jurisdicional.

5.2.5 - Índice Nacional de Gestão de Desempenho (IGEST)

O Índice Nacional de Gestão do Desempenho da Justiça do Trabalho – IGEST foi desenvolvido pela Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho a partir do Mapeamento Global de Desempenho dos Tribunais Regionais do Trabalho da 3ª e da 15ª Regiões, bem como de estudos realizados pela Coordenadoria de Estatística e Pesquisa do Tribunal Superior do Trabalho, com o objetivo de contribuir para o aprimoramento da gestão das varas do trabalho do país.

Para tanto, como se constata do manual do referido sistema, foi elaborado um referencial numérico que sintetiza os mesoindicadores Acervo, Celeridade, Produtividade, Taxa de Congestionamento e Força de Trabalho, adotados em consonância com os objetivos judiciais do Plano Estratégico da Justiça do Trabalho 2015-2020: assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional, estimular a conciliação e as soluções alternativas de conflito e impulsionar as execuções trabalhistas e fiscais.

Os mesoindicadores são compostos por 13 indicadores construídos com base em 17 variáveis apuradas a partir de dados oficiais do Sistema e-Gestão dos últimos 12 (doze) meses anteriores à sua extração, referentes às varas do trabalho instaladas no país que estiveram em funcionamento durante todo o período de referência.

Ao refletir o desempenho de cada vara do trabalho, podendo ser contextualizado nos cenários nacional, regional ou municipal ou ainda conforme o porte ou a faixa de casos novos definida pela Resolução CSJT nº 63/2010, o Índice Nacional de Gestão do Desempenho da Justiça do Trabalho busca auxiliar as presidências, as corregedorias e as varas do trabalho na melhoria da efetividade da prestação jurisdicional combinada à força de trabalho disponível, revelando-se, dessa forma, importante ferramenta de gestão, sobretudo para aqueles Tribunais Regionais do Trabalho que não dispõem de metodologia própria para esse fim, com disponibilidade de acesso a todos os usuários do Sistema e-Gestão.

O IGEST continua sendo adotado pela Corregedoria no acompanhamento das unidades de primeira instância em substituição do MGD-Mapeamento Global de Desempenho, e seus dados passaram a compor as atas de correições ordinárias das unidades.

5.2.6 - Sistema para utilização e divulgação de dados do IGEST

Apesar de ter se mostrado uma importante ferramenta para leitura do cenário das unidades de primeira instância, foi observada uma dificuldade na realização de análises a curto prazo com base no IGEST, a saber: os relatórios são gerados pelo TST trimestralmente.

Além disso, considerando o novo modelo de Correição Ordinária iniciado em 2019, seria necessário que as unidades tivessem acesso a dados mais atualizados do IGEST para elaboração do Plano de Engajamento Coletivo – PEC, bem como também seria necessário saber quais processos eram computados no cálculo de cada um dos indicadores.

Buscando uma forma de obter os dados mensalmente, de forma análoga a que era feita com o MGD, o projeto teve como ponto de partida a ferramenta desenvolvida pelo TRT8, denominada “Horus”, que, seguindo as regras de negócio definidas pelo TST, calcula o IGEST mensalmente, consultando dados do e-Gestão.

Inicialmente, buscava-se a implantação do sistema “Horus” do TRT8 neste regional. Entretanto, em virtude da impossibilidade de adquirir o *software* necessário para tanto, optou-se por desenvolver ferramenta que desempenhasse o mesmo papel, mas utilizando *software* livre.

É importante destacar que todas as ferramentas desenvolvidas pela Corregedoria tem como premissa a utilização de *software* livre, não gerando custos adicionais à administração.

Em resumo, o desenvolvimento da ferramenta teve como objetivo principal permitir que as unidades de 1º grau tivessem, a partir de janeiro de 2019, fácil acesso aos processos considerados no cômputo dos índices do IGEST, bem com também a esses mesmos índices, de forma a permitir uma gestão mais eficiente da unidade e fornecer meios necessários à elaboração do Plano de Engajamento Coletivo – PEC.

O objetivo do projeto foi atingido e a ferramenta foi disponibilizada às unidades em 2019.

5.2.7 - Acompanhamento das maiores variações no IGEST-Horus / e-SInCor

Os índices nacionais estabelecidos por meio do IGEST foram incorporados à rotina de gestão das Unidades, direcionando as metas internamente firmadas e também como parâmetros de seu alcance.

Assim, para o acompanhamento institucional de desempenho, mostrou-se necessário criar também uma rotina de procedimentos na Corregedoria Regional para registro histórico e divulgação dos resultados de maior destaque: reconhecimento das Varas de maior evolução positiva no período, valorizando-se sua dedicação para um trabalho alinhado, e, por outro lado, identificação daquelas com mais preocupante elevação de criticidade – o que poderia nortear futuras ações.

Para realizar o acompanhamento, o projeto buscou estabelecer procedimentos para identificação das maiores variações de resultado – positivos e negativos – em determinado período. A partir dele, foi criada rotina de acompanhamento trimestral das 5 (cinco) unidades com melhor variação e das 5 (cinco) com variação negativa mais acentuada. Não necessariamente as Varas identificadas corresponderiam às melhores ou piores colocadas regionalmente no IGEST.

O fluxo previsto pelo projeto consistia em:

a) calcular a variação trimestral (período compatível com a divulgação dos Índices Nacionais pelo Tribunal Superior do Trabalho, na página do e-Gestão) dos resultados de cada uma das 153 Varas da 15ª Região, a partir dos dados disponíveis na ferramenta regional (IGEST-Horus/e-SInCor).

b) Identificar as 5 unidades que melhor ou pior variaram no trimestre.

c) No caso de variação positiva, divulgar o resultado como estratégia de reconhecimento e valorização, por meio de notícia no site do Tribunal.

d) Caso fosse observada variação negativa no trimestre, seria necessário registrar no Pedido de Providências de acompanhamento geral da Vara.

O objetivo do projeto era analisar a variação apenas do indicador IGEST, que representa um retrato geral das unidades, sem considerar individualmente os mesoindicadores, que são apropriados para medir o desempenho de tarefas e fases processuais específicas. Também é importante destacar a utilização de indicador padronizado nacionalmente, refletindo as diretrizes estratégicas da Justiça do Trabalho, em alinhamento com a Corregedoria-Geral.

Até o final de 2019, haviam sido realizadas 3 análises, considerando os seguintes períodos: dezembro/2018 a março/2019, março/2019 a junho/2019 e junho/2019 a setembro/2019.

Conforme previsto, os resultados positivos foram divulgados no site do Tribunal como forma de reconhecimento do trabalho alinhado. Os destaques positivos demonstram ser possível a melhora dos resultados independentemente da faixa de colocação (regional ou nacional). Da mesma forma, a elevação de criticidade (tanto de cada variável e indicador, como de modo comparativo nos mesoindicadores e resultado geral) também foi acompanhada, independentemente da posição no ranking global, já que a busca de melhoria contínua deve ser norteadora das estratégias e planejamentos em caráter geral.

Confirma essa visão sobre a possibilidade de evolução independentemente da colocação (ou de resultados anteriores), a observação de que as Varas de Capivari, Penápolis e 2ª Vara de Americana – destaques positivos no último período analisado – demonstraram sinais importantes de estarem revertendo a variação negativa destacada nos acompanhamentos anteriores, o que foi registrado como incentivo às equipes para ajustes e busca de melhores resultados.

5.2.8 - Análise de nomeação de Diretor de Secretaria

O Regimento Interno deste Regional, em seu artigo 29, inciso XXV, estabelece que compete ao Corregedor prestar informações nos processos de indicação de Diretores de Secretaria.

A fim de melhor fundamentar a informação prestada, foi implementado o procedimento em que os servidores nomeados eram convocados para participação em reunião presencial na sede da Corregedoria Regional. Nessa reunião eram apresentadas as diversas seções que compõem a Corregedoria e as atividades que desempenham.

Em complementação às atividades já estabelecidas surgiu o projeto em referência, que buscava identificar e criar ferramentas para detecção de eventuais lacunas nas competências exigidas do servidor nomeado para desempenhar as funções do cargo de forma efetiva e em sintonia com as técnicas modernas de gestão de pessoas e de processos de trabalho, promovidas nos últimos anos pela Corregedoria e os demais setores deste Tribunal.

Assim, esse projeto teve o objetivo de estabelecer um fluxo de trabalho com critérios objetivos para análise das competências apresentadas pelo servidor indicado para cargo de direção de secretaria e afins, com o objetivo final de elaboração de parecer pela Corregedoria.

Como resultado do projeto, foi publicada a Ordem de Serviço nº 18/2018-CR, que definiu parâmetros e procedimentos a serem observados pela Secretaria da Corregedoria para a elaboração de informação acerca da nomeação de servidor para ocupar cargo de diretor de secretaria.

Em resumo, em virtude do dever regimental da Corregedoria, o parecer elaborado passou a incluir a análise de informações obtidas da reunião com os indicados para

ocupar o cargo de Direção de Unidade de 1º Grau, quando além da apresentação das seções da Corregedoria, os indicados são convidados a responder uma série de perguntas que buscam refletir as competências desejadas do futuro gestor.

5.2.9 - Acompanhamento de unidades a partir da nomeação de novo Juiz Titular

A nomeação de novo Juiz titular na unidade, seja por promoção ou remoção, muitas vezes é acompanhada pela mudança no trio gerencial e/ou na gestão de processos e pessoas, podendo, assim, causar algum desalinhamento da competência gerencial e comprometer os resultados alcançados pela unidade.

Por esse motivo, buscando mitigar o desalinhamento prejudicial aos resultados da unidade, foi criado projeto para definir critérios para realizar o acompanhamento dos indicadores das varas.

Após os estudos e análises necessários, foi publicada Ordem de Serviço nº 15/2018 – CR, definindo parâmetros e procedimentos a serem observados pela Secretaria da Corregedoria, para acompanhamento de unidades de primeira instância no momento da nomeação de novo juiz titular, seja por promoção ou remoção. O acompanhamento tem como objetivo garantir que a vara envide esforços para que os índices sejam mantidos ou melhorados, podendo ser realizadas ações diversas de acordo com o resultado alcançado.

Conforme estabelecido pelo normativo, o termo inicial da análise ficou definido como sendo a data de posse do novo magistrado titular, sendo observados os seguintes indicadores: Índice Nacional de Gestão de Desempenho da Justiça do Trabalho – IGEST, Metas Nacionais e composição e duração da pauta de audiências.

Decorridos seis meses da posse, os dados apurados devem ser comparados com os dados do termo inicial.

Caso os índices do IGEST permaneçam semelhantes ou inalterados e a unidade se encontre na faixa intermediária de 50% (fundo azul claro e letras azuis) ou na faixa de 25% com desempenho mais satisfatório (fundo azul escuro) no Índice Nacional de Gestão de Desempenho – IGEST, o acompanhamento aguardará novo prazo de seis meses para conclusão. Caso a unidade esteja na faixa daquelas 25% com desempenho menos satisfatório (fundo na cor cinza) passará a ser acompanhada pela Corregedoria em procedimento particularizado.

Em caso de piora dos índices, será determinado que o Juízo manifeste-se acerca do resultado apurado, no prazo de dez dias, havendo possibilidade de apresentação de plano de engajamento coletivo pela Unidade, ou sua integração a projeto de apoio de primeira instância.

Caso identificada melhora nos índices, poderá ser exarado despacho reconhecendo os resultados obtidos.

Desse modo, o projeto foi concluído tendo sido estabelecido critério objetivo para a análise desejada. Durante o ano de 2019 foram realizadas 58 análises em 51 unidades.

5.2.10 - A escuta das Secretarias das Varas de melhores resultados

A comunicação a respeito das melhores práticas adotadas pelas unidades de primeira instância é etapa essencial para a plena análise da otimização de procedimentos pela Corregedoria e sua divulgação geral.

Conhecer medidas exitosas localmente contribui com a construção de orientações e direcionamentos voltados à evolução de todo o Regional, já que cada ação tomada pela Corregedoria pressupõe observação das particularidades das unidades para

atingir objetivos correspondentes ao cenário macro da instituição – mediante normativos ou projetos diversos que mantenham o alinhamento com o Planejamento Estratégico da Justiça do Trabalho.

Além disso, a verificação dos resultados já atingidos decorre de análise complexa que ultrapassa questões numéricas, estatísticas, mas compreende também informações multilaterais – dentre as quais, aquelas trazidas pelos servidores das diversas localidades.

Assim, a participação dos gestores das unidades com melhores resultados poderá contribuir com uma eficaz gestão do conhecimento, oferecendo à Corregedoria a visão externa dos principais efeitos daquelas ações que já foram implementadas no último ciclo – como exercício de *feedback* – e também para subsidiar eventuais ajustes em processo de melhoria contínua nas ações futuras.

O projeto teve como objetivo principal viabilizar a aproximação entre os gestores das unidades de primeiro grau que atualmente ostentam os melhores resultados – Varas que pertençam ao grupo daquelas que receberam em média mais de 1.500 ações nos últimos anos – e a Secretaria da Corregedoria, possibilitando melhor gestão de conhecimento, necessária para atingir os objetivos estratégicos de um Regional de grande porte.

Buscou-se com essa aproximação, ainda, relacionar unidades que experimentam diferentes realidades, e que produziram bons resultados e prestação jurisdicional célere e eficaz. Ainda, a contribuição dessas unidades poderia ser útil no aprimoramento da visão sistêmica da Corregedoria.

O projeto também previa que unidades tivessem maior compreensão do cenário em que são tomadas as decisões estratégicas da Corregedoria, a qual, por sua vez, poderia conhecer diversas realidades de unidades de primeiro grau que produziram resultados satisfatórios.

Na execução do projeto, foi realizado encontro dos Diretores de Secretaria das Varas do Trabalho que pertenciam ao grupo de melhores resultados do IGEST à época, e que receberam mais de 1.500 processos, em média, nos últimos anos, com a Secretaria da Corregedoria, para que fossem apresentadas boas práticas e ideias que possam influir nas ações estratégicas da Corregedoria no ano de 2020.

Durante os 2 (dois) dias do evento, a Secretaria da Corregedoria debateu com os diretores de VTs os seguintes temas: “A escuta da verdade singular”, “Qual é o ideal de Vara (Portaria GP-VPJ-CR n. 7/2012)”, “Correições ordinárias e a percepção de seus resultados”, “A Divisão de Execuções e o seu papel na melhoria do fluxo dos processos” e “A síntese do que se almeja para 2020”.

Merece destaque a atividade “A escuta da verdade singular”, momento em que os Diretores de Secretaria puderam expressar sua opinião sobre temas que, na visão de cada um, poderiam interferir no relacionamento entre unidades de primeira instância e a Corregedoria, com resultados extremamente satisfatórios.

Ao longo de 2020, as ideias colhidas do encontro certamente auxiliarão nas ações estratégicas da Corregedoria.

5.2.11 - Equipe de Apoio à 1ª Instância

5.2.11.1 O projeto.

Com o início da atual gestão foi criada a Equipe de Apoio à 1ª Instância.. Para definir em qual unidade o grupo deveria atuar, foi considerado o Plano de Engajamento Coletivo apresentado por ocasião da Correição Ordinária, com a equipe auxiliando aquelas

unidades com pontos de maior congestionamento identificado nos planos. Desse modo passaram a ser identificadas as tarefas que deveriam ser desenvolvidas, quantificando os processos alvo de tramitação. A atuação dos servidores da Corregedoria ocorreria a distância. Ainda, para que receba auxílio, passou a ser necessário que a unidade estivesse alinhada com as orientações da Corregedoria Regional em relação à tramitação processual.

Os parâmetros e procedimentos observados pela equipe de apoio às Unidades Judiciárias de 1ª Instância estão detalhados na Ordem de Serviço nº 20/2018-CR.

Dentre os motivos identificados para a realização do projeto, destacam-se:

- Cortes orçamentários diretamente à Justiça do Trabalho e indiretamente por meio da PEC248 que dificultou a capacidade de reposição de servidores aposentados, o que exige a busca por métodos de trabalho mais eficientes que permitam o atendimento da demanda de trabalho existente com uma mão de obra cada vez mais escassa.
- Discrepância na prestação jurisdicional quanto a prazos e procedimentos nas unidades da 15ª Região.
- Presença de servidores com níveis diferentes de formação atuando na tramitação dos processos judiciais.
- Necessidade de reduzir o acervo de processos em tramitação nas unidades de primeira instância.

É importante salientar a necessidade de prévio mapeamento da situação da unidade no Plano de Engajamento Coletivo. Desse modo, a Corregedoria busca incentivar que o gestor busque capacitar sua equipe para interpretar e utilizar os dados estatísticos disponíveis no planejamento das rotinas, conferindo a todos a visão sistêmica e o claro entendimento dos propósitos aos quais se destina seu trabalho, focando na qualidade do serviço prestado ao cidadão.

O projeto teve como objetivos otimizar o processo de trabalho nas Varas do Trabalho do TRT da 15ª Região, resultando em melhores indicadores, diminuição do prazo médio, tramitação mais efetiva dos processos e, conseqüentemente, melhorar a prestação jurisdicional como um todo.

Além de promover melhorias na unidade acompanhada, a atuação do Grupo de Apoio buscou criar um fluxo de trabalho que pudesse ser aplicado pela instituição em outras unidades que apresentassem as mesmas necessidades, o que é extremamente importante no cenário atual de escassez de mão de obra.

O projeto não buscou alterar fluxos processuais já homologados, bem como realizar melhorias em funcionalidades do PJe, e teve como premissas iniciais a permanência da equipe de apoio durante o período pactuado e o acompanhamento da unidade pela Equipe Multidisciplinar, caso necessário.

Dentre as dificuldades encontradas ao longo do projeto, se destaca que algumas unidades não estavam completamente alinhadas com as orientações da Corregedoria e a parametrização não foi suficiente.

Ao final de 2019, analisando as atividades desenvolvidas, foi verificado que o projeto atingiu seu objetivo, estabelecendo um fluxo de trabalho que poderá ser aplicado em outras unidades durante o ano de 2020.

5.2.11.2 As atividades.

ACOMPANHAMENTO PÓS CORREIÇÃO:

A Equipe de Apoio efetuou o acompanhamento pós correição das Unidades correicionadas durante o ano de 2019.

Varas sem alto índice de congestionamento ou que não foram acompanhadas pela Corregedoria em anos anteriores: acompanhamento em duas ocasiões, ou seja, depois de 04 (quatro) e 8 (oito) meses da correição.

Varas acompanhadas anteriormente ou com alta criticidade: depois de 03 (três), 06 (seis) e 09 (nove) meses da correição.

O acompanhamento é efetuado por meio de pesquisa com aferição de índices de congestionamento, idade média dos processos, cumprimento de metas, composição de pautas e cumprimento ou não dos normativos editados.

Até o dia 19/12/2019 haviam sido efetuados 104 (cento e quatro) acompanhamentos.

AUXÍLIO ÀS VARAS

No ano de 2019 a equipe de apoio teve como objetivo as unidades com índices críticos, cuja demanda tinha início com a correição ordinária, com exceção da Vara do Trabalho de Atibaia, que foi escolhida para o início dos trabalhos por ser encontrar com o pior delta (quadro de servidores) na época (janeiro/2019) e possuir a maior taxa de congestionamento.

Antes de ser iniciado o auxílio a Coordenadora da equipe foi visitar algumas Unidades, como Atibaia, Sorocaba, Limeira e Mogi-Guaçu, com o objetivo de conferir trocar informações com Diretores e servidores, dar orientações e formar material para a execução do trabalho de forma efetiva.

A partir do auxílio à Vara de Presidente Prudente não houve mais visitas e as tratativas foram feitas via *Hangouts* ou telefone, sem prejuízo da efetividade da prestação.

Outras Unidades cederam servidores para auxílio às Varas, em conjunto com a Equipe de Apoio:

- 3ª de Sorocaba: Caçapava, 6ª Campinas, Guaratinguetá, Hortolândia, Itapetininga, Lorena, Mococa, Mogi-Mirim, Piedade, Pindamonhangaba, 1ª Ribeirão Preto, 4ª São José dos Campos, Tanabi e Votuporanga
- Mogi-Guaçu: Rancharia e Mogi-Mirim

Unidades atendidas no ano de 2019:

Unidade	Período	Quantidade de Processos
Atibaia	15/01 a 13/02/2019	779
	11/03 a 22/03/2019	575
	14/08 a 08/2019	2.045
3ª Sorocaba	11/02 a 24/03/2019	1.894
1ª Limeira	25/03 a 24/04/2019	864
7ª Campinas	22/04 a 06/05/2019	401
Mogi-Guaçu	07/05 a 26/06/2019	1.923
1ª Presidente Prudente	26/06 a 15/08/2019	695
Tietê	05/11 a 19/12/2019	1.040
Total		10.216

5.2.12 - Migração de processos físicos na fase de Conhecimento ao processamento eletrônico

A migração de processos físicos ao processamento eletrônico iniciou-se com processos da fase de execução, uma vez que essa era uma limitação imposta pela ferramenta eletrônica responsável por incluir no PJe os processos que tramitavam no meio físico.

Essa migração foi direcionada e regrada por normativos expedidos pela Corregedoria, em conjunto com a Presidência e a Vice-Presidência, avançando até o ano de 2018, com a migração de quase a totalidade dos processos em liquidação e execução, conforme determinação do Provimento GP/VPJ/CR nº 5/2012, cujo artigo 25 já estabelecia a obrigatoriedade de migração para o PJe por meio do Cadastro de Liquidação e Execução em momentos específicos: com o trânsito em julgado da sentença de mérito ou com a sentença homologatória de cálculos de liquidação.

Também foi editado o Comunicado CR 9/2019, que tratou da obrigatoriedade de migração dos processos na fase de execução e vedação da remessa de Agravos de Petição em meio físico.

Em 2019, a ferramenta responsável pela migração passou a permitir o cadastramento também das ações que tramitavam na fase de conhecimento. A ferramenta, denominada Cadastro de Processo em Conhecimento, Liquidação e Execução – CCLE, foi inserida na versão 1.16 do PJe, instalada em produção no nosso Regional em 10/11/2017.

Apesar de disponibilizada no PJe, a plena e correta utilização da ferramenta dependia de adequações no Sistema de Acompanhamento Processual de Primeiro Grau (SAP1G), no registro de movimentos processuais, sem as quais os processos não poderiam ser migrados, sob o risco de serem criadas inconsistências nos dados estatísticos. Essa informação foi prestada pela Coordenadoria de Estatística e Pesquisa que, em parecer, alertou para os riscos de realizar a migração antes da conclusão e atendimento do solicitado no Documento de Especificação de Demanda cadastrado sob o nº 747.

Seguindo o cronograma de projetos a serem desenvolvidos pela Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações deste Regional, conforme informação obtida em reunião do Comitê Gestor Regional do e-Gestão, o DED-747 foi substituído pelo DED-854 e começou a ser desenvolvido em janeiro de 2019, tendo sido finalizado em 08/02/2019, permitindo que os processos migrados fossem contabilizados adequadamente no e-Gestão.

Ainda, é importante destacar que, inicialmente, a ferramenta da versão 2.3.1 do PJe não permitia a migração de processos que já tivessem sentença prolatada e sem o trânsito em julgado, já que esperava uma solução definitiva para permitir o envio para outras fases ou arquivamento, uma vez que tal solução estava registrada no SAP1G e não era conhecida pelo PJe. Com o advento da versão 2.4 do PJe e o ajustes necessários na extração de dados para o e-Gestão, as dificuldades foram superadas, sendo possível realizar a migração plena dos processos em fase de conhecimento.

Entretanto, em razão da possibilidade de sobrecarga nos servidores do PJe causada pela migração dos processos em fase de conhecimento, que até então nunca havia sido feita, ficou definido que a decisão quanto ao início das atividades deveria ser tomada pelo Comitê Gestor Regional do PJe e pela Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações, conforme constou da ata de reunião do Comitê, realizada em 11/03/2019.

Enquanto isso, foi publicado pela Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho o Provimento CGJT nº 02, de 07 de junho de 2019, que versava sobre a migração dos autos físicos em tramitação nas unidades judiciárias para o Sistema Processo Judicial Eletrônico – PJe, estabelecendo prazo para apresentação àquela Corregedoria-Geral de plano pelos Tribunais e cronograma, em sessenta dias (a ser executado até dezembro de 2019).

O plano solicitado foi apresentado à Corregedoria-Geral e foi elaborado o Comunicado GP-CR nº 02/2019, definindo o que deveria ser observado para a completa migração de processos físicos ao processamento eletrônico. Ainda, foi editado o Provimento GP-VPJ-CR nº 04/2019, alterando o Provimento GP-VPJ-CR nº 5/2012, que regulamentou o Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe-JT), módulo de 1º grau.

Durante o projeto, a Corregedoria atuou de acordo com seu dever regimental, fiscalizando o cumprimento do que restou determinado no Comunicado GP-CR nº 02/2019 e nos demais normativos.

Em análise dos dados do e-Gestão atualizados até 31/12/2019, observa-se que naquela data existiam 18.320 processos tramitando em meio físico, sendo que este número em 31/12/2018 era de 41.049 processos.

5.2.13 - Gerenciamento e acompanhamento de Projetos

5.2.13.1 Histórico.

Desde a propositura do projeto Fluxo Nacional Otimizado de Procedimentos em Primeira Instância, a Corregedoria Regional veio adotando conceitos da gestão de projetos como meio para propor iniciativas conjuntas, envolvendo diversos regionais trabalhistas. Em outubro de 2018, a equipe desta Secretaria foi capacitada para melhor atuar neste sentido, por meio de um curso ministrado na sede judicial: “Gerenciamento e acompanhamento de projetos – Guia prático de ferramentas em gestão e portfólio”.

Durante e após o curso, foi elaborada a documentação de um projeto a partir do qual outros teriam origem, como registrado em seu Termo de Abertura do Projeto (TAP), visando a implementar efetivamente essa modalidade de gestão para todos os projetos seguintes. As etapas previstas no cronograma foram seguidas: a identificação de todos os projetos de cada seção da Corregedoria, sugestão de quais seriam os considerados estratégicos para cada seção, culminando em reunião com os Juízes Auxiliares do biênio 2018/2020 para definição da ordem de prioridades geral.

O projeto foi o primeiro a envolver toda a equipe da Secretaria da Corregedoria, e embora tenha sido desenvolvido em estrutura bastante simplificada, as etapas acima referidas consistiram, basicamente, em organização e documentação de atividades existentes ou pretendidas dentre o vasto portfólio das equipes a partir do que serão necessários estudos e desenvolvimento de cada um dos projetos – seguindo a ordem de priorização aprovada.

A ferramenta escolhida para acompanhamento foi a plataforma eletrônica Trello, em que foram registradas as tarefas relacionadas a cada marco, com a atribuição dos responsáveis e prazos, o que conferiu agilidade na comunicação e acompanhamento das pendências. Com esse projeto de implantação, a equipe adquiriu experiência inicial na compreensão dos elementos básicos para acompanhamento de projetos, incluindo a formalização da abertura dos projetos individualizados, elaboração de justificativa, cronograma, utilização de ferramenta eletrônica para acompanhamento das atividades pendentes e entregues.

O objetivo essencial de realizar o levantamento do inventário de todas as atividades da Corregedoria, definir quais delas são estratégicas e priorizá-las, foi atingido, ensejando o encerramento deste primeiro projeto e permitindo a instauração de outros projetos mapeados, conforme lista do portfólio de projetos (em andamento e futuros).

Toda a documentação inicial dos projetos foram anexadas ao Proad nº 393/2019, em que também estão reunidas as atas das reuniões de priorização dos projetos e respectivos Documentos de Oficialização de Demanda (DOD).

5.2.13.2 O Acompanhamento.

Ao longo do ano de 2019, todas as novas atividades desenvolvidas pela Corregedoria foram feitas através da criação de projetos, alinhados ao Planejamento Estratégico. Essa forma de trabalho mostrou-se bem-sucedida, seja em razão dos benefícios inerentes à gestão de projetos no curso das atividades, seja em razão da rastreabilidade das atividades desenvolvidas ao longo do ano. A lista dos projetos se encontra no item 5.2.1 deste relatório.

5.2.14 - Daily meeting

A prática de realizar reuniões diárias, de curta duração (máxima de 15 minutos), com participação de toda a equipe da Secretaria da Corregedoria e pauta restrita às atividades do dia foi iniciada em 2017. Ao longo de 2019, já consolidada, a *Daily meeting* permaneceu constante e frequente, intencionando estimular a comunicação entre as seções que compõem a Secretaria, para identificar objetivos para – e desafios ao – bom andamento dos trabalhos. As reuniões não apenas proporcionam maior entrosamento entre os membros da equipe, mas também auxiliam a gestão a localizar eventuais urgências, gargalos e problemas nas rotinas diárias de trabalho, permitindo uma mais célere solução.

5.2.15 - Efetividade da fixação

O projeto foi criado com o objetivo de analisar a efetividade na fixação nas Varas do Trabalho da 15ª Região, em conformidade com o disposto no Ato Regulamentar 5/2011, alterado pelo Ato Regulamentar 7/2011, considerando o reduzido quadro de juízes substitutos e a necessidade de reavaliação das fixações com base no movimento processual de cada unidade jurisdicional.

Conforme previsão do referido normativo, compete à Corregedoria elaborar diagnóstico que contribua com as decisões da Presidência a respeito dos resultados dos trabalhos e da eventual revisão das designações fixas – para sua otimização, já que destinadas a equilibrar o volume de trabalho em unidades com os mais expressivos números de movimento processual – melhorando o planejamento e a organização dos serviços para viabilizar o aumento da produtividade e da qualidade dos julgados.

O projeto buscou, verificando critérios objetivos, realizar análise estatística dos processos distribuídos, do acervo total existente, de audiências realizadas e pauta futura, de processos solucionados em comparação ao quantitativo pendente, entre outros que indicassem aumento da celeridade e da efetividade na entrega da prestação jurisdicional. Com base nesses dados, poderia ser feita análise fundamentada sobre a necessidade de manutenção da fixação.

Num primeiro momento, algumas das Varas com menor volume de processos recebidos no ano de 2018 foram analisadas: Vara do Trabalho de Birigui, Vara do Trabalho de Tanabi, Vara do Trabalho de Matão e Vara do Trabalho de Campo Limpo Paulista.

É importante destacar que uma das medidas adotadas para permitir maior transparência aos dados considerados foi a expedição de Portaria CR nº 11/2018, referente às pautas de audiências. Esta portaria trouxe procedimentos para inclusão de processos pendentes de instrução na pauta de audiências. Conforme parágrafo único do artigo 2º, a adequação da pauta deveria ocorrer paulatinamente.

Além disso, foi divulgado formulário eletrônico para que os Magistrados pudessem detalhar critérios utilizados para a formação da pauta, tendo sido ainda disponibilizado questionário específico para Varas com atuação de juiz auxiliar fixo, obtendo-se, assim, quadro geral das suas pautas regulares: dias da semana com sessão, quantidades e tipos de audiências realizadas pelos Magistrados.

Após a continuidade das análises, foram prestadas novas informações à Presidência, sendo publicada a Portaria GP 034/2019, fixando a quantidade das vagas de juiz do trabalho substituto nas circunscrições do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, a quantidade de vagas para atuação na condição de juiz substituto móvel e de juiz substituto fixado no âmbito de cada circunscrição, assim como indicando a relação das unidades jurisdicionais contempladas com fixação.

Após, com a publicação da Portaria GP 85/2019 em 19 de dezembro de 2019, a Presidência instituiu Grupo de Trabalho para avaliação das fixações no âmbito do Regional, com a participação da MMA. Juíza Auxiliar desta Corregedoria, Lúcia Zimmermann.

Desse modo, e considerando o dever regimental da Corregedoria de apresentar parecer sobre o tema, ficou determinado que deveriam ser aguardados os estudos do grupo de trabalho citado, para só então ocorrer a retomada das análises referentes ao ano de 2020.

5.2.16 - Comunicação Estratégica Institucional

Há atividades específicas da Corregedoria que demandam ações de comunicação para sua execução integral, pois dependem da participação do respectivo público-alvo. Neste contexto, o projeto em referência propôs a sistematização de ações básicas para cada modelo observado nas demandas recorrentes, mormente quanto à Mostra Anual de Boas Práticas e o Fluxo Nacional Otimizado de Procedimentos em Primeira Instância (“Wiki VT”).

Ademais, a exiguidade de pessoal exige o estrito cumprimento de ações planejadas e uso de leiautes e esquemas padronizados para confecção de peças em linguagem institucional uniforme e com previsibilidade de resultado.

O projeto teve como objetivo desenvolver estratégias, fluxos de trabalho e leiautes para divulgação de ações e projetos da Corregedoria, visando à redução do esforço necessário e à maximização do impacto comunicacional quanto aos veículos, estética e linguagens utilizados, considerada a adequação aos segmentos do público interno. Isto é, produzir documentos e peças específicos e reutilizáveis, considerando os contextos e usos mais comuns, entre os quais, cartazes, *folders*, notícias, peças visuais, audiovisuais, recursos impressos, *e-mail marketing*, *web sites*, etc.

Dessa forma, buscou-se a otimização das tarefas de comunicação; maior previsibilidade na fixação de prazos para entrega das peças de comunicação; menor desgaste laboral no desenvolvimento de demandas urgentes; aumento da eficiência e da possibilidade de gestão das demandas (*accountability*).

A primeira etapa do desenvolvimento do projeto foi o mapeamento das demandas recorrentes para formulação de um rol de modelos, estratégias e leiautes replicáveis. Com isso, foram confeccionados os documentos replicáveis pertinentes às diferentes estratégias de comunicação adotadas, assim como respectivos fluxos de trabalho. Essa base permitiu o reaproveitamento de parte do trabalho necessário para a produção de vídeos, peças visuais e páginas de conteúdo para a Extranet. Adicionou-se a estas uma etapa de reciclagem, nos moldes da ferramenta PDCA, para aprimoramento dos métodos conforme sejam identificados novos gargalos.

Por fim, foi publicada a Ordem de Serviço nº 05/2019-CR que dispõe sobre a metodologia para elaboração, aprovação e divulgação dos trabalhos de comunicação social, resultado do desenvolvimento do projeto.

5.2.17 - Mostra de Boas Práticas

Em virtude da restrição orçamentária observada ao longo do ano de 2019, bem como da grande quantidade de projetos em andamento na Secretaria da Corregedoria, não foi realizada a Mostra de Boas Práticas no ano de 2019.

Entretanto, a ideia central da Mostra, que é coletar boas práticas desenvolvidas pelas unidades, continuou sendo feita durante as Correições Ordinárias.

5.2.18 - Personalização das Normas – Divulgação e Implementação de novas determinações

Verificou-se dificuldade dos gestores em acompanhar a atualização de normativos – seja pela quantidade de publicações, seja pela diversidade de temas, além de não existir até então mecanismo prático e intuitivo de pesquisa normativa em nosso portal – além de nem sempre ocorrer a plena compreensão daquilo sobre que se teve ciência. Assim, consolidando a missão institucional da Corregedoria, em seu planejamento estratégico, de “aprimorar a atuação da 1ª instância mediante fiscalização, orientação e parceria”, foi capacitada e fortalecida equipe interna com atuação voltada à divulgação de normativos cujo diferencial foi a tentativa de aproximação com o público-alvo e de facilitar a interpretação, esclarecendo-se o escopo do normativo, a *mens legis*, com vistas à ampliação da efetividade da norma.

O cumprimento das normas é obrigação funcional dos servidores, mas em alguns casos pontuais foi observado que mesmo com a divulgação pelos meios oficiais, algumas normas acabavam não sendo cumpridas em sua integralidade, seja por desconhecimento dos servidores, seja por indevido descumprimento voluntário. Ainda que tais situações não fossem observadas na maioria dos casos, mostrou-se importante que ações fossem tomadas para diminuir sua ocorrência, seja aumentando o alcance da comunicação, seja demonstrando a importância do cumprimento da norma para que fosse alcançada uma prestação jurisdicional de qualidade.

Dessa forma, o objetivo deste projeto foi buscar formas de divulgação das normas que estabelecessem maior proximidade entre os servidores e a Corregedoria, permitindo maior compreensão sobre o contexto de criação da norma e sobre a importância de sua aplicação nas atividades diárias das unidades, inclusive como forma de melhoria e uniformização das atividades da primeira instância.

A primeira transmissão ao vivo do projeto “Personalização da Norma” foi realizada no dia 28/06/2019. O episódio-piloto abordou o procedimento dos depósitos judiciais de verbas tributárias, inclusive previdenciárias, nos termos das Lei nº 12.099 de 2009 e Lei nº 9.703 de 1998.

5.2.19 - Revisão do Regulamento Interno da Corregedoria

O Regulamento Interno da Corregedoria dispõe sobre a competência da Corregedoria Regional, a estrutura de sua Secretaria, bem como os procedimentos para o julgamento dos processos próprios das atividades correicionais e o funcionamento de seus serviços auxiliares.

Em razão de diversas mudanças observadas ao longo do tempo, em decorrência da difusão do processo eletrônico ou por alterações legislativas, mostrou-se necessário

adequar procedimentos internos e, conseqüentemente, realizar ajustes no Regulamento Interno da Corregedoria.

Foi elaborada minuta com as alterações necessárias e submetida à apreciação dos Juizes Auxiliares da Corregedoria, dos Desembargadores Corregedor e Vice-Corregedora, que a aprovaram depois de alterações.

Após, a proposta foi submetida ao Órgão Especial em 28/11/2019, para apreciação *ad referendum* e no momento aguarda apreciação.

5.2.20 - Acompanhamento interno dos servidores em teletrabalho

O teletrabalho já era praticado na Secretaria da Corregedoria e em consonância com a disciplina da Resolução nº 151/2015 do CSJT (alterada pela Resolução 207/2017, CSJT) e Ato Regulamentar GP 10/2018 deste TRT 15. De acordo com estes normativos, o trabalho à distância necessita de acompanhamento criterioso para atingir sua finalidade. Para isso mostrou-se indispensável a criação de um fluxo estruturado, contendo parâmetros qualitativos e quantitativos, de modo a equilibrar o aspecto humano e o incremento da produtividade conforme as metas estabelecidas.

Assim, foi desenvolvido projeto para definir as metas específicas de cada servidor em teletrabalho, detalhar as tarefas atribuídas a cada um, construir cronograma de entregas e estabelecer a rotina de acompanhamento pelo supervisor imediato.

Ao longo do projeto, buscou-se realizar o detalhamento das atividades desempenhadas pelos servidores em regime de teletrabalho para que a decisão quanto ao cumprimento das metas seja de verificação objetiva, impessoal, e transparente. Também foram criados planos de trabalho em conjunto com os servidores envolvidos, e particularizadas as rotinas esperadas, com incremento de produtividade.

Além disso, também foram estabelecidas as rotinas de acompanhamento e comunicação, para que a distância física não criasse obstáculo à adequada gestão de pessoas.

Ao final do projeto, os planos de trabalho foram entregues pelos servidores autorizados a atuar em regime de teletrabalho e foram aprovados, permitindo a sequência do acompanhamento interno das metas estabelecidas.

Ao longo de 2020, os planos serão atualizados e, em caso de novos servidores iniciarem atividades em regime de teletrabalho, também deverão apresentar seus planos. As metas também continuarão a ser acompanhadas.

5.2.21 - Rotinas de Atendimento – FAQ Corregedoria Regional do TRT15

A Corregedoria Regional teve como visão de futuro em seu Planejamento Estratégico de 2013 a 2016 ser considerada forte acessível e segura de referência procedimental no âmbito da 15ª Região.

Atingidos os objetivos estratégicos e alcançado o previsto na visão de futuro, é normal existir uma grande demanda de informações de competência da Corregedoria.

Entretanto, considerando a grande quantidade de unidades de primeira instância na 15ª Região, bem como o grande volume de solicitações de informação oriundas do público externo, a Secretaria da Corregedoria deparou-se com um grande volume de ligações telefônicas e *e-mails*, algumas vezes recebendo questionamentos repetitivos.

A fim de uniformizar as respostas dadas aos interpellantes, buscou-se desenvolver projeto para a elaboração de um FAQ (*Frequently Asked Questions*), no qual foi reunida compilação de respostas às dúvidas frequentes, organizadas de maneira a facilitar sua consulta, sendo um importante instrumento de documentação e transmissão de informações.

O projeto contou com a participação de todas as seções componentes da Secretaria da Corregedoria na reunião das dúvidas mais comuns, com a produção de material completo que permite atendimento célere e uniforme à quem demanda à Secretaria da Corregedoria informações sobre situações já mapeadas.

5.2.22 - Autogestão Orientada

Desde 2016 foi implementada a Autogestão Orientada, com o objetivo de conceder ao Juiz da Vara subsídios/elementos para que ele próprio atue como corregedor natural da unidade judiciária em que funciona, verificando se nela são observados os normativos e as orientações da Corregedoria, sempre buscando a celeridade e efetividade do provimento jurisdicional.

A autogestão orientada consiste em enviar periodicamente aos Juízes material que aborda temática variada (inconsistências verificadas, pontos críticos, pendências em metas nacionais, entre outras possibilidades), e que contém explicações acerca da relevância institucional do assunto e instruções sobre aferição e saneamento de eventuais equívocos. Esse acompanhamento ocorre independentemente da programação das correições, mas é realizado de forma integrada pela mesma equipe.

Com estas ações buscou-se: padronização na gestão dos processos, alinhamento com as orientações e provimentos da Corregedoria; maior confiabilidade dos dados do e-Gestão, diminuição de demandas nas Correições Ordinárias.

Com as mudanças de gestão ao longo do tempo, a periodicidade da divulgação dos temas passou por variações, sendo importante o projeto atual para restabelecer o estudo dos temas importantes e novo fluxo das atividades (frequência das comunicações, relatórios de apoio, formas de acompanhamento), em complementação ao acompanhamento geral correicional.

Ao longo de 2019, foram escolhidos 6 (seis) temas, divulgados por meio de ofícios circulares.

O Ofício Circular 2/2019 tratou do prazo para encerramento da instrução; o Ofício Circular 3/2019 abordou os processos com liquidação ou execução iniciadas em autos físicos após 4 de abril de 2017; já o Ofício Circular 4/2019 sugeriu o tema Metas Nacionais, com destaque às Metas nº 2 e 6 do Conselho Nacional de Justiça; por sua vez, o Ofício Circular 6/2019 sugeriu o controle da idade média dos processos como forma de reduzir o prazo médio processual; o Ofício Circular 10/2019 tratou dos processos físicos sem solução; e o Ofício Circular 13/2019 orientou acerca de incidentes processuais pendentes nos processos físicos.

A aplicação da Autogestão Orientada ao longo do ano produziu resultados positivos, contribuindo para o aperfeiçoamento da gestão das unidades e o projeto seguirá durante 2020.

5.2.23 - Projeto “Dicas da Corregedoria”

Com o objetivo de capacitar os servidores e padronizar os procedimentos nas unidades de primeira instância, a Corregedoria elaborou e divulgou vídeos acerca de diversos temas, para visualização de servidores e magistrados.

A iniciativa tem por objetivo a comunicação direta entre a Corregedoria Regional e as unidades de primeira instância, por meio da produção de conteúdo multimídia de curta duração, em que são tratados temas de maneira pontual e descomplicada, aproveitando-se de linguagem menos formal e, por essa razão, mais eficaz na veiculação de mensagens.

As matérias veiculadas nos vídeos são selecionadas a partir das impressões das equipes que acompanham as correições, ou mesmo após a detecção de dúvidas reiteradas direcionadas à Corregedoria acerca de um mesmo procedimento, por parte dos servidores e magistrados de primeiro grau.

Os vídeos de “Dicas da Corregedoria” são gravados com utilização de equipamento do patrimônio e participação voluntária de servidor(es) ou magistrado(s) do quadro. Após agendamento junto ao setor de comunicação, a captação de som e imagens, também a edição deste material é realizada por um servidor da Corregedoria, capacitado nestas demandas.

Após são disponibilizados na plataforma YouTube, no canal da Corregedoria, e publicados na modalidade “Não listado”, a fim de que não seja disponibilizado ao público em geral, mas somente a quem tiver acesso ao endereço (URL). Em seguida, encaminha-se a URL ao público interessado por meio de listas de *e-mail* institucional e plataforma *WhatsApp*. Os links ficam disponibilizados em item específico da página da Extranet “Orientações da Corregedoria”.

5.2.24 - Acompanhamento da Produtividade de Magistrados

5.2.24.1 Definição de Procedimento para Apuração de Atraso Reiterado

Este projeto teve como objetivo estabelecer procedimentos a serem adotados pela Seção de Acompanhamento de Magistrados para apuração do atraso reiterado na prolação de sentenças durante o ciclo correicional 2018-2020.

Mensalmente, a Seção de Acompanhamento de Magistrados informava à Área de Preparação de Pagamento de Magistrados quais Juízes de Primeiro Grau não fariam jus à percepção da GECJ, por apresentarem atraso reiterado na prolação de sentenças.

Para adequar os procedimentos adotados pela Seção mencionada aos normativos editados pelo CSJT e pela CGJT, mostrou-se necessário esclarecer os critérios objetivos a serem observados para a identificação mensal dos Magistrados de Primeiro Grau em situação de atraso reiterado, com o fim de informar à área de Pagamento de Magistrados a existência de óbice à percepção da Gratificação por Exercício Cumulativo de Jurisdição, nos termos da Resolução 155/2015 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

Com a definição dos critérios, foi possível elaborar fluxo de trabalho a ser executado mensalmente, buscando a adequação dos procedimentos ao entendimento do Corregedor e conferir maior celeridade à tarefa.

Para tanto, foi preciso analisar o fluxo de trabalho e os prazos a serem observados, os critérios a serem adotados, e os modelos de despacho a serem utilizados, resultando na publicação da Ordem de Serviço nº 13/2018-CR, conforme aprovação do Corregedor.

Além disso, considerando que os incisos VII, X, XIV e XXIV do artigo 29 do Regimento Interno deste Tribunal atribuem à Corregedoria a incumbência de prestar informações em diversos procedimentos administrativos que envolvem a vida funcional do Juiz do Trabalho (processos de promoção ao cargo de Juiz Titular, concessão de autorização para residência fora da sede da circunscrição/jurisdição, composição da lista de Juízes Substitutos em segunda instância, acesso ao cargo de Desembargador do Trabalho, entre outros) e que habitualmente, a avaliação qualitativa do desempenho do Magistrado para tais fins leva em consideração a eventual existência de processos aguardando prolação de sentença por prazo superior àquele previsto pelo artigo 226 do Código de Processo Civil, decidiu-se pela divulgação mensal de relatórios que indicam as quantidades de processos em poder de

cada um dos Magistrados de Primeiro Grau aos Desembargadores do Regional, inclusive destacando a eventual existência de atrasos.

Concluído o projeto, foi detectado um aumento das consultas efetuadas por Magistrados junto à Secretaria da Corregedoria para obtenção de acesso aos relatórios de produtividade (que contém informações sobre processos em atraso) o que pode indicar uma maior sensibilização dos Juízes acerca deste tema. Ainda, observando dados do e-Gestão, percebeu-se significativa redução na quantidade de processos aguardando prolação de sentença para além do prazo estipulado pela legislação.

5.2.24.2 Definição de critérios para o Acompanhamento de Produtividade de Magistrados.

Periodicamente, a Seção de Acompanhamento de Magistrados, com base no Relatório de Aferição de Resultados, expedido pela Área Técnica da Corregedoria, monitora a existência de processos em atraso vinculados a Juízes de Primeiro Grau, levando os dados correspondentes à apreciação do Desembargador Corregedor, que delibera acerca do encaminhamento a ser adotado, e, quando necessário, determina a instauração de novos pedidos de providência para acompanhamento da produtividade de Juízes que apresentem atraso na prolação de sentenças.

Analisando o fluxo de trabalho e os critérios adotados até então, em face do novo cenário, mostrou-se necessário verificar os critérios de apuração adotados, dentro do normatizado pela CGJT no Ato nº 16/2017, esclarecendo os critérios objetivos a serem observados para o acompanhamento dos atrasos na prolação de sentenças e abertura de novos pedidos de providência durante o novo ciclo correicional. Com a definição dos critérios, buscou-se elaborar fluxo de trabalho a ser executado mensalmente, que restou consolidado na Ordem de Serviço nº 13/2018-CR.

Da mesma forma que no projeto que buscou a definição de procedimento para a apuração de atraso reiterado, foi detectado um aumento das consultas efetuadas por Magistrados junto à Secretaria da Corregedoria para obtenção de acesso aos relatórios de produtividade (que contém informações sobre processos em atraso) o que pode indicar uma maior sensibilização dos Juízes acerca deste tema, além de ter sido observada significativa redução na quantidade de processos conclusos para prolação de sentença acima do prazo estipulado pela legislação.

5.2.24.3 Aperfeiçoamento da Ferramenta para Apurar Atraso Reiterado

Em regra, a Corregedoria utiliza dados do e-Gestão como fonte de informações para suas análises. O e-Gestão possui regras de apuração de dados definidas nacionalmente, além de ser a fonte de dados utilizada pela Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho.

Ao utilizar o e-Gestão, fica garantido o alinhamento com as diretrizes estatísticas do TST, e elimina a necessidade de retrabalho quando há alteração no entendimento acerca das regras estatísticas.

Entretanto, a apuração do atraso reiterado, como o nome indica, depende de informações além da existência do atraso para prolação da sentença na forma computada pelo e-Gestão.

Desse modo, para permitir a análise e identificação mensal dos Magistrados de Primeiro Grau em situação de atraso reiterado, com o fim de informar à área de Pagamento de Magistrados a existência de óbice à percepção da Gratificação por Exercício Cumulativo de Jurisdição, nos termos da Resolução 155/2015 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho,

foi necessário desenvolver novo relatório, sendo que a ferramenta disponível nacionalmente à época era o Sistema de Consulta a Dados Operacionais - SICOND.

Assim, foi solicitado à área técnica do Tribunal o desenvolvimento do relatório que, partindo das datas de conclusão para julgamento lançadas no sistema e-Gestão, efetuasse a contagem de prazo para prolação de sentença e apontasse seu vencimento levando em conta os feriados, fins de semana e afastamentos individuais dos Magistrados, tanto durante os primeiros 30 dias úteis de contagem (art. 226, III do CPC) quanto nos 30 ou 60 dias corridos depois do vencimento do prazo legal referido, nos termos do Ato Conjunto CSJT.GP.CGJT nº 1, de 24 de novembro de 2017.

Concluído o desenvolvimento da nova funcionalidade dentro do sistema SICOND, a alteração, a apuração dos dados e as análises passaram a ser feita de forma mais quase que inteiramente automatizada, resultando em ganho de tempo em face da apuração automática dos afastamentos, e menor número de inconsistências na identificação dos Juízes em atraso reiterado na prolação de sentenças.

5.2.25 - Transparência dos dados sobre auxílio julgamento/desvinculação ao público interno

O Provimento GP-CR nº 06/2018 criou o capítulo JUL na Consolidação das Normas da Corregedoria (aguarda referendo). O art. 10º do Provimento em questão determina a divulgação das decisões do Corregedor alusivas à desvinculação e à concessão de auxílio julgamento em funcionalidade própria da extranet, para permitir a consulta do público interno em geral, servidores e Magistrados.

O projeto foi iniciado em 2018, com a abertura de chamado específico junto às Áreas de Multimídia e de Tecnologia de Informação do Regional (que conjuntamente cuidam das funcionalidades do portal), sem que fosse apresentada solução.

Após, o projeto seguiu com tratativas com a Presidência e com a Assessoria de Apoio Magistrados, buscando promover a divulgação das informações necessárias, de forma paliativa, por *e-mail* a ser enviado regularmente pela Assessoria de Apoio aos Magistrados.

A solução definitiva apresentada à Corregedoria está prevista no Documento de Especificação de Demanda – DED nº 550, aberto pela Assessoria de Apoio aos Magistrados. A última notícia sobre o DED é que sua execução foi priorizada emergencialmente e que estaria em desenvolvimento.

Por outro lado, dada a necessidade urgente de conferir transparência às deliberações institucionais relativas à desvinculação de processos, a Secretaria da Corregedoria desenvolveu, autonomamente, funcionalidade que disponibiliza as informações relativas à desvinculação para todos os Magistrados e servidores deste Tribunal, dentro da própria extranet, menu “jurídico”, item “Orientações da Corregedoria”, periodicamente atualizada desde novembro/2018. Destaca-se que a funcionalidade recebe dados inseridos manualmente por servidores da Secretaria da Corregedoria e da Assessoria de Apoio aos Magistrados.

É importante ressaltar que a utilização da funcionalidade em questão é provisória, enquanto não disponibilizadas as alterações necessárias pela Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações em atendimento ao documento de especificação de demanda anteriormente referido.

5.2.26 - Planejamento Tático do Núcleo de Pesquisa Patrimonial

Em fins de 2018, foi detectada a necessidade de desdobrar as ações estratégicas previstas no Plano Estratégico da Corregedoria Regional 2017/2021 envolvendo o Núcleo de

Pesquisa Patrimonial, a fim de proporcionar um maior nível de detalhamento na execução das iniciativas idealizadas.

Por essa razão, foi elaborado o Plano Tático do Núcleo de Pesquisa Patrimonial, alinhado com a estratégia desenhada para a Corregedoria, por meio de um projeto específico, cujas informações foram concentradas no processo nº 705/2019-PROAD.

O objetivo da elaboração de um Plano Tático para o Núcleo de Pesquisa Patrimonial foi orientar as ações a serem desenvolvidas junto às Divisões de Execução, cabendo a estas a idealização de Planos Operacionais, denominados pelo Provimento GP-CR nº 04/2018 como “planos de metas”.

Nesse contexto, o Plano Tático do Núcleo de Pesquisa Patrimonial conecta o planejamento estratégico da Corregedoria Regional e seu impacto no planejamento operacional das Divisões de Execução.

Após o levantamento das diretrizes estratégicas do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho acerca da matéria, foram escolhidos 6 (seis) objetivos estratégicos para o triênio 2019/2021, de modo a coincidir com o termo final do Plano Estratégico da Corregedoria.

Foram eleitos os seguintes objetivos:

- Aperfeiçoar a gestão de conhecimento de métodos e ferramentas de pesquisa patrimonial junto ao 1º Grau;
- Mapear e otimizar procedimentos e rotinas de trabalho das Divisões de Execução;
- Coordenar a Semana Nacional da Execução Trabalhista;
- Realização de pesquisas patrimoniais;
- Integrar o Sistema Exe15 ao PJeKZ;
- Gestão de processos arquivados com saldos em contas judiciais ativas (Projeto Garimpo).

Homologado o Plano Tático do Núcleo de Pesquisa Patrimonial pelo Corregedor, o projeto foi finalizado em 11/03/2019.

5.2.27 - Instalações do Núcleo de Pesquisa Patrimonial

A partir da edição do Ato Regulamentar GP-CR 02/2018, o Núcleo de Pesquisa Patrimonial passou a ser responsável pela realização de pesquisas patrimoniais avançadas, em atribuição complementar às Divisões de Execução no desempenho de suas funções. Assim, para a efetiva implementação do normativo, verificou-se a necessidade de aquisição de instalações, equipamentos e pessoal adequados para a realização das tarefas.

Para tanto, em janeiro de 2019, deu-se início a este projeto.

O objetivo do projeto em questão era a aquisição de equipamentos necessários para o processamento de dados oriundos da quebra de sigilo fiscal e bancário, de alto desempenho; instalação de área privativa dos membros do Núcleo de Pesquisa Patrimonial, de modo a garantir o sigilo das informações; e composição e capacitação da equipe.

A fim de não onerar o erário a Corregedoria deste Regional oficiou à Receita Federal do Brasil solicitando a disponibilização mercadorias apreendidas que fossem úteis às atividades do Núcleo de Pesquisa Patrimonial, tais como telas eletrônicas, projetores, computadores e equipamentos similares. Em resposta, a Secretaria da Receita Federal ofereceu 1 (um) projetor e 3 (três) telas eletrônicas, os quais foram recebidos em janeiro de 2020.

Com a conclusão das atividades, foi cumprido o objetivo essencial do projeto, a saber, a criação de uma sala especialmente dedicada à realização de pesquisas patrimoniais, de acesso reservado, e a aquisição de um computador de alto desempenho.

5.2.28 - Realização de investigações no âmbito do Núcleo de Pesquisa Patrimonial

Em face da necessidade da efetiva implementação das novas atribuições do Núcleo de Pesquisa Patrimonial previstas no Ato Regulamentar GP-CR 02/2018 (auxílio às Divisões de Execução na realização de investigações contra grandes devedores e na análise de dados oriundos de quebra de sigilo fiscal e bancário), foi elaborado este projeto.

Com sua criação, pretendia-se estabelecer e implementar processos de trabalho envolvendo a realização de pesquisas patrimoniais no âmbito do NPP, por meio do desenho do fluxo de atividades e adoção das medidas necessárias à implantação de uma rotina de tarefas.

Os objetivos do projeto eram:

- Estabelecimento de critérios objetivos para seleção de grandes devedores, dentre aqueles previamente pesquisados sem sucesso pelas Divisões de Execução;
- Exame de relatórios de pesquisa patrimonial elaborados pelas Divisões de Execução
- Elaboração de critérios para definição da tramitação de processo de pesquisa (casos em que serão devolvidos à Divisão para complementação, e casos em que será realizada a pesquisa pelo próprio NPP)
- Elaboração de modelos de documentos e relatórios necessários
- Idealização e implementação de rotinas e métodos de trabalho do NPP, a partir de informações levantadas sobre experiências de sucesso em outros TRTs (a exemplo das 3ª e 5ª Regiões)
- Seleção de “caso”, processo administrativo do EXE15, cujo status seja “suspensão (inconclusivo)”, para piloto de pesquisa pelo NPP
- Elaboração de relatório conclusivo do NPP e envio para condução da execução para o Juiz da Divisão de execução competente.

O projeto está em andamento, sendo que já foram realizadas as seguintes ações:

- Análise dos relatórios produzidos pelas Divisões
- Reconhecimento de empresas e sócios de possível grupo econômico;
- Elaboração de critérios para definição da tramitação do processo de pesquisa;
- Levantamento dos Processos Administrativos de Investigação com status “suspensão (inconclusivo)”;
- Estabelecimento de critérios objetivos para seleção de grandes devedores, dentre aqueles previamente pesquisados sem sucesso pelas Divisões de Execução
- Seleção de um processo administrativo para realização de pesquisas pelo NPP
- Pedido de Cadastro de Clientes do Sistema Financeiro Nacional - CCS das pessoas identificadas, de Relatório de Inteligência Financeira do COAF em face das pessoas encontradas no CCS, e de SIMBA em face das pessoas encontradas no CCS/COAF/Dossiê.

A previsão para 2020 é que o projeto continue seu curso, e que novas investigações sejam feitas.

5.2.29 - Manual de Pesquisa Patrimonial

Tendo em vista a iniciativa promovida por outros órgãos, a exemplo da Comissão Nacional de Efetividade da Execução Trabalhista, o Núcleo de Pesquisa

Patrimonial idealizou um Manual de Pesquisa Patrimonial, contendo sugestões de encaminhamento de processos de execução relativamente à localização de patrimônio dos devedores.

Foram identificadas iniciativas do Ministério Público Federal, por exemplo, envolvendo a recuperação de ativos e a cooperação internacional. Alguns materiais localizados na rede mundial de computadores apontam estratégias utilizadas pelo MPF na localização de patrimônio oriundo de atividades ilícitas, com *modi operandi* semelhantes àqueles adotados por devedores trabalhistas contumazes para fins de blindagem patrimonial.

Detectou-se ainda que a experiência dos Magistrados da 15ª Região com casos repetitivos na execução poderia ser aproveitada para fins de confecção desse material, a fim de facilitar uma gestão do conhecimento dentro da instituição como uma forma de conferir maior efetividade à execução trabalhista.

Planejou-se, inicialmente, a execução de tais tarefas unicamente pela Corregedoria. Entretanto, como a Escola Judicial recentemente iniciou um projeto com finalidade semelhante, foi viabilizada a realização do projeto por meio de parceria estratégica com seus contendedistas.

5.2.30 - Acompanhamento das Divisões de Execução

No âmbito da 15ª Região, o Núcleo de Pesquisa Patrimonial criado pelo Provimento GP-CR nº 01/2014 (alterado pelos Provimentos GP-CR nº 02/2015 e 11/2018), encontra-se vinculado à Corregedoria Regional, sob direção de seus Juízes Auxiliares, e atua de forma descentralizada, em face da extensão territorial e volume de processos, nos termos do § 6º do art. 9º da Resolução CSJT.GP nº 138/2014, incluído pela Resolução CSJT nº 193/2017.

De acordo com os critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em suas análises estatísticas (Justiça em Números), o Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região pode ser considerado como sendo de grande porte, em virtude de sua elevada movimentação processual. Ao mesmo tempo, deve-se sopesar a extensão dos limites territoriais da jurisdição do Regional, que abrange 599 municípios do Estado de São Paulo, justificando a implementação de iniciativas destinadas à interiorização dos órgãos judiciais, a fim de garantir o acesso material à Justiça.

No ano de 2018, com a edição do Provimento GP-CR nº 04/2018, foram criadas 14 (quatorze) Divisões de Execução, vinculadas ao Núcleo de Pesquisa Patrimonial e instaladas em diversos Fóruns Trabalhistas da 15ª Região, cabendo-lhes a realização de pesquisas patrimoniais e a centralização das execuções, sob a condução de Juiz Coordenador especificamente designado para tanto. Os critérios para a designação e rotatividade periódica dos magistrados foram disciplinados no Ato Regulamentar GP-CR nº 01/2018. A cumulação de atividades encontrava-se amparada na redação então vigente do art. 9º da Resolução CSJT.GP nº 138/2014. Neste sentido, houve deliberação por parte da composição plena do Tribunal (PA nº 0000290-08.2017.5.15.0897), para cumulação das atividades exercidas pelos Juízes Coordenadores do Núcleo de Pesquisa Patrimonial e das respectivas Divisões de Execução, bem como pelos servidores lotados nas secretarias desses órgãos.

O Provimento GP-CR nº 04/2018 regulamentou as competências das Divisões de Execução sob orientação e fiscalização do Núcleo de Pesquisa Patrimonial.

Em 2019 todas as Divisões de Execução apresentaram Plano Bienal de Metas, os quais foram revisados e acolhidos pela Corregedoria Regional.

De modo geral, após os devidos ajustes, os planos aprovados das Divisões de Execução tiveram várias metas coincidentes, citando-se, por exemplo, saneamento na base de

dados do Sistema EXE-15; ajustes necessários ao melhor acompanhamento dos processos de investigação; realização de reuniões periódicas de alinhamento com os Grupos Internos de Execução das Varas do Trabalho; quantificação de reuniões de execuções por meio da utilização de processo piloto (art. 16 do Provimento GP-CR nº 04/2018); abertura de pelo menos 2 (duas) pesquisas avançadas mensais; e, ainda, a realização de 06 hastas públicas anuais, conforme o disposto no artigo 12 do Provimento GP-CR nº 004/2018.

Por outro lado, tendo em vista que parte das atividades anteriormente exercidas pela CGC (Coordenadorias de Gestão Compartilhada de Processos Judiciais de Administração Interna) foram abarcadas pela Divisão de Execução, as respectivas providências também são acompanhadas pela Corregedoria.

Destaca-se, ainda, que nas correições ordinárias é observado e registrado em Ata a regularidade da utilização dos convênios nas pesquisas avançadas; a designação de sala reservada para a pesquisa avançada e a atualização da parametrização local.

Não obstante a aprovação dos Planos de Metas, vários chefes das Divisões de Execução destacaram a possibilidade do não cumprimento de todas as metas, especialmente quanto às pesquisas avançadas e realização de hastas públicas, devido ao quadro deficitário de servidores e complexidade das tarefas atribuídas ao setor.

Registra-se que no terceiro trimestre de 2019, várias Unidades tiveram redução de quadro em virtude de aposentadorias. Diante do comprometimento dos planos de metas em razão da reduzida força de trabalho disponível, a aferição dos resultados foi suspensa momentaneamente, para posterior idealização de metas alternativas.

Entretanto, destaca-se que no ano de 2019 ocorreram 84 (oitenta e quatro) leilões judiciais, o que demonstra que a assertividade da redação taxativa do artigo 12 do Provimento GP-CR nº 04/2018, e o comprometimento das Unidades no cumprimento de suas atribuições.

No que se refere às pesquisas avançadas, muito embora a meta tenha sido originalmente estabelecida em consenso com os respectivos Juízes Coordenadores, após alguns períodos de aferição (ciclos trimestrais de acompanhamento) constatou-se que os Plano de Metas das Unidades necessitavam de ajustes.

Neste cenário, por ocasião do último acompanhamento anual, as unidades foram instadas a apresentar uma adequação aos planos de metas bienais, com a ressalva de que seus esforços fossem direcionados às hastas públicas e à realização de pesquisas patrimoniais avançadas, sendo que os novos Planos de Metas estão sendo analisados pela Corregedoria.

5.2.31 - Mapeamento e otimização das rotinas das Divisões de Execução

Este projeto foi instaurado após a edição do Provimento GP-CR nº 04/2018, que regulamentou a atuação das Divisões de Execução deste Regional, para regulamentar a padronização dos procedimentos das Divisões de Execução.

Seus objetivos eram a criação de métodos de condução dos trabalhos nas novas unidades, bem como buscar a cooperação com a Presidência e Escola Judicial, a fim de capacitar servidores e proporcionar condições de trabalho adequadas; estimular a cooperação entre Divisões de Execução e Varas do Trabalho; regulamentar a forma de atuação das unidades quando verificados os casos descritos no art. 16 do Provimento GP-CR nº4/2018; consolidar critérios para condução e instauração da pesquisa patrimonial avançada, e desenhar o fluxo dos procedimentos respectivo; auxiliar na confecção de documentos e modelo de correição ordinária nas Divisões de Execução; estabelecer roteiro de orientações para visitas às unidades; e definir calendário de visitação às Divisões de Execução.

Até o momento, foram praticadas as seguintes ações: participação dos Chefes de Divisão no Curso de Gestores ministrado pela Escola Judicial nos dias 7 e 8 de novembro de 2018; criação de formulário para habilitação de crédito para os casos de encerramento de pesquisa patrimonial pelas Divisões de Execução; elaboração de *template* do plano de metas, boletim estatístico e relatório de produtividade a serem apresentados pelas Divisões de Execução (disponíveis na Extranet); atualização do modelo de Ata de Correição; edição da Ordem de Serviço CR 01/2019.

O projeto ainda encontra-se na fase de execução, com previsão de elaboração de calendário para visitas às Divisões de Execução, dicas de visão sistemática do EXE15, cartilha de procedimentos para seleção de devedores a serem investigados pela Divisão, minuta de alteração do Provimento GP-CR 04/2018, bem como de realização de campanha de estímulo à priorização da reunião de processos.

5.2.32 - Convênios para Pesquisa Patrimonial

Por força da Portaria GP-CR nº 60/2014, cabe ao Núcleo de Pesquisa Patrimonial a gestão dos convênios destinados a conferir maior efetividade à execução. A fim de oferecer ferramentas adicionais ao primeiro grau para a solução de processos em execução, o Núcleo de Pesquisa Patrimonial efetuou tratativas, de iniciativa própria ou por sugestão de magistrados e servidores do Regional, a fim de obter acesso para consulta a sistemas de outros órgãos públicos ou entidades privadas.

Nesse sentido, em 2019, foram implementados convênios com a Vivo S/A e com a TIM S/A, para acesso a dados de clientes das operadoras de telefonia, com a Central de Cartórios de Registro de Imóveis de Minas Gerais – CRI-MG. Atualmente, estão disponíveis as seguintes ferramentas de pesquisa patrimonial:

Ferramenta de busca	Objetivo
BacenJud	Penhora eletrônica de valores e ativos financeiros, junto a instituições bancárias
Cadastro de Clientes do Sistema Financeiro Nacional – CCS/Bacen	Consulta a dados de clientes de instituições financeiras ligadas ao Sistema Financeiro Nacional
Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED/MTE	Consulta a informações de vínculos empregatícios informados ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)
Cadastro Nacional de Empresas – CNE	Consulta aos registros de empresas mercantis em juntas comerciais em todo o território nacional
Central de Indisponibilidade – CNIB	Registrar ordens de indisponibilidade de bens imóveis
Central de Informações do Registro Civil – CRCJUD/ARPEN-SP	Consulta a dados acerca de nascimentos, óbitos, casamentos, divórcios, etc.
Central Notarial de Serviços	Consulta aos registros dos cartórios notariais

Ferramenta de busca	Objetivo
Eletrônicos Compartilhados – CENSEC/CNB	
CRI-MG	Penhora eletrônica de bens imóveis, junto aos cartórios registradores de Minas Gerais
CPFL Energia	Localização de endereços e dados cadastrais de clientes
Informações ao Judiciário – Infojud/RFB	Consulta a informações do banco de dados da Receita Federal
Infoseg	Acesso a informações das Secretarias de Segurança Pública em todo o país
Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP	Consulta aos registros de empresas mercantis da Junta Comercial do Estado de São Paulo
Penhora Online – Associação dos Registradores Imobiliários de São Paulo (ARISP)	Penhora eletrônica de bens imóveis, junto aos cartórios registradores de diversos
Renajud	Restrição judicial de veículos
Serasajud – SERASA	Negativação de devedores trabalhistas
Sistema Eletrônico de Intercâmbio – SEI/COAF	Requisição de informações acerca de ilícitos financeiros
Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR/INCRA	Localização de imóveis rurais
Sistema de Informações Eleitorais – SIEL/TRE-SP	Consulta aos registros da Justiça Eleitoral (endereços, óbitos, etc).
Sistema de Investigação de Movimentações Bancárias – SIMBA	Requisição de informações acerca de movimentações bancárias
Sistema Integrado de Informações da Aviação Civil (SACI/ANAC)	Consulta a registros relativos a proprietários e operadores de aeronaves
Sistema Eletrônico de Gestão de	Pesquisa e penhora de registros de marcas e patentes

Ferramenta de busca	Objetivo
Propriedade Industrial – e-INPI/INPI	
Vivo S/A	Localização de endereços e dados cadastrais de clientes
TIM S/A – Infotim	Localização de endereços e dados cadastrais de clientes

5.2.33 - Revisão da Cartilha de Convênios

Com a criação do Núcleo de Pesquisa Patrimonial, foi editada a Portaria GP-CR nº 60/2014, transferindo ao setor a administração de diversas ferramentas voltadas a conferir maior efetividade à execução, tais como Bacenjud, Renajud e Infojud. Em 2015, como parte das iniciativas previstas no Plano Estratégico da Corregedoria Regional 2013/2016, foi elaborada a primeira edição da “Cartilha de Convênios”, de forma a reunir informações acerca dessas ferramentas.

Desde então, constatou-se que as informações foram gradualmente tornando-se defasadas, merecendo uma revisão integral. Ao mesmo tempo, verificou-se que nem todos os usuários desses sistemas recorriam ao material disponibilizado pela Corregedoria. Após um diagnóstico acerca das limitações da cartilha, foi elaborado um projeto para tratar do assunto e conferir uma nova roupagem às informações.

Como resultado, foi elaborada uma nova versão do material, em edição totalmente revisada e atualizada com as informações mais recentes acerca dos convênios e ferramentas disponíveis.

Optou-se por uma versão em página web, interativa e orientada às reais necessidades da primeira instância, por meio da segmentação das informações de acordo com o objetivo dos usuários.

O projeto foi considerado encerrado com sucesso em outubro/2019, com a implementação do layout padronizado e sua disponibilização ao público interno do Tribunal.

Entretanto, eventuais alterações deverão ser promovidas ao longo do tempo, a fim de manter o material atualizado.

5.2.34 - Hastas Públicas Unificadas

O Provimento GP-CR Nº 04/2019 instituiu as hastas públicas unificadas, a serem realizadas nas modalidades presencial e eletrônica, sob a supervisão das Divisões de Execução, na forma do Provimento GP-CR nº 04/2018.

Compete às Divisões a efetiva realização das hastas públicas unificadas, no âmbito de sua respectiva área de atuação. Contudo, é de responsabilidade da Corregedoria, por meio do Núcleo de Pesquisa Patrimonial, efetuar o agendamento e a designação do leiloeiro que atuará naquela oportunidade, mediante sorteio eletrônico. O agendamento é realizado conforme identificada a demanda, cujo acompanhamento é feito por meio de sistema informatizado desenvolvido para este fim.

Foram, ao todo, agendadas 84 (oitenta e quatro) hastas públicas ao longo de 2019, conforme tabela abaixo:

HASTAS PÚBLICAS POR DIVISÃO DE EXECUÇÃO

Divisão de Execução de Araçatuba – Ano 2019		
Hasta	Data da Realização	Leiloeiro Responsável
1/2019	22/03/19	Julio Abdo Costa Calil
2/2019	10/06/2019	Antonio Sanches Ramos Junior
3/2019	20/09/19	Rodrigo Aparecido Rigolon da Silva
4/2019	13/12/2019	Diniz Parussolo Martins
Divisão de Execução de Araraquara – Ano 2019		
Hasta	Data da Realização	Leiloeiro Responsável
1/2019	26/02/2019	Euclides Maraschi Junior
2/2019	24/04/2019	Andre Sobreira da Silva
3/2019	03/06/2019	Gustavo Cristiano Samuel dos Santos
4/2019	13/08/2019	José Valero Santos Junior
5/2019	19/09/2019	Marcos Roberto Torres
6/2019	30/10/2019	Gilson Keniti Inumaru
7/2019	04/12/2019	Regina Teresa Franci Brotto
Divisão de Execução de Bauru – Ano 2019		
Hasta	Data da Realização	Leiloeiro Responsável
1/2019	20/02/2019	José Valero Santos Junior
2/2019	24/04/2019	Julio Abdo Costa Calil
3/2019	19/06/2019	Andre Sobreira da Silva
4/2019	21/08/2019	Andre Sobreira da Silva
5/2019	20/09/2019	Angélica Mieko Inoue Dantas
6/2019	20/11/2019	Cezar Augusto Badolato Silva
7/2019	11/12/2019	Carlo Ferrari
Divisão de Execução de Campinas – Ano 2019		

Hasta	Data da Realização	Leiloeiro Responsável
1/2019	28/02/2019	Andre Sobreira da Silva
2/2019	30/04/2019	Gustavo Cristiano Samuel dos Santos
3/2019	19/06/2019	Douglas José Fidalgo
4/2019	29/08/2019	Irani Flores
5/2019	19/09/2019	Regina Teresa Franci Brotto
6/2019	14/11/2019	Douglas José Fidalgo
Divisão de Execução de Franca – Ano 2019		
Hasta	Data da Realização	Leiloeiro Responsável
1/2019	22/02/2019	Gilson Keniti Inumaru
2/2019	24/05/2019	Diniz Parussolo Martins
3/2019	26/07/2019	Douglas José Fidalgo
4/2019	20/09/2019	Tatiana Hisa Sato
5/2019	13/12/2019	Julio Abdo Costa Calil
Divisão de Execução de Jundiá – Ano 2019		
Hasta	Data da Realização	Leiloeiro Responsável
1/2019	18/03/2019	Douglas José Fidalgo
2/2019	15/05/2019	Gustavo Cristiano Samuel dos Santos
3/2019	03/07/2019	Rodrigo Aparecido Rigolon da Silva
4/2019	18/09/2019	Antonio Hissao Sato Junior
5/2019	23/10/2019	Marilaine Borges de Paula
6/2019	06/12/2019	Carlo Ferrari
Divisão de Execução de Limeira – Ano 2019		
Hasta	Data da Realização	Leiloeiro Responsável
1/2019	28/02/2019	Euclides Maraschi Junior

2/2019	23/04/2019	Rodrigo Aparecido Rigolon da Silva
3/2019	11/06/2019	Douglas José Fidalgo
4/2019	23/08/2019	Gustavo Cristiano Samuel dos Reis
5/2019	18/09/2019	José Valero Santos Junior
6/2019	14/11/2019	Andre Sobreira da Silva
Divisão de Execução de Piracicaba – Ano 2019		
Hasta	Data da Realização	Leiloeiro Responsável
1/2019	15/02/2019	José Valero Santos Junior
2/2019	07/05/2019	Gilson Keniti Inumaru
3/2019	19/07/2019	Carla Sobreira Umino
4/2019	16/09/2019	Rodrigo Aparecido Rigolon da Silva
5/2019	04/11/2019	Erwin Delano Franci di Brotto
Divisão de Execução de Presidente Prudente – Ano 2019		
Hasta	Data da Realização	Leiloeiro Responsável
1/2019	12/02/2019	Euclides Maraschi Junior
2/2019	30/04/2019	Douglas José Fidalgo
3/2019	18/06/2019	Douglas José Fidalgo
4/2019	06/08/2019	Antonio Sanches Ramos Junior
5/2019	18/09/2019	Regina Teresa Franci Brotto
6/2019	26/11/2019	Juliana Hisa Sato
Divisão de Execução de Ribeirão Preto – Ano 2019		
Hasta	Data da Realização	Leiloeiro Responsável
1/2019	25/02/2019	Andre Sobreira da Silva

2/2019	22/04/2019	Douglas José Fidalgo
3/2019	22/07/2019	Carla Sobreira Umino
4/2019	16/09/2019	Marcos Roberto Torres
5/2019	30/10/2019	Euclides Maraschi Junior
6/2019	16/12/2019	Rodrigo Aparecido Rigolon da Silva
Divisão de Execução de São José do Rio Preto – Ano 2019		
Hasta	Data da Realização	Leiloeiro Responsável
1/2019	19/02/2019	Euclides Maraschi Junior
2/2019	09/04/2019	Douglas José Fidalgo
3/2019	14/05/2019	Antonio Hissao Sato Junior
4/2019	16/07/2019	Julio Abdo Costa Calil
5/2019	27/08/2019	Julio Abdo Costa Calil
6/2019	17/09/2019	Rodrigo Aparecido Rigolon da Silva
7/2019	12/11/2019	Irani Flores
Divisão de Execução de São José dos Campos – Ano 2019		
Hasta	Data da Realização	Leiloeiro Responsável
1/2019	26/02/2019	Fabiana Cusato
2/2019	23/04/2019	Marilaine Borges de Paula
3/2019	25/06/2019	Marilaine Borges de Paula
4/2019	29/08/2019	Julio Abdo Costa Calil
5/2019	16/09/2019	José Valero Santos Junior
6/2019	14/11/2019	Juliana Hisa Sato
Divisão de Execução de Sorocaba – Ano 2019		
Hasta	Data da Realização	Leiloeiro Responsável

1/2019	07/02/2019	Rodrigo Aparecido Rigolon da Silva
2/2019	08/03/2019	Antonio Hissao Sato Junior
3/2019	30/04/2019	Tatiana Hisa Sato
4/2019	30/05/2019	Juliana Hisa Sato
5/2019	20/08/2019	Andre Sobreira da Silva
6/2019	17/09/2019	Diniz Parussolo Martins
7/2019	24/10/2019	Carla Sobreira Umino
8/2019	28/11/2019	Hugo Leonardo Alvarenga Cunha
Divisão de Execução de Taubaté – Ano 2019		
Hasta	Data da Realização	Leiloeiro Responsável
1/2019	27/02/2019	Andre Sobreira da Silva
2/2019	23/04/2019	José Valero Santos Junior
3/2019	25/06/2019	Julio Abdo Costa Calil
4/2019	17/09/2019	Antonio Sanches Ramos Junior
5/2019	13/11/2019	Diniz Parussolo Martins

5.2.35 - Cartas precatórias

Este projeto foi criado para estudo dos procedimentos envolvendo a dispensa de autuação das cartas precatórias oriundas de outros Tribunais, especialmente para atos de comunicação, quando não é necessária deliberação do juízo deprecado.

Considerando a existência de um termo de Cooperação Técnica firmado com o E. TRT da 3ª Região, o estudo se fez necessário diante de relatos de ineficácia do procedimento atual, reportados pelos oficiais de justiça de Campinas.

Por este motivo, determinou-se uma consulta interna, pela coleta de impressões de outras unidades via formulário Google. Aplicado o questionário, além das respostas objetivas foram recebidas sugestões e observações, e para a análise das respostas foram gerados gráficos que facilitaram a leitura do cenário. O resultado foi amplamente positivo, demonstrando a irrestrita adesão das Unidades de 1º Grau ao procedimento.

Ao final, foram sugeridas melhorias que demandavam providências da área de tecnologia da informação, que foram encaminhadas à Presidência para análise.

A ASSOJAF-15 requereu que a referida consulta fosse estendida aos oficiais de justiça. No momento o requerimento foi indeferido, eis que os oficiais de justiça já se fizeram representados pelas entidades de classe.

Atualmente, o projeto se encontra aguardando deliberações do Comitê de Governança de TIC, em razão da necessidade de alteração do programa utilizado no controle do recebimento e envio dos expedientes.

5.2.36 - Cadastramento de Leiloeiros e Corretores

5.2.36.1 Leiloeiros.

O Provimento GP-CR Nº 04/2019, que regulamentou as hastas públicas unificadas, passou a exigir que as vendas judiciais fossem realizadas somente por leiloeiros devidamente credenciados junto ao Tribunal, por ato conjunto do Desembargador Presidente e do Desembargador Corregedor.

A partir de 2019, os pedidos passaram a ser apresentados por qualquer leiloeiro interessando por meio de Pedido de Providência, instaurado no âmbito do PJe de 2º Grau.

O requerimento de cadastramento deve estar acompanhado de documentação que comprove o atendimento dos requisitos mínimos estabelecidos pelo Provimento, quanto à capacidade técnica, à probidade pessoal e profissional, à existência de galpão coberto na circunscrição pretendida e à manutenção de ambiente virtual para realização de leilões eletrônicos. Após o deferimento, a decisão é publicada e a validade do credenciamento é de 24 (vinte e quatro) meses, a contar da data da publicação.

Todas as circunscrições dispõem de leiloeiros suficientes para atender à demanda e garantir o bom andamento das atividades relacionadas à execução, conforme demonstra a tabela:

Circunscrição	Leiloeiros habilitados
Araçatuba	08
Bauru	11
Campinas	16
Presidente Prudente	12
Ribeirão Preto	18
São José do Rio Preto	12
São José dos Campos	17
Sorocaba	14

Além de efetuar o credenciamento e o cadastramento no sistema EXE15, desenvolvido para gestão das hastas públicas, a Corregedoria também acompanha periodicamente o desempenho dos leiloeiros, e o efetivo cumprimento dos normativos, por meio de processos administrativos autuados para este fim. Foram também acolhidas e

analisadas petições referentes à atuação dos leiloeiros. O procedimento adotado pela Corregedoria nesses casos consistiu em na averiguação de irregularidades, fossem elas identificadas de ofício ou por iniciativa de interessados.

5.2.36.2 Corretores.

O procedimento de alienação por iniciativa particular, previsto no art. 880 do CPC, foi disciplinado, no âmbito regional, pelo Provimento GP-CR N° 04/2014. Em conformidade com o normativo, os corretores interessados em atuar junto ao Tribunal devem estar devidamente credenciados, por meio de Pedido de Providência no PJe de 2º Grau.

O pedido deve ser instruído com documentos pessoais, certidões negativas emitidas por órgãos públicos e declarações que evidenciem sua capacidade de atuação, conforme documentação mínima exigida em Provimento. A validade de habilitação é de 2 (dois) anos, a partir do deferimento do pedido, em ato conjunto do Desembargador Presidente e do Desembargador Corregedor.

Ao longo de 2019, 10 (dez) corretores foram habilitados. Atualmente, todas as Unidades deste Regional dispõem de ao menos um corretor credenciado e apto para atuar. A Corregedoria também acompanha o desempenho dos corretores, por meio de processos administrativos atuados para este fim.

5.2.37 - Leiloeiros no PJe

A necessidade de agilizar e racionalizar os procedimentos de cadastramento de leiloeiros mostrar ser aconselhável a tramitação dos procedimentos exclusivamente em meio eletrônico, em plataforma amigável com o público externo.

Nesse cenário, foi descontinuada a tramitação em meio físico e no Sistema Processo Administrativo Eletrônico (PROAD) e deliberado que os processos de cadastramento tramitassem exclusivamente no PJe, eliminando a utilização do protocolo físico, que permanece relegado a ocasiões excepcionais. Para tanto, foi empregada a classe genérica “Pedido de Providências”, conforme autorização expressa do Provimento GP-CR n° 04/2019. A razão para essa escolha envolveu o caráter genérico da classe processual.

A fim de tornar amplamente conhecidos os novos procedimentos, foram expedidos ofícios aos leiloeiros e corretores já credenciados, caso eventualmente interessados na renovação de sua habilitação. Foi editada também a Portaria CR n° 03/2019, contendo as instruções necessárias para viabilizar a utilização do sistema PJe pelas partes interessadas. Como resultado, foi reduzida praticamente a zero a quantidade de expedientes físicos recebidos pela Corregedoria, otimizando a gestão documental e minimizando os riscos associados à gestão de documentos físicos. Ao mesmo tempo, foi conferida maior transparência ao processamento desses requerimentos.

O projeto foi encerrado em 07/08/2019 com a criação de uma unidade específica no PJe, de forma a franquear o acesso às unidades administrativas do Tribunal sem prejudicar o sigilo dos demais processos em trâmite pela Corregedoria Regional, cujo acesso permanece reservado aos servidores da Secretaria da Corregedoria.

Foram recebidos diversos processos por meio eletrônico, sem que a nova modalidade impactasse negativamente no exercício do direito de petição pelos leiloeiros. Eventuais intercorrências estão sendo solucionadas satisfatoriamente pelo Núcleo de Apoio ao Usuário do PJe e pela Secretaria da Corregedoria Regional, habituadas no atendimento das dúvidas encaminhadas pelos usuários, em especial os leiloeiros e corretores. Observou-se,

também, que a necessidade de atendimentos presenciais foi sensivelmente reduzida, otimizando os trabalhos da Secretaria.

5.2.38 - Semana Nacional de Execução Trabalhista

Trata-se de projeto desenvolvido com a finalidade de concentrar o planejamento das iniciativas a serem coordenadas pelo Núcleo de Pesquisa Patrimonial para atendimento ao ofício do Exmo. Coordenador da Comissão Nacional de Efetividade de Execução Trabalhista, Ministro Cláudio Mascarenhas Brandão, que solicitou o envio de relatório das medidas adotadas para a 9ª Semana Nacional da Execução realizada de 16 a 20 de setembro de 2019.

No referido ofício foi sugerida a inserção de processos de execução na pauta de audiências de 1º grau, bem como a priorização da utilização de ferramentas eletrônicas durante a Semana Nacional da Execução.

Também foi sugerida a realização semestral de Maratonas de Investigação Patrimonial, e foi solicitada a ampla divulgação do evento, para além da utilização dos canais do próprio Tribunal, com a divulgação na imprensa local, a participação de entidades representativas de categorias econômicas e a mobilização da classe dos advogados.

Salienta-se que as ações elencadas no Ofício já correspondiam às atividades usualmente promovidas por esta E. Corte durante as Semanas Nacionais de Execução, de modo que as diretrizes adotadas no planejamento para a organização do evento estavam plenamente alinhadas com as recomendações superiores.

Dentre as atividades da 3ª Maratona de Pesquisa Patrimonial da 15ª Região, detalhadas em item próprio, foi realizada a 2ª Oficina de Pesquisa Patrimonial, e ainda, um mutirão nas secretarias das Varas do Trabalho envolvendo a expedição de mandados e a realização de pesquisas por meio da utilização de ferramentas eletrônicas, conforme sistemática adotada por este Tribunal, nos moldes do Provimento GP-CR nº 10/2018.

O mutirão na primeira instância contemplou também a expedição de guias de retirada e alvarás e o agendamento adicional de 14 (quatorze) hastas públicas.

Por fim, o Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região foi o campeão em valores arrecadados nesta 9ª Semana Nacional de Execução Trabalhista.

O TRT15 movimentou R\$ 502.168.627,89, sendo R\$ 127.909.975,51 decorrentes de 2.193 acordos homologados. A 15ª Região liderou o ranking de leilões, no total, foram arrematados R\$ 80,5 milhões em bens nas hastas públicas realizadas durante a Semana.

Paralelamente, foram bloqueados R\$ 25 milhões por meio do BacenJud, e penhorados outros R\$ 100 milhões em bens.

Com o mutirão de expedição de alvarás, foram liberados R\$ 103 milhões aos reclamantes.

O TRT15 também foi o primeiro em recolhimentos previdenciário e fiscal, com R\$ 10.932.276,94 destinados aos cofres públicos.

Ainda foram considerados desta vez, na somatória, a liberação de recursos financeiros para quitação de precatórios das Fazendas Municipal, Estadual e Federal – liderada pelo TRT-15 com R\$ 11.244.697,92 pagos aos reclamantes –, e valores quitados, dos quais o Tribunal garantiu R\$ 33.673.129,18.

5.2.39 - Maratona de Pesquisa Patrimonial – Oficina de Pesquisa

Em cumprimento ao ofício do Exmo. Coordenador da Comissão Nacional de Efetividade de Execução Trabalhista, Ministro Cláudio Mascarenhas Brandão, recebido no

mês de maio de 2019, no qual era recomendado a realização semestral de Maratonas de Investigação Patrimonial, o Núcleo de Pesquisa Patrimonial iniciou este projeto para tratar da 2ª Maratona de Pesquisa Patrimonial.

Acatando a data e as atividades sugeridas pelo Exmo. Ministro, a 2ª Maratona de Pesquisa Patrimonial foi realizada em setembro/2019. O NPP organizou e coordenou uma oficina presencial de pesquisa patrimonial com 16 participantes, Juízes de 1º Grau, Servidores dos grupos internos de execução das Varas do Trabalho, servidores ocupantes do cargo de chefe das Divisões e Oficiais de Justiça atuantes na fase de execução, para análise conjunta de casos de elevada complexidade inscritos pelas Divisões de Execução.

A criação de grupos heterogêneos facilitou a análise dos dados e documentos obtidos ao longo da pesquisa pela Divisão de Execução de origem, bem como possibilitou obter informações que foram consultadas imediatamente (Infoseg, Infojud, CCS, Caged, Jucesp, CRCJud, Censec, etc).

Todos os participantes antes de analisarem os casos previamente selecionados se comprometeram a manutenção de sigilo. O objetivo da oficina era debater os métodos empregados e identificar os entraves ao sucesso das pesquisas e não necessariamente, a solução dos casos examinados.

A oficina também se prestou para difundir métodos de análise das informações obtidas por meio das ferramentas e convênios oferecidos pelo Tribunal.

No fechamento dos trabalhos, as equipes elaboraram e apresentaram um parecer opinativo contendo as estratégias que poderiam ser adotadas para solução do caso.

Durante o evento, houve ainda a apresentação do modelo de documento para auxiliar a interpretação dos dados obtidos por meio do sistema SIMBA, com a utilização do *software Power BI*, em sua versão gratuita e cuja autorização de instalação foi concedida pela Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações no chamado R23860, seguida por uma oficina de utilização da ferramenta.

O NPP apresentou um caso de condução do processo piloto de pesquisa patrimonial avançada, e o resumo de todos os convênios do Regional úteis às pesquisas patrimoniais.

O projeto foi concluído com êxito, e seus resultados poderão ser utilizados nas maratonas ao longo de 2020, bem como nas atividades do NPP e das unidades de primeira instância.

5.2.40 - GARIMPO – Tratamento dos processos arquivados definitivamente com contas judiciais ativas

Com a publicação do Ato Conjunto CSJT.GP.CGJT nº 01/2019, os processos arquivados na pendência de depósitos judiciais em conta judicial ativa passaram à responsabilidade da Corregedoria Regional, a quem coube desenvolver projeto visando à implementação de rotinas de controle desses processos e a adoção de medidas para sua identificação, especialmente em relação à administração dos mais antigos, arquivados anteriormente à data de 14/02/2019.

Nesse contexto, por força do ato referido no parágrafo anterior, a Corregedoria elaborou este projeto, com o objetivo de reunir as ações e providências necessárias à consecução dos objetivos consignados no referido normativo, com especial atenção às diretrizes contidas no art. 4º, §2º.

Em síntese, os objetivos do projeto são:

- Identificar os processos arquivados com depósito judicial em conta judicial ainda ativa;

- Elaborar ordem de serviço e modelos de documentos, bem como acompanhar a efetiva implementação de rotinas nas Varas do Trabalho, a fim de impedir que processos sejam arquivados na pendência de depósitos judiciais, sem que seja dada prévia destinação para quitação de outros débitos ou, na inexistência destes, sejam devolvidos ao devedor;
- Disciplinar expressamente as consultas mínimas a serem realizadas por parte das Varas do Trabalho, a fim de realizar ampla pesquisa para investigação dos débitos em outros processos, bem como as diligências mínimas necessárias à localização do depositante;
- Implementar rotinas no âmbito da Corregedoria Regional, a fim de que os depósitos judiciais que não puderem ser devolvidos ao credor/devedor/depositante sejam relacionados em edital permanente e, ao fim do prazo de 10 (dez) anos, sejam convertidos em renda em favor da União;
- Elaborar página no Portal do TRT15 na internet a fim de disponibilizar publicamente as informações relativas aos processos com depósitos judiciais;
- Mapear os procedimentos elencados e identificar quais poderiam ser objeto de automação, bem como identificar os meios mais céleres para desenvolvimento das soluções informatizadas;
- Firmar convênio com as instituições financeiras, a fim de que as informações relativas às contas judiciais ativas sejam encaminhadas periodicamente à Corregedoria.

Conforme estabelece o Ato Conjunto CSJT.GP.CGJT nº 01/2019, é condição para o arquivamento definitivo do processo a inexistência de contas judiciais ativas. O normativo atribui à Corregedoria Regional a responsabilidade para movimentação de depósitos judiciais de processos arquivados definitivamente. Para ciência das unidades de primeira instância a respeito, a Corregedoria editou o comunicado nº 6/2019-CR. Na sequência, também foi editado o Comunicado CR Nº 13/2019, que disciplinou os procedimentos a serem observados no arquivamento de processos judiciais.

Dentre as ações do projeto, os bancos foram oficiados pela Corregedoria, sendo que o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal encaminharam os dados relativos às contas judiciais abertas e vinculadas a processos em trâmite perante o TRT da 15ª Região.

Outras ações previstas no projeto incluem a identificação dos processos vinculados a contas judiciais ativas, o mapeamento dos procedimentos necessários ao tratamento correto e eficaz dos valores localizados, conferir publicidade ao público externo acerca do projeto e acompanhar as Varas do Trabalho para o cumprimento do Ato.

Após a edição do referido Ato Conjunto a Corregedoria-Geral instituiu comissão de acompanhamento e supervisão de implantação do Projeto, a qual estabeleceu algumas premissas para sua elaboração e informou que a apuração dos depósitos judiciais não resgatados em processos arquivados será realizada pelo cruzamento de dados dos sistemas de acompanhamento processual e a relação de contas judiciais existentes nos bancos oficiais, através de sistema Garimpo desenvolvido pelo TRT21.

Salienta-se que o Sistema do TRT21 não identifica o beneficiário de recurso, sendo necessária uma inspeção nos autos. Destarte, havendo inconsistência na abertura da conta judicial o Sistema não consegue identificar automaticamente o processo arquivado portanto, assim, haverá trabalho manual a ser desenvolvido, cabendo à Corregedoria Regional o estudo e supervisão das atividades.

Pelas informações prestadas pela Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações do Tribunal, por meio do PROAD nº 21868/2019, acerca das funcionalidades do Sistema Garimpo e do cronograma de sua implantação, verificou-se que a ferramenta será distribuída a todas as Unidades de Primeira Instância, sendo que caberá a cada Vara do Trabalho o gerenciamento dos depósitos vinculados à respectiva unidade.

Considerando que o sistema é fundamental para o prosseguimento do projeto foi requerido à Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações do Tribunal informações acerca das funcionalidades do referido sistema e do cronograma de sua implantação, havendo uma expectativa de liberação do sistema até 29/11/2019, antes do treinamento da área negocial.

Vale dizer que a comissão entendeu que os dados fornecidos pelas instituições bancárias devem ser atualizados, pelo menos, a cada 60 dias. E neste sentido, será providenciada, futuramente, a celebração de convênio com o Banco do Brasil e a CEF para que informem periodicamente a relação dos depósitos judiciais existentes.

As atividades de capacitação da equipe de negócio foram concluídas, e atualmente o projeto está pendente da instalação do sistema Garimpo em âmbito regional.

5.2.41 - Implantação do Sistema Automatizado de Bloqueios Bancários (SABB)

Este projeto foi criado para a implantação, neste TRT da 15ª Região, do Sistema Automatizado de Bloqueios Bancários (SABB), que foi desenvolvido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região para otimizar as rotinas de trabalho envolvendo a inclusão de ordens de bloqueio no BacenJud.

Através do SABB é possível exportar as informações do PJe diretamente para a minuta de bloqueio; repetir diariamente, de forma automática, as tentativas de bloqueio, até a garantia do Juízo; e coletar os resultados e transferir os valores bloqueados automaticamente.

Para a implantação do sistema, foi celebrado Acordo de Cooperação Técnica entre este Regional e o TRT da 18ª Região, cujo objeto foi a cessão do *software* SABB, bem como ficaram estabelecidas as condições para sua instalação, suporte, utilização e manutenção.

Servidores deste Regional, da área de Tecnologia e Informação e da área Judiciária, participaram de treinamento do sistema em comento, no TRT da 18ª Região, em setembro de 2018.

A fim de auxiliar os servidores deste Regional na utilização do sistema, foi editada a Ordem de Serviço CR 12/2018, além da disponibilização do vídeo sobre o funcionamento do SABB, bem como de tutoriais em vídeos, elaborados pelo TRT da 1ª Região, com instruções de como operar o Sistema de Automação de Bloqueios Bancários.

No decorrer do projeto, durante o ano de 2019, o TRT da 18ª Região disponibilizou nova versão do programa, a fim de solucionar problemas observados em relação a algumas funcionalidades. Já cumprido o objetivo essencial do projeto, que era a Implantação do Sistema Automatizado de Bloqueios Bancários (SABB) no TRT da 15ª Região, ele foi encerrado.

No decorrer do ano de 2020 o sistema continuará sendo utilizado, permitindo melhoria contínua nas rotinas de bloqueios de valores.

5.2.42 - Projeto de Incentivo e Acompanhamento – SABB

O Sistema de Automação de Bloqueios Bancários (SABB) foi desenvolvido pelo TRT da 18ª Região e, após autorização do CSJT, foi disponibilizado a todos os Regionais por meio de acordo de cooperação. No âmbito da 15ª Região, o sistema foi disponibilizado em fins de outubro/2018, em tempo para o seu lançamento oficial por ocasião da 7ª Mostra de Boas Práticas, realizada em novembro/2018.

Contudo, constatou-se que, passados alguns meses, apenas parte das Varas do Trabalho estavam efetivamente utilizando o sistema, com destaque para as Varas do Trabalho de São Sebastião e a 5ª Vara do Trabalho de Ribeirão Preto.

Assim, em parceria com essas Unidades, a Corregedoria Regional promoveu reuniões virtuais com todas as Varas, a fim de diagnosticar as razões que estavam limitando o uso do sistema e auxiliar com relação a sua operacionalização.

Após as reuniões, realizadas em maio/2019, houve um incremento significativo de Varas do Trabalho aderindo ao uso do SABB.

Em fins de setembro/2019, após nova campanha promovida pela Corregedoria no sentido de incentivar a adoção do SABB como meio preferencial para gestão das minutas de ordens de bloqueio expedidas, foi elaborado um estudo concluindo pela efetividade do sistema, com incremento expressivo do número de ordens e aumento marginal do volume de dinheiro efetivamente bloqueado.

As informações colhidas foram encaminhadas à Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho e resultaram na Recomendação nº 10/2019-CR, por meio da qual foi indicado o uso do SABB a todas as Varas do Trabalho. O projeto foi encerrado em outubro/2019, com a incorporação do acompanhamento do SABB por meio de relatórios à rotina da Corregedoria.

Ao longo de 2020 o sistema continuará sendo utilizado, permitindo melhoria contínua nas rotinas de bloqueios de valores.

5.2.43 - Execução no PJe

Considerando as dificuldades de gestão processual do sistema PJe, foi desenvolvido um sistema destinado a centralizar informações referentes às execuções e otimizar o trabalho das unidades de primeiro grau na fase de execução, o EXE15. O sistema permite gerenciar as pesquisas de investigação realizadas, pesquisar as diligências cumpridas e as penhoras realizadas, independentemente da jurisdição.

Esta melhoria foi refletida nos índices que aferem a efetividade na 15ª Região e estes resultados positivos foram nacionalmente reconhecidos. A ferramenta possibilitou também a estruturação das equipes especializadas.

O projeto “Execução no PJe” pretende ampliar o alcance das funcionalidades do EXE15 em esfera nacional e está alinhado com as estratégias nacionais e de TIC dos Conselhos.

O objetivo do projeto é criar uma base de dados comum a cada Regional e desenvolver as funcionalidades existentes no Sistema Regional de Execuções – EXE15 no sistema PJe.

O projeto parte da premissa que terá apoio e acompanhamento do Comitê Nacional do PJe e será priorizado junto ao CSJT e aos próprios tribunais, tendo uma intercomunicação permanente entre diversas equipes de desenvolvimento do PJe.

O ambiente de homologação da versão inicial foi disponibilizado para o grupo de negócios do projeto, formado por servidores da Corregedoria, no dia 23/08/2019, com previsão de entrega de parte do sistema para integração na versão 2.5.0 do PJe.

O projeto segue em andamento, com expectativa de que a primeira parte do sistema entre em produção ao longo de 2020.

5.2.44 - Fluxo para homologação de cálculos – Otimização da Fase de Liquidação

Ao longo do tempo, observou-se que algumas unidades de primeira instância deste regional apresentavam, por diversas razões, índices insatisfatórios quanto à prestação jurisdicional.

Dentre estas razões constatou-se que muitos procedimentos adotados tendiam a elastecer os prazos médios, sobretudo na fase de liquidação, quando muitas vezes era necessário que a liquidação fosse realizada por perito de confiança do Juízo, fosse em razão

da complexidade da apuração das contas, fosse em razão da grande demanda para os servidores calculistas das unidades.

Visando enfrentar o problema daquelas unidades que possuíam altos índices no indicador Prazo Médio na Fase de Liquidação no IGEST, o projeto Otimização da Fase de Liquidação teve por objetivo a implementação de procedimentos que comprovadamente reduziram o referido indicador.

Entretanto, para que aqueles procedimentos produzissem o efeito buscado, era necessário que a Unidade estivesse alinhada com as orientações da Corregedoria Regional em relação à tramitação processual.

Motivaram o projeto a existência da Recomendação n.º 04/2018, da CGJT, que tratou da prolação de sentenças líquidas, bem como reduções orçamentárias e falta de reposição de servidores aposentados, tornado mais necessária ainda a otimização de procedimentos. Ainda, era observada discrepância na prestação jurisdicional quanto a prazos e procedimentos entre as unidades do Regional, bem como foi observada a presença de servidores com níveis diferentes de formação atuando na tramitação dos processos judiciais.

Considerando este cenário, o projeto buscou criar um fluxo de trabalho que pudesse ser aplicado pela instituição em unidades com necessidade análogas, bem como utilizar a ferramenta WikiVT para fornecer fonte de conhecimento aos servidores.

Para atingir o objetivo do projeto, mostrou-se necessário restringir excessos de prazos com a padronização dos despachos na fase de liquidação da sentença, eliminando dilações de prazos que deveriam ser concedidas apenas em caráter excepcional. Também seria necessário condensar os procedimentos adotados pela Unidade de forma customizada no despacho inicial de liquidação de sentença, evitando a fragmentação de determinações e sucessivas conclusões e despachos que eventualmente retiram os processos do fluxo pré-definido. E, finalmente, fomentar a utilização do PJeCalc, ferramenta oficial de cálculos da Justiça do Trabalho.

Para direcionar as atividades, foi publicada a Recomendação CR n.º 05/2019, com procedimentos a serem observados na tramitação dos processos com intuito de otimizar a fase de liquidação. Ainda, conforme previsto na recomendação, foram disponibilizados, na extranet, modelos de despachos para a otimização da fase de Liquidação.

Concluído o projeto, espera-se que as orientações da Recomendação CR n.º 05/2019, bem como os modelos de despachos disponibilizados contribuam para a redução dos prazos médios das unidades. Os prazos médios continuarão sendo monitorados ao longo de 2020, e caso seja necessário, novo projeto poderá ser criado para realizar os ajustes eventualmente necessários.

5.2.45 - Supervisão da divulgação do aplicativo JTe a advogados e partes

A consolidação do Processo Judicial Eletrônico no âmbito da Justiça Trabalhista reflete uma sociedade cada vez mais conectada ao meio digital, e torna necessária a constante modernização das ferramentas disponibilizadas aos operadores do direito, servidores e magistrados.

Em sintonia com tal premissa, foi desenvolvido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região aplicativo para celulares denominado “Justiça do Trabalho Eletrônica – JTe”, que oferece aos usuários informações em tempo real sobre a tramitação dos processos, pautas de audiência das unidades de primeira instância e diversas funcionalidades que facilitam o acesso à justiça.

Em análise prévia, concluiu-se que o aumento da utilização da ferramenta poderia ter impacto direto na diminuição da demanda de atendimento, no balcão ou por qualquer outro meio, nas unidades de primeira instância.

Nesse cenário, o projeto buscou ampliar a utilização do aplicativo, com estratégias que estimulassem a divulgação e a utilização do aplicativo JTe por advogados e partes. Decidiu-se pela impressão de cartazes para afixar nas unidades de primeira instância, foi definido texto com recomendação de inclusão nas atas de audiência (Recomendação CR nº 7/2019), bem como foi enviado ofício à OAB do Estado de São Paulo, divulgando a ferramenta.

Ainda, com o desenvolvimento de funcionalidade específica relacionada ao trabalho dos Oficiais de Justiça, foi expedido ofício aos Diretores de Secretaria, aos Chefes de Divisão e aos Oficiais de Justiça, bem como à Associação dos Oficiais de Justiça Avaliadores Federais da Justiça do Trabalho da 15ª Região (ASSOJAF15), divulgando o aplicativo e a nova funcionalidade, que passou a permitir o controle pessoal dos mandados pendentes de cumprimento.

5.2.46 - Projeto Parametrização do uso dos CHIPS – PJe Kz

Com o advento da versão 2.3.1 do PJe, foram criadas as etiquetas de processos (CHIPS) permitindo que o usuário pudesse saber rapidamente a situação atual do processo.

Resumidamente, os CHIPS vermelho e laranja são associados e desassociados do processo pelo sistema a partir de eventos pré definidos (decorrentes de movimentos processuais lançados, documentos e petições assinados ou outros dados decorrentes de funcionalidades do sistema), embora o CHIP laranja possa ser desassociado também manualmente. Por sua vez, os CHIPS amarelos são criados e retirados pelo usuário, mas possuem título pré-definido.

Todavia, foi observado que algumas Varas do Trabalho utilizavam os mesmos CHIPS para tarefas diversas. Sendo assim, o projeto buscou uniformizar a utilização dessas etiquetas de acordo com tarefas pré-determinadas pela Corregedoria após as análises necessárias.

Com a parametrização buscou-se otimizar o processo de trabalho nas Varas do Trabalho do TRT da 15ª Região, resultando em melhores indicadores, diminuição do prazo médio, tramitação mais efetiva dos processos, melhorando a prestação jurisdicional como um todo. Ainda, definindo uma parametrização de utilização dos CHIPS que pudesse ser aplicada por todas as Unidades em cada fase processual no PJe, são evitados retrabalho e dúvidas.

No início do projeto, a versão 2.3.1 do PJe contava com 23 (vinte e três CHIPS) e foi publicada a Ordem de Serviço CR nº 4/2019, orientando a utilização dos mecanismos disponíveis no Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe-JT).

Com a notícia de que seriam criados novos CHIPS na versão 2.4 do PJe, esperava-se que seria necessário realizar nova parametrização e orientação. Entretanto, a nova versão do PJe apresentou a ferramenta de forma mais ordenada e intuitiva, e desse modo nova parametrização deixou de ser necessária. Por esse motivo, o projeto foi encerrado, atingindo seu objetivo inicial.

5.2.47 - Sistema “e-SInCor”

5.2.47.1 Histórico.

O *Sistema de Informações Correicionais e Apoio à Gestão (e-SInCor)*, desenvolvido pela Secretaria da Corregedoria, reúne dados da tramitação processual,

produtividade de Magistrados e outras informações administrativas das unidades de primeira instância. Por meio de indicadores numéricos distribuídos em gráficos e relatórios (muitas vezes organizados em faixas de análise destacadas em diferentes cores), os dados do e-Gestão são agrupados de forma a permitir uma leitura mais fácil. Há disposições específicas dentro dos relatórios em que são comparados os dados locais e os regionais, podendo relacionar, conforme o tipo de informação, com os dados gerais do grupo de movimento processual da Vara do Trabalho (mesma média de processos distribuídos), ou ainda com o fórum a que pertence a unidade, quando for o caso. Sendo a origem o e-Gestão, fica garantido o alinhamento com o TST em suas análises.

5.2.47.2 Inovações.

Foram acrescentadas funcionalidades ao sistema em 2019, atendendo às novas demandas existentes. Dentre aquelas, destaca-se o *IGEST-eSinCor*, Relatório de Idade Média e também a instalação da nova plataforma de geração de relatórios, o *JasperReports Server Community Edition* – versão livre da reconhecida ferramenta de BI. O intuito foi permitir tanto à Corregedoria quanto às unidades de primeira instância o acesso aos relatórios desenvolvidos pela área técnica. O detalhamento das soluções apresentadas será feito no decorrer deste relatório.

O desenvolvimento e a manutenção do sistema e de relatórios técnicos de natureza esporádica ou pontual exigem conhecimentos específicos, pelo que são atividades realizadas por servidor especializado em tecnologia da informação (TI) lotado na Secretaria da Corregedoria.

Todas as soluções adotadas utilizam *software* livre, sem qualquer custo adicional para a administração.

5.2.48 - Utilização do *JasperReports Server* (software livre) como ferramenta de geração de relatórios

O novo modelo de Correição que passou a ser adotado exigiu que as unidades de primeira instância passassem a ter acesso a dados até então indisponíveis, como por exemplo os dados estatísticos utilizados nas atas de correição, dados de apurações mensais do IGEST e também dados do e-Gestão.

Relatórios contendo estes dados já haviam sido desenvolvidos pela Corregedoria, mas o acesso era limitado à rede local do Tribunal, impedindo a consulta pelas unidades de primeiro grau.

Após pesquisa realizada pela área técnica da Corregedoria, a ferramenta que atendeu aos requisitos necessários, sem gerar custos adicionais à administração (software livre) foi o *JasperReports Server – Community Edition*.

Inicialmente, a pesquisa selecionou ferramentas gratuitas que permitissem acesso remoto aos relatórios que já eram utilizados internamente pela Corregedoria. Era necessário, também, limitar o acesso à rede corporativa do Tribunal.

Dentre as ferramentas que atendiam a esses requisitos, o *JasperReports Server – Community Edition* foi escolhido por ser a solução mais robusta e com melhor desempenho, além de permitir que o *software* que gerava os relatórios da Corregedoria fosse reaproveitado, em alinhamento com a Eficiência Operacional prevista no Planejamento Estratégico da Corregedoria.

O projeto foi concluído com a instalação da infraestrutura necessária e a disponibilização dos relatórios ao primeiro grau.

5.2.49 - Relatório de Idade Média

O acompanhamento dos prazos da primeira instância no e-Gestão é feito utilizando indicadores de idade média.

A idade média nos indicadores do e-Gestão representa a média de dias decorridos nos processos desde um evento inicial até um evento final. Desse modo, percebe-se que é necessário que ocorra um evento final para que o processo seja computado no prazo médio.

Com esse tipo de indicador, ainda que seja possível obter uma média de tempo que uma determinada atividade leva para ser concluída no Regional, não é possível avaliar e contabilizar a duração das atividades que estão em andamento e que, quando concluídas, irão compor o prazo médio.

Em face da dificuldade encontrada de avaliar os prazos durante o andamento das atividades, foi desenvolvido projeto para a criação do Relatório de Idade Média pela equipe técnica da Corregedoria.

O relatório foi desenvolvido contabilizando a quantidade de dias decorridos desde um termo inicial até a data de geração do relatório, permitindo, dessa forma, estimar o impacto de cada um daqueles processos no futuro prazo médio das tarefas da unidade.

Para o desenvolvimento da ferramenta foi utilizado *software* livre, sem qualquer custo adicional para a administração e obtendo ganhos nas atividades de gestão das unidades de primeiro grau.

O projeto foi concluído com a liberação do acesso ao relatório aos usuários de primeiro grau.

5.3 - ATOS NORMATIVOS

5.3.1 - Provimentos

Provimentos	Norma(s) Regulamentada(s) ou Modificada(s)	Finalidade
GP-CR Nº 07/2019		Define os procedimentos relativos às requisições de pequeno valor da União e a precatórios, assim como acordos judiciais e demais informações de pagamento pelas unidades de 1o. Grau e dá outras providências.
GP-CR Nº 05/2019	Provimento GP-CR Nº 03/2019	Altera o Provimento GP-CR Nº 003/2019, que dispôs sobre comunicações processuais no âmbito do Processo Judicial Eletrônico no Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região.
GP-CR Nº 04/2019		Regulamenta a realização de hastas públicas unificadas na modalidade presencial e eletrônica e dá outras providências.
GP-CR Nº 03/2019		Dispõe sobre comunicações processuais no âmbito do Processo Judicial Eletrônico no Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região.
GP-CR Nº 02/2019		Dispõe sobre o Plano Especial de Pagamento Trabalhista – PEPT no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região e dá outras providências.
GP-CR Nº 01/2019	Capítulo NOT da CNC	Altera a redação do Capítulo NOT (DAS NOTIFICAÇÕES OU INTIMAÇÕES) da Consolidação das Normas da Corregedoria.
GP-VPJ-CR Nº 03/2019	Provimento GP-VPJ-CR Nº 05/2012	Altera o Provimento GP-VPJ-CR Nº 05/2012.
GP-VPJ-CR Nº 02/2019	Provimento GP-VPJ-CR Nº 05/2012	Altera o Provimento GP-VPJ-CR Nº 05/2012.
GP-VPJ-CR Nº 01/2019	Provimento GP-VPJ-CR Nº 05/2012	Altera o Provimento GP-VPJ-CR Nº 5/2012, que regulamentou o Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe-JT), módulo de 1º grau.

5.3.2 - Comunicados

Comunicados	Finalidade
CR Nº 20/2019	Divulga os procedimentos para habilitação de usuários no Sinesp Infoseg e altera o Comunicado CR Nº 19/2019.
CR Nº 19/2019	Divulga os procedimentos para habilitação de usuários no Sinesp Infoseg.
CR Nº 18/2019	Comunica a disponibilidade do sistema CRI–MG para pesquisa de imóveis e solicitação de certidões eletrônicas de matrícula, e o procedimento para cadastramento de Juízes e Servidores.
CR Nº 17/2019	Informa procedimentos a serem adotados para o cadastramento de Procuradorias Municipais no Processo Judicial Eletrônico
CR Nº 16/2019	Dispõe sobre a necessidade de encerramento da execução anteriormente ao arquivamento definitivo do processo.
CR Nº 14/2019	Divulga os procedimentos a serem adotados pelas Varas do Trabalho na orientação dos jurisdicionados em relação aos procedimentos previstos na Portaria CR Nº 1/2019
CR Nº 13/2019	Divulga os procedimentos a serem observados no arquivamento de processos judiciais e dá outras providências.
CR Nº 12/2019	Revoga o Comunicado CR Nº 20/2018, que dispõe sobre o procedimento para cadastramento de Juízes no sistema PortalJud, para consulta a dados de clientes da empresa Telefônica S/A.
CR Nº 11/2019	Divulga procedimentos referentes à utilização da modalidade “Carta comercial simples” para a realização de citações e intimações em meio físico, conforme determinado no Provimento GP-CR Nº 01/2019.
CR Nº 09/2019	Dispõe sobre a obrigatoriedade de migração dos processos na fase de execução e a vedação da remessa de Agravos de Petição em meio físico
CR Nº 08/2019	Altera o Comunicado CR Nº 12/2017, no que concerne ao prazo para instauração de Conflito de Atribuição.
CR Nº 07/2019	Informa procedimentos a serem adotados para controle de processos em que foi expedido ofício precatório e ofício requisitório de pequeno valor e estejam aguardando pagamento.
CR Nº 06/2019	Comunica a responsabilidade da Corregedoria para movimentação de depósitos judiciais de processos arquivados definitivamente.
CR Nº 05/2019	Comunica os procedimentos a serem observados na reunião e na extinção de processos de execução.
CR Nº 02/2019	Comunica os procedimentos a serem observados na solicitação de informações pessoais ao grupo Elektro, para fins de cumprimento de mandados judiciais.
CR Nº 01/2019	Informa parâmetros para aferição da existência de atraso reiterado na prolação de sentenças pela Secretaria da Corregedoria.
GP-CR Nº 05/2019	Comunica a vedação de remessa de processos físicos à Segunda Instância, no âmbito do TRT 15.
GP-CR Nº 04/2019	Trata da gestão dos processos com prioridade de julgamento, no sentido de fomentar o cumprimento da Meta 2 do CNJ.

GP-CR N° 03/2019	Trata da Meta de Redução de Tempo Médio.
GP-CR N° 02/2019	Comunicam a Migração de Processos físicos para o sistema PJe.
GP-CR N° 01/2019	Revoga o Comunicado GP-CR N° 008/2014.

5.3.3 - Recomendações

Recomendações	Finalidade
CR N° 11/2019	Recomenda aos Magistrados de Primeiro Grau que a audiência para o cumprimento de Cartas Precatórias Inquiritórias seja designada extraordinariamente, fora da pauta regular.
CR N° 10/2019	Recomenda a adoção de providências para utilização do Sistema Automatizado de Bloqueios Bancários – SABB como ferramenta padrão de encaminhamento de minutas ao BacenJud.
CR N° 08/2019	Recomenda os procedimentos a serem observados na destinação de verbas oriundas de condenação em Ação Civil Pública.
CR N° 07/2019	Recomenda aos Magistrados de Primeiro Grau que insiram nas atas de audiência menção ao aplicativo JTe
CR N° 06/2019	Recomenda aos Magistrados de Primeiro Grau que se abstenham de negar seguimento a Agravos de Instrumento.
CR N° 05/2019	Recomenda os procedimentos a serem observados na tramitação dos processos com intuito de otimizar a fase de liquidação.
CR N° 04/2019	Recomenda a observância dos §§ 6º e 8º do art. 77 do Código de Processo Civil quanto ao descumprimento de obrigações de fazer por entes públicos.
CR N° 03/2019	Recomenda os procedimentos a serem observados no processo eletrônico, quando da prolação de sentenças líquidas.
CR N° 02/2019	Recomenda a adoção de providências para manutenção do traje tradicional dos advogados durante a audiência.
CR N° 01/2019	Recomenda a adoção de procedimentos a serem observados na utilização do sistema Penhora Online – Arisp, na consulta de matrículas e na averbação de penhoras.

5.3.4 - Portarias

Portarias	Finalidade
CR N° 11/2019	Divulga os feriados municipais de 2020 nas unidades judiciais de primeira instância do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região.
CR N° 10/2019	Dispõe sobre as providências e ações institucionais a serem realizadas na 9ª Semana Nacional de Execução Trabalhista, de 16 a 20 de setembro de 2019.
CR N° 09/2019	Dispõe sobre a realização de um mutirão de inclusões de minutas de bloqueios bancários no Sistema de Automação de Bloqueios Bancários (SABB).
CR N° 08/2019	Altera a Portaria CR N° 6 de 15 de maio de 2019, que dispõe sobre o prazo a ser observado no envio de recursos à segunda instância.

Portarias	Finalidade
CR N° 07/2019	Dispõe sobre os prazos a serem observados para apreciação de petições que informem depósitos de valores, bem como para execução das providências necessárias ao cumprimento das determinações correlatas.
CR N° 06/2019	Dispõe sobre o prazo a ser observado no envio de recursos à segunda instância.
CR N° 05/2019	Altera a Portaria CR N° 01, de 18 de fevereiro de 2019, e dá outras providências, relativamente às guias de recolhimentos a serem utilizadas.
CR N° 04/2019	Altera a Portaria CR N° 08/2018, em razão de mudança na data de feriado municipal.
CR N° 03/2019	Regulamenta os procedimentos a serem observados no protocolamento de pedidos de credenciamento de Leiloeiros e Corretores.
CR N° 02/2019	Revoga a Portaria CR N° 05/2019, que dispunha acerca da sentença líquida.
GP-CR N° 06/2019	Divulga os dias em que não haverá expediente nos órgãos da Justiça do Trabalho da 15ª Região, em 2020.
GP-CR N° 04/2019	Regulamenta os procedimentos a serem observados no encerramento das atividades dos Postos Avançados nas localidades de Pereira Barreto, Pedreira, Igarapava, Campos do Jordão, Bariri e Espírito Santo do Pinhal.
GP-CR N° 03/2019	Revoga a Portaria GP-CR N° 55, de 25 de novembro de 2013, que dispunha sobre procedimentos para reunião de execuções.
GP-CR N° 02/2019	Regulamenta os procedimentos a serem observados no encerramento das atividades do Posto Avançado de Américo Brasiliense.
GP-VPJ-CR N° 04/2019	Dispõe sobre a suspensão das intimações dirigidas à União Federal no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, no sistema PJe.
GP-VPJ-CR N° 03/2019	Dispõe sobre a suspensão das intimações no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, em função do recesso forense.
GP-VPJ-CR N° 02/2019	Altera a Portaria GP-VPJ-CR N° 07/2012, que dispõe sobre o processo judicial eletrônico.

5.3.5 - Ordens de Serviço

Ordem de Serviço	Finalidade
OS N° 07/2019	Define parâmetros e procedimento a serem observados no ciclo correicional 2020, em continuidade ao modelo de Correição Ordinária adotado em 2019.
OS N° 06/2019	Regulamenta o encaminhamento de informações acerca dos procedimentos de reunião de execuções iniciadas pelas Divisões de Execução.
OS N° 04/2019	Dispõe sobre a utilização das funcionalidades “chips” disponíveis no processo judicial eletrônico.

Ordem de Serviço	Finalidade
OS Nº 03/2019	Altera a Ordem de Serviço nº 12/2018, que disciplinava os procedimentos a serem observada na operação do Sistema Automatizado de Bloqueios Bancários – SABB.
OS Nº 02/2019	Dispõe sobre os procedimentos a serem observados no cadastramento de processo de execução fiscal ou exclusivamente previdenciária no sistema EXE-15.
OS Nº 01/2019	Dispõe sobre os procedimentos a serem observados na condução das pesquisas patrimoniais de grandes devedores pelas Divisões de Execução e na posterior instauração de Regime Especial de Execução Forçada (REEF).

5.4 - MOVIMENTO PROCESSUAL

5.4.1 - Processos autuados entre 01/01/2019 e 31/12/2019:

ESPÉCIE	Quantidade
Correição Parcial	204
Pedido de Providências (PJe)	172
Pedido de Providências (PROAD)	744 (sendo 51 de Magistrados)
Reclamação Disciplinar	2
Sindicância	0
Vitalicamento	0
Conflito de Atribuições	116
Processo Administrativo	-
Processo Administrativo Disciplinar em face de Magistrado	1
TOTAL	1239

5.4.2 - Processos solucionados entre 01/01/2019 e 31/12/2019:

ESPÉCIE	Quantidade
Correição Parcial	172
Pedido de Providências (PJe)	126
Pedido de Providências (PROAD)	822 (sendo 83 de Magistrados; 25 expedientes com origem na Ouvidoria; 28 solicitações de autorização para residência de Juízes)
Reclamação Disciplinar	1
Vitalicamento	0
Conflito de Atribuições	113
Processo Administrativo Disciplinar em face de Magistrado	3
TOTAL	1237

5.4.3 - Processos em andamento em 19.12.2019:

ESPÉCIE	Quantidade
1) Correições Parciais	
1.1) Julgadas	
a) No prazo para interposição de Agravo regimental	7
b) Aguardando processamento de Agravo Regimental interposto	25
c) Aguardando intimação da decisão	0
1.2) Pendentes de Julgamento	0
2.1) Vitalicamentos	0
2.2) Conflitos de Atribuições	3
3) Pedidos de Providências	
3.1) PJe	46
3.2) PROAD	366 (sendo 28 de Magistrados e 183 de acompanhamento permanente das unidades de 1ª instância*)
4) Reclamações Disciplinares	3
5) Sindicância	0
6) Proc. Adm. em face de Magistrado	1
TOTAL	451

*Acompanhamento das 153 Varas, 15 CEJUSC e 15 Divisões de Execução são mantidos permanentemente nesta Secretaria, centralizando histórico de acompanhamento.

5.4.4 - Documentos Administrativos

Espécie	Total
Protocolos registrados (físicos)	92
Ofícios expedidos	154
Ofícios Circulares expedidos	28

5.5 - ACOMPANHAMENTO DAS METAS

A Corregedoria, por ocasião das correições ordinárias nas Varas do Trabalho registra recomendações para que as Unidades observassem, por meio de controle direto, a necessidade do cumprimento das Metas Nacionais.

Para tanto, foram apurados os índices de cumprimento alcançados pela unidade no ano de 2018 e registro nas respectivas atas para acompanhamento em pós-correição (com destaque para as metas 1, 2, 5 e 6 do Conselho Nacional de Justiça, assim como da Meta 5 da Justiça do Trabalho).

5.6 - CONTROLE QUANTITATIVO DE SENTENÇAS ANULADAS PELO 2º GRAU

Recapitulando brevemente o histórico deste tipo de controle, ressalta-se que, em 2015, foi revisto o procedimento adotado para aferição da quantidade de sentenças anuladas pela 2ª instância. A medida adotada considerou a possibilidade oferecida pelo Sistema e-Gestão de, mediante consulta, identificar e efetuar o levantamento quantitativo de sentenças anuladas por Magistrado; contudo sem possibilitar a identificação do fundamento desta anulação.

Desde então, foi solicitado aos Excelentíssimos Desembargadores Presidentes das Turmas, através do Ofício nº 183/2015-CR, noticiar a esta Corregedoria Regional a existência de acórdão anulando decisão proferida nas varas do trabalho, sempre que tal anulação decorrer de motivo grave. Com isso, o envio de cópias de atos decisórios ou a notícia de anulações decorrentes de outros motivos deixaram de ser necessários.

Ao longo do ano de 2019, foi encaminhada à Corregedoria apenas 1 sentença anulada.

5.7 - ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELOS DESEMBARGADORES CORREGEDOR REGIONAL E VICE-CORREGEDORA REGIONAL

CORREGEDOR

Reunião da Corregedoria com Diretores do Fórum de Sorocaba
Terça-feira, 8 de janeiro de 2019 · 11:00 até 13:00

Solenidade no Salão Nobre da Presidência-Posse da Exma. Desembargadora Larissa Carotta
Martins da Silva Scarabelim
Quarta-feira, 16 de janeiro de 2019 · 16:00 até 17:00

Reunião Corregedor e Dra Cristiane Pontes
Quarta-feira, 30 de janeiro de 2019 · 10:30 até 11:30

VPA – audiências de conciliação
Quarta-feira, 30 de janeiro de 2019 · 13:30 até 14:30

Reunião Dr Carradita com AMATRA XV
Quinta-feira, 31 de janeiro de 2019 · 10:00 até 11:00

Reunião Corregedor e Dra Cristiane Pontes
Quarta-feira, 30 de janeiro de 2019 · 10:30 até 11:30

VPA – audiências de conciliação
Quarta-feira, 30 de janeiro de 2019 · 13:30 até 14:30

Reunião Dr Carradita com AMATRA XV
Quinta-feira, 31 de janeiro de 2019 · 10:00 até 11:00

COLEPRECOR – Reunião Extraordinária
Dias 7 e 8 de fevereiro de 2019

Reunião Dr Carradita e Dra Madalena com Dr João Batista Martins César
Segunda-feira, 11 de fevereiro de 2019 · 15:00 até 16:00

Reunião Dr Carradita e Dra Estefânia Kelly Reami Fernandes
Terça-feira, 12 de fevereiro de 2019 · 14:00 até 15:00

Reunião Dr Carradita e Dr James Augusto Siqueira (advogado JBS) - ref. proc. 7655-
56.2016.5.15.0057
Segunda-feira, 25 de fevereiro de 2019 · 15:30 até 16:00

VPA – audiências de conciliação
Quinta-feira, 28 de fevereiro de 2019 · 13:30 até 14:30

COLEPRECOR – Reunião Ordinária
Dias 26 e 27 de março

Pauta de Audiências de Conciliação – VPJ
Quinta-feira, 28 de março de 2019 · 13:30 até 14:30

Reunião - Dr. Carradita - Dra. Fernanda Constantino de Campos
Segunda-feira, 15 de abril de 2019 · 15:00 até 16:00

Reunião - Dr. Carradita - Dra. Silvia Grassi
Segunda-feira, 15 de abril de 2019 · 16:00 até 16:30

Reunião - Dr. Carradita - Dr. Marcelo Fusaro - Candito à lista sextúpla
Segunda-feira, 15 de abril de 2019 · 16:30 até 17:00

Reunião - Dr. Carradita - Dr. Basile (AMATRA XV)
Segunda-feira, 22 de abril de 2019 · 15:30 até 16:30

Reunião - Dr. Carradita - Dr. Gothardo
Segunda-feira, 22 de abril de 2019 · 16:30 até 17:30

COLEPRECOR – Reunião Ordinária
24 e 25 abril 2019

II Reunião com Membros da Administração - Dra. Madalena e Dr. Carradita
Segunda-feira, 29 de abril de 2019 · 15:00 até 17:00

COLEPRECOR – Reunião Ordinária
Dias 22 e 23 de maio de 2019

Reunião - Presidência - Dr. Carradita e Dra. Madalena
Segunda-feira, 17 de junho de 2019 · 16:30 até 17:30

Dr. Carradita Audiências de Conciliação - VPJ
Terça-feira, 18 de junho de 2019 · 13:30 até 16:00

Reunião Dr. Carradita e Amatra
Terça-feira, 18 de junho de 2019 · 17:00 até 18:00

COLEPRECOR – Reunião Ordinária
Dias 12 a 14 de junho de 2019

Visita à Prefeitura de Tupã - Dr. Carradita
Sexta-feira, 2 de agosto de 2019 · 17:00 até 18:00

Reunião Dr. Carradita Presidência - Dra. Gisela e Dra. Luciane Storel
Segunda-feira, 5 de agosto de 2019 · 14:00 até 15:00

Visita à Prefeitura de Piracicaba - Dr. Carradita
Quarta-feira, 7 de agosto de 2019 · 16:30 até 17:30

Reunião Dr. Carradita advogados Ponte Preta
Terça-feira, 13 de agosto de 2019 · 11:00 até 11:30

Reunião Dr. Carradita advogada Dra. Gleici (processo Dr. Gothardo)
Terça-feira, 13 de agosto de 2019 · 11:30 até 12:00

COLEPRECOR – Reunião Ordinária
Dias 14 e 15 de agosto de 2019

Adiada - Sala de Reuniões - Comissão de Recursos em Segunda Instância - Dr. Carradita
Terça-feira, 20 de agosto de 2019 · 14:30 até 15:30

Reunião - Dr. Carradita - Dr. Wilson Junior - Correição Parcial - Sindicato dos
Movimentadores de Mercadorias
Terça-feira, 20 de agosto de 2019 · 17:30 até 18:30

Encontro Internacional TST - Dr. Carradita
21 – 23 agosto 2019

Reunião - Dr. Carradita - Juízes 4ª VT Sorocaba
Segunda-feira, 26 de agosto de 2019 · 17:00 até 18:00

COLEPRECOR – Reunião Ordinária
Dias 29, 30 e 31 de agosto de 2019

Reunião com Oficiais de Justiça de Campinas
Sexta-feira, 30 de agosto de 2019 · 13:30 até 16:30

Abertura - 3ª Maratona de Pesquisa Patrimonial
Segunda-feira, 2 de setembro de 2019 · 14:00 até 15:00

Reunião Dr Carradita, Juízes Auxiliares da Corregedoria e Dr Rafael, Juiz Coordenador da
Divisão Campinas
Segunda-feira, 2 de setembro de 2019 · 16:00 até 17:00

Reunião Prefeito Ubatuba - Dr. Carradita (15h15)
Terça-feira, 3 de setembro de 2019 · 15:00 até 16:00

Reunião Prefeito São Sebastião - Dr. Carradita
Quarta-feira, 4 de setembro de 2019 · 12:00 até 13:00

Reunião Vice-Prefeito Caraguatatuba - Dr. Carradita
Quinta-feira, 5 de setembro de 2019 · 16:00 até 17:00

COLEPRECOR – Reunião Ordinária
Dias 11 e 12 de setembro de 2019

Sala de Reuniões - Reunião Dr. Carradita - Advogada Marilda Chebab
Terça-feira, 17 de setembro de 2019 · 14:00 até 15:00

Reunião Dr. Carradita e a Dra. Cristiane Helena Pontes
Quarta-feira, 18 de setembro de 2019 · 15:00 até 16:00

Reunião - Prefeito de Cruzeiro - Dr. Carradita
Terça-feira, 24 de setembro de 2019 · 10:30 até 11:30

Reunião - Presidente da Câmara Lorena - Dr. Carradita
Quarta-feira, 25 de setembro de 2019 · 15:00 até 15:30

Reunião com Prefeito Guaratinguetá - Dr. Carradita
Quinta-feira, 26 de setembro de 2019 · 12:00 até 13:00

Reunião com Prefeita de Aparecida - Dr. Carradita
Quinta-feira, 26 de setembro de 2019 · 15:30 até 16:30

Reunião - Prefeito Cajuru - Dr. Carradita
Quinta-feira, 3 de outubro de 2019 · 16:00 até 17:00

Reunião com Prefeito de Jales - Dr. Carradita
Segunda-feira, 7 de outubro de 2019 · 14:00 até 15:00

Entrevista em Jales - Dr. Carradita
Segunda-feira, 7 de outubro de 2019 · 16:00 até 17:00

Reunião com Prefeito Fernandópolis - Dr. Carradita
Terça-feira, 8 de outubro de 2019 · 15:30 até 16:30

Reunião Dr. Carradita - Advogada Mirian Fogliene - General Motors
Quinta-feira, 24 de outubro de 2019 · 14:00 até 14:15

Reunião Dr. Carradita - Advogada Kátia
Quinta-feira, 24 de outubro de 2019 · 14:15 até 14:30

COLEPRECOR – Reunião Ordinária
Dias 20 e 21 de novembro de 2019

Dr. Carradita - XIII Encontro Nacional do Poder Judiciário
25 – 26 novembro 2019

Sala de Reuniões - Apresentação de Resultados e Planejamento das Atividades 2020
Segunda-feira, 2 de dezembro de 2019 · 13:30 até 17:00

Reunião Dr. Carradita e Dr. Fernando Uliani - 15:30
Segunda-feira, 2 de dezembro de 2019 · 15:30 até 16:00

Reunião Dr Carradita e Dr Oséas - 16:00
Segunda-feira, 2 de dezembro de 2019 · 16:00 até 16:30

Reunião Dra Ana Maria - Dr Carradita
Quarta-feira, 18 de dezembro de 2019 · 10:00 até 11:00

VICE-CORREGEDORA

Reunião Dr Carradita e Dra Madalena com Dr João Batista Martins César
Segunda-feira, 11 de fevereiro de 2019 · 15:00 até 16:00

Pauta de Audiência de Conciliação - VPJ - Dra. Maria Madalena
Quarta-feira, 20 de março de 2019 · 13:30 até 18:00

Reunião - Dra. Madalena - Candidata ao 5º - Dra. Estela Regina Frigeri Jalikji
Segunda-feira, 15 de abril de 2019 · 15:00 até 16:00

Pauta de Audiência de Conciliação na VPJ - Dra Madalena
Segunda-feira, 22 de abril de 2019 · 13:30 até 16:30

Dra. Madalena recebe Candidato a vaga de Desembargador pelo quinto constitucional, Dr. João Carlos Pereira
Sexta-feira, 26 de abril de 2019 · 15:30 até 16:30

II Reunião com Membros da Administração - Dra. Madalena e Dr. Carradita
Segunda-feira, 29 de abril de 2019 · 15:00 até 17:00

Reunião - Presidência - Dr. Carradita e Dra. Madalena
Segunda-feira, 17 de junho de 2019 · 16:30 até 17:30

Dra. Madalena - Julgamentos na 5ª Câmara - 3ª Turma
Terça-feira, 25 de junho de 2019

Vice-Presidência Judicial - Pauta de Tentativa de Conciliação
Quarta-feira, 26 de junho de 2019 · 13:45 até 18:45

Seminário Racismo Estrutural (Dra Madalena representou a Presidente na Mesa)
Sexta-feira, 28 de junho de 2019 · 08:30 até 12:00

Vice-Presidência Judicial - Pauta de Tentativa de Conciliação - Dra. Maria Madalena
Quinta-feira, 25 de julho de 2019 · 13:30 até 15:59

Reunião com o Presidente da Amatra15 Dr. César Basile - Dra. Maria Madalena

Quinta-feira, 25 de julho de 2019 · 17:00 até 18:00

Vice-Presidência Judicial - Pauta de Tentativa de Conciliação - Dra. Maria Madalena
Segunda-feira, 26 de agosto de 2019 · 13:30 até 15:59

Reunião - Dra. Maria Madalena - Dr. Rafael - Correição VT Garça
Sexta-feira, 30 de agosto de 2019 · 15:00 até 16:00

Vice-Presidência Judicial - Pauta de Tentativa de Conciliação - Dra. Maria Madalena
Quarta-feira, 30 de outubro de 2019 · 13:30 até 15:59

Sala de Reuniões - Apresentação de Resultados e Planejamento das Atividades 2020
Segunda-feira, 2 de dezembro de 2019 · 13:30 até 17:00

6 - ESCOLA JUDICIAL



Excelentíssima Senhora Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª
Região,

A Escola Judicial, em atenção ao disposto no artigo 7º, XII, e 9º, II, “e”, do Assento Regimental nº 08/2014 (Estatuto da Escola Judicial), vem apresentar a Vossa Excelência o relatório das suas atividades do ano-base 2019.

Campinas, 30 de janeiro de 2020.

MARIA INÊS CORRÊA DE CERQUEIRA CÉSAR TARGA
Desembargadora Diretora da Escola Judicial

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA ESCOLA JUDICIAL

2019

6.1 - COMPOSIÇÃO DA ESCOLA JUDICIAL

Durante o ano de 2019 a Escola Judicial esteve sob a direção da Desembargadora Maria Inês Corrêa de Cerqueira César Targa e a vice-direção do Desembargador Carlos Alberto Bosco, sendo seu Conselho Consultivo composto pelo Desembargador Ricardo Regis Laraia, representando os Desembargadores, Juíza Laura Bittencourt Ferreira Rodrigues, representando os Juízes Titulares, Juiz Edson da Silva Júnior, representando os Juízes Substitutos, AMATRA XV, na pessoa do seu Presidente, e Adriana Martorano Amaral Corsetti, representando os servidores.



Des. Maria Inês C. C. C. Targa



Des. Carlos Alberto Bosco

6.2 - PLANO DE ATIVIDADES DA ESCOLA JUDICIAL

O plano anual de atividades da Escola Judicial de 2019 contemplou ações formativas resultantes de todo um processo, iniciado no segundo semestre do ano anterior, no qual foram desenvolvidas atividades específicas destinadas ao levantamento das necessidades

de formação dos magistrados e servidores do Tribunal. Esse processo contemplou soluções planejadas com base no Projeto Pedagógico da EJud15, em grupos focais para identificação de necessidades institucionais, nos itinerários formativos já mapeados para magistrados e servidores que atuam na atividade-fim deste Regional, nos planos estratégicos deste Regional, do CSJT e do CNJ e nas normas da ENAMAT (Resoluções n. 1/2008, n. 9/2011 e n. 18/2015), do CSJT (Resoluções n. 159/2015, n. 174/2016 e n. 175/2016) e do CNJ (Resoluções n. 159/2012 e n. 192/2014).

Para a consecução das atividades, buscando atender às necessidades específicas de cada público-alvo e conferir organicidade e articulação aos conhecimentos necessários para o desenvolvimento de competências identificadas como estrategicamente relevantes, as ações foram organizadas por programas:

- Programa de formação inicial de magistrados;
- Programa de formação continuada de magistrados;
- Programa de intercâmbio profissional de magistrados;
- Programa de formação inicial de servidores;
- Programa de formação continuada de servidores;
- Programa de formação de formadores;
- Programa de formação de gestores.

Além desses programas, foram também organizadas ações de suporte a eles:

- Programa Qualifica 1º Grau;
- Programa de aperfeiçoamento individual por unidade administrativa;
- Programa de aperfeiçoamento individual de magistrados;
- Plano de capacitação de servidores da SETIC;
- Programa de formação de servidores do Controle Interno;
- Cursos de extensão e pós-graduação *lato sensu*;
- Ciclo de palestras: temas polêmicos da atualidade;
- Direito em tela.

A seguir apresenta-se um resumo do quanto trabalhado em cada programa no ano 2019, com dados mais detalhados acompanhando este relatório em anexo. Vale destacar que várias ações ofertadas alcançaram mais de um público-alvo, especialmente na formação continuada de magistrados e servidores.

I. Programas de formação

2.1 Programa de formação inicial de magistrados

Conquanto o Plano Anual 2019 previsse um Curso de Formação Inicial e uma Oficina de Formação, estas ações não foram realizadas, porque não há magistrados vitaliciandos no atual quadro e não houve ingresso de magistrado não vitalício no TRT da 15ª Região ao longo no ano em referência.

2.2 Programa de formação continuada de magistrados

Voltadas a magistrados vitalícios, as ações deste Programa buscam propiciar oportunidades de intercâmbio pessoal e profissional, aquisição de novas competências profissionais, técnicas e cognitivas, bem como o desenvolvimento de competências profissionais já adquiridas.

As ações de formação continuada são oferecidas em diversos formatos — congressos, simpósios, seminários, palestras, ciclos de estudo, cursos etc — e elaboradas com base nos pressupostos político-pedagógicos estabelecidos pela ENAMAT.

Os magistrados vitalícios devem frequentar 30 horas-aula de atividades de formação continuada por semestre, cabendo à Escola Judicial oferecer 60 horas-aula no mesmo período, nos termos da Resolução ENAMAT n. 9/2011, que regulamenta este programa.

Atendendo à proposta da formação continuada, em 2019, quatro ações exclusivas para os magistrados e outras 43 abertas também para servidores e/ou público externo integraram o plano de atividades da Escola Judicial, acumulando quase 680 horas-aula ofertadas e registrando 1.107 participações de magistrados.

Entre essas atividades destaca-se o “Encontro de Magistrados Vitalícios e Desenvolvimento de Gestores”, evento que contou também com a participação de Diretores de Varas do Trabalho (para estes integrando o Programa de formação de gestores). Realizado na cidade de Campinas, reuniu 264 juízes titulares e substitutos e 180 servidores de todas as circunscrições, divididos em três turmas, participando de palestras e oficinas durante dois dias. Esta junção de magistrados e gestores de 1º grau teve por objetivo propiciar espaço de reflexão conjunta para a construção de novas soluções, recebendo especial atenção o tema “execução”.



Terceira turma do “Encontro de Magistrados Vitalícios e Desenvolvimento de Gestores”

Outra ação que se releva neste programa foi o minicurso “Os Caminhos da Justiça na História da Filosofia”, que ainda integrou o Programa de formação continuada de servidores. Ministrado pelo Dr. Alysson Leandro Barbate Mascaro, livre-docente em Filosofia e Teoria Geral do Direito pela Universidade de São Paulo, teve por escopo apresentar aos participantes os elementos teóricos da Filosofia da Justiça em sua história, com vistas ao desenvolvimento de reflexões sobre “justiça” em suas dimensões filosóficas e estabelecer um posicionamento social crítico em face do “justo”, com base nos subsídios teóricos ofertados.

Contou com quatro encontros de quatro horas-aula cada, dos quais participaram 16 juízes e 37 servidores.



Dr. Alysso Leandro Barbate Mascaro e os participantes do minicurso “Os caminhos da Justiça na história da Filosofia”

Por fim, também merece especial destaque o curso presencial “Transtornos mentais relacionados ao trabalho e saúde mental no trabalho”, ministrado por professores do Centro de Estudos do Instituto de Psiquiatria (CEIP) da Universidade de São Paulo a turma exclusiva do TRT-15, composta por 34 magistrados e seis servidores da Secretaria de Saúde. Com conteúdo programático ajustado às realidades vivenciadas pelos atores deste Tribunal na solução de conflitos nas relações de trabalho, esta atividade proporcionou a discussão de questões jurídicas relacionadas ao nexos causal, ao grau de incapacidade laboral e aos danos psíquicos provocados por transtornos mentais relacionados ao trabalho. A programação de 48 horas-aula foi distribuída em seis módulos de oito horas cada.

2.2.1 Curso “Tópicos Especiais em Economia do Trabalho” - Unicamp

O curso presencial “Tópicos Especiais em Economia do Trabalho” foi realizado de 25 a 29 de novembro de 2019 no Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, fruto de convênio firmado entre aquela renomada universidade e a Escola Judicial da 15ª Região. Destinou-se exclusivamente a magistrados trabalhistas e, com o apoio financeiro da Escola Nacional da Magistratura do Trabalho – ENAMAT, foram destinadas vagas a todos os Tribunais do Trabalho do Brasil.

Ao todo 51 alunos realizaram o curso, dos quais 10 da 15ª Região e 41 dos demais Tribunais, que estudaram e debateram durante uma semana (36 horas-aula) sobre o atual cenário econômico internacional e do mundo do trabalho, o conceito de indústria 4.0 e seus impactos sobre o universo do trabalho no Brasil, as especificidades do desenvolvimento econômico na América Latina no século XXI e os seus impactos sobre o trabalho, os principais aspectos da evolução recente da economia brasileira e do mercado de trabalho (2014-2019), a reforma da legislação trabalhista no Brasil e seus impactos sobre as condições de trabalho, as instituições públicas e o sindicalismo, bem como a crise atual e os desafios para a economia brasileira.



Participantes do curso “Tópicos Especiais em Economia do Trabalho”

2.3 Programa de intercâmbio profissional de magistrados

O Conselho Consultivo desta Escola Judicial, em reunião realizada em 8 de março de 2019, visando dar efetividade aos termos da Resolução ENAMAT nº 21/2018, que criou o Programa Nacional de Intercâmbio Profissional de Magistrados do Trabalho, deliberou pela realização de atividade piloto que tivesse por objeto explorar e vivenciar práticas de Tribunais cujas sentenças prolatadas fossem líquidas.

Tendo em vista que a prática escolhida para o intercâmbio já era uma realidade implantada com sucesso no Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região (Mato Grosso), a Escola Judicial selecionou, por meio de edital contendo critérios eliminatórios e de desempate, um juiz de 1ª instância para vivenciar a prática (total de 35 horas-aulas).

Findo o prazo de inscrição, o magistrado Renato César Trevisani foi selecionado para a atividade, participando do intercâmbio no período de 1º a 3 de julho, na cidade de Cuiabá/MT. Ao término da atividade apresentou relatório e parecer sobre a viabilidade da prolação de sentenças e acórdãos líquidos no âmbito deste TRT, tomando por base criteriosa análise, realizada a partir da prática vivenciada, documentos estes já compartilhados com a Presidência e a Corregedoria Regional da 15ª Região por meio do Proad nº 10640/2019.

2.4 Programa de formação inicial de servidores

O “Programa de formação inicial de servidores” alcança os servidores com até dois anos de exercício, das áreas judicial e administrativa, tendo como base o Projeto Pedagógico da Escola Judicial e as Resoluções do CNJ n. 192, de 8 de maio de 2014, e n. 159, de 27 de novembro de 2015, e visa ao desenvolvimento das competências necessárias para o desempenho das atividades inerentes às atribuições por eles exercidas nas diversas áreas deste Regional.

É composto por 24 módulos que abarcam os temas de maior relevância para a formação ou o aperfeiçoamento dos novos servidores, mapeados pela Escola Judicial, ofertados por meio de cursos diversos, presenciais e a distância, em ciclo de dois anos, que abrangem as áreas meio e fim do Regional.

Ao longo de 2019 foram disponibilizados seis cursos a distância, escolhidos por observarem as diversas competências relacionadas às unidades de lotação dos novos servidores (temas que alcançam também os servidores do “Programa de formação

continuada”), somando 270 horas-aula e 94 participações: “Atendimento ao Cidadão”, “Gestão Socioambiental”, “Redação Oficial”, “Gestão do Tempo”, “Comunicação Eficaz” e “Português Jurídico”.

2.5 Programa de formação continuada de servidores

Os servidores em formação continuada participam de cursos presenciais ou a distância que observam as especificidades das atividades exercidas nas respectivas unidades de lotação, bem como as nuances que abarcam a atuação na área judicial, 1º e 2º graus, e na área administrativa.

Corresponde ao Programa com maior número de ações no plano de atividades da Escola Judicial, registrando **5.378 participações** e aproximadamente de **1.700 horas-aula** ofertadas em 2019: foram 20 ações exclusivamente voltadas a servidores, totalizando 687,5 horas-aula e alcançando 922 alunos, além de 68 eventos que contaram com público misto (magistrados e/ou público externo), somando mais 1.010,67 horas e 4.446 participações de servidores.

Entre as ações voltadas à atividade-fim deste Tribunal vale mencionar, em especial, o “Curso de Formação de Mediadores”, oferecido semestralmente pela EJud15. Organizado à luz da Resolução n. 125/2010 do CNJ, formou mais 74 servidores em mediação judicial no ano 2019.

Nesse curso os alunos participaram de duas etapas teóricas e de um estágio obrigatório. A primeira dividiu-se em uma ação a distância e outra presencial, esta contando com simulações, estudos de casos e observações de audiências. O estágio, por sua vez, realizou-se em unidades de 1º e 2º graus da 15ª Região, oportunidade em que os alunos puderam praticar em audiências de conciliação reais, sob a supervisão dos magistrados que as presidiam.



Primeira turma do “Curso Formação de Mediadores”, realizado no primeiro semestre de 2019

Também nos cumpre destacar o curso “PJe 2º Grau – Gabinete”, que teve 14 edições e formou 268 servidores, além de 36 magistrados. Esta ação deu continuidade ao trabalho de capacitação na utilização do sistema PJe-JT iniciado em 2018 com o curso

“Formação Continuada em PJe 1º Grau”, que visitou todas as unidades de 1ª instância deste Regional, sendo em 2019 o foco no público do 2º grau.

2.6 Programa de formação de formadores

A qualidade das ações formativas planejadas e executadas pela Escola Judicial guarda direta e imediata correspondência com a qualificação e o alinhamento dos formadores com a sua proposta metodológica, sendo o formador a figura central na criação, organização e desenvolvimento de espaços de reflexão e construção coletiva de conhecimentos no ambiente institucional.

A partir dessa premissa foram organizadas atividades com o objetivo de identificar e capacitar magistrados e servidores que tivessem perfil e interesse para atuarem como coordenadores, formadores, orientadores, conteudistas e tutores, compondo um banco de docentes da Escola Judicial:

- “Formação de Formadores em Mediação” (duas turmas): curso que formou mais 46 juízes para atuarem na supervisão de estágio de servidores nos cursos de formação de mediadores;
- “Formação de Tutores para o Programa Qualifica 1º Grau” (duas turmas): curso presencial que formou 19 servidores como tutores a distância do referido programa;
- “Teoria e prática de docência *on-line*”: curso a distância que habilitou mais 30 magistrados e 25 servidores para atuarem como tutores em cursos a distância desta Escola Judicial.

2.7 Programa de formação de gestores

Programa que tem como público-alvo os servidores que exercem funções de natureza gerencial, em níveis estratégico, tático e operacional, bem como aqueles que almejam assumir cargos de direção, coordenação ou supervisão, os quais passam a integrar um banco de gestores em potencial após a capacitação. Visa também atender ao previsto nos parágrafos 3º e 5º do art. 5º da Lei n. 11.416/2006 e no art. 3º, inciso IV, do Ato Regulamentar GP n. 04/2010 (Programa Permanente de Capacitação dos servidores deste Tribunal), que estabelecem a obrigatoriedade da participação em cursos de desenvolvimento dos titulares de funções comissionadas de natureza gerencial.

Concretizou-se por meio de dois cursos em 2019 e alcançou 305 alunos.

Como primeira ação, tivemos o “Encontro de Magistrados Vitalícios e Gestores da 1ª instância”, destinado a 180 gestores de unidades de primeira instância, desenvolvido em três turmas, na cidade de Campinas, sendo a edição deste ano planejada para reunir em um único curso os juízes e os gestores de 1º grau, propiciando um espaço de reflexão conjunta para a construção de novas soluções

Neste encontro o tema “execução” recebeu um olhar cuidadoso e aprofundado, por meio de exposições dialogadas sobre “execução de ofício”, “desconsideração da personalidade jurídica” e “meios de defesa do sócio”, “reunião da execução e uso de recursos disponíveis” e a “atuação do CEJUSC e Divisão de Execução”, além de oficinas para estudo da apostila “Execução Trabalhista – manual prático de despachos e procedimentos” e exposições sobre os assuntos “ética e alteridade” e “saúde e relações humanas no trabalho”.

Ainda com vistas ao cumprimento dos já mencionados dispositivos da Lei n. 11.416/2016, a Escola Judicial desenvolveu ação atentando às especificidades dos gestores de segundo grau e das unidades administrativas do Tribunal, por meio do curso “Desenvolvimento de Gestores – Área Administrativa e 2º Grau”, que alcançou 125 servidores em 2019.

Teve por tema a “comunicação institucional”, objeto de apontamento por magistrados e servidores durante as reuniões para elaboração do Planejamento Anual de atividades da Escola Judicial. Considerando a dimensão da diversidade de atribuições desse Tribunal, constatou-se que os problemas mais relevantes enfrentados a respeito do tema versavam sobre a falha de comunicação entre áreas, falta de alinhamento de informações, falta de divulgação de novos procedimentos e deficiência de metodologia para promover a comunicação interna de forma eficaz.

Esta ação teve por objetivos propiciar aos alunos:

- Identificar os desafios da comunicação institucional e interna do TRT-15, detectando obstáculos, assim como os pontos prioritários que requerem melhorias a serem trabalhadas;

- Identificar possíveis falhas na comunicação com a equipe, a fim de escolher a melhor forma ou ferramenta de sanar tais problemas;

- Reconhecer a relevância da comunicação institucional para a consolidação da imagem do TRT-15 externamente e para a manutenção de um clima organizacional saudável e produtivo internamente;

- Aplicar, de forma aprimorada, técnicas comunicativas;

- Desenvolver comunicações de forma mais assertiva;

- Aprimorar a escuta ativa, humanizando as relações.



Participantes do curso “Desenvolvimento de Gestores – Área Administrativa e 2º Grau”

2.8 Apoio e planejamento pedagógico de eventos diversos

Contribuindo também com iniciativas dos gestores regionais do “Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem” e do “Programa Trabalho Seguro”, em 2019 atuou a Escola Judicial no apoio e planejamento científico dos seguintes

eventos, abertos à participação da sociedade e também integrantes dos Programas de formação continuada de magistrados e de servidores:

- “1º Seminário de Proteção à Criança e ao Adolescente” (abril), com 210 participantes externos;
- Seminário “Racismo Estrutural” (junho), com 213 participantes externos;
- Seminário “As Grandes Contaminações e suas repercussões” (agosto), com 144 participantes externos;
- Seminário “Homenagem aos 100 anos da OIT – Pensando o futuro do Direito do Trabalho” (agosto), com 52 participantes externos;
- Seminário “Trabalho Infantil: infância perdida, educação comprometida, exclusão inevitável”, com 138 participantes externos.



Participantes do seminário “Trabalho Infantil: infância perdida, educação comprometida, exclusão inevitável”

II. Ações de suporte

2.9 Programa Qualifica 1º Grau

Trata-se de projeto criado pela Escola Judicial do TRT15, em 15/10/2015, destinado a atender às demandas emergenciais por formação básica de servidores lotados nas unidades de primeira instância — integrando, pois, o “Programa de formação continuada de servidores”. Nesta ação um servidor formador da EJud15 permanece na unidade desenvolvendo ações planejadas de capacitação presencial, por meio das quais são transmitidos conhecimentos práticos e teóricos relacionados à rotina de trabalho e otimização de resultados.

Essa capacitação é realizada no próprio ambiente de trabalho do servidor, sem a interrupção de sua atividade e sem o deslocamento do aluno para as dependências da Escola Judicial. As atividades práticas, com tutoria direta do formador, desenvolvem-se na unidade por um período de até dez dias e buscam contribuir com a melhoria da qualidade e produtividade do trabalho. Ao final, por meio de avaliação de impacto, busca-se também verificar os efeitos das ações formativas na unidade judicial demandante.

Ademais, atendendo ao princípio da eficiência e com vistas à utilização da tecnologia disponibilizada pelo Tribunal, à otimização de tempo e à redução de recursos e tempo dispendidos com deslocamentos, algumas ações de capacitação deste Programa foram ofertadas a distância, sendo ministradas por servidores formadores capacitados pela Escola e que exercem suas funções nas unidades jurisdicionais de primeira instância. Esta ação formativa conta com o acompanhamento remoto da Escola Judicial e é desenvolvida utilizando a ferramenta “Hangouts” do Google.

Quatorze unidades receberam o projeto ao longo de 2019, sendo capacitados 105 servidores.

Além disso, ainda em 2019 foi oferecido o curso “Formação de Formadores — Qualifica”, quando 19 servidores foram capacitados a atuarem como novos multiplicadores nesse projeto.

2.10 Programa de aperfeiçoamento individual por unidade administrativa

A diversidade de competências técnicas requeridas para o exercício de funções nas áreas administrativas do Tribunal, mas cuja peculiaridade de temas impede uma abrangência maior de público e inviabiliza o atendimento por intermédio de cursos internos (*in company*), em razão do baixo número de alunos, foi o fundamento para a criação do Programa de Aperfeiçoamento Individual (PAI), por meio da Portaria GP-EJ n. 01/2017, que está inserido no “Programa de formação continuada de servidores”.

Tendo por escopo conferir condições para tratamento de necessidades pontuais de capacitação em cada unidade administrativa, esse programa registrou em 2019 75 cursos externos e 158 participações, que envolveram servidores lotados na Assessoria de Gestão Estratégica, Assessoria de Segurança, Assessoria Jurídica, Coordenadoria de Comunicação Social, Coordenadoria de Controle Interno, Corregedoria Regional, Diretoria-Geral, Escola Judicial, Secretaria da Administração, Secretaria de Gestão de Pessoas, Secretaria de Orçamento e Finanças, Secretaria de Saúde e Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações.

2.11 Programa de aperfeiçoamento individual de magistrados

Como ação de suporte ao “Programa de formação de formadores” e “Programa de formação continuada de magistrados”, por meio desta os magistrados do TRT da 15ª Região têm a oportunidade de participar de cursos com temas específicos e necessários para sua área de atuação e que não são oferecidos pela ENAMAT ou outras Escolas Regionais.

No primeiro semestre de 2019, de 8 a 12 de abril, após requerimento da juíza Kathleen Mecchi Zarins Stamato, a Escola Judicial custeou parcialmente diárias para a sua participação no simpósio “Brazil Legal Symposium at Harvard Law School”, considerando a relevância do tema ao aperfeiçoamento do curso “Formação de Mediadores” organizado pela EJud15, no qual atua a magistrada como instrutora, e a notória tradição e qualidade na área em comento da Faculdade de Direito de Harvard, nos Estados Unidos da América.

Ainda com vistas à melhoria do curso antes mencionado e ao aperfeiçoamento das instrutoras dos cursos de formação de mediadores deste Regional, no segundo semestre, por meio do pagamento de diárias e passagens aéreas, a Escola Judicial contribuiu para a participação da desembargadora Maria Inês Corrêa de Cerqueira César Targa e da juíza Kathleen Mecchi Zarins Stamato no “Curso de Negociação e Liderança — Lidando com Pessoas e Problemas Difíceis”, ocorrido no período de 21 a 24/10/2019, também na Faculdade de Direito de Harvard.

2.12 Plano de capacitação de servidores da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações

O presente plano integrou o “Programa de formação continuada de servidores” e foi elaborado com vistas ao quanto estabelecido na Resolução n. 211/2015 do CSJT, que determina a elaboração e implantação de plano anual específico de capacitação para desenvolver as competências gerenciais e técnicas necessárias à operacionalização da governança, da gestão e do uso da Tecnologia da Informação e Comunicação.

Elaborado com o intuito de promover a educação para o trabalho e a qualificação profissional necessária ao aperfeiçoamento dos serviços gerenciais e técnicos dos servidores lotados na Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações do TRT da 15ª Região, este plano contemplou as necessidades de formação apontadas por aqueles servidores, sendo essencial a colaboração dos diretores, coordenadores e assistentes-chefe da SETIC nesse processo.

Para viabilizar o atendimento das demandas formativas mapeadas, foram estabelecidas as seguintes formas de desenvolvimento de soluções educacionais:

— Cursos internos: ministrados por servidores lotados na SETIC e com a finalidade de multiplicar conteúdos já adquiridos por colegas de lotação, planejados e executados por quem detinha conhecimento específico sobre os temas dos treinamentos;

— Programa de aperfeiçoamento individual por unidade administrativa (PAI): tendo por escopo conferir condições para tratamento de necessidades pontuais de capacitação dessa Secretaria, por meio desse programa foram contratados cinco cursos externos em 2019, dos quais participaram 42 servidores;

— ALURA: plataforma de ensino a distância contratada por meio de assinatura anual, disponibilizando aos estudantes mais de 400 cursos específicos de TIC. Aos gestores da SETIC coube atribuir senha de acesso e acompanhar as ações de capacitação realizadas pelos seus servidores, que ao longo de 2019 concluíram 289 cursos e somaram 1.019 participações.

2.13 Programa de formação de servidores do Controle Interno

A Coordenadoria de Controle Interno, por força do Parecer n. 2/2013 SCI/Pres/CNJ, exarado nos autos do processo 0201047-40.2009.00.000 (CECIN), também teve em 2019 um plano anual de capacitação específico, o qual fez parte do “Programa de formação continuada de servidores”.

Concretizou-se pela realização de um curso interno sobre o tema “relatórios de auditoria”, com 11 participantes, e cinco cursos externos que somaram nove participações, estes supridos pelo Programa “PAI”.

2.14 Cursos de extensão e pós-graduação *lato sensu*

Ação que fomenta a formação de formadores (Libras) e formação continuada de servidores por meio de especializações, assistiu em 2019 ao início de três novos cursos:

- Curso presencial de pós-graduação *lato sensu* “**LIBRAS – tradução, interpretação e docência**”: com 23 meses de duração e 920 horas, habilitará dois servidores da 15ª Região como formadores da Escola Judicial em linguagem brasileira de sinais, visando sua atuação como docentes em cursos futuros, face à Resolução CSJT nº 218, de 23/03/2018, que determina aos Tribunais a promoção de ações de capacitação em LIBRAS destinadas a pelo menos 5% (cinco por cento) do seu quadro de servidores e terceirizados;

- Curso a distância de pós-graduação *lato sensu* “**Direito e Processo do Trabalho**”: com 360 horas e o objetivo de aperfeiçoamento para atuação na área da Justiça do Trabalho, especialmente frente as inovações trazidas pela Reforma Trabalhista, atenderá 55 servidores deste Regional;

- Curso a distância de pós-graduação *lato sensu* “**Avaliação Pericial de Bens**”: com 460 horas e contratado para atender à demanda trazida pela Associação dos Oficiais de Justiça, capacitará 40 servidores deste Regional em avaliação de imóveis urbanos e rurais, recursos naturais, máquinas, equipamentos e instalações industriais, bens do patrimônio histórico e artístico, entre outros.

2.15 Ciclo de palestras: temas polêmicos da atualidade

No decorrer de 2019 a Escola Judicial realizou quatro palestras que versaram sobre temas contemporâneos correlatos à esfera da Justiça do Trabalho, ações que contribuíram à formação continuada de servidores e magistrados:

- Palestra “Ética e Direitos Sociais”, ocorrida em 22/02/2019, que contou com as exposições do Desembargador Eduardo Benedito Oliveira Zanella e do Prof. Dr. Alysson Leandro Barbate Mascaro, tendo participado 83 servidores, 30 magistrados e 73 externos;
- Palestra “O aumento da expectativa de vida é a real causa da crise da previdência?”, realizada em 27/09/2019, ministrada pelo Prof. Dr. Cicero Galli Coimbra, da qual participaram 111 servidores, 16 magistrados e 44 externos;
- Palestra “Reforma da Previdência: linhas e pontos polêmicos”, conduzida pelo juiz Dr. Guilherme Guimarães Feliciano no dia 09/10/2019, contando com a presença de 34 servidores e 10 magistrados;
- Palestra “O Direito e a Justiça do Trabalho na América Latina”, proferida pelo Desembargador Dr. Manoel Carlos Toledo Filho, em 29/11/2019, a 12 servidores e 6 magistrados.

2.16 Direito em tela

Atividade também integrante dos programas de formação continuada de magistrados e servidores, teve por objetivo propiciar a estes, assim como aos estagiários e empregados terceirizados, um espaço para o conhecimento e o intercâmbio de saberes por meio da apresentação de filmes, atuando como curador o Desembargador Ricardo Regis Laraia que, a cada encontro, fez uma explanação acerca do tema escolhido para o dia, relacionado ao mundo do trabalho ou a fatos da sociedade, e depois da exibição conduziu debates, permitindo a construção de novas posições, questionamentos e reflexões por meio da arte.

Foram quatro edições em 2019, sendo apresentados os filmes:

“**Que horas ela volta?**” (Brasil, 2015), exibido em 08/03/2019. Filme que retrata as relações de trabalho e familiares de uma imigrante. Val (Regina Casé) deixou sua filha na cidade de origem para trabalhar como empregada doméstica para uma família de classe média paulistana e vive em função do trabalho. Quando sua filha chega a São Paulo para prestar exames vestibulares para ingressar no ensino superior, as relações de trabalho e familiares são contestadas. Participaram 3 magistrados, 15 servidores, 6 estagiários e 1 terceirizada;

“**12 homens e uma sentença**” (Estados Unidos, 1957), exibido em 11/04/2019. Filme que retrata a dinâmica da decisão de 12 jurados sobre a acusação de um jovem porto-riquenho de matar o próprio pai. De acordo com as leis americanas, a decisão deve ser tomada por unanimidade, no sentido da inocência e libertação do jovem ou de sua culpa e imposição da pena de morte. Participaram 2 magistrados, 10 servidores, 5 estagiários e 5 terceirizados;

“**Arábia**” (Brasil, 2017), exibido em 01/08/2019. Filme que conta a história de Cristiano, um jovem operário mineiro em busca de trabalho e afeto. Com condução lenta, mas intensa, o filme retrata a vida simplória de um trabalhador a partir de sua perspectiva. É um

filme humano e emocionante, que desperta a reflexão sobre o valor social do labor em nosso país. Participaram 2 magistrados, 13 servidores, 6 estagiários e 3 terceirizados;

“**A caça**” (Dinamarca, 2012), exibido em 10/10/2019. O filme mostra o drama daquele que é acusado injustamente e não tem provas de sua inocência. Também mostra a dificuldade que temos para lidar com falsas acusações que aparentam ser verdadeiras, ainda mais nos tempos da "pós-verdade". Participaram 7 magistrados, 11 servidores, 2 estagiários e 2 terceirizados.

3 CONVÊNIOS COM INSTITUIÇÕES DE ENSINO

Atualmente estão vigentes os seguintes convênios com instituições públicas e privadas, com a finalidade de estimular o permanente aperfeiçoamento de magistrados e servidores deste Regional, resultando em parceiras técnico-científicas ou concessão de descontos em mensalidades:

- Academia Paulista de Magistrados;
- AMATRA XV e ESMAT 15;
- Anhanguera Educacional S.A.;
- Associação dos Advogados Trabalhistas de São Paulo;
- Associação Educacional Toledo;
- Centro Universitário Salesiano de São Paulo – UNISAL;
- Escola Paulista da Magistratura – EPM;
- Escola Superior de Direito Constitucional;
- Escola Superior do Ministério Público da União – ESMPU;
- Faculdades de Campinas – Facamp;
- Grupo IBMEC – Metrocamp;
- Sociedade Brasileira de Direito Público;
- Superior Tribunal de Justiça - Consórcio BDJur - Rede de Informações

Digitais do Poder Judiciário;

- Syracuse University College of Law (Estados Unidos);
- Universidade Corporativa Banco do Brasil – Unibb;
- Universidade de Roma - Departamento de Ciências Jurídicas "Sapienza"

(Itália);

- Università di Roma 2 - Tor Vergata (Itália);
- Universidade Estadual de Campinas – Unicamp;
- Universidade Presbiteriana Mackenzie.

4 SEÇÃO DE BIBLIOTECA

A Biblioteca “Délío Maranhão”, Seção integrante da estrutura administrativa da Escola Judicial, oferece seu acervo para consulta e empréstimo aos magistrados, servidores, estagiários e funcionários terceirizados do TRT da 15ª Região, além de disponibilizar consulta às obras a qualquer interessado.

Alguns dados estatísticos referentes ao ano 2019:

TÍTULOS INDEXADOS (incluídos na base de dados)

Artigos de periódicos	1.002
Livros	192
Teses	2

CIRCULAÇÃO DE MATERIAIS POR TIPO DE DOCUMENTO (empréstimos domiciliares, consultas e retiradas para cópias)

Livros	4.605
Periódicos	1.279

CIRCULAÇÃO DE MATERIAIS POR TIPO DE EMPRÉSTIMO

Empréstimos domiciliares (livros e teses)	2.360
Empréstimos para consultas (livros, teses e periódicos)	3.339
Empréstimos para cópias (livros, teses e periódicos)	185

SERVIÇOS PELO SISTEMA DE GESTÃO DE ACERVO (via internet)

Pesquisas realizadas	8.668
Renovações de empréstimos <i>online</i>	670

5 SEÇÃO DE PESQUISA E PUBLICAÇÕES JURÍDICAS

No ano 2019 a Seção de Pesquisa e Publicações Jurídicas da Escola Judicial produziu:

— Duas edições da **Revista do Tribunal** (versões impressas e eletrônicas), contendo: duas palestras transcritas, 13 artigos de doutrina nacional, três artigos de doutrina internacional e quatro trabalhos do meio científico, ementas selecionadas do PJe, súmulas, teses prevaletentes e atos normativos relevantes do período; dois anexos, em versão eletrônica, das decisões originárias das respectivas súmulas e teses e das ementas de processos físicos;

— Seis edições do **Caderno de Doutrina e Jurisprudência**, publicados eletronicamente e disponibilizados no *site* do TRT, contendo: sete artigos de doutrina nacional, 19 íntegras de acórdão e ementas selecionadas do PJE;

— Duas chamadas públicas para seleção de artigos (*Call for papers*):

a) Seleção de três artigos para publicação na Revista do Tribunal e apresentação de resumo pelos respectivos autores durante a programação do 19º Congresso Nacional de Direito do Trabalho e Processual do Trabalho do TRT-15;

b) Seleção de 12 artigos para comporem o livro eletrônico “100 ANOS DA OIT: pensando o futuro do Direito do Trabalho”, obra com 271 páginas e cadastro internacional ISBN, disponibilizado gratuitamente no *site* do TRT na coleção “Estudos Jurídicos”.

6 CONCLUSÃO

Em 2017 a Escola Judicial elaborou o seu “Plano Estratégico 2017/2020”, primeiro documento que veio estabelecer sua missão, visão de futuro e atributos de valor:

- A **Missão** da Escola Judicial é proporcionar formação e aperfeiçoamento de magistrados e servidores para o desenvolvimento das competências necessárias ao adequado exercício profissional.

- A **Visão de futuro** da Escola Judicial é ser reconhecida como escola eficiente, acessível e contemporânea.

- Os Atributos de **Valor** da Escola Judicial são:
 - Inovação
 - Valorização das pessoas
 - Qualidade de vida no trabalho
 - Equidade
- Democratização

Para auxiliar no direcionamento das ações da EJud15 na consecução do seu plano estratégico foram identificadas metas, que naturalmente estão sujeitas a revisões, porém alguns dados apurados em 2019 já assinalaram para um reconhecimento pelo público das suas ações de que está alinhada à sua **Missão** e caminhando em direção à **Visão de futuro**:

- A EJud15 conquistou 85% de avaliações positivas na pesquisa institucional 2019, organizada pela Assessoria de Gestão Estratégica, superando a sua meta de “visão de futuro”, que fixava 80% de aprovação até 2020.

- Inspirada em oferecer aos magistrados e servidores um calendário de atividades anual com a maior estabilidade possível de atividades e datas, a Escola tinha por meta cumprir 90% do seu Plano Anual de Atividades, aprovado pelo Conselho Consultivo em janeiro de 2019, alcançando ao final do ano a média de 88,23%.

Não obstante os décimos de diferença do quanto apurado em relação ao parâmetro desta meta, a EJud considera de grande sucesso o resultado alcançado.

O Plano Anual de Atividades, por sua dinâmica, deve guardar compromisso com as necessidades do Tribunal. Assim, na medida em que as carências de formação ou aperfeiçoamento sofrem alterações, é dever desta Escola promover ações efetivas que supram essas lacunas de conhecimento, de forma que não há apenas exclusões de atividades do plano original, mas antes substituições por outras mais prementes à Instituição, posto que também se faz necessário compatibilizar a oferta de ações com os recursos humanos disponíveis na Escola Judicial.

- Buscando analisar a efetividade das ações formativas nas rotinas de trabalho dos seus discentes, a Escola Judicial traçou como meta aplicar “avaliação de impacto” em quatro cursos até 2020, o que foi concretizado (e superado) já em 2019, por meio de seis avaliações (cursos “Report”, da CCIIn, e “Qualifica 1º Grau”, na 3ª VT de Jundiá, 3ª VT de São José dos Campos, 2ª VT de Jacareí, VT de Ubatuba e VT de Itanhaém).

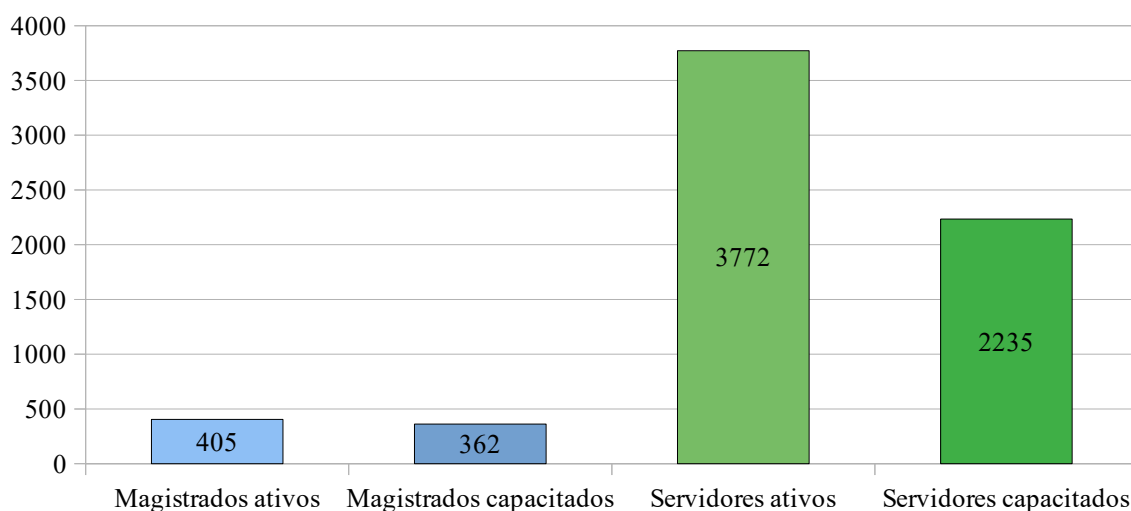
- Mais uma vez tendo em vista se manter alinhada à sua missão, a EJud estabeleceu como meta alcançar, até o ano 2020, a média “8” nas avaliações de reação dos cursos oferecidos, tendo conseguido em 2019 já atingir a nota 8,77 (nesta avaliação, disponibilizada após a conclusão do curso, o participante tem a oportunidade de criticar a atividade que acabou de realizar, sob vários aspectos, como desempenho do docente, conteúdo, tempo, infraestrutura disponibilizada, atendimento da equipe da Escola etc.).

- Também com o escopo de aperfeiçoar suas rotinas e inspirada nos seus valores, a EJud15 visava cumprir 99% do projeto de “Gestão de Processo de Trabalho” até 2020, o que foi concretizado no ano 2019, com o mapeamento pela Assessoria de Gestão Estratégica de todos os processos deste setor.

Assim, a Escola Judicial encerrou 2019 acumulando aproximadamente 1.700 horas-aula ofertadas de ações formativas (a maioria voltada a mais de um público-alvo), em atividades diretamente por ela promovidas ou realizadas com o seu apoio, alcançando, sem

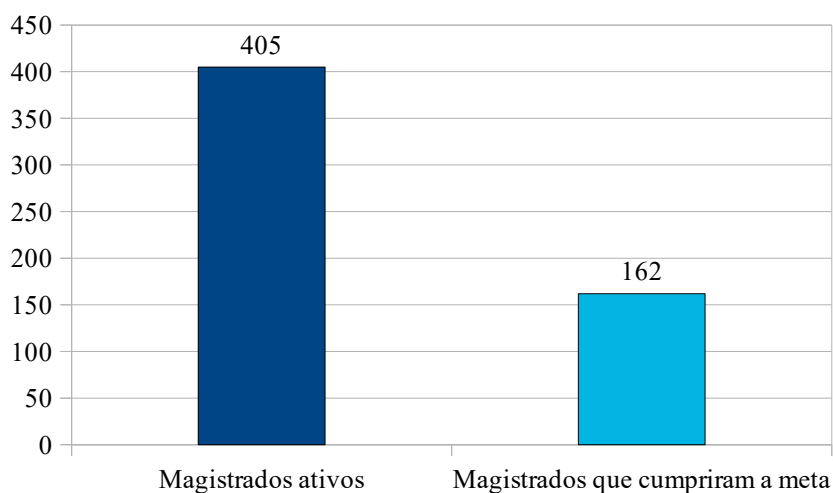
computar repetição de participação, 362 magistrados (89% do número máximo de ativos no período) e 2.235 servidores (59% do quadro), além de 158 participações de servidores da área administrativa em 75 cursos externos do Programa PAI e, da SETIC, 289 cursos a distância da plataforma Alura, que somaram 1.019 participações.

Magistrados e servidores que participaram de alguma ação da EJud em 2019
(sem repetição de participação)

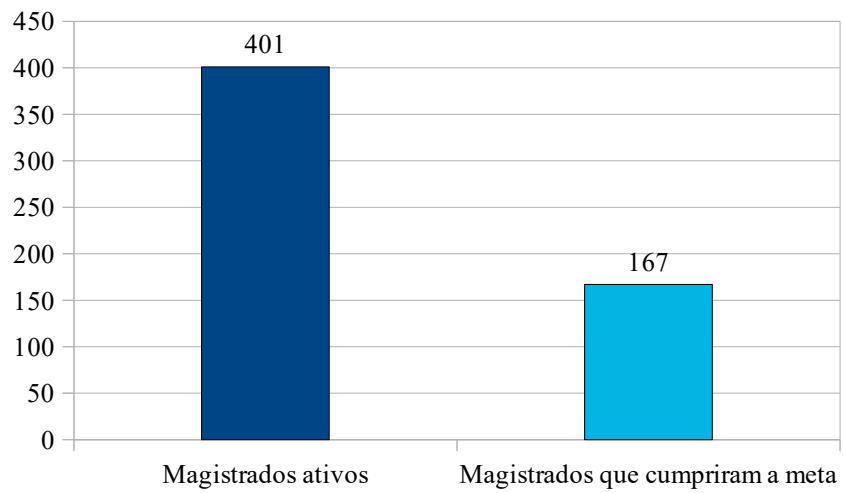


Além dessas participações, vale destacar, por fim, que 40% do quadro ativo de magistrados vitalícios cumpriu a carga horária semestral de 30 horas-aula de formação continuada, em atenção à Resolução ENAMAT n. 09/2011 (art. 3º).

Magistrados que cumpriram a carga horária semestral mínima de 30 horas definida pela Enamat (1º Semestre de 2019)



Magistrados que cumpriram a carga horária semestral mínima de 30 horas definida pela Enamat (2º Semestre de 2019)



7 - OUVIDORIA



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
OUVIDORIA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Egrégio Tribunal Pleno,

A Ouvidoria, em cumprimento ao disposto no artigo 22, inciso XLI do Regimento Interno, apresenta o relatório das suas atividades no ano de 2019.

FRANCISCO ALBERTO DA MOTTA PEIXOTO GIORDANI
Desembargador do Trabalho Ouvidor

HELICIO DANTAS LOBO JUNIOR
Desembargador do Trabalho Vice-Ouvidor

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO ANO DE 2019

A Ouvidoria do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, em estrita observância às Resoluções nº 103 de 2010 do Conselho Nacional de Justiça e nº 163 de 2016 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, é órgão independente da administração desta Egrégia Corte, por força do Assento Regimental nº. 07, de 02 de setembro de 2014, que acrescentou ao Regimento Interno o artigo 56-A, inserido no capítulo IX do mencionado diploma legal.

A sua competência está disciplinada no Regimento Interno desta Corte e no artigo 5º da Resolução Administrativa nº 15, de 3 de maio de 2017, que também regulamentou as atividades e a estrutura da Ouvidoria deste Regional.

O funcionamento deste Órgão é marcado pela colaboração dos diversos setores e unidades deste Regional, que recebem e atendem as solicitações que lhes são encaminhadas, prestando os esclarecimentos devidos, para que o cidadão possa ser atendido a tempo e modo oportunos. A Ouvidoria tem cumprido suas finalidades, facilitando o acesso do jurisdicionado às informações sobre atividades e normas desta Corte Trabalhista, servindo como instrumento de participação social, democrática e de transparência.

Seguindo a tendência dos anos anteriores, as manifestações recebidas no ano de 2019 referiram-se a situações diversas, abrangidas ou não por esta Justiça Especializada e quando extrapolaram o âmbito da competência deste E. Regional, o cidadão foi devidamente orientado a entrar em contato com o órgão a que se refere o objeto da demanda, cumprindo assim com sua função institucional e seu relevante papel social.

Ademais, desde a regulamentação da Lei de Acesso à Informação, no âmbito deste Regional, por meio da Resolução Administrativa nº 24/2017, que, em seu artigo 9º, instituiu, formalmente, o Serviço de Informação ao Cidadão - SIC, vinculando-o à Ouvidoria, compete a este Órgão coordenar e promover o acesso a informações ou a documentos produzidos ou recebidos pelo Tribunal, sem prejuízos de outras formas de prestação de informações sob a responsabilidade de outras unidades desta Corte Trabalhista.

Neste diapasão, coube a Ouvidoria receber as demandas referentes à Lei de Acesso à Informação, firmando-se assim, neste Regional, como responsável pelo Serviço de Informação ao Cidadão – SIC. Seguindo os estritos ditames da Lei, foram dados os devidos tratamentos nestas ocorrências, garantindo aos cidadãos o direito constitucional de obter informações públicas.

Atendendo ao objetivo de sua criação, a Ouvidoria permanece aprimorando os mecanismos de atendimento e esclarecimento dos cidadãos para uma maior e melhor compreensão dos procedimentos adotados nesta Justiça Trabalhista, contribuindo para a sua transparência, acessibilidade e qualidade do atendimento prestado à população, cumprindo as exigências contidas na Resolução nº 163 de 2016, do Colendo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, dentro dos limites estabelecidos.

A Ouvidoria conta em seu quadro funcional com quatro servidores, em conformidade com as disposições regimentais deste Regional que se harmonizam com as exigências da Resolução nº 163 de 2016 do CSJT.

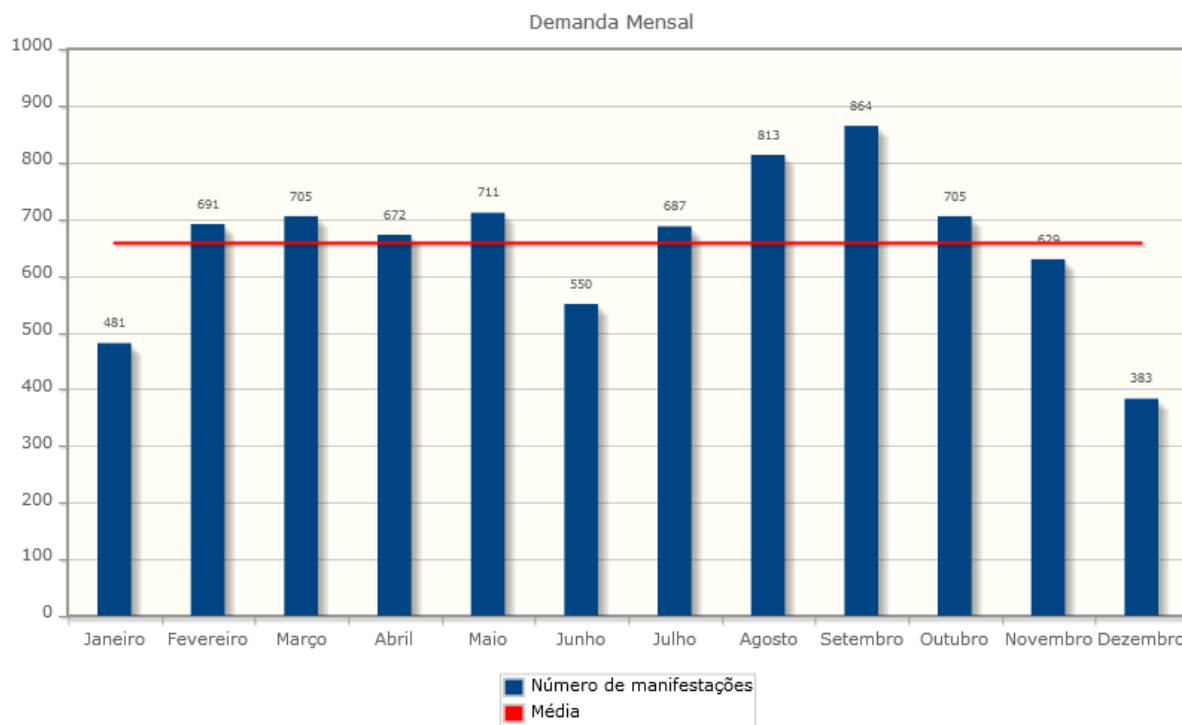
Sendo assim, informamos que em 2019 foram recebidas 8.029 manifestações, sendo que 7.891 foram encaminhadas pelo PROAD-OUV e 138 pelo PROAD-SIC.

Por fim, dando seguimento ao presente relatório, respeitados os termos da Lei nº 13.460 de 26 de junho de 2017, apresentamos abaixo os dados estatísticos dos

atendimentos realizados pela Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região no ano de 2019:

7.1 - DADOS ESTATÍSTICOS

Gráfico 1: NÚMERO DE DEMANDAS 2019 – PROAD-OUV



Fonte: Relatório PROAD-OUV TRT 15ª Região (ano 2019)

O gráfico acima permite observar a evolução da quantidade de ocorrências recebidas durante os meses de 2019.

Com se pode observar, dezembro foi o mês com menor quantitativo de ocorrências, totalizando 383. Isso pode ser explicado pelo fato de a maior parte das ocorrências na ouvidoria se referir à morosidade na tramitação processual das reclamações trabalhistas em curso neste Regional. Como em dezembro há o recesso do judiciário, a partir do dia 20, com conseqüente suspensão do antedimento deste órgão, o número de manifestações reduz consideravelmente, sendo uma tendência que se repete ano após ano.

Por outro lado, os meses que apresentaram os números mais elevados de ocorrências foram agosto e setembro. Em que pese agosto ser um mês que ao longo dos anos, em regra, traz um quantitativo elevado de ocorrências, no ano de 2019, em particular, um dos fatores que contribuiu para esse resultado foi a atualização do sistema Processo Judicial Eletrônico-JT, que se deu no período de 23 a 25/08/2019. Em razão das dúvidas geradas aos usuários do sistema e em face da instabilidade por ele apresentada, este Órgão recebeu inúmeras demandas (reclamações, dúvidas, sugestões) a partir de então, que se estenderam pelo mês de setembro, resultando no total de 813 no mês de agosto e 864 no mês de setembro. Em razão da questão apresentada, de ordem do Exmo. Desembargador do Trabalho Ouvidor,

Francisco Alberto da Motta Peixoto Giordani, este órgão deu ciência ao Cômite Gestor do Processo Judicial Eletrônico neste Regional.

Quadro 1: MANIFESTAÇÕES POR TIPO

Tipo de manifestação	Quantidade	%
Denúncia	180	2,28%
Dúvida/Consulta	4.806	60,90%
Elogio	83	1,05%
Reclamação	2.769	35,09%
Sugestão	53	0,67%
Total	7.891	100,00%

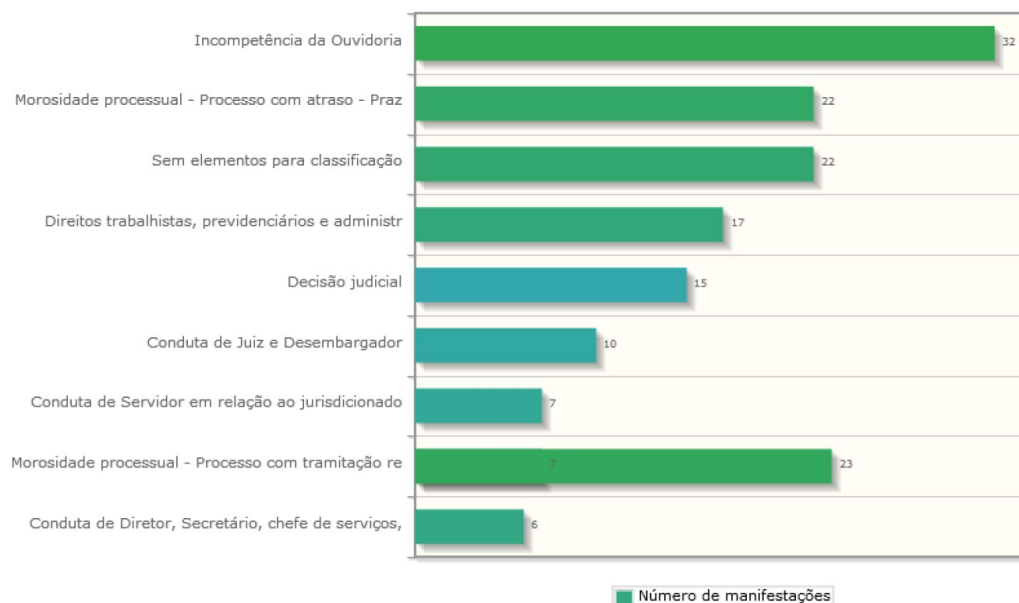
Fonte: Relatório PROAD-OUV TRT 15ª Região (ano 2019)

A tabela acima demonstra que o tipo de manifestação dúvida/consulta (60,90%) seguido por reclamação (35,09%) representam a maior porcentagem de ocorrências na ouvidoria deste Tribunal Regional e as menores referem-se aos tipos elogio (1,05%) e sugestão (0,67%).

O panorama apresentado demonstra a importância pedagógica e orientadora da Ouvidoria, sendo de suma importância a sua responsabilidade social. O usuário externo tem identificado este órgão não apenas como intermediador entre a linguagem técnico formal do judiciário e aquela que pode ser entendida pelo cidadão médio comum, ao buscarem soluções para suas dúvidas e consultas, mas também como facilitador das relações do jurisdicionado com o Tribunal, na apresentação de suas reclamações. Porém, essa situação deve ser sopesada pelo menor percentual de elogio e denúncia, manifestações também características das relações interpessoais. Isso evidencia que a porta da comunicação com a sociedade foi aberta, contudo sua utilização ainda não ocorre de forma plena pelo cidadão.

Nesse contexto segue exemplificação gráfica dos assuntos mais utilizados em cada tipo de manifestação apresentada pelo cidadão, usuário do sistema de ouvidorias deste E. Tribunal Regional do Trabalho, esclarecendo que o sistema PROAD-OUV disponibiliza o número máximo de dez assuntos que mais foram objeto das demandas apresentadas:

Gráfico 2 – Assuntos mais utilizados nas manifestações – Tipo Denúncia



Fonte: Relatório PROAD-OUV TRT 15ª Região (ano 2019)

Gráfico 3 – Assuntos mais utilizados nas manifestações – Tipo Dúvida/Consulta

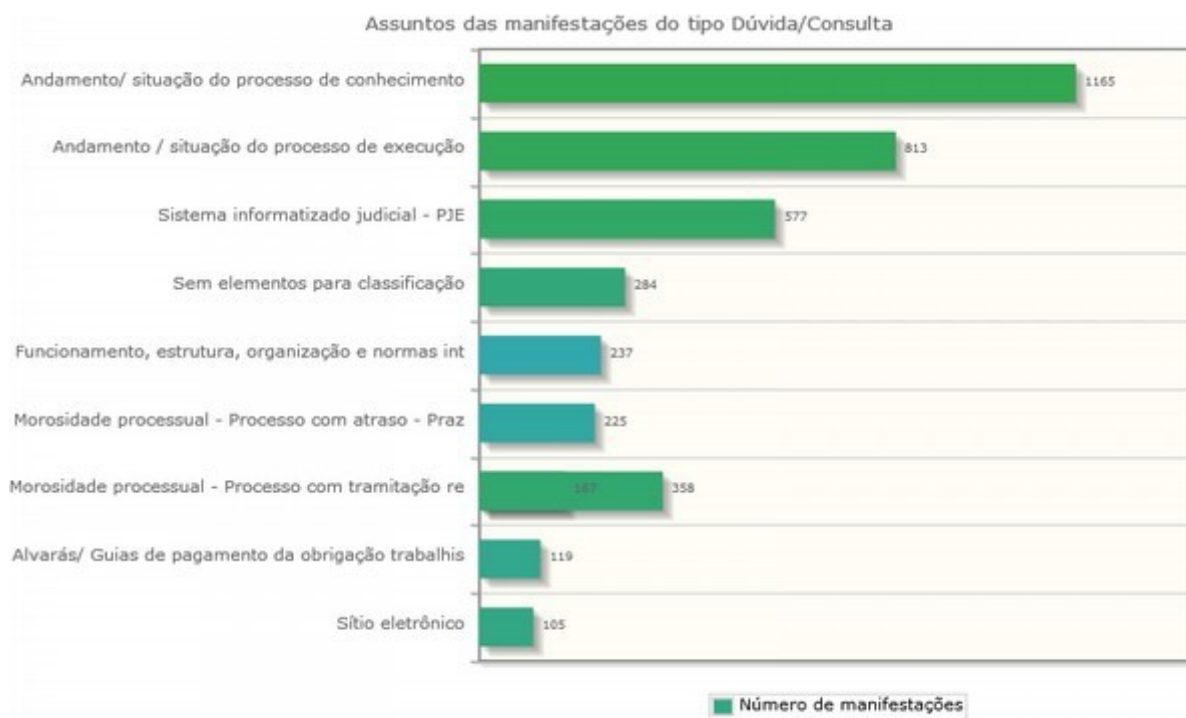
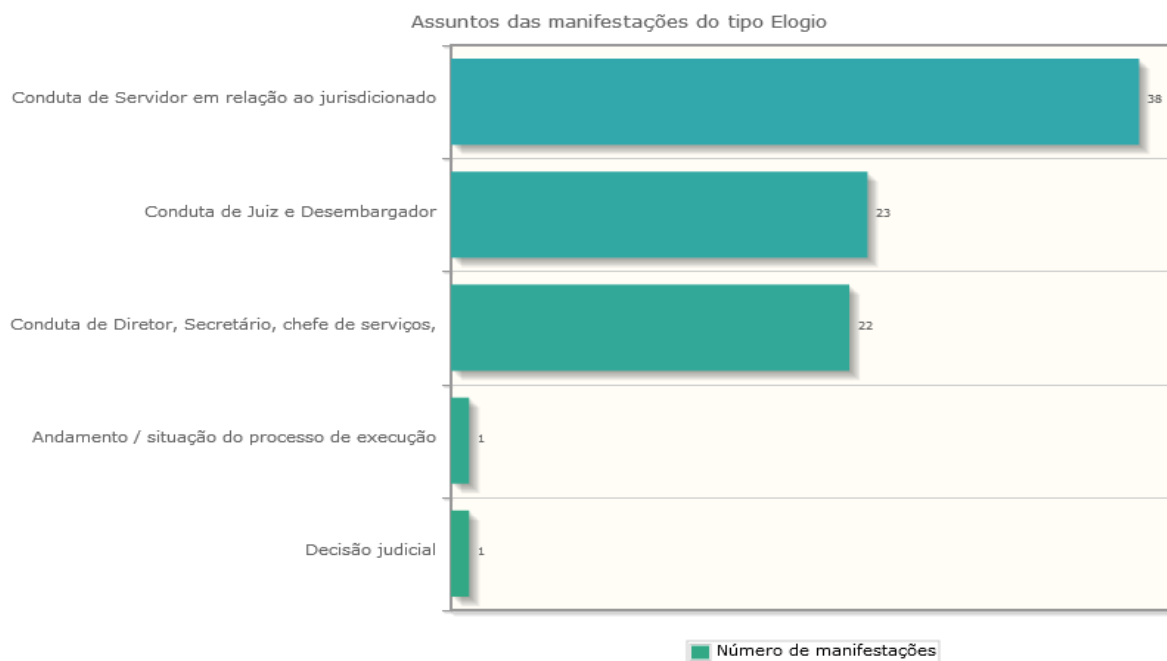


Gráfico 4 – Assuntos mais utilizados nas manifestações – Tipo Elogio



Fonte Gráficos 3 e 4: Relatório PROAD-OUV TRT 15ª Região (ano 2019)

Gráfico 5 – Assuntos mais utilizados nas manifestações – Tipo Reclamação

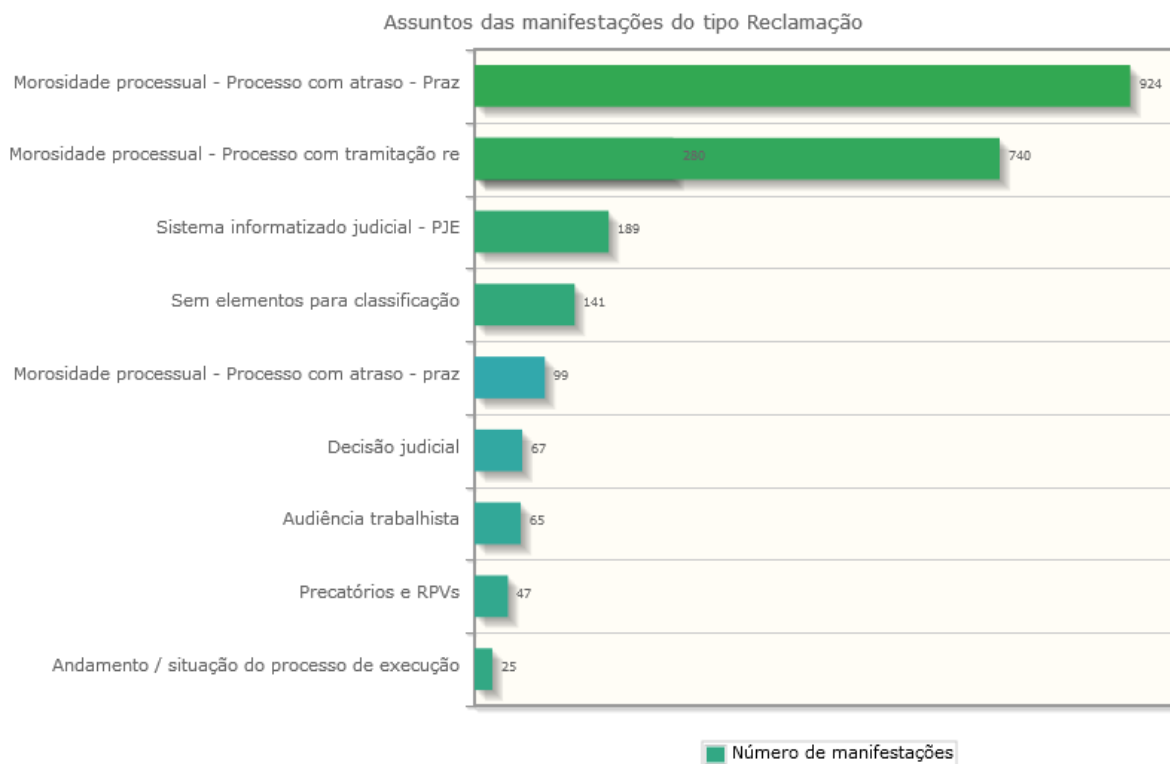
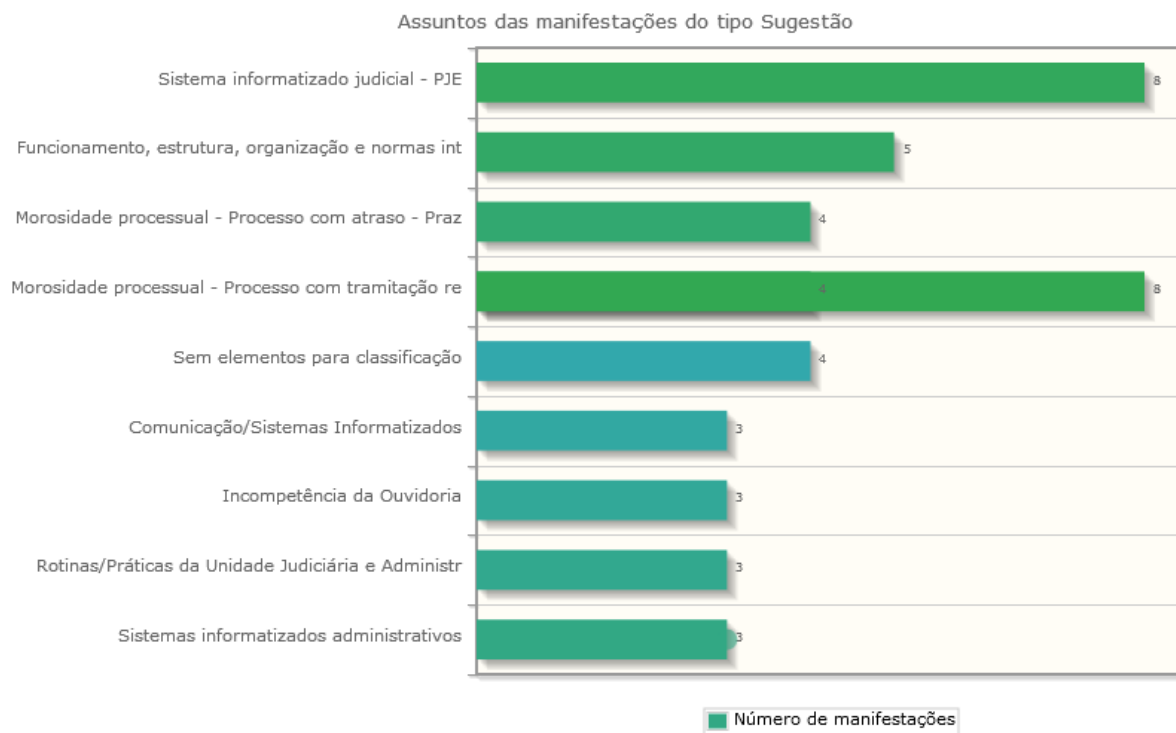


Gráfico 6 – Assuntos mais utilizados nas manifestações – Tipo Sugestão



Fonte Gráficos 5 e 6: Relatório PROAD-OUV TRT 15ª Região (ano 2019)

Esclarecemos que nos gráficos 2, 3, 5 e 6, o sistema PROAD/OUV apresentou um “bug”, que já foi reportado para os desenvolvedores de TI no E. Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região, com relação aos assuntos “Morosidade processual – Processo com tramitação regular – Prazo com Secretaria” e “Morosidade processual – Processo com tramitação regular – prazo com Juiz/Desembargador”, vez que estes dados apresentam as duas colunas sobrepostas e por isso estão apresentando dois números distintos. Esclareceu aquele Órgão que a questão diz respeito ao número de caracteres dos dois assuntos, o que gera esse erro.

Ato contínuo, serão apresentados os gráficos com as áreas mais demandadas no nosso Tribunal, de acordo com o tipo de manifestação apresentada pelo cidadão, por meio de nossos canais de atendimento disponíveis para o usuário, em conformidade com o que determina o Conselho Nacional de Justiça e o Conselho Superior da Justiça do Trabalho:

Gráfico 7 – Áreas mais demandadas – Tipo Denúncia

Áreas demandadas pelas manifestações do tipo Denúncia

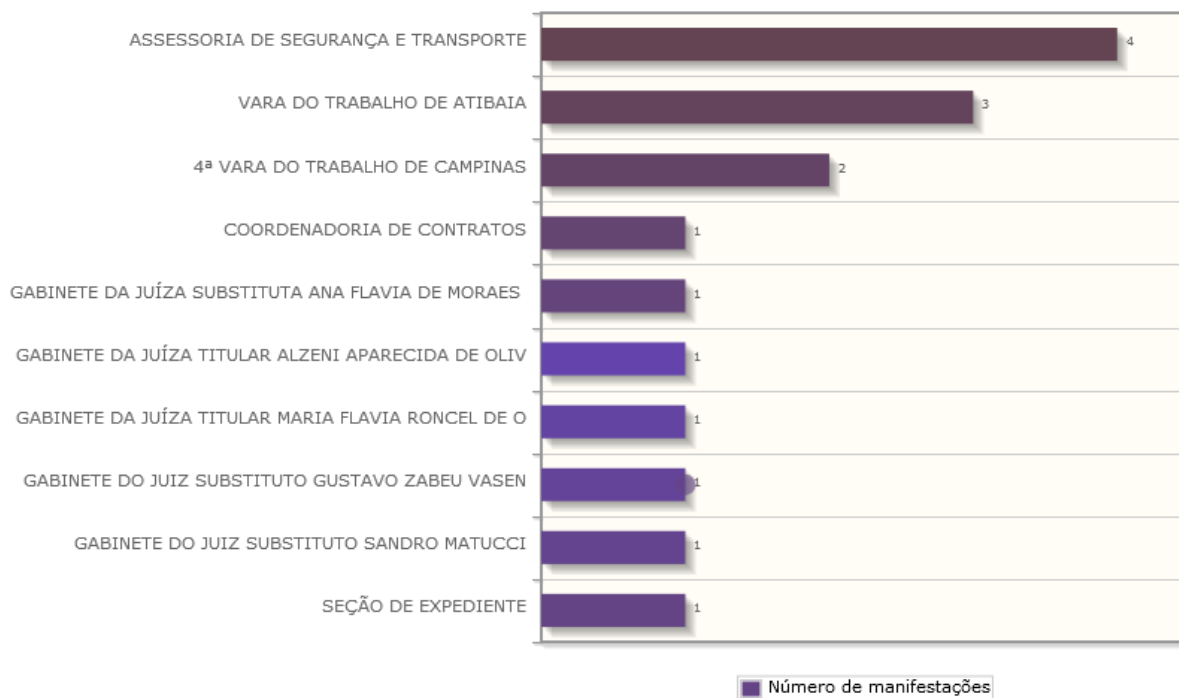
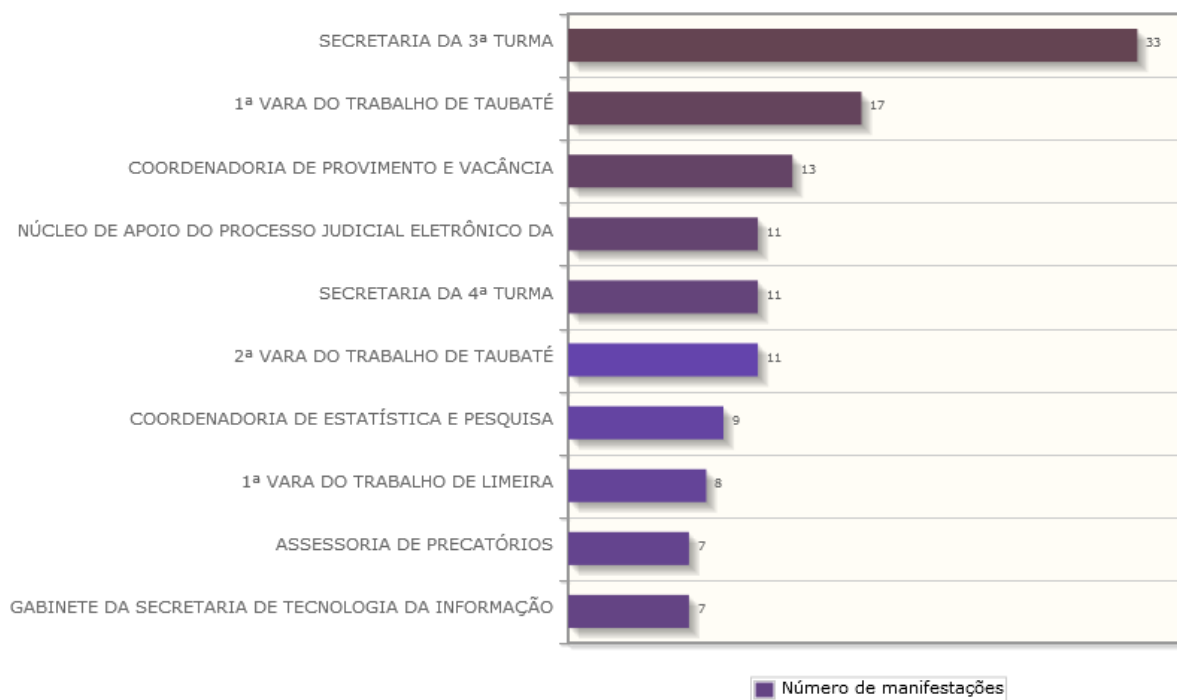


Gráfico 8 -Áreas mais demandadas – Tipo Dúvida/Consulta

Áreas demandadas pelas manifestações do tipo Dúvida/Consulta



Fonte Gráfico 7 e 8: Relatório PROAD-OUV TRT 15ª Região (ano 2019)

Gráfico 9 – Áreas mais demandadas – Tipo Elogio

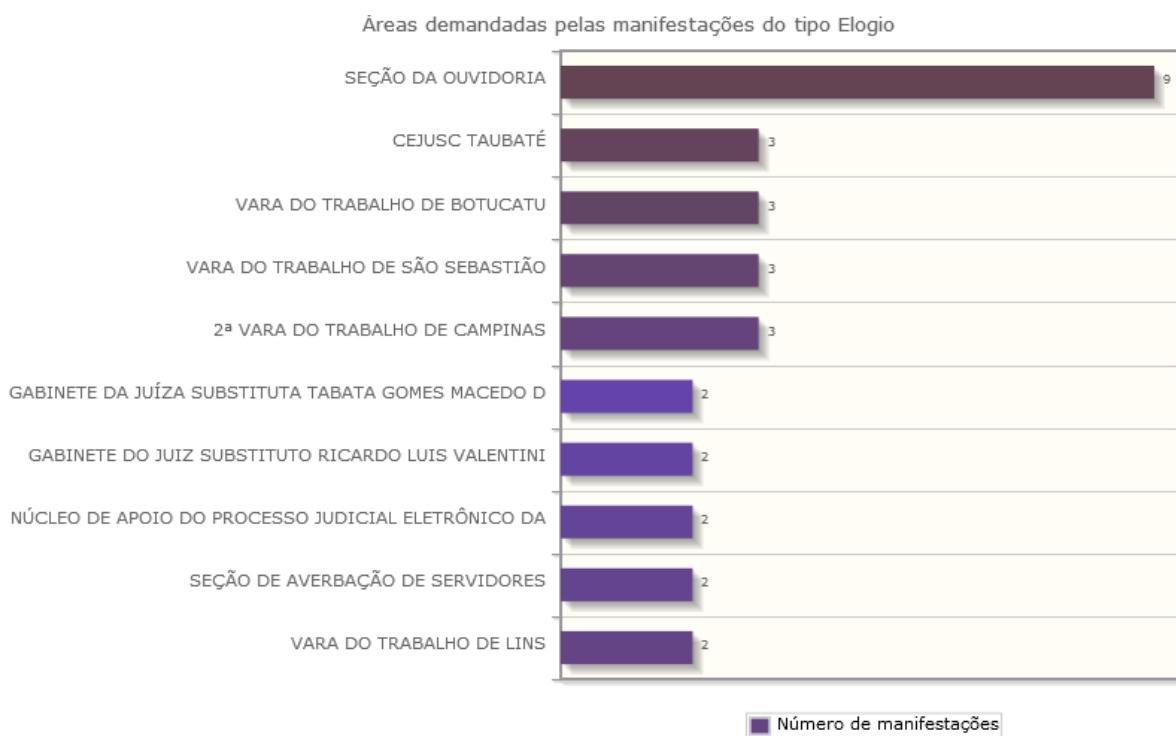


Gráfico 10 – Áreas mais demandadas – Tipo Reclamação

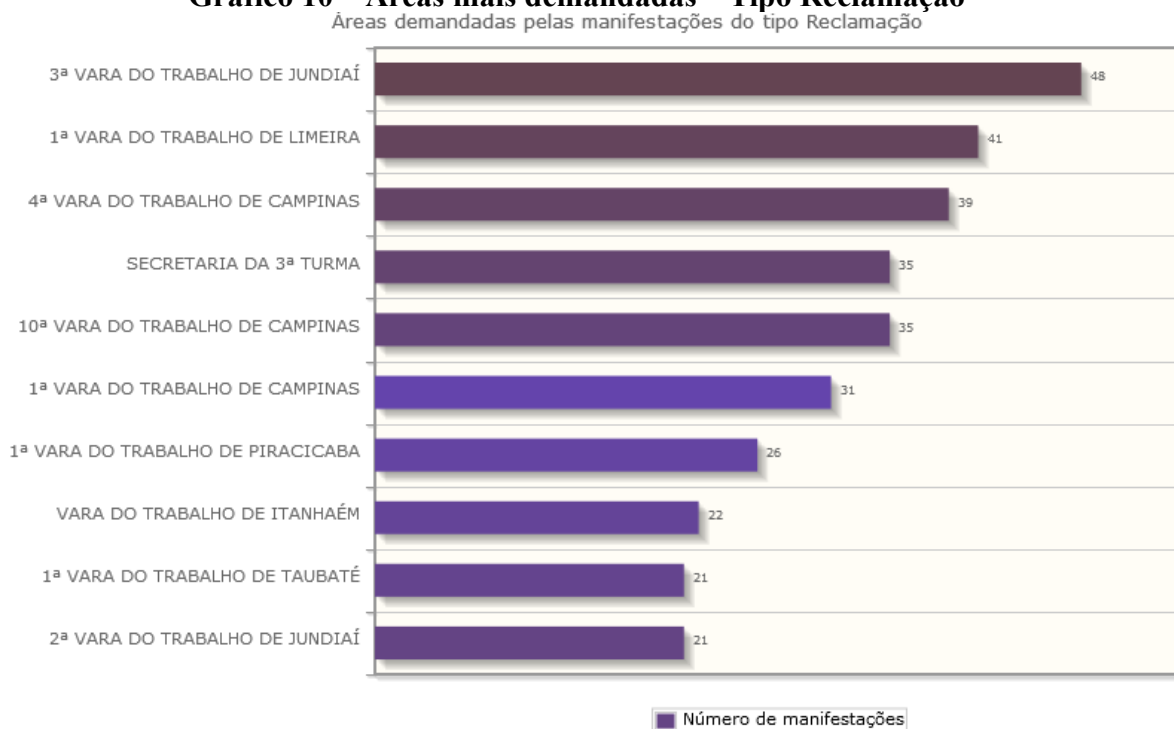
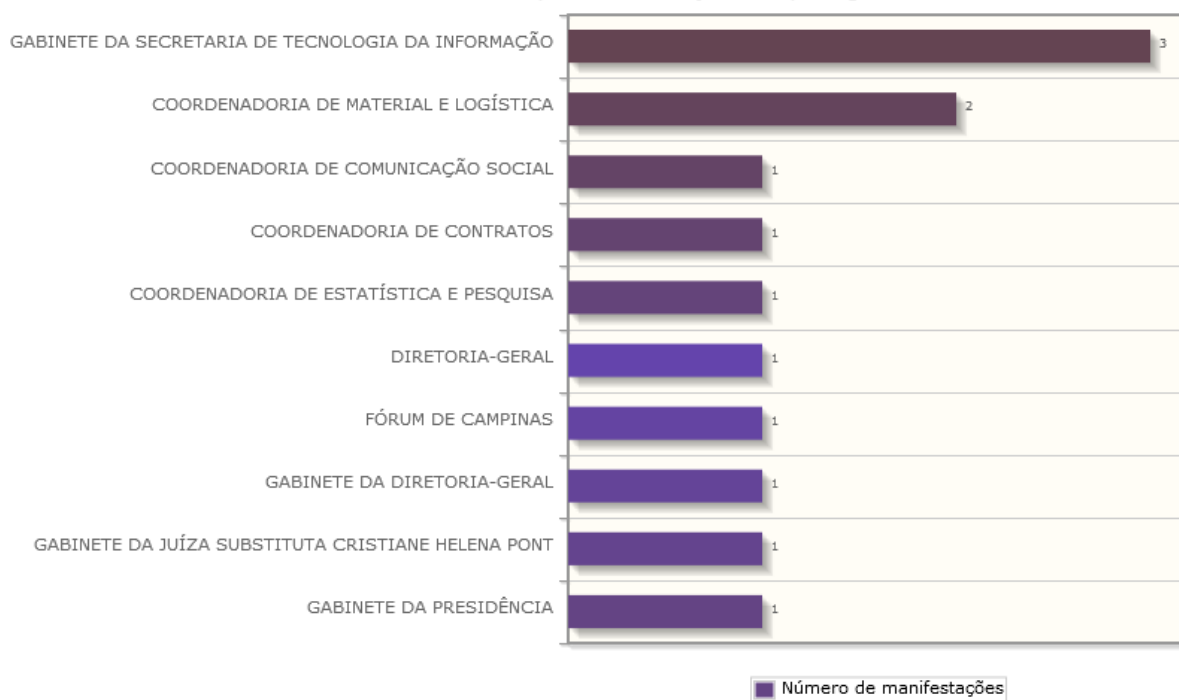


Gráfico 11 – Áreas mais demandadas - Tipo Sugestão

Áreas demandadas pelas manifestações do tipo Sugestão



Fonte Gráficos 9 a 11: Relatório PROAD-OUV TRT 15ª Região (ano 2019)

Quadro 2: MANIFESTAÇÃO SEGUNDO O CANAL UTILIZADO

Canal da manifestação	Quantidade	%
Correspondência	5	0,06%
E-mail	61	0,77%
Formulário eletrônico	4.122	52,24%
Formulário impresso	11	0,14%
Ouvidoria do CNJ	139	1,76%
Pessoal	15	0,19%
Telefone	3.538	44,84%
Total	7.891	100,00%

Fonte: Relatório PROAD-OUV TRT 15ª Região (ano 2019)

Os canais de manifestação mais utilizados são o formulário eletrônico (52,24%) e o telefone (44,84%), seguidos pelo e-mail (0,77%), em detrimento do atendimento pessoal (0,19%), formulário impresso (0,14%) e correspondência (0,06%), canais muito comuns em décadas anteriores. Observa-se que o cidadão vem se identificando com os

sistemas eletrônicos que estão sendo disponibilizados pelos órgãos públicos, para que seja mais fácil e célere a comunicação do interessado com a administração pública.

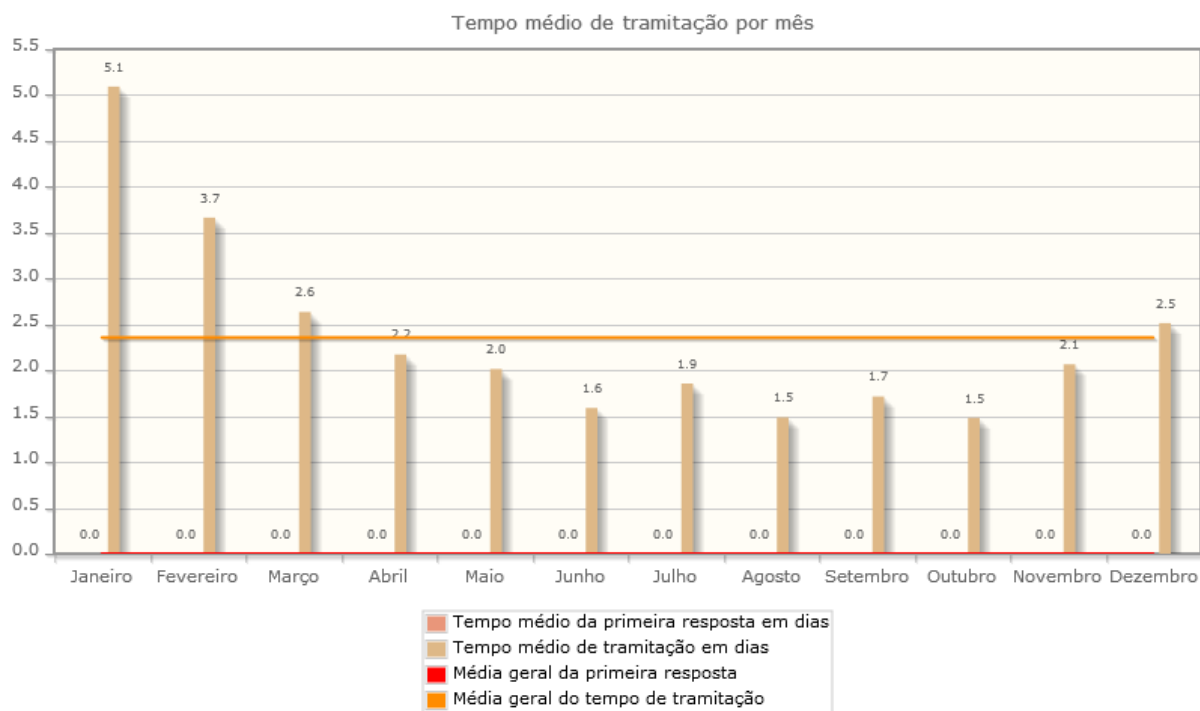
Quadro 3: MANIFESTAÇÃO POR RELACIONAMENTO DO MANIFESTANTE COM O TRT DA 15ª REGIÃO

Tipo de relacionamento	Quantidade	%
Advogado/Procurador	2.230	28,26%
Arrematante	45	0,57%
Entidade de classe	3	0,04%
Estagiário	93	1,18%
Juiz/Desembargador	26	0,33%
Órgão Público	25	0,32%
Outros	809	10,25%
Perito	68	0,86%
Preposto	8	0,10%
Reclamado	174	2,21%
Reclamante	4.337	54,96%
Servidor	66	0,84%
Testemunha	7	0,09%
Total	7.891	100,00%

Fonte: Relatório PROAD-OUV TRT 15ª Região (ano 2019)

Dentre os manifestantes que se comunicaram com a ouvidoria no ano de 2019, encontram-se em quantitativo maior, os reclamantes (54,96%) e os advogados (28,26%), ainda em quantidade significativa (10,25%) verifica-se pessoas que possuem outro tipo de relacionamento com a Justiça do Trabalho da 15ª Região, diferente dos especificados no sistema PROAD, como por exemplo: familiares das partes, estudantes de graduação e pós-graduação, sócios de empresas e organizações não governamentais, dentre outros.

Gráfico 12: TEMPO DE TRAMITAÇÃO DAS MANIFESTAÇÕES

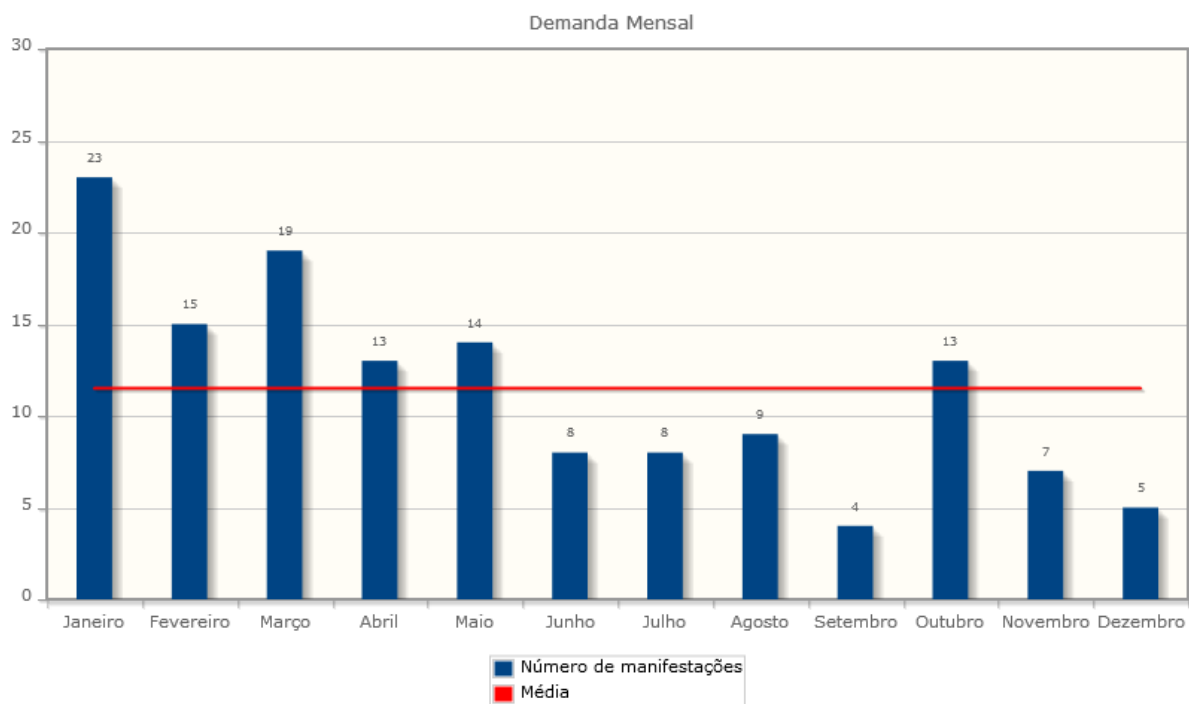


Fonte: Relatório PROAD-OUV TRT 15ª Região (ano 2019)

7.2 - DO SERVIÇO DE INFORMAÇÕES AO CIDADÃO – SIC

Considerando que a ouvidoria é o órgão responsável para tratar as manifestações relativas ao Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, fato devidamente normatizado no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região pelo artigo 9º, §1º da Resolução Administrativa RA nº 24/2017, seguem os dados referentes ao SIC no ano de 2019. A quantidade de pedidos de informação pela lei 12.527/2011 foi de 138 (cento e trinta e oito) ocorrências, obedecendo a demanda mensal especificada no quadro abaixo. Estes pedidos correspondem a solicitação de acesso à informação pública produzida ou sob a guarda do TRT da 15ª Região.

Gráfico 13: NÚMERO DE DEMANDAS (Ano 2019)



Fonte: Relatório PROAD-SIC TRT 15ª Região (Jan/Dez 2019)

Observa-se uma maior incidência de pedidos com base na Lei de Acesso à Informação no primeiro semestre. Este fato está relacionado com os pedidos de acesso à informação relativos ao concurso para provimento de cargos de servidores deste Regional.

Os únicos canais de manifestação utilizados pelos jurisdicionados para solicitação de pedidos pela Lei de Acesso à Informação foram formulário eletrônico (136), disponível no site do TRT15, formulário impresso e e-mail, ambos com 01 (uma) demanda cada.

Apresentamos, graficamente, os assuntos mais utilizados pelo cidadão, com base na Lei de Acesso à Informação, como também as áreas mais demandadas deste Tribunal, que apresentaram, em tempo e modo oportunos os devidos esclarecimentos ao usuário dos serviços desta Ouvidoria:

Gráfico 14 – Assuntos mais utilizados nas manifestações – Tipo Pedido de Informação

Assuntos mais utilizados - Pedido de Informação - Lei nº 12.527/2011

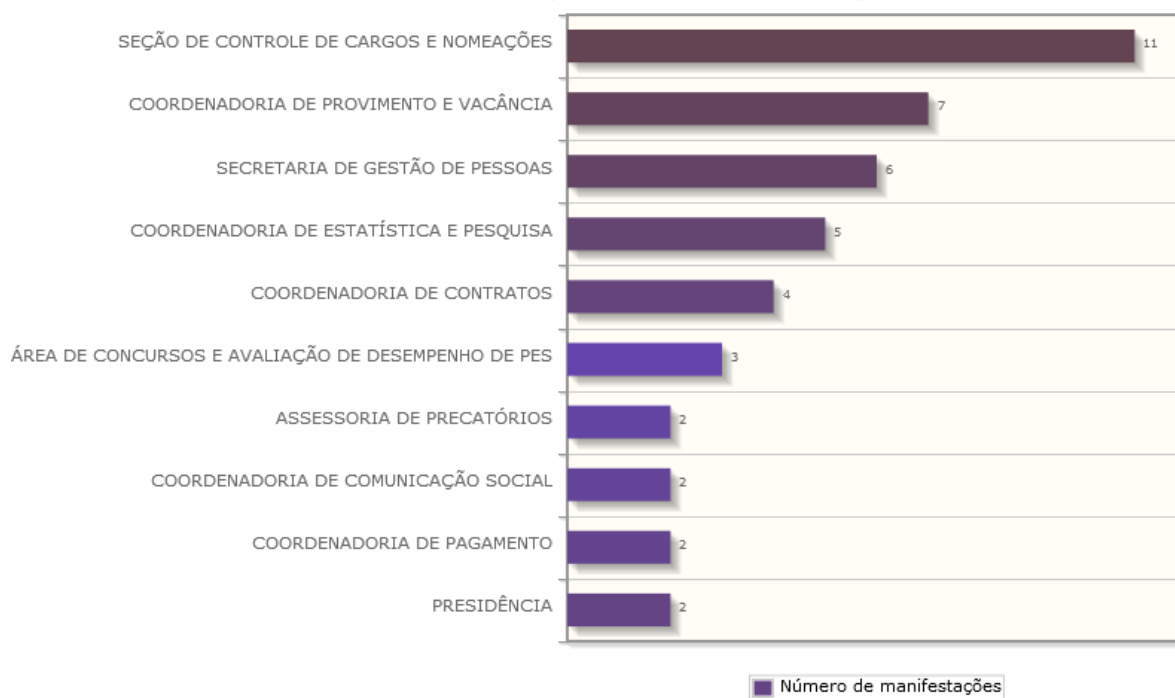
Assuntos das manifestações do tipo Pedido de Informação - Lei nº 12.527/2011



Fonte: Relatório PROAD-SIC TRT 15ª Região (ano 2019)

Gráfico 15 – Áreas mais demandadas - Tipo Pedido de Informação

Áreas demandadas pelas manifestações do tipo Pedido de Informação - Lei nº 12.527/2011



Fonte: Relatório PROAD-SIC TRT 15ª Região (ano 2019)

**Quadro 4: MANIFESTAÇÃO POR RELACIONAMENTO DO MANIFESTANTE
COM O TRT DA 15ª REGIÃO**

Tipo de relacionamento	Quantidade	%
Advogado/Procurador	18	13,04%
Arrematante	1	0,72%
Entidade de Classe	1	0,72%
Estagiário	4	2,90%
Órgão Público	4	2,90%
Outros	66	47,83%
Perito	2	1,45%
Preposto	1	0,72%
Reclamado	3	2,17%
Reclamante	29	21,01%
Servidor	9	6,52%
Total	138	100,00%

Fonte: Relatório PROAD-SIC TRT 15ª Região (ano 2019)

Por fim, respeitando o artigo 41, III da Resolução 215/2015 do Conselho Nacional de Justiça, informamos o número de pedidos de informações recebidos, atendidos e indeferidos (total ou parcialmente), por este Tribunal Regional do Trabalho, conforme quadro abaixo:

**Quadro 5: NÚMERO DE MANIFESTAÇÕES ATENDIDAS, INDEFERIDAS E QUE
APRESENTARAM RECURSOS**

Número de pedidos	Atendidos	Indeferidos (Total ou Parcialmente)	Recursos
138	134	4	0

Fonte: Relatório PROAD-SIC TRT 15ª Região (ano 2019)

7.3 - BANCO DE IDEIAS

Outrossim, é responsabilidade da Ouvidoria o Banco de Ideias deste E. Tribunal Regional do Trabalho, possibilitando que os servidores apresentem sugestões para aprimorar o bom andamento das inúmeras rotinas de trabalho nas diversas unidades da 15ª Região.

No ano de 2019, foram computadas 14 (quatorze) sugestões no Banco de Ideias, que foram direcionadas para os setores competentes para análise da viabilidade de suas implementações no âmbito deste Regional.

7.4 - DO COLÉGIO DE OUVIDORES DA JUSTIÇA DO TRABALHO - COLEOUV

Esta ouvidoria, por meio de seus membros, Desembargador do Trabalho Ouvidor e Desembargador do Trabalho Vice-Ouvidor, além do Desembargador membro do Conselho Consultivo do Coleouv Doutor José Otávio de Souza Ferreira e o servidor Coordenador da Ouvidoria, tem participado efetivamente das importantes reuniões do Coleouv, em que são debatidos assuntos pertinentes à atuação das Ouvidorias, diante dos novos desafios trazidos pelas Leis e Resoluções do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, sendo representada nos encontros de 2019, por pelo menos um de seus membros.

Merece especial menção a realização da 24ª Reunião do Colégio de Ouvidores da Justiça do Trabalho, na sede deste Tribunal Regional da 15ª Região, no período de 23 e 24 de maio, momento em que foram debatidos relevantes assuntos relativos à atuação das ouvidorias, contando com a presença dos Excelentíssimos Ouvidores das Polícias do Estado de São Paulo Dr. Benedito Domingos Mariano, da Justiça Federal da 3ª Região Desembargador Federal Fausto De Sanctis e do Desembargador Ademir de Carvalho Benedito do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Outrossim, na data de 06 de dezembro, durante a 26ª Reunião Ordinária do Colégio de Ouvidores da Justiça do Trabalho, sediada no Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região – Paraná, foi eleita a nova diretoria do órgão, sendo nomeado para o cargo de vice-presidente o Exmo. Desembargador do Trabalho Helcio Dantas Lobo Junior, vice-ouvidor deste E. Tribunal Regional.

Sumário

1 - COMPOSIÇÃO.....	4
1.1 - DIREÇÃO.....	5
1.2 - DESEMBARGADORES FEDERAIS DO TRABALHO.....	6
1.2.1 - Desembargadores Oriundos do Quinto - MPT.....	8
1.2.2 - Desembargadores Oriundos do Quinto – OAB.....	8
1.3 - COMPOSIÇÃO DOS ÓRGÃOS JULGADORES.....	9
1.4 - JUÍZES AUXILIARES NO BIÊNIO 2018/2020.....	15
1.5 - COMISSÕES PERMANENTES – 2018/2020.....	15
1.5.1 - Regimento Interno.....	15
1.5.2 - Jurisprudência.....	16
1.5.3 - Vitaliciamento.....	16
1.5.4 - Informática.....	16
1.5.5 - Gerenciamento de Fluxo Processual.....	17
1.5.6 - Orçamento e Finanças.....	17
1.5.7 - Assuntos Administrativos.....	17
1.5.8 - Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho.....	17
1.5.9 - Preservação da Memória da Justiça do Trabalho.....	18
1.5.10 - Segurança.....	18
1.5.11 - Responsabilidade Socioambiental e do Meio Ambiente do Trabalho.....	18
1.6 - COMISSÕES TEMPORÁRIAS E COMITÊS.....	19
1.6.1 - Comitê de Erradicação do Trabalho Infantil.....	19
1.6.2 - Programa Nacional de Prevenção de Acidentes do Trabalho – Programa Trabalho Seguro.....	19
1.6.3 - Comitê Multidisciplinar de Priorização de Demandas de Tecnologia da Informação e Comunicações (CPDTIC).....	19
1.6.4 - Comitê de Governança de Tecnologia de Informação.....	19
1.6.5 - Comitê de Segurança da Informação.....	20
1.6.6 - Comitê Regional do SIGEP - Sistema Integrado de Gestão de Pessoas.....	20
1.6.7 - Comitê Regional de Erradicação do Trabalho Escravo, Tráfico de Pessoas e Discriminação (Antigo Comitê de Erradicação do Trabalho Escravo e do Tráfico de Pessoas).....	20
1.6.8 - Comitê e Grupo Gestor Regional Das Tabelas Processuais Unificadas.....	21
1.6.9 - Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação.....	21
1.6.10 - Comitê Gestor Regional do PJE-JT.....	21
1.6.11 - Comitê Gestor Regional de Precatórios.....	22
1.6.12 - Comitê Gestor Local de Atenção Integral À Saúde de Magistrados e Servidores.....	22
1.6.13 - Comitê Gestor Regional da Política Nacional de Atenção Prioritária Ao Primeiro Grau de Jurisdição.....	22
1.6.14 - Comitê Orçamentário de Primeiro Grau.....	23
1.6.15 - Comitê de Grupos e-Gestão e E-Gestão-PJE 1º e 2º Graus.....	23
1.6.16 - Comitê Gestor Local de Gestão de Pessoas.....	24
1.6.17 - Comitê de Gestão Participativa No Âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região.....	24
1.6.18 - Comitê de Gestão de Riscos da Área Administrativa do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região.....	25

1.6.19 - Comitê de Governança Institucional.....	25
1.6.20 - Comissão Temporária de Avaliação de Documentos.....	25
1.6.21 - Comissão Temporária Gestora da Política de Responsabilidade Socioambiental	25
1.6.22 - Comissão Temporária de Gestão de Teletrabalho.....	26
1.6.23 - Comissão Temporária de Cadastro de Peritos e Órgãos Técnicos Ou Científicos	26
1.6.24 - Comissão Temporária de Acessibilidade e Inclusão.....	26
1.6.25 - Comissão Temporária Provisória de Credenciamento de Leiloeiros.....	27
1.6.26 - Comissão Temporária Elaboração do Plano de Comunicação Social.....	27
1.7 - JUÍZES DO TRABALHO.....	27
1.7.1 - Juízes Titulares.....	27
1.7.2 - Juízes Substitutos.....	33
1.8 - ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....	43
1.8.1 - Secretarias de Turmas.....	43
1.8.2 - Secretarias.....	44
1.8.3 - Assessores.....	44
1.8.4 - Coordenadorias.....	45
2 - PRESIDÊNCIA.....	47
2.1 - ATIVIDADES E EVENTOS.....	48
2.1.1 - Coordenadoria de Comunicação Social.....	64
2.1.1.1 Seção de Cerimonial.....	64
2.1.1.2 Seção de Multimídia.....	67
2.1.1.3 Seção de Imprensa.....	110
2.2 - ASSESSORIA DE APOIO AOS MAGISTRADOS.....	112
2.3 - ASSESSORIA DE PRECATÓRIOS.....	132
2.4 - ASSESSORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA.....	138
2.5 - ASSESSORIA DE SEGURANÇA E TRANSPORTES.....	143
2.6 - SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS.....	145
2.6.1 - Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoas.....	145
2.6.1.1 Seção de Legislação de Pessoal.....	146
2.6.1.2 Seção de Programas Assistenciais.....	147
2.6.1.3 Área de Concursos e Avaliação de Desempenho de Pessoas.....	148
2.6.1.4 Área de Controle de Estágio e Voluntariado.....	149
2.6.1.5 Gestão Por Competência.....	151
2.6.2 - Coordenadoria de Informações Funcionais de Servidores.....	152
2.6.2.1 Seção de Averbação de Servidores.....	153
2.6.2.2 Seção de Frequência de Servidores.....	155
2.6.2.3 Seção de Frequência de Pessoal Externo e Prontuários de Inativos.....	156
2.6.3 - Coordenadoria de Provimento e Vacância.....	159
2.6.3.1 Seção de Controle de Encargos e Portarias.....	159
2.6.3.2 Seção de Controle de Cargos e Nomeações.....	160
2.6.3.3 Seção de Controle de Remoções.....	161
2.6.4 - Coordenadoria de Pagamento.....	162
Informação CPAG/SPM nº 412/2019.....	169
DED 879.....	169
2.7 - SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES...179	
2.7.1 - Coordenadoria de Apoio À Gestão de TIC.....	179

2.7.1.1 Seção de Projetos Setoriais de TIC.....	179
2.7.1.2 Seção de Segurança da Informação e Apoio à Governança de TIC.....	181
2.7.2 - Coordenadoria de Administração de Recursos de TIC.....	183
2.7.2.1 Seção de Redes de Dados:.....	183
2.7.2.2 Seção de Manutenção de Equipamentos de TIC.....	185
2.7.2.3 Seção de Infraestrutura Física de TIC.....	187
2.7.3 - Coordenadoria de Atendimento Ao Usuário.....	192
2.7.4 - Coordenadoria de Desenvolvimento de Sistemas.....	199
2.7.5 - Coordenadoria de Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicações	204
2.7.6 - Gabinete da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações.....	211
2.8 - SECRETARIA DE SAÚDE.....	211
2.9 - SECRETARIA-GERAL JUDICIÁRIA.....	214
2.9.1 - TRIBUNAL PLENO E ÓRGÃO ESPECIAL.....	214
2.9.2 - SECRETARIA JUDICIÁRIA.....	261
2.9.2.1 Coordenadoria de Gestão Documental.....	261
2.9.2.2 Coordenadoria de Gestão Processual.....	266
2.9.2.3 Coordenadoria de Gestão Processual.....	269
2.10 - COORDENADORIA DE ESTATÍSTICA E PESQUISA.....	270
2.10.1 - Segunda Instância.....	270
2.10.1.1 Recebimento em 2019.....	270
2.10.1.2 Distribuição em 2019.....	270
2.10.1.3 Solucionados em 2019.....	271
2.10.1.4 Processos pendentes de julgamento em 2019.....	271
2.10.1.5 Baixados em 2019.....	272
2.10.1.6 Síntese da Movimentação Processual 2019.....	273
2.10.1.7 LOMAN - Magistrados - Relator e Redator.....	274
2.10.1.8 LOMAN - Magistrados - Magistrados - Revisor e Vistor.....	276
2.10.2 - Primeira Instância.....	277
2.10.2.1 Fase de Conhecimento.....	277
2.10.2.2 Fase de Liquidação.....	280
2.10.2.3 Fase de Execução.....	281
2.10.2.4 Fase de Conhecimento - Movimentação Processual por Vara do Trabalho da 15ª Região – Campinas/SP.....	282
2.10.2.5 Fase de Liquidação - Movimentação Processual por Vara do Trabalho da 15ª Região – Campinas/SP.....	287
2.10.2.6 Fase de Execução - Movimentação Processual por Vara do Trabalho da 15ª Região – Campinas/SP.....	291
2.10.2.7 Movimentação Processual 1ºGrau - Gráficos.....	296
2.10.2.8 Casos Novos Por Município de Origem.....	297
2.10.2.9 Conciliações em Processos de Conhecimento.....	310
2.10.2.10 Valores Pagos aos Reclamantes.....	316
2.10.2.11 Resumo por Vara.....	321
2.10.2.12 Arrecadação por Vara Trabalhista da 15ª Região-Campinas/SP.....	475
2.10.2.13 Arrecadação - Primeira e Segunda Instâncias.....	479
3 - VICE-PRESIDÊNCIA ADMINISTRATIVA.....	480
3.1 - ASPECTOS GERAIS.....	482
3.1.1 - Estrutura da Vice-Presidência Administrativa.....	484

3.2 - PROCESSOS ADMINISTRATIVOS.....	487
3.2.1 - Digitalização de Processos Administrativos.....	487
3.2.2 - Processo Administrativo Eletrônico.....	487
3.2.3 - Movimentação Processual.....	493
3.3 - PRINCIPAIS ATIVIDADES DA VICE-PRESIDENTE ADMINISTRATIVA NO ANO DE 2019.....	493
4 - VICE-PRESIDÊNCIA JUDICIAL.....	500
4.1 - RELATÓRIO.....	502
4.2 - CONCILIAÇÕES - PROJETO CONCILIARR.....	502
4.3 - COMISSÃO DE GERENCIAMENTO DE FLUXO PROCESSUAL.....	503
4.4 - COMISSÃO DE PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO.....	504
4.5 - COMISSÃO DE JURISPRUDÊNCIA.....	504
4.6 - NUGEP - NÚCLEO DE GERENCIAMENTO DE PRECEDENTES.....	508
4.7 - PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO.....	511
4.7.1 - Seção de Dissídios Coletivos.....	511
4.7.2 - Tribunal Pleno, Órgão Especial, Outras Especializadas e Câmaras – Análise de Liminares.....	511
4.7.3 - Despachos Admissibilidade Recursos Ordinários.....	512
4.8 - RECURSO DE REVISTA.....	512
4.9 - DISTRIBUIÇÃO – COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA E RECURSAL.....	513
4.10 - SECRETARIA JUDICIÁRIA.....	513
5 - CORREGEDORIA REGIONAL.....	514
5.1 - ATIVIDADES CORREICIONAIS.....	516
5.2 - INICIATIVAS IMPLEMENTADAS.....	520
5.2.1 - Execução do Planejamento Estratégico 2017/2021.....	520
5.2.2 - Capacitação da equipe da Corregedoria.....	522
5.2.3 - Atualização das Correições Ordinárias.....	522
5.2.4 - Atualização das Orientações do Corregedor.....	524
5.2.5 - Índice Nacional de Gestão de Desempenho (IGEST).....	525
5.2.6 - Sistema para utilização e divulgação de dados do IGEST.....	525
5.2.7 - Acompanhamento das maiores variações no IGEST-Horus / e-SInCor.....	526
5.2.8 - Análise de nomeação de Diretor de Secretaria.....	527
5.2.9 - Acompanhamento de unidades a partir da nomeação de novo Juiz Titular.....	528
5.2.10 - A escuta das Secretarias das Varas de melhores resultados.....	528
5.2.11 - Equipe de Apoio à 1ª Instância.....	529
5.2.11.1 <i>O projeto</i>	529
5.2.11.2 <i>As atividades</i>	530
5.2.12 - Migração de processos físicos na fase de Conhecimento ao processamento eletrônico.....	532
5.2.13 - Gerenciamento e acompanhamento de Projetos.....	533
5.2.13.1 <i>Histórico</i>	533
5.2.13.2 <i>O Acompanhamento</i>	534
5.2.14 - Daily meeting.....	534
5.2.15 - Efetividade da fixação.....	534
5.2.16 - Comunicação Estratégica Institucional.....	535
5.2.17 - Mostra de Boas Práticas.....	536

5.2.18 - Personalização das Normas – Divulgação e Implementação de novas determinações.....	536
5.2.19 - Revisão do Regulamento Interno da Corregedoria.....	536
5.2.20 - Acompanhamento interno dos servidores em teletrabalho.....	537
5.2.21 - Rotinas de Atendimento – FAQ Corregedoria Regional do TRT15.....	537
5.2.22 - Autogestão Orientada.....	538
5.2.23 - Projeto “Dicas da Corregedoria”.....	538
5.2.24 - Acompanhamento da Produtividade de Magistrados.....	539
5.2.24.1 Definição de Procedimento para Apuração de Atraso Reiterado.....	539
5.2.24.2 Definição de critérios para o Acompanhamento de Produtividade de Magistrados.....	540
5.2.24.3 Aperfeiçoamento da Ferramenta para Apurar Atraso Reiterado.....	540
5.2.25 - Transparência dos dados sobre auxílio julgamento/desvinculação ao público interno.....	541
5.2.26 - Planejamento Tático do Núcleo de Pesquisa Patrimonial.....	541
5.2.27 - Instalações do Núcleo de Pesquisa Patrimonial.....	542
5.2.28 - Realização de investigações no âmbito do Núcleo de Pesquisa Patrimonial..	543
5.2.29 - Manual de Pesquisa Patrimonial.....	543
5.2.30 - Acompanhamento das Divisões de Execução.....	544
5.2.31 - Mapeamento e otimização das rotinas das Divisões de Execução.....	545
5.2.32 - Convênios para Pesquisa Patrimonial.....	546
5.2.33 - Revisão da Cartilha de Convênios.....	548
5.2.34 - Hastas Públicas Unificadas.....	548
5.2.35 - Cartas precatórias.....	553
5.2.36 - Cadastramento de Leiloeiros e Corretores.....	554
5.2.36.1 Leiloeiros.....	554
5.2.36.2 Corretores.....	555
5.2.37 - Leiloeiros no PJe.....	555
5.2.38 - Semana Nacional de Execução Trabalhista.....	556
5.2.39 - Maratona de Pesquisa Patrimonial – Oficina de Pesquisa.....	557
5.2.40 - GARIMPO – Tratamento dos processos arquivados definitivamente com contas judiciais ativas.....	557
5.2.41 - Implantação do Sistema Automatizado de Bloqueios Bancários (SABB).....	559
5.2.42 - Projeto de Incentivo e Acompanhamento – SABB.....	559
5.2.43 - Execução no PJe.....	560
5.2.44 - Fluxo para homologação de cálculos – Otimização da Fase de Liquidação...	560
5.2.45 - Supervisão da divulgação do aplicativo JTe a advogados e partes.....	561
5.2.46 - Projeto Parametrização do uso dos CHIPS – PJe Kz.....	562
5.2.47 - Sistema “e-SInCor”.....	563
5.2.47.1 Histórico.....	563
5.2.47.2 Inovações.....	563
5.2.48 - Utilização do JasperReports Server (software livre) como ferramenta de geração de relatórios.....	563
5.2.49 - Relatório de Idade Média.....	564
5.3 - ATOS NORMATIVOS.....	565
5.3.1 - Provimentos.....	565
5.3.2 - Comunicados.....	566
5.3.3 - Recomendações.....	567

5.3.4 - Portarias.....	567
5.3.5 - Ordens de Serviço.....	568
5.4 - MOVIMENTO PROCESSUAL.....	569
5.4.1 - Processos autuados entre 01/01/2019 e 31/12/2019:.....	569
5.4.2 - Processos solucionados entre 01/01/2019 e 31/12/2019:.....	570
5.4.3 - Processos em andamento em 19.12.2019:.....	570
5.4.4 - Documentos Administrativos.....	571
5.5 - ACOMPANHAMENTO DAS METAS.....	571
5.6 - CONTROLE QUANTITATIVO DE SENTENÇAS ANULADAS PELO 2º GRAU	571
5.7 - ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELOS DESEMBARGADORES CORREGEDOR REGIONAL E VICE-CORREGEDORA REGIONAL.....	572
6 - ESCOLA JUDICIAL.....	578
6.1 - COMPOSIÇÃO DA ESCOLA JUDICIAL.....	580
6.2 - PLANO DE ATIVIDADES DA ESCOLA JUDICIAL.....	580
7 - OUVIDORIA.....	600
7.1 - DADOS ESTATÍSTICOS.....	603
7.2 - DO SERVIÇO DE INFORMAÇÕES AO CIDADÃO – SIC.....	612
7.3 - BANCO DE IDEIAS.....	615
7.4 - DO COLÉGIO DE OUVIDORES DA JUSTIÇA DO TRABALHO - COLEOUV.....	616